Universidade de Aveiro Departamento de Ciências da Educação
Ano 2009

Luís Filipe Matos Marques dos Santos

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Augusto Neto Mendes, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro.

Aos meus,
À Bela, ao Rafael e ao Tomás! Pela elevadíssima compreensão das muitas horas passadas no escritório!
Pela força que transmitem!

o júri

presidente

Prof. Dr. António Maria Martins
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. José Brites Ferreira
Professor Coordenador da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

Prof. Dr. António Augusto Neto Mendes
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

No final de um trajecto académico não poderíamos deixar de expressar a nossa gratidão pública a todos os que, directa ou indirectamente contribuíram para a realização desta Tese de Mestrado.

Ao Professor Doutor António Augusto Neto Mendes, um agradecimento muito reconhecido, pelo privilégio que me concedeu ao orientar cientificamente a presente dissertação, pela sua imensa disponibilidade, pelo sentimento forte de confiança que sempre transmitiu e pelas sugestões sempre oportunas que constituíram uma mais-valia para este trabalho.

Ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro pela oportunidade que me deu para a realização deste projecto de investigação; Aos docentes do ano curricular deste Mestrado, Professores Doutores António Augusto Neto Mendes, Jorge Adelino Costa, Alexandre Ventura, Jorge Arroteia, António Martins, Carlos Fernandes, Luís Pardal e Anabela Pereira, pelos indispensáveis conhecimentos transmitidos para o enriquecimento científico, cultural e pessoal.

Uma referência especial a todos aqueles que se disponibilizaram a ser entrevistados, participantes imprescindíveis para o cunho científico necessário a um projecto desta natureza, sem eles não teria sido possível a sua concretização e credibilidade.

Aos representantes do Município sobre o qual se desenvolve a parte empírica deste trabalho, na disponibilização de informação e dados.

Um agradecimento particular, ao Paulo Jorge pelo contributo prestado aquando da revisão dos textos da Dissertação, e à Patrícia pelo apoio dispensado.

À minha avó, aos meus pais, à minha irmã e à minha restante família, amigos e colegas do Curso de Mestrado.

O meu “Muito Obrigado”!

palavras-chave

Municípios e Educação – Projecto Educativo Local – Cidade Educadora - Participação

resumo

A importância crescente do município no campo educativo, a emergência de novos discursos, de novos actores educativos locais e de novas formas de organização das ofertas educativas formais e não formais coloca a governação local perante novos desafios, exigindo a adopção de novas práticas locais.

Este estudo visa compreender o Projecto Educativo Local (PEL) do "Município XXI", perceber a sua importância e o seu processo de construção e elaboração. Ambiciona conhecer o desenvolvimento deste processo: a sua origem, os actores que se envolveram e o seu grau de participação, o papel do Conselho Municipal de Educação (CME), os parceiros do município e sua cooperação e a assumpção ou não de uma proposta de programas e serviços ao nível da educação formal e não formal.

Como questão central procura saber se o PEL e o seu processo de construção traduzem princípios da Carta do Movimento das Cidades Educadoras, no sentido de se testar essa conformidade e de se esclarecer se houve intenção estratégica/política municipal a esse nível, para perceber qual foi o contributo da integração na AICE relativamente à sua construção e ao alcance de um Território Educativo em Rede, de uma "Cidade Educadora".

O estudo propõe-se também compreender a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão e dispõe-se quase no final, em género de reflexão, a averiguar, se após o mesmo se verificou maior sensibilização dos agentes educativos locais relativamente a esta problemática. Em síntese, o estudo visa analisar o PEL e a sua primeira etapa, numa dialéctica, dos princípios às práticas.

Tendo como enquadramento teórico a Administração Escolar, as Políticas Educativas e alguns referenciais das Ciências Sociais efectuámos no primeiro capítulo abordagens relacionadas com a compreensão do papel dos municípios na educação, da "Cidade Educadora", da territorialização e projecto educativo local, da descentralização e democracia/formas de participação e das redes educativas, actores e parcerias. Os segundo e terceiro capítulos relacionam-se com a componente prática centralizada num estudo de caso, de carácter exploratório, realizado ao PEL do "Município XXI" e ao desenvolvimento do seu processo de construção.

No capítulo IV apresenta-se, analisa-se, interpreta-se os resultados, efectua-te uma análise SWOT, tecem-se as considerações finais e apresenta-se o contributo e as limitações do estudo.

.

O nosso estudo confirmou a existência do PEL, a sua origem é de iniciativa municipal impulsionado pela integração na AICE, consubstanciou-se numa intenção política estratégica dos intervenientes municipais e contempla tanto a educação formal como a não formal. Parece-nos adequado validar a sua importância como um referencial estratégico, articulado e integrador, apesar de nesta primeira etapa ainda não estar articulado com o projecto educativo do agrupamento escolar. O PEL busca um desempenho em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, traduzindo os seus princípios em número considerável. O CME aprovou o PEL e um espaço que possibilitasse a participação comunitária. Durante a construção do PEL houve uma Participação Cidadã muitíssimo fraca a deslizar para a não participação. No estudo reforça-se a necessidade de um maior investimento na chamada à participação, do aumento da própria implicação dos cidadãos e da sua aproximação aos centros de decisão, pois ainda se observa um afastamento.

keywords

City Halls and Education - Local Education Project – Educator City - Participation

abstract

The increasing importance of the city in the educative field, the emergency of new speeches, new local educative actors and new forms of organization of the formal and not formal educative offers places the local government before new challenges, demanding the adoption of new practical places.

This study it aims at to understand Project Educative Local (PEL) of “City XXI”, to perceive its importance and its process of construction and elaboration. It intends to know the development of this process: its origin, the actors that if had involved and its degree of participation, the paper of the City council of Education (CME), the partners of the city and its cooperation and the acceptance or not of a proposal of programs and services to the level of the formal and not formal education.

As central question search to know if the PEL and its process of construction translates principles of the letter of the movement of the cities educators, in the direction of if to test this conformity and of if clarifying if had strategical intention/municipal politics to this level, to perceive which was contribute of the integration in the AICE relatively to its construction and the reach of an Educative Territory in Net, of a “City Educator”.

The study it is also considered to understand the approach of the citizens to the centers and processes of decision taking and is made use almost in the end, in form of reflection, to inquire, if after the same greater was verified sensitization of the local educative agents relatively to this problematic one. In synthesis, the study it aims at to analyze the PEL and its first stage, in a dialectical, of the principles to the practical ones.

Having as theoretical framing the Pertaining to school Administration, the Educative Politics and some references of possible the communitarian participation. During the construction of the PEL very much had a Participation weak Citizen to slide for not the participation. In the study it is strengthened necessity of a bigger investment in the call to the participation, of the increase of the proper implication of the citizens and its approach to the decision centers, therefore still a removal is observed. Social Sciences in the first chapter boardings related with the understanding of the paper of the cities in the education, the “City Educator”, the territory and project educative place, of the decentralization and democracy/forms of participation and of the educative nets, actors and partnerships. As and the third chapters become related with the centered practical component in a case study, of character exploratory, carried through to the PEL of “City XXI” and to the development of its process of construction.

In chapter IV it is presented, it analyzed and one interpreted the results, it accomplished an SWOT analysis, are weaved the endings considerations and it presented the contribution and the limitations of the study.
Our study it confirmed the existence of the PEL, its origin it is of municipal initiative stimulated by the integration in the AICE, it was constructed in an intention strategical politics of the intervening municipal theatres and contemplates the formal education in such a way as the not formal one. Seem-in the adjusted one to validate its importance as a strategical reference, articulated and integrator, although in this first stage not yet to be articulated with project educative of the pertaining to school grouping. The PEL searchs a performance in respect for the Letter of the Cities Educators, translating its principles in considerable number. The CME approved the PEL and a space that made possible the communitarian participation. During the construction of the PEL very much had a Participation weak Citizen to slide for not the participation. In the study it is strengthened necessity of a bigger investment in the call to the participation, of the increase of the proper implication of the citizens and its approach to the decision centers, therefore still a removal is observed.

Mots-Clé Municipalités et Éducation – Projet Éducatif Localt – Ville Éducatrice - Participation

resumé

L'importance croissante de la ville dans le champ éducatif, l'urgence de nouveaux discours, de nouveaux acteurs éducatifs locaux et de nouvelles formes d'organisation d'offres éducatives formelles et non-formelles place le gouvernement local devant de nouveaux défis, exigeant l'adoption de nouvelles pratiques locales.

Cette étude vise à comprendre le Projet Éducatif Local (PEL) de la « Ville XXI », à percevoir son importance et son processus de construction et d'élaboration. Elle a pour but de connaître le développement de ce processus : son origine, les acteurs qui se sont impliqués et son degré de participation, le rôle du Conseil Municipal d'Éducation (CME), les partenaires de la ville et leur coopération et l'assomption ou non d'une proposition de programmes et de services au niveau de l'éducation formelle et non-formelle.

Comme question centrale elle cherche à savoir si le PEL et son processus de construction traduisent les principes de la Lettre du Mouvement des Villes Éducatrices, dans le sens d'expérimenter cette conformité et de constater s´il y a eu l'intention stratégique/politique municipale à ce niveau, pour comprendre la contribution de l'intégration dans l'AICE à l'égard de sa construction et à portée d'un Territoire Éducatif dans le réseau d'une « Ville Éducatrice ».

L'étude se propose aussi de comprendre l'approche des citoyens aux centres et les procédures de prise de décision et se dispose presque à la fin, comme type de réflexion, à enquêter, si après ceci il s'est vérifié une plus grande sensibilisation des agents éducatifs locaux à l'égard de cette problématique. Dans la synthèse, l'étude vise à analyser le PEL et sa première étape, dans une dialectique, des principes aux pratiques.

Ayant comme encadrement théorique l'Administration Scolaire, les Politiques Éducatives et quelques référentiels des Sciences Sociales nous avons effectué au premier chapitre des abordages rapportés avec la compréhension du rôle des villes dans l'éducation, de la « Ville Éducatrice », de la territorialisation et du projet éducatif local, de la décentralisation et de la démocratie/formes de participation et des réseaux éducatifs, acteurs et partenariats. Les deuxième et troisième chapitres concernent la composante pratique centralisée dans une étude de cas, de caractère exploratoire, réalisée au PEL de la « Ville XXI » et au développement de leur processus de construction.

Le chapitre IV présente, analyse, interprète les résultats, effectue une analyse SWOT, tisse les considérations finales et présente la contribution et les limitations de l'étude.

Notre étude a confirmé l'existence du PEL, son origine est l´initiative municipale impulsée par l'intégration dans l´AICE, elle s'est consolidée dans une intention politique stratégique des intervenants municipaux et envisage tant l'éducation formelle que non- formelle. Il nous paraît conforme de valider son importance comme un référentiel stratégique, articulé et intégrateur, malgré le fait que dans cette première étape elle ne soit pas encore articulée avec le projet éducatif du regroupement scolaire. Le PEL recherche une performance conforme à la Lettre des Villes Éducatrices, traduisant ses principes en nombre considérable. Le CME a approuvé le PEL et un espace qui rendrait possible la participation communautaire. Pendant la construction du PEL il a y eu une Participation Citoyenne extrêmement faible voire presque inexistante. L'étude souligne la nécessité d'un plus grand investissement quant à l'appel à la participation, d'une augmentation d´implication elle-même de la part des citoyens et de leur approche aux centres de décision, en effet on constate encore un éloignement.

Índice

Dedicatória ..... **I**
Agradecimentos ..... **II**
Resumo ..... **III**
Abstract ..... **IV**
Resumé ..... **V**
Índice **1**
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **3**
LISTA DE QUADROS **4**
INTRODUÇÃO **5**
CAPÍTULO 1 – O Projecto Educativo Local – Intervenção Municipal – Cidade Educadora. **11**
1. A crise do Estado Providência – Municípios e Educação 11
2. Cidade e Educação – A(s) Cidade(s) Educadora(s 19
3. Territorialização e Projecto Educativo Local 30
3.1. Desenvolvimento e faseamento do PEL - Um Roteiro 44
4. Descentralização e Democracia – Formas de Participação 51
5. Desenvolvimento Local: redes, actores e parcerias 57
CAPÍTULO 2 – Procedimentos Metodológicos **62**
1. A problemática 62
2. Os objectivos do estudo 63
3. Metodologia 64
3.1. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados 66
3.1.1. A Recolha Documental 67
3.1.2. A Entrevista 68
3.1.3. As Entrevistas – Caracterização dos Entrevistados 70
3.1.4. Tratamento da Informação – Análise de Conteúdo 73
3.2. Das Leituras às Interpretações 75
CAPÍTULO 3 – Caracterização do contexto de investigação – "*O Município XXI*" **82**
1. Situação geográfica e seu contexto sócio-económico e cultural 82
2. Caracterização do objecto de estudo: 88
2.1. Projecto Educativo Local – O Percurso 88
2.2. O Porquê do Projecto Educativo Local – Objectivos e Ambições 90
2.3. Parcerias e dinâmicas comunitárias 92
CAPÍTULO 4 – Apresentação, análise e discussão dos resultados **94**
1. A importância do Projecto Educativo Local 94
2. O processo de construção e elaboração do PEL 100
2.1. Mecanismos, Tipos e Grau de participação 109

2.2. O Papel do Conselho Municipal de Educação 115
3. Projecto Educativo Local e Estratégia Educativa Municipal 116
3.1. Os Parceiros Locais e sua acção....119
3.2. A Educação Formal e Não Formal – Suporte e Oferta do PEL....122
4. O PEL e os Princípios da Carta das Cidades Educadoras 125
5. Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora" 134
6. A Democracia Participativa e a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão.... 136
7. O grau de satisfação face à operacionalização do PEL – Reflexão Cidadã.... 139
8. Análise SWOT 145

CONSIDERAÇÕES FINAIS....149
A importância do Projecto Educativo Local.... 149
O processo de construção e elaboração do PEL.... 150
Que actores, mecanismos, tipos e grau de participação 151
O papel do Conselho Municipal de Educação na construção do PEL.... 152
O Projecto Educativo Local e Estratégia Educativa Municipal.... 153
Os Parceiros Locais e sua acção 154
A Educação Formal e Não Formal – Suporte e Oferta do PEL 155
O PEL e os Princípios da Carta das Cidades Educadoras.... 156
A representação do uso do Conceito "Cidade Educadora.... 157
A Democracia Participativa e a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão 158
O grau de satisfação face à operacionalização do PEL – Reflexão Cidadã.... 159
Principais contributos do estudo – Limitações – Pistas para novas investigações 160

BIBLIOGRAFIA....163

ANEXOS 177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC's	-	Actividades de Enriquecimento Curricular
AICE	-	Associação Internacional das Cidades Educadoras
ANMP	-	Associação Nacional dos Municípios Portugueses
CAE	-	Centro de Área Educativa
CD-ROM	-	Compact Disc
CIDEU	-	Centro IberoAmericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
CLE	-	Conselho Local de Educação
CME	-	Conselho Municipal de Educação
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CRP	-	Constituição da República Portuguesa
CRSE	-	Comissão de Reforma do Sistema Educativo
DREL	-	Direcção Regional de Educação de Lisboa
ICLEI	-	International Council for Local Environmental Initiatiatives
IPSS	-	Instituição Particular de Solidariedade Social
LBSE	-	Lei de Bases do Sistema Educativo
ME	-	Ministério da Educação
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG's	-	Organizações não Governamentais
PEL	-	Projecto Educativo Local
PIPSE	-	Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Escolar
SEPNA	-	Serviços de protecção da natureza da GNR
SWOT	-	Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats
TEIP	-	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UCA	-	União das Colectividades e Associações
UCLG	-	United Cities and Local Governments
UNESCO	-	United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE QUADROS

Pág.

Quadro 1.	Congressos Internacionais da AICE ……	25
Quadro 2.	Princípios Fundamentais da carta das Cidades educadoras (Modelo Operacional de Análise) ……	28
Quadro 3.	Traços Comuns dos Projectos Genuínos da "Cidade Educadora" …….	36
Quadro 4.	Ferramentas para um PEL	38
Quadro 5.	Exemplo de uma Estrutura Organizativa e Participativa de um PEL	39
Quadro 6.	Características, Objectivos e Funções do PEL ……...	41
Quadro 7.	Etapas do PEL de Barcelona	42
Quadro 8.	Síntese de Elementos a ter em conta num PEL ……	46
Quadro 9.	Condições a ter em conta num PEL ……	47
Quadro 10.	Um Guião de Projecto ……	48
Quadro 11.	Fase Inicial do Projecto Educativo Local (Experiência de Barcelona) ……	49
Quadro 12.	A participação político-organizacional nas organizações – 7 momentos fundamentais de qualquer processo administrativo-organizacional ……	54
Quadro 13.	Formas de Participação na organização/instituição (Modelo Operacional de Análise.	56
Quadro 14.	Relações Inter-Organizacionais dos Municípios ……	60
Quadro 15.	As Sub-questões do Estudo ……...	63
Quadro 16.	Objectivos do Estudo ……...	64
Quadro 17.	Documentação Recolhida ……...	68
Quadro 18.	Caracterização dos Entrevistados – Sinopse das Entrevistas ……	72
Quadro 19.	As Categorias e Subcategorias (Modelo de Análise) ……	78
Quadro 20.	Análise Categorial das Entrevistas ……	80
Quadro 21.	Análise de Conteúdo do PEL do "*Município XXI*" à luz dos Princípios da Carta das Cidades Educadoras ……	81
Quadro 22.	"Município XXI" – A Escola e os números ……	83
Quadro 23.	"Município XXI" - A Educação …….....	84
Quadro 24.	Funções pelo total das 17 Freguesias do "Município XXI" - 2002 …….....	85
Quadro 25.	Evolução do número de Empresas e Pessoal – " Município XXI" ……	87
Quadro 26.	Evolução do número de Desempregados ……...	87
Quadro 27.	Projecto Educativo Local do "Município XXI" e "Cidade Educadora" Percurso..	89
Quadro 28.	Objectivos e Ambições do PEL do "Município XXI" ……	91
Quadro 29.	O Processo de Construção e Elaboração do PEL (Em Recortes) ……...	101
Quadro 30.	Projecto Educativo Local e Estratégia Educativa Municipal (Em Recortes) …..	117
Quadro 31.	O PEL e o Modelo das "Cidades Educadoras" (Em Recortes) …….	127
Quadro 32.	Análise SWOT – O PEL numa "Cidade Educadora" – Dos Princípios às Práticas…	146

INTRODUÇÃO

A selecção do problema a investigar e a formulação da grande questão de partida não foram, sem dúvida, tarefas fáceis… cruzaram-se inúmeras e confusas reflexões durante as muitas longas e silenciosas viagens com destino à Universidade de Aveiro. Chegado o momento da derradeira escolha para a investigação tudo tem de ser forçosamente claro e urge lançar mãos à obra.

A acuidade que é notória, nos finais do século XX e em pleno século XXI, da problemática "a educação e os municípios", da descentralização formal e informal à territorialização educativa, da constante reivindicação dos municípios da transferência das suas competências na área da educação como forma de ultrapassar os malefícios do centralismo, do progressivo crescimento da operacionalização política do projecto educativo local na configuração da cidade educadora, recompôs e complexificou o campo educativo, fazendo emergir a concepção de Escola enquanto comunidade educativa e a importância da relação dos municípios com a educação, que já não pode ser pensada apenas a partir do ponto de vista da instituição escolar.

Ao abordarmos o papel dos municípios na construção das políticas educativas, pretendemos contribuir para a elucidação da relação que existe entre o município e a educação e, simultaneamente, assinalar nas políticas educativas locais a presença de princípios que norteiam a Carta do Movimento das Cidades Educadoras, isto é, testar a intenção educadora do município através da concretização do seu projecto educativo local e verificar a sua conformidade com os referidos princípios.

A investigação elege como objecto de estudo o Projecto Educativo Local (PEL) de um município, que denominámos de "Município XXI", e que pertence à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

O estudo pretende compreender o PEL do "Município XXI" e o seu processo de construção e em que medida traduzem os princípios do modelo da Carta das Cidades Educadoras, e também, percepcionar se podem constituir um projecto educativo integrado para a configuração da "utópica" "Cidade

Educadora". A investigação ambiciona confirmar o conhecimento da existência do PEL junto dos actores locais, conhecer a sua origem e os agentes que participaram na sua construção, bem como tipos e formas de participação, o papel do Conselho Municipal de Educação (CME), os parceiros do município e sua cooperação. A existência ou não de uma estratégia educativa municipal articulada/integrada ao nível da educação formal e não formal constitui igualmente um item a tratar.

Este trabalho visa também testar a intencionalidade educadora (município *locus* de produção e pró-activo) que o conceito de cidade enquanto espaço educador comporta. Propõe-se, desse modo, assinalar o leque variado de programas e serviços proporcionados pelo "Município XXI" e a forma como este os estrutura no seu Projecto Educativo Local. Pretende conhecer os seus objectivos, propostas e ambições, procurando sempre entender o sentido das intenções/políticas municipais à luz dos princípios da Carta das Cidades Educadoras e o contributo da integração na AICE para o alcance de um Território Educativo em Rede, dispondo-se, neste trajecto, compreender-se se, hoje, os cidadãos se encontram ou não mais próximos dos centros e processos de tomada de decisão.

Aspira-se também divisar a existência de uma verdadeira intenção na procura do estatuto de "Cidade Educadora" e se o mesmo não reside meramente na acepção de um título de propaganda e de retórica dos decisores políticos locais, "num rótulo de fachada" e de promoção de imagem do município. O Movimento das Cidades Educadoras sugere que pode vir a ser um referencial particularmente interessante na evolução dos municípios e das associações municipais, dada a existência de um número não negligenciável de municípios portugueses que já aderiram ao projecto e à partilha de experiências que este movimento viabiliza, como se poderá constatar no primeiro capítulo do enquadramento teórico.

É fundamental assegurar, como se recomenda no Relatório para a UNESCO sobre Educação para o Século XXI (1996), que todas as crianças e jovens possam adquirir competências que lhes permitam responder às situações e problemas ao longo da vida, assumindo a sua cidadania, que passa pela

consolidação das quatro aprendizagens estruturantes: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

Não querendo ser arrojado, esperemos que este estudo de caso possa contribuir para a compreensão do desenvolvimento destas aprendizagens no exercício das políticas locais de educação ao nível das verdadeiras intenções daqueles que detêm o poder de decidir em matéria de educação no âmbito do projecto da "Cidade Educadora", do real valor dos instrumentos e canais utilizados e sua efectiva operacionalização para o alcançar de forma participada. Através da construção do PEL e de soluções em rede, vislumbra-se desenvolver a cidadania participativa tão almejada na retórica e insistentemente reclamada nos discursos políticos, mas tão pouco desenvolvida e exigida por todos nós.

A investigação ambiciona revelar se o PEL é ou não um instrumento privilegiado para introduzir coerência de conjunto na intervenção de parceiros diversificados na educação e se proporciona ou não a Democracia Participativa.

Aproveito, também, para expressar que para além do "know how" e da pertinência da temática, visto que são poucos os estudos, na inclinação da escolha, teve peso as vivências enquanto cidadão participativo no movimento associativo – são 24 anos de participação activa em colectividade local, no papel de dirigente; 10 anos de dirigente ao nível do movimento sindical do sector da Educação, no Sindicato Independente de Professores e Educadores; e também enquanto professor diligente e pai participativo.

Em género de auto de (boa) fé, apraz dizer que o mundo está em constante mudança e que acredito na possibilidade da construção de uma realidade social baseada na motivadora partilha de poderes e responsabilidades, no debate democrático, na paixão pelos novos desafios, na aventura colectiva de reivindicar, lutar, participar, acreditar, governar, construir e porque não sonhar?! Já dizia o professor poeta que "sempre que o homem sonha, o mundo pula e avança como uma bola colorida nas mãos de uma criança"[1].

[1] In – Gedeão, António – "Pedra Filosofal", Obra Completa, 2004

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O início do nosso caminho heurístico tem como objectivo compreender o PEL do "Município XXI" e o desenvolvimento do seu processo de construção, que foi acompanhado pela necessidade de reflectir o campo das políticas educativas onde emergem novos conceitos, dinâmicas e papéis.

Procurámos contextualizar o papel dos municípios na educação em Baptista-Machado, 1982; Barroso 1999; Fernandes 2004, 2005 e Neto Mendes 2007; compreender conceitos de "*Cidade Educadora*" em Trilla Bernet 1990, 1993, 1999; Fernandes 2004; Caballo Villar 2001; Guedes 2002; Martín 2003; Machado 2004; Pozo 2007 e Neto Mendes 2007; de territorialização e "*Projecto Educativo Local*" em Salvador Coll, 1998; Canário 1999; Trilla Bernet, 1999, Gómez-Granell, Vila et tal, 1999; Barbieri, 2003; Martins 2005; Coppini, 2006; Vilarrasa, 2007 e Costa, J. A., 2007; de descentralização, democracia e participação em Lima, 1998; Barroso 1999; Canotilho 1999; Formosinho 2005; Fernandes 2005 e Ferreira 2005; de parceria e redes em Ferreira e Guerra, 1993; Azevedo 1994; Castells, 2002; Araújo 2003 e Pinhal 2005; entre outros.

Os referenciais teóricos por nós apresentados serviram de suporte para contextualizar, compreender, clarificar, analisar e interpretar: a evolução da construção do PEL, os seus intervenientes e respectiva participação, as suas propostas, programas e serviços, a sua conformidade com os princípios da Carta do Movimento das "Cidades Educadoras" e a sua importância para uma intervenção estratégica do "Município XXI" na área da Educação formal e não formal; os parceiros do município e da escola; o alcance de um território em rede; a aproximação dos cidadãos aos centros de tomada de decisão; a assumpção da "Cidade Educadora" e a percepção da sensibilização da comunidade entrevistada, por estas matérias.

Optámos por desdobrar o corpo do nosso trabalho em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, que apelidámos de *"O Projecto Educativo Local - Intervenção Municipal - Cidade Educadora",* situamos a problemática em estudo partindo de uma breve contextualização da crise da educação e do Estado-

Providência interligando este cenário com o complexo e contraditório processo de municipalização. Para sua melhor compreensão, fizemos uma brevíssima abordagem ao percurso evolutivo da intervenção e participação do Município na Educação em Portugal e procurámos analisar e apresentar teorias e conceitos relacionados com: a "Cidade Educadora"; o actual ímpeto de "territorialização" das políticas educativas, o "Projecto Educativo Local", condições, aspectos e elementos a ter em conta aquando da sua realização, um possível faseamento, roteiro do seu desenvolvimento e o papel do Conselho Municipal da Educação neste processo; a descentralização e democracia/participação; o desenvolvimento local integrado e a elaboração de pactos, de parcerias, de redes educativas. Considerámos estes conceitos e ideias relevantes para a abordagem da temática e para o nosso estudo.

No segundo capítulo, damos conta dos procedimentos metodológicos da investigação em Lessard-Hebert, 1990; Nóvoa, 1991; Pardal e Correia, 1993; Bogdan e Biklen 1994; Alves et al, 1996; Terrasêca, 1996, 2002; Carmo e Ferreira, 1998; Almeida, 2000; Leite, 2002; Afonso, 2006; Vala 2007; Stake, 2007; Bardin, 2008; entre outros.

Veiculámos a problemática a investigar, identificámos a questão central de partida e as seis sub-questões que lhe estão associadas, bem como os quatro grandes objectivos do estudo. Descrevemos a metodologia utilizada, seleccionámos a respectiva amostra temporal e apresentámos as técnicas de recolha e tratamento da informação.

No sentido de contextualizar o estudo, o terceiro capítulo apresenta uma síntese informativa de natureza geográfica, socioeconómica e cultural do concelho, do "Município XXI". Caracterizámos o objecto de estudo, «o Projecto Educativo Local do "*Município XXI*"»: os seus objectivos, as suas ambições, parcerias e dinâmicas comunitárias e o seu processo de construção. Apresentámos um quadro-síntese (quadro 27) com o seu percurso, em correspondência com o desenvolvimento do processo de integração do "Município XXI" na AICE.

No capítulo quarto, "*Apresentação, Análise e Discussão dos resultados",* apresentámos, examinámos e discutimos os resultados obtidos, mediante

aplicação de uma análise de conteúdo ao nosso objecto de estudo e às oito entrevistas semi-estruturadas. Triangulámos os resultados para melhor responder às questões iniciais.

No decurso deste capítulo fomos tecendo considerações finais, problematizando criticamente os dados apresentados com os temas abordados ao longo dos outros capítulos.

Antes das *Considerações Finais,* propriamente ditas, optámos por mostrar uma análise de SWOT, que nos parece primacial como suporte para uma reflexão aprofundada de todos os participantes envolvidos, em consonância com a avaliação das tendências mais importantes que se verificam na envolvente global do "Município XXI" e do seu Projecto Educativo Local.

Ao apresentarmos esta dissertação, temos consciência das limitações inerentes ao estudo realizado, que encaramos como exploratório e susceptível de futuros aprofundamentos. Porém, não deixamos de exprimir a satisfação que nos deu a sua concretização e também o desejo pessoal, em darmos um possível contributo para o aumento do conhecimento e da sensibilização comunitária para um fenómeno relativamente recente – *«O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas»*.

No epílogo da dissertação encontramos as referências bibliográficas, web gráficas e a legislação consultada e referenciada. Optámos por juntar o anexo 4 ao formato de papel da dissertação, de forma a facilitar a compreensão do tratamento dos dados e dos resultados obtidos.

No "CD-ROM" de apoio situam-se os restantes anexos - "a base de dados do nosso estudo".

CAPÍTULO 1 – Intervenção Municipal – O Projecto Educativo Local – Cidade Educadora

1. A crise do Estado Providência – Municípios e Educação

> «nas últimas décadas do Século XX" num ambiente de transição da sociedade moderna para uma condição de pós-modernidade, " nos países "onde a centralização educativa era um paradigma incontestado […] verificou-se uma inflexão significativa começando a reconhecer-se a importância do papel dos actores locais na educação, designadamente, da intervenção municipal"; Portugal também não foi excepção.» (Fernandes, 2005)

A mudança a que se refere Fernandes (2005: 193) não se deu apenas pela reconversão súbita às virtualidades educativas da descentralização, da territorialização e da participação democrática dos agentes e actores locais em questões educativas.

Estas transformações e tendências andam associadas a uma lógica Reformista do Estado derivada da crise[2] do Estado Providência e interligadas à erosão do paradigma do Estado Educador, ao desenvolvimento de relações horizontais de interdependência entre instituições educativas e parceiros locais, assim como, num contexto português, mas igualmente à escala europeia, aos movimentos para uma maior descentralização das competências educativas para as instituições locais (municipalização).

Segundo Neto Mendes (2007: 10), a crise é provocada, em grande medida, por "circunstâncias externas" – o avanço de uma globalização de cariz neoliberal pautada por diversas formas de desregulação, a integração europeia, fenómeno que fez implodir a transnacionalização do ensino e a governação global das sociedades de natureza política, social e económica.

Ultimamente, objecto de muita crítica, a crise da educação parece justificar

---

[2] Esta crise também é fundamentada na teoria do "Governo Sobrecarregado", sendo os factores que a determinam os seguintes: o crescimento exponencial do sistema educativo (mesmo que a par de uma desvitalização demográfica); a complexidade das situações geradas pela heterogeneidade dos alunos (individual, social e cultural); a "quebra de confiança" na transição entre educação e emprego; as restrições orçamentais decorrentes da crise económica; os disfuncionamentos burocráticos do aparelho administrativo do Estado (Held, 1992 citado por Barroso, 1996).

pelos menos, em Portugal, o renascimento e a recomposição do poder local de base municipal com novos desafios, constrangimentos e diferentes posições, dado que o processo da "municipalização" da Educação é complexo e contraditório.

Ora vejamos, ao fenómeno da globalização contrapõe-se, no seio de cada Estado, um movimento de sentido contrário que tende a valorizar o "local". Neste sentido, Barroso (1999:129) refere que são transferidos poderes e funções de índole nacional e regional para o nível local, dando lugar a formas emergentes de territorialização das políticas educativas, com a redefinição do papel do Estado (que adquire uma função essencialmente reguladora), favorecendo a partilha de poderes entre Administração central, local e as próprias escolas. Surge a afirmação dos poderes periféricos com a mobilização local dos actores e com a contextualização da acção política.

Outra das explicações, segundo Fernandes (2004), tem sido a procura de uma política educativa estruturada a partir do local, pois a compartimentação e isolamento da escola entra em crise e a ligação com o seu meio envolvente é agora opção aceite e proposta. Não é no município que se deveriam procurar as causas do desinvestimento municipal, mas na estrutura ideológica dominante e na organização política do país.

Na óptica de Baptista-Machado (1982), "para que haja descentralização importa que a colectividade territorial apareça como portadora de uma vontade e poder de decisão próprios e não apenas como portadora de interesses, de necessidades, de aspirações e de opinião próprios. Muito menos bastará que a colectividade territorial intervenha como simples auxiliar da administração do Estado na implementação dos planos e programas de acção deste".

O grande desafio dos municípios, a assumpção de uma vontade própria, é coactado pela delimitação de competências de cada nível de poder, central regional e local, que tem por base o princípio da subsidiariedade.

Na óptica de Fernandes (2004: 36), houve, durante muito tempo, uma espécie de "alheamento" dos municípios em relação à educação básica, que nunca foi cabalmente assumido pelos mesmos, devido à escassez de recursos, ao desinteresse e a resistências locais quer dos professores, quer dos autarcas.

Perceba-se então as três perspectivas sobre o papel educativo do município na óptica de Fernandes (2005: 203).

Com o 25 de Abril deu-se a implementação do regime democrático, da Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976) favorecendo um contexto político favorável para uma diferente percepção e valorização do papel dos municípios. Elencou-se o restauro da autonomia municipal e o reforço significativo das finanças locais (Lei 1/79 de 2 de Janeiro). Dez anos após, devido à estabilidade política, surge a oportunidade para a definição de atribuições autárquicas mais alargadas (Decreto-lei nº 100/84), conferindo-se aos municípios mais responsabilidades na construção/manutenção de edifícios escolares e nos transportes escolares.

Segundo Fernandes (2005: 203), vivia-se ainda a 1ª fase do município visto como um "serviço periférico de apoio" à educação infantil e básica obrigatória, claramente delimitado pelo poder central, apenas com encargos e sem competências atribuídas (Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março / Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro e Decreto-Lei nº 399-A/89, de 28 de Dezembro). A autonomia municipal é quase inexistente perante um Estado liberal fortemente centralizador que o regime republicano herdou sem alterar e que a ditadura do Estado Novo reforçou.

Não é por acaso que o artigo 237º da CRP nos afirma que a autonomia local, política e administrativa se revela nas autarquias locais, que são "pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas". Quando falamos em autarquias locais, estamos a englobar, a nível do continente, as freguesias e os municípios.

A União Europeia também defende a autonomia local, está bem explícito na Carta Europeia de Autonomia Local, concluída em Estrasburgo, a 15 de Outubro 1985, e aprovada, em 15 de Julho de 1990, pela nossa Assembleia da República. De acordo com o preâmbulo deste documento, as autarquias são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático, na medida em que, quando investidas de responsabilidades efectivas permitem uma administração eficaz e próxima do cidadão.

Também do lado da administração e dos agentes educativos, os conceitos de descentralização, autonomia e participação tiveram como efeito produzir uma cultura favorável à abertura da escola ao seu território e do sistema educativo aos parceiros sociais. Neste território e parceiros inclui-se naturalmente o município.

Ao falar-se da capacidade autonómica dos municípios, surge obrigatoriamente o tema descentralização. Esta consiste na efectiva transferência de poderes do centro para outros centros de poder locais, os quais se vêem assim dotados de mais autonomia e mais próximos dos administrados; cedendo-se prerrogativas de decisão e não apenas de execução, delimitadas legalmente em áreas concretas, resultantes de um alargado debate no seio da sociedade. Todavia, o que se tem observado, por parte do ME, é a uma maior desconcentração de competências de coordenação e execução para as Direcções Regionais de Educação, fazendo estas a consequente articulação com os CAE's, Agrupamentos de Escolas e Municípios, não implicando a transferência de poderes políticos e de decisão.

A própria Constituição da República, no seu artº 6º, refere que Portugal é um país com um Estado unitário "que respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais". A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, no seu ponto 2 do artº 43º, do capítulo VI, afirma que " O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação de professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.".

Em 1986, já em regime democrático, com a publicação da referida Lei nº 46/86 (LBSE) surge uma 2ª perspectiva, uma 2ª fase, em que o município assume uma certa autonomia real e legal, embora com estatuto de parceiro privado e de agente educativo supletivo face ao sistema educativo público - Fernandes (2005: 204). Exemplo disso é a publicação do Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro que origina a constituição de parcerias na criação de escolas profissionais, e a Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro, que promove a intervenção das autarquias na Educação-Pré-Escolar. Outras surgem ao nível do ensino especial e da ocupação

dos tempos livres. Em 1988, a CRSE propõe a criação do concelho local de educação.

Tanto a 1ª fase como a 2ª são caracterizadas pelas reivindicações levadas a cabo pelos municípios devido à ausência de reforços financeiros nas finanças locais e de não se estar a cumprir os princípios democráticos da descentralização e participação decorrentes da CRP. Este contencioso só se atenuou com o governo socialista, em 1995. Os municípios passam a participar nos Conselhos de Direcção de Escolas, nas Assembleias, pela legitimidade dada no Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio. Todavia, as resistências geradas ainda se fizeram sentir e, de alguma maneira, a produção legislativa faz eco desse facto na modéstia das suas propostas. A partir de 1987, nota-se uma evolução favorável, os municípios são representados pela ANMP no Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei nº 31/87, de 9 de Julho).

Em 1995, começa a surgir uma nova perspectiva, a designada 3ª fase, que se tem vindo a desenvolver até hoje. Passou-se a considerar o município como um interveniente de estatuto público e não privado, como aduz Fernandes (2005: 207) na sua obra - "um participante público na promoção e coordenação local da política educativa". Convém elencar que, embora o âmbito das suas atribuições se mantivesse limitado, a sua intervenção começa a ser mais congruente com o seu estatuto constitucional do poder local autónomo. São chamados a participar nos TEIP e no Projecto PIPSE.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, é legitimada a participação municipal nas Assembleias de Escola e promove-se a criação facultativa de um órgão que já estava previsto na Proposta Global de Reforma de 1988, o Conselho Local de Educação. A criação dos Conselhos Locais de Educação (CLE) é prevista na Lei 159/99, de 14 de Setembro. Esta visava dotar os municípios de um "órgão" completamente vocacionado para a educação. A iniciativa da criação dos CLE era da responsabilidade da Câmara Municipal, bem como a sua composição, devendo o governo, assegurar a efectiva participação das entidades por si tuteladas. Este órgão tinha natureza consultiva acerca de assuntos como a definição do Projecto Educativo Concelhio, a carta escolar, instrumentos do processo de autonomia das escolas, criação de agrupamentos

(Decreto-Regulamentar 12/2000, de 29 Agosto), actividades extra-escolares, adopção de áreas disciplinares de conteúdo local, transportes escolares, colocação de alunos fora da sua residência, entre outros.

A partir de 2003, este Órgão é denominado Conselho Municipal de Educação (CME). Na opinião da ANMP surge como um instrumento fundamental na definição da política educativa local (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro), sendo o órgão responsável pela função de planeamento através da definição da Carta Educativa, do Projecto Educativo Local (o objecto de estudo) e da constituição dos agrupamentos.

Os municípios receberam competências para as quais estes não possuem meios para desenvolver. A Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, art.19º, delega as seguintes competências: Construção, apetrechamento e manutenção (JI e EB1,2,3), elaboração da carta escolar, criação dos conselhos locais de educação, transportes escolares, gestão dos refeitórios, alojamento dos alunos, comparticipação nos apoios da acção social escolar, apoio nas actividades complementares de acção educativa e educação extra-escolar e gestão do pessoal não docente.

O diploma anteriormente citado é actualizado pelo Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, que prevê um Fundo Social Municipal e a contratação de Pessoal Não Docente para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário, componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições, e apoio ao prolongamento de horário na educação pré -escolar; actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e transportes escolares. São desenhos de autonomia local cedida pela descentralização à autarquia.

Segundo o artigo 8º do mesmo decreto, “são transferidas para os municípios as atribuições em matéria de actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo das competências do Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores”.

Mais recentemente, com o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, para

além do assento do município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, a articulação com o município faz-se ainda através das câmaras municipais no respeito pelas competências dos conselhos municipais de educação.

Na 3ª fase, Fernandes (2004: 43) refere que os novos desafios provocados pelo envolvimento progressivo do município na educação requerem um novo paradigma, apontar a cidade como espaço social de encontro entre o global, o nacional e o local, entre a educação formal e a educação não formal, que promova a descentralização e a autonomia e que o município surja como dinamizador e coordenador de uma política educativa local. É aqui que se começa a gizar um dos pontos de interesse da nossa problemática em estudo, a "*Cidade Educadora", que* emerge neste conceito de centralidade do município, com vista ao estabelecimento de uma política local que concretize um projecto educativo global para a cidade. Fernandes (2005: 208) julga "que é a partir desta última fase que se inicia e indicia um movimento, um movimento de convergência entre a descentralização e autonomia municipal preconizada na CRP e o reforço da sua acção educativa, cuja concretização depende de outros factores, entre os quais, o próprio papel dos interventores locais". Nesta linha, no âmbito da intervenção municipal, Neto Mendes (2007: 6) defende que não se deve olvidar a importância que o quadro legal assume como legitimador de caminhos, nem negligenciar o potencial criativo de certas " infidelidades normativas" que no decurso das práticas educativas municipais podem representar políticas locais verdadeiramente autónomas.

Para Neto Mendes (2007: 5) estavam em cima da mesa das negociações, entre o Governo Central e a ANMP, matérias como a Educação, Saúde, Acção Social e Ambiente e Ordenamento do Território. Estas novas abordagens e discussões do problema podem vir a permitir falar-se da 4ª fase da participação dos municípios na Educação. O município parece adquirir um novo protagonismo, já não apenas como promotor e coordenador local das políticas educativas centrais, mas como autor e intérprete das suas próprias políticas educativas, o que pode traduzir a assumpção de um projecto educativo local, concelhio, municipal ou de cidade a reclamar de todos a maior das atenções. Este tendente processo da "Municipalização da educação é um procedimento muito complexo e

contraditório, pois convive, simultaneamente, com fenómenos de relações controversas - por um lado a centralização reguladora e desconcentrada do estado central, por outro lado, a cautelosa e lenta descentralização cedida pelo mesmo e reivindicada pelo estado local.

Noutro eixo, segundo Neto Mendes (2007:1), surge a dimensão política da reforma do Estado, que ocorre num contexto de uma globalização de cariz neoliberal pautada por diversas formas de desregulação e a necessidade da educação para um cidadão "global-Europeu". O Livro Verde da Dimensão Europeia da Educação, publicado em 1993, considera que a participação no desenvolvimento de uma Europa comum necessita do reforço da cidadania europeia, e nada como a acção educativa para o desenvolver.

Apesar destes constrangimentos e precauções, a 4ª fase associa-se à crise de legitimidade e de confiança no Estado educador parecendo, deste modo, estar a criar-se espaço para a afirmação da tal "cidade educadora" ou do "Município educador". Esta ideia-projecto de uma "cidade educadora", segundo Machado (2004: 164), realça a intencionalidade educadora da cidade "em torno de um projecto educativo comum à escola e ao território e atribui aos municípios a importante tarefa de coordenação local da acção social, cultural e educativa que se desenvolve na cidade".

Coppini (2006: 22) advoga que a cidade oferece oportunidades tanto de sinal positivo como negativo; ser "Cidade Educadora e Sustentada" quer dizer que tem todas as ferramentas para analisar as suas oportunidades e fazer prevalecer aquelas de sinal positivo em direcção a cidadadãos equilibrados e responsáveis.

Nesta linha, parece assistir-se, na actualidade, a crescentes manifestações dos municípios para dar a conhecer os seus programas educativos e afirmar o seu espaço local de decisão, traduzindo assim o crescimento e a visibilidade que granjearam nos últimos vinte anos. Situação que poderá advir da sua expressão associativa, pela profusão de movimentos e associações à escala global: Cidades e Governos Locais Unidos, o movimento das Cidades Sustentáveis; o movimento das Cidades Saudáveis e a Associação Internacional das Cidades Educadoras. Esta última foi formada na sequência do congresso de Barcelona de 1990 e da redacção da Carta das Cidades Educadoras, em 1994.

2. Cidade e Educação – A(s) Cidade(s) Educadora(s)

> *«A cidade converte-se em cidade educadora a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar...; sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada. Uma boa parte da sua tarefa como educadora está ligada ao nosso posicionamento político e, obviamente, ao modo como exercemos o poder na cidade e ao sonho e utopia que impregnam a nossa política, no serviço do que e de quem servimos - a política de despesa pública, a política cultural e educativa, a política de saúde, transporte e lazer.»*
>
> *(*Paulo Freire - *II Congresso Internacional de Cidades Educadoras,* Gotenburgo, Suécia, 25-27 Novembro,1992).

Nas últimas décadas, quer a sociedade internacional, quer a sociedade portuguesa têm atravessado mudanças substanciais de ordem política, económica, social, e cultural e constrangimentos associados aos resultados obtidos pelos alunos no seu percurso escolar. Esta situação conduziu ao repensar das concepções e funções globalizadoras da educação e do campo educativo (a escola), entendendo-se que este "contempla quer o campo escolar e a educação formal quer o campo das políticas educativas e o da educação informal" (Cortesão e Stoer, 2001: 374).

Segundo Fernandes (2004: 40), este clima de mudanças e constrangimentos na sociedade moderna reflecte "consequências nas políticas educativas e no papel tradicional do Estado e da Escola" e "estão a alterar também o papel do município. Uma das transformações mais referidas é a descoberta do impacto da cidade nos processos educativos dos seus habitantes". Na opinião do mesmo autor, "essas mudanças requerem um novo paradigma educativo em substituição do existente durante a época moderna constituída pelo Estado Educador, pelo sistema educativo centralizado e pela integração do município numa posição marginal e subordinada aos objectivos nacionais do sistema educativo (Fernandes, 2004: 43).

Este contexto de tendências surge envolvido numa tensão entre uma prática de centralização desconcentrada e uma retórica descentralizadora em que se ingere o actual impulso de territorialização das políticas educativas e da sua autonomização local. Neste sentido, Machado afirma que "num contexto de redefinição do papel do Estado e reforço das competências do município na

educação, emerge a questão da relação entre a escola e cidade e a força da metáfora da cidade educadora, enquanto ideia-projecto que realça a potência educativa da cidade e a intencionalidade educativa da acção social, cultural e educativa do município" (2004:161).

Na óptica de Martín (2003: 443), educar integralmente o ser humano pressupõe educar para a vida num determinado meio que, hoje, para grande parte da população mundial, é a cidade. A cidade é o contexto mais próximo onde decorre a vida, onde se produz a aprendizagem e onde se deve delinear a educação. Na actualidade, cidade e educação estão profundamente implicadas.

Mas as formas e as perspectivas de entender a relação entre a cidade e a educação têm sido diferentes ao longo dos anos. Segundo Trilla, o conteúdo destes termos "cidade educadora" ou "educativa" não é uma invenção mais ou menos recente, é senão uma construção progressiva da história da cidade, da história da educação, mais especificamente da história da estreita relação entre ambas as realidades… Já desde a Grécia antiga se estabelecia um vínculo muito íntimo entre os conceitos de padeia y polis (1990: 15).

Jaume Trilla (1993) aborda esta relação através de três concepções pedagógicas que tomam a cidade como referência, como agente e conteúdo da educação: a escola-cidade, a cidade-escola e a cidade educativa.

Na opinião de Machado, importa não tanto a ideia de cidade em si, mas a ideia da cidade pensada na sua relação com a educação e usada como um paradigma teórico para esboçar e orientar intervenções práticas no domínio da organização da educação na cidade (2004:161).

Na primeira concepção de Trilla, "escola-cidade", a escola assume-se como comunidade educativa total e faz da cidade o seu modelo organizativo e funcional, proporcionando aos alunos diferentes papéis sociais, em toda a sua dimensão educativa e funcional. Exemplo disso, segundo Martín (2003: 443), são a cidade educativa dos rapazes do padre Flanagan, no Nebraska, e a do padre Medina, em Vallecas, mini-sociedades que pretenderam simular a complexidade da cidade real, surgindo mesmo algumas críticas, chegando-se a considerar que houve falsificação dos modelos de organização social e uma tendência de isolamento do resto da comunidade.

Na segunda concepção de Trilla (1993), "cidade-escola", o meio urbano configura-se para gerar formação e ensino segundo o modo escolar. Usando o mesmo exemplo de Martín (2003: 444), podemos destacar a obra de Tommaso Campanella, do século XVII, quando este idealizou uma cidade escolarizada: "a cidade do Sol", cidade onde estariam pintadas e exaltadas todas as ciências do conhecimento. Nesta linha, a ambição pedagógica é vista, segundo Trilla, em "converter a própria cidade em escola" (1993: 197). A cidade-escola "seria um tecido urbano para aprender e educar-se nele de forma escolarmente organizada" e, por conseguinte, "outra forma de utopia do meio educativo total, neste caso, a utopia de um meio citadino totalmente escolarizado" (Trilla, 1993: 198).

Situa-se, na actualidade, a terceira concepção de compreender a relação entre cidade e educação, a cidade educativa. "A perspectiva da relação entre escola e cidade, segundo o paradigma da cidade educativa, reconhece a potencialidade educativa da cidade e a escola como um dos seus elementos da educação formal, ao lado de uma pluralidade de instituições, actividades e esforços de carácter formativo intencional ou ocasional" (Machado, 2004: 163).

Martín (2003: 445) diz-nos que esta relação parece ser a resposta da necessidade da educação no modelo da cidade em que vivemos. Para além de desempenhar funções de âmbitos tradicionais, como o económico, o social e o político, tem de desempenhar um papel educativo, uma função educadora.

Segundo Trilla, esta concepção de cidade educativa é "uma ideia-força", um estímulo para a consciencialização da necessidade de intervenção dos cidadãos e sua responsabilidade, com vista a optimizar a vertente educativa da cidade e um propósito de interpelar os responsáveis da mesma para urgentemente fazer dela uma cidade deveras educadora (1993: 198-200).

Na opinião de Machado (2004: 164), "Uma ideia-projecto" destaca a intencionalidade educadora da cidade para o seu desenvolvimento e harmonia social. Começa-se a usar o termo "cidade educadora" para se referir a nova etapa, a relação entre cidade e educação.

Martín, citando Colom Cañellas (1990), afirma que as origens do termo "cidade educadora" surge nos Estados Unidos, na Urban Education, na década de sessenta, desenvolvida mais tarde, na década de setenta, nalguns países

europeus, como é o caso do Reino Unido. As questões educativas estavam debaixo do controlo local, chegando-se mesmo a criar serviços educativos próprios, institutos municipais de educação (2003: 445-446).

Na mesma linha, Belén Caballo Villar (2001: 21) sugere-nos uma proliferação de "…propostas que se baseiam no binómio educação-território: sociedade pedagógica de Beillerot, sociedade educativa para Torsten Húsen, sociedade educadora para Agazzi, cidade educativa ou educadora para Faure… todas elas iniciativas que põem em relevo as potencialidades educativas do território e o papel dos diferentes agentes na rendibilização das mesmas.

Concordamos com a autora, "assumimos a filosofia destas propostas e centramo-nos na concepção de Cidade Educadora que tem arrecadado maior grau de elaboração teórica e projecção prática nas iniciativas de diferentes municípios " (idem, ibidem).

Como conceito, começou a ter expressão com o relatório publicado pela Unesco, em 1972, sob a coordenação de Edgar Faure e com o título "Aprender a ser", que acolheu a ideia da cidade educativa, educadora. No entender da autora, perfila-se uma "cidade educadora" como um enquadramento teórico de referência para o arranque de acções orientadas a entender o território como espaço educativo. Essas acções necessitam de uma Administração Local Relacional desde a sua formação e consolidação e exigem às autoridades políticas um maior exercício de responsabilidade, compromisso e sinceridade pública para estarem em condições de liderar projectos consensualizados de desenvolvimento territorial. De facto, os concelhos constituem-se no principal agente transmissor da essência da Cidade Educadora (Caballo Villar, 2001: 14-15).

Na opinião da autora (2001: 20), a ideia-força de Trilla Bernet abrange "conteúdos descritivos (referidos à descoberta do que a cidade transmite nos seus espaços construídos e relacionais, como contexto, transmissor e conteúdo educativo), desiderativos (aludindo à sua componente utópica como expressão de possibilidades) e projectivos (valorizando a capacidade mobilizadora de pessoas e recursos para realizar um projecto operativo de cidade)".

Embora esteja subjacente à concepção relacional, a uma filosofia da "cidade educadora", Caballo perspectiva-a como cidade relacional e faz de sua

âncora Bernet (1990). Segundo o autor, " a cidade educadora concebe o meio como envolvente, agente e conteúdo da educação; assume a complexidade do processo formativo, procura propostas integradoras; afirma o carácter aberto, dinâmico e evolutivo do mesmo espaço territorial e acolhe – ou quando menos o pretende – todas as dimensões dos conceitos de educação integral e de educação permanente. A Cidade Educadora é um exemplo de desenvolvimento integrado e relacional do território" (Caballo, 2001: 20).

As Cidades Educadoras tiveram início, como movimento, em Novembro de 1990 aquando do "I Congresso Internacional de Cidades Educadoras" celebrado em Barcelona. Uma rede de cooperação mundial formada por cidades de países de todo o mundo, representadas pelos respectivos órgãos de poder, concluíram ser útil trabalhar em conjunto projectos e actividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, de acordo com os princípios da Carta das Cidades Educadoras – Declaração de Barcelona.

No terceiro congresso das Cidades Educadoras, realizado no ano de 1994, em Bolonha, Itália, este movimento formalizou-se oficialmente como Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) onde foi actualizada e ratificada a respectiva Carta e foram instituídos como seus objectivos:

1. Promover o cumprimento dos vinte princípios da Carta das Cidades Educadoras;
2. Impulsionar colaborações e acções concretas entre as cidades;
3. Participar e cooperar activamente em projectos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns;
4. Aprofundar o discurso das Cidades Educadoras e promover a sua concretização;
5. Influenciar no processo de tomada de decisões dos governos e das instituições internacionais em questões de interesse para as Cidades Educadoras;
6. Dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais.

Catorze anos depois de Barcelona, em Génova, no VIII Congresso Internacional, a Carta das Cidades Educadoras volta a ser actualizada e ratificada, reunindo um conjunto de princípios orientadores. A Carta baseou-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

A sua ideia central é de que a Cidade é, por si só, geradora de educação ao longo da vida, é agente educador, é recurso educativo, é contexto de aprendizagens, visando sempre a formação integral dos seus cidadãos:

> "Hoje, mais que nunca, a cidade, pequena ou grande, dispõe de infinitas possibilidades educativas. De uma forma ou de outra, a cidade contém elementos cruciais para uma formação integral. […] A cidade será educadora sempre que reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política, e de prestação de serviços) uma função educadora. Quer isto dizer que a cidade deve assumir uma intencionalidade e uma responsabilidade cujo objectivo seja a formação, a promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e jovens." **(excertos do preâmbulo da Carta das Cidades Educadoras)**

A Carta das Cidades educadoras[3] foi redigida com a intenção de se concretizar mais a função educadora da cidade sendo reconhecida e subscrita por 139 burgos – dados de Fevereiro de 2000 (Caballo: 2001, 21). Susana Molina Martín (2003), no seu estudo, fez questão de distribuir os dados, as urbes subscritoras eram maioritariamente europeias, à volta de 81,82%, somente 14,35% eram da América, 1,44% da Ásia e 0,48% da Oceânia.

Actualmente, a rede da AICE[4] é formada por cerca de 373 municípios, de 35 países. Registamos assim, desde o ano de 2000 a 2008, um aumento de 234 cidades; em média, verificou-se uma adesão de 29 municípios por ano. Perante esta diversidade de procedências, para se facilitar o encontro, criaram-se redes territoriais nalgumas partes do mundo: Espanha, Itália, França, Portugal (sede em

[3] Fonte: Anexo 9; ver "CD-ROM".

[4] Fonte: Portal da AICE – www.edcities.org

Lisboa), Brasil, América Latina e Europa Central. Na Internet, o portal da AICE disponibiliza uma página para cada cidade associada que o solicite e ainda um Banco Internacional de Documentos com experiências das cidades educadoras de todo o mundo.

Quadro 1. Congressos Internacionais da AICE

Ano	Cidade	Tema
1990	Barcelona	A cidade educadora para crianças e jovens
1992	Gotemburgo	A educação permanente
1994	Bolonha	O multiculturalismo: reconhecer-se para uma nova geografia das identidades
1996	Chicago	As artes e as humanidades como agentes de intercâmbio social
1999	Jerusalém	Levar o legado e a história ao futuro
2000	Lisboa	A cidade, espaço educativo no novo milénio
2002	Tampere	O futuro da educação. O papel da cidade num mundo globalizado
2004	Génova	Outra cidade é possível. O futuro da cidade como projecto colectivo
2006	Lyon	O lugar das pessoas na cidade
2008	São Paulo	Construindo a cidadania em cidades multiculturais

Os congressos internacionais decorrem de dois em dois anos, sendo esse o momento para a realização das assembleias-gerais ordinárias, em que se ratificam novas adesões e abandonos. O próximo será realizado em 2010, no México, na cidade de Guadalajara, sob o tema " Desporto, políticas públicas e cidadania. Desafios de uma Cidade Educadora".

A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras é uma instância de reflexão e debate sobre os Princípios da Carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de actividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional. Procura que os Municípios Portugueses incorporem os Princípios da Carta das Cidades Educadoras e articulem as suas intervenções, transversalmente, a nível municipal; e num âmbito lato, a nível nacional e internacional, participando também em Congressos e em trabalhos de Redes Temáticas, nacionais e internacionais. Tem como objectivos:

• Incorporar os "Princípios da Carta das Cidades Educadoras" nas políticas e práticas dos municípios de uma forma transversal;

• Fomentar e desenvolver o trabalho em rede (Nacional/internacional), através de encontros anuais, debates, produção de Informação/documentação, com base na pesquisa e partilha de informação.

• Participação e divulgação das actividades da AICE.

Como exemplo deste movimento, podemos destacar um encontro nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras em Alte, no Algarve, no dia 20 de Novembro de 2008, onde se recordou que, no caso de Portugal, em vinte e quatro de Abril do ano de 2000, eram nove as cidades portuguesas pertencentes à AICE e que, actualmente, já são 38 os municípios que pertencem à Rede. As Cidades portuguesas membro da AICE são: Águeda, Albufeira, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Braga, Cascais, Chaves, Coimbra, Esposende, Évora, Grândola, Guarda, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Moura, Odivelas, Oliveira de Azeméis, Palmela, Paredes, Portimão, Porto, Pombal, Paços de Ferreira, Rio Maior, Sacavém, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Santarém, Sever do Vouga, Sintra, Torres Novas, Trofa, Vila Franca de Xira e Vila Real[5].

A cidade educadora pode ter expressões diversas e, segundo Joan M. del Pozo (2007: 25), o conceito de cidade educadora muda consoante muda a vida das cidades e dos seus habitantes. Esta metamorfose do conceito não implica uma subordinação consecutiva às crescentes pressões e dificuldades de toda a ordem, mas sim a uma alteração que o combine e adapte às novas características e necessidades das cidades, sem se perder e ferir o seu verdadeiro e genuíno espírito conceptual – o ideal cívico e educativo criado e proporcionado por Marta Mata em Barcelona, no ano de 1990.

Segundo Pozo (2008: 29), um elemento novo da Carta em relação à primeira redacção de 1990 foi a explicitação de um fio condutor, que apenas parecia implícito na mesma, e que mereceu tornar-se explícito para sobressaírem

[5] Fonte: site da AICE - www.edcities.org

aspectos que a redefinem e a melhoram. São os três títulos que agora reagrupam, com maior ordem e sentido, os vinte artigos ou princípios da Carta, que se mantiveram em igual número, para não mudar o seu perfil global, ainda que notavelmente modificados no seu conteúdo e posição.

O fio condutor conecta-se entre as seguintes ideias, obedecendo à seguinte ordem:

- "*o direito a uma cidade educadora*", que alberga seis princípios;
- "*o compromisso da cidade*", com outros seis;
- "*ao serviço integral das pessoas*", com os restantes oito.

A sua função não é tanto a de agrupar tematicamente os respectivos artigos de cada parte, mas a de expressar cada um por si mesmo e, em especial, a sua inter-relação, um espírito global da Carta, que facilite compreender as suas finalidades.

Esta Carta exprime o compromisso assumido pelas cidades que a subscrevem com todos os valores e princípios que nela se manifestam. Define-se como aberta à sua própria reforma e deverá, na opinião de Pozo, ser adequada aos aspectos que a rápida evolução social exigirá no futuro.

O quadro seguinte, de nossa autoria, reflecte a sua síntese e concretização. Deve-se a um trabalho mais profundo de análise documental[6] dos 20 princípios da Carta Das Cidades Educadoras (vd. anexos 1 e 9), sob a inspiração científica do resumo efectuado por Caballo (2001: 23) e da leitura efectuada por nós dos vinte princípios da Carta actualizada em Génova, no ano de 2004.

Apresentamos deste modo, os princípios fundamentais da carta das Cidades Educadoras que, em nossa opinião, podem ser úteis para completar a compreensão do conceito "Cidade Educadora" e que servirão de referência

[6] Segundo Bardin (2008: 48), A análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação. O seu objectivo é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento – A operação intelectual, o recorte da informação, divisão em categorias segundo o critério da analogia, representação sob forma condensada por indexação é idêntico à fase de tratamento das mensagens de certas formas de análise de conteúdo.

científica para o nosso estudo a efectuar mais à frente, no ponto 4., do IV capítulo, aquando da análise do Projecto Educativo Local do "Município XXI" e do seu processo de construção à luz dos princípios do modelo da Carta das Cidades Educadoras.

QUADRO 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS (Modelo operacional de análise)

Princípios/Categorias	
• Educação para a diversidade/coesão social e a cooperação internacional	• A educação formal e não formal
• Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla -A educação em rede	• A educação permanente e formação ao longo da vida
• Colaboração inter-administrativa	• A educação para a cidadania participativa
• Preservação e difusão da identidade da cidade	• Educação para a informação, cultura e património
• Potencialização do intercâmbio entre cidades	• A educação para a saúde
• Infância e Juventude como construtoras da Cidade	• A educação para a segurança
• Manutenção da qualidade dos espaços, infra-estruturas e serviços	• A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado
• Fomento da informação e do associativismo	• A educação e o 3º Sector
• Integração Intergeracional	• Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho
• Qualidade de vida como objectivo	• Município pró-activo, coordenador e educador

Fontes: Carta das Cidades educadoras, 2001 e 2004 e "A Cidade Educadora – Nova perspectiva de Organização e Intervenção Municipal" (Caballo, 2001: 23) - Nossa Elaboração

Perspectivada do lado da acção interventora na cidade, a ideia de cidade educadora comporta um conceito de cidade que dá unidade ao sistema humano, social, cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar a capacidade ou potência educativa da cidade, através da educação formal, da educação informal e da educação não formal. Apesar disso, e na opinião de Machado (2004: 83), é preciso não esquecer que a expressão cidade educadora surge, como já foi referido, na linha da cidade educativa popularizada a partir do Relatório Faure (1972). Este documento elenca uma pluralidade de sentidos e de usos que incorporam conteúdos às vezes descritivos e desiderativos, projectivos e utópicos e que servem ainda de lema ou slogan sensibilizador ou meramente retórico.

Partindo disto, em consonância com Neto Mendes (2007:17), "assiste-se à adesão ao qualificativo "educador(a)" por parte de um número cada vez mais significativo de câmaras municipais, alternando o respectivo referente entre

"cidade", "município" ou "concelho" (…). Parece-nos também que os responsáveis políticos locais começam a assumir, cada vez com mais força, que pode ser uma boa estratégia de marketing político e propaganda reivindicar o estatuto de "cidade educadora", "município educador" ou "concelho educador", sem que se perceba, em alguns casos, se as diferentes designações correspondem ou não a orientações específicas diversas.

Julgamos ser o momento oportuno para levantarmos as seguintes questões: No contexto português, que estão a fazer esses municípios que se integraram na AICE e adoptaram a filosofia da Cidade Educadora? Que princípios da Carta das Cidades Educadoras regem a sua ideia-projecto, o seu Projecto Educativo Local? Como encaminham as relações sociais e de parceria e a participação dos cidadãos? O presente projecto de investigação pretende abordar estas questões ao estudar o caso do "*município XXI*", cidade que aderiu à AICE em 2006.

Segundo Caballo, "a filosofia da Cidade Educadora, que apresentamos é caracterizada por uma certa carga de utopia. Porém, tem possibilidades reais de realização, vislumbra uma via para a sua concretização no Sistema Formativo Integrado" (2001: 29).

No preâmbulo da Carta das Cidades Educadoras, hoje mais do que nunca, as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e, ao mesmo tempo, um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos.

Caballo (2001: 30) afirma que para se atingir um Sistema Formativo Integrado, a Escola e território devem ter um projecto educativo comum, resultado de uma estratégia global e conjunta, em que participem os responsáveis de uma comunidade local, as instituições e as entidades potencialmente educativas, para dar prioridade e uso racional aos recursos e relações existentes ou latentes na organização social, económica e cultural de um determinado território.

3 – Territorialização e Projecto Educativo Local

A controvérsia pela qualidade das políticas territoriais e pela descentralização democrática da Administração Pública, o constrangimento sistemático em conceder aos municípios maiores competências de gestão e de participação do sistema educativo constituem desafios de uma visão moderna de soberania no século XXI. Em Portugal, observa-se aumento gradual e "mitigado" dos poderes locais e do seu envolvimento em matéria educativa com um actual ímpeto de territorialização[7] das políticas educativas e da sua autonomização, constituindo um instrumento privilegiado para o exercício da democracia pelos cidadãos e da co-responsabilização na escolha das políticas educativas que melhor correspondam às necessidades económicas da sua região, bem como para o reforço da expressão da sua diversidade territorial.

A territorialização aponta, assim, "para uma acção centrada num determinado território concreto, concebido como algo mais do que um espaço geográfico, mas também um espaço humano de convivência e interacção, do qual os homens fazem um certo uso social e político através da sua apropriação e utilização" (Cardi (1994) citado por Prata, 2008: 44). Este território de intervenção integra todas as instituições que asseguram a função educativa face a um determinado ecossistema humano. Segundo Canário (1999: 22) "é a esse conjunto que se dá o nome de *bacia de formação";* "a partir do momento em que o ponto de referência da intervenção não é um segmento do sistema escolar, mas uma comunidade local, define-se uma *bacia de formação* em que a compartimentação entre escolar e não escolar passa não só a fazer pouco sentido, como ainda a constituir-se em obstáculo a uma acção eficaz" (idem, ibidem).

[7] Perante as diferentes formas como a dimensão política da territorialização é tratada em diferentes países, assumimo-la, neste contexto, não como um instrumento para a introdução de uma "lógica de mercado", nem como um processo de "auto-limitação" das competências municipais decidido e controlado pelo Estado; não unicamente uma medida técnico-administrativa destinada a "aliviar e modernizar o Estado" e por ele controlada, mas antes, como um processo de apropriação por uma determinada comunidade de diversos espaços sociais; esta apropriação baseia-se no princípio da "mobilização" (Barroso, 1996).

Deste modo, o conceito de territorialização remete incondicionalmente para uma realidade complexa e global de alteração das relações entre o poder central e o local. Segundo Barroso (1996), a territorialização integra uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores que são aplicados no domínio das políticas educativas e que, de um modo geral, tendem a valorizar a afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos actores e a contextualização da acção política.

A propósito da carta educativa, Martins (2005: 144) afirma que a territorialização significa "o esforço de aproximação e integração (numa cadeia potenciadora da formação de comunidades educativas) das várias escolas, dos outros agentes e contextos educativos, dos públicos, das associações e das autoridades locais relevantes, em processos de parceria e de co-responsabilização".

Hoje, uma das formas emergentes de territorialização da acção educativa é determinada através da construção, implementação e desenvolvimento de um Projecto Educativo Local (PEL). Intentaremos, por isso, seguidamente, conduzir a nossa análise no sentido de explicitar, ainda que breve, o quadro conceptual e os suportes teóricos que alicerçam, no contexto educacional e essencialmente nas abordagens política e organizacional, a noção de Projecto Educativo Local, temática central do nosso estudo.

Em 1996, sob influência da experiência francesa das ZEP (zones d'éducation prioritaires), foram criados em Portugal os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)[8], que ainda hoje prevalecem, tendo como questão central o projecto educativo. Nesta nova concepção, o projecto educativo adopta uma lógica colectiva e envolve, para além da escola, vários níveis de ensino e outras instituições da comunidade, de modo a promover e a articular localmente medidas capazes de contribuírem para a diminuição de desigualdades (Barbieri, 2003).

[8] Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, que de acordo com o n.º 1, do Despacho 147- B/ME/96, são definidos como: "os agrupamentos de escolas nos quais se procederá, a partir de1996/1997, ao desenvolvimento de projectos que visem a melhoria da qualidade educativa e apromoção da inovação".

Na opinião de Martins (2007: 113), " […] esta experiência pioneira de uma certa territorialização das políticas educativas correspondeu à valorização do local e, por isso, fez emergir sinais da possibilidade de políticas educativas do local".

Segundo o autor, num relatório final dos T.E.I.P., elaborado no final do ano lectivo de 1997/98 pela comissão de acompanhamento da DREN, sobressai, como factor importante de referência, a concepção e reformulação do Projecto Educativo de Território, constituindo em todos os casos um eixo estruturante das dinâmicas geradas (2007: 102-103).

Na opinião de Costa (2007: 41), este movimento de territorialização política da acção educativa, que pressupõe a implicação local das decisões educativas, parece começar-se a vislumbrar também ao nível das autarquias locais, pois nota-se algum interesse na assunção do desenvolvimento local como um projecto comunitariamente participado. Segundo o mesmo autor, um dos desafios para esse desenvolvimento local é a definição de um PEL, "pois trata-se de um instrumento de gestão fundamental para a consecução estratégica e sustentada de políticas educativas locais". Costa (citando Barroso, 2005: 138) afirma-nos que o PEL julga-se tanto mais pertinente, quanto mais nos avistamos com uma " nova realidade organizacional constituída por conjunto de escolas que servem uma mesma localidade e população e que se agregam com a finalidade de cooperarem para a realização de determinados fins", como é o caso, entre nós, dos "agrupamentos de escolas" (2007: 41).

Parece poder-se concordar com os autores, pois não desvalorizando a dimensão autonómica da escola, investiga-se e reflecte-se cada vez mais na necessidade da sustentabilidade local da educação e da escola através da constituição de processos de parcerias e de co-responsabilização das escolas, das entidades e das associações locais, dos agentes e dos indivíduos que integram as respectivas comunidades, com o intuito de concretizar as políticas educativas locais de acordo com uma determinada bacia de formação/território, quer seja no âmbito territorial da escola, do bairro, da cidade, ou do concelho/município.

Estes princípios originam a definição de novos critérios de planeamento educativo como, aliás, foi relevado quando da publicação do Pacto Educativo para

o Futuro (Ministério da Educação, 1996), onde se reconhece que a gestão da educação é "...uma questão de sociedade, envolvendo todos os parceiros, sem prejuízo da responsabilidade inequívoca do Estado, descentralizando competências na construção de respostas adequadas à diversidade de situações, valorizando a inovação a nível local e a ligação da educação e formação aos seus territórios geográficos e sociais".

Tese relevante para esse planeamento educativo estratégico é o processo conducente à construção das cartas educativas locais. Este não pode ser realizado à margem do conhecimento das muitas outras iniciativas de desenvolvimento que com ele têm de convergir e de nascer - um próprio Projecto Educativo de Cidade, Concelhio/Municipal ou Local, que nos parece poder comportar âmbitos, dinâmicas e finalidades diferenciadas no seu faseamento, mas que será comum e transversal a uma determinada bacia de formação, a um determinado território constituído em rede. É um projecto elaborado fora do quadro organizacional escolar, um projecto de gestão e intervenção local para a sustentação das políticas educativas, como supra referido citando Costa (2007).

Este movimento de territorialização política da acção educativa, na perspectiva de Costa (2007: 41), foi objecto de algum impulso do ponto vista legal através da publicação do Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro, com alteração na Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto. Os até aqui Conselhos Locais de Educação, referenciados pela primeira vez em 1988, pela CRSE (1988:622-628), que os enquadrava numa efectiva política de descentralização da administração educativa, são reconhecidos normativamente através do disposto no artº 2º do Decreto-Lei nº115-A/98 e reforçada a sua criação junto dos municípios pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e que, até aos dias de hoje, são objecto de debate e reflexão junto do ME na procura de uma efectiva viabilização, formalização e séria atribuição de competências., quer por parte da ANMP, quer pelos Sindicatos do Sector da Educação.

Esses Órgãos viram a sua regulamentação recentemente contemplada, agora com a designação de Conselhos Municipais de Educação, constituindo-se legalmente como " […] órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas ao nível do concelho, e relativamente à elaboração da

Carta Educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de oferta de educação e ensino [...]" (preâmbulo - Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro).

Não é por acaso que Prata (2008: 102) assume, tendo por base estudos mais recentes, que algumas Câmaras Municipais pareciam antecipar uma diferente regulação da participação social ao liderarem a constituição de conselhos locais de educação, promovendo a elaboração de cartas educativas, projectos educativos transversais e estabelecendo parcerias com escolas e outras instituições locais de intervenção nos mais variados domínios.

As expectativas relativamente a estes órgãos saíram goradas, pois a publicação do Decreto-Lei nº7/2003 veio desvanecer estas intenções ao impor uma ruptura a prazo (noventa dias) das dinâmicas locais em desenvolvimento, determinando que os conselhos locais de educação que se encontravam constituídos à data da entrada em vigor do referido diploma, deviam adequar a sua composição e funcionamento ao que no mesmo se previa quanto à composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação. Segundo Prata (2008: 102), citando Pinhal (2004), "o facto de terem estado envolvidos dois governos, um que lançou a legislação anterior e outro na fase final das negociações, talvez tenha influenciado o aparecimento de uma solução inesperada e bastante criticável em diferentes aspectos".

Plasmado no Decreto-Lei nº7/2003, podemos constatar que "o Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo "(art.º 3º). Cabe-lhe para além de diversas competências, e importa salientar para o estudo em causa, a de "apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município" (alínea d) do artº 4º).

Este tipo de projecto, segundo Caballo (2001: 29), nasce da filosofia da Cidade educadora, que é caracterizada por uma certa carga de utopia, mas que tem possibilidades reais de realização, vislumbra uma via para a sua

concretização no Sistema Formativo Integrado, um projecto de desenvolvimento integrado e consensual do território.

Parafraseando Caballo, " […] os princípios que fundamentam o Sistema Formativo Integrado apostam no diálogo e na concertação entre os diferentes agentes sociais no respeitante aos temas educativos que afectam a comunidade. Já não é a escola que utiliza a cidade, mas o território que organiza um sistema educativo, como um elemento mais, dentro do qual existe a escola. Neste contexto é a comunidade local a primeira responsável da definição de um projecto educativo integral em que devem participar a escola com a família, instituições locais e associações como principais agentes educativos, juntamente com a estrutura produtiva pública e privada, assumindo cada um deles um papel bem definido: perseguindo a concretização das possibilidades educativas da cidade, marcando as opções do seu projecto educativo numa estrutura integradora. na qual a acção educativa mantém uma estreita relação com a cultura, resultando ambas as duas inseparáveis no Plano Estratégico de desenvolvimento sustentável de um território […] " (2001: 30).

Como expressa Puig (1988), citado por Caballo (2001: 28), a cidade é «o lugar — em definitivo — da estratégia: do possível. Da elaboração do projecto global como ponto de encontro de distintos níveis de intervenção pluriprofissional e interdisciplinar. O lugar do pequeno projecto. Do projecto em colaboração. Do projecto coordenado».

Segundo Caballo (2001: 27), "precisa-se de um projecto amplo, integrador e consensual, fruto do diálogo e da capacidade de negociação entre todos os cidadãos e os agentes potencialmente educativos do território, quando a Cidade Educadora alcançar esta terceira fase da sua evolução". Segundo Alfieri (1994), citado pela autora, "verdadeiramente resultará um discurso de Cidade Educadora e não de Departamentos da Direcção de Educação" (idem: ibidem).

Uma das formas mais interessantes para Trilla Bernet (1999: 44-45) de converter o discurso teórico da "cidade educadora" em projecto tangível e não num mero slogan retórico, é a construção de uma declaração de princípios, ou seja, o "projecto educativo de cidade". Segundo o autor, os projectos próprios da "cidade educadora", apesar de não cumprirem exactamente as características e

condições a seguir apontadas, devem seguir o perfil que as mesmas manifestam, através da imersão numa rede de similitudes que se entrecruzam mutuamente. Destaca assim, os traços comuns, dos projectos genuínos da cidade educadora (vd. quadro 3):

Quadro 3. Traços comuns dos projectos genuínos da "Cidade Educadora"
1- *Globalidade*, quanto aos sectores da população a que se dirige e aos territórios sobre os quais quer incidir;
2- *Integração*, tendem a evitar a excessiva segmentação ou especialização de lugares, funções e destinatários;
3- *Contextualização e transferibilidade*, são genuínos e nascem a partir da própria realidade, mas não renunciam a uma certa vocação de universalidade;
4- *Transversalidade*, refere-se aos conteúdos dos projectos, tendem à interdisciplinaridade, a abarcar âmbitos temáticos variados;
5- *Permeabilidade Institucional*, tendem a acolher simultaneamente uma série de actuações relacionadas com os três sectores da educação – formal, não formal e informal, e incluindo a mistura entre si;
6- *Formatividade Cívica*, independentemente dos seus conteúdos concretos, integram sempre um propósito de formação da cidadania nos valores cívicos e democráticos;
7- *Interdepartamentabilidade*, procuram vincular o maior número de áreas da administração, não desejam limitar-se aos departamentos especificamente educativos;
8- *Participação*, facilitam e alentam a máxima participação cidadã possível, e isso ocorre aquando o próprio processo de gestação/construção do projecto;
9- *Compensação*, mostram-se especialmente belicosos em favor da igualdade de oportunidades e da redistribuição dos distintos recursos educativos. **Fonte: (Trilla,1999: 50)**

Na perspectiva de Gómez-Granell, Vila et al (1999: 51), abraçando a experiência do projecto da cidade de Barcelona, este instrumento nasce para converter em realidade o ambicioso propósito de definir valores e atitudes necessários para combater as desigualdades, conseguir uma cidade sustentável e fomentar a coesão social.

Para eles, o PEL "…constitui, pois, em primeiro lugar, uma aposta em favor da educação como um dos sustentáculos que, antes dos novos desafios económicos, sociais e culturais, pode e deve ser capaz de os converter numa nova fonte de progresso para a cidade; este processo deve estar caracterizado entre outras coisas, pela existência de uma cidadania activa, participativa, consciente destes desafios e capaz de conviver em harmonia, sobre a base de um projecto comum, no qual prevalecem determinadas linhas de actuação que apontam para a eliminação de todo o tipo de desigualdades…", assim, "…a cidade deve deixar de ser um mero recurso pedagógico para a escola devendo converter-se num verdadeiro agente educativo, numa fonte de aprendizagem, de sabedoria e convivência…" (idem: 52).

Segundo Coppini (2006: 40) os projectos Educativos de Cidade (Local) nasceram desde a necessidade de construir sociedades educativas, portanto, da visão de situar a educação como um ponto estratégico de desenvolvimento das cidades, desde a perspectiva de considerar a planificação estratégica como um processo contínuo e através do qual se define como há-de ser a cidade.

O potencial deste tipo de projectos baseia-se na sua vontade de impulsionar a reflexão e a análise participativa, de definir os objectivos que se querem alcançar, os campos de actuação e os planos específicos a levar a cabo.

Estes projectos fundamentam-se sobre três pilares que são: a transversalidade, a participação e a proximidade. Transversalidade para conseguir a implicação de todos os agentes educativos do território e o trabalho de todas as áreas municipais. Participação cidadã entendida como corresponsabilidade, compromisso individual e colectivo. Proximidade, na medida que são projectos vinculados ao território e à comunidade.

Um projecto Educativo é assim, um processo de concertação de decisões complexo e com interesses contrapostos. Este tipo de projecto requer uma metodologia e instrumentos adequados, uma alta dose de percepção por quem os vai desenvolver e uma ligação entre os problemas e as oportunidades reais com os problemas e as oportunidades entendidas pela comunidade docente e comunidade cidadã, nem sempre coincidentes a cem por cento. O PEL é um

processo participativo.

A participação, na opinião de Coppini (2006: 71) gera inegáveis vantagens, mas também alguns riscos, no que diz respeito às características dos actores que intervêm. Em primeiro lugar, a escassa implicação real de alguns agentes com capacidade de transformação, às vezes nem tão pouco vivem na cidade, o caso dos professores. Na maior parte dos casos aparecem na primeira reunião, mas delegam rapidamente quando a participação se dilata no tempo e não se concretiza a sua implicação. Em segundo lugar, há a tendência das instituições municipais que lideram o processo a eliminar o conflito buscando o consenso. Por estes motivos os acordos materializam-se mais sobre grandes princípios que sobre projectos e acções concretas.

Assim, para a elaboração de um PEL são necessárias três ferramentas em simultâneo (vd. quadro 4):

Quadro 4. - Ferramentas para um Projecto Educativo Local

Três ferramentas em interacção	Objectivos
• **Uma análise técnica das dinâmicas que afectam o município a partir da compilação da informação sobre os factores demográficos, socio-económicos e educativos que incidam no desenvolvimento da cidade.**	•Definir problemas e oportunidades •Recomendar directrizes para melhorar a dimensão educativa do município
• **Um processo de participação cidadã, coerente e interactivo com a análise técnica.**	• Definir a percepção de toda a comunidade (administração pública, sector privado, terceiro sector, etc.) relativamente ao futuro educativo da cidade, suas expectativas e o grau do seu compromisso assumido. •Permitir um diagnóstico consensual que envolva a comunidade educativa, bem como todos os agentes sociais, as administrações e todos os cidadãos e cidadãs.
• **Um processo integrado de comunicação.**	•Considerar por parte da cidadania, o processo de elaboração do projecto Educativo da cidade como um instrumento de dinamização e uma ferramenta para abordar os desafios do presente e do futuro. •Implicar um processo de sensibilização e de consciencialização que permita a construção da cidade desejada com a sua função educadora e o objectivo da formação, da promoção e do desenvolvimento de todos os seus habitantes.

Fonte: Coppini (2006: 71) – Nossa elaboração

O requisito básico para pôr em marcha um processo com estas características é a aprovação municipal do seu início e implementação. Este acordo é imprescindível para garantir que o desenvolvimento do PEL se mantenha fora do terreno das disputas políticas e que os seus resultados sejam assumidos por todos os representantes municipais. A partir deste momento têm de se constituir os órgãos gestores responsáveis pelo processo (vd. quadro 5):

Quadro 5. - Exemplo de uma Estrutura Organizativa e Participativa de um Projecto Educativo Local

Plenário Municipal	•Espaço representativo que legitima o PEL, aprova o início dos trabalhos e valida as linhas estratégicas a implementar, delineadas pela Assembleia Educativa Local.
Junta do Governo Local	•Espaço político da direcção do projecto, promove a sua realização, valida o diagnóstico e a prioridade das suas linhas estratégicas e adquire os compromissos políticos de execução municipal. Vela pela transversalidade e realiza o seguimento de todo o processo. Articula a participação da equipa do governo. É um elemento chave da elaboração e êxito do PEL.
Secretaria do projecto	• É o Órgão encarregue da gestão e coordenação de todos os processos que se desenvolvem em redor do PEL. Recomenda-se uma liderança repartida entre a Área da Educação e a Participação Cidadã. É formado por representantes políticos e pessoal técnico. Requer o envolvimento da Área da Comunicação e a criação de um Director Técnico do PEL, não tem que ser um técnico municipal, tem é de ser alguém que se movimente bem no território, conheça as entidades locais e saiba distinguir e potenciar as dinâmicas existentes entre os diversos actores.
Promotores do PEL	• São cidadãos e cidadãs com vontade de comprometer-se em melhorar a cidade na óptica participativa e educativa, são a correia de transmissão para as acções. São o referente central da dimensão participativa do PEL.
Assembleia Educativa Local	•É um Órgão plenário para assegurar a participação à volta do PEL. Tem como objectivo gerar um espaço aberto de corresponsabilidade territorial e de articulação cívica sobre a realidade educativa local. Estão representados os agentes e as instituições mais significativas do território e todos aqueles cidadãos que querem participar. É uma expressão visível do compromisso cívico com a educação. As suas funções são: calendarizar as acções, avaliar os resultados e formular novas propostas e projectos.
Conselhos Sectoriais e Territoriais de participação	•Além da Assembleia Educativa Municipal é preciso organizar jornadas de trabalho sectoriais com o Conselho Escolar Municipal e com outros Órgãos de participação do município relacionados com os conteúdos da dinâmica do PEL.
Equipa de Projecto	•Juntamente com os promotores são os Órgãos que possibilitam a participação cidadã da maneira mais directa. Para cada uma das linhas estratégicas do diagnóstico será criada uma equipa de projecto que depois interage com os diversos actores e apresentará conjuntamente com os promotores do PEL programas e acções para desenvolver na Assembleia Educativa Local.
Associado - PEL	•São todas aquelas pessoas que a título individual compartilham os objectivos do PEL, que desejam sentir-se vinculadas a ele e informadas do mesmo, que emitem opinião e constroem propostas, mas sem se comprometerem a uma dinâmica de trabalho. A forma mais eficaz de gerir este potencial cidadão é mediante a promoção da web do projecto.

Fonte: Coppini (2006: 72-75) – Nossa elaboração

A Participação também se estruturará com a realização de inquéritos ao

conjunto da cidadania, às entidades e à comunidade educativa, com a realização de entrevistas em profundidade e com jornadas de trabalho abertas a toda a cidade. O autor não duvida da necessidade de incorporar a opção participativa na web do projecto ou do município. Na opinião de Coppini (2006: 75), a participação é em si mesmo uma eficaz ferramenta de comunicação, mas a gestão de um PEL não pode basear a sua estratégia comunicativa somente neste ponto. Em termos de comunicação corporativa de um PEL há alguns elementos imprescindíveis: o logótipo, a web, a campanha de promoção, as publicações, as relações com os meios de comunicação e a comunicação interna.

Segundo Werle e Barcellos (2008: 539), da análise do Plano Municipal de Educação de Portalegre destacou-se uma característica essencial do PEL, é um Plano para o público ver. No item Inclusão/Divulgação pode-se ler "Potencializar os mecanismos de ampla divulgação e esclarecimento do projecto educacional"; "divulgar as experiências das unidades de ensino, não somente os resultados, mas também a metodologia empreendida no projeto"; "promover e garantir canais de divulgação e efectiva publicação dos trabalhos e experiências"; "realizar pesquisas na comunidade escolar", "criar instrumentos que divulguem ao conjunto da sociedade as experiências em andamento".

Na óptica de Canário (1999: 3), o PEL pode ser definido como "o instrumento de realização de uma política educativa local que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade".

Tal como Trilla, seguindo a definição do ayuntamiento de Barcelona, Salvador Coll (1998: 71) define o projecto educativo local como um conjunto de opções básicas, de princípios orientadores, de objectivos e linhas prioritárias de actuação que devem presidir e guiar a definição e a colocação em prática de políticas educativas no âmbito da cidade, dirigidas a enfrentarem-se como garantias de êxito, desde uma perspectiva progressista aos desafios, que no âmbito da educação, suscita a nova sociedade da informação, conhecimento e aprendizagem no fim do século XX. O quadro que se segue, em coerência com esta definição do "ayuntamiento", apresenta o PEL de Barcelona com as

seguintes características, objectivos e funções:

Quadro 6 – Características, objectivos e funções do PEL

Características Distintas	Objectivos e funções
a) Responde a uma visão progressista da educação que assume quatro princípios básicos: 1. A educação deve estar orientada a fortalecer a cultura e os valores de uma cidadania democrática em todas as suas vertentes; 2. A educação é um factor principal para promover e assegurar o progresso, a mobilidade, a integração e a coesão social; 3. A educação é um instrumento básico e essencial de renovação, criação e mudança cultural; 4. A educação tem uma função compensatória das desigualdades sociais, económicas e culturais. **b)** Adopta a Cidade/concelho como território educativo, com papel activo dos seus usuários na melhoria das práticas educativas e das suas decisões. **c)** Tem uma natureza participativa, apela à sociedade, à cidadania, à participação de todos. **d)** Entende a educação em sentido amplo, para além da escolar deve-se articular os diferentes tipos de práticas educativas presentes na cidade, escolares, formais, não escolares e informais orientadas para a formação dos cidadãos. **e)** É uma tentativa de repensar a fundo as funções da educação no fim do século XX, princípios do século XXI, de reconhecer os novos desafios da sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem e a tentativa de começar a dar respostas. **f)** Aspira a gerar reflexão de validez universal sobre o papel das cidades frente aos desafios educativos, neste sentido visa incorporar as experiências de outras cidades na reflexão e criar instrumentos de coordenação conjunta.	Definição de políticas educativas concretas e amplo acordo social e político para a sua evidência. O seu processo de elaboração foi suscitado de maneira que permita: •Dinamizar, mobilizar e criar sinergias e tendências coesivas no âmbito do cidadão, em torno de propostas educativas de carácter progressista; •Criar um espaço atractivo para a reflexão e debate sobre temas educativos que implique um maior número de grupos/associações e tenha uma ampla repercussão social; •Promover a participação e implicação das pessoas, grupos e associações com peso e capacidade para criar opinião sobre temas educativos; •Potenciar e animar a exploração de novas ideias e novas orientações em educação com ampla participação e compromisso dos núcleos de intelectuais mais fortes da sociedade; •Investir num melhor aproveitamento dos recursos humanos, económicos e tecnológicos mediante a coordenação de esforços que se conseguem a partir de grupos, associações e instituições diferentes que incidem actualmente no mundo da educação; •Contribuir e criar um estado geral de opinião sensível a temas e problemas educativos, assim como gerar uma disposição favorável aos processos de mudança e de melhoria; •Sublinhar o compromisso do “ayuntamiento” de Barcelona com a educação dos seus cidadãos e cidadãs, recuperando a iniciativa que tem tido historicamente neste âmbito.

Fonte: (Coll, 1998) “El proyecto educativo de ciudad: un elemento estratégico de futuro”– Elaboração própria

Para Telerman, presidente do CIDEU, citado por Coppini (2006: 5), os Projectos Educativos Locais relacionam-se com o Movimento das "Cidades Educadoras" que nasceu em Barcelona no ano de 1990 e que em 1994 se constituiu na AICE. É com o conceito da "Cidade Educadora" que surgem as propostas dos Projectos Educativos Locais como instrumentos de concretização das dinâmicas geradas em torno deste Movimento. A filosofia do PEL baseia-se na transformação da cidade, esta não pode ser um simples cenário de intervenção educativa, tem de passar a ser um agente educativo que reflicta activamente na educação dos seus cidadãos.

Coppini (2006: 37), define o PEL como um instrumento de planificação estratégica realizado de forma participada e que se articula como um espaço de reflexão e de debate orientado à acção. É um projecto educativo de cidade que a vê com uma lente educativa. É um recente fenómeno no âmbito da política educativa local, há que entendê-lo como uma oportunidade colectiva de diálogo e de trabalho conjunto, com a finalidade de determinar perante toda a comunidade cidadã qual é a cidade desejada, para construir colectivamente uma cidade inclusiva.

Era lógico que Barcelona fosse a pioneira em implementar um PEL, pois tinha sido a promota da Carta das "Cidades Educadoras" em 1990. Durante 10 anos o PEL de Barcelona teve as seguintes etapas (vd. quadro 7):

Quadro 7. Etapas do PEL de Barcelona

1997-1999 -	Elaboração e aprovação do PEL I
1999-2002 -	Fase de impulsão de projectos
2002-2003 -	Elaboração e aprovação do PEL II
2004-2006 -	Plano de Acção e participação sustentada
2006-2007 -	Elaboração e aprovação do PEL III

Fonte: Coppini (2006: 46-47) – Nossa elaboração.

O PEL I foi caracterizado por um grande desenvolvimento teórico, já o PEL II (B) actualizou o diagnóstico e as estratégias e teve como missão criar pontes de

diálogo entre os vários agentes educativos.

Vilarrasa (2007: 116), Directora de Planificação Estratégica do Projecto Educativo da Cidade de Barcelona (PEL) B, define-o como o instrumento de governo educativo que é a base da participação cidadã, da planificação estratégica e da corresponsabilidade social na educação, e que tem que ter como efeito principal a coesão de uma comunidade educativa cidadã, da qual um número crescente de entidades e pessoas se sentem participantes e que está ao serviço da construção da "Cidade Educadora".

No Encontro Nacional em Alte, em 20 Novembro de 2008[9], organizado pelo Comité Executivo da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, concluiu-se, dentro da mesma lógica defendida por Vilarrasa, que o Projecto Educativo Municipal é um instrumento que irá permitir perspectivar o futuro, visando a melhoria progressiva e constante das várias intervenções educativas municipais, para assim contribuir para o enraizamento na população de uma cultura de participação consentânea com a filosofia subjacente à criação das Cidades Educadoras; perpspectiva-se o envolvimento empenhado dos cidadãos. Por outro lado, pretende-se também antecipar problemas e levar os membros da comunidade à percepção e construção de novas necessidades a que se procurará responder o mais eficazmente possível.

Parece-nos que pretendendo seguir a mesma linha e após uma impressão inicial da análise do nosso objecto de estudo, "o PEL do Município XXI", este assume um conceito definido como uma ferramenta que permite ao município, com a colaboração dos diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, dividir responsabilidades e definir princípios, metodologias e prioridades para a sua intervenção educadora.

É precisamente esta participação e a definição/assumpção de princípios à luz do modelo das "Cidades Educadoras" que pretendemos investigar, na tentativa de compreender a relação dialéctica que existe dos princípios à prática construtiva do PEL.

---

[9] Fonte: Boletim nº 9/2009 da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (Ver Anexo 11) e site do município de Loulé (ver webgrafia).

3.1. Desenvolvimento e faseamento do PEL – Um Roteiro

Neste capítulo torna-se incontornável a necessidade de abordar, ainda que brevemente, um dos possíveis roteiros do processo de elaboração do Projecto Educativo Local/Municipal/Concelhio/Cidade.

Matéria pouco investigada e pouco aprofundada em Portugal na área dos municípios e educação, facto que tem despertado a curiosidade e o interesse de alguns investigadores[10], até porque, como pudemos constatar na abordagem das "Cidades Educadoras" e na perspectiva de Esteve (2001:7-8), na última década do século XX, numerosas cidades têm tomado consciência do imprescindível papel que desempenham na educação dos seus cidadãos e da importância que é gerar um Projecto Educativo comum, de largo alcance e de responsabilidade colectiva.

Ao contrário do projecto Educativo de Escola, que tem sido um objecto bastante estudado pela comunidade científica, com resultados controversos na sua relação entre as normas, os discursos, os seus princípios e as suas práticas, enquadrado legalmente, desde 1980 até aos dias de hoje, pelo poder político-administrativo[11] (contendo inclusivamente as competências da sua elaboração, desenvolvido e arcado pelas escolas, enquanto progressivo centro das políticas educativas, nalguns casos só no cumprimento das suas obrigações legais, noutros, na procura do reforço da sua autonomia e do seu exercício), o Projecto Educativo Local, como se pode constatar no ponto anterior, para além de surgir só em 2003, de forma insípida nos assentos legais, nunca foi assumido e legislado pelo nosso poder político-administrativo como um instrumento privilegiado e necessário à promoção da qualidade do serviço público de educação, o que já acontece nalguns países da Europa e da América (Ex:

[10] Alguns dos autores portugueses que já se debruçaram sobre a problemática do Projecto Educativo Local: CANÁRIO, M.B. (1996, 1999); GUEDES, M. G. (2002); RODRIGUES F, 2003; BAIXINHO (2006); COSTA Jorge. Adelino (2007); COSTA, John. N. (2007); PRATA M. (2008), entre outros.

[11] Artº 34º do Dec-Lei 553/80 de 21 Novembro; Dec-Lei nº 287/88 de 19 Agosto; Dec-Lei nº 43/89 de 3 Fevereiro; Despacho 8/SERE/89 de 8 Fevereiro; Dec-Lei nº172/91 de 10 Maio; Despacho nº 133/ME/93 de 1 Junho; Despacho nº 147-B/96 de 1 Agosto; Despacho Normativo 27/97 de 2 Junho; Dec-Lei nº 115-A/98 de 4 Maio; Lei nº 24/99 de 22 Abril; Dec-Lei nº 75/2008 de 22 Abril.

Brasil)[12].

Na nossa opinião, este desinteresse institucional explícito do PEL, pode desencadear várias leituras e cenários: resistência pelo Estado Central a movimentos descentralizadores e simultaneamente a uma política de regionalização territorial e administrativa, esta pode ser intencional ou assente em deficit de experiências. Por outro lado, pode haver a promoção da autonomia local e escolar, onde uma ideia de projecto se associa à ideia de missão, à elaboração de valores, à visão colaborativa e formativa, ao desenvolvimento de parcerias conectadas em rede, numa esfera micro política, isto é, de maior poder de decisão dos actores locais deslocando-se, assim, as lógicas de acção no sentido da sua fundamentação local fugindo-se aos comuns rituais legitimadores da Administração Educacional.

Prata (2008: 102) é peremptória em dizer que o que se esperava era que os Conselhos Municipais de Educação se viessem a assumir como Órgãos de parceria capazes de emitir pareceres úteis ao Sistema Educativo; que tivessem um peso relevante na tomada de decisão; uma composição variável; que fossem sedes de concepção, acompanhamento e avaliação de um projecto educativo local e que conduzissem à territorialização das políticas educativas. No entanto, tal não se verificou, ainda hoje existem municípios que não têm estes órgãos constituídos. Neste sentido, este órgão tinha um papel fundamental na definição da política educativa para uma determinada comunidade ou, como referiu Fernandes, já em 1999, "a utilidade de uma estrutura local deste género parecia indiscutível, para assegurar uma coordenação local entre todos os actores locais e poder lançar as bases para o desenvolvimento de um projecto educativo local" (1999: 24).

Uma das investigadoras portuguesas que procurou perceber a construção do PEL foi Beatriz Canário. A mesma afirma (1999: 4) que pela diversidade de actores que envolve, e pelo seu carácter negociado, a construção de um PEL é um processo que se desenvolve ao longo de vários anos e que adopta formas necessariamente muito diferenciadas, em função dos contextos. Para a autora

[12] Consultar Werle e Barcellos (2008: 516).

(1999: 3), a iniciativa de realização de um PEL pode partir de um grupo de escolas ou de outros parceiros com responsabilidades na educação, nomeadamente as Câmaras Municipais, ou mesmo ter origem numa decisão central, como no caso da experiência francesa das ZEP (zones d'éducation prioritaires). O quadro 8 faz a síntese dos elementos a ter em conta num PEL:

Quadro 8 – Síntese de elementos a ter em conta num PEL

Nascimento	**1 - Aspectos a ter em conta no lançamento de um PEL**
— **«A construção de um projecto de um território deve partir do reconhecimento das suas potencialidades próprias»** (Nóvoa et all., 1992). A caracterização do meio não se pode resumir a uma lista de carências e problemas. Não é possível lançar um projecto sem que haja consciência do ponto forte sobre o qual ele se pode apoiar. — O trabalho de caracterização não surge como um mero exercício académico se for inserido na prática pedagógica quotidiana e se a sua necessidade for sentida para investir na acção. A visão dos problemas transforma-se a partir do trabalho de caracterização. Caracterizar é, em primeiro lugar, interrogar-se. — A descoberta dos recursos existentes no meio e que podem ser rentabilizados em termos educativos é um elemento essencial na construção do projecto.	
Elaboração	**2 - Questões a ter em conta na elaboração do documento do PEL**
— A problematização da situação é que fundamenta a escolha de uma estratégia de intervenção. — Fazer um projecto é optar por algumas prioridades, em detrimento de outras. Sem escolha não há projecto. — As metas propostas têm que ser realizáveis.	
Articulação	**3 - Para articular o PEL com o trabalho das escolas**
— A construção de um PEL deve ser um momento para o aperfeiçoamento e revisão dos projectos de cada escola do território. — Todas elas devem ter uma participação em pé de igualdade na definição do PEL. — A existência de um PEL passa pela constituição de órgãos próprios que assegurem a coordenação das actividades e a articulação com os projectos de escola.	
Avaliação	**4 - Avaliar para melhorar o PEL**
— A reflexão sobre o processo de construção do PEL deve ser periódica e reunir os diferentes intervenientes. — O PEL necessita de construir o seu próprio referencial de avaliação, de acordo com as metas que procura atingir, desde o delinear do projecto.	
Parcerias	**5 - A relação com os parceiros da escola no âmbito da realização do PEL**
— Os parceiros da escola estão, como o próprio nome indica, numa relação de igualdade com ela, tendo o mesmo tipo de direitos e de responsabilidades no delinear e na execução do PEL. — A relação com os parceiros deve ser formalizada em protocolos que estabeleçam os termos concretos da colaboração. — O interesse na realização da parceria tem de ser mútuo.	
Reflexão Crítica	**6 - Pontos críticos na criação de projectos locais**
— A forma de delimitação do território. — A insuficiência das competências e meios de actuação actualmente atribuídos à escola e à autarquia. — A capacidade de auto-organização do território.	

Fonte: (Canário, 1999)

Para Gómez-Granell e Vila (2001: 28), inspirados no modelo da cidade de Barcelona, modelo este baseado numa alteração de concepção da "pedagogia da cidade" à "cidade como pedagogia", em que cada agente assume a sua responsabilidade educativa em torno de um projecto conjunto, Projecto Educativo de Cidade define-se como um plano estratégico realizado de forma participativa e consensual, capaz de definir linhas estratégicas e actuações concretas para o futuro a curto e médio prazo. É evidente, para os mesmos autores, que qualquer iniciativa orientada a promover um Projecto Educativo de Cidade deve contar com um impulso inicial da administração local, mas um projecto desta natureza deve converter-se, sobretudo, num projecto colectivo de toda a cidade (idem: 29) e a sua realização requer, pois, certas condições (vd. quadro 9).

Quadro 9 – Condições a ter em conta num PEL

Capacidade de Inovação e Reflexão	Participação Cidadã	Consenso e Acção
Bom diagnóstico da realidade sócio-educativa da cidade ou do território: Definição das acções e dificuldades, principais tendências, riscos e oportunidades para permitir propor uma série de opções baseadas num conjunto de valores Equilíbrio entre utopia e realidade	Participação quer ao nível do processo de elaboração das propostas, quer ao nível da sua negociação e execução Objectivo Prioritário através de: Corresponsabilização Cidadã Implicação da comunidade Participação colectiva de diversas entidades, instituições e agentes Mobilização da capacidade social de reflexão	Negociação e aceitação de um compromisso para a prática, um compromisso para a acção Propostas de actuação consensualizadas, seleccionadas e priorizadas temporalmente Compromisso da sua realização, senão todas, pelo menos algumas

Fonte: (Gómez-Granell, Vila et al 2001)

Costa J. A. (2007: 43) contextualiza o PEL como um projecto educacional fora do quadro organizacional da escola, pois não é da sua estrita e exclusiva responsabilidade, não obstante poder ter como parceiro activo a mesma. Tipifica-o e situa-o no âmbito de actuação da administração autárquica, designadamente a municipal. Desenvolvido sob a sua coordenação e supervisão, traduz-se em

propostas de desenvolvimento educativo de uma colectividade local, na base das quais se deve construir a carta educativa municipal, sem esquecer os processos de articulação e coerência com os restantes projectos e programas educativos, quer formais, quer informais.

Costa J. A. (2007: 56) conclui que o seu processo de desenvolvimento e de faseamento não encontra nos diversos autores uma unanimidade constante de propostas[13]. Não existe uma forma mecânica/precisa, nem uma receita do tipo "the one best way" ao nível dos procedimentos.

Como no nosso trabalho dedicamos particular atenção à fase inicial, ou seja ao momento da concepção do projecto educativo local, projecto educacional fora do quadro organizacional escolar, enquadramos esta problemática na óptica de um guião/roteiro flexível que se adapte a essa especificidade e que, a qualquer momento, pode sofrer inesperadas alterações da realidade ou condicionalismos diversos. O guião que seleccionamos é o sugerido por Costa (2007). O quadro 10 identifica três fases principais no desenvolvimento de projectos:

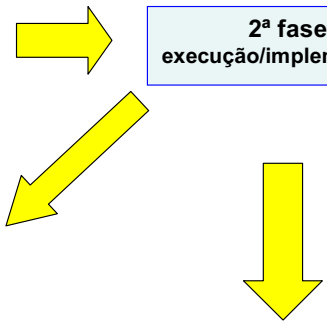
Quadro 10 – Um Guião de Projecto

1ª fase: concepção/planeamento

problema
clarificação e fundamentação do problema
finalidades globais (soluções)
recursos existentes
exequibilidade

Plano do Projecto (documento escrito)

título e identificação
problema
fundamentação
objectivos
estratégias e metodologias
actividades
participantes (pessoas, grupos e organizações)
recursos materiais e financeiros
estrutura organizacional (coordenação, gestão)
calendarização
avaliação (momentos, formas)
divulgação
bibliografia
anexos



2ª fase: execução/implementação

3ª fase: conclusão/avaliação/divulgação (resultados)

Fonte: (adaptado de Costa, 2007: 56)

[13] Esta problemática encontra-se desenvolvida por Costa (2007: 51-62)

Voltando a Salvador Coll (1998), na qualidade de Conselheiro Delegado do Instituto de Educação do ayuntamiento (Câmara Municipal) de Barcelona, numa das suas reflexões no decurso do processo de elaboração do PEL do referido município, o autor destaca-nos um conjunto de temas e questões a ter em conta para reflexão e debate, a desenvolver numa fase inicial deste processo. (vd. quadro 11)

Quadro 11. Fase Inicial do Projecto Educativo Local (Experiência de Barcelona)

Temas e Questões para Reflexão e Debate	Procedimentos
1- Identidade, diversidade e educação	▪ Grupos de trabalho ▪ Consultas a grupos ▪ Estudos do estado sobre a questão ▪ Elaboração de documentos com propostas Inovadoras ▪ Desenvolvimento de uma ampla consulta pública aos cidadãos através de um guião para o debate ▪ Recolha de contribuições, opiniões e propostas de instituições, organizações, entidades e também de cidadãos e cidadãs a título individual ▪ Organização de fóruns sectoriais de debate e discussão sobre alguns dos temas de maior impacto social
2- Educação, formação e trabalho como instrumentos de integração e de coesão Social	
3- Ecossistema urbano e qualidade de vida	
4- Informação e comunicação	
5- Cooperação, desenvolvimento e educação	
6- Educação, associativismo e corresponsabilidade cidadã	
7- Educação artística, musical e consumo cultural	
8- As pessoas com incapacidades no contexto da cidade	
9- Universidades, educação e cidade	

Fonte: (Salvador Coll, 1998: 74)

As conclusões e os resultados de todas as actuações realizadas ao longo do processo de elaboração do projecto educativo de Barcelona seriam apresentadas num congresso sobre cidade e educação a celebrar nessa localidade, em Fevereiro de 1999, com o título" A cidade, um espaço e um projecto educativo" (idem; ibidem).

Trilla Bernet (1999: 44-46) quando abordou na sua reflexão " *da ideia aos projectos – três ilustrações*", diz que "os projectos educativos de cidade" são um conjunto de opções, princípios, objectivos e linhas de actuações que presidem as políticas educativas postas em prática no âmbito local, "a cidade das crianças/dos meninos de F. Tonucci" aparecem como uma filosofia dirigida a adaptar este grande espaço aos mais pequenos, e "o mapa educativo da cidade", surge como

um grande inventário daqueles agentes que têm uma projecção educadora sobre a cidadania, com projectos, todos eles distintos, quer no seu alcance, conteúdo e metodologia, mas sem dúvida ilustrativos da ideia da cidade educadora e coerentes com ela. No documento sobre o processo de elaboração do projecto educativo da Cidade de Sabadell, pode-se ler o seguinte: "…há que projectar estratégias educativas que optimizem sinergicamente a acção dos diferentes agentes em relação aos desafios prioritários que tem hoje a cidade. Há que definir e consensualizar quais são estes desafios, as acções estratégicas em matéria educativa a impulsionar e as responsabilidades que temos de assumir no respeito dos diferentes agentes cidadãos…".

No mesmo alinhamento, Canário (1999: 3) afirma que "…o Projecto Educativo Local, tendo um âmbito mais alargado do que o Projecto Educativo de Escola, agregando diferentes escolas e um conjunto alargado de parceiros na definição e execução de uma política educativa local, tem uma dimensão de negociação muito exigente. Construir um bem comum local, entendido como a definição local do interesse geral não é uma tarefa pacífica. Na definição desta política educativa local os intervenientes são mais numerosos, os interesses mais diversificados e por vezes concorrenciais, as dependências hierárquicas múltiplas. A concertação torna-se uma tarefa exigente…".

Segundo Trilla (1999: 46), uma das características mais interessantes destes projectos, para além da substância dos conteúdos e das linhas estratégicas que chegam a formular-se, é o próprio processo de elaboração dos mesmos. Um processo parece apostar decididamente na participação, na busca de cumplicidade dos distintos agentes sociais e institucionais directa ou indirectamente vinculados à educação, e na aspiração do consenso, do que em estilos de gestão de carácter tecnocrático ou pela imposição de critérios políticos unilaterais.

Na realidade, pretende-se ser consequente com uma das ideias-força da filosofia da cidade educadora, a optimização educativa da cidade é uma responsabilidade e uma tarefa compartilhada, um processo consensual e participativo.

4. Descentralização e Democracia – Formas de Participação

As ideias de *descentralização e de territorialização* das políticas educativas, de apelo à participação dos actores locais na administração e governo da educação, nomeadamente das autarquias, surgem historicamente como respostas às críticas dirigidas ao centralismo e à burocracia do Estado. O Estado revelou-se incapaz de resolver os problemas acrescidos de um sistema educativo, cada vez mais complexo e de maiores dimensões, perante a crise de legitimidade, de governabilidade e do próprio modelo (Barroso, 1999: 130).

Com o intuito de compreendermos a selecção do presente tópico - " Formas de Participação" - é importante, no nosso entender, empregando Fernandes (2005), explicitar os argumentos políticos a favor da descentralização. Estes decorrem de uma diversa concepção de Estado e Democracia, ou seja, assumem que a concepção de Estado e Democracia é um sistema político descentralizado como refere Baptista-Machado (1982). Segundo Fernandes, (2005: 72), os argumentos "… completam-se também com as novas concepções educativas presentes nas correntes da Escola Nova ou de uma obra de referência como o relatório da UNESCO, *Aprender a Ser* (Edgar Faure, 1972), que põe o acento na participação, na auto-educação e no papel da cidade na educação dos jovens e adultos".

Nesta linha, a descentralização educativa tem como objectivos políticos desenvolver a cooperação entre parceiros e actores educativos, aprofundar o exercício da democracia dando mais conteúdo à participação dos cidadãos, entregar às comunidades educativas locais a gestão dos seus interesses, possibilitar a incrementação de projectos educativos locais integrados tendo em conta o desenvolvimento pessoal e comunitário dos jovens em formação e obter a colaboração de cooperadores locais nos processos educativos desenvolvidos pelas escolas. Duas das vantagens técnicas das medidas descentralizadoras é a aceleração do processo de decisão pela proximidade local dos decisores (…) e envolver os implicados nos processos de decisão, aumentando a sua co-responsabilidade e o envolvimento pessoal na aplicação. A descentralização permite ao nível educativo a possibilidade da elaboração de pactos e parcerias

educativas com outros agentes e organizações locais.

Para a condução destes pressupostos, o modelo tradicionalmente centralizado de administração pública portuguesa sente em 25 de Abril de 1974, e mais concretamente na Constituição da República de 1976, uma viragem histórica. Esta não segue a via do centralismo onde a participação dos cidadãos se resume a votar para o parlamento e a aceitar a imposição da vontade geral da maioria. Para além da Democracia meramente representativa, o diploma procurou promover a participação dos cidadãos na vida política e social, estabelecendo princípios d*a democracia participativa descentralizada*.

Na perspectiva de Formosinho (2005: 35), enquanto que "numa democracia representativa centralizada a política é conduzida pelo Estado, através da Administração Central, sem grande consulta aos parceiros sociais e pedagógicos, sem tentativa de concertação social, onde as fases de planeamento e concepção, de decisão política e de implementação das soluções prescritas são fundidas num processo unificado conduzido pela Administração central, sendo mais importante o papel dos ministros como dirigentes máximos da administração pública do que como agentes políticos. Numa democracia participativa descentralizada, na condução da política educativa tem participação significativa a sociedade civil, reconhecendo-se que o papel da educação diz respeito a todos os sectores da sociedade e interessa geralmente os vários parceiros sociais e pedagógicos".

A descentralização tem duas ordens de vantagens na dimensão do modelo da democracia – a vertente participativa referida e outra de equilíbrios de poderes. A primeira visa aprofundar o exercício de vida democrática interessando os cidadãos pelos problemas públicos através da possibilidade de influência e participação na gestão da administração pública. Na segunda, a descentralização, ao respeitar os direitos e liberdades locais, constrói um sistema pluralista que evita os abusos da (idem, ibidem).

Neste cenário, a existência de autarquias locais é por si só um factor de enriquecimento da democracia pluralista e dá expressão a escalas diferentes do Estado no seu conjunto, ao direito de cada um participar na gestão dos assuntos públicos, permitindo que essa gestão se faça de forma mais eficaz e próxima das

populações (M. Martins, 2001,13-14).

Também a União Europeia defende a autonomia local, o que está bem explícito na Carta Europeia de Autonomia Local concluída em Estrasburgo a 15 de Outubro 1985, e aprovada em 15 de Julho de 1990 pela nossa Assembleia da República. De acordo com o preâmbulo deste documento, as autarquias são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático, na medida em que, quando investidas de responsabilidades efectivas, permitem uma administração eficaz e próxima do cidadão.

O que preside, segundo a leitura que fizemos de Ferreira (2005: 337-338) " […], é um critério de eficácia administrativa territorial em que a proximidade às populações seja factor de uma resolução mais rápida, mais integrada e mais adequada aos problemas e necessidades das mesmas, critério que tem dado origem a uma descentralização institucional territorial, no caso das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, sendo concedida […] às segundas uma autonomia nos planos políticos, pluri-social, administrativo, financeiro e patrimonial, ficando todas sujeitas apenas a uma tutela legal por parte do Estado. Ambas têm órgãos próprios de Direcção, de Gestão e de Controlo, eleitos pelas populações".

De acordo com Canotilho (1993) e Lima (1998), a democratização da Administração Pública (no caso em estudo, referimo-nos à autarquia local, ao município, enquanto Pessoa Colectiva Pública Não-Estatal e entidade descentralizada política e territorialmente) e da sociedade civil significará a extensão da democracia e da participação política e organizacional às organizações e serviços daqueles dois sectores do Estado-Comunidade organizado.

Como escreve Canotilho (1999: 282), " […] o princípio democrático implica democracia participativa, isto é, a estruturação de processos que ofereçam aos cidadãos efectivas possibilidades de aprender a democracia, participar nos processos de decisão, exercer controlo crítico na divergência de opiniões, produzir inputs políticos democráticos".

Parafraseando Ferreira (2005: 331)[14] " […] no plano político-organizacional, esta extensão da democracia e da participação poderá concretizar-se em três domínios, considerando a distinção entre Administração, Direcção e Gestão e as funções administrativas propostas pelas Teorias Clássica, Neoclássica e do Desenvolvimento Organizacional, as quais nos conduzem a formular três domínios possíveis de participação: 1) o domínio da participação político-organizacional; 2) o domínio da participação na gestão; e 3) o domínio da participação na execução.

O mesmo autor, seguindo a tipologia de Blau & Scott (1970), afirma que " (…) a participação político-organizacional permite a formulação política, o desenvolvimento organizacional, a adaptação deste a mudanças contextuais, a avaliação e o controlo da acção e da organização e a sua reformulação político-estratégica". Nesta concepção, a participação político-organizacional nas organizações implicará a intervenção sequencial em sete momentos fundamentais (vd. quadro 12):

Quadro 12. - A participação político-organizacional nas organizações - 7 momentos fundamentais de qualquer processo administrativo-organizacional:
1) Avaliação de situação e do contexto *(avaliação inicial);*
2) Concepção das políticas, da estratégia e dos objectivos *(dimensão político-estratégica)*;
3) Formulação dos projectos ou programas *(gestão, planeamento)*;
4) Organização dos meios, das estruturas e dos processos *(gestão, organização)*;
5) Execução dos projectos e dos programas e da respectiva supervisão ***(gestão, execução e direcção);***
6) Retroacção e reformulação do processo organizativo *(gestão, avaliação, direcção);*
7) Controlo dos resultados e da eficácia social (*gestão*, *controlo e reformulação político estratégica*)
Fonte: (Ferreira, 2005: 335-336)

Para o efeito do nosso estudo, que visa compreender a 1ª etapa do PEL do

[14] Ferreira (2005) seguiu as perspectivas de Licínio Lima, 1988:160; João Formosinho, Licínio Lima e António S. Fernandes, 1988: 160; João Barroso, 1995: 43-44,

"Município XXI", o seu processo de construção e elaboração, os seus intervenientes e sua participação, parece-nos lógico identificarmo-nos, face à nossa investigação, com o terceiro e quarto momentos, o que não quer dizer, que não haja correlação com os restantes, pelo contrário. Todavia, os momentos seleccionados integram o domínio da participação na gestão, consistirão na decisão sobre a planificação dos projectos ou programas a prosseguir e na selecção e organização dos meios e dos processos para os realizar e avaliar e, ainda, em aquilatar a eficiência e eficácia organizacional dos mesmos. A participação na gestão contemplará assim, na análise desta 1ª etapa do PEL, as funções do Planeamento e da Organização (Ferreira, 2005: 332).

Contudo, quando usamos o conceito da participação, estamos preocupados, no limite do estudo, com a participação nas decisões e a aproximação dos cidadãos aos respectivos centros e processos de tomada de decisão. Porém, isso não elimina a participação na execução e na gestão, pois, sempre que necessário, também as consideramos não como um fim, mas sim como um meio para a participação na tomada de decisões, na partilha do poder. Assim, trata-se de participar na direcção, na dimensão político-estratégica, no limite, nos sete momentos fundamentais e sequenciais da participação político-organizacional.

Nesta concepção, a verdadeira participação será aquela que permite a intervenção activa na preparação dos dossiês e na deliberação das decisões sobre os mesmos, nos quatro momentos do processo organizacional: Direcção, Gestão, Execução e Controlo dos resultados e dos processos. Todavia, o nosso estudo vai incidir, como já foi justificado, na participação ao nível da gestão, pois é a este nível que se formulam e se planeiam os projectos.

Convém também salientar que para a participação político-organizacional poder acontecer é necessário que as organizações e serviços em que se pretende que ela se verifique, sendo eles integrados na Administração Pública, sejam providos de autonomia político-organizacional, o que, nos termos constitucionais portugueses, envolverá «adequados graus de desconcentração e de descentralização administrativas» (CRP, art. 267, nº 2), já que, como escreveu Baptista Machado (1982: 37), «participação e descentralização andam a par».

Para apreendermos os diferentes modos de participação dos potenciais parceiros aquando da construção do PEL do "Município XXI", quer em representação colectiva, quer individual, enquanto cidadãos, a tipologia de Lima (1998) parece-nos pertinente, porém, consiste num desafio/exercício teórico, na medida em que alargamos a sua utilização a outros actores educativos.

A nossa análise não se prende com a participação discente e docente na organização escola, todavia, não nos parece desadequado analisar a participação dos diversos intervenientes na construção do PEL perante a organização municipal, ao nível da gestão da formulação do respectivo Projecto Educativo Local, à luz da versão actual do quadro teórico-conceptual de Lima (1998) retratado no quadro 13, na medida em que consideramos que, na base da sua elaboração, se pretendeu criar lentes teóricas que permitissem a análise da *participação praticada* ao nível da "organização" (neste caso escolar) e não criar um quadro teórico-conceptual para a análise da participação discente e docente.

Quadro 13. Formas de Participação na organização/instituição
(modelo operacional de análise)

Categorias	**Modalidades de participação** (ordenadas do momento mais para o momento menos expressivo)			
Extensão organizacional da Participação	Político-Organizacional (Direcção, Gestão e Execução)	Gestão	Execução	
Proximidade à decisão	Participação presencial directa	Participação Indirecta representada		
Explicitação das regras e contextos	Informal	Não-Formal	Formal	
Envolvimento dos Actores	Participação activa (+)	Participação reservada (+ -)	Participação Passiva (-)	Não Participação
Formas sociais da participação	Participação grupal	Participação individual	Não houve Participação	

Fonte: Nossa adaptação a partir da tipologia de Licínio Lima (1998)

Face a este clima mutacional e na transição da modernidade para a condição pós-moderna, pretende-se que o Estado seja menos regulador, menos

controlador, menos centralizador e mais flexibilizador, de forma a cimentar a "educação para a cidadania, a participação política e a responsabilidade social, de modo a que as futuras gerações estejam preparadas e dispostas em empenhar-se em discussões e deliberações sobre as utilizações construtivas e socialmente válidas da tecnologia, bem como sobre os padrões de emprego a elas associadas no mundo pós-moderno" (Hargreaves, 1998: 58).

Em forma de conclusão desta abordagem teórica, optamos por parafrasear Pinto (2004: 158): " […] A educação para a cidadania exige da escola portas e janelas abertas para a cidade educadora. Dentro da sua especialidade, o professor pode alargar a sua actividade assumindo o papel de educador social. Enquanto pedagogo de intervenção terá de actuar guiado por perspectivas bem fundadas sobre o desenvolvimento local e global. Será pedagogo exercendo ele próprio a cidadania. Por sua vez, os alunos aprenderão exercendo, eles também, a cidadania no contexto de um centro educativo que estará implicado na realização de uma *boa comunidade*". Segundo o mesmo autor " […] por cidade educadora entende-se o lugar onde se exerce a cidadania. Onde se aprende a cidadania, exercendo-a. […] Será um processo conscientemente assumido e conscientemente participado." (ibidem:154). Em síntese, "vamos considerar cidadania como a pertença e a participação nas actividades da comunidade ou dos grupos de Comunidade" (Beltrão, 2000: 47).

Bebendo os suportes teóricos da investigação de Caballo (2001), que explora as potencialidades prático-sociais e pedagógicas da ideia de cidade educadora, Pinto (2004: 18) afirma-nos que "descobre-se nela o suporte conceptual para um modo de formação e exercício da cidadania que finalmente torne compatível a participação democrática, activa e esclarecida, com a complexidade inerente ao processo da globalização".

5. Desenvolvimento Local: redes, actores e parcerias

A globalização é um sistema de relações mundiais, a escola constitui um nó dessas relações, vindo as tecnologias de informação e comunicação consagrar isso, quebrando o isolamento da escola dentro de si mesma, abolindo fronteiras,

comprimindo o espaço e o tempo, facilitando as "redes" de comunicação entre escolas ou outras entidades devidamente seleccionadas, intercambiando saberes, interesses e alargando as fronteiras do conhecimento, das quais, os municípios são parceiros privilegiados.

Tal como afirma Pinhal, (2005:102), dado que as escolas são as principais organizações educativas locais, o facto de não estarem representadas no Conselho Municipal de Educação enquanto organizações/instituições "inviabiliza a emergência do projecto educativo local como resultado do trabalho conjunto das organizações educativas locais". Deste modo, pretende-se que os territórios educativos ganhem corpo e sentido no estabelecimento de parcerias entre as comunidades educativas e os poderes públicos que legitimem a multiplicidade de projectos e lógicas educativas inerentes à acção conjunta radicada nas necessidades, interesses e objectivos de todo um conjunto de actores de um dado território. Pretende-se ainda que as políticas educativas a nível local sejam definidas num processo de apropriação e integração de diferentes parceiros locais e baseado na discussão, negociação e contrato, no respeito pela responsabilidade social e educativa de cada um.

Nesta perspectiva, surge em destaque o binómio identidade e desenvolvimento local, onde o confronto entre endogeneidades e exogeneidades, nas formas de enraizamento local, parecem estar no centro das capacidades de desenvolvimento de territórios locais, o que questiona, simultaneamente, as concepções de espaço, de desenvolvimento, de democracia (Ferreira e Guerra, 1993:317). Seguindo ainda a concepção defendida por estes autores, o desenvolvimento é "local não porque as forças que agem no seu território sejam inteiramente endógenas, mas porque os actores locais negoceiam, controlam e integram as exogeneidades num projecto local de desenvolvimento" (ibidem: 312).

Também John Costa (2007: 21), num estudo que realizou, socorrendo-se de Fernandes (2005), defende "[…] a premência e a urgência de serem dinamizados projectos educativos locais, desenvolvendo uma cultura de colaboração entre municípios e escolas, e estabelecendo parcerias educativas para garantir uma equilibrada e justa repartição de encargos e competências entre Administração Central, Municípios e Escolas".

Villar sustenta que no projecto da Cidade Educadora, a Administração Local deve assumir a sua responsabilidade nos planos de desenvolvimento integral do território, propondo, apoiando, catalisando esforços e liderando a rede de relações e funções que tornem operacionais as iniciativas acordadas e com o protagonismo de todos. As necessidades de desenvolvimento cultural e de participação requerem a presença dos diferentes agentes que participem numa política territorial determinada para constituir assim um tecido social amplo, que se consolide como factor de desenvolvimento cultural e educativo. A educação ao gerar processos que fomentam a vida associativa, a participação e a capacidade de integrar as diversas realidades culturais, tem pois que incorporar-se nos conteúdos das políticas culturais (2001: 39).

Pensamos, contudo, que estas formas de ver a actuação do município e ou da cidade deve ser entendida de forma positiva, visto tratar-se de um problema estruturante de uma comunidade. Ruivo (2000: 27) identifica-a mesmo como uma postura "empreendedora", pois vai para além daquilo que é definido por lei, em termos de competências legais dos municípios.

Posto isto, atrever-nos-íamos a colocar uma questão, em forma de reflexão - Será que o Projecto Educativo Local desencadeia essa capacidade local, de criar dinâmicas, de estabelecer parcerias locais, novas formas de solidariedade, soluções em rede?.

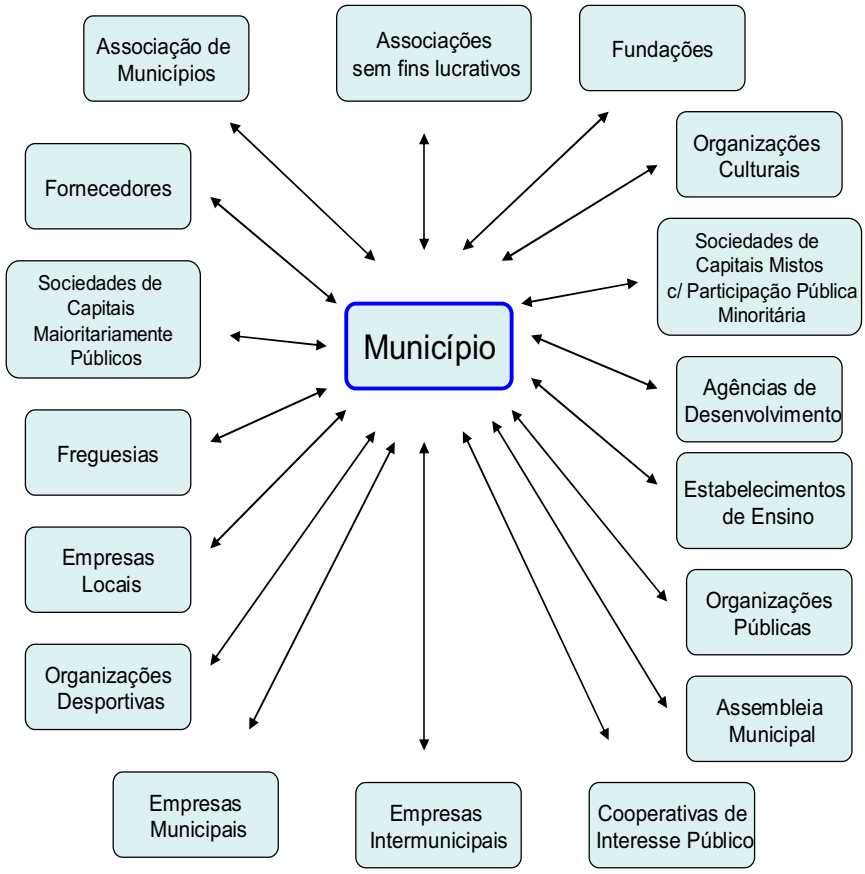
Azevedo (1994: 201) considera que o desenvolvimento de uma comunidade "não é um produto que se compra e vende, é um processo social em que se envolvem actores e grupos, com conflitos e relações de forças variáveis, tendo em vista melhorar a qualidade de vida geral da comunidade".

Também para Araújo, " A participação dos actores locais nos projectos e iniciativas locais é hoje uma questão fundamental na consolidação do poder local e da cidadania. Esta participação compreende o recurso a modelos de organização baseados na colaboração voluntária e portanto num enquadramento legal mais flexível. Por exemplo, a criação de redes de cooperação em áreas desfavorecidas pode ser um instrumento importante no desenvolvimento. Estas redes podem permitir o acesso a informação dispersa, que de outra forma não estaria disponível, e que pode ser de grande interesse para os actores locais. Por

outro lado, estas redes promovem a aproximação entre comunidades que partilham problemas idênticos favorecendo o aparecimento de soluções que resultam da partilha de conhecimentos e a complementaridade entre espaços. […] Tal como Bogason (2000) refere, nas condições pós modernas actuais as políticas públicas não são criadas só por uma organização, mas por uma rede de actores que desenvolvem uma acção colectiva numa determinada área que necessitam de aceder aos poderes públicos com a legitimidade, recursos financeiros e conhecimento que detêm." (2003: 6).

O quadro seguinte, de Araújo, traduz a emergência de uma nova realidade da governação local, cada vez mais assente numa estrutura diversificada e menos monolítica, e na complexidade das actividades da Administração Local, onde ambas exigem novas competências e estilos de liderança (ibidem: 7-8).

Quadro 14. Relações Inter-Organizacionais dos Municípios



Fonte: Araújo (2003)

Araújo (2003: 8-9) defende que "…nesta perspectiva a Administração Local surge numa outra vertente, como um parceiro que procura encontrar, juntamente com outros actores, respostas para os problemas. Estas relações caracterizam-se pela reciprocidade, negociação e interdependência. […] Esta evolução no modelo de governação requer dos dirigentes uma nova forma de liderança na qual o exercício da democracia seja mais efectiva. […] As alterações na governação local suscitam a reflexão sobre a formação do pessoal dos municípios. A formação tem de ir para além das questões relacionadas com a eficiência e a economia, alargando a preparação para áreas que permitam aos técnicos estabelecer a ligação entre os vários actores locais e os cidadãos. A Administração Local moderna está a tornar-se numa rede de ligações verticais e horizontais entre organizações de todo o tipo – públicas, privadas lucrativas e sem fins lucrativos e voluntárias. E nesta rede de ligações complexas os cidadãos são o centro da razão da administração pública. […] Aquilo que se pede aos responsáveis é um relacionamento com os actores locais diferente daquele que é tradicional e que consiste em procurar soluções integradas para os problemas. A construção de parcerias na procura das soluções, permite incorporar várias perspectivas e simultaneamente legitimar e dar a credibilidade que muitas vezes os cidadãos exigem.".

Para concluir este marco teórico, seleccionamos o estudo efectuado por Castells (2002: 605), onde o investigador atesta que "… as redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. […] uma sociedade, que, assim, podemos designar de *sociedade em rede*, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a acção social.".

CAPÍTULO 2 – Procedimentos Metodológicos

1. A problemática

Tendo como ponto de partida os considerandos enumerados na introdução deste trabalho, concretamente, os motivos de ordem política, ordem académica e ordem pessoal, e considerando os objectivos do Curso de Mestrado em "Ciências da Educação/ Administração e Políticas Educativas", fomos conduzidos à elaboração de um estudo intitulado «**O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas».** Iniciámos o mesmo com uma breve abordagem sobre a crise do Estado providência e o papel dos municípios ao nível do sector da educação. Seguimos com a explicitação dos conceitos de Projecto Educativo Local, Cidade Educadora, Democracia/Formas de Participação e Redes/Parcerias Educativas, legitimando-os com a dinâmica das ideias de descentralização e de territorialização das políticas educativas *e* do respectivo apelo à participação dos actores locais na administração e governo da educação, do apelo à cidadania participativa.

Depois da escolha do estudo, seleccionámos como população privilegiada uma cidade que pertence à rede das Cidades Educadoras desde 2006 e que, no final de 2007, deu por concluído o processo de construção do seu PEL. Deste modo, seleccionamos a respectiva amostra temporal, o período de construção do referido PEL que durou sensivelmente um ano, do início de 2007 ao início de 2008.

Pelo facto de tudo isto decorrer no século XXI atribuímos o nome fictício de "*Município XXI*" à cidade seleccionada. Optámos assim, pelo seu anonimato, quer devido à sua recente adesão à rede das Cidades Educadoras, apenas três anos passaram, quer devido às circunstâncias de no presente ano de 2009 ser o período em que decorre a investigação e se realizarem simultaneamente as eleições europeias, autárquicas e legislativas, factos que poderiam condicionar ainda mais os resultados sobre as dinâmicas e lógicas desenvolvidas na área da educação, caso não se apostasse no anonimato e na confidencialidade.

Orientados pela trave mestra das concepções acima referidas, erguemos e delimitamos a grande questão de partida para a investigação da nossa problemática central:

«**Em que medida o Projecto Educativo Local do "*Município XXI*" e o seu processo de construção traduzem princípios do conhecido modelo das "Cidades Educadoras"?»**.

Desta questão central, para sua melhor análise e compreensão mais profunda e crítica, formulamos **seis sub-questões** apresentadas (vd. quadro 15):

Quadro 15. As sub-questões do estudo

1. O Projecto Educativo Local foi construído de dentro para fora ou de fora para dentro?
2. Que actores participaram e que tipos e formas de participação houve destes intervenientes locais, aquando o processo de construção e elaboração do PEL?
3. Qual foi o papel do Conselho Municipal da Educação no processo de construção do PEL?
4. O Projecto Educativo Local do "*Município XXI*" traduz uma proposta integrada coerente ou um desenho educacional desarticulado e fragmentado, isto é, há uma estratégia educativa Municipal?
5. O PEL assume uma forma estruturada de serviços e ou um leque variado de programas e acções a desenvolver e a proporcionar pelo "Município XXI", quer ao nível da educação formal e não formal?
6. Quais têm sido os parceiros da Autarquia na acção educativa e como tem sido essa cooperação?

2. Os objectivos do estudo

Tomando como referência a problemática geral do estudo, referida na introdução e no ponto anterior, que se desenvolve em redor do **"Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas"** e as sub-questões formuladas, definimos **quatro grandes objectivos** para este estudo (vd. quadro 16).

Quadro 16 – Objectivos do Estudo

1º Objectivo - Confirmar a existência de um Projecto Educativo Local, bem como compreender o seu processo de construção;
2º Objectivo - Verificar se no Projecto Educativo Local há uma estratégia educativa Municipal integrada, tanto formal como não formal, que possa configurar o "Município XXI", enquanto município educador e quais os parceiros que interagem;
3º Objectivo - Compreender a importância do Projecto Educativo Local à luz dos princípios do movimento das cidades educadoras e o contributo da integração na AICE para o alcance de um Território Educativo em Rede;
4º Objectivo - Sensibilizar os agentes educativos locais para a problemática em estudo.

3. Metodologia

> «A ciência não é um conhecimento qualquer, um saber à toa sobre a realidade. Impõe-nos uma maneira, uma ética para percorrer caminho entre a razão e o real. O acto científico implica sempre um acto de ruptura – em 3 tempos:
>
> - é conquistado contra a ilusão do saber imediato, contra a naturalidade do senso comum e a força das prenoções;
>
> - é construído a partir de relações conceptuais entre problemas, o que quer dizer, também, que é a teoria que cria o objecto e que os dados não falam por si, e que o sentido da descoberta é aquele que liga a pergunta à realidade, e não o inverso;
>
> - o facto científico é finalmente constatado, validado no confronto com a realidade, através de uma bateria de instrumentos metodológicos e técnicos, sendo posteriormente posto a circular entre pares, no seio de uma comunidade científica» (Almeida, 2000: 8).

Partindo desta visão de Almeida (2000), a estrutura do trabalho compreende uma 1ª parte, um quadro de referência teórico e uma 2ª parte, a investigação em si. Pretende-se estabelecer a complementaridade entre a teoria e a prática, consubstanciada pelo facto de na segunda parte analisarmos o projecto educativo local, a sua construção e a sua relação com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, com base nos escritos de especialistas nas temáticas abordadas.

O desenvolvimento de uma investigação exige a escolha de um modelo

conceptual que a possa encaminhar, daí que o próprio problema a investigar, determine a escolha do método e dos procedimentos a adoptar. Neste contexto, "as opções científicas e metodológicas devem pautar-se por critérios de coerência e de pertinência em relação ao objecto de estudo e não por uma qualquer decisão apriorística sobre a validade das teorias ou das práticas de investigação" (Nóvoa, 1991:30).

No desenho e condução deste estudo, opta-se por um paradigma não experimental qualitativo, o estudo de caso do "*Projecto Educativo Local do Município XXI*" e do seu processo de construção. Muitos dos trabalhos realizados adoptaram o "estudo de caso" como suporte metodológico em múltiplas áreas de investigação, seguramente por "se revelarem adequados ao levantamento em profundidade dos sistemas de crenças e valores e dos artefactos organizacionais e das suas implicações nos modos de procedimento, nos comportamentos dos actores e nas acções empreendidas nos contextos organizacionais". O estudo de caso é também considerado na óptica de Pardal e Correia (1995:23) como um "modelo flexível no recurso a técnicas […]".

A opção pelo estudo de caso para o desenvolvimento deste trabalho assenta na visão holística do "projecto educativo local", sua capacidade para desvendar o seu processo social de construção e características das interacções nele desencadeadas. Citando Terrasêca, (2002:184), o estudo de caso nesta investigação justifica-se porque nos permite "compreender [...] processos sociais no seu contexto organizacional ou ambiental [...] compreender o acontecimento ou a organização em estudo [...], permitindo estabelecer relações entre esse fenómeno em observação e o seu contexto de existência".

Nas ciências sociais e humanas o conhecimento científico não pode recorrer apenas a raciocínios de tipo causa-efeito, ignorando todos os aspectos e dimensões não controláveis, porque o mundo de hoje não pode ser percebido como um somatório de elementos que se podem manipular e controlar à semelhança do que acontece no mundo natural físico. Assim, o nosso objecto de estudo assenta no projecto educativo local do "município XXI", sujeito da pesquisa que compõe o estudo de caso – o seu processo de construção e a sua relação com a Carta dos Princípios das Cidades Educadoras.

3.1. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

Considerando que o estudo sobre o processo de construção do PEL exige o recurso a instrumentos de pesquisa, optámos pela entrevista semi-estruturada no sentido de percebermos as influências no contexto municipal através dos discursos dos nossos entrevistados que, numa fase posterior, tratámos através da análise de conteúdo, sempre numa abordagem qualitativa que permite dar visibilidade às interacções desenvolvidas.

A recolha de informações com base neste instrumento de pesquisa ajudou-nos a compreender melhor as dinâmicas de colaboração entre município e actores locais, nunca sendo demais reforçar que a nossa opção emerge da preocupação, tendo, por isso, como objectivo fundamental perceber/entender as relações de participação e as práticas que houve durante o processo construtivo e compreender o PEL à luz dos princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Tratando-se de um estudo desenvolvido em contextos organizacionais, recorremos a estratégias diversificadas de recolha e cruzamento de dados (Bogdan e Biklen, 1994), onde incluímos a recolha documental tanto do lado do município como do lado da AICE e da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, essencialmente através de alguns documentos internos do município, dos boletins da Rede Portuguesa, do banco de documentação da AICE e muito em especial dos seus sites on-line.

Realizámos, ainda, 8 entrevistas semi-estruturadas a um conjunto de informantes, no sentido de captar a interpretação dos próprios actores acerca daquilo que se passa, com o intuito de descobrir e retratar as múltiplas perspectivas sobre o caso, não fosse a entrevista, na óptica de Stake (2007: 81), "a via principal para as realidades múltiplas".

Procedemos, no final, à análise de conteúdo dos documentos e dos textos finais da transcrição das entrevistas, bem como do plano do PEL, fazendo a sua triangulação para responder à questão de partida e às suas respectivas sub-questões, no sentido de responder aos objectivos do estudo em causa.

3.1.1. A Recolha Documental

Quase todos os estudos verificam alguma necessidade de examinar documentos, este não fugiu à regra. A recolha de dados documentais assumiu, no contexto desta pesquisa, um carácter transversal e acompanhou toda a investigação nos diferentes contextos e fontes. Como refere Stake (2007: 65), "não existe um momento exacto para começar a recolha dos dados. […] uma parte considerável dos dados é impressionista, recolhida informalmente à medida que o investigador se vai familiarizando com o caso.".

Muitos dos documentos que recolhemos adoptaram a perspectiva de Stake (2007:85), ou seja, "substitutos de registos de actividades que o observador não poderia observar directamente", tratando-se muitas vezes de observadores mais especialistas que o investigador. Tal como refere Afonso (2006: 88 e 89), recorrendo à perspectiva de Lee (2003), uma das grandes potencialidades da *pesquisa arquivista*: " […] é o facto de ser usada como metodologia não interferente, isto é, como uma abordagem não reactiva em que os dados são obtidos por processos que não envolvem a recolha directa de informação a partir dos sujeitos investigados (evitando) problemas causados pela presença do investigador […] os dados recolhidos desta maneira evitam problemas de qualidade resultantes das pessoas saberem que estão a ser estudadas, em consequência do que, muitas vezes, mudam o seu comportamento".

Segundo Skate (2007: 84) "[…] a utilidade potencial de documentos diferentes deverá ser avaliada também antecipadamente e o tempo deve ser distribuído para que seja gasto de forma sensata…". O mesmo autor, em contrapartida, assume também, "[…] que é impossível determinar com antecipação de quanto tempo um certo documento necessitará […]" (idem: ibidem). Reflectindo sobre esta contradição de Stake, decidimos seleccionar apenas os documentos úteis à nossa investigação e, respeitando a perspectiva de Bardin (2008: 121), a escolha dos documentos dependeu dos objectivos definidos, pois sabíamos que tínhamos limitações temporais. Da documentação recolhida constam, sobretudo, documentos oficiais e públicos. Depois da recolha, procedemos à sua organização fazendo-a corresponder à instituição responsável

pela sua produção, conforme consta do quadro 17 que se segue.

Quadro 17 – Documentação Recolhida

Origem	Documentos
Poder Local - Município	Projecto Educativo Municipal Carta Educativa Acta do Conselho Municipal de Educação Boletins municipais
AICE	Carta das Cidades Educadoras
Rede Portuguesa das Cidades Educadoras	Boletins
Poder Central e Regional	Legislação Especifica da Autarquia Legislação relativa ao Sistema educativo

3.1.2. A Entrevista

Como referimos, escolhemos para este estudo a realização de entrevistas semi-estruturadas, com um conjunto de questões estruturantes e contextualizadas à problemática em estudo a diferentes actores locais. As entrevistas assumiram para nós a perspectiva de Woods (1986), ou seja, uma componente que nos permite esclarecer, aprofundar e enquadrar a informação recolhida na documentação consultada, garantindo a articulação da problemática e da informação recolhida com a "mundividência" (Alves et al., 1996: 27) da autarca, do técnico municipal e de cada um dos actores a entrevistar.

A compreensão da subjectividade da representação de cada um, tendo como ponto de partida as vivências de cada sujeito, implica uma interpretação reflexiva que torne claro os sentidos do seu discurso.

Neste sentido, para permitir a viabilidade das entrevistas, como uma técnica fiável de recolha de dados, é fundamental no conceito de Afonso (2006) fundamentar a sua construção através de uma grelha ou tabela de especificações onde, a partir do reconhecimento das questões da pesquisa, se inventariam os tópicos a abordar

Deste modo, a opção pela entrevista semi-estruturada prendeu-se com a necessidade de aprofundamento das questões, facilitando a espontaneidade dos discursos dos entrevistados para ser possível o registo dos pormenores das

respostas que se pretenderam estudar. A apresentação semi-estruturada desta forma de recolha de informação permitiu-nos ter "os mesmos pontos de referência para todos os indivíduos entrevistados e simultaneamente não limitar as respostas, permitindo uma certa liberdade, um clima de à-vontade" (Terrasêca, 1996: 94-95).

O recurso à entrevista semi-estruturada contribuiu para "explicitar aos actores entrevistados as preocupações que haviam estado na génese desta investigação, mas também apresentar-lhes a [nossa] disponibilidade para uma escuta atenta de aspectos que considerassem relevantes" (Terrasêca, 1996:97).

Os guiões das entrevistas têm todos eles um mesmo tronco comum de questões, mas são ligeiramente diferentes em virtude da função específica que cada entrevistado representa (vd. anexo 3). Foram apenas utilizados como instrumentos orientadores dos diálogos com os entrevistados, oferecendo, assim, ao entrevistado, a oportunidade de discorrer o seu sentir e forma de estar, moldando o seu conteúdo. Procurámos "dar forma a uma entrevista em tom de conversa informal, mas com o cuidado de que o seu rumo não menosprezasse nem deixasse esquecidos aspectos considerados, no guião, fundamentais" (Terrasêca, 1996:95), permitindo-lhes expressar o seu sentir espontâneo e reflexivo.

Para realizar as entrevistas procuraram-se locais com pouco ruído, onde fosse respeitada a privacidade, de forma a evitarem-se riscos de interferências externas. Permitiu-se aos entrevistados uma margem de liberdade para exprimirem o seu estar e o seu sentir naquele momento e naquela situação ou seja, para falarem de si, das suas vivências e representações sem constrangimento. Assim, a conversa fluiu naturalmente, sem muitas interferências da parte do investigador no sentido de evitar que os entrevistados se sentissem objecto da pesquisa. O entrevistador interveio sempre que necessário para direccionar a conversa.

De acordo com Lessard-Hebert (1990: 163), com a entrevista "permite-se ao entrevistado exprimir os seus sentimentos e os seus interesses sem receio de estarem a ser manipulados pelo entrevistador".

A entrevista semi-estruturada ofereceu-nos a possibilidade de encetar uma

conversa com um determinado ponto de partida, cujo rumo foi sendo definido pelos intervenientes, humanizada pela presença dos sujeitos em situação de diálogo e de proximidade, no sentido de responder ao respeito pelos indivíduos entrevistados, não os reduzindo ao papel de objecto de pesquisa mas, tornando-os sujeitos/pares de um diálogo (Terrasêca, 2002).

As realidades humanas manifestam-se de muitas formas através da interacção com os outros. Os silêncios, os gestos, as posturas e as hesitações facilitaram a apreensão da mensagem e da postura do entrevistado, permitindo, desta forma, aceder aos pensamentos, significados e percepções dos sujeitos, requerendo uma atenção detalhada para chegar à interpretação. Seguindo Bardin (2008: 89), as entrevistas foram "…registadas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador)".

Ao longo do trabalho fomos acautelando procedimentos que garantissem o anonimato a confidencialidade e a privacidade dos participantes.

3.1.3. As Entrevistas – Caracterização dos Entrevistados

Neste contexto, entrevistámos o Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus (Director Municipal), a Vereadora do Pelouro da Educação, Bibliotecas e Museus e uma Representante do Conselho Municipal de Educação do "Município XXI", um Presidente da Comissão Administrativa Provisória de um Agrupamento Escolas Vertical (desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário), a Presidente de uma IPSS, a Representante do Centro de Saúde, a Representante da Associação de Pais – a sua Vice-Presidente e o Presidente da União das Colectividades e Associações do Concelho "XXI".

Tentámos entrevistar um representante de uma Associação Empresarial que apesar de aceder à entrevista, no seu desenrolar inicial revelou que não era a pessoa adequada. No entanto, comprometeu-se a enveredar esforços para seleccionar um possível sujeito que estivesse mais relacionado com a problemática. Esta situação acabou por não acontecer. Esta ocorrência faz-nos acreditar que esta Associação não participou na construção do PEL ou que, se o fez, acabou por se evidenciar como pouco relevante.

O mesmo sucedeu com a Polícia de Segurança Pública… Na primeira visita para solicitar a entrevista fomos recebidos pela Chefe do Posto, pois o Comissário estava ausente, ficando o compromisso da análise do assunto e de um contacto. Numa segunda visita, o Comissário ainda não tinha tido tempo de analisar e agendar a possível entrevista, contudo parecia haver interesse na colaboração.

Como as 8 entrevistas responderam, na nossa opinião, às questões formuladas, e devido a limitações temporais de cariz académico, acabámos por abdicar de entrevistar estes dois actores locais.

Todas elas foram concretizadas com gravador de suporte informático, criando-se ficheiros-audio, exceptuando a entrevista da Representante do Centro de Saúde, que a pedido da mesma, foi registada em suporte escrito, condição obrigatória imposta pela entrevistada.

Todos os actores entrevistados revelaram-se *informadores privilegiados,* mas também *informadores qualificados* (Carmo e Ferreira, 1998:129), pois contactam e participam directamente na realidade em estudo. Com a efectivação das entrevistas, para além da obtenção de informações dos sujeitos, pretendemos sobretudo a reflexão sobre as acções.

Por questões de estratégia investigativa, em primeiro lugar entrevistámos os representantes do município, a Vereadora do Pelouro da Educação, Bibliotecas e Museus e o Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus, o Director Municipal e Técnico Superior de Educação. As perguntas formuladas incidiram em aspectos por nós identificados a partir dos documentos analisados, do suporte teórico desenvolvido e tendo em conta as questões e os objectivos iniciais enunciados, sendo nossa intenção captar a perspectiva do sujeito através da prática discursiva directa.

Os guiões das restantes entrevistas foram construídos tendo como base o elaborado para o director municipal e para a autarca, com as adaptações necessárias, uma vez que pretendíamos captar a percepção e perspectiva dos outros actores sobre aspectos e lógicas por eles explicitadas (vd. anexo 3).

No quadro 18 apresentamos uma sinopse das entrevistas efectuadas em Maio/Junho de 2009 e a caracterização do perfil dos entrevistados.

Adicionalmente, procedemos à codificação das entrevistas. A estratégia utilizada para a codificação teve como base o número de ordem pela qual foram acontecendo (Exemplo: E1, entrevista nº1).

Quadro 18. Caracterização dos Entrevistados – Sinopse das Entrevistas

Actores Entrevistados	Área de Formação Profissional - Experiência	Outros cargos	Entrevistas Maio/Junho 2009 (Códigos)
Vereadora do Pelouro da Educação, Bibliotecas e Museus (Desempenha o cargo há 4 anos – a terminar o 1º Mandato)	Geografia Professora de Matemática durante 37 anos, agora aposentada	•Todos os cargos da instituição escolar relacionados com a docência, incluindo os de gestão •Presidente do Órgão de Gestão do maior agrupamento vertical do país	**E1**
Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus	Licenciado em Geografia - Via ensino Técnico Superior de Educação 7 anos de serviço	•Professor do Ensino Básico e Secundário durante 2 anos	**E2**
Presidente da Comissão Administrativa Provisória de um Agrupamento Escolas Vertical (Desempenha funções de gestão há 10 anos, 6 como vice-presidente e 4 como presidente)	Professor de Economia e Gestão 24 anos de serviço	•Coordenador dos Directores de Turma •Presidente do Conselho Fiscal da ECOPROF (Associação de Professores sedeada no Entroncamento)	**E3**
Presidente de uma IPSS – Centro de Bem-Estar e Social (elemento fundador, está há 29 anos na instituição, não foi o primeiro presidente)	Administrativa 38 anos de serviço, agora aposentada	•Elemento da Comissão de trabalhadores e da Comissão de Higiene e Segurança no trabalho •Elemento do Movimento de Trabalhadores Cristãos	**E4**
Representante do Centro de Saúde	Licenciada em Enfermagem de Reabilitação -Pós-Graduada em Administração de Serviços de Saúde 23 anos de serviço Enfermeira Chefe há 9 anos.	•Coordenadora da Equipa Local da Rede Nacional dos Cuidados Integrados •Coordenadora em Instituição Hospitalar dos Cuidados Diferenciados	**E5**
Vice-Presidente da Associação de Pais (Desempenha o cargo há 3 anos)	Enfermagem 19 anos de serviço	•Membro de uma Assembleia de Freguesia	**E6**
Presidente da Direcção da União das Colectividades e Associações do Concelho (Desempenha o cargo há 4 anos)	Gestor de vendas – Área Comercial das Empresas 27 anos de experiência	•Director de Vendas •Coordenador da comissão de utentes da saúde do Médio Tejo •Elemento dos órgãos nacionais do movimento de utentes dos serviços públicos	**E7**
Representante do Conselho Municipal de Educação (representante dos professores do ensino básico no Conselho Municipal de Educação) (Desempenha o cargo há 3 anos)	Professora do 2º Ciclo do Ensino Básico de Ciências da Natureza e Matemática 18 anos de serviço Mestre em Ciências da Educação na especialização administração e organização escolar	•Directora de turma •Delegada e coordenadora de grupo disciplinar •Coordenadora de departamento e coordenadora de ciclo	**E8**

Fonte: Anexo 3

3.1.4. Tratamento da Informação – Análise de Conteúdo

O nosso material empírico, composto por documentos e pelos textos finais da transcrição das entrevistas, foi submetido à técnica de análise de conteúdo, pois para além das suas possibilidades técnicas à análise categorial ou temática, tem a principal função da inferência. Para Bardin (2008: 48), "[…] o objectivo da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma ou outra realidade que não a da mensagem.".

A informação recolhida nas entrevistas é tratada através da análise de conteúdo, tendo em conta que é a técnica mais adequada ao nosso quadro teórico-metodológico, dada a sua capacidade de "dar conta da multidimensionalidade dos fenómenos, através da análise dos discursos produzidos pelos actores intervenientes na produção desses eventos" (Terrasêca, 1996:116). Esta análise possibilita-nos a desmontagem dos discursos atribuindo-lhes novos sentidos e permitindo compreender as suas comunicações (Bardin 2008), assim como um desvendar crítico numa postura de ruptura com a intuição.

A análise de conteúdo procura "desopacidar o material analisado para levar à compreensão das significações atribuídas pelos seus actores/produtores, mas também, por procedimentos interpretativos e inferenciais, desvendar os sentidos escondidos, mas subliminarmente presentes nos conteúdos latentes" (Terrasêca, 1996:116).

A análise de conteúdo afirma-se, hoje em dia, como uma das técnicas "mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais" (Vala, 2007: 101). Para este autor, a finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso, através de um novo processo de localização e atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise (ibidem: 104).

Clapier-Valladon (1980:150) situa-se na mesma perspectiva ao referir que "*o* aspecto exploratório implica que os planos de observação, os temas de investigação, os fenómenos significantes não possam aparecer senão à medida que decorre a recolha e a análise da informação, isto é, no decurso da própria pesquisa".

Para Bardin (2008:44), a análise de conteúdo "é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens ". Enquanto instrumento de investigação, utiliza procedimentos de análise muito diversificados, de acordo com os documentos e os objectivos do estudo. O autor adverte para o perigo da "circularidade" na abordagem qualitativa, levando em conta que o investigador corre o risco de se deixar influenciar pelos significados que ele próprio atribui à mensagem.

Na presente situação, tivemos o cuidado de clarificar a mensagem, tentando não a adulterar. Durante a análise, tivemos também como preocupação o sentido oculto daquilo que ficou "entre linhas", pois há pormenores mais ou menos explícitos que interferem nos discursos que se vão produzindo.

Segundo o mesmo autor (2008: 31), a análise de conteúdo permite uma ultrapassagem da incerteza pela interpretação pessoal que pode ser partilhada por outros, e um enriquecimento da leitura, através de uma leitura atenta, repetida e exploratória, para compreender o sentido dos discursos. Na mesma linha, a sua função heurística enriquece a tentativa exploratória aumentando a propensão à descoberta, é a análise de conteúdo «para ver o que dá».

Para além desta função, tem outra, que na prática pode ou não dissociar-se da primeira. Assume uma função de administração da prova, de hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias que, servindo de directrizes, apelarão para o método de análise. Assim, devem ser verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação, é a análise de conteúdo aponta «para servir de prova». No nosso estudo, as duas funções associam-se e complementam-se para responder às questões, às sub-questões e aos objectivos.

No tratamento da informação através de análise de conteúdo, mais concretamente na análise temática, usamos como critério de categorização o semântico, ou seja, a reunião da informação por temas com o mesmo significado, de uma forma qualitativa, com preocupação pela presença dos temas e não a sua frequência.

Este tipo de tratamento consiste no recorte dos textos em unidades de significação – temas – e posterior reagrupamento analógico em unidades de codificação – categorias –, de modo a dar conta das significações surgidas no material de análise escolhido, dos discursos directos/entrevistas e dos documentos seleccionados, tendo por referência o quadro teórico que lhes serve de guia. Tal como refere Bardin (2008: 146), o primeiro objectivo da categorização (da mesma maneira que a análise documental) é fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados em bruto.

3.2. Das Leituras às Interpretações

Na sequência da pesquisa bibliográfica, que teve como objectivo fundamentar e aprofundar o quadro teórico e os procedimentos metodológicos para a obtenção e análise de dados, passamos à recolha de informação através de entrevistas audio-gravadas, exceptuando aquela que foi escrita.

Findas as entrevistas, iniciou-se o doloroso processo da sua conversão escrita e transcrição que funcionou como ponto de partida das posteriores leituras sucessivas e anotações preliminares. A cópia das entrevistas para a linguagem escrita pautou-se pela demora inerente às dificuldades encontradas na sua audição e compreensão.

Na primeira leitura, processo que segundo Bardin (2008: 122) é designado como “leitura flutuante” do corpus de análise, o objectivo primordial foi obter uma percepção global e profunda dos discursos que contribuísse para o seu parcelamento em temas com o mesmo significado nas consequentes leituras.

A transformação de todo o texto em unidades de sentido de significação realizou-se pelo processo de codificação que permite ordenar os dados de forma lógica e resumida, ou seja, parcelámos os discursos por temas com o mesmo

cariz sémico, o que veio a constituir o núcleo da análise de conteúdo. A elaboração e construção de uma caracterização por temas, em grande medida resultante das questões centrais dos actores entrevistados, só tem relevância pela possibilidade de articulação e não pelo seu segmento, na medida em que quanto mais se retalha um texto, maior pode ser a dificuldade de o apreender e interpretar, reduzindo-lhe a complexidade e o valor. Com efeito, recorremos a uma análise categorial definida e proposta por Bardin (2008: 199). A transformação e classificação de todo o texto em unidades de sentido foram realizadas pelo processo da análise categorial, permitindo-nos estabelecer as categorias, elementos chave da aplicação da análise.

Optámos pelo processo de categorização onde é fornecido o sistema de categorias e onde se repartem da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados. Este é o procedimento por «caixas», no caso da organização do material decorrer dos funcionamentos teóricos hipotéticos (Bardin, 2008: 147), o que aconteceu no estudo em causa.

Nesta etapa, utilizamos um código de cores que se diferenciavam consoante a categoria que sublinhávamos. Neste estudo optámos, essencialmente, pelo "critério semântico", uma vez que recorre a "categorias temáticas" (Bardin, 2008: 145), mas também demos relavância a critérios sintácticos, lexicais e expressivos. Simultaneamente, e recorrendo aos temas que encontrámos, assumimos uma postura crítica e tentámos fazer uma interpretação daquilo que nos foi dito, para assim conseguirmos atingir o estabelecimento de categorias relevantes. Para irmos ao encontro dessas categorias, respeitámos as qualidades identificadas pelo já referido autor (2008: 148), nomeadamente a pertinência, a objectividade, a fidelidade e a produtividade.

O respeito pela pertinência deveu-se à importância das categorias se enquadrarem no quadro teórico definido na investigação e corresponderem aos nossos objectivos; pela objectividade e a fidelidade, porque as diferentes partem do mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira. A consideração pela produtividade também norteou as nossas escolhas já que as categorias foram criadas para fornecerem

resultados férteis, adequados a inferências e no desejo da criação de novas hipóteses.

Não tivemos em conta a exclusão mútua, que o mesmo autor referencia, porque consideramos que este princípio, tal como L'Ecuyer (1990, in Leite, 2002:271), "elimina relações reais entre elementos no texto; a classificação de um mesmo enunciado simultaneamente em duas categorias melhora a análise das relações existentes entre os diferentes elementos do fenómeno estudado; a razão de ser das categorias é juntar o que tem o mesmo sentido, e não as mesmas palavras, frases ou enunciados (...)".

Não seleccionámos opções demasiado incisivas, pois poedriam comprometer a atenção de categorias importantes e amplas. Algumas categorias pré-existiam devido às nossas preocupações iniciais, ou seja, o guião de entrevista foi elaborado tendo-as em conta. No decorrer do processo de codificação, o acrescentar de umas e a eliminação de outras mostraram que não eram de todo definitivas.

Esta fase de categorização foi uma das mais morosas e desgastantes, pois, como afirma Leite (2002: 207), "a fase de elaboração das categorias talvez seja uma das que mais exige, ao investigador ou investigadora, a capacidade para pôr em causa o seu trabalho e a predisposição para rever opções e reformulá-las, se for o caso disso".

Além dos sentimentos expressos por Leite (2002), sentimos ainda a ambivalência de sermos cidadãos e professores ao mesmo tempo, factores que empreendemos ao máximo minimizar na elaboração e escolha das categorias.

O processo de construção de categorias que utilizámos foi o seguinte: da questão de partida, das 6 sub-questões e dos 4 objectivos do Estudo, resultaram/emergiram temas principais. Destes brotaram temas específicos também eles relacionados com as 21 questões e respostas das entrevistas. Dos temas específicos e das respostas alcançadas, foram criadas 16 categorias e 12 subcategorias que seguidamente passamos a apresentar (vd. quadro 19):

Quadro 19 – As categorias e subcategorias (Modelo de Análise)

TEMA AGLUTINADOR:

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas

TEMAS PRINCIPAIS EMERGENTES DOS OBJECTIVOS DO SUPORTE TEÓRICO DOS DISCURSOS	TEMAS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS	Código	SUB-CATEGORIAS
1º OBJECTIVO Confirmação da existência do Projecto educativo Local Compreensão do seu processo de construção	Percepção dos actores locais da existência do PEL - Indicadores	**Conhecimento do PEL**	**A**	
	PEL: razões da sua Elaboração Desenvolvimento do Processo de elaboração, construção e sua divulgação	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B**	**B.1. Antecedentes** **B.2. Apresentação da versão final**
	PEL – Tipos e graus de Participação e implicação Cidadã	**Participação Cidadã**	**C**	
	Recursos e canais de apelo à participação da Comunidade Educativa	**Meios de Participação**	**D**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho** **D.2. Equipas e canais de apoio e informação**
	O papel do Conselho Municipal da Educação	**Papel do CME**	**E**	
2º OBJECTIVO Comprovação da presença de uma estratégia educativa Municipal integrada, quer formal ou não formal para a configuração do Município "Educador" Que Parceiros Locais	PEL – Estratégia Educativa Integrada ou desenho desarticulado e fragmentado Tipos de Parceiros Locais e sua acção	**Estratégia Educativa Municipal**	**F**	**F.1. Articulação** **F.2. Reconhecimento De Parceiro Local** **F.3. Parceiros Locais e sua acção**

Quadro 19 – Continuação

TEMAS PRINCIPAIS EMERGENTES DOS OBJECTIVOS DO SUPORTE TEÓRICO DOS DISCURSOS	TEMAS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS	Código	SUB-CATEGORIAS
3º OBJECTIVO O sentido de território educativo em rede Percepção do PEL à luz dos princípios da carta Das Cidades Educadoras e do Contributo da Integração Na AICE no alcance do território em rede	Um Território Educativo em Rede	**Possibilidade do Território Educativo em Rede**	**G**	
	Contributo da Integração na AICE Conhecimento oficial pelos Agentes Locais	**Representação da Utilidade da AICE**	**H**	
	Distinção entre uma "Cidade Educadora", pertencente à rede e outra que não se assume como tal Participação em circuitos de informação, formação e Documentação sobre "Cidades Educadoras"	**Cidade Educadora**	**I**	**I.1. Integração na AICE** **I.2. Concepção** **I.3. Participação Formativa**
	Importância da construção do PEL num Município/Cidade Educadora Desenvolvimento de Programas e Acções e Serviços	**O Projecto Educativo Local**	**J**	**J.1. Importância** **J.2. Oferta Municipal**
4º OBJECTIVO A sensibilidade dos Agentes Educativos Locais	A relação do PEL com os princípios da Carta das Cidades Educadoras	**Conformidade do PEL**	**L**	
	Noção de Projecto Educativo Local – Que impacto!?	**Representação da Noção de PEL**	**M**	
	Grau de satisfação do Município face ao processo de construção do PEL e à configuração do município enquanto cidade educadora – Expectativas	**Grau de Satisfação Municipal**	**N**	
	A Democracia Participativa e A aproximação dos Cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão	**Representação da Cidadania**	**O**	
	A utilização do conceito de "Cidade Educadora" – Estratégia de Marketing ou não!?	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**	**P**	
	Receptividade para novas reformulações dos planos e outro tipo de intervenção	**Reflexão Cidadã**	**Q**	

Anexo 4 – Quadro 20. Análise Categorial das Entrevistas				
O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº …**	**INFERÊNCIAS**

Deste modo, o modelo Geral da Análise Categorial dos Discursos está representado no quadro 20 e podemo-lo observar no Anexo 4.

Do conjunto das 16 categorias e das 12 subcategorias elencadas, a categoria "Participação Cidadã" vai ser analisada, tendo como suporte teórico o Quadro 13, instrumento baseado em Lima e a seguir relembrado:

Quadro 13. Formas de Participação na organização/instituição (modelo operacional de análise)				
Categorias	**Modalidades de participação** (ordenadas do momento mais para o momento menos expressivo)			
Extensão organizacional da Participação	Político-Organizacional (Direcção, Gestão e Execução)	Gestão	Execução	
Proximidade à decisão	Participação presencial directa	Participação Indirecta representada		
Explicitação das regras e contextos	Informal	Não-Formal	Formal	
Envolvimento dos Actores	Participação activa (+)	Participação reservada (+ -)	Participação Passiva (-)	Não Participação
Formas sociais da participação	Participação grupal	Participação individual	Não houve Participação	
Fonte: Nossa adaptação a partir da tipologia de Licínio Lima (1998)				

No que diz respeito à análise de conteúdo do PEL para inferir ou não se a sua construção teve em conta os princípios da Carta das Cidades Educadoras, apurámos nove dos vinte princípios fundamentais do Quadro 2, do enquadramento teórico. Convertidos em categorias, resultaram de uma análise documental apresentada no anexo 1. A selecção destes princípios não se deu ao acaso, parece-nos, depois da redacção da parte teórica, reflectirem, de uma forma geral, as intenções da AICE. Vamos então percepcionar se houve ou não preocupação com esse regulamento/conjunto de princípios. Passemos a apresentá-los:

Quadro 21. Análise de Conteúdo do PEL do "*Município XXI*" à luz de Princípios da Carta das Cidades Educadoras

PRINCÍPIOS/CATEGORIAS	RECORTES DO PEL (Ver anexo 2)
Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla – A educação em rede	14
A educação formal e não formal	12
Educação para a diversidade/coesão social e a cooperação internacional	16
A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado	10
A educação para a cidadania participativa	16
A educação permanente e formação ao longo da vida	8
Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho	12
Fomento da informação e do associativismo	12
Integração Intergeracional	2
Total de Recortes _____ **102**	

Após a análise de conteúdo deste quadro, efectuaremos a triangulação com a categoria "Conformidade do PEL" do Quadro Geral da Análise Categorial dos Discursos (Quadro 20).

CAPÍTULO 3 – Caracterização do contexto de investigação – "*O Município XXI*"

1. Situação geográfica e seu contexto sócio-económico e cultural

Localizado no sector centro-sul de Portugal, o *"Município XXI"* integra a região de Lisboa e Vale do Tejo, a Sub-região do Médio Tejo – NUTIII, que por sua vez se insere na Região Centro (NUTII). O "Município XXI" apresenta uma localização privilegiada no Centro Litoral Sul, na transição do litoral para o interior, localizado numa área de acessibilidade central e próxima a outras cidades. Para além de rodovias nacionais, o seu território é percorrido por uma boa malha de estradas e caminhos municipais que permitem um acesso fácil a todas as 17 freguesias que ocupam uma área com cerca de 270 km2.

As características associadas ao quadro natural traduzem-se numa paisagem onde os recursos hídricos, a morfologia e a história geológica se assumem como activos estratégicos, entre outros.

Este contexto permite, de alguma forma, entender a importância relativa que as actividades ligadas ao sector primário (agricultura e pecuária) e também à indústria (agro-indústrias, metalúrgicas, metalomecânicas, papel, madeiras e têxteis) têm desempenhado neste município e no desenvolvimento da sua zona industrial. Efectivamente, predominam as actividades relacionadas com o sector terciário (62,6% dos activos em 2001) e o sector secundário (34,6%).

Segundo os censos de 2001, a população residente deste concelho é de cerca de 37000 habitantes. Apresenta-se como um dos municípios com maior número de residentes na sub-região do Médio Tejo.

As potencialidades do quadro natural andam associadas às novas procuras turísticas (turismo de natureza, ecoturismo, turismo de aventura, etc.) reforçadas pela política da autarquia na criação de infra-estruturas de qualidade essenciais à localização de empresas e pelo seu rico e variado património histórico-cultural.

Actualmente, e tendo como base o site do *"Município XXI,"* ao nível do ensino e formação, o concelho encontra-se dotado de uma rede[15] de

[15] O planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da escola, não só no plano interno da organização, mas também ao nível da gestão de recursos e práticas, e das relações com a comunidade (Fonte: site do *"Município XXI" – Educação no Município –14-8-2009)*

estabelecimentos de ensino e formação que ministram desde o pré-escolar ao superior, não descurando o ensino profissional, a educação extra-escolar e o recorrente. Podemos observar a oferta educativa municipal no anexo 10.

Para enquadrarmos a temática em estudo e apercebermo-nos do processo de desenvolvimento da educação formal, da escola e dos números de algumas variáveis que andam à sua volta, apoiámo-nos nos seguintes dados do observatório das políticas locais de educação, promovido pelo ME (vd. quadros 22 e 23). Seria interessante analisá-los, mas para o nosso estudo não é relevante esse tratamento da informação, apenas serve como elemento credível de caracterização, ficando-se com a ideia de que os resultados parecem, segundo o observatório, indicar boas práticas de políticas locais de educação.

Quadro 22. " Município XXI" - A Escola e os números

Retrato Geral	" Município XXI "	NUTS III	NUTS II	Continente
População residente em 31 de Dezembro de 2006	37.180	231.207	2.385.891	10.110.271
Alunos matriculados - Total	5.725	37.162	382.458	1.670.763
Crianças inscritas na educação pré-escolar	1.003	6.057	61.063	247.826
Alunos matriculados no ensino básico - 1º ciclo	1.527	9.697	102.837	469.831
Alunos matriculados no ensino básico - 2º ciclo	725	4.826	53.010	240.199
Alunos matriculados no ensino básico - 3º ciclo	1.091	8.040	85.273	375.978
Alunos matriculados no ensino secundário	1.379	8.542	80.275	336.929
Docentes - Total	589	3.768	39.026	161.090
Educadores de infância	66	408	4.246	16.707
Professores do 1º ciclo	111	751	7.650	31.371
Professores do 2º ciclo	105	634	7.025	30.597
Professores do 3º ciclo e secundário	307	1.975	20.105	82.415
Estabelecimentos - Total	74	428	4.341	12.510
Estabelecimentos de ensino públicos	65	383	3.769	10.071
Estabelecimentos de ensino privados	9	45	572	2.439

FONTES: GEPE, INE (População); Dados do ano lectivo 2006/07 - In www.observatoriople.gov.pt

Quadro 23. " Município XXI" - A Educação				
Aproveitamento	**" Município XXI "**	**NUTS III**	**NUTS II**	**Continente**
Taxas de retenção e desistência no ensino básico - 1º ciclo regular	3,60%	3,44%	3,57%	3,85%
Taxas de retenção e desistência no ensino básico - 2º ciclo regular	7,45%	8,45%	7,87%	10,25%
Taxas de retenção e desistência no ensino básico - 3º ciclo regular	12,78%	12,73%	15,23%	18,38%
Taxas de retenção e desistência no ensino básico - secundário regular	18,77%	20,19%	23,77%	24,59%
Escolarização				
Taxas brutas de pré-escolarização	104,92%	97,38%	90,56%	78,00%
Taxas brutas de escolarização no ensino básico	114,17%	116,36%	116,36%	117,60%
Taxas brutas de escolarização no ensino básico - 1º ciclo	118,93%	112,14%	113,38%	114,46%
Taxas brutas de escolarização no ensino básico - 2º ciclo	109,35%	114,22%	114,89%	118,03%
Taxas brutas de escolarização no ensino básico - 3º ciclo	111,21%	123,33%	121,17%	121,49%
Taxas brutas de escolarização no ensino secundário	127,80%	118,61%	105,67%	102,63%
Modernização Tecnológica				
Rácio aluno/computador				
1º Ciclo	12,31%	12,71%	12,59%	13,93%
2º Ciclo	7,32%	7,42%	6,93%	9,04%
3º Ciclo	7,60%	8,26%	7,25%	8,81%
Secundário	6,55 %	6,69%	6,13%	6,90%
Rácio aluno/computador com ligação à Internet				
1.º Ciclo	19,09%	16,35%	16,51%	20,41%
2.º Ciclo	8,33%	8,65%	8,16%	10,64%
3.º Ciclo	8,79%	9,84%	8,51%	10,41%
Secundário	7,26%	8,13%	6,96%	7,94%

FONTES: GEPE; Dados do ano lectivo 2006/07. In www.observatoriople.gov.pt

Além da educação formal, importa caracterizar o tipo de funções existentes em cada nível, um conjunto de serviços de base, de equipamentos e de infra-estruturas que caracterizam amplamente o "*Município XXI*" e que podem vir a sustentar a "cidade educadora", promovendo a componente de educação não formal e informal, a educação/formação permanente e ao longo da vida. Visualizemos de seguida, o quadro 24 para melhor compreensão:

Quadro 24. Funções pelo total das 17 Freguesias do "Município XXI", em 2002	
Energia e água	16 postos de abastecimento de combustível, 1 posto de abastecimento de GPL, 15 freguesias com uma taxa de 91 a 100% da cobertura da rede de distribuição domiciliária de água, 1 freguesia com uma taxa de 76 a 90% da cobertura da rede de distribuição domiciliária de água e outra com uma taxa entre os 51 e os 75%, as 17 freguesias têm a existência de controlo regular da qualidade da água.
Construção e Habitação	8 agências imobiliárias e 7 gabinetes de projectos de construção civil.
Transportes e comunicações	1 Central de camionagem, 16 Redes de transportes local, 10 Praças de táxis, 11 Postos ou estações de correios, 38 Postos de telefone público, 4 freguesias com TV e acesso à Internet por cabo, 17 freguesias com cobertura de redes de telemóveis, 2 escolas de condução.
Comércio (equipamentos de comércio alimentar e não alimentar)	Uma freguesia com hipermercado, 7 freguesias com supermercado, 17 freguesias com mini-mercado, 16 freguesias com serviço de restauração, 2 freguesias com centro comercial, 5 freguesias com loja de equipamento informático, 5 freguesias com loja de artigos de desporto
Equipamentos hoteleiros	1 hotel, 4 pensões, 5 de Turismo no espaço rural, 1 estalagem.
Apoio ao turismo	2 agências de viagens e 2 postos de turismo.
Infra-estruturas saúde	1 Hospital geral público Distrital, 1 Centro de Saúde, 14 extensões de Centro de Saúde, 12 farmácias, 1 Centro de reabilitação e integração de deficiente.
Infra-estruturas de acção social	3 creches, 2 lares de crianças e jovens, 11 lares de idosos, 10 centros de dia, 1 Centro de Emprego, 4 centros de actividades de tempos livres.
Educação (Ensino básico)	39 estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (público e privado), 52 estabelecimentos de Ensino Básico 1º Ciclo (Público e privado), 3 estabelecimentos de Ensino Básico 2º Ciclo (Público e privado), 5 estabelecimentos de Ensino Básico 3º Ciclo (Público e privado), 2 estabelecimentos de Ensino Secundário (Público e privado), 1 estabelecimento de Ensino Não Universitário privado (Escola Superior de Educação),
Educação (Outros estabelecimentos de ensino)	1 Escola Profissional, 2 Centros de Formação Profissional, 2 Escolas de Línguas, 1 Escola de Informática, 7 Escolas de Arte – (Ex: música, pintura, dança, teatro), 1 Escola para pessoas com doença mental, 1 Escola Prática da Polícia.
Equipamentos de cultura e Lazer	1 Biblioteca Municipal aberta ao público, 14 freguesias com Serviço de biblioteca itinerante, 5 Museus, 1 Cinema, 9 freguesias com Teatro, 17 freguesias com Clube Recreativo, associação desportiva.
Equipamentos desportivos	6 piscinas (coberta ou descoberta), 45 campos de jogos, 14 Pavilhões Desportivos, 5 Ginásios, 3 campos de ténis, 2 pistas de atletismo, 2 Centros de Equitação.
Justiça (Serviços públicos)	1 repartição de Finanças, 1 cartório Notarial, 1 Conservatória do Registo Civil, 1 Conservatória do registo Predial, 1 Conservatória do registo Comercial, 1 Tribunal, 2 Postos Policiais (PSP, GNR).
Ambiente (Tratamento e Recolha RSU)	11 freguesias com tratamento de águas residuais, 17 freguesias com cobertura de 91 a 100% do sistema de recolha de lixos, 16 freguesias com recolha selectiva de lixos.

Fonte: INE, 2007, *o País em Números*. Versão 3,0, Lisboa – In revisão da Carta Educativa

Os equipamentos de cultura e lazer estão distribuídos por todas as freguesias e uma grande parte, para além dos municipais, pertencem ao Movimento Associativo, que é constituído por cerca de 109 associações. Destacamos a associação de reformados e pensionistas, parceira de uma escola secundária do "Município XXI", que desenvolve a universidade da 3ª idade e uma associação, denominada União de Colectividades e Associações (UCA), que conta com 38 colectividades/associações suas filiadas.

Recentemente, o "Município XXI" inaugurou a nova biblioteca municipal, situada próxima das novas piscinas, dos jardins municipais e do seu castelo histórico, agora restaurado e revitalizado arqueologicamente. A nível cultural, possui ainda um teatro, um espaço com uma programação artística anual que procura dinamizar a oferta e a diversidade de iniciativas culturais nesta cidade e na zona centro do país. Ostenta um serviço educativo que oferece um programa de propostas de oficinas e actividades pensadas a partir dos espectáculos e destinadas ao público geral, escolar e familiar.

O teatro assume-se como um dos elementos que integra um vasto projecto de estratégia de desenvolvimento cultural concebido para o "Município XXI", que inclui a Biblioteca, o Centro de Ciência Viva, o Museu e o Palácio dos Desportos.

Ao nível do empreendedorismo, encontra-se sedeada no "*Município XXI*", desde 1993, uma associação empresarial da região que conta com 1360 associados, entidade organizadora de uma Feira Empresarial. Desde 1927, existe outra associação empresarial que aposta nas áreas de formação profissional e na criação de novos serviços para os seus associados. Podemos encontrar também a Associação Nacional dos Produtores de Frutos que organiza anualmente uma feira nacional.

Ao nível do movimento sindical, estão sedeadas estruturas regionais da União Sindical de Santarém, do Sindicato de Professores da Grande Lisboa e de um Sindicato Independente de Professores e Educadores.

De acordo com o Governo Civil de Santarém (2007), no final de 2005, a distribuição quantitativa do parque empresarial do "Município XXI" assentava a sua predominância por ordem decrescente nas unidades de "comércio e hotelaria", "construção e obras públicas", "indústria transformadora" e "prestação de serviços". Na estrutura dos principais empregadores do "Município XXI", a "indústria transformadora" ocupava, em 2005, o primeiro lugar, seguida de perto pelo "comércio e hotelaria", "prestação de serviços comunitários e sociais" e "transportes e comunicações".

Regista-se, como curiosidade, no quadro 25, que tanto o crescimento das sociedades como o do volume de emprego evoluiu positivamente, com taxas de crescimento muito próximas. Este facto reflectiu-se na estabilidade, ao longo do

período, do valor da dimensão média das empresas.

Quadro 25 - Evolução do número de Empresas e Pessoal – " Município XXI"

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de Sociedades	706	856	854	1.009	1.024	1.123
Nº Pessoas	6.262	7.297	7.622	9.332	9.350	9.570
Dimensão Média (trab/soc)	8,9	8,5	8,9	9,2	9,1	8,5

FONTE: INE; Anuários Estatísticos – In Caderno Distrital nº2 do Governo Civil do Distrito de Santarém – Julho 2007

Face à situação verificada, como podemos observar no quadro 26, o volume de desemprego no "Município XXI" manteve, nos últimos cinco anos, uma certa estabilidade, pouco oscilando, quer em valores absolutos, quer em relação ao peso estrutural no desemprego distrital onde, em média, representa cerca de 7,6%.

Quadro 26. Evolução do número de Desempregados

- final do ano -

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
" Município XXI"	1.104	1.273	1.370	1.299	1.348	1.275
Distrito de Santarém	**14.343**	**15.406**	**17.600**	**17.930**	**18.009**	**17.061**
% no Distrito	7,7	8,3	7,8	7,3	7,5	7,5

FONTE:IEFP; Estatísticas Concelhias – In Caderno Distrital nº1 do Governo Civil do Distrito de Santarém – Junho 2007

Esperemos que esta breve caracterização do contexto de investigação facilite o seu conhecimento ao nível das suas estruturas e actores, e que ajude à compreensão de certas opções metodológicas, essencialmente no que diz respeito à selecção da população alvo para as respectivas entrevistas e ao enquadramento do nosso objecto de estudo.

2. Caracterização do objecto de estudo:

«O Projecto Educativo Local do "*Município XXI*" – "Cidade Educadora"»

2.1. Projecto Educativo Local – O Percurso

O aparecimento da ideia do PEL surge, pela primeira vez, em Junho de 2003, no documento preparatório da Carta Educativa do "Município XXI". Lê-se na sua página oito: "[…] *dotar o concelho "XXI"" com um Projecto Educativo Local Participado e de qualidade* […]". Todavia, só três anos depois, num simpósio realizado no Porto, em Junho de 2006, quase no final do 2º ano do primeiro mandato da actual vereadora, é que se assume a vontade da sua construção, durante uma apresentação subordinada à temática "Educação e novas áreas de intervenção municipal: o caso do "Município XXI".

Nessa apresentação, o Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus[16], parece-nos indiciar que a adesão do município à AICE e a sua participação no primeiro congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, representaram uma mola bastante implusionadora dessa vontade, ora vejamos:

> " […] Ao subscrever a carta das Cidades Educadoras, o município pretende optimizar a sua acção educadora, na perspectiva da oferta educativa, mas atendendo também às ferramentas para uma formação integral dos cidadãos. O objectivo passa por coordenar as acções municipais que dizem respeito às escolas e todas as iniciativas que fomentem a informação e participação junto dos cidadãos. A prazo, construir um projecto educativo local de referência, com impacte ao nível do desenvolvimento local."
>
> (Congresso no Porto – Junho 2006) Fonte: Site do "Município XXI"

Mais tarde, na apresentação do PEL para a sua submissão à auscultação pública, uma das razões veiculadas pela própria vereadora para justificar a sua elaboração, foi a integração na AICE: «[…] O "Município XXI" subscreveu a Carta das Cidades Educadoras, considerando que a Educação é o cerne em torno do qual tudo se desenvolve. Mas a cidade só será verdadeiramente educadora quando todos os seus membros forem co-responsáveis na definição dos projectos

[16] Designado no estudo também por Director Municipal.

que se pretendam nela implementar […]" (PEL: 2007).

Para melhor compreensão do percurso do PEL e a sua convergência com o Processo de integração na AICE, organizámos um quadro-síntese, que apresentamos de seguida:

Quadro 27.

Projecto Educativo Local do " Município XXI " e " Cidade Educadora " - Percurso					
Junho 2003	**Abril 2006**	**18 e 19 Maio 2006**	**5 Junho 2006**	**14 Setembro 2006**	**22 Fevereiro 2007**
Surgimento da ideia do PEL participado e de qualidade, como objectivo estratégico da política educativa no documento preparatório da sua Carta Educativa	**Adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)** Subscrição da Carta das Cidades Educadoras e dos seus 20 princípios.	1ª participação no I Congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras em Vila Real	**Assumpção da vontade de construir um PEL a prazo, na busca de um Município Educador** Num Simpósio no Porto sobre: Descentralização/ Regionalização da Educação	Participação no IX Congresso internacional, em Lyon, onde em Assembleia-Geral, **foi ratificada a adesão do "Município XXI"**	**Apresentação e Aprovação da proposta de Implementação do PEL pelo CME,** **3ª Reunião do Conselho Municipal de Educação** Com explanação dos Fundamentos, conceito, Objectivos, intervenientes, Vigência, metodologia e calendarização.
5 Julho 2007	**25 e 26 Outubro 2007**	**Ano de 2007 Início de 2008**	**25 Setembro a 31 Outubro 2007**	**28 Janeiro 2008**	**27 Fevereiro 2008**
Acolhimento, para reunião, da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras Tema de debate: a implementação das AECs	Apresentação do Projecto ESCOLA+ e da implementação das AECs II Congresso Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras em Santa Maria da Feira	**Período de construção do PEL**	**Período de auscultação pública do PEL** Objectivo: apresentação de propostas de actividades, acções e projectos para implementação	**O PEL encontrava-se para apreciação do executivo municipal**	**Apresentação Pública do PEL** Missão: criação de uma orientação sobre os projectos e acções a desenvolver no concelho até ao ano lectivo 2009/2010
24, 25 e 26 de Abril 2008	**20 de Novembro de 2008**	**7 Janeiro 2009**	**7, 8 e 9 Maio 2009**	**Fontes:** Site do "Município XXI" e consulta de: Acta do CME Documento da Carta Educativa PEL Junho 2009	
Apresentação no dia 24, de uma comunicação sobre: a experiência de realização da I Feira do Ambiente e de Educação Ambiental X Congresso Internacional das Cidades Educadoras, São Paulo - Brasil.	Integração, decorrente de votação em reunião de rede realizada em Loulé, da Comissão de Coordenação da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras para o período 2009-2010.	**1ª Avaliação intermédia relativa à execução no ano de 2008 das acções incluídas no PEL** Reunião do grupo de trabalho de Educação	Apresentação de duas experiências no III Congresso Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras em Évora		

O presente quadro, para além de nos facilitar a compreensão do percurso

do PEL, a assumpção do "Município XXI" como "cidade educadora" pertencente à rede internacional, faculta-nos, também, a selecção da amostra temporal para o nosso estudo, o período de construção do PEL, que foi sensivelmente de um ano, do início de 2007 ao início de 2008. A investigação recai sobre este referencial temporal.

2.2. O Porquê do Projecto Educativo Local – Objectivos e Ambições

Por razões de ordem científica do nosso estudo, da selecção do título, optámos por designar o Projecto Educativo Municipal de PEL. Esta opção foi sustentada na parte teórica e surge aliada à questão da definição do "território", uma bacia de formação mais abrangente, o local.

Ao analisarmos o documento escrito do PEL (vd. anexo 6), podemos aferir que se encontra dividido em três momentos: 1º - antes de começar; 2º - ambições e propostas; 3º - referências para acompanhar e avaliar.

O primeiro momento apresenta-nos o conceito de PEL, as razões da sua elaboração, os seus objectivos e as suas ambições, uma síntese das propostas divididas por seis áreas, os seus intervenientes, a sua implementação, com processo esquemático e a previsão da sua forma de avaliação.

Na primeira parte, «antes de começar», deparamo-nos com a definição, já mencionada no capítulo teórico, aquando da definição do conceito: "O projecto educativo municipal é uma ferramenta que permite ao município, com a colaboração dos diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, dividir responsabilidades e definir princípios, metodologias e prioridades para a sua intervenção educadora". Tem como missão "a criação de uma orientação sobre os projectos e acções a desenvolver no "Município XXI" até ao ano lectivo 2009/2010", orientação que prevê ser partilhada no âmbito de um processo participativo alargado, no sentido de envolver e co-responsabilizar toda a comunidade na sua prossecução.

Porque o actual contexto é marcado por um conjunto de factores que resultam numa crescente instabilidade económica, familiar e social, no

afastamento dos cidadãos dos processos de tomada de decisão, abandono dos tradicionais fóruns de cidadania activa constituídos por colectividades, clubes ou associações com diferentes fins, o PEL é entendido pelos seus responsáveis como um documento imprescindível para a definição de políticas educativas consistentes e concertadas em prol de uma Educação de qualidade para todos os cidadãos. Relativamente aos seus objectivos e ambições podemos observar o quadro 28:

Quadro 28. - Objectivos e Ambições do PEL do "Município XXI"

Objectivos	Ambições Temas, projectos e actividades a concretizar em cada uma das seguintes áreas:
Qualificar a acção educadora do "Município XXI";	**A escola** | a gestão, os recursos e as infra-estruturas;
Cooperar com as escolas e com os seus os projectos educativos;	**À volta da escola** | a educação formal e não formal;
Promover actuações num quadro de igualdade e reconhecimento da diversidade;	**Com todos** | a comunidade inclusiva;
Reforçar as competências sociais e participativas dos cidadãos;	**Com o meio** | a educação para a sustentabilidade;
Coordenar os espaços, intervenções e recursos educadores dos municípios;	**Por nós** | a educação para a cidadania;
Criar dinâmicas geradoras do sentido de pertença e de reforço da identidade colectiva.	**Para sempre** | a aprendizagem ao longo da vida.

Fonte: Anexo 5 – PEL do "Município XXI" – Nossa elaboração

Quanto à origem do PEL e intervenientes, parece não restar dúvidas, há uma assumpção clara no documento de que é uma iniciativa da Câmara Municipal do "Município XXI" e do seu Pelouro de Educação, apoiada pelo Conselho Municipal de Educação. No final do estudo confirmaremos esta premissa.

Ao nível técnico, contribuíram para a sua concretização os serviços municipais, com a coordenação da Divisão de Educação, a participação do grupo de trabalho interdepartamental de educação e a colaboração de outros intervenientes ligados à gestão de equipamentos municipais.

O PEL ao nível participativo prevê a sua concretização através da estreita colaboração com as escolas e entidades de formação do concelho, abrindo espaços para a participação dos cidadãos, quer organizados nas diferentes colectividades existentes, quer individualmente. Uma das nossas pretensões com este estudo é de perceber como se desenrolou esta problemática da participação durante o período de construção do PEL. No capítulo seguinte, é nossa intenção transmitirmos os resultados e as conclusões possíveis.

A implementação do PEL é apresentada como resultante de um processo com diferentes fases: diagnóstico, orientações, informação, participação, acção e avaliação. Este processo faseado parece não fugir técnica e teoricamente ao guião de projecto adaptado de Costa (2007), sugerido como referencial teórico, no ponto 3.1 do Capítulo I. A 1ª fase, concepção/planeamento, é aquela pela qual debruça a nossa investigação; o plano escrito do PEL e o seu processo de construção é o nosso objecto de estudo.

Associado à segunda parte, «ambições e propostas», averiguámos a identificação de cada uma das ambições, a sua contextualização e a enunciação de um conjunto de trinta e sete propostas/actividades para a sua realização. Prevê-se a aferição dos resultados de cada acção proposta mediante reuniões com os seus actores e considera-se a existência de um momento de avaliação global do PEL no fim de cada ano lectivo.

Para a sua concretização, o PEL integra um terceiro momento, «referências para acompanhar e avaliar», que contém um quadro com um conjunto diversificado de propostas/actividades por cada área, que têm por finalidade servirem de referências para o acompanhamento do PEL e seus momentos de avaliação.

2.3. Parcerias e dinâmicas comunitárias

No ponto 5 do primeiro capítulo, colocámos a questão de o Projecto Educativo Local desencadear ou não a capacidade de estabelecer parcerias locais e soluções em rede. O facto do plano do PEL prever, em 11 propostas das

37 formuladas, a participação e a envolvência de diferentes parceiros locais sugere-nos um sinal de tendência positiva para as dinâmicas comunitárias.

Contudo, na óptica de um investigador inexperiente, seriam necessários mais estudos, de natureza científica centrados na análise das fases de implementação do PEL e da sua avaliação, para tentar encontrar algo mais concreto relativamente à capacidade do PEL na dinamização de soluções em rede, na promoção da cidadania participativa, de fazer sentir e exercer a cidade educadora.

Essa não é a nossa questão de partida e existem limitações temporais de índole académica que um estudo dessa dimensão não consegue conciliar, pois exige um tipo de referências temporais a longo prazo e uma maior disponibilidade em termos de espaço e tempo. Fica a nota! Fiquemos pela primeira fase do plano, a sua concepção e perceber até que ponto ela foi, nas palavras de Azevedo (1994), um "processo social" participado, e de "colaboração voluntária" (Araújo, 2003).

O capítulo que se segue servirá para apresentação, análise e discussão dos resultados. Esperemos que seja claro, que favoreça a compreensão dos resultados do nosso estudo e, se possível, responda a algumas das nossas ambições iniciais.

CAPÍTULO 4 – Apresentação, análise e discussão dos resultados

Como já foi dito, a análise dos discursos relatados pelos entrevistados foi influenciada pelos objectivos, pela questão de partida e respectivas sub-questões, pelo quadro conceptual e pelos guiões que orientaram as entrevistas.

Para a interpretação das opiniões expressas pelos entrevistados, sentimos a necessidade de ler várias vezes os textos e, desta forma, nos impregnarmos na mensagem e conteúdo aí manifestos. Depois das leituras, identificámos as ideias chave presentes no texto e, após a listagem de expressões que considerámos proeminentes, descortinámos as unidades de sentido. Definimos e enunciámos as categorias de análise, construindo com elas as grelhas com as quais interpretámos os discursos produzidos. Neste capítulo, apresentamos a interpretação dos discursos organizados em torno dos entrevistados e das categorias de análise que construímos (vd. Anexo 4)

Para melhor clarificar a leitura dos discursos dos entrevistados e numa intenção de facilitar o trabalho a realizar, sintetizámos e codificámos esses discursos, de forma a apresentarmos neste capítulo uma análise descritiva e interpretativa, da informação obtida através das categorias.

1. A importância do Projecto Educativo Local

No primeiro capítulo deste projecto de investigação, aquando do seu suporte teórico, tentámos definir o conceito de PEL, as suas características, os seus objectivos, as suas ambições, digamos, o seu papel. No terceiro capítulo, ao caracterizar o nosso objecto de estudo, o Projecto Educativo Local do "*Município XXI*", descrevemos também o seu percurso, o porquê da sua elaboração, os seus objectivos e ambições. Durante as descrições, foi alvitrada a importância do projecto educativo local. Com as entrevistas realizadas e as inferências que resultaram das mesmas, vamos tentar interpretar e saber efectivamente se os entrevistados fazem ideia do que é um PEL e qual a sua importância ao serviço de um concelho que pertence à rede das Cidades Educadoras, e que se pretende reconhecer como "município educador".

Para isso, vamos interpretar as inferências e tratar os dados dos cinco recortes recolhidos na sub-categoria - "J.1 Importância", da categoria - "J- O Projecto Educativo Local", e dos oito conseguidos na categoria - "M - Representação da noção de PEL" (vd. Anexo 4).

Antes disso, gostaríamos de relembrar Coll (1998: 71), que seguindo a definição do ayuntamiento de Barcelona, define o projecto educativo local como um conjunto de opções básicas, de princípios orientadores, de objectivos e linhas prioritárias de actuação que devem presidir e guiar a definição e a colocação em prática de políticas educativas no âmbito da cidade.

Podemos verificar, na análise das expressões recortadas, que apenas quatro dos oito entrevistados fundamentaram a importância do PEL. Dos quatro, três, a Vereadora, O Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus, e o membro do CME, parecem estar familiarizados com a questão e perto da perspectiva de Coll. Pode mesmo constatar-se uma proximidade nas suas afirmações. O PEL é para eles importante para a orientação, congregação e concertação das actividades, das acções e ou das intervenções em prol dos objectivos definidos, de uma educação/formação ao longo da vida, de modo a consubstanciar uma "cidade educadora". Observemos:

> "Tem especialmente, dá-nos muito! O, como vamos planificar as actividades, dá-nos um […] é uma bússola! […] é realmente encaminhar as nossas acções para os objectivos que foram definidos para o projecto educativo local, municipal, e é com isso que nós temos estado a fazer, a desenvolver as actividades […]" **(Recorte E1R26 da subcategoria J.1 – Anexo 4 – Vereadora)**

> " […] Sabes que também é importante, porque a base conceptual deste projecto educativo, se for a ver o preâmbulo ou a justificação que lá está, é a cidade educadora. A cidade educadora é o motivo, foi o motivo para alem da questão de [...], não é o motivo, o motivo de facto é aquela questão de congregar as intervenções, mas o substrato da ideia vai ao princípio da carta das cidades educadoras. O projecto está construído para ir ao encontro dos princípios que lá estão e nós como subscritores da carta temos que fazer isso." **(Recorte E2R24 da subcategoria J.1 – Anexo 4 - Director Departamento)**

> "A importância! [...] Tem a ver com a importância da educação, da formação das pessoas e falo mesmo aqui pessoas, não só das crianças e dos jovens, das pessoas, dos idosos, também dos adultos, acho que a ver essa preocupação e haver essa concertação de acções, que é tudo muito mais importante, não é." **(Recorte E8R20 da subcategoria J.1 – Anexo 4 - Representante do CME)**

O quarto entrevistado, que arriscou provar a sua importância, reconhecendo-o como um projecto colectivo em prol da cidade, foi o representante do Centro de Saúde:

> "É um projecto realizado por diversos representantes das instituições locais, que vai ao encontro das necessidades da cidade. Penso eu!" **(Recorte E5R16 da subcategoria J.1 – Anexo 4)**

Todos os restantes não souberam referir a importância do PEL para um município que se identifica como educador, remetendo a resposta para a câmara ou refugiando-se em preocupações inerentes à entidade que representam.

Podemos depreender, em primeira-mão, que. efectivamente, quem esteve em melhores condições de saber justificar a importância da elaboração do PEL, provavelmente encontrou-se mais ligado ao seu percurso, ao desenvolvimento do seu processo de construção, à sua estratégia. Além disso, também pode haver mais sensibilização para esta problemática devido à sua formação profissional docente, apesar do representante do Agrupamento Escolar ser professor e remeter a resposta para a câmara, contrariando assim, esta segunda argumentação.

A representante da IPSS também não respondeu, dirigindo a resposta para questões internas da sua instituição. Leva-nos a crer que a primeira ideia é a mais viável.

No próximo ponto do presente trabalho iremos sustentar esta nossa dedução.

Relativamente à representação do conceito de PEL pelos oito participantes, apenas à representante da IPSS não foi colocada a questão, pois ao longo da entrevista não revelou condições para a sua resposta, remetendo-a como já referimos atrás, para questões e preocupações internas da IPSS.

O Director Municipal encara o PEL como um quadro conceptual que define intervenções, estratégias, metodologias e objectivos para um período futuro com metas concretas e claras. É um referencial estratégico. A vereadora, próxima do Director Municipal, representa o conceito como um plano de intenções, constituído por acções e estratégias, que levem à concretização, de uma forma articulada,

das mesmas intenções e ou objectivos:

> "Um projecto educativo local, municipal, é um projecto de intenções concretizáveis, […] portanto, nós temos que definir os objectivos, o que é que queremos para o concelho e depois arranjar as acções que vão, as estratégias, […] que vão conduzir àquilo que nós pensamos, a maneira mais fácil de atingir os objectivos a que nos propomos e é isso que temos feito, articulado, pronto!..." **(Recorte E1R30 da categoria M – Anexo 4)**

O representante do Agrupamento Escolar tem a mesma opinião que a vereadora, pois considera-o também um plano vasto de intenções, mas vai mais longe, desafiando o seu papel integrador, ao sugerir a incorporação de todos os projectos dos diversos agrupamentos nesse plano:

> "Um projecto é sempre um plano, um plano de intenções, um plano de intenções será um caminho, um caminho a percorrer no futuro, portanto, e o ideal seria integrar todos os projectos, os projectos que cada agrupamento tem, que cada escola tem num projecto mais vasto, que seria o projecto, o projecto do município, educativo do município. É assim que eu entendo a coisa." **(Recorte E3R25 da categoria M – Anexo 4)**

Sente-se a vontade, a noção de articular os projectos num projecto comum. O PEL nesta 1ª etapa não parece ter contemplado essa articulação. Vejamos a opinião do presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar[17]:

> "Pois, se calhar falta dar esse passo, que era o meu passo inicial, falta dar, se calhar esse passo. Mas, um dia chegaremos lá." **(Recorte E3R16 da subcategoria F.1 – Anexo 4)**

O presidente da União das colectividades e associações do concelho, para além de não ter reconhecido a importância do PEL do "Município XXI", por não o conhecer em pormenor, também interpretou o seu conceito, na óptica do presidente da Comissão Administrativa Provisória, acrescentando algo mais, para ele, o PEL é um elemento integrador de um trabalho colectivo que coordene não só a formação escolar, como também a formação dos cidadãos, da própria sociedade. O projecto educativo deve reflectir a realidade concreta da comunidade, a sua vida activa, sugerindo um diagnóstico para facilitar o

[17] Foi eleito Director pelo Conselho Geral ao abrigo do Dec-Lei nº75/2008, de 22 de Abril.

conhecimento da realidade da mesma:

> "Esse trabalho não deve ser cada um no seu favozinho, no seu cantinho, mas tem de haver realmente uma coordenação, porque um projecto educativo abrange não só a formação escolar, mas também a formação dos cidadãos para a própria sociedade."
>
> **(Recorte E6R17 da categoria M – Anexo 4)**

> "o projecto educativo deveria ter a ver com a realidade concreta da própria comunidade, saber o que se produz, […] como é comercializado, […] qual é a realidade, daqueles que estão na vida activa […] e tudo isso passa pura e simplesmente ao lado, que cada um individuo na sua situação […] estranha!"
>
> **(Recorte E6R18 da categoria M – Anexo 4)**

Estas considerações parecem acercar-se da óptica de Trilla Bernet (1999) quando este assume que existe uma similitude dos projectos próprios da cidade educadora. Eles são genuínos e nascem a partir da própria realidade, mas não renunciam a uma certa vocação de universalidade, identificando-se como um traço comum do PEL, a *contextualização e transferibilidade*.

Aproximam-se também de Canário (1999), segundo a autora, o PEL é um instrumento de realização de uma política educativa local que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade.

A representante do Centro de Saúde declara que é um projecto construído colectivamente em prol das necessidades da cidade, dos locais, e da comunidade que representam (E5R19). Esta representação do conceito parece aproximar-se de Trilla Bernet (1999) ao nível de outro traço comum, a *globalidade*, isto é, quanto aos sectores da população a que se dirige e aos territórios sobre os quais quer incidir.

Para a vice-presidente da Associação de Pais, o PEL é um projecto onde estão delineadas as metas e uma fonte de informação para todos os munícipes relativamente ao acesso da educação das crianças, esperando-se que sirva para a melhoria dos conhecimentos e da própria diminuição do abandono escolar:

> "Do meu ponto de vista um projecto educativo é alguma coisa, é algum projecto em que estão (…) delineadas (…) as metas que as pessoas pretendem, (…) que em todos os munícipes vão ter conhecimento de como naquele município os miúdos podem ter acesso à educação, essencialmente acaba por ser isso. Agora! Se isso se vai reverter em qualidade de conhecimentos, de benefícios, de diminuição do abandono escolar, dessas coisas todas, não, não temos ainda esses resultados." **(Recorte E7R17 da categoria M – Anexo 4)**

A noção surge, no nosso entender, um pouco vinculada às preocupações naturais da família, neste caso da Associação de Pais, relativamente ao grupo etário dos seus educandos, à sua educação formal e seus resultados, não obstante de entender o PEL como um projecto onde estão delineadas metas e uma fonte de informação a todos os munícipes.

A representante do Conselho Municipal de Educação enfatizou a educação em sentido amplo, vendo o conceito como um projecto onde estão delineadas um conjunto de acções para uma educação/formação para sempre, ao longo da vida:

> "Um PEL é um conjunto de acções, é também um futuro que se pensa construir, porque um projecto é isso, é um futuro que se pensa construir sobre a educação e a educação na sua dimensão alargada que é a educação, da formação das crianças, dos jovens, dos idosos, nas várias vertentes e um conjunto de acções e serviços que se põem ao dispor das pessoas que aqui habitam."**(Recorte E8R26 da categoria M – Anexo 4)**

Cuidamos que um dos reptos que se coloca hoje à Educação é, justamente, o de a compreender de modo abrangente, como uma responsabilidade compartilhada por todos, como um processo que é protagonizado por crianças e jovens, mas também por adultos e idosos. É nesta perspectiva que entendemos e atribuímos pertinência à ideia de aprendizagem ao longo da vida. "Life Long Learning" é um "slogan" muito conhecido e um lema que tem estado no cerne das orientações em matéria de política educativa, designadamente da política educativa da União Europeia, depois de na década de 70, do século passado, já terem surgido preocupações expressas com o movimento da "educação permanente"[18].

[18] É comum aceitar-se que a ideia de aprendizagem ao longo da vida nasceu nos debates que emergem nos anos 1970 associados a diversos relatórios internacionais (criados na UNESCO - "An Introduction to Life Long Learning" de Paul Legrand (1970) e "Learning to Be: the world of education today and tomorrow" de

Sustentando-nos em Coll (1999), o PEL entende a educação em sentido amplo: para além da escolar, deve-se articular os diferentes tipos de práticas educativas presentes na cidade, escolares/formais, não escolares/não formais e informais orientadas para a formação dos cidadãos. Segundo o autor, o seu processo de elaboração deve promover a participação e implicação das pessoas, grupos e associações com peso e capacidade para criar opinião sobre temas educativos e revestir-se de uma natureza participativa que apele à sociedade, à cidadania, à participação de todos.

Seguidamente, vamos tentar perceber o processo de construção do PEL do "Município XXI", que após uma impressão inicial, da análise realizada ao seu "corpo documental", é definido como uma ferramenta que permite ao município, com a colaboração dos diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, dividir responsabilidades e definir princípios, metodologias e prioridades para a sua intervenção educadora. É nossa intenção observarmos se conseguiu beber a perspectiva de Gómez-Granell, Vila et al., (1999), se foi caracterizado, entre outras coisas, pela existência de uma cidadania participativa, consciente destes desafios e capaz de conviver em harmonia sobre a base de um projecto comum.

2. O processo de construção e elaboração do PEL

Com o intuito de responder às primeiras três sub-questões e de alcançar os dois primeiros objectivos do estudo, foi necessário compreendermos o processo de construção do PEL e as suas formas de participação. Nesse sentido, criámos cinco categorias: a categoria "A – Conhecimento do PEL"; a categoria "B – Processo de Elaboração e Construção do PEL", com duas subcategorias, a "B.1. Antecedentes" e a "B.2. Apresentação da versão final"; a categoria "C – Participação Cidadã"; a categoria "D – Meios de Participação", com duas subcategorias " D.1. Participação em reuniões de trabalho" e a "D.2. Equipas e canais de apoio e informação"; e a categoria "E - Papel do CME". Para termos

Edgar Faure (1972); ou "Recurrent Education: a strategy for life long learning" da OCDE em 1973), os quais (re)inserem nos debates públicos e políticos a reflexão de que a educação é um processo humano constante.

uma ideia geral das expressões extraídas nestas categorias, observemos o quadro 29:

Quadro 29. O processo de construção e elaboração do PEL (em Recortes)

Entrevistas	Categoria A Conhecimento do PEL	Categoria B Processo de Elaboração e Construção do PEL		Categoria C Participação Cidadã	Categoria D Meios de Participação		Categoria E Papel do CME
		B.1 Antecedentes	B.2. Versão Final		D.1. Reuniões Trabalho	D.2. Canais e equipas de apoio	
E1		9	1	2	1	2	1
E2		12	2	2		1	1
E3	1	4	1	2	2	4	1
E4	3	6		1	1	1	2
E5	1	2	1	1	2	1	1
E6	1	3	1	1	1	2	1
E7	1	2	2	1	1	2	
E8		6	1	2	1	3	1
	7 Recortes	44 Recortes	9 recortes	12 recortes	9 recortes	16 Recortes	8 Recortes

FONTE: Anexo 4

Os sete recortes obtidos na categoria “A” comprovam a existência de um PEL, mas indicam simultaneamente um conhecimento muito superficial do mesmo, com excepção dos representantes municipais.

Para interpretarmos o seu processo de construção, é forçosamente necessário compreender os seus antecedentes. Recolhemos, na subcategoria “B.1”, 44 recortes; 21 foram extraídos dos discursos da Vereadora e do Director Municipal, 6 do representante do Conselho Municipal de Educação, sobrando 17 expressões que foram conseguidas nas restantes cinco entrevistas. Que ilação se pode retirar?

Se recuarmos à caracterização do nosso objecto de estudo, é assumido que o PEL é de iniciativa municipal e do seu Pelouro de Educação, apoiado pelo Conselho Municipal de Educação e que, no final do estudo confirmaríamos, se possível, essa dedução inicial. Procurando dar a validade necessária, esta diferença significativa dos recortes vem mostrar que os representantes municipais

foram os participantes entrevistados mais informados do processo de elaboração do PEL, pela quantidade e pela qualidade da informação cedida. No discurso do Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus conseguimos retirar 12 expressões, o que demonstra efectivamente o papel coordenador que ele teve. A Vereadora e ele próprio o assumem:

> "…Claro que foi municipal mas não foi o pelouro da educação que fez o projecto, embora estivesse centralizado aqui na divisão, aqui na altura, mas foram todos os departamentos da câmara que estiveram representados para podermos fazer realmente uma abordagem muito transversal a todos os temas, portanto, todos os departamentos estiveram aqui representados. **(Recorte E1R5 da categoria B; da subcategoria B.1 – Anexo 4)**

> "…A ideia foi do, foi construir a partir do município e a partir de um grupo de trabalho, que foi constituído com os diferentes departamentos municipais, pessoas da área do ambiente, pessoas da área do desporto, pessoas da área dos museus, pessoas da área do urbanismo, acção social, turismo… uma equipa de técnicos que se juntou para discutir que tipo de acções é que podiam estar incluídas no projecto educativo municipal. Pronto, e o projecto em si, o corpo resulta das propostas que esse grupo forneceu, mas forneceu, nós estávamos a compilar informação." **(Recorte E2R6 da categoria B; da subcategoria B.1 – Anexo 4)**

Relativamente aos outros entrevistados, a representante da Associação de Pais não tem conhecimento em concreto de onde surgiu a ideia, talvez da vereação. O Presidente da UCA (E6R4) desconhece, o elemento do Centro de Saúde (E5R2) sugere uma hipótese municipal, a representante do CME pensa que foi autárquica (E8R3). Já o Director do Agrupamento Escolar confirma a iniciativa municipal dizendo que a construção foi da responsabilidade dos vários gabinetes ou equipas municipais:

> " […] Portanto, havia as propostas feitas nos gabinetes ou feitas em equipas mais reduzidas, em que eu não estive lá" **(Recorte E3R5 da categoria B; subcategoria B.1 – Anexo 4)**

Julgamos que este resultado se ajusta à ideia dos autores Gómez-Granell e Vila (2001: 29), " […] qualquer iniciativa orientada a promover um Projecto Educativo de Cidade deve contar com um impulso inicial da administração local […] ". Aqui o projecto parece ter sido construído de dentro para fora, o impulso é municipal, pelo menos a iniciativa.

Validamos, também, o contributo técnico dado pelos serviços municipais, com a coordenação da Divisão de Educação, a participação do grupo de trabalho inter departamental de educação e a colaboração de outros intervenientes ligados à gestão de equipamentos municipais para a concretização do PEL.

Na análise dos antecedentes, constatámos uma incerteza, quase um desconhecimento generalizado dos entrevistados não representantes municipais relativamente à origem da iniciativa do PEL, às razões e à necessidade do seu aparecimento. A própria representante da IPSS revelou um conhecimento muito superficial e um desinteresse natural no seu aprofundamento (E4R2, E4R3,E4R8). Estes dados poderão servir de indicadores à compreensão do grau de participação dos intervenientes no processo de construção do PEL, que mais à frente abordaremos.

Do lado do "Município XXI", a vereadora assume a ideia do PEL como uma vontade própria e uma vontade política em prol, tanto na educação formal e não formal, através de um trabalho colectivo abrangente que alcance todos os cidadãos. Reconhece que um PEL tem objectivos diferentes de um projecto educativo escolar e denota sensibilidade para a necessidade do envolvimento directo e organizado dos diversos parceiros para uma política de proactividade municipal a longo prazo:

> **E1R3** "[…] eu acho que surgiu um bocado com a minha entrada também aqui (…) achava que havia muitas coisas que nós fazíamos isoladamente, e que se calhar se conseguíssemos todos trabalhar para o mesmo e colaborar todos como parceiros que seria mais fácil a câmara corresponder às necessidades das escolas, por isso é que o nosso projecto educativo não é um projecto escolar, é um projecto muito mais abrangente, quer chegar não só à educação escola mas à educação não formal, portanto de todos nós, de ti também […]" **(Recorte E1R3 da categoria B; da subcategoria B.1 – Anexo 4)**
>
> "[…]necessidade de haver uma colaboração mais directa, de haver uma sistematização, de nós podermos programar "à la longue" e não estarmos dependentes do que qualquer dos parceiros da comunidade se lembrasse de nós a meio do percurso […]" **(Recorte E1R4 da categoria B; da subcategoria B.1 – Anexo 4)**.

Ao observarmos o recorte "E2R3" da mesma categoria e subcategoria, verificámos que o Director Municipal confirma a vontade política da vereadora

apresentando também uma vontade própria inicial, de cariz técnico, da construção de uma estratégia única municipal ao nível das actividades desenvolvidas pelos vários departamentos que sirva de referência aos diversos projectos educativos, dando coerência à intervenção municipal. Por sua vez, o Director do Agrupamento Escolar sugere também o seu contributo sensibilizador, quando diz:

> "Penso que foi para aí há 4 anos […] esta equipa iniciou o mandato e a principal razão era concentrar recursos e rentabilizar recursos e a ideia partiu […] Partiu, eu penso, que eu já há muito tempo, já não me recordo, mas eu penso que partiu aqui da escola, portanto o projecto, o projecto educativo como eu entendo, não é o projecto educativo como provavelmente está, portanto, que evoluiu, que evoluiu o projecto que a câmara… define provavelmente as actividades e depois as escolas enquadram-se.". **(Recorte E3R4 da categoria B, subcategoria B.1 – Anexo 4)**

Confirma-se que anteriormente ao PEL já havia uma ideia da necessidade de concentrar e rentabilizar recursos pela actual equipa municipal. O mesmo participante pensa que a ideia "mãe" partiu da escola, contudo observa-se alguma incerteza na data de construção do PEL e confirma-se o tal conhecimento muito superficial do mesmo, pois nem há a certeza se é a Câmara que define as actividades e nem se sabe qual o enquadramento das escolas nesse projecto.

Para a representante do CME as razões da elaboração do PEL estão relacionadas com um conjunto de intenções para a cidade, tornando-a educadora surgindo a ideia desta última equipa autárquica. Ora vejamos:

> "Sim. Eu tenho ideia que sim. Portanto, o projecto educativo começou a elaborar-se já eu fazia parte do Conselho Municipal de Educação, mas já antes a educação era tema de debate, e penso que havia uma política concertada de ideias e de intenções que era debatida em termos concelhios, portanto, onde, pronto, eram falados os princípios orientadores e as intenções do município." **(Recorte E8R1 da categoria B; subcategoria B.1 – Anexo 4)**.

> "Eu penso que tem a ver com um conjunto de intenções que se prende para a cidade, e a cidade e os responsáveis da cidade pretendiam construir uma cidade educadora e tudo fizeram, e a cidade em si reúne condições para ser uma cidade educadora e trabalhou-se muito, penso, nesse sentido, portanto, esta última equipa da autarquia penso que teve um papel fundamental." **(Recorte E8R3 da categoria B; subcategoria B.1 – Anexo 4)**.

No recorte E8R1, a entrevistada identifica a educação como um tema de debate anterior à construção do PEL e, de facto, parece confirmar-se essa ideia depois da análise categorial dos discursos. Alvitra-se a existência de um conjunto de programas e ou acções educativas municipais anteriores ao PEL, uns promovidos pela escola, outros pela Câmara Municipal e, ainda, por outras associações.

Salientemos alguns de iniciativa municipal[19]: ao nível da educação pré-escolar, na área da pintura, artes e sentidos, desenvolveu-se o programa concelhio que recebeu o nome de "Reindufas e Panfarrões". Salientam-se também, algumas iniciativas realizadas a partir da segunda edição dos programas "Prazer em Aprender, Prazer em Ensinar", "Boa Gente e "Melhor inglês para os alunos do primeiro ciclo". Destacam-se igualmente actividades de educação ambiental, actividades de enriquecimento curricular incluídas num projecto global de intervenção designado por "ESCOLA+" que contribui para a missão educadora do município e o apetrechamento informático (desde equipamento a software) das escolas do 1º CEB e de 24 Jardins-de-Infância de tutela municipal.

Ao tentarmos perceber o processo de construção do PEL do "Município XXI", nunca foi nosso objectivo comprovar se o mesmo seguiu ou não o roteiro, o faseamento, o guião descrito no ponto "3.1." do primeiro capítulo, já que não se revê na nossa questão central de investigação, dada a existência de limitações temporais.É apenas um suporte teórico escolhido por nós, havendo iguamente outros caminhos. Costa (2007) adverte que não existe uma forma mecânica/precisa, nem uma receita do tipo "the one best way" ao nível desses procedimentos.

Mas há um elemento no lançamento de um PEL, entre tantos outros importantes, que nos mereceu particular atenção na construção do guião da entrevista, isto é, se *"Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades, pontos fracos e ou constrangimentos para a cimentação do processo de construção?"*, se foi realizado um diagnóstico.

A nossa particular atenção apoia-se em Canário (1998), que citando

[19] Fonte: Site do "Município XXI" e Entrevistas.

(Nóvoa et al,. 1992), refere que a construção de um projecto de um território deve partir do reconhecimento das suas potencialidades próprias e este não deve resumir-se a uma lista de carências e problemas. Tem que ter consciência do ponto forte sobre o qual se pode apoiar. Na mesma linha, Gómez-Granell e Vila (2001: 29), inspirados no modelo da cidade de Barcelona, dizem que a primeira das condições a ter em conta num PEL é "*a capacidade de Inovação e reflexão*"[20]. Para a alcançar, é necessário efectuar um bom diagnóstico da realidade sócio-educativa da cidade ou do território, definir as acções e dificuldades, principais tendências, riscos e oportunidades para permitir propor uma série de opções baseadas num conjunto de valores, assegurando-se o equilíbrio entre utopia e realidade. Partindo destes pressupostos, fomos à procura do cumprimento ou não deste elemento na construção do PEL do "Município XXI".

Atribuindo-se ao mesmo uma construção de iniciativa municipal, de dentro para fora, questionámos os representantes municipais, incluindo o membro do CME, se o diagnóstico tinha sido considerado. Ouvindo a vereadora, parece ter havido preocupação com o diagnóstico inicial (pontos fortes, oportunidades, pontos fracos e constrangimentos):

> "acho […] fez-se esse estudo, fez-se este estudo mas olha que não te sei dizer concretamente neste momento, não recordo os pontos que foram apontados. Fizemos esse estudo, fizemos esse estudo […]" **(Recorte E1R8 da categoria B, subcategoria B.1 – Anexo 4)**

O membro do CME reconhece a localização geográfica da cidade como um ponto forte, sugerindo a existência de um estudo diagnóstico:

> "Eu não tenho presente, mas de pontos fortes para nos tornarmos cidade educadora foram, foram, isso foram. Os pontos fracos! Não, efectivamente não, não me lembro, mas com certeza também! Pontos fortes lembro-me parte geográfica da cidade como estava montada e os serviços onde estavam, lembro-me que era um ponto forte." **(Recorte E8R5 da categoria B; subcategoria B.1 – Anexo 4)**.

O Director Municipal defende a necessidade do PEL ser um documento teoricamente leve, prático e exequível num determinado tempo e com intervenções e prioridades bem definidas. Relativamente ao despiste dos pontos

[20] Ver Quadro 9.

fortes e fracos, dos constrangimentos e oportunidades, parece-nos terem-se servido do diagnóstico obtido aquando da construção da carta educativa como referencial, pois não tinham equacionado esse mecanismo:

> "na altura em que se partiu para a construção disse logo isto não é, não vai ser nenhum estudo de cento e tal páginas e que vai fazer um diagnostico exactamente como a carta educativa, não, não é nada disso, a questão é ser uma agenda de prioridades e intervenções, intervenções porque tem a ver com prioridades que nós justificámos, ou seja, na base do projecto educativo municipal não está nenhum estudo de análise e diagnóstico da situação do concelho […] porque os diagnósticos estão feitos, quer dizer estava na carta educativa estão identificados os problemas, não são os problemas na área social nem outros tipos de problemas mas estão identificados muitos problemas que têm a ver com a parte educativa, mas como o projecto tinha também a ambição de ser mais amplo não só na área da educação foi entendido que não era esse o mecanismo para este projecto, ter um diagnostico, não era esse o mecanismo para este projecto.". **(Recorte E2R7 da categoria B, subcategoria B.1 – Anexo 4)**

Costa (2007) tipifica o PEL situando-o no âmbito de actuação da administração autárquica, designadamente a municipal, correlacionando-a igualmente com a construção da Carta Educativa. Segundo o autor, o PEL é desenvolvido sob a coordenação e supervisão municipal, traduz-se em propostas de desenvolvimento educativo de uma colectividade local, na base das quais se deve construir a carta educativa municipal, sem esquecer os processos de articulação e coerência com os restantes projectos e programas educativos, quer formais, quer informais. Mais à frente, abordaremos esta questão da articulação.

Se nos reportarmos ao Quadro 27 e à análise categorial das entrevistas, notamos que o processo de construção do PEL teve início sensivelmente no final de 2006, início do ano de 2007, e teve a duração praticamente de um ano.

> "Da construção do projecto educativo!? Andámos, primeiro… 6 meses! Um ano para conseguir fazer o esboço." **(Recorte E1R9 da categoria B, subcategoria B.1 – Anexo 4)**

> "A elaboração demorou um mínimo de oito, dez meses. Oito, dez meses, sim! Começou em final de 2006, exacto. Inicio de 2007 e acabou no fim de 2007". **(Recorte E2R12 da categoria B, subcategoria B.1- Anexo 4)**

A sua versão final foi apresentada, publicamente, em 27 de Fevereiro de 2008. Dos oito entrevistados, seis confirmaram a apresentação pública do PEL, em cerimónia realizada no Cine-Teatro. À Presidente da IPSS não lhe foi

colocada a questão, e o Presidente da UCA (recorte E6R5) não soube do evento e, por conseguinte, não participou na cerimónia, sugerindo que os representantes das restantes colectividades do concelho também não o tenham feito.

Ao analisarmos a subcategoria "B.2.", e em particular os recortes **"**E1R10" e "E2R14", a apresentação do PEL sugere um momento formativo para os cerca de 200 participantes, através da intervenção do especialista Professor Doutor João Pinhal, da Doutora Lurdes Rabaça, coordenadora da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, como conferencista, e pela própria divulgação e apresentação do PEL pela própria vereadora e pelo CD que foi distribuído aos cidadãos presentes. Apesar do desconhecimento do representante da UCA, a Vereadora (recorte E1R10) afirma que a cerimónia foi aberta a toda a comunidade e o projecto foi anunciado a todos aqueles que quiseram estar presentes. O Director Municipal também atesta essa informação (recorte E2R14) e confirma a presença do coordenador do CAE do Médio Tejo, (Recorte E2R9) e da representante da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, Dra Lurdes Rabaça, que apadrinhou o PEL aquando da sua apresentação pública (recorte E2R11).

Além desta participação oficial, o Director Municipal, que assume não saber como se construía um PEL, reconhece o contributo derivado da integração na rede das "cidades educadoras", que serviu de mola e apoio à construção do respectivo projecto através da sua participação, em 2006, num Congresso internacional, em França (recorte E2R4).

Segundo o Director Municipal, ao contrário de França, em Portugal, o Estado Central ainda não sugere politicamente o PEL ao Estado Local, nem legislou nesse sentido. Ainda não é vista como uma medida oficial necessária na área da educação do nosso país. A criação do PEL é de livre iniciativa municipal e é concretizada pontualmente:

> " […]Uma coisa que hoje tem perfeitamente institucionalizado porque faz parte da contratação com o governo central, com o ministério da educação. Os municípios não recebem dinheiro para a educação se não tiverem um projecto educativo municipal associado a um contrato. […] Não, cá é perfeitamente, é, digamos que são casos pontuais é uma iniciativa ainda altruísta e que não há nada regulado, é por própria iniciativa do município.". **(Recorte E2R5 da categoria B, subcategoria B.1 – Anexo 4)**

Atrás referimos que na perspectiva de Gómez-Granell e Vila (200: 29) é evidente que qualquer iniciativa orientada a promover um Projecto Educativo de Cidade deve contar com um impulso inicial da administração local, porém, um projecto desta natureza deve converter-se, sobremaneira, num projecto colectivo de toda a cidade.

Para Coll (1998), o PEL adopta a Cidade/concelho como território educativo, com papel activo dos seus usuários na melhoria das práticas educativas e das suas decisões. Reveste-se de natureza participativa, apela à sociedade, à cidadania, à participação de todos, à participação cidadã.

São estes objectivos, intenções e características que iremos tentar saber se foram promovidos ou alcançados na etapa de construção do PEL do "Município XXI".

2.1. Mecanismos, Tipos e Grau de participação

Este estudo pretende averiguar, para além daqueles que deram o impulso inicial, todos os outros actores locais que eventualmente tenham participado na construção do PEL, quer em representação social, quer individualmente enquanto cidadãos, e compreender as suas formas de participação. A investigação deseja ainda saber qual foi o papel do Conselho Municipal de Educação nesse processo.

Gómez-Granell e Vila (2001) dizem que a segunda das condições a ter em conta num PEL é a *Participação Cidadã*, quer ao nível do processo de elaboração das propostas, quer ao nível da sua negociação e execução. É um objectivo prioritário através da corresponsabilização cidadã, da implicação da comunidade, da participação colectiva de diversas entidades, instituições e agentes e da mobilização da capacidade social de reflexão.

No quadro 29 podemos apurar 12 recortes na categoria "C – Participação Cidadã". Esta categoria vai ser analisada e cruzada com o Quadro 13, instrumento baseado em Lima.

Após a análise categorial dos 12 recortes obtidos e depois de os tratarmos segundo o quadro adaptado da tipologia de Lima (1998), apurámos que a quase

totalidade dos entrevistados não participou na construção do PEL, quer como representantes das diversas entidades, quer individualmente (recortes: E4R10, E5R5, E6R6, E7R6). Apenas o Director do Agrupamento Escolar, ao nível da "Categoria – Envolvimento dos Actores", parece registar uma "Participação Passiva", pois configura um não envolvimento ou um envolvimento mínimo:

> "Muito pouco, muito pouco…Muito pouco, sim, lembro-me que tivemos algumas reuniões, mas não…Não, penso que não." (**Recorte E3R7 da categoria C – Anexo 4)**.

Mas, simultaneamente, também nos sugere uma "Participação Reservada", pois, e na óptica de Lima (1998), não revela uma posição de desinteresse ou de alheamento acentuados, podendo mesmo admitir a tomada de certas posições e de algum tipo de acção. Não rejeitando a priori a possibilidade de intervenção e o recurso à participação activa, a intervenção da escola parece limitar-se a uma representação informal (por convite) em Conselho Municipal de Educação, podendo correr-se o risco de uma actividade mais expectante, daí parecer sugerir uma "Participação Reservada":

> "Sim, eu sou membro convidado do concelho municipal da educação onde nós falamos destas questões, onde fazemos a avaliação e penso que o processo, a ideia que eu tenho é muito vaga, penso que está a… a adesão é cada vez maior, penso que é um processo, é um projecto que é capaz de avançar com alguma dinâmica." **(Recorte E3R9 da categoria C – Anexo 4)**.

A própria Vereadora reconhece que, apesar da promoção da consulta e da participação pública para a apresentação de eventuais propostas, se verificou pouca participação dos munícipes (recorte E1R11). Parece confirmar a nossa ilação, da "Participação Passiva" e ou "Reservada" do Director do Agrupamento Escolar, quando afirma que o mesmo contribuiu apenas com algumas "achegas" para o projecto (recorte E1R12), cumprindo-se também, assim, a ideia inicial sensibilizadora assumida pelo próprio Director do Agrupamento Escolar antes do nascimento do Projecto.

O Director Técnico do Departamento Municipal da Educação corrobora a abertura do processo de discussão pública, centrando-se essencialmente na chamada das escolas à participação, através da apresentação de propostas. Com

essa finalidade, foi sensibilizado o Conselho Municipal da Educação para estabelecer a ponte e o apoio necessário aos agrupamentos (recorte E2R15). Todavia, a resposta foi praticamente nula, registando-se apenas duas ou três propostas individuais de actividades, mas muito inconsequentes, apenas uma resulta da participação individual de uma pessoa, através da Internet, encontrando-se mencionada no PEL (recorte E2R16).

Após a interpretação destes dados, tentámos entender o porquê desta "Não Participação". Analisámos, assim, a categoria "D – Meios de Participação" com duas subcategorias, " D.1. Participação em reuniões de trabalho" e a "D.2. Equipas e canais de apoio e informação". A subcategoria "D.1" reuniu 9 recortes e a subcategoria "D.2" 16 recortes. Relativamente à participação em reuniões de trabalho, a intervenção continua a registar-se nula; os entrevistados não participaram em nenhuma reunião de trabalho (recortes: E4R11, E6R7, E7R7, E8R10) ou têm muitas dúvidas relativamente à sua realização (recortes: E5R6, E5R7).

As sessões de trabalho que existiram parecem limitar-se às reuniões formais do CME, o próprio membro o confirma (recorte E8R10). Ao interpretarmos o recorte E3R9 da entrevista com o Director do Agrupamento Escolar, verificámos que foi membro convidado do CME, sugerindo-nos que houve uma reunião com várias instituições (recorte E3R10). Todavia, é a própria vereadora que nos esclarece esta situação:

> "Não, com as associações não se fez, comunicou-se. O que se fez a reunião foi: quer com todos os departamentos da câmara, quer com todos os parceiros da educação formal porque pensámos que nesta primeira fase seriam esses que tinham que dar o arranque, agora os outros já estão a ser receptores. Esperemos que na próxima já haja uma participação diferente, porque as cidades educadoras o querem e nós queremos a participação de toda a comunidade…" **(Recorte E1R13 da categoria D e subcategoria D.1 – Anexo 4)**

Pode depreender-se que reuniões a nível interdepartamental do sector camarário e a nível escolar se assumiram como uma solução estratégica de arranque. Denota-se a ausência de reuniões com outros parceiros, incluindo as associações. A responsável municipal indicia sensibilidade para o valor do aumento da participação. Regista-se claramente um auto-compromisso municipal

nesse sentido.

Relativamente aos meios e ou a equipas de apoio que foram disponibilizadas ou utilizados para a promoção do PEL, ou para incentivo à participação comunitária, a Vereadora e o Director Municipal disseram-nos que o divulgaram, disponibilizando na Internet, através de um portal, um ficheiro informático oficial apelando à participação, essencialmente para a sugestão de actividades e propostas (E1R14, E2R17). O Director Municipal acrescenta-nos e a representante do CME confirma-nos, que também circulou um folheto/panfleto informativo sobre o PEL e as áreas de intervenção definidas pela equipa municipal a apelar à referida participação. Porém nenhum dos outros entrevistados enfatizou essa questão. Além disso, sensibilizaram-se os conselheiros, nas reuniões do CME, com o intuito destes estimularem a participação nas estruturas que representam (E2R17, E8R3 e E8R11).

O Director Municipal assume o envio de convites a todas as entidades e organizações, quer públicas, quer privadas, para apresentarem propostas (E2R17), todavia, os entrevistados não revelaram a recepção do convite.

Confirmámos, na parte final do documento provisório do PEL (anexo 5), a existência da via informática onde era sugerido o envio de propostas por e-mail ou por correio normal. Contudo, julgamos que esses canais não resultaram, não fcorrespondendo à melhor forma de comunicação.

Para a própria Vereadora, a comunicação e a divulgação das coisas é um ponto fraco que deve ser combatido e foi o que tentaram fazer através da elaboração do PEL (E1R15). Segundo o Director Municipal, a participação não resultou muito bem na apresentação de propostas, as formas de comunicação parecem não ter sido as melhores (E2R17).

Os restantes entrevistados, representantes das diversas entidades e associações, não revelaram conhecimento de qualquer canal de informação ou equipa de apoio, nem na forma de comunicação via informática, não a utilizando (E3R12, E4R12, E7R8).

Dos entrevistados, apenas a representante do Centro de Saúde revela pouca consistência na existência de contactos e origem dos mesmos (E5R8).

O Presidente da Comissão Administrativa Provisória também considerou o

núcleo educativo municipal como uma equipa de apoio à construção do PEL (E3R11), centrando a sua resposta na existência de um diálogo institucional via telefone e e-mail, sempre que necessária a colaboração efectiva da escola nas actividades desenvolvidas pela Câmara e vice-versa (E3R13). Todavia, constatámos que não foi um canal privilegiado na construção do PEL, embora seja um canal usado regularmente em qualquer interacção institucional, quer formal, não formal ou informal.

Seguindo a perspectiva de Lima (1998), podemos depreender que a dominuta intervenção cidadã verificada na construção do PEL não é indiciadora de uma efectiva crise de participação. Esse facto acontece quando há uma tendência generalizada para a participação passiva, representando sim, uma alteração de grau, uma ruptura assinalável, ainda que não necessariamente definitiva. Porém, a não participação mantém traços comuns com a participação passiva (desinteresse, alheamento, falta de informação, alienação de responsabilidades, etc).

Este fenómeno de não participação parece manter também relação com a situação organizacional concreta da participação. Considerando-a no plano da acção organizacional, o autor coloca em hipótese a possibilidade de uma "não participação induzida", isto é " [...] numa situação organizacional onde, mesmo que a participação esteja decretada, os arranjos organizacionais concretos, as práticas participativas previstas, as condições, os recursos e as possibilidades reais de participação, podem conduzir a situações objectivas e subjectivas convidativas e facilitadoras da não participação; ou pode ainda, ser actualizada predominantemente na base de orientações meramente individuais ou de opções estratégicas de grupos e subgrupos, sem que se descortinem elementos concretos de imposição ou de indução da não participação, a que chamaremos não participação voluntária." (Lima, 1998: 196).

Ao sustentarmo-nos na reflexão do Director Municipal, quando diz que deveria ter havido maior investimento ao nível da comunicação, de forma a incentivar mais a participação comunitária (E2R32) e no comentário do Presidente da UCA, quando propõe uma mudança na forma de informação e de divulgação com o intuito em tornar o processo de participação proactivo a todos os actores

locais (E6R22), parece-nos por um lado, apesar de não ser intencional, que os recursos e as possibilidades reais de participação foram algo condicionados pela acção organizacional. Sugere-nos, assim, alguma proximidade à não participação induzida.

Por outro lado o responsável municipal também considera que as pessoas estão mais esclarecidas e que se continua a verificar pouca aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, condicionada não só pelo facto dos mecanismos e ou canais de participação serem pouco rotinados, mas também pela apatia, falta de cultura de participação das pessoas (E2R30). Desta posição do Director Municipal e da declaração da representante do CME (E8R31) podemos perceber este fenómeno da participação numa outra lógica defendida por Lima (idem), a representante defende que o PEL foi bem apresentado justificando a não participação como uma opção, podemos estar aqui, segundo Lima, perante um exemplo de uma não participação voluntária.

Segundo o autor (idem, 197), "em situação organizacional formalmente democrática e participativa, a não participação constitui frequentemente um fenómeno cujas razões e explicações devem ser procuradas no contexto organizacional e nas práticas participativas anteriores", depois de conversarmos com os representantes municipais, responsáveis pela situação organizacional e de analisarmos as suas respostas, percepcionamos que as suas opiniões se enquadram nesta ideia de Lima. A Vereadora regista uma preocupação clara em aumentar os níveis de participação de toda a comunidade, a necessidade de envolver mais parceiros na construção do PEL contrariando a limitação natural da chamada à participação construtiva pela proximidade e pela habituação organizacional (E1R13, E1R36). O Director Municipal tem a mesma noção, é necessário investir mais na comunicação, é necessariamente obrigatório envolver as pessoas na construção do PEL contrariando a rotina natural da ausência de participação; sugere um maior investimento ao nível da comunicação, propondo até a indispensabilidade de uma abordagem mais profissional e incidente no domínio da comunicação, de forma a incentivar mais a participação comunitária.

2.2. O Papel do Conselho Municipal de Educação

A "categoria E – Papel do CME" reuniu 8 recortes entre todos os entrevistados. Na sua análise inferimos que o CME não participou na construção propriamente dita do PEL do "Município XXI", pois não apresentou propostas, nem interferiu na sua organização, apenas se limitou ao cumprimento das suas competências legais, o acompanhamento e aprovação formais.

Os posicionamentos da Vereadora, do Director Municipal e do Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar, convidado desse Órgão, são esclarecedores da nossa ilação (E1R16, E2R18, E3R15).

A representante da IPSS não revelou informação sobre o papel do CME na construção do PEL, ficando-se pela boa relação que estabelece com a vereadora e pela correcção da resposta relativamente à representação da IPSS no CME, confirmando que a directora técnica da creche da IPSS representa a instituição no CME (E4R13, E4R14). Com a representante do Centro de Saúde depreendemos que o CME teve um papel meramente informativo através dos elementos que o constituem (E5R10), pois a senhora enfermeira chefe apenas se lembra, que foi informada através do representante dos Serviços Públicos de Saúde no CME, de que o PEL já se encontrava on-line. O presidente da UCA apenas confirmou o seu conhecimento da existência do CME (E6R10). Por sua vez, a vice-presidente da Associação de Pais, quando lhe foi colocada a primeira questão relacionada com a "categoria A – Conhecimento do PEL" corroborou a tese da representante do Centro de Saúde, o papel meramente informativo do CME (E7R1), pois foi o representante dessa associação no CME que a informou da existência do PEL.

Os recortes conseguidos e a análise interpretativa efectuada parecem não levantar dúvidas quanto às deduções relativas ao papel do CME na construção do PEL, mas planeámos, para confrontação, entrevistar também um membro do CME (E8R14) e conferimos que este seguiu e cumpriu formalmente o desenvolvimento do PEL, quer ao nível dos objectivos da sua construção, quer na anuência da abertura de um espaço à participação comunitária.

Confere-se também, através da Acta do CME, o papel formal que este

Órgão teve, quando, em terceira reunião ordinária do dia 22 de Fevereiro de 2007, aprovou por unanimidade a proposta de implementação do Projecto Educativo Municipal, com explanação dos seus fundamentos (Ver Quadro 27 e anexo 8).

Deduzimos, assim, que o CME cumpriu a sua competência legalmente atribuída pelo plasmado na alínea "d", do artigo 4º, do Decreto-Lei nº7/2003, que diz caber ao CME a "apreciação dos projectos a desenvolver no município", mas, segundo o membro do CME (8R10, E8R11, E8R13 e E8R14) também houve a preocupação em se aprovar um espaço que possibilitasse a participação comunitária, pedindo-se mesmo aos conselheiros que sensibilizassem a participação junto das entidades representadas. Perante isto, recordemos Fernandes (1999) concordando com ele, quando referiu que uma estrutura local deste género parecia indiscutível para assegurar uma coordenação entre todos os actores e poder lançar as bases para o desenvolvimento de um projecto educativo local.

3. Projecto Educativo Local e Estratégia Educativa Municipal

Com a finalidade de alcançarmos o segundo objectivo e as últimas três sub-questões (ver quadros 15 e 16) criámos a "categoria F – Estratégia Educativa Municipal" subdividida em três subcategorias "subcategoria F.1 Articulação, subcategoria F.2. Reconhecimento de Parceiro Local e subcategoria F.3. Parceiros Locais e sua acção" e elaborámos ainda outra subcategoria (J.2. Suporte e oferta Municipal) integrada na categoria " J - O Projecto Educativo Local".

Para servir de apoio à interpretação e análise das expressões extraídas nestas categorias observemos o quadro 30:

Quadro 30. Projecto Educativo Local e Estratégia Educativa Municipal (Em Recortes)				
Entrevistas	Categoria F Estratégia Educativa Municipal			Categoria J O Projecto Educativo Local
	F.1 Articulação	F.2. Reconhecimento de Parceiro Local	F.3. Parceiros Locais e sua acção	J.2. Suporte e oferta Municipal
E1	1		3	1
E2	1		1	1
E3	1	1	1	1
E4	1	1	1	1
E5	1	1	1	1
E6		1		1
E7	1	1		1
E8			2	3
	6 Recortes	5 Recortes	9 recortes	10 recortes

FONTE: Anexo 4

Antes de entrarmos na análise das subcategorias importa realçar que o Director Municipal, sendo um Técnico Superior de Educação e responsável pela coordenação da Divisão da Educação, entende a construção de um PEL como uma estratégia educativa local, como um instrumento político municipal, que permite pensar e apresentar de forma coerente e objectiva as intervenções na área da educação, num determinado espaço de tempo (E2R19). A Vereadora comunga da mesma opinião, o PEL traduz uma estratégia educativa Municipal, isto é, pretende revelar um projecto comum, articulado e integrador e reconhece a importância da educação, da sua tranversalidade e capacidade integradora no desenvolvimento de uma comunidade aprendente (E1R17). Esta ideia é considerada por Trilla Bernet (1999) como um traço comum do PEL, a *transversalidade*, refere-se aos conteúdos dos projectos, estes tendem à interdisciplinaridade, a abarcar âmbitos temáticos variados.

Segundo Canário (1998), outro dos elementos que se tem de ter em atenção na construção de um PEL é a articulação deste com o trabalho das escolas, deve ser um momento para o aperfeiçoamento e revisão dos projectos de cada escola do território. Todas elas devem ter uma participação em pé de

igualdade na definição do PEL. Procurámos com este estudo, certificarmo-nos se essa articulação foi tomada em consideração ou não.

O informante privilegiado nesta situação, como é óbvio, foi o Director do Agrupamento escolar:

> "Pois, se calhar falta dar esse passo, que era o meu passo inicial, falta dar, se calhar esse passo. Mas, um dia chegaremos lá." **(Recorte E3R16 da categoria F e subcategoria F.1 - Anexo 4)**

Depreendemos da afirmação que não há articulação entre o PEL e o Projecto Educativo da Escola.

Além da escola, tentámos perceber qual a opinião dos restantes entrevistados sobre o mesmo assunto: a presidente da IPSS não enfatizou a articulação dos projectos como um objectivo a alcançar, mostrou, sim, uma preocupação constante em cumprir o seu projecto de acordo com o " timing" da IPSS, deixando sempre em aberto uma possível parceria, a cooperação instituicional, quando necessária (E4R5). A representante do Centro de Saúde é da opinião que o PEL suscita a articulação entre os diversos parceiros e seus projectos (E5R11). Para a vice-presidente da Associação de Pais não é visível articulação entre o PEL e o plano de actividades da Associação de Pais, nem entre o PEL e o Plano Anual da Escola porque esse, na sua opinião, era muito extenso e pesado (E7R10). A representante do CME, não se referindo à articulação dos projectos, reconhece a parceria entre município e escolas, e outras entidades e associações, as escolas têm acções conciliadas com o município, o caso das actividades de enriquecimento curricular (E8R15).

Perante estas posições apraz-nos dizer que efectivamente se nota uma intenção política estratégica por parte dos intervenientes municipais, na construção do PEL e há um conhecimento claro de que o PEL pretende ser um instrumento comum, articulado e integrador. Porém, ainda não se verifica a articulação do PEL com o Projecto Educativo do Agrupamento Escolar, nem com os planos anuais de actividades da IPSS e das Associações neste estudo representadas.

3.1. Os Parceiros Locais e sua acção

Para justificar esta falta de articulação, voltamos ao enquadramento teórico proposto por Pinhal (2005:102): as escolas são as principais organizações educativas locais e o facto de não estarem representadas no Conselho Municipal de Educação, enquanto organizações/instituições "inviabiliza a emergência do projecto educativo local como resultado do trabalho conjunto das organizações educativas locais". O nosso estudo parece poder enquadrar-se na posição de Pinhal. Será um constrangimento legal!? O facto da Vereadora do "Município XXI" convidar o Director do Agrupamento Escolar para participar nas reuniões do CME, parece-nos ser um sinal de ruptura, querendo transformar esse possível constrangimento numa oportunidade de dinamismo colectivo.

Deste modo, pretende-se que os territórios educativos ganhem corpo e sentido no estabelecimento de parcerias entre as comunidades educativas e os poderes públicos de um dado território. A nossa investigação pretende conhecer quais são os parceiros na acção educativa e como se tem revestido essa cooperação.

Quando nos debruçámos sobre a caracterização do PEL, em particular, na coluna dos intervenientes previstos para o alcance das 37 propostas planificadas, pareceu-nos poder deduzir que a maior percentagem dos intervenientes fazem parte dos departamentos e serviços municipais.

Alvitra-nos concordar com Araújo (2003) quando este propõe, que a formação do pessoal dos municípios tem de ir para áreas que permitam aos técnicos estabelecer a ligação entre os vários actores locais e os cidadãos.

Para além destes, as escolas parecem ser as eleitas como parceiros privilegiados, figuram em seis propostas, numa delas cabe a participação das duas escolas secundárias, noutra, exclusivamente a participação de uma única escola secundária, nas restantes, de todas as escolas e estabelecimentos de ensino dos diversos níveis de ensino. Como presumíveis parceiros aparecem contemplados os representantes dos empresários, observando-se numa proposta a vontade expressa de haver uma articulação com as associações de empresários, para desenvolver a oferta formativa do concelho e colaborar em

projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros.

Noutras 4 propostas regista-se a referência a prováveis parceiros, não identificados, que em conjunto com diversos departamentos e serviços municipais promoverão anualmente uma semana de actividades extra-escolares durante cada uma das interrupções lectivas do Natal e Páscoa, desenvolverão um programa de ocupação para as férias de Verão que garanta um mínimo de um mês e meio de actividades, dinamizarão o espaço e os recursos de uma biblioteca municipal e organizarão anualmente a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental, em parceria com as escolas, ONG's, colectividades e outras entidades locais. Estes exemplos de propostas, apesar de conjecturáveis, parece desenhar, segundo Araújo (2003), a possibilidade da tal rede de ligações complexas, onde os cidadãos são o centro da razão da administração pública. Na opinião do mesmo autor aquilo que se pede aos responsáveis é um relacionamento com os actores locais diferente daquele que é tradicional e que consiste em procurar soluções integradas para os problemas, soluções em rede. Verifica-se no marco teórico deste trabalho, que esta procura obriga segundo Azevedo (1994), a "um processo social" dentro de uma comunidade, de uma sociedade, exige participação nas suas actividades e decisões. Exige Cidadania conforme definiu Beltrão (2000).

Vamos então, através das entrevistas, tentar perceber se existem de facto parceiros, o seu tipo de acção e se os mesmos se reconhecem como tal.

Ao interpretarmos a subcategoria "F.2" todos os entrevistados se reconheceram como parceiros do município (E3R17, E4R16, E4R17e E5R12), com excepção da vice-presidente da Associação de Pais que reconhece apenas a parceria local que existe entre a associação e a escola, pois segundo ela com o município não existe:

> " Não sei como! A nossa ligação é muito pouca, é mais com a escola, interagimos, colaboramos muito mais directamente com a escola. Também nunca pedimos nada, nunca fomos ao município pedir colaboração, verdade seja dita, mas também nunca nos foi pedido nada em contrário." **(Recorte E3R16 da categoria F e subcategoria F.1 – Anexo 4)**.

O presidente da UCA admite que existam parcerias locais e que estão cheias de potencialidades, mas ainda falta juntar formalmente os diversos

parceiros para as desenvolverem (E6R11).

Além deste auto-reconhecimento de parceiro local por parte da generalidade dos actores entrevistados, os responsáveis municipais comprovaram a presença de parcerias a nível local, com incidência sobretudo ao nível da educação formal, dos agrupamentos de escolas, das actividades de enriquecimento curricular, com o conservatório de música, o clube de natação, o instituto de línguas, algumas colectividades, entre bandas e ranchos folclóricos. Surgem como iniciativas municipais em regime de parceria, o ensino da música no Pré-Escolar com o mesmo conservatório e a feira do ambiente com os Agrupamentos Escolares, o Centro de Bem-estar e Social e o SEPNA (E1R18, E1R19, E1R20, E2R18).

O agrupamento de escolas, além de participante na Feira do Ambiente promovida pela autarquia e em outras iniciativas pontuais da mesma é um parceiro do município, com incidência sobretudo na partilha do uso das infra-estruturas e equipamentos desportivos (E3R17). Não é só o município que é um parceiro da escola, o Centro Bem-Estar e Social tem protocolo há mais de vinte anos, o Centro de Recuperação e Integração, o Hospital, o Centro de Saúde, a Protecção Civil e os Bombeiros são parceiros, pois desenvolvem actividades com a mesma (E3R18).

Para Canário (1998) os parceiros da escola estão, como o próprio nome indica, numa relação de igualdade com ela, tendo o mesmo tipo de direitos e de responsabilidades no delinear e na execução do PEL. Consideremos a afirmação da Vereadora quando respondia à questão, "*quais têm sido os parceiros da acção educativa do município e que tipos e formas de cooperação têm revestido essas parcerias?"*:

> " […] o parceiro que tem sido impecável, tem sido o conservatório, o conservatório, que neste momento já está independente, pedagogicamente, não é!? Tem sido um parceiro também muito bom e que tem colaborado muito inclusivamente para o projecto educativo" **(Recorte E1R20 da categoria F e subcategoria F.3)**,

observamos que simultaneamente com as escolas houve outro parceiro que colaborou com o "Município XXI" no seu projecto educativo, o conservatório de música, que também é parceiro da escola. Desta forma, e numa relação de

igualdade com a escola, o PEL do "Município XXI" parece reconhecer o mesmo tipo de direitos e responsabilidade a outros parceiros para o contributo da sua fase de execução.

A representante do CME confirma-nos que o "Município XXI" é um parceiro privilegiado das escolas e que também tem outras entidades e associações, o Centro de Bem-Estar e Social e o SEPNA, como parceiros (E8R15, E8R16).

Como já foi referido anteriormente, uma iniciativa que demonstra as relações de parceria que existem no território é a realização da Feira do Ambiente (E4R16).

3.2 A Educação Formal e Não Formal – Suporte e Oferta do PEL

Após termos percebido que parceiros interagem, o segundo objectivo do nosso estudo é verificar se a estratégia educativa do PEL do "Município XXI" abrange tanto a educação formal como a não formal, se apresenta uma oferta estruturada de serviços e um leque variado de programas e acções a desenvolver com essa intenção. Se isso acontecer abarca, segundo Trilla Bernet (1999), a *permeabilidade institucional*, mais um traço comum a considerar na construção de qualquer PEL, tende a acolher simultaneamente uma série de actuações relacionadas com os três sectores da educação, formal, não formal e informal, incluindo a mistura entre si.

O PEL é constituído por seis grandes áreas de desenvolvimento, seis ambições, destaquemos a segunda *"À volta da escola - a educação formal e não formal"*; efectivamente a educação formal e a não formal estão consideradas neste plano de acção.

Quando perguntámos aos representantes municipais se o PEL teve em conta a Educação Formal e Não Formal para um futuro desenvolvimento das potencialidades educadoras da Cidade, a Vereadora confirmou-nos positivamente essa vertente (E1R27) e o Director Municipal descreveu-nos o PEL como um projecto experimental, que contempla a educação formal e a não formal, revelando uma vontade de construir novas edições do PEL:

> " […] sendo um projecto experimental, não é mais do que isso, é um projecto experimental que vai ter outras edições seguramente, ficou bem doseado no que respeita a educação formal e informal. Educação formal ficou apenas com um capítulo, mas que é um capítulo importantíssimo (…) Mas depois há um outro conjunto de cinco capítulos que são na área da educação não formal ou informal que também achamos que é importante e é por isso que eu acho que esta dose ficou bem cozinhada, mas não esquece nem uma coisa nem outra." **(Recorte E2R25 da categoria J e subcategoria J.2)**.

Para a representante do CME um Projecto Educativo Municipal não envolve só as escolas e essa mensagem aos conselheiros foi bem passada, pelo menos ela assim a recebeu, o PEL vai para além das escolas (E8R16).

Aos restantes entrevistados foi-lhes perguntado quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação. O município foi caracterizado pelo Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar como detentor de um bom suporte de infra-estruturas (o palácio dos desportos, as piscinas, a biblioteca municipal e auditório, o teatro e o museu) e com uma boa oferta de serviços culturais e de transportes, relativos ao Ensino Básico, atribuindo-lhe a figura "nosso ministério" :

> "[…] eles têm boas, boas estruturas e infra-estruturas, desde, desde o palácio dos desportos, as piscinas, agora a biblioteca que nós utilizamos, o auditório que têm lá é muito, muito bom. Temos o teatro também, onde nós fazemos os nossos espectáculos de grande dimensão, temos também… […] o museu, também é utilizado muito, normalmente para os alunos do 12º ano porque tem lá uma vertente do português que trabalha lá nessas áreas do museu, são uma série de, uma série de serviços, além dos outros serviços, quer dos serviços culturais, serviços do básico que também agora é tudo feito também por eles, portanto, o serviço de transportes. A autarquia, a autarquia… é quase aqui o nosso ministério."(**Recorte E3R23 da categoria J, subcategoria J.2 – Anexo 4)**.

A presidente da IPSS valorizou a disponibilização do serviço de transportes e a abertura de espaços municipais a actividades, exemplo disso, a Biblioteca municipal (E4R22). A representante do Centro de Saúde confirmou a existência de várias estruturas físicas e programas municipais, a sua rentabilização e uso comunitário (E5R17). O Presidente da UCA certificou também a existência de várias estruturas físicas, tais como piscinas, espaços desportivos e culturais e da

sua rentabilização municipal no uso comunitário, salientando o projecto educativo do Teatro (E6R15). Para a Vice-Presidente da Associação de Pais a parte mais visível, os benefícios da oferta municipal, surge ligada às AEC's e à melhoria da rede da educação Pré-Escolar (E7R15), considerando um apoio ao nível da educação e às famílias. A representante do CME concorda com a representante da Associação de Pais, pois também considera que a oferta municipal surge ligada às AEC's e encara a sua melhoria com a construção dos centros educativos (E8R21). A oferta municipal estende-se também à população idosa (programas de saúde e bem-estar, de ginástica e hidroginástica) indicando uma preocupação clara da educação/formação ao longo da vida (E8R22).

O município tem um conjunto de infra-estruturas e serviços localizados na cidade por uma proximidade estratégica intencional. Parecem poder vir a servir a tal "cidade educadora":

> "a gente fala da cidade educadora, pensa no concelho, mas se falarmos da cidade, eu lembro que a cidade reúne, ali, um conjunto, a biblioteca, o planeamento da biblioteca, a remodelação do teatro […], a Praça 5 de Outubro, as piscinas municipais são tudo um conjunto, o Palácio dos Desportos, mas se pensarmos nestes, nos primeiros que falei, sobretudo um conjunto de serviços, que se podem facilmente circular entre eles, não é! Portanto são perto uns dos outros e que cria ali um núcleo na cidade com muito serviços de vários… vários domínios, portanto, da educação, portanto, e a torna muito especial nisso. Houve essa intenção e sei que a política estava concertada nesse sentido, foi um aspecto apresentado no Conselho Municipal de Educação." (**Recorte E8R23 da categoria J, subcategoria J.2 – Anexo 4)**.

Se à escola cabe a função educativa central, ao espaço público da escola correspondem múltiplas possibilidades educadoras que devem ser mobilizadas em favor do desenvolvimento dos cidadãos e da construção de uma cidadania plena e activa. Percepcionando a crescente importância atribuída ao papel educador dos vários equipamentos da cidade, "o Município XXI" parece ter encetado uma estratégia comum para os serviços educativos dos seus equipamentos culturais, através da coordenação das actividades propostas para a Biblioteca Municipal, Museu Municipal e Teatro, que se alarga ao património cultural, natural ou edificado do concelho.

Numa possível análise podemos deduzir que de facto esta problemática da "Cidade Educadora" e do "Projecto Educativo Local" parecem ter nascido de uma política intencionalmente concertada, houve uma estratégia educativa municipal no sentido de configurar a cidade num território educador, num concelho educador e com esse intuito houve a necessidade de congregar todas as actividades numa estratégia única, (E2R3).

4. O PEL e os Princípios da Carta das Cidades Educadoras

A nossa grande questão de partida pretende compreender se o PEL do "Município XXI" e o seu processo de construção traduzem princípios do conhecido modelo da Carta das "Cidades Educadoras". Observemos então os resultados extraídos com a análise do quadro 21:

Quadro 21. Análise de Conteúdo do PEL do "*Município XXI*" à luz de Princípios da Carta das Cidades Educadoras

PRINCÍPIOS/CATEGORIAS	RECORTES DO PEL (Ver anexo 2)
Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla – A educação em rede	14
A educação formal e não formal	12
Educação para a diversidade/coesão social e a cooperação internacional	16
A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado	10
A educação para a cidadania participativa	16
A educação permanente e formação ao longo da vida	8
Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho	12
Fomento da informação e do associativismo	12
Integração Intergeracional	2
Total de Recortes _____ **102**	

Com base no suporte teórico desenvolvido, dos vinte princípios da Carta das "Cidades Educadoras" representados no quadro 2, seleccionamos, para a respectiva investigação e análise de conteúdo, nove princípios que consideramos fundamentais e identificadores da "Cidade Educadora". Encontramos, após a respectiva análise de conteúdo, uma totalidade de cento e dois recortes no PEL "do Município XXI" (ver anexo 2 e 6).

Este elemento quantitativo parece ser revelador de uma clara intenção em desenvolver o PEL à luz do modelo das "Cidades Educadoras", e mais, de um claro conhecimento dos princípios e da Carta que os reúne, basta observarmos os temas e as grandes linhas de desenvolvimento do PEL, constituído por projectos a concretizar em cada uma das seguintes áreas: a escola - a gestão, os recursos e as infra-estruturas; à volta da escola - a educação formal e não formal; com todos - a comunidade inclusiva; com o meio - a educação para a sustentabilidade; por nós - a educação para a cidadania; para sempre - a aprendizagem ao longo da vida. Quase que podemos considerar estas áreas, princípios fundamentais da Carta.

Apenas verificámos alguma debilidade no princípio "Integração Intergeracional", os dois recortes encontrados suscitam sensibilidade para acções abertas a diversas populações e escalões etários, mas na nossa opinião não se identificam, nem se revelam com clareza, como programas intergeracionais.

Quisemos confirmar através dos discursos dos actores entrevistados, se o PEL foi de facto construído com esse intuito, se está em conformidade com os princípios da Carta e se porventura a integração na AICE contribui nesse sentido. Construímos assim, as categorias e subcategorias apresentadas no quadro 31:

Quadro 31. O PEL e o modelo das "Cidades Educadoras" (Em Recortes)

Entrevistas	Categoria H Representação da Utilidade da AICE	Categoria I Cidade Educadora			Categoria L Conformidade do PEL
		I.1 Integração na AICE	I.2. Concepção	I.3. Participação Formativa	
E1	2	1	1	1	2
E2	1	1	1	1	2
E3		1	1	1	1
E4		1	1	1	
E5		1	1	1	1
E6		1	1	1	1
E7		1	1	1	1
E8		1	1	1	1
	3 Recortes	8 Recortes	8 recortes	8 recortes	9 recortes

FONTE: Anexo 4

Com as entrevistas tentamos inicialmente perceber se os entrevistados tinham conhecimento da integração do "Município XXI" na AICE. A vereadora e o Director Municipal confirmaram a integração do "município XXI" na AICE, durante o início (Janeiro) de 2006 (E1R23 e E2R21). Os outros participantes, uns têm um conhecimento mais formal devido a discursos políticos ou a reuniões da Assembleia de Escola e do CME (E3R19, E4R18, E7R12 e E8R17), outros têm um conhecimento mais informal, através de simples conversas (E5R14 e E6R12), parece assim, haver um conhecimento generalizado, mas superficial da referida integração.

De seguida arriscamos entender o conceito individual de "Cidade Educadora", é curiosa a similitude do tratamento desta definição com o conhecimento da integração na AICE: o Director do Agrupamento escolar não definiu o conceito assumindo que conhece muito pouco a temática (E3R20); a Presidente da IPSS não definiu o conceito advogando que não prestaram atenção à temática por não ser um objectivo da instituição, contudo sugere que as "Cidades Educadoras" devem ter um projecto vocacionado para esse fim e que as outras não. A definição da representante do Centro de Saúde surge em correlação com as "Cidades Saudáveis" e no reforço dos processos de

proximidade aos cidadãos apelando à sua participação, consubstancia a ideia das "Cidades Educadoras" (E5R15). O Presidente da UCA define por opinião própria e não pelo conhecimento da temática, baseando-a numa política municipal integradora, articulada e que valorize e forme os cidadãos (E6R13) e a vice-presidente da Associação de Pais sustenta a ideia de uma política municipal mais preocupada com a educação e que se pode vir a colher benefícios da integração no movimento da AICE (E7R13).

A definição da representante do CME suporta a ideia de numa política municipal mais preocupada com a educação, com a delineação de claras acções intencionais e projectos concertados em rede. Para ela o município pode vir a colher benefícios da integração no movimento da AICE (E8R18).

A "Cidade Educadora" é entendida pelo Director Municipal como aquela que assume a intencionalidade de actuar na área da educação de acordo com os princípios da Carta das Cidades Educadoras (E2R22).

Para a Vereadora a "Cidade Educadora" é vista como um compromisso, uma direcção, um conhecimento amplo e partilhado de si própria e não apenas como um "título", como um slogan:

> "[…]pode até nem haver grande diferença, porque a cidade para ser educadora não precisa ter o título, pode estar a desenvolver e há cidades, quer internacionais, quer nossas, que estão a fazer um grande papel na educação. O ser cidade educadora dá-nos mais um compromisso, portanto dá-nos um nortear, nós sabemos quais são as nossas valências, o que é que devemos perseguir e é isso que eu especialmente acho que nos faz bem com as cidades educadoras, […] pode ser sem ser, e pode ser e não ser. Pronto, porque há muitas cidades que têm deixado decair a sua inscrição, há muitas cidades que não têm apresentado projectos absolutamente nenhuns e que colaboram de uma maneira incipiente, limitam-se a pagar a quota, não é isso que "Município XXI" quer fazer, paga a quota, sim senhora, mas quer participar e quer aprender, portanto, está numa de aprender com os outros e de dar aos outros a imagem que nós podemos dar e queremos dar do nosso concelho."(**Recorte E1R24 da categoria I, subcategoria I.2 – Anexo 4)**.

Estes últimos três conceitos aparecem mais enfatizados com a importância da integração na AICE e com o compromisso e a responsabilidade de se querer ser "Cidade Educadora", não fossem estes entrevistados informantes privilegiados

pela proximidade que têm a toda esta problemática e à componente formativa que advém desse facto, pois ao querermos saber se houve informação e formação nesta área à restante comunidade constatamos que só os representantes municipais têm participado em todos os congressos internacionais e nacionais, quer promovidos pela AICE, quer pela Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (E1R25 e E2R23). Dos outros entrevistados ninguém participou em qualquer tipo de iniciativa (E4R20, E5R9, E6R14, E7R14 e E8R19) nem foi convidado, com excepção do Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar que recebeu apenas um convite para ir a um Congresso a Évora, delegando-o a uma professora que estava a coordenar a área-projecto, a temática foi "Educação para o Património" (E3R21).

Depreendemos que o município, além da apresentação pública da versão final do PEL, não desenvolveu iniciativas locais formativas subordinadas à problemática das "Cidades Educadoras" e sobre a elaboração do PEL, isto talvez, devido à rapidez desta primeira etapa, pode ter sido um constrangimento, como já vimos. O próprio Director Municipal defende que este PEL é um projecto experimental e que haverá seguramente mais edições, mas por outro lado também pode ter sido uma oportunidade para o "Município XXI". Canário (1999) afirma que pela diversidade de actores que envolve e pelo seu carácter negociado, a construção de um PEL é um processo que se desenvolve ao longo de vários anos e que adopta formas necessariamente muito diferenciadas, em função dos contextos.

Segundo Coll (1998), o processo de elaboração do PEL de Barcelona foi suscitado de maneira que permita:

- Criar um espaço atractivo para a reflexão e debate sobre temas educativos que implique um maior número de grupos/associações e tenha uma ampla repercussão social;
- Promover a participação e implicação das pessoas, grupos e associações com peso e capacidade para criar opinião sobre temas educativos;
- Potenciar e animar a exploração de novas ideias e novas orientações em educação com ampla participação e compromisso dos núcleos de intelectuais mais fortes da sociedade;

- Investir num melhor aproveitamento dos recursos humanos, económicos e tecnológicos mediante a coordenação de esforços que se conseguem a partir de grupos, associações e instituições diferentes que incidem actualmente no mundo da educação;

- Contribuir e criar um estado geral de opinião sensível a temas e problemas educativos, assim como gerar uma disposição favorável aos processos de mudança e de melhoria.

Estes objectivos do PEL procuram na opinião do autor definir políticas educativas concretas e um amplo acordo social e político para a sua evidência. Para que eles tenham êxito, inferimos deste tratamento de dados que uma forte aposta ao nível formativo é uma oportunidade extensiva a todos os munícipes que facilitará a adopção da Cidade/concelho como território educativo, com um papel activo dos seus usuários na melhoria das práticas educativas e das suas decisões.

A terceira condição que se deve ter em conta, aquando da elaboração do PEL, é o "Consenso e Acção" e só com cidadãos informados chegaremos a um patamar negocial, de aceitação de um compromisso para a prática, um compromisso para a acção, a propostas de actuação consensualizadas, seleccionadas e priorizadas temporalmente, a um compromisso da sua realização, senão todas, pelo menos algumas (Gómez-Granell, Vila, 2001).

A integração na AICE segundo os representantes municipais vem contribuir para esse esclarecimento, pois consubstancia uma fonte privilegiada de partilha de informação, de experiências, de conhecimento de metodologias e de criação de uma rede de contactos, quer a nível nacional, quer internacional. Possibilita o desenvolvimento da cidade como um território educativo, um concelho em rede. A vereadora está sensível à partilha da informação que recolhe da AICE aos restantes parceiros locais (E1R21, E1R22 e E2R20).

Já percebemos que a integração do "Município XXI" na AICE serviu de mola para a construção do PEL:

> " […] uma das coisas que nos levou a fazer o projecto educativo era realmente, estávamos inseridos na rede europeia e era quase uma obrigação nossa também fazer o projecto educativo. Por muito que eu já tivesse isso na cabeça, foi mais uma obrigação […] E portanto uma das coisas que nós tiramos implicitamente da nossa adesão às cidades educadoras é que teríamos de fazer um projecto educativo municipal […] " **(Recorte E1R7 da categoria B e subcategoria B.1)**;

Segundo o Director Municipal, procura-se uma actuação em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, consonante com alguns dos seus princípios:

> "o que distingue é a intencionalidade de ter uma actuação na área da educação que procure uma melhoria contínua, que vá, que tenha como referência a carta das cidades educadoras e que aos poucos na sua intervenção vá tendo em consideração os vários pontos da carta naquilo que faz, naquilo que projecta todos os dias."**Recorte E2R22 da categoria I, subcategoria I.2 – Anexo 4)**.

Procedemos agora à triangulação dos dados colhidos no quadro 21 e já acima tratados com a análise categorial dos discursos da "categoria L – Conformidade do PEL" do quadro 20.

O elemento quantitativo encontrado no quadro 21, os 102 recortes indiciadores da conformidade do PEL com os nove princípios seleccionados por nós, parece ser revelador de uma clara intenção em elaborar e desenvolver o PEL à luz do modelo das "Cidades Educadoras.

À questão "Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios? Comente.", apenas responderam a Vereadora e o Director Municipal e a representante do CME, os restantes entrevistados não conhecem os princípios (E6R16 e E7R16) ou possuem um conhecimento muito superficial, quer do PEL, quer da Carta das Cidades Educadoras, não permitindo estabelecer essa relação de conformidade (E3R24 e E5R18). À representante da IPSS nem lhe foi colocada a questão pela assumpção de desconhecimento da temática abordada.

A vereadora e o Director Municipal reconhecem alguma carga positiva de utopia à "Carta das Cidades Educadoras" (E1R28 e E2R26) e assumem claramente a articulação que existe entre a construção do PEL e os princípios

essenciais da Carta das Cidades educadoras (E1R29 e E2R27). Parece significar que houve uma reflexão/classificação desses mesmos princípios e uma clara preocupação em contemplá-los aquando da construção do PEL, em estabelecer a conformidade:

> " […] Eu acho que de uma maneira geral não cobrimos todos, mas que os essenciais estão articulados com a carta das cidades educadoras, portanto não te vou comentar quais, neste momento não tenho aqui a carta e não estive a ver agora também o projecto, embora implicitamente o tenha na cabeça, mas foi muito baseado nos princípios da carta educadora…" **(Recorte E1R29 da categoria L)**;

> **"**Existe, existe, porque houve uma clara preocupação em, primeiro o projecto tem lá essas preocupações, dispor formação ou actividades de formação que enriqueçam todos os cidadãos e isso está lá, actividades que vão desde a acção social até ao desporto, até ao turismo. Depois existe um capítulo por exemplo só para a sustentabilidade e a carta das cidades educadoras fala nisso. A cidade tem de preservar o seu ambiente e as suas tradições, o seu património, tá a ver!? Depois existe um capítulo para… para quê? Quais são os outros? Esqueci-me… pronto mas isto só para dizer que as intervenções vão de facto ao encontro das preocupações que estão na carta das cidades" **(Recorte E2R27 da categoria L)**.

A representante do CME expressou-se da seguinte forma:

> **"**É difícil responder, porque também não tenho agora presente os princípios da carta, aa…, penso que sim, na altura isso foi-nos apresentado, porque até nos foi dito que leram e consultaram outros projectos educativos municipais, como o de Barcelona, e a Trofa, é um bom exemplo também nacional, e eu penso que é óbvio, tiveram em conta esses princípios, não tenho certeza naquilo que digo, mas quero crer que sim." **(Recorte E8R25 da categoria L)**.

O PEL parece estar em conformidade com os princípios da carta das Cidades Educadoras, e segundo a entrevistada, a sua construção sugere a influência de projectos de outras cidades da rede da AICE, o próprio Director Municipal confirma essa influência francesa (E2R4 e E2R10).

Um dos objectivos desta Associação, para além de apoiar o cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, é procurar promover a cooperação e o diálogo entre as cidades à escala mundial, aprofundar o seu

quadro teórico de referência e colaborar com outros organismos internacionais como a UNESCO, a UCLG (United Cities and Local Governments) ou o ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatiatives).

A Carta das Cidades Educadoras refere que a cidade deve promover activamente a *participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável*, a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental do "Município XXI", realizada desde 2007, durante quatro dias, é um exemplo disso, confirmado por todos os participantes, pois resultou da parceria entre a Câmara Municipal do "Município XXI", o SEPNA e o Centro de Bem Estar Social da Zona Alta. Mas contou também com a presença e colaboração de outros parceiros locais e nacionais. Esta iniciativa encontra-se prevista no PEL.

Em género de nota conclusiva, o "Município XXI" encetou o processo de construção do seu Projecto Educativo Local e vigorará entre 2007 e 2010. Este instrumento parece orientado segundo o conceito já implementado em França e Espanha, busca um desempenho em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, em consonância com alguns dos seus princípios: Qualificar a acção educadora do município, cooperar com os projectos educativos das escolas, coordenar os espaços, intervenções e recursos municipais, favorecer dinâmicas geradoras do sentido de pertença ou reforçar as competências sociais e participativas dos cidadãos, parecem ser os principais objectivos.

Na reunião do grupo de trabalho de educação realizada no passado dia 7 de Janeiro de 2009 (anexo 7) estiveram presentes elementos dos serviços de educação, bibliotecas, museus, desporto, turismo, águas, ambiente e acção social que efectuaram uma avaliação intermédia à execução das acções incluídas no PEL. Se observarmos o anexo podemos confirmar que também é objectivo dos organizadores desta primeira experiência do PEL, uma maior consonância com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, subscrita pelo município em 2006.

Apesar da Carta das " Cidades Educadoras" ser caracterizada por uma certa carga de utopia:

> "Penso que é uma carta repleta de um "utopismo" importante, sinceramente é o que eu acho. A carta é um objecto de referência e que apresenta aquele conjunto de princípios, que, se todas as cidades o respeitassem todos os dias, em todas as suas intervenções, seríamos cidades perfeitas. Ora isso é perfeitamente impossível e isso não vai acontecer, agora, se todas as cidades tiverem como preocupação quando estão a decidir alguma coisa ou quando estão a organizar alguma coisa que eu, se tiverem como preocupação, os princípios da carta mesmo que não consigam cumprir a sua plenitude, penso que teremos cidades melhores e isso é uma mais valia." **(Recorte E2R26 da categoria L – Anexo 4)**.

Segundo Caballo (2001), tem possibilidades reais de realização se tiver um projecto de desenvolvimento integrado e consensual do território (o PEL), que concretize o Sistema Formativo Integrado apostando na cidadania participativa.

5. Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"

Uma das questões abordadas no presente trabalho, prende-se com a facilidade com que o movimento das "Cidades Educadoras" é encarado como elemento de marketing ou panaceia para promoção ou abordagem meramente iconográfica de um determinado território. Todavia, esta realidade não demove a dimensão utópica do conceito de cidade educadora, determinada e usualmente adoptada pelos seus principais impulsionadores internacionais.

Tentamos ver junto dos entrevistados, apesar das opiniões serem individuais, qual é a representação social do uso do conceito e se a realidade encontrada nos discursos também não demove essa carga de utopia.

Com essa finalidade, formulámos a seguinte questão, "Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?". Para analisar as respostas criámos a categoria P – Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora" de onde extraímos oito expressões que globalmente demonstram, com excepção da Presidente da IPSS, a opinião dos actores entrevistados.

A Vereadora e o Director Municipal identificam e aceitam uma hipotética utilização do conceito para a promoção da imagem de uma cidade, isto é, um elemento de marketing, repudiando totalmente essa postura face ao município que representam (E1R35 e E2R31). Na sua opinião não usam abusivamente o rótulo de "Cidade Educadora", não fazem propaganda, nem é isso que os move, pois houve uma integração na rede das "Cidades Educadoras" com sentido de pertença, com vontade de aprender e de partilhar, com a noção de que o conceito é para ser implementado lentamente e que o "Município XXI" só está a ganhar ao estar no centro desta problemática.

O Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar reconhece a importância do marketing para a promoção da imagem da cidade e da própria escola assumindo que ele mesmo o utiliza para promover a escola e que é criticado por isso. Neste enquadramento iconográfico parece sugerir uma reformulação do PEL dizendo que o entende de outro modo, já constatámos atrás, que este actor defende a articulação do PEL com os diversos Projectos Educativos dos Agrupamentos Escolares, será essa a única razão para ele voltar a afirmar que o actual não é o mais indicado? (E3R27). Esta interrogação serve meramente para reflexão.

A representante do Centro de Saúde regista alguma precaução na sua opinião crítica salvaguardando o apoio a todos os projectos dinamizadores da comunidade (E5R21) até porque assume não ter dados suficientes para formar juízos de opinião sobre as "Cidades Educadoras".

O Presidente da UCA acredita que muitas vezes pode haver um verdadeiro interesse no conceito, mas pode ser também muitas vezes uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios pois podem ser anunciados projectos que muitas vezes não são concretizados e aqueles que eventualmente sejam, muitas vezes não respeitam o calendário, não são monitorizados, nem prestam contas (E6R20).

A Vice-Presidente da Associação de Pais aceita o pensamento do uso do conceito como uma ferramenta de Marketing, de promoção da imagem dos municípios, repudiando-o. Para ela tudo isto é questionável, desejando ver resultados a longo prazo pois esta problemática no "Município XXI" ainda é

recente (E7R19).

A representante do CME aceita também esse pensamento do uso do conceito como uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios associando-lhe significativa importância. Contudo, a conselheira valoriza o conceito desde que o mesmo não seja só usado para esse fim, pois deve reflectir também os seus verdadeiros fins sociais e culturais (E8R28 e E8R29).

Na sequência da análise dos discursos parece-nos ser possível afirmar, que no caso do "Município XXI" a sua designação de "Cidade Educadora" corresponde a orientações específicas do Movimento das Cidades Educadoras e que os responsáveis políticos, técnicos e alguns participantes neste estudo estão conscientes disso mesmo. Os responsáveis municipais valorizam mesmo a integração do "Município XXI" nessa Rede Internacional como uma aposta séria e responsável, com sentido de pertença e partilha.

Há a consciencialização, em particular dos mesmos e da representante do CME, de que o conceito contém conteúdos desiderativos[21] que podem remeter para a possibilidade da realização de algumas utopias, mas também envolve conteúdos projectivos, se valorizarmos a sua capacidade mobilizadora de pessoas e recursos em prol de um projecto educativo para todo o território, "O Município XXI".

6. A Democracia Participativa e a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão

Na introdução desta dissertação e com a humildade que deve caracterizar uma investigação desta natureza, partimos do pressuposto que este estudo de caso possa contribuir para a compreensão das políticas locais de educação, e se o seu desenvolvimento é alcançado ou não de forma participada, isto é, se promove uma cultura da cidadania participativa, tão almejada na retórica e

[21] Termo apresentado por Caballo Villar (2001: 20), quando fala da ideia-força de Trilla; São conteúdos que apontam a componente utópica como expressão de possibilidades.

insistentemente reclamada nos discursos políticos, mas tão pouco desenvolvida e exigida por todos. Aludem

Este estudo visa também compreender a intencionalidade educadora do " Município XXI" à luz dos princípios do movimento das cidades educadoras e do contributo da integração na AICE para o alcance de um Território Educativo em Rede visando a respectiva aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão.

No ponto 2.1 do presente capítulo aspiramos medir os vários mecanismos, tipos e grau de participação dos diversos intervenientes locais, aquando da construção e elaboração do PEL e se esses, hoje, se encontram ou não mais próximos dos centros e processos de tomada de decisão. Constatámos, após a análise das entrevistas, que os actores entrevistados não participaram na etapa de construção do PEL do "Município XXI", quer devido a possíveis razões de ordem organizacional com repercussões ao nível da comunicação, gerando um possível desconhecimento e alheamento dos actores, quer pela apatia, desinteresse, passividade e falta de cultura de participação dos mesmos.

Um dos objectivos específicos da entrevista tendo como referencial a elaboração do PEL e o seu processo participativo era conhecer a posição dos entrevistados relativamente ao significado das políticas educativas locais, na aproximação ou não dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. Para análise dos discursos decidimos criar no bloco da opinião e sensibilidade a "Categoria O - Representação da Cidadania".

Na opinião da Vereadora, apesar de haver um ligeiro acréscimo de participação, regista-se pouca aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão condicionada pela quase nula proactividade dos mesmos, esperando que as instituições os representem e substituam (E1R33). Para a entrevistada tem que se insistir muito nessa educação, na educação da cultura da participação, é esse um dos objectivos da "Cidade Educadora" e nesse sentido, segundo ela, o "Município XXI" ainda não é uma "Cidade Educadora", está em vias de o ser (E1R34).

Actualmente, segundo o Director Municipal as pessoas estão mais esclarecidas, logo após o 25 de Abril houve de facto um maior movimento de

participação das pessoas nas tomadas de decisão, mas hoje verifica-se pouca aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão e de facto eles existem. A falta de aproximação, na sua opinião, não é condicionada por problemas políticos, mas sim pela própria apatia, falta de cultura de participação das pessoas e também devido aos mecanismos e ou canais de participação serem pouco rotinados. O entrevistado sente uma oportunidade de mudança, pois prevê a possibilidade de incrementar no projecto educativo um capítulo onde se verifique o reforço à capacidade de cidadania e intervenção da população (E2R30).

O Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas atribui a não aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão a uma culpa seguramente colectiva, há pouco envolvimento e quando este se verifica o grupo de participantes é restrito e sempre igual, verifica-se uma falta de cultura de participação das pessoas (E3R26).

A Presidente da IPSS não verifica uma forte aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, pois a sociedade não está muito voltada para a cidadania participativa. Ela é condicionada pela própria passividade cidadã, à espera da resolução natural, institucional e oficial das coisas, e por algum egocentrismo de cada cidadão, contudo existem sinais de esperança (E4R23).

A Representante do Centro de Saúde direccionou a resposta para a suscitação de um aumento ao nível da participação, dando como exemplo, o acréscimo de sugestões verificado na caixa do Centro de Saúde (E5R20).

Na opinião do Presidente da UCA tem-se sentido e assistido a um maior afastamento dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. Há pouca proactividade dos responsáveis na chamada das pessoas á participação, justificada pela própria demissão participativa das pessoas, ou só é desencadeada pelos responsáveis quando a lei obriga ou por descargo de consciência, falhando assim a informação e o estímulo necessários a uma participação activa (E6R19).

A posição da Vice-Presidente da Associação de Pais anda próxima dos restantes entrevistados: segundo ela, não se tem sentido e assistido a uma maior

aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. A Participação associativa não é forte e há uma certa retracção de pessoas que eventualmente poderiam participar, no sentido de evitarem possíveis problemas a elas próprias (E7R18).

A Representante do CME respondeu não ter dados para se pronunciar, mas, na sua opinião, apesar de um aumento da participação, ainda não há uma cultura das pessoas e uma política de abertura a essa participação face às verdadeiras exigências sociais. Segundo ela, as coisas ainda estão muito fechadas sobre si próprias e sobre algumas pessoas ou conjunto de pessoas, requer-se uma aprendizagem (E8R27).

Desta apresentação e discussão dos dados parece podermos interpretar que a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão está interdependente do aumento dos níveis e formas de participação e simultaneamente de uma predisposição colectiva para essa abertura e aprendizagem social constante.

7. O grau de satisfação face à operacionalização do PEL – Reflexão Cidadã

O quarto objectivo do nosso estudo consiste em sensibilizar os agentes educativos locais para a problemática em estudo. Este nosso propósito foi uma preocupação constante em todos os momentos do estudo, sendo tratado especialmente no bloco “E – Opinião e Sensibilidade” do guião geral das entrevistas (ver anexo 3).

Ao longo das entrevistas tentámos sempre perceber a receptividade dos entrevistados para novas reformulações dos planos e para outro tipo de intervenção, mas o último bloco da entrevista deu um particular ênfase à opinião pessoal dos entrevistados face à representação e reflexão individual sobre os conceitos e a problemática em si.

À procura dessa sensibilidade perguntámos à Vereadora e ao Director Municipal o seguinte: “ O PEL está agora na sua fase de implementação, mas na sua opinião, qual é o grau de satisfação do Município, face ao seu processo de construção, quer ao nível da condução da política educativa local, quer na

configuração do município enquanto cidade educadora?[22]. Para análise desta questão usámos a "categoria N – Grau de Satisfação Municipal".

A vereadora, partindo do intervalo temporal de construção e implementação do PEL, 2007-2010, e dividindo este em três fases de implementação por cada ano, diz-nos que o projecto no final de 2008 está concretizado em 33%, que em 2009 estará a 66% e que no final, apesar de alguma utopia, estará a 100%, na sua opinião é essa utopia, a perseguição desse sonho que leva à concretização das coisas. Regista também uma vontade, do aumento significativo da proactividade dos diversos parceiros e das pessoas, ao nível da participação aquando da próxima formulação do PEL, espera que as pessoas fiquem educadas o suficiente para serem elas a propor os objectivos (E1R31). O PEL correu bem nesta primeira fase de implementação, constata-se um significativo grau de satisfação, quando diz que foram praticamente cumpridas todas as propostas planificadas e que o PEL até deveria ser mais ambicioso, deixando essa questão em aberto para a sua próxima edição (E1R32).

O Director Municipal regista uma vontade do aumento significativo do conhecimento do PEL pelas pessoas, através de uma melhor estratégia de comunicação aquando da próxima formulação do PEL e revela uma grande satisfação quanto ao grau de cumprimento das propostas do PEL relativamente ao seu 1º ano de implementação (35%), observando-se, tal como a Vereadora, um sentimento expectante de concretização quase total relativamente às acções propostas (E2R29).

Depois de construído durante 2007 e início de 2008, o PEL foi apresentado em Fevereiro de 2008, seguindo-se a sua concretização pelos diferentes serviços envolvidos. A avaliação intermédia é referente ao ano de 2008 e analisado o ponto de situação de cada uma das propostas, podemos verificar que o projecto está executado em cerca de 40%, resultado da existência de 11 acções já concretizadas a 100%, 20 em diferentes fases de concretização e 22 por concretizar até 2010 (ver anexo 7).

Se até ao presente momento há uma satisfação bastante positiva dos

[22] Ver guião da entrevista "E1 e E2" – Anexo 3.

responsáveis municipais face à concretização do PEL, importava questionar, e agora estrategicamente, todos os actores, potenciais intervenientes em futuras edições ou reformulações do PEL. As questões colocadas foram as seguintes: "Se hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local, proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?" e se "a dinâmica do PEL veio desencadear a reformulação e enriquecimento do Plano de Actividades da Associação/Entidade que cada um representa?". Para análise das respostas elaborámos a "categoria Q – Reflexão Cidadã".

A Vereadora ao reflectir sobre a questão assume que modificaria algumas coisas, até pelo facto de haver uma maior riqueza de experiências e fornece-nos dados para as seguintes inferências:

Reconhecimento:

- Da necessidade de envolver mais parceiros na construção do PEL, contrariando a limitação natural da chamada à participação construtiva pela proximidade e pela habituação dos tradicionais parceiros da autarquia e das escolas, especialmente as colectividades porque representam muito as freguesias do concelho e insistir mais com as escolas para que sejam um parceiro mais activo, isto porque a rede das "Cidades Educadoras" o quer e a equipa municipal também;

- Do concelho como um território educativo e não o circunscrever somente à cidade;

- De algum isolamento institucional e de proximidade na construção do PEL;

- Do valor prático e técnico do PEL pela representante da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, sugerindo-o como uma referência e exemplo a seguir por outras cidades;

- Do doseamento e equilíbrio da sua componente teórica e utópica favorecendo a sua capacidade e carga de exequibilidade;

- Da consciencialização que se está a notar uma lenta, mas gradual aproximação às pessoas (E1R36 e E1R37).

O Director Municipal reconhece:

- A importância da partilha e da experiência da construção do PEL, exemplos disso tem sido as sugestões enviadas para Guarda e Esposende;
- A necessidade obrigatória em envolver as pessoas na construção do PEL contrariando a rotina natural da ausência de participação;
- O valor da objectividade de um PEL, quanto mais objectivo for e equilibrado no seu número de propostas e acções, mais fácil será o seu reconhecimento pela comunidade e mais facilitará a participação, observemos a opinião:

  "[…] Agora, o que é que eu mudaria nesta fase da construção!? Mudaria se calhar, já lhes tenho dito a eles! Olha, eu tenho umas quarenta ou cinquenta acções, pensa se calhar em dez ou quinze ou não mais do que vinte. Se calhar eu tentei fazer uma coisa objectiva, mas olhem tentem fazer ainda mais objectivo porque quanto mais objectivo for é mais fácil as pessoas reconhecerem e é mais fácil as pessoas participarem […]"**(Recorte E2R32 da categoria Q – Anexo 4)**.

- A consciencialização da necessidade de um maior investimento ao nível da comunicação e daí a proposta da indispensabilidade de uma abordagem mais profissional e incidente no domínio da comunicação, de forma a incentivar mais a participação comunitária (E2R32).

A reflexão do Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas reconhece:

- A existência de expectativas relativamente à dinâmica do PEL e ao seu possível contributo para a reformulação e enriquecimento do Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas (E3R28);
- A necessidade obrigatória em envolver todas as escolas do município na construção do PEL, parceiros privilegiados na área da educação (E3R29);
- A consciencialização de alguma dificuldade ao nível da comunicação, pela natural diferença e divergência de opiniões, daí a proposta da indispensabilidade de reunir com frequência um grupo restrito para coordenar o PEL (E3R30);
- As suas limitações face ao conhecimento superficial que tem da temática (E3R31).

Já a Presidente da IPSS admite:

- Para se proporcionarem alterações ao nível do PEL é necessário o aumento da democracia participativa dos cidadãos e da predisposição dos poderes para tal. No que diz respeito à alteração do Plano anual de actividades da IPSS não adopta a possibilidade de alterações justificando com a existência de um bom plano e sua plena concretização (E4R28).
- Sentimento de dúvidas em relação a mudanças, em virtude do papel da IPSS incidir muito mais na vertente da educação não formal, que na educação formal, contudo há a consciencialização destas duas vertentes e da importância da instituição que representa nas mesmas (E4R29);
- Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo poder local na cidade e da grandiosidade que esta pode ter quando conta com a IPSS que representa e com as outras instituições que a incorporam, se estas participarem (E4R30).

A representante do Centro de Saúde teve muita contenção na resposta não sugerindo aparentemente muita sensibilidade para outro tipo de intervenção (E5R22).

O Presidente da União das Colectividades e Associações do Concelho confirma:

- A necessidade de sensibilizar as escolas e a comunidade em geral, de que o movimento associativo é um parceiro enriquecedor, quer no complemento da educação formal e na promoção da educação não formal, quer pelos equipamentos e instalações que possui para o desenvolvimento de um território educativo municipal em rede (E6R21);
- A mudança da forma de informação e de divulgação, com o intuito de tornar o processo de participação proactivo, apostando na informação a todos os actores locais e da sua chamada à participação (E6R22);
- O ganho pessoal relativamente à informação recebida e o aumento da sua motivação e sensibilidade para a temática, pois o único conhecimento que possuía vinha única e exclusivamente dos títulos, assumindo que andava completamente arredado da situação (E6R23).

Reconhece-se na reflexão da Vice-Presidente da Associação de Pais que:

- A dinâmica do PEL não desencadeou a reformulação e enriquecimento do plano de actividades da Associação que representa (E7R20);
- A própria não conhece na íntegra o PEL, pois apenas o leu de forma geral, não fazendo a sua análise, porém não tem críticas dirigidas ao mesmo. Existe sim, uma preocupação notória ao nível da localização dos novos Centros Escolares por não corresponder à sua opinião, se tivesse participado teria chamado a atenção para a Carta Educativa e especificamente para as opções de localização dos novos centros escolares, pois as decisões tomadas ir-se-ão reflectir nas pessoas e nas suas vivências (E7R21).

A representante do Conselho Municipal de Educação admite:

- A apreensão pessoal de uma noção mais alargada de educação, para além da educação escolar, da educação formal (E8R30);

- Não propor mudanças na construção do PEL porque foi bem apresentado, nem considerar outro tipo de intervenção a nível pessoal ou enquanto representante dos professores do ensino básico público. As acções individuais adoptadas foram uma opção pessoal (E8R31).

De todas as reflexões parece-nos interessante sublinhar que no mínimo a nossa investigação sensibilizou os participantes para as temáticas em estudo e nota-se uma consciencialização da necessidade de um maior envolvimento de parceiros na construção do PEL e da sua chamada à participação.

8. Análise SWOT

De acordo com Freire (1997) e Anastassopoulos (1993), a análise SWOT é uma forma muito difundida de fazer o diagnóstico estratégico de uma organização ou projecto. O modelo SWOT é também conhecido como o modelo de Harvard, já que a sua metodologia se baseia nesse modelo.

SWOT é a junção das iniciais (em inglês) dos quatro-elementos-chave desta análise estratégica. A saber:

- *Strenghts* (pontos fortes): vantagens internas dessa organização ou projecto;
- *Weaknesses* (pontos fracos): desvantagens internas;
- *Opportunities* (oportunidades): aspectos positivos da envolvente, com o potencial de fazer crescer a vantagem competitiva desse projecto ou organização;
- *Threats* (ameaças): aspectos negativos da envolvente, com o potencial de comprometer a vantagem competitiva dessa organização/projecto.

A ideia é retirar estes elementos da análise efectuada no capítulo IV e construir

um quadro onde conste de um lado os pontos fortes e fracos encontrados e do outro lado as oportunidades e ameaças. A ameaça não é necessariamente uma má notícia, pois ela pode fomentar o aparecimento de um novo ponto forte, um benefício real. Para isso a organização, o município, tem que possuir uma visão estratégica para avaliar as ameaças como sendo oportunidades escondidas, precisa de possuir recursos financeiros e humanos para poder realizar as alterações necessárias e tem de reagir com rapidez, pois há sempre concorrentes. Em síntese, poderemos apontar a seguinte análise de SWOT:

Quadro 32 – Resumo da análise de SWOT **- O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas -**
Pontos Fortes
Integração na AICE e subscrição da Carta das Cidades Educadoras
Impulso inicial da administração local
Tendência positiva para as dinâmicas comunitárias/Parcerias
Contempla a aprendizagem ao longo da vida, " The Life Long Learning"
Contributo técnico dado pelos serviços municipais, com a coordenação da Divisão de Educação e a interdepartamentabilidade municipal verificada
A existência de um conjunto de programas e ou acções educativas municipais anteriores ao PEL (Indícios do Município como "*Locus*" de produção)
Localização geográfica da cidade e a construção estratégica de equipamentos educativos e culturais
Carta Educativa como referencial diagnóstico
Aprovação por parte do CME de um espaço que possibilita a participação comunitária
A intenção política estratégica por parte dos intervenientes municipais
Busca de um desempenho em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, traduzindo um número considerável dos seus princípios
Valor prático e técnico do PEL
Reconhecimento do valor da objectividade de um PEL, quanto mais objectivo for e equilibrado no seu número de propostas e acções, mais fácil será o seu reconhecimento pela comunidade e mais facilitará a participação

Pontos Fracos
Apesar das parcerias existentes há uma ausência de articulação do PEL com o projecto do agrupamento escolar e com os planos de actividades das associações
À excepção dos representantes municipais há um conhecimento muito superficial do PEL pelos diversos actores locais
Participação Cidadã muito fraca a deslizar para a não participação na construção do PEL
Alguma debilidade em programas intergeracionais no princípio "Integração Intergeracional"
À excepção dos representantes municipais não houve participação dos diversos actores locais em iniciativas formativas subordinadas à problemática das "Cidades Educadoras" e sobre a elaboração do PEL, quer de cariz local, regional, nacional e mesmo internacional

Quadro 32 – Resumo da análise de SWOT (Continuação)

- O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas -

Oportunidades
Consciencialização dos responsáveis municipais da lenta, mas gradual aproximação às pessoas
Consciencialização da necessidade de uma efectiva participação e implicação dos cidadãos
Indispensabilidade de uma abordagem mais profissional e incidente no domínio da comunicação do PEL
Assumpção de uma vontade da promoção e do aumento significativo do conhecimento do PEL pelos diversos actores locais, através de uma melhor estratégia de comunicação aquando de uma próxima formulação/edição
Benefícios da integração no movimento da AICE, que tem vindo a crescer, facilitando o trabalho em parceria com outros municípios
A legislação que regula os Conselhos Municipais de Educação e a Rede Social facilita a articulação entre actores educativos
O Ministério da Educação tem lançado programas escolares com o apoio dos municípios, fazendo com que as autarquias disponham de verbas; algumas delas poderão reverter noutros programas educadores
Criação de um espaço atractivo para a reflexão e debate sobre temas educativos
O equilíbrio entre utopia e realidade do PEL
Sensibilidade para o reconhecimento do concelho como um território educativo
A indispensabilidade de um grupo restrito para coordenar o PEL - Proposta do Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar
As potencialidades do movimento associativo

Ameaças
A crescente instabilidade económica ditada pelo movimento da globalização e as suas repercussões no estado económico e social do país pode fazer abrandar alguns investimentos
Afastamento dos cidadãos dos processos de tomada de decisão e consequente passividade e indiferença dos poderes
Crise da Cidadania Activa/Abandono do Associativismo
A elevada preocupação e concentração com a construção dos centros escolares pode desvalorizar outras áreas educadoras
Independentemente do papel de coordenador que é adstrito ao município, se este não privilegiar a autonomia e a liberdade de cada entidade/associação/escola, está a hipotecar o conceito de "Cidade Educadora"

A Análise de SWOT parece-nos permitir a síntese das análises internas e externas da organização possibilitando através da comparação entre o seu ambiente interno e o seu contexto e meio envolventes, estabelecer uma reflexão que permita definir prioridades de actuação e preparar opções estratégicas que sirvam de base à definição dos cenários de evolução desejável, evidenciando as causas de eventuais desajustamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados à parte final do nosso trabalho é o momento certo para lembrarmos que delimitámos o nosso objecto de estudo em torno "*do projecto educativo local do "Município XXI*" e do seu processo de construção, com a intenção de compreendermos se os mesmos traduzem princípios do conhecido modelo das "Cidades Educadoras.

Como a investigação se desenvolve perante uma dialéctica "dos princípios à prática" julgámos importante responder a algumas sub-questões, para alcançar os objectivos formulados[23].

Com a finalidade de obtermos respostas para as nossas interrogações e incertezas desenvolvemos um enquadramento teórico relacionado com municípios e educação, "cidades educadoras", projecto educativo local, descentralização e democracia, participação, redes educativas, actores e parcerias, complementado com um estudo de caso, de tipo exploratório, aplicado no "Município XXI" em redor do seu Projecto Educativo Local e do seu processo de construção.

Nesta sequência, e ao longo do capítulo IV, optámos por apresentar os dados, analisar e interpretar os resultados, problematizando-os com os outros capítulos e com o respectivo suporte teórico, anunciando de imediato as conclusões chegadas. Apesar disso, vamos recordar de seguida os principais resultados do estudo, de acordo com as temáticas nucleares do nosso trabalho.

A importância do Projecto Educativo Local

Constatámos no capítulo IV que nem todos os participantes no nosso estudo souberam referir a importância do PEL. Aqueles que responderam têm pontos em comum, o PEL é importante para a orientação, congregação e concertação das actividades e das intervenções em prol dos objectivos definidos

[23] Ver quadros 15 e 16

e de uma educação/formação ao longo da vida, para consubstanciar uma cidade educadora.

O Director Municipal encara o PEL como um quadro conceptual que define intervenções, estratégias, metodologias e objectivos para um período futuro com metas concretas e claras. É um referencial estratégico. A vereadora, próxima do Director Municipal, representa o conceito como um plano de intenções constituído por acções e estratégias que de forma articulada leva à concretização das mesmas intenções e objectivos.

O Presidente da Comissão Administrativa Provisória tem a mesma opinião que a vereadora, considera-o também um plano vasto de intenções, mas vai mais longe, desafia o seu papel integrador ao sugerir a incorporação de todos os projectos dos diversos agrupamentos nesse plano. Sente-se a vontade e a noção de articular os projectos num projecto comum, pois o PEL nesta 1ª etapa não parece ter contemplado essa articulação.

O Presidente da UCA entende o PEL como um elemento integrador de um trabalho colectivo que coordene não só a formação escolar como também a formação dos cidadãos, da própria sociedade.

"O Município XXI" encetou o processo de construção do seu Projecto Educativo Local que vigorará entre 2007 e 2010, Orientado, no entender dos responsáveis autárquicos, segundo o conceito já implementado em França e Espanha. O PEL parece ser uma ferramenta que permite, em colaboração com os diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, definir princípios, metodologias e prioridades para a intervenção educadora do município.

O PEL parece procurar uma actuação em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, consonante com um número considerável dos seus princípios.

O processo de construção e elaboração do PEL

O Estudo comprova a existência do PEL no "Município XXI", mas indica simultaneamente um conhecimento muito superficial do mesmo, com excepção dos representantes municipais. Não é por acaso que se atribui ao mesmo uma

construção de iniciativa municipal, de dentro para fora, o que justifica um conhecimento mais profundo por parte daqueles.

O PEL é de iniciativa municipal e do seu Pelouro de Educação, apoiada formalmente pelo Conselho Municipal de Educação.

Do lado do "Município XXI" a vereadora assume a ideia do PEL como uma vontade própria e uma vontade política, em prol da educação formal e não formal, através de um trabalho colectivo abrangente que alcance todos os cidadãos.

Ao nível dos antecedentes do PEL, o Director Municipal assume ter como referencial o diagnóstico obtido aquando da construção da carta educativa onde está analisada a realidade sócio-educativa do "*Município XXI*", sendo importante, segundo Costa (2007), a articulação entre estes dois instrumentos.

O mesmo responsável assume não saber como se construía um PEL, reconhece o contributo da integração na Rede das "Cidades Educadoras", que serviu de mola e apoio à construção do respectivo projecto através da sua participação, em 2006, num Congresso internacional, em França.

Ele defende a necessidade do PEL ser um documento leve teoricamente, prático e exequível num determinado tempo e com intervenções e prioridades bem definidas.

O processo de construção do PEL teve início sensivelmente no final de 2006, início do ano de 2007 e teve a duração praticamente de um ano. A sua versão final foi apresentada publicamente em 27 de Fevereiro de 2008.

Na análise dos antecedentes constatámos uma incerteza, quase um desconhecimento generalizado dos entrevistados não representantes municipais, relativamente à origem da iniciativa do PEL, às razões e à necessidade do seu aparecimento.

Que actores, mecanismos, tipos e grau de participação

Apurámos uma não participação no processo de construção do PEL, na quase totalidade dos actores entrevistados, quer como representantes das diversas entidades, quer individualmente.

Apenas o Presidente da Comissão Provisória Administrativa do Agrupamento de Escolas parece registar uma "Participação Passiva", pois configura um não envolvimento ou um envolvimento mínimo, mas simultaneamente também nos sugere uma "Participação Reservada", pois, na óptica de Lima (1998), não revela uma posição de desinteresse ou de alheamento acentuados, podendo mesmo admitir a tomada de certas posições e de algum tipo de acção, podendo correr-se o risco de uma actividade mais expectante, daí parecer sugerir uma "Participação Reservada".

A Vereadora e o Director Municipal reconhecem que apesar da promoção da consulta e da participação pública para a apresentação de eventuais propostas, se verificou pouca participação dos munícipes.

Este fenómeno de não participação parece manter também relação com a situação organizacional concreta da participação. Considerando-a no plano da acção organizacional, Lima (1998) coloca em hipótese a possibilidade de uma "não participação induzida", por outro lado, justificando-a como uma opção individual ou grupal, pode-se estar perante um exemplo de uma não participação voluntária.

Seguindo a perspectiva de Lima (1998), podemos então depreender que a não participação cidadã verificada na construção do PEL não é indiciadora de uma efectiva crise de participação, isso acontece quando há uma tendência generalizada para a participação passiva, representa sim, uma alteração de grau, uma ruptura assinalável, ainda que não necessariamente definitiva. Porém, a não participação mantém traços comuns com a participação passiva (desinteresse, alheamento, falta de informação, alienação de responsabilidades, etc).

O papel do Conselho Municipal de Educação na construção do PEL

Concluímos que o CME não participou na construção do PEL do "Município XXI", pois não apresentou propostas, nem interferiu na sua organização, apenas se limitou ao cumprimento das suas competências legais, o acompanhamento e aprovação formais, cumpriu a sua competência legalmente atribuída pelo

plasmado na alínea "d", do artigo 4º, do Decreto-Lei nº7/2003, que diz caber ao CME a "apreciação dos projectos a desenvolver no município".

A própria representante do CME confirma que este Órgão seguiu e cumpriu formalmente o desenvolvimento do PEL, quer ao nível dos objectivos da sua construção, quer na aprovação da abertura de um espaço à participação comunitária. Segundo ela, houve preocupação em se aprovar um espaço que possibilitasse a participação comunitária, pedindo-se mesmo aos conselheiros que sensibilizassem a participação junto das entidades representadas.

Perante isto, recordemos Fernandes (1999) concordando com ele, quando referiu que uma estrutura local deste género parecia indiscutível para assegurar uma coordenação entre todos os actores e poder lançar as bases para o desenvolvimento de um projecto educativo local.

Este "caminho" parece ir na direcção de Evangelista (2004) e Prata (2008), autores que defendem que se esperava do CME um Órgão de coordenação, de consulta e de parceria capaz de emitir pareceres úteis ao Sistema Educativo, uma sede de concepção, acompanhamento e avaliação de um projecto educativo, que tivessem um peso relevante na tomada de decisão.

Com grande humildade científica, parece-nos que neste caso, em particular, as "sementes" estão lançadas, seria interessante ficarmos atentos ao futuro desenvolvimento do papel do Conselho Municipal de Educação ao nível do PEL, observando em que medida o seu comportamento vai para lá daquilo que é legalmente atribuído e se por sua vez o Estado Central reconhece esse valor, alargando as suas competências legais e reforçando o seu papel na tomada de decisão.

O Projecto Educativo Local e Estratégia Educativa Municipal

Na construção do PEL consideramos que houve uma intenção política estratégica por parte dos intervenientes municipais, e constata-se um conhecimento claro de que o PEL pretende ser um instrumento comum, articulado e integrador. Porém, nesta primeira etapa não verificámos essa articulação com o

projecto educativo do Agrupamento Escolar.

Na perspectiva de Canário (1998), a existência de um PEL passa também pela constituição de órgãos próprios que assegurem a coordenação das actividades e a articulação com os projectos de escola. Verificámos uma "inquietação optimista" no Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar, quando disse que faltava dar esse passo da articulação, mas que um dia aconteceria.

Nessa perspectiva, durante a investigação, não detectámos indícios da existência de qualquer órgão que coordenasse a articulação do PEL com os projectos das escolas ou com os planos anuais da IPSS e das associações.

Concordamos com Canário, a criação de um órgão próprio que assegure a coordenação e a articulação dos projectos é um ponto forte a ter em conta no lançamento de um PEL.

Os Parceiros Locais e sua acção

Podemos deduzir da caracterização e da análise do PEL que a maior percentagem dos intervenientes previstos para o universo das suas propostas fazem parte dos departamentos e serviços municipais. As escolas parecem ser os parceiros privilegiados e como presumíveis parceiros aparecem contemplados os representantes dos empresários. Em 4 propostas do PEL regista-se a referência a prováveis parceiros, não identificados, que em conjunto com os diversos departamentos e serviços municipais promoverão anualmente as actividades referenciadas no ponto 3.1 do Capítulo IV.

Da análise dos discursos podemos concluir que todos os entrevistados se reconheceram como parceiros do município, com excepção da vice-presidente da Associação de Pais, esta reconhece a parceria local que existe entre a associação e a escola, pois com o município nunca se proporcionou.

O presidente da UCA admite que existam parcerias locais e que estão cheias de potencialidades, mas ainda falta juntar formalmente os diversos parceiros para as desenvolver.

Os responsáveis municipais confirmam a presença de parcerias a nível local sobretudo ao nível da educação formal, dos agrupamentos de escolas, com o conservatório de música, o clube de natação, o instituto de línguas e algumas colectividades, entre bandas e ranchos folclóricos. Surgem como iniciativas municipais em regime de parceria, o ensino da música no Pré-Escolar com o mesmo conservatório e a feira do ambiente com os Agrupamentos Escolares, o Centro de Bem-estar e Social e o SEPNA.

De acordo com a Vereadora constatamos que simultaneamente com as escolas há outro parceiro que colabora com o "município XXI" no desenvolvimento do seu projecto educativo, o conservatório de música, que também é parceiro da escola. Desta forma, e numa relação de igualdade com a escola, o PEL do "Município XXI" parece reconhecer o mesmo tipo de direitos e responsabilidade a outros parceiros, para o contributo da sua fase de execução.

Deste modo, podemos considerar que o "Município XXI" estabelece parcerias entre o poder público e a comunidade educativa, isto é, está a ganhar sentido e corpo de um território educativo mais amplo e abrangente.

A Educação Formal e Não Formal – Suporte e Oferta do PEL

O "Município XXI" parece ter encetado uma estratégia comum para os serviços educativos dos seus equipamentos culturais, através da coordenação das actividades para a Biblioteca Municipal, Museu Municipal e Teatro, alargando-se ao património cultural, natural ou edificado do concelho.

Segundo o membro do CME, o município tem um conjunto de infra-estruturas e serviços localizados na cidade por uma proximidade estratégica intencional. Parecem poder vir a servir a tal "cidade educadora". Reconhece também a cidade como detentora de um conjunto de serviços e infra-estruturas a diversos níveis, incluindo o seu património natural, factores atractivos para um aumento do turismo, da sua própria cultura e intencionalidade educativa.

O município foi caracterizado como detentor de um bom suporte de infra-estruturas, de uma boa oferta de serviços culturais e programas municipais, de

uma política de abertura e rentabilização de espaços municipais a actividades e uso comunitário, confirma-se a disponibilização do serviço de transportes.

Relativamente ao apoio do Ensino Básico, o Presidente da Comissão Administrativa do Agrupamento Escolar atribui-lhe a figura de "nosso ministério", o que não deixa de ser interessante, parece valorizar uma relação de proximidade e de interacção com o poder local por um lado, mas por outro parece existir uma maior distância em relação ao próprio Ministério da educação e às suas estruturas regionais, ou será o efeito da atribuição de mais competências!?

Os benefícios da oferta municipal surgem também ligados às AEC's e à melhoria da rede da educação Pré-Escolar, um apoio ao nível da educação e às famílias, encarando-se uma possível melhoria com a construção dos centros educativos. A oferta municipal estende-se também à população idosa com programas de saúde e bem-estar revelando uma preocupação clara da educação/formação ao longo da vida, "the life long learning".

O estudo confirma que a educação formal e a não formal estão consideradas no PEL.

O PEL e os Princípios da Carta das Cidades Educadoras

Quando cruzámos os resultados obtidos da análise de conteúdo do PEL com os resultados alcançados da análise das entrevistas deduzimos que a integração do "Município XXI" na AICE serviu de mola para a construção do PEL, pois a sua construção sugere a influência de projectos de outras cidades da AICE e, segundo os responsáveis municipais, procura-se uma actuação em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, em consonância com um número considerável dos seus princípios. A quantidade significativa de recortes indiciadores da conformidade do PEL com os nove princípios da Carta das "Cidades Educadoras" parece ser reveladora de uma clara intenção em elaborar e desenvolver o PEL à luz do modelo das "Cidades Educadoras".

A vereadora e o Director Municipal reconhecem alguma carga positiva de "utopia" à Carta das "Cidades Educadoras" e assumem claramente a articulação

que existe entre a construção do PEL e os princípios essenciais da Carta das Cidades Educadoras. Os restantes entrevistados não conhecem os princípios ou possuem um conhecimento muito superficial, quer do PEL, quer da Carta das Cidades Educadoras, não permitindo estabelecer a relação de conformidade.

Parece-nos que houve uma reflexão/classificação desses mesmos princípios e uma clara preocupação em contemplá-los aquando da construção do PEL, não é por acaso que identificámos as seis áreas que constituem "*o PEL do Município XXI*" como princípios fundamentais da Carta.

A representação do uso do Conceito "Cidade Educadora

O estudo parece revelar uma verdadeira intenção por parte dos responsáveis municipais na procura do estatuto de "Cidade Educadora", não reside meramente na acepção de um título de marketing e de promoção da imagem. Os decisores políticos locais do "Município XXI" não vêem o slogan como rótulo de fachada mas sim como uma clara assumpção da intenção educadora do município, reforçando a ideia que ainda está em vias de ser "Cidade Educadora".

Na sua opinião, não usam abusivamente o rótulo de "Cidade Educadora", não fazem propaganda, nem é isso que os move, houve uma integração na Rede das "Cidades Educadoras" com sentido de pertença, com vontade de aprender e de partilhar, com a noção de que o conceito é para ser implementado lentamente e que o "Município XXI" só está a ganhar ao estar no centro desta problemática.

Há um conhecimento generalizado da adesão à AICE, por parte dos restantes entrevistados, mas alguns não têm elementos para opinarem sobre o contributo dessa integração, nem para definirem o conceito de "Cidade Educadora", outros entendem que é positivo, todavia, é prematuro dar opinião e esperam ver resultados.

A "Cidade Educadora" é entendida pelo Director Municipal, como aquela que assume a intencionalidade de actuar na área da educação de acordo com os princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Para a Vereadora a "Cidade Educadora" é vista como um compromisso, uma direcção, um conhecimento amplo e partilhado de si própria e não apenas como um "título" ou um slogan.

Perante a análise dos discursos parece-nos haver consenso relativamente à possibilidade do conceito ser usado como elemento de marketing e de promoção da imagem dos municípios não se demovendo a dimensão utópica do conceito de "cidade educadora". Neste sentido utópico e segundo Machado (2004) o conceito deve ser encarado como uma base para interpelar os responsáveis políticos e os cidadãos com o objectivo de potencializar essa capacidade educativa, e as instituições de educação formal, informal e não formal, para a concretização de um projecto educativo de cidade, parece que é o que está a acontecer com o "Município XXI", o próprio Director Municipal afirma que o PEL é um projecto experimental e que irá haver novas edições e a Vereadora perfilha da mesma opinião.

Como afirmam Machado Araújo e Filipe Araújo (2006: 10), a "Cidade Educadora" é uma cidade utópica, porque ainda não está realizada na cidade dos humanos, mas é desejável, o seu utopismo mobiliza a acção do homem para encurtar a distância relativamente ao que a cidade ainda não é mas merece ser.

Num trabalho desenvolvido por Sofia Pereira (2005: 302) intitulado "À Procura de uma Cidade Educadora" é assumido que, de facto seria demasiado utópico pensar que uma filosofia tão complexa e fascinante quanto o das "Cidades Educadoras" se pudesse tornar realidade de um dia para o outro, apenas com base no preenchimento de formulários e deliberações municipais. Mais do que a questão formal, o verdadeiro desafio consiste na mudança de mentalidades e de formas de actuar".

A Democracia Participativa e a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão

A preocupação em saber se hoje há uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão conduziu o estudo desde o primeiro momento em que iniciámos este projecto de investigação.

Da apresentação e discussão dos dados entendemos que apesar de haver um ligeiro acréscimo de participação não se verifica aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão porque não há ainda uma cultura de participação das pessoas e uma política de abertura a essa participação face às verdadeiras exigências sociais. As coisas ainda estão muito fechadas sobre si próprias e sobre algumas pessoas ou conjunto de pessoas, requer-se uma aprendizagem e uma proactividade de todos.

Segundo o Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas, a "culpa" seguramente é colectiva, há pouco envolvimento e quando este se verifica o grupo de participantes é restrito e sempre igual.

A aproximação dos cidadãos parece estar interdependente com o aumento dos níveis e formas de participação e simultaneamente com uma predisposição colectiva para essa abertura e aprendizagem social constante. O Director Municipal prevê a possibilidade de incrementar no PEL um capítulo onde se verifique o reforço à capacidade de cidadania e intervenção da população.

O grau de satisfação face à operacionalização do PEL – Reflexão Cidadã

Os responsáveis municipais demonstram uma satisfação bastante positiva relativamente à concretização do PEL.

Pensamos, com toda a modéstia, que o nosso estudo conseguiu sensibilizar alguns dos actores locais entrevistados, como podemos observar nas apreciações da reflexão cidadã desenvolvidas no ponto 7 do capítulo IV.

De todas as reflexões parece-nos interessante depreender que no mínimo a nossa investigação sensibilizou os diversos participantes para a temática das "Cidades educadoras", do "Projecto Educativo Local", das "Políticas Educativas Locais" e que de uma forma geral se nota uma consciencialização clara da necessidade em envolver mais parceiros na operacionalização do PEL e de os chamar à participação, contrariando a rotina natural da ausência de uma cultura de participação.

Para atingir esse intento parece ser indispensável operacionalizar uma

mudança da forma de informação e de divulgação, com o intuito de tornar o processo de participação proactivo a todos os actores locais.

Principais contributos do estudo – Limitações – Pistas para novas investigações

Na nossa opinião, um dos contributos do estudo, para além do referido na Análise de SWOT e das considerações finais apresentadas, situa-se na disponibilização de conhecimento acerca do processo de construção do PEL e de toda a sua envolvência. A elaboração desse instrumento é uma oportunidade de excelência para os municípios promoverem a participação cidadã e para todos os actores se envolverem de forma activa nesse projecto colectivo, no projecto de todo o território educativo.

A finalidade do mesmo é de configurar uma "Cidade Educadora", um "Município Educador", onde o conceito de educação se alargue à educação formal e não formal, à aprendizagem ao longo da vida.

Surge aliado ao território educativo favorecendo a sociedade de parcerias, a sociedade em rede, com o intuito de assegurar um compromisso social, a construção de políticas públicas num contexto político equilibrado ao nível da descentralização, da territorialização, da participação e da autonomia. Isto é, na busca de um maior poder de decisão dos actores locais, de uma maior cidadania participativa.

Apesar do estudo nos revelar tendências passíveis de generalização e de ter respondido às questões e dúvidas iniciais, estamos conscientes que esta investigação possa apresentar algumas limitações, dado que a encaramos como exploratória e susceptível de aprofundamento.

Efectuámos oito entrevistas, tendo ficado duas por realizar, pelas razões apontadas no capítulo metodológico, uma ao representante da Associação Empresarial e outra ao Comandante da PSP. Talvez fosse pertinente entrevistar mais alguns actores locais: um representante dos bombeiros, um representante do ensino superior, os directores dos restantes agrupamentos escolares, os representantes das restantes associações de pais, o director do conservatório de

música, identificado neste estudo como parceiro do município e da escola, o Director do teatro, representantes sindicais, representantes de associações e colectividades. Desta forma, haveria uma maior riqueza e diversidade das fontes de pesquisa e concomitantemente uma quase total interacção empírica com todos agentes educativos locais e uma grande tranversalidade de informação e de sensibilização colectiva desta problemática.

Este estudo ainda ficaria mais completo em termos científicos se fosse triangulado com os resultados de um inquérito por questionário a realizar à comunidade docente, discente e à sociedade civil, mas por razões de ordem temporal, isso não nos foi possível.

Com a globalização parece-nos assistir a uma deslocação dos centros de decisão para longe dos cidadãos onde as condições formais para o exercício da cidadania estão salvaguardados, mas a efectiva participação democrática parece estar a ficar cada vez mais "hipotecada".

Salientamos o facto deste estudo de carácter científico contribuir para esclarecer e sensibilizar os actores entrevistados e a própria sociedade civil, da importância que parece ter a integração dos municípios na Associação Internacional das Cidades Educadoras, a construção de um Projecto Educativo Local, a dinâmica de um território educativo em rede, processos que conscientemente têm de ser assumidos e participados para o alcance de uma "Cidade Educadora", lugar que reclama o exercício da cidadania e onde se esta aprende, exercendo-a, não fosse o município o lugar político mais próximo dos cidadãos.

Em função destas observações parece-nos importante que houvesse um interesse institucional acrescido por parte do Estado Central, na promoção do desenvolvimento do PEL, mas por um lado denota-se a sua resistência a movimentos descentralizadores e a uma política de regionalização territorial e administrativa, que pode ser intencional ou assente em deficit de experiências, e por outro, assiste-se à promoção da autonomia local e escolar.

Esperamos que o presente estudo, apesar das suas limitações, possa contribuir um dia para a compreensão destes cenários, na realidade portuguesa.
Sugerimos assim para futuras investigações, a continuidade do aprofundamento

deste estudo: analisar a fase de execução, de concretização, e de avaliação do PEL, perceber como decorreu a sua implementação, e em que medida contribuiu para a sua reformulação e para o desenvolvimento do "Município XXI" como "Cidade Educadora", isto é, se os actores locais se sustentaram nos pontos fortes para ultrapassaram os pontos fracos, se aproveitaram as oportunidades e se as ameaças foram transformadas em novos pontos fortes para configurar a "utópica" "Cidade Educadora".

Outra questão associada, seria procurar saber, quais os sinais, os requisitos que uma cidade tem que abarcar para ser verdadeiramente educadora.

Será também que com o eclodir da importância destas políticas educativas locais e da descentralização de competências aos municípios a escola ganhará mais ou menos autonomia, não nos podemos esquecer que uma tutela mais próxima poderá ser mais dominadora e um "localismo" em excesso pode provocar assimetrias, desfavorecendo a coesão nacional, exigindo da Administração Central essas correcções.

Deste modo, seria interessante averiguar a evolução do interesse institucional do Estado Central ao nível da regulamentação formal do Projecto Educativo Local. Observar se essa evolução respeitaria a esse nível, as várias fontes e modos de micro-regulação local já existentes e se influenciaria o "utópico" processo de descentralização, de regionalização e da aproximação dos cidadãos aos centros de tomada de decisão, da cidadania participativa.

Como adverte Reboul (2000:16),

«a utopia não é o mesmo que nada; num certo sentido, faz parte do real, visto que, ao denunciar implicitamente as suas insuficiências, contribuiu para o mudar»

BIBLIOGRAFIA[24]

(1985), *Carta Europeia de Autonomia Local*, Edição portuguesa: Ministério do Plano e de Administração do Território, Lisboa (1987).

AFONSO, Natércio (2006). *Investigação Naturalista em Educação*. *Um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA.

ALMEIDA, Ana Nunes (2000), "Olhares sobre a infância: pistas para a mudança.", *in* Vários, *Mundos Sociais e Culturais da Infância*. Braga: Universidade do Minho, pp.7-18.

ALVES, Natália, CABRITO, Belmiro, CANÁRIO, Rui, GOMES, Rui (1996). *A escola e o espaço local. Políticas e actores.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

ANASTASSOPOULOS, Jean-Pierre (dir.). (1993). *Strategor, Política global da empresa*. Lisboa: Ed. Publicações Dom Quixote.

ARAÚJO, Joaquim Machado de, e ARAÚJO, Alberto Filipe (2006). *Utopia, Cidade e Educação*. Lisboa: Instituto Piaget

AZEVEDO, Joaquim (1994). *Avenidas de Liberdade*. *Reflexões sobre política educativa*. Porto: Edições ASA

BAIXINHO, António João (2006). *Os Municípios e a Educação: Um estudo sobre o contributo dos Conselhos Municipais de Educação para a construção de políticas locais*. Lisboa: Universidade Lusófona (dissertação de mestrado; policopiado)

BARBIERI, Maria Helena (2003). Os TEIP, o projecto educativo e a emergência de "perfis de território". In *Educação, Sociedade e Culturas*, nº20: pp.43-75.

BARDIN, Laurence (2008). *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

[24] Ao longo do trabalho optámos pela tradução da literatura dos autores estrangeiros.

BARROSO, J. (1996). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In J. Barroso (Org.), *O estudo da escola* Porto: Porto Editora, pp. 167-189.

BARROSO, João (1996). *Autonomia e gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.

BARROSO, João (1999). A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI. O caso de Portugal. In J. Barroso (Org.), *A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI*. Lisboa: Educa – Fórum Português de Administração Educacional, pp.129-142.

BELTRÃO, Luísa (2000). O Desafio da Cidadania na Escola. *In Ensinar a Aprender.* Lisboa: Editorial Presença.

BOGDAN, Robert e BILKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação***.** Porto: Porto Editora.

CADERNO DISTRITAL Nº 1, (2007). *Caracterização do Desemprego Concelhio no Distrito de Santarém*. Santarém: Governo Civil.

CADERNO DISTRITAL Nº 2, (2007). *Dinâmica Empresarial concelhia do Distrito de Santarém*. Santarém: Governo Civil.

CANÁRIO, Maria Beatriz (1996). Descentralização e projecto educativo local. In J. Barroso, J. Pinhal (org.), *A administração da educação. Os caminhos da descentralização*. Lisboa: Edições Colibri.

CANÁRIO, Maria Beatriz (1999). *Construir o projecto educativo local: Relato de uma experiência.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional /ME.

CANÁRIO, Rui, ALVES, Natália e ROLO, Clara (2001). *Escola e exclusão social: para uma análise crítica da política Teip*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. EDUCA.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (1993). *Direito Constitucional* (6ª Ed.). Coimbra: Almedina.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (1999). *Direito constitucional e teoria da Constituição* (3ª Ed.). Coimbra: Almedina.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela (1998). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem,* Lisboa: Universidade Aberta.

CASTELLS, Manuel de (2007). *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CLAPIER-VALLADON, Simone (1980). L'Enquête Psycho-Sociale et son Analyse de Contenu. *In Psychologie Française*. Tome 25 nº. 2, PP.149-160.

Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988) *Proposta global de reforma: Relatório final*. Lisboa: Ministério da Educação.

CORTESÃO, Luiza; STOER Stephen R. (2001). Cartografando a transnacionalização do campo educativo: O caso português. In Boaventura de Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

COSTA, John Nelson (2007). *"A planificação educativa dos Municípios da Área Metropolitana do Porto segundo o conceito de Cidade Educadora"*. Porto: Universidade Portucalense (dissertação de mestrado; policopiado).

COSTA, Jorge Adelino (2007). *Projectos em educação contributos de análise organizacional*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

COSTA, Jorge Adelino, NETO - MENDES, António Augusto e VENTURA, Alexandre (org.) (2004). *Politicas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

DELORS, Jacques (coord.) (1996). *Educação - um tesouro a descobrir : relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI (7ª Ed.*). Porto : Edições ASA.

ESTEVE, Josep Maria Pascual (2001). Prólogo. In C. Gómez-Granell, I. Vila, E. Vintró, J. Majó, J. Subirats, S. Cervera, S. Carrasco & E. Martí, *La ciudad como proyecto educativo*. Barcelona: OCTAEDRO, pp.7-9.

EVANGELISTA, José Manuel (2004). *A Participação do Poder Local na Administração da Educação – A Relação Escola-Autarquia* (Vol.I). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa (tese de mestrado; policopiado).

FAURE, Edgar (1972). *Aprender a ser*. Lisboa: Livraria Bertrand.

FERNANDES, António Sousa (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp.35-43.

FERNANDES, António Sousa (1999). Descentralização educativa e intervenção municipal, *Noesis*, nº 50, pp.21-25.

FERNANDES, António Sousa (2005). *Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses*. In João Formosinho, António Sousa Fernandes, Joaquim Machado e Fernando Ilídio Ferreira. *Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: ASA, pp. 193-223.

FERNANDES, António Sousa (2005). *Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia*. In João Formosinho, António Sousa Fernandes, Joaquim Machado e Fernando Ilídio Ferreira. *Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: ASA, pp.53-89.

FERREIRA, Vítor Matias e GUERRA, Isabel (1993). Estratégias sociais e estratégias locais. In Actas do Encontro " *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento local"* Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

FORMOSINHO, João Simões (2005). *Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público.* In João Formosinho, António Sousa Fernandes, Joaquim Machado e Fernando Ilídio Ferreira. *Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e*

Lógicas de Mediação. Porto: ASA, pp.13-52.

FREIRE, Adriano (1997). *Estratégia - Sucesso em Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo.

FREIRE, Paulo (1992). *II Congresso Internacional das Cidades Educadoras*. Barcelona: Associação Internacional Das Cidades Educadoras, pp.25-27.

GEDEÃO, António (2004). *Pedra Filosofal*, *Obra Completa*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

GÓMEZ-GRANELL, Cármen, VILA, Ignasi e outros (2001*). La Ciudad como Proyecto Educativo*. Barcelona. Octaedro.

GUEDES, Graça (2002). *As políticas educativas municipais na Área Metropolitana de Lisboa: O caso dos Projectos Sócio-Educativos*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. (dissertação de mestrado; policopiado).

HARGREAVES, Andy (1998). *Os Professores em Tempos de Mudança. O Trabalho e a Cultura dos Professores na Idade Pós-Moderna*. Lisboa: McGraw-Hill.

L'ÈCUYER, R. (1990). Méthodologie de l'analyse développe mentale de contenu méthode. GPS et Concept de soi. Québec : Presse de l'université du Québec.

LEITE, Carlinda (2002) *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LESSARD-HÈBERT, Michelle (1990). Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. Instituto Piaget.

LIMA, Licínio C. (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Um estudo da escola Secundária em Portugal (1974-1988). Braga: Universidade do Minho (2ª Ed.).

MACHADO, João Baptista (1982). *Participação e descentralização, Democratização e neutralidade na Constituição de 76*. Coimbra: Livraria Almedina.

MACHADO, Joaquim (2004). *Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação*. In J. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp.161-172.

MARTÍN, Susana Molina (2003). *Ciudad y educación: límites y posibilidades en la actualidad.* Oviedo: Universidade de Oviedo (tese de doutoramento; policopiado).

MARTINS, Édio (2005) "Carta educativa: ambiguidades e conflitualidades". *Revista Lusófona de Educação*, Nº 6, pp.139-151.

MARTINS, Jorge Ilídio Faria (2007). *O Papel dos Municípios na Construção das Políticas Educativas*. Porto: Universidade do Porto (tese de doutoramento; policopiado).

MARTINS, Mário Rui (2001). *As Autarquias Locais na União Europeia*. Porto: Edições Asa

Ministério da Educação (1996). *Pacto Educativo para o Futuro.* Lisboa: Ministério da Educação.

NÓVOA, António (1991). As Ciências da educação e os processos de mudança. In *Ciências de Educação em Portugal*. Porto: Sociedade Portuguesa da Educação, pp.17-33.

PARDAL, Luís e CORREIA, Eugénia (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

PEREIRA, Sofia (2005). *À Procura da Cidade Educadora: A Organização do Espaço e dos Recursos na Promoção da Cidadania em Leiria*. Covilhã: Universidade da Beira Interior (dissertação de mestrado; policopiado).

PINHAL, João (2005). Descentralização da administração educacional: Os municípios e a autonomia das escolas. Uma oportunidade perdida. In *A Escola entre o estado e o mercado. O público e o privado na regulação da* educação. 2º Congresso do Fórum Português de Administração em Portugal. Lisboa: FPCEUL, pp.97-106.

PINTO, Fernando Cabral (2004). *Cidadania Sistema Educativo e Cidade Educadora*. Lisboa: Instituto Piaget

PRATA, Manuela Faustino (2008). *Autarquias e Educação – Lideranças emergentes na política educativa local (Um Estudo de Caso no Concelho de Golegã)*. Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramento; policopiado).

REBOUL, Olivier (2000). *A Filosofia da Educação*. Lisboa: Edições 70.

RIBEIRO, Vinício (1993). *Constituição da República Portuguesa*, Coimbra: Almedina.

Rodrigues, Filomena (2003). O projecto educativo local do concelho da Golegã (1993-1999), *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 20, pp.77-101.

RUIVO, Fernando (2000*), O Estado Labiríntico: O Poder Relacional nas Relações entre Poderes Centra e Local em Portugal*. Porto: Afrontamento.

SALVADOR, César Coll (1998). *El proyecto educativo de ciudad: un elemento estratégico de futuro*. Aula de innovación educativa, nº 72, pp.71-74.

SANTOS, Boaventura Sousa (2001). Os Processos de Globalização. In Boaventura de Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2000). *Lógicas de Acção nas Escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

STAKE, Robert (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

TERRASÊCA, Manuela (1996) "Os Procedimentos da Análise". *in Referenciais Subjacentes à Estruturação das Práticas Docentes – Análise dos discursos dos/as professores/as*. Porto: FPCE-UP (dissertação de mestrado, policopiado).

TERRASÊCA, Manuela (1996) "Tratamento das Informações Recolhidas: a Análise de

conteúdo." In *Referenciais subjacentes à estruturação das práticas docentes: análise dos discursos dos/as professores/as*. Porto: FPCE-UP, (dissertação de Mestrado, policopiado) pp.116-128.

TERRASÊCA, Manuela (2002). Deambulações III – Avaliação enquanto lugar de tensões. In Avaliação de sistemas de formação. Contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido. FPCEUP (tese de doutoramento não publicada).

TRILLA BERNET, Jaume (1990). *Introducción, in Ajuntament de Barcelona*, *La Ciudad Educadora.* Ajuntament de Barcelona, pp. 13-21.

TRILLA BERNET, Jaume (1993). *Otras educaciones. Animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa*. Barcelona, Anthropos.

TRILLA BERNET, Jaume (1999). *La ciudad educadora. De las retóricas a los proyectos*. *Cuadernos de Pedagogía*, nº 278, pp.44-50.

VALA, Jorge (2007). A Análise de Conteúdo *in* Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto (org.), Metodologia das Ciências Sociais. Biblioteca das Ciências Humanas. Ed. Afrontamento (Ed. 14ª).

VILARRASA, Araceli (2007). *El Projecte Educatiu de Ciutat de Barcelona: un instrument de governança educativa al Server de la construcció de la ciutat educadora*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, Institut Municipal d'Educació.

VILLAR, Maria Belén Caballo (2001). *A Cidade Educadora – Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

WERLE, Flávia Obino, BARCELLOS, Jorge Alberto (2008). Plano Municipal de Educação e a afirmação de princípios para a educação local. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,* v.16*,* nº 61. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, pp. 515-542

WOODS, Peter (1986). *La Escula por Dentro: La etnografia en la investigación educativa*. Madrid: Paidós/MEC.

WEBGRAFIA:

ARAÚJO, Joaquim Filipe (2003). *A Governação Local e os Novos Desafios*. In Forum de Gestão e Administração Pública, Mirandela. Braga: Universidade do Minho. Consultado em 18 Junho 2009.
URL: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3303

Boletim nº59/Janeiro (1998). (Edição Electrónica) ANMP. Consultado em 20 Maio 2008. *URL: http://www.anmp.pt/anmp/press/bol/1998/bol5998.html*

FERREIRA, Henrique Costa da (2005). *A Administração da Educação Primária, entre 1926 e 1995: Que Participação dos Professores na Organização da Escola e do Processo Educativo?* Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramento). Consultado em 14 Fevereiro 2009. *URL:* http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5675

COPPINI, Roser Bertran (2006). Los proyectos educativos de Ciudad. Gestión Estratégica de las Políticas Educativas Locais. In colección "*Planificación Estratégica Urbana*". Barcelona: CIDEU – Centro IberoAmericano de Desarrollo Estratégico Urbano. Consultado em 20 Setembro 2009.
URL: http://www.cideu.org/site/go.php?id=2734&cat=242

MACHADO, Joaquim (2004). *"Cidade Educadora e administração local da educação na Cidade de Braga"*, comunicação do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios. Consultado em 16 Junho 2008.
URL: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461180422234c_1.pdf

NETO-MENDES, António Augusto (2007). A participação dos municípios portugueses na educação e a reforma do Estado – elementos para uma reflexão. In XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, I Colóquio Ibero- Americano de Política e Administração da Educação – Por uma Escola de Qualidade para Todos: programação e trabalhos completos. Org. Benno Sander, ANPAE, Porto Alegre, UFRGS/FACED/PPGEDU. Publicação em CD-ROM, ISSN 1677-3802. Consultado em 20 Abril 2008. *URL: http://www.isecure.com.br/anpae/index2.html*

POZO, Joan Manuel del (2008). *El concepto de ciudad educadora, hoy.* En *Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras*. VVAA. Barcelona: (Contribución en monografía), Introducción, pp.23-33. Consultado em 20 Março 2009. *URL: http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubDocumentsAc.do*

Proyecto Educativo de Ciudad (2007). *Barcelona Ciudad Educadora; La educación como eje transversal de las políticas municipales*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. Consultado Em 17 Abril 2008. *URL: http://www.bcn.cat/*

SITES UTILIZADOS:

Associação Internacional das Cidades Educadoras - www.edcities.bcn.es
URL: http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do

Associação Nacional de Municípios Portugueses. Consultado a 29-02-2008. *URL: http://www.anmp.pt.*

Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras. Consultado em 24 Setembro 2008.
URL: http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubPortadaAc.do?pubididi=2

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ – *Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras*. *Consultado em 26 Setembro 2008. URL: http://www.cm-loule.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3342&Itemid=0*

VIII Congresso da Asociação Internacional das Cidades Educadoras. Génova.
Consultado em 14 Janeiro 2009.
URL: http://www.aice2004.comune.genova.it/spagnolo/hp.html

Harvad Business School. Consultado em 10 Outubro 2009. URL:
www.hbs.eduhttp://search.hbs.edu:8765/hbs/?qt=swot
http://www.pmelink.pt/article/pmelink_public/EC/0,1655,1005_39755-3_41097--View_429,00.html
http://www.scribd.com/doc/4672067/Como-fazer-um-SWOT-na-empresa

Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 20 Junho de 2009. *URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main*

Ministério da educação. Consultado em 20 Setembro 2008. *URL: http://www.min-edu.pt/*

Observatório das Políticas Locais de Educação. Ministério da Educação. Consultado em 9 Junho 2009. *URL: http://www.observatoriople.gov.pt/*

Serviços Municipais e Carta Educativa do "Município XXI" (On-Line). Consultado em 8 Janeiro, 10 Fevereiro, 17 Abril, 28, 29 e 30 Julho, 14 Agosto 2009. *URL(fictício): http://www. "município XXI".pt/*

Legislação

Constituição da República Portuguesa

Lei 1/79, de 2 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

Decreto-Lei 553/80, de 21 Novembro – Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. O artº 34º identifica o Projecto Educativo da Escola.

Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março – Definição das competências municipais em relação a investimentos público. Transfere para os municípios os encargos nos transportes escolares do ensino básico.

Decreto-lei nº 100/84, de 29 de Março – Lei das Autarquias Locais.

Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro – Regula a transferência para os municípios do continente das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei nº 31/87, de 9 de Julho – Alteração do Decreto-Lei nº125 de 22 de Abril - Conselho Nacional de Educação.

Decreto-Lei nº 287/88, de 19 Agosto – Institui as normas orientadoras da profissionalização em serviço

Decreto-Lei nº 399-A/89, de 28 de Dezembro – Transferência de competências para os municípios em matéria de acção social.

Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro – Constituição de parcerias na criação de escolas profissionais.

Decreto-Lei nº 43/89, de 3 Fevereiro – Regime de autonomia das escolas.

Despacho 8/SERE/89, de 8 Fevereiro - Regulamenta o conselho pedagógico e os seus órgãos de apoio.

Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio – Define o regime de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Lei 56/91, de 13 Agosto – Lei-Quadro das Regiões Administrativas.

Despacho nº 133/ME/93, de 1 Julho – Criação do Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação.

Despacho 147-B/ME/96, de 1 de Agosto – Define o enquadramento legal de constituição dos territórios educativos de intervenção prioritária, a partir do ano lectivo 1996/1997.

Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-escolar.

Despacho Normativo 27/97, de 2 Junho – Associação ou Agrupamentos de escolas.

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio – Aprova o regime jurídico da Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e Agrupamentos de Escolas.

Lei nº 24/99, de 22 Abril – 1ª alteração ao Decreto -Lei nº115-A/98 de 4 de Maio

Lei 159/99 de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – Regime de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, e respectivas competências.

Decreto-Regulamentar 12/2000, de 29 Agosto – Constituição e funcionamento de agrupamentos de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico.

Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto – Primeira alteração ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril – Revoga o Decreto-Lei nº 115-A/98 e aprova o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de Julho – Transferência para os Municípios em Matéria da Educação do Ensino Básico, em várias áreas (gestão do pessoal não docente, Acção social escolar; construção, manutenção e apetrechamento de estabelecimentos de ensino, Transportes escolares, Residências para estudantes; a componente de apoio à família, nomeadamente o fornecimento de refeições e o apoio ao prolongamento de horário, a aquisição de material didáctico e pedagógico na educação pré-escolar da rede pública, e também as actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo).

ANEXOS

ANEXOS[25]

Anexo 1 – Princípios Fundamentais – Análise Documental dos 20 Princípios da Carta das "Cidades Educadoras".

Anexo 2 – Quadro de Análise de Conteúdo do PEL do "*Município XXI*" à luz de Princípios da Carta das "Cidades Educadoras".

Anexo 3 – Guião Geral – Guiões e Conversão Escrita das Entrevistas.

Anexo 4 – Análise Categorial das Entrevistas.

Anexo 5 – Projecto Educativo 2007 – Versão Inicial.

Anexo 6 – Projecto Educativo Municipal Final.

Anexo 7 – Avaliação intermédia do Projecto Educativo Local do "Município XXI".

Anexo 8 – Acta do Conselho Municipal de Educação.

Anexo 9 – Carta das Cidades Educadoras.

Anexo 10 – Oferta Educativa Municipal.

Anexo 11 – Boletim nº 9 da Rede Portuguesa Territorial das "Cidades Educadoras".

ÍNDICE: Anexo 4 – Análise Categorial das Entrevistas

Entrevista nº1 – Vereadora do Pelouro da Educação e Bibliotecas …….. 178

Entrevista nº2 – Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus. 190

Entrevista nº3 – Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Ag. Escolar … 204

Entrevista nº4 – Presidente da IPSS – Centro de Bem-Estar e Social …….. 213

Entrevista nº5 – Representante do Centro de Saúde ……... 221

Entrevista nº6 – Presidente da União das Colectividades e Associações …… 225

Entrevista nº7 – Representante/Vice-Presidente da Associação de Pais ……... 232

Entrevista nº8 – Representante / Membro do CME ……..... 238

[25] No formato papel da dissertação só se encontra o anexo 4 – "Análise Categorial das Entrevistas" – Os restantes anexos encontram-se no CD-ROM.

Anexo 1

Análise Documental dos 20 Princípios da Carta das Cidades Educadoras

Princípios fundamentais da 1ª redacção da Carta **segundo Caballo (2001: 23)**	**PRINCÍPIOS DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS** **Génova 2004**	**Áreas / Princípios Fundamentais** **Nossa Elaboração**
	1 - O DIREITO A UMA CIDADE EDUCADORA	
Qualidade de vida como objectivo Educação para a diversidade e a cooperação internacional Cuidar da qualidade dos espaços, infra-estruturas e serviços Colaboração inter-administrativa Fomento da informação e do associativismo	**- 1 -** Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que eia lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares. Para o planeamento e governo da cidade tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objectivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercido do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometerem-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam.	**A educação permanente e formação ao longo da vida** **A educação para a diversidade e coesão social** **A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado** **A educação para a cidadania participativa** **Município pró-activo, coordenador e educador** **A educação em rede** **A educação e o 3º Sector**
Educação para a diversidade e a cooperação internacional	**- 2 -** A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correcção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.	**A educação para a diversidade e coesão social**
Integração Intergeracional Infância e Juventude como	**- 3 -** A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projectos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projectos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e acções cívicas, cujo valor consistirá	**A educação para a cidadania participativa**

construtoras da Cidade	precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade	
	- 4 -	
Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla	As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, a qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.	**A educação para a cidadania participativa**
	- 5 -	
Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla	Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversa! e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.	**A educação formal e não formal** **A educação em rede** **A educação para a informação e cultura**
Colaboração inter-administrativa	O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.	**Município pró-activo, coordenador e educador**
	- 6 -	
Fomento da informação e do associativismo	Com o fim de levar a cabo uma actuação adequada, os responsáveis pela política municipal duma cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes. Com este objectivo, deverão realizar estudos que manterão actualizados e tornarão públicos, e prever canais abertos (meios de comunicação) permanentes com os indivíduos e os grupos que permitirão a formulação de projectos concretos e de política geral.	**Município pró-activo , coordenador e educador** **A educação para a cidadania participativa**
Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla	Da mesma maneira, o município face a processos de tomada de decisões em cada um dos seus domínios de responsabilidade, deverá ter em conta o seu impacto educador e formativo.	
	2 - O COMPROMISSO DA CIDADE	
	- 7 -	
Preservar e difundir a identidade da cidade	A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tomará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.	**A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado** **A educação em rede**
Educação para a diversidade e a cooperação internacional	À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e factor coesão entre as pessoas.	**A educação para a diversidade e coesão social**

Educação para a diversidade e a cooperação internacional Cuidar da qualidade dos espaços, infra-estruturas e serviços	**- 8 -** A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras. O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.	**Educação para o património** **A educação para a diversidade e coesão social**
Fomento da informação e do associativismo	**- 9 -** A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva critica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.	**A educação para a cidadania participativa** **A educação em rede** **A educação e o 3º Sector**
Cuidar da qualidade dos espaços, infra-estruturas e serviços Infância e Juventude como construtoras da Cidade	**- 10 -** O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.	**Educação para o património** **Educação para a informação e cultura** **A educação para a saúde** **A educação para a segurança** **A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado**
Qualidade de vida como objectivo Cuidar da qualidade dos espaços, infra-estruturas e	**- 11 -** A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover activamente a educação para a saúde e a participação de todos	**A educação para a cidadania participativa** **A educação para a saúde** **A educação para a segurança**

serviços	os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.	**A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado**
Qualidade de vida como objectivo Infância e Juventude como construtoras da Cidade	**- 12 -** O projecto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza. as campanhas e os projectos de todos os tipos que prepara, deverão ser objecto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e colectivamente.	**A educação para a cidadania participativa** **A educação para a saúde** **A educação para a segurança** **A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado**
	3 - AO SERVIÇO INTEGRAL DAS PESSOAS	
Qualidade de vida como objectivo Potenciar o intercâmbio entre cidades	**- 13 -** O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos acções com única explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de protecção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.	**Município pró-activo , coordenador e educador** **A educação permanente e formação ao longo da vida** **A educação em rede**
Infância e Juventude como construtoras da Cidade Colaboração inter-administrativa	**- 14 -** A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste mesmo sentido, deverá promover projectos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos (particulares ou pessoal pertencente aos serviços públicos) que intervêm na cidade, sem estarem conscientes das funções educadoras. Atenderá igualmente para que os corpos de segurança e protecção civil que dependem directamente do município, ajam em conformidade com estes projectos.	**A educação permanente e formação ao longo da vida** **A educação para a segurança**
Fomento da informação e do associativismo	**- 15 -** A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em actividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho. Para este efeito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a	**Município pró-activo , coordenador e educador** **A educação permanente e formação ao longo da vida** **Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho** **A educação em rede**

	procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de actividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.	**A educação e o 3º Sector**
Educação para a diversidade e a cooperação internacional	**- 16 -** As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afectam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de acção afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.	**A educação para a diversidade e coesão social**
Educação para a diversidade e a cooperação internacional Colaboração inter-administrativa	**- 17 -** As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas**.**	**A educação para a diversidade e coesão social** **A educação em rede** **A educação e o 3º Sector**
Fomento da informação e do associativismo	**- 18 -** A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.	**A educação para a cidadania participativa** **A educação permanente e formação ao longo da vida**
Fomento da informação e do associativismo Infância e Juventude como construtoras da Cidade Integração Intergeracional	**- 19 –** O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa seleccionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação actualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.	**Educação para a informação e cultura** **A educação para a cidadania participativa** **A educação permanente e formação ao longo da vida**

Educação para a diversidade e a cooperação internacional	Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.	**A educação para a diversidade e coesão social**
	- 20 -	
Qualidade de vida como objectivo Integração Intergeracional	A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas; seus bens e serviços.	**A educação para a cidadania participativa** **Educação para a informação e cultura**

Fontes: Carta das Cidades educadoras, 2001 e Caballo (2001:23).

Anexo 2		Quadro de Análise de Conteúdo do PEL do "*Município XXI*" à luz de Princípios da Carta das Cidades Educadoras		
Identificação	**Princípios/Categorias (P)**	**Código Recorte**	**Recortes do PEM / PEL (R)**	**Página**
P1	**Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla - A educação em rede -**	**R1P1**	"…Cooperar com as escolas e com os seus projectos educativos…"	4
		R2P1	"…Criar dinâmicas geradoras do sentimento de pertença e de reforço da identidade colectiva…"	4
		R3P1	"…Desenvolver, até 2010, uma plataforma informática que promova a ligação entre o município e os estabelecimentos de ensino…"	7
		R4P1	"…Articular com as associações de empresários a oferta formativa do concelho e colaborar em projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros, reunindo um mínimo de uma vez por ano com esses fins…"	7
		R5P1	"…Debater, pelo menos uma vez por ano e com vários intervenientes locais, a integração sócio-profissional de pessoas com deficiência…"	8
		R6P1	"…Organizar anualmente a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental (…), em parceria com as escolas, ONG's, colectividades e outras entidades locais…"	10
		R7P1	"…Elaborar candidatura anual ao galardão ECOXXI, promover o projecto Jovens Repórteres para o Ambiente e o programa ECO-ESCOLAS, procurando a existência, em 2010, de um mínimo de oito eco-escolas no concelho…"	11

P1	**Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla - A educação em rede -**	**R8P1**	"…Implementar, em articulação com as escolas, o Plano Nacional de Leitura, com acções dirigidas à comunidade e a todos os níveis de ensino, com especial incidência ao nível do pré-escolar e 1.º Ciclo…"	11
		R9P1	"…Implementar um programa de visitas de estudo no concelho, que inclua património ambiental e construído, instituições e equipamentos. Com início em 2008, deve envolver um mínimo de 250 alunos por ano lectivo…"	11
		R10P1	"…Desenvolver, em parceria com a PSP, uma estratégia de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas, com acções de formação e intervenções junto dos estabelecimentos de diversão nocturna…"	11
		R11P1	"…Reforçar o processo de geminação com o município de Ribeira Grande, colaborando também nas iniciativas de cooperação que vierem a ser concretizadas com outras cidades ou municípios…"	11
		R12P1	"…Manter e alargar a abrangência do programa de passeios culturais, reforçando a cooperação e interacção com outros municípios…"	12
		R13P1	"…Fomentar uma ligação mais estreita com os estabelecimentos de ensino, promovendo uma maior eficiência na divulgação de projectos ou na troca de informações…"	16
		R14P1	"…Fomentar, junto da população, o desígnio do desenvolvimento sustentável…"	19

P2	**A educação formal e não formal**	**R1P2**	"…Ambições … À volta da escola - a educação formal e não formal…"	4
		R2P2	"…Qualificar a acção educadora do município…"	4
		R3P2	"…Coordenar os espaços, intervenções e recursos educadores do município…"	4
		R4P2	"…cabe ao município a oferta de outras actividades que valorizem o processo formativo dos seus cidadãos mais jovens…"	7
		R5P2	"…Manter e aprofundar a participação do município no projecto Cidades Educadoras…"	7
		R6P2	"…Iniciar, até 2010, a construção e requalificação de centros escolares…"	7
		R7P2	"… É possível encontrar a escola em todo o lado. Ela não se limita ao interior das vedações, espraiando-se por ruas, praças e jardins; bibliotecas, museus, cinemas ou cafés. Todos os espaços são territórios educativos e em todos os dias da semana ocorrem actividades educadoras…"	8
		R8P2	"…Cabe ao PEM procurar uma maior coordenação das diferentes ofertas existentes no âmbito do espaço público da educação, as actividades desportivas do final do dia ou do fim-de-semana, as mais diversificadas manifestações culturais, os programas de ocupação de tempos livres e as interrupções lectivas.	8
		R9P2	"…É possível aprender sempre, mesmo a correr e a jogar, a assistir a um concerto ou a visitar uma exposição…"	8
		R10P2	"…Desenvolver um plano de formação parental a partir de 2008, com um mínimo de seis acções por ano lectivo, dirigidas a encarregados de educação, preferencialmente ao nível da educação pré-escolar…"	8
		R11P2	"…Organizar um programa de actividades didácticas na biblioteca municipal, dirigido aos diferentes escalões etários e que inclua a partir de 2008, um mínimo de uma actividade por semana…"	8
		R12P2	"…Disponibilizar, a partir de 2008, um programa de promoção da actividade física aberto a toda a população e que inclua um mínimo de duas actividades desportivas por mês…"	8

P3	**Educação para a diversidade/coesão social e a cooperação internacional**	**R1P3**	"…Ambições – com todos – a comunidade inclusiva…"	4
		R2P3	"…diversificação das minorias culturais em convivência…"	4
		R3P3	"…Promover actuações num quadro de igualdade e reconhecimento da diversidade…"	4
		R4P3	"…Desde que nascemos, somos confrontados com diferenças, até porque, aos nossos olhos, todos os outros são diferentes. E há cada vez mais diferenças na sociedade actual, associadas à maior mobilidade e aos novos fluxos migratórios…"	9
		R5P3	"…Ao integrar o tema da comunidade inclusiva, considera-se a necessidade de promover a quebra das barreiras que subsistem entre os diferentes grupos, em acções que procurem, por exemplo, mais atenção para a população em situação de risco, uma maior integração de cidadãos com necessidades especiais ou uma maior convivência com as diferentes comunidades imigrantes…"	9
		R6P3	"…Criar, na biblioteca, um espaço dedicado à literatura dos países com maior representação entre as comunidades imigrantes (…) desenvolvendo com elas um mínimo de uma actividade anual…"	9
		R7P3	"…Promover a integração das comunidades imigrantes, fomentando a multi-culturalidade à escala local…"	18
		R8P3	"…Promover, anualmente, a eliminação de um mínimo de três barreiras arquitectónicas em equipamentos ou espaço público, a partir de 2008…"	9
		R9P3	"…Promover condições de igualdade no acesso aos equipamentos municipais…"	18
		R10P3	"…Esbater as dificuldades da população com problemas de mobilidade…"	18

P3	**Educação para a diversidade/coesão social e a cooperação internacional**	**R11P3**	"…Reforçar o processo de geminação com o município de Ribeira Grande, colaborando também nas iniciativas de cooperação que vierem a ser concretizadas com outras cidades ou municípios…"	11
		R12P3	"…Promover a igualdade de oportunidades e a construção de uma comunidade mais integradora…"	18
		R13P3	"…Disponibilizar um instrumento de apoio às famílias com pessoas dependentes, melhorando a sua qualidade de vida…"	18
		R14P3	"…Qualificar a actuação do município, através da troca de experiências com especialistas europeus na área da educação…"	16
		R15P3	"…Manter e aprofundar a participação do município no projecto Cidades Educadoras…"	16
		R16P3	"…Qualificar a actuação do município por via da troca de experiências com outros municípios, à escala nacional e mundial…"	16
P4	**A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado**	**R1P4**	"…Ambições - com o meio - a educação para a sustentabilidade…"	4
		R2P4	"…Porque a sustentabilidade passa por aprendermos a viver em comunidade, em relação com os outros e com o meio, cabe à educação um importante papel na promoção da qualidade ambiental e na adopção de um modo de vida mais sustentado. Este é um dos princípios da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014),.."	10

P4	**A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado**	**R3P4**	"…A educação ambiental é por isso mesmo um eixo do projecto educativo, onde cabem as diferentes áreas de intervenção municipal, entre outras, o planeamento, urbanismo, água, resíduos, turismo ou acção social; associadas às potencialidades educadoras que resultam da sua concretização…"	10
		R4P4	"…Fomentar, junto da população, o desígnio do desenvolvimento sustentável Divulgar práticas de conservação de natureza e de promoção da sustentabilidade…"	19
		R5P4	"…Desenvolver actividades enquadradas pedagogicamente, numa óptica de educação ambiental…"	19
		R6P4	"…Incentivar e apoiar a participação das escolas do concelho no Concurso Escolar Cidades Criativas…"	19
		R7P4	"…Promover, na população escolar, a reflexão sobre propostas de intervenção para o desenvolvimento do território…"	19
		R8P4	"…Promover a participação pública em instrumentos que dizem respeito às opções de desenvolvimento para o concelho e à sua sustentabilidade…"	20
		R9P4	"…Elaborar candidatura anual ao galardão ECOXXI, promover o projecto Jovens Repórteres para o Ambiente e o programa ECO-ESCOLAS, procurando a existência, em 2010, de um mínimo de oito eco-escolas no concelho…"	19
		R10P4	"…Fomentar o desenvolvimento de actividades de educação ambiental na escola…"	19

P5	**A educação para a cidadania participativa**	**R1P5**	"…Ambições – por nós – a educação para a cidadania…"	4
		R2P5	"…afastamento dos cidadãos dos processos de tomada de decisão, abandono dos tradicionais fóruns de cidadania activa constituídos por colectividades, clubes ou associações com diferentes fins…"	4
		R3P5	"…A missão do PEM (…) passa pela criação de uma orientação sobre os projectos e acções a desenvolver no concelho até ao ano lectivo 2009/2010, orientação que sendo partilhada no âmbito de um processo participativo alargado, envolve e co-responsabiliza toda a comunidade na sua prossecução…"	4
		R4P5	"…Reforçar as competências sociais e participativas dos cidadãos…"	4
		R5P5	"…Qualquer entidade ou cidadão a título individual pode participar no PEM. Entre os temas referidos, convidam-se todos os interessados a apresentar propostas de actividades, acções e projectos para implementação nos próximos três anos lectivos…"	5*
		R6P5	"…A participação deve ser enviada por e-mail (…) ou por correio normal…"	5*
		R7P5	"…Da participação dos diferentes serviços e do processo de participação pública que foi desenvolvido, resulta então o conjunto de propostas que se apresenta…"	6
		R8P5	"…O conceito de cidadania inclui diversas vertentes e tem sido, nos últimos anos, objecto de inúmeras abordagens. Educar para assegurar a formação de cidadãos conscientes, conhecedores das regras subjacentes à vida em democracia, é o objectivo central da inclusão da cidadania no PEM…"	11
		R9P5	"…Promover a interacção entre os cidadãos e os equipamentos culturais do concelho…"	21

P5	**A educação para a cidadania participativa**	**R10P5**	"…Dinamizar o trabalho voluntário junto da comunidade…"	21
		R11P5	"…Fomentar, junta da população estudantil, a cultura da segurança e da prevenção de riscos…"	22
		R12P5	"…Fomentar a adopção de hábitos de alimentação saudáveis…"	22
		R13P5	"…Promover a constituição e desenvolvimento dos clubes de protecção civil nas maiores escolas do concelho…"	11
		R14P5	"…Implementar uma estratégia local de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas…"	22
		R15P5	"…Implementar uma estratégia local de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas…"	22
		R16P5	"…Promover a participação pública em instrumentos que dizem respeito às opções de desenvolvimento para o concelho e à sua sustentabilidade…"	20
P6	**A educação permanente e formação ao longo da vida**	**R1P6**	"…Ambições – para sempre – a aprendizagem ao longo da vida…"	
		R2P6	"…A escola é todos os dias e para sempre. Ao longo da vida, conhecimentos, aptidões e experiências, são muitas vezes insuficientes perante a mudança que nos atropela…"	12
P6	**A educação permanente e formação ao longo da vida**	**R3P6**	"…A educação chega assim a todos os grupos etários, no processo designado por aprendizagem ao longo da vida e que reflecte a vontade que, chegados a diferentes momentos do seu percurso profissional, ou mesmo aposentados, muitos sentem em actualizar e enriquecer os seus conhecimentos…"	12

		R4P6	"…Um projecto educativo que considere esta realidade, pressupõe a existência de actividades educativas para todos os grupos e para todas as idades, integradas em objectivos que contribuem para a melhoria global das qualificações da população do concelho…"	12
		R5P6	"…colaborar na definição da rede de educação e formação de adultos e ensino recorrente inseridas no programa Novas Oportunidades – adultos…"	12
		R6P6	"…Desenvolver, na biblioteca municipal, três acções por ano lectivo, que juntem idosos e alunos em conversas informais sobre temáticas locais…"	12
		R7P6	"…Promover a organização, no espaço Internet, na biblioteca e nos postos Internet das Juntas de Freguesia, acções de formação na área das TIC, dirigidas a todos os extractos populacionais…"	12
		R8P6	"…Promover o diálogo intergeracional…"	23
P7	**Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho**	**R1P7**	"…crescente instabilidade. Económica, ditada pelo movimento da globalização, que tem criado novas oportunidades mas promovido o aumento da precariedade das relações de trabalho…"	4
		R2P7	"…Promover um mínimo de duas acções de formação por ano, para auxiliares de acção educativa e monitores, na área dos transportes escolares, refeições, higiene e segurança, ou outras na área da intervenção educativa…"	7
		R3P7	"…Promover a implementação local do programa Novas Oportunidades – Jovens, colaborando nas iniciativas propostas…"	7

		R4P7	"…Articular com as associações de empresários a oferta formativa do concelho e colaborar em projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros, reunindo um mínimo de uma vez por ano com esses fins…"	7
P7	**Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho**	**R5P7**	"…Desenvolver um plano de formação parental a partir de 2008, com um mínimo de seis acções por ano lectivo, dirigidas a encarregados de educação, preferencialmente ao nível da educação pré-escolar…"	8
		R6P7	"…Organizar um programa de actividades didácticas na biblioteca municipal, dirigido aos diferentes escalões etários e que inclua a partir de 2008, um mínimo de uma actividade por semana…"	8
		R7P7	"…Debater, pelo menos uma vez por ano e com vários intervenientes locais, a integração sócio-profissional de pessoas com deficiência…"	9
		R8P7	"…Elaborar e distribuir, até Setembro de 2008, um manual de apoio para as famílias, sobre cuidados e procedimentos a ter com pessoas acamadas…"	9
		R9P7	"…Apoiar a implementação de um projecto escolar de sensibilização ambiental…"	10
		R10P7	"…Promover uma optimização contínua da oferta formativa local às necessidades do mercado de trabalho…"	15
		R11P7	"…Desenvolver actividades enquadradas pedagogicamente, numa óptica de educação ambiental…"	19
		R12P7	"…Diminuir a saída precoce dos jovens do sistema de educação e formação…"	19
P8	**Fomento da informação e do associativismo**	**R1P8**	"…abandono dos tradicionais fóruns de cidadania activa constituídos por colectividades, clubes ou associações com diferentes fins…"	4
		R2P8	"…Criar dinâmicas geradoras do sentimento de pertença e de reforço da identidade Colectiva…"	4

		R3P8	"…abrindo espaços para a participação dos cidadãos quer organizados nas diferentes colectividades existentes, quer individualmente…"	6
P8	**Fomento da informação e do associativismo**	**R4P8**	"…Actualizar o material de divulgação e exploração do Museu Municipal (…), com edição de novos roteiros bilingues, adaptados aos diferentes escalões etários e a cidadãos com necessidades especiais…"	8
		R5P8	"…Construir um percurso didáctico em torno da personagem da actriz Virgínia, incluindo o Museu Municipal e o Teatro (…), e dinamizando-o, pelo menos uma vez por ano…"	8
		R6P8	"…Dinamizar, a partir de 2008, um mínimo de duas exposições por trimestre, do domíniodas expressões artísticas ou outros, promovendo os seus objectivos junto dos estabelecimentos de ensino…"	8
		R7P8	"…Elaborar e distribuir, até Setembro de 2008, um manual de apoio para as famílias, sobre cuidados e procedimentos a ter com pessoas acamadas…"	9
		R8P8	"…Organizar anualmente a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental de (…), em parceria com as escolas, ONG's, colectividades e outras entidades locais…"	10
		R9P8	"…Articular com as associações de empresários a oferta formativa do concelho e colaborar em projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros, reunindo um mínimo de uma vez por ano com esses fins…"	16
		R10P8	"…Disponibilizar à comunidade materiais diversificados sobre questões ambientais…"	19
		R11P8	"…Divulgar junto da população escolar as actividades do âmbito do planeamento estratégico e ambiental do concelho, entre outros do Plano Municipal do Ambiente e Agenda XXI Local, Cidade Criativa, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou Plano Director Municipal…"	20

		R12P8	"…Colaborar na implementação de uma campanha de adopção responsável de animais recolhidos no canil/gatil intermunicipal…"	20
P9	**Integração Intergeracional**	**R1P9**	"Disponibilizar, a partir de 2008, um programa de promoção da actividade física aberto a toda a população e que inclua um mínimo de duas actividades desportivas por mês."	16
		R2P9	"Organizar um programa de actividades didácticas na biblioteca municipal, dirigido aos diferentes escalões etários e que inclua a partir de 2008, um mínimo de uma actividade por semana."	17

* - Documento do PEL antes das suas propostas/actividades / antes da sua versão final, Ver anexo 5 na sua página 6.

ANEXO 3

Guião Geral da Entrevista – Guiões das entrevistas e sua Conversão Escrita

Nota: Este guião serve e suporta a construção de todas as entrevistas, todavia, uma ou outra questão são reformuladas de acordo com a entidade que cada entrevistado representa, e pontualmente, num caso ou noutro, o guião tem menos questões devido a não se enquadrarem no âmbito desses entrevistados. Durante as entrevistas e pelos mesmos motivos podem não ser colocadas certas questões que inicialmente estavam programadas no guião.

Guião Geral da entrevista *É garantida a confidencialidade*			
Objectivo do estudo	**A entrevista visa compreender a 1ª etapa do PEL do "Município XXI", o seu processo de construção e elaboração: seus intervenientes e sua participação, seus objectivos, propostas de programas, serviços e suas ambições; procurando assim, avaliar este instrumento e a sua construção, à luz dos princípios do movimento das cidades educadoras, no sentido de se testar as intenções/políticas municipais a este nível, e perceber neste caso em particular, o contributo da integração na AICE para o favorecimento ou não, do alcance de um Território Educativo em Rede visando medir e interpretar a aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. Em síntese, analisar esta 1ª etapa do PEL, numa dialéctica, dos princípios às práticas.**		
Blocos	**Objectivos Específicos**	**Tópicos para formulação de perguntas**	**Observações**
A **Justificação da Entrevista**	**Validar a entrevista** **Apresentar os objectivos**	Informar sobre as linhas gerais do estudo Estabelecer um clima de empatia Esclarecer sobre a importância do	Questão Central da pesquisa Objecto de estudo

	Motivar o entrevistado **Conhecer o seu perfil**	contributo que pode dar em função da sua experiência Agradecer a disponibilidade para gravar a entrevista e Solicitar dados para conhecimento do seu perfil	Preparar terreno para verbalizar sobre a construção do PEL e a sua importância ou não como instrumento configurador de uma Cidade Educadora
B **Confirmação da existência do PEL** **e** **Compreensão do seu processo de construção**	**Conhecer o processo de construção do PEL e que tipos e graus de participação envolvidos** **Recolher informação sobre o processo de elaboração do PEL** **e** **Acerca do processo de participação do mesmo**	**Pedir ao entrevistado que refira:** - A existência ou não, anterior ao PEL de programas ou outros tipos de projectos; - Se conhece o PEL; - De quem foi a iniciativa; - As razões que levaram à elaboração do PEL; - Se consegue explicar o processo utilizado na construção do PEL e como é que decorreu; - Quem é que participou na sua construção; - Qual o grau de participação do entrevistado; - Que meios foram utilizados e colocados ao dispor da comunidade para a construção participativa do PEL; - Qual foi o papel do CME na construção do PEL; - Qual a duração da sua fase de construção; - Quando e como é que foi apresentado e divulgado.	Existência de anterior projecto ou de um conjunto de programas e ou acções educativas municipais; Como é caracterizado o processo de construção e de participação Grau de participação da Comunidade;

C **Comprovação da presença de uma estratégia educativa Municipal integrada, quer formal ou não formal para a configuração do Município "Educador"** **e** **Que Parceiros Locais**	**Saber se há uma estratégia educativa integrada ou desenho desarticulado e fragmentado** **Reconhecer os tipos de Parceiros Locais e sua acção**	**Perguntar ao entrevistado se:** - O PEL traduz ou não uma estratégia educativa municipal -Quais os parceiros e que tipos e formas de cooperação - Se há articulação do PEL com o Projecto Educativo das Escolas e o Plano anual de actividades das diversas entidades	Confirmação de indícios de práticas de parcerias e de articulação conjunta
D **O sentido de Território Educativo e de Cidade Educadora**	**Compreender o Contributo da Integração na AICE no alcance do Território Educativo em Rede** **Perceber o significado de Cidade Educadora** **Compreender a importância do PEL na configuração da Cidade Educadora** **Conhecer os Programas e Acções e serviços**	**Solicitar ao entrevistado que:** -Diga, se sabe, que a cidade pertence ao movimento da AICE - Refira o contributo da Integração do "Município XXI" na AICE; - Defina Cidade Educadora; - Mencione a participação formativa em congressos promovidos pela AICE, pela Rede Portuguesa e pelo Município - Reconheça a importância da construção do PEL para um futuro desenvolvimento das capacidades educadoras da Cidade - Diga que estruturas e projectos são assumidos para o desenvolvimento e concretização da Cidade Educadora	Como se concretiza no terreno: - Através de campanhas de sensibilização, de informação e formação desenvolvidas - Através das acções quer Individuais, colectivas ou em rede.
		Solicitar ao entrevistado:	

E **Opinião** **e** **Sensibilidade**	**Perceber o PEL à luz dos princípios da carta das Cidades Educadoras**	- Se no seu entender o PEL se consubstancia nos princípios da Carta das Cidades Educadoras	Conhecimento do conceito de "PEL"
	Entender a posição do entrevistado face à definição de PEL	- Que defina PEL	Visão política Educativa da autarquia
	Perceber o grau de satisfação pela coordenação da política educativa local	- Qual é o grau de satisfação do Município, face à operacionalização do PEL para a condução da política educativa local e na configuração do município enquanto cidade educadora; - Se reconhece o Município como um território educativo em rede;	
	Conhecer a posição do entrevistado face a algumas críticas em relação à temática	- Que refira se as políticas estão a aproximar os cidadãos dos centros e processos de tomada de decisão; - Se na sua opinião, o conceito de "Cidade Educadora" é meramente uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir.	Melhoria ou não da Democracia Participativa A sensibilidade dos Agentes Educativos Locais
	Perceber a receptividade para novas reformulações dos planos e outro tipo de intervenção	**-** Se Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção	

Sendo assim, e após este guião geral apresentamos o guião de cada entrevista, que antecede a sua conversão a escrito.

Guiões e Conversão Escrita das Entrevistas

Guião - Entrevista Nº1 **(Vereadora do Pelouro da Educação e Bibliotecas)** **Local:** **Data:** *É garantida a confidencialidade*	
Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista	
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço? Quantos anos tem de experiência neste cargo? Teve outros cargos ou experiências?
Questões	**Tema/Bloco B - 1º Objectivo**
1ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) já havia projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
2ª	Quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
3ª	Para além da participação da Câmara Municipal mais alguém se envolveu no seu processo de construção e elaboração? Foram criados e disponibilizados meios à comunidade, bem como canais de Informação, no desenrolar desse processo?
4ª	Pode explicar como é que decorreu esse processo de construção e de elaboração do PEL? Foram mobilizados recursos técnicos e agentes para suporte do projecto? Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades para a cimentação do seu processo de construção? E pontos fracos e ou constrangimentos?
5ª	A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados apoiaram tecnicamente o processo de formulação do PEL?
6ª	A Rede Portuguesa das Cidades Educadoras colaborou neste processo?

7ª	Qual foi o papel do Conselho Municipal de Educação na construção do PEL?
8ª	Quanto tempo demorou esta 1ª fase de construção e quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
9ª	No seu entender, o PEL traduz ou não uma estratégia educativa Municipal, isto é, revela ser ou não um projecto comum, articulado e integrador, porquê?
10ª	Quais têm sido os parceiros da acção educativa do município e que tipos e formas de cooperação têm revestido essas parcerias?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
11ª	Quando é que esta Cidade integrou o Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e qual o contributo desta integração? Pode comentar.
12ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
13ª	O Município participa regularmente nos congressos internacionais realizados pela AICE e nos encontros nacionais, debates e produção de informação/documentação realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras?
14ª	Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
15ª	Aquando da sua construção, o que é que o PEL teve em conta, ao nível da Educação Formal e Não Formal (suporte e oferta), para um futuro desenvolvimento das potencialidades educadoras da Cidade?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
16ª	O que pensa da Carta das Cidades Educadoras e dos seus princípios? Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios? Comente.
17ª	No seu ponto de vista um concelho deve ser ou não um território

	educativo em rede? A construção do PEL do "Município XXI" consubstanciou-se nesse sentido?
18ª	O PEL está agora na sua fase de implementação, mas na sua opinião, qual é o grau de satisfação do Município, face ao seu processo construção, quer ao nível da condução da política educativa local, quer na configuração do município enquanto cidade educadora?
19ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
20ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
21ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

Entrevista Nº1

(Vereadora do Pelouro da Educação, Bibliotecas e Museus)

Entrevistador:

Qual é a sua área de formação profissional?

A minha área de formação profissional está na área da Geografia, mas eu leccionei sempre Matemática ao longo destes anos, portanto leccionei durante 37 anos, tenho 37 anos de serviço, agora neste momento estou aposentada e estou na Câmara como vereadora da educação, bibliotecas e museus há 4 anos, portanto estou a terminar o 1º mandato

Quantos anos tem de serviço?

Quantos anos tem de experiência neste cargo?

Teve outros cargos ou experiências?

Tive outro, na escola tive-os todos, não houve nenhum que não me passasse pela mão até encarregada de buffet eu fui, portanto desde secretaria da escola

ainda antes da outra senhora, portanto ajudar a direcção da escola, o director, fazer parte logo da primeira comissão de gestão após o 25 de Abril, depois passei por todos, desde o conselho executivo, a conselho directivo, depois coordenadora dos directores de turma, delegada de disciplina coordenadora não era? Não houve nenhum que eu não tivesse. Eu dizia que eu não tinha era sido coordenadora dos directores de turma mas também fui, mas também fui. Lancei o agrupamento de escolas, pronto, o agrupamento de escolas aqui da Gil Paes, com 68 estabelecimentos de ensino, foi o maior agrupamento do país e fui eu que o lancei com a minha equipa, logicamente, já que ninguém faz nada sozinho

1ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) já havia projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R1: Projectos assim bem definidos, havia projectos, havia projectos. Nós… o município, ainda não estava cá, mas como o município colaborava comigo ainda estava eu do outro lado, portanto, lembro-me que eu fazia parte do concelho local de educação. Havia determinados projectos em que a câmara era nossa parceira, nomeadamente os ciência viva, em que a câmara foi sempre nossa parceira, ego escola em que a câmara também era parceira e neste momento não me lembro de mais nenhum.
Entrevistador: normalmente eram de iniciativa de quem esses projectos?
Normalmente eram da iniciativa da escola, não lembro… bom, o concelho local de educação, logicamente que não, era da autarquia e colaborávamos em muitas actividades que eram da, pois que partiam da autarquia, como por exemplo a geminação de escolas, também era um outro projecto que eu não me lembrei à bocado mas que é outro projecto que é iniciativa da câmara e que por exemplo a escola onde eu estava aderiu e que ainda hoje perdura o projecto de cooperação de geminação de escolas como a escola da Ribeira Grande, em Cabo Verde. Portanto, também houve outro com Timor que também mas não se chegou a levar avante porque nunca houve a assinatura do acordo com a cidade que nós queríamos que era Maratuto, portanto, nunca

se chegou a concretizar. Depois as coisas até se tinham arranjado foram todas para Cabo Verde. Outros partiam de nós, que éramos nós que recorríamos à câmara como parceiro, tal como é com a escola e outros, e a ciência viva, éramos nós que recorríamos à câmara.

2ª - Quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

R2: A… eu tive muito, eu acho que surgiu um bocado com a minha entrada também aqui, embora eu saiba que já tinham falado nisso aqui assim muito vagamente, suponho eu, mas quando entrei aqui senti aquilo que me fazia falta quando estava do outro lado, achava que havia muitas coisas que nós fazíamos isoladamente e que se calhar se conseguíssemos todos trabalhar para o mesmo e colaborar todos como parceiros que seria mais fácil a câmara corresponder às necessidades das escolas, por isso é que o nosso projecto educativo não é um projecto escolar, é um projecto muito mais abrangente, quer chegar não só à educação escolas mas à educação não formal, portanto de todos nós, de ti também.

Entrevistador: As razões dessa elaboração, digamos, já as disseste…Quase…

Era a necessidade de haver uma colaboração mais directa, de haver uma sistematização, de nós podermos programar ao "lalongue" e não estarmos dependentes do que qualquer dos parceiros da comunidade se lembrasse de nós a meio do percurso, claro que isso é tudo utópico, claro que isso continua a acontecer muito frequentemente. Ninguém programou determinada actividade e, lembram-.se dela, e pedem colaboração e desde que se enquadre, claro que a câmara corresponde.

3ª - Para além da participação da Câmara Municipal mais alguém se envolveu no seu processo de construção e elaboração? Foram criados e disponibilizados meios à comunidade, bem como canais de Informação, no desenrolar desse processo?

R3: esteve à consulta de todos os munícipes, mas como sempre os munícipes participam muito pouco. Claro que foi municipal mas não foi o pelouro da educação que fez o projecto, embora tivesse centralizado aqui na divisão, aqui na altura mas foram todos os departamentos da câmara que estiveram representados para podermos fazer realmente uma abordagem muito transversal a todos os temas, portanto, todos os departamentos estiveram aqui representados e houve achegas de algumas escolas, nomeadamente Artur Gonçalves, foi uma das escolas que deu umas achegas para o projecto, de resto pouco mais, pouco mais. As pessoas, propusemos a discussão, acharam que estava tudo muito bem.

Entrevistador: Essa discussão… quer dizer que foram criados e disponibilizados meios à comunidade? Sim, quer por via informática, que se pôs à disposição quer por outras vias que nos quisessem fazer chegar. Teve em discussão as ideias, vamos lá, o esboço do projecto educativo, esteve à consulta e portanto à espera de ser enriquecido por outros

4ª - Pode explicar como é que decorreu esse processo de construção e de elaboração do PEL? Foram mobilizados recursos técnicos e agentes para suporte do projecto? Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades para a cimentação do seu processo de construção? E pontos fracos e ou constrangimentos?

R4: Sim, sim e a comunicação e a divulgação das coisas é normalmente um ponto fraco e que nós ainda hoje reconhecemos que continua a ser um ponto fraco. Temos procurado suprimi-lo e atacá-lo também através do projecto educativo mas de resto… acho… fez-se esse estudo, fez-se este estudo mas olha que não te sei dizer concretamente neste momento não recordo os pontos que foram apontados. Fizemos esse estudo, fizemos esse estudo…

5ª - A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados apoiaram tecnicamente o processo de formulação do PEL?

R5: Não, não, nada. Também não lhes foi pedido nada, portanto também se calhar até apoiavam mas nós não recorremos ao ministério da educação, nem

a qualquer ministério para elaboração. Não, não recorremos, foi local, foi mesmo local, local, só os parceiros locais.

6ª - A Rede Portuguesa das Cidades Educadoras colaborou neste processo?

R6: Não, colaborou indirectamente porque claro que nós fomos beber ideias que já lá existiam. Aliás, quando fizemos o projecto educativo uma das coisas que nos levou a fazer o projecto educativo era realmente, estávamos inseridos na rede europeia e era quase uma obrigação nossa também fazer o projecto educativo. Por muito que eu já tivesse isso na cabeça, foi mais uma obrigação, aliás, assim como impulsionei e gostei muito que fizéssemos parte e que fossemos aceites nas cidades educadoras porque achava que era uma comunidade que nos interessava muito pertencer para troca de experiências, para conhecimento, para nos enriquecermos todos e aprendermos com os outros e darmos alguma coisa de visibilidade aquilo que também somos capazes de fazer. E portanto uma das coisas que nós tiramos implicitamente da nossa adesão às cidades educadoras é que teríamos de fazer um projecto educativo municipal, portanto não de cidade educadora porque o conceito de cidade educadora não é cidade, é concelho, é abrangente. Portanto não é cidade, mas o conceito depois varia de país para país e portanto não é "Município XXI" cidade mas é "Município XXI" concelho.

A questão nº7 foi respondida no final.

8ª - Quanto tempo demorou esta 1ª fase de construção e quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?

R8: Da construção do projecto educativo!? Andámos, primeiro… 6 meses! Um ano para conseguir fazer o esboço.

Entrevistador: E quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?

Após as questões todas e de conseguirmos dar-lhe corpo foi apresentado a toda a comunidade, portanto, a toda a comunidade tanto escolar como

comunidade municipal no Virgínia, portanto, no Cine-Teatro Virgínia a toda a população, quem quis estar presente, foi aberta à comunidade e esteve presente, esteve alguém a representar as cidades educadoras. Realmente esteve a Drª Maria José Balsa, que esteve presente nessa apresentação.

9ª - No seu entender, o PEL traduz ou não uma estratégia educativa Municipal, isto é, revela ser ou não um projecto comum, articulado e integrador, porquê?

R9: Traduza, na medida em que quer ser transversal, quer percorrer todos os caminhos do que é a educação e que a educação seja vista como um chapéu, portanto, que abrange todas as temáticas. Portanto, não é a temática do ambiente, não é a temática do urbanismo, não é a temática sei lá de quê mas tudo está coberto pela mesma temática e que as pessoas tenham, estamos a tentar educar nesse sentido, que todas as pessoas vejam que a educação ao fim ao resto abrange, pode ser, podíamos ter escolhido outro chapéu, não podia ter sido o do ambiente que também abrange isto mas que a educação seja o que concorre para tudo e portanto tem que haver muita participação e procurar que as pessoas, que a comunidade realmente seja uma comunidade aprendente, que muitas vezes, é muito difícil despoletar nas pessoas o bichinho do aprender.

10ª-Quais têm sido os parceiros da acção educativa do município e que tipos e formas de cooperação têm revestido essas parcerias?

R10: Não sei o que é que queres saber com isso…
Entrevistador: Mais precisamente, os parceiros da acção educativa do município, digamos todas as entidades, instituições, associações, até a nível individual digamos que têm colaborado com o município em formas de cooperação na acção educativa, etc. e que tipos de acção, parcerias, colaboração…
Portanto, temos tido muitas parcerias com instituições quer do ensino superior local e não só, temos tido com as colectividades, temos tido muitas parcerias com as colectividades e quer agente queira quer não especialmente com as

escolas. Com as escolas é que nos pedem… mais parceiros, mais colaboração e através do concelho municipal da educação vamos dando os pareceres que a câmara nos pede e que são normalmente e essencialmente porque se continua a ver muita educação, escolas no âmbito do, da educação a nível escolar

Entrevistador: As colectividades, digamos, normalmente qual é o tipo de colectividades?

As colectividades, as que mais… são as colectividades recreativas, as recreativas, também as de… as colectividades que têm o folclore, portanto os ranchos e as bandas são aquelas que mais se preocupam e que nos pedem de vez em quando determinados pareceres até porque têm escolas, têm escolas de música e tudo mais. Portanto, o parceiro que tem sido impecável, tem sido o conservatório, o conservatório, que neste momento já está independente, pedagogicamente, não é!? Tem sido um parceiro também muito bom e que tem colaborado muito inclusivamente para o projecto educativo e nas actividades que nós queremos desenvolver.

11ª-Quando é que esta Cidade integrou o Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e qual o contributo desta integração? Pode comentar.

R11: Foi… portanto eu comecei em 2005, portanto 2006, arrancámos no início de 2006 pedimos a adesão, aprovámos na câmara a entrada, a adesão às cidades educadoras**.**

Entrevistador: Para si qual o contributo desta integração? Pode comentar?

É um acesso a muitas experiências, a muitas entidades, a realidades muito diferentes e parecendo que não isso educa-nos a nós e assim dá-nos muito mais possibilidades, dá-nos um know how muito maior para nós depois podermos aplicar aqui na cidade, na cidade concelho e é isso que nos tem feito participar e colaborar muito activamente porque temos colaborado em todas as actividades desde 2006, temos estado em todas as actividades, às vezes com 2 elementos, outra vez com 3, aqueles que realmente temos hipótese e que o serviço também nos consegue disponibilizar. E depois fazemos sempre o possível por disseminar a informação pelos outros parceiros.

Entrevistador: Então quer dizer que também produzem informação e documentação aquando os congressos? Sim, sempre, divulgamos. **Têm participado nos congressos internacionais?** Sim, temos participado sempre com experiências novas. **E nacionais? Nos nacionais também?** Sim, sim, em todos, temos participado em todos os congressos… pois, exactamente em todos os congressos nacionais temos participado. Em Santa Maria da Feira foi com as actividades de enriquecimento curricular, agora em Évora foi com, o tema era património, foi com as nossas edições locais, portanto com o gabinete editorial e com o arquivo histórico e portanto com o trabalha que temos de educação para a comunidade neste sentido e no boletim das cidades educadoras também colaboramos sempre, há sempre uma experiência nossa que nós partilhamos com as outras cidades educadoras e aproveitamos logicamente.

12ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R12: Pode até nem haver grande diferença, pode até nem haver grande diferença porque a cidade para ser educadora não precisa ter o título, pode estar a desenvolver e há cidades quer internacionais quer nossas que estão a fazer um grande papel na educação. O ser cidade educadora dá-nos mais um compromisso, portanto dá-nos um nortear, nós sabemos quais são as nossas valências, o que é que devemos perseguir e é isso que eu especialmente acho que nos faz bem com as cidades educadoras, é o nortear que nos dá pertencer a uma comunidade mais alargada, agora, não nos obriga a nada e uma coisa não implica a outra, pode ser sem ser e pode ser e não ser. Pronto, porque há muitas cidades que têm deixado decair a sua inscrição, há muitas cidades que não têm apresentado projectos absolutamente nenhuns e que colaboram de uma maneira incipiente, limitam-se a pagar a quota, não é isso que "Município XXI" quer fazer, paga a quota, sim senhora, mas quer participar e quer aprender, portanto, está numa de aprender com os outros e de dar aos outros a imagem que nós podemos dar e queremos dar do nosso concelho.

13ª-O Município participa regularmente nos congressos internacionais realizados pela AICE e nos encontros nacionais, debates e produção de informação/documentação realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras?

Nota: Pela pertinência do discurso esta questão foi respondida na 11ª.

14ª-Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?

R14: Tem especialmente, dá-nos muito! O, como vamos planificar as actividades, dá-nos um… é uma bússola! Portanto, nós temos o que é que queremos e portanto, desde que definimos o quê, portanto, é realmente encaminhar as nossas acções para os objectivos que foram definidos para o projecto educativo local, municipal, e é com isso que nós temos estado a fazer, a desenvolver as actividades. Elas estão mais ou menos previstas, não quer dizer que não sejam inseridas outras sempre que, através deste contacto com outras cidades, através de outras realidades ou através de outros parceiros que não nos surjam, mas temos temáticas onde eles se podem inserir, em principio nunca nos surgiu nenhum, que nos saísse fora, mas se sair fora também tudo bem, agente logo vê se está de uma maneira mais abrangente metido dentro do projecto educativo, mas ainda não nos aconteceu e tudo o que temos feito é procurar que esteja dentro daquele projecto que vem servir a educação no concelho.

15ª-Aquando da sua construção, o que é que o PEL teve em conta, ao nível da Educação Formal e Não Formal (suporte e oferta), para um futuro desenvolvimento das potencialidades educadoras da Cidade?

R15: Sim, logicamente que é um dos pilares a que fomos! É à educação formal e à informal, a não formal… Mas houve outros pilares e outras instituições que não têm nada a ver com a educaç… tudo tem a ver com a educação e se eu quiser dizer que não têm a ver as instituições com a educação não formal todos têm, todas as colectividades têm, todos nós temos, pronto, mesmo que não

sejamos educação formal, todos na educação não formal todos se envolvem, portanto dessa maneira genérica foi tudo com a educação formal e não formal e é, as nossas actividades todas são exactamente nesse sentido, de proporcionar cada vez mais hipóteses da educação formal e subliminarmente ou não, cobrir a não formal.

16ª-O que pensa da Carta das Cidades Educadoras e dos seus princípios? Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios? Comente.

R16: Algumas coisas são utópicas, mas eu acho, que até como livro de cabeceira a carta das cidades educadoras é muito interessante. Tem aqueles princípios que nós, que nós que somos educadores se calhar nunca fomos capazes de verbalizar até porque ela está muito bem escrita mas é aquilo que nós sentimos, é aquilo que nós achamos que é mesmo a educação, eu acho que qualquer professor que se honre do nome de ser professor se revê em determinados, não quer dizer, revê-se em todos mas é, nalguns é aqueles que a gente quase que quer pegar como mote e que acha que realmente traduzem aquilo que sempre pensou do que é a educação.

Entrevistador: E Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios?

Claro, claro…

Entrevistador: Quer comentar?

O que é que queres que eu te diga? Eu acho que de uma maneira geral não cobrimos todos, mas que os essenciais estão articulados com a carta das cidades educadoras, portanto não te vou comentar quais, neste momento não tenho aqui a carta e não estive a ver agora também o projecto, embora implicitamente o tenha na cabeça, mas foi muito baseado nos princípios da carta educadora, aliás foi esses princípios e a cidade educadora que só se onde é que elas estudam os seus princípios que nós arrancámos com o projecto educativo. Está lá, mete tudo lá.

Entrevistador: apesar de até agora praticamente já termos falado no projecto educativo local e da entrevista se centrar muito na sua construção o que é que é para si um projecto educativo local?

Um projecto educativo local, municipal, é um projecto de intenções concretizáveis, portanto, de intenções concretizadas, portanto, nós temos que definir os objectivos, o que é que queremos para o concelho e depois arranjar as acções que vão, as estratégias, aliás, nós professores é assim que costumamos fazer não é? As estratégias que vão conduzir àquilo que nós pensamos, a maneira mais fácil de atingir os objectivos a que nos propomos e é isso que temos feito, articulado, pronto! Portanto é isso que temos sempre articulado.

Entrevistador: E têm articulado com alguma coisa em especial? O projecto está articulado, está articulado com os princípios…

Logicamente, está articulado com as actividades que desenvolvemos e com a maneira como as comunicamos aos receptores das diferentes actividades e como fazemos a avaliação todos os anos do que estamos a fazer, a… estamos a andar muito bem, pronto, o projecto já está a ser concretizado em 33% mais ou menos e, portanto, tudo bem, para o ano estará em 66% e no outro ano estará, não digo a 100% porque isso é utópico mas também acho que temos de ser utópicos, temos de perseguir um sonho e portanto que vamos concretizar e depois esperemos que os parceiros que agora a primeira vez é difícil contribuírem, esperemos que na próxima, quando formos para formular este projecto e fazer mais para os outros anos que vêm a seguir para mais 3 anos ou 4 que os parceiros colaborem e que de uma maneira activa e que nos proponham, que não seja só dizer que não há nada a dizer e que está muito bem, que venha debaixo que era isso que nós quereríamos era que neste momento as pessoas ficassem educadas o suficiente para serem elas a propor os objectivos.

Entrevistador: Na altura da construção houve alguma reunião com as associações?

Não, com as associações não se fez, comunicou-se. O que se fez a reunião foi quer com todos os departamentos da câmara quer com todos os parceiros da educação formal porque pensámos que nesta primeira fase seriam esse que tinham que dar o arranque, agora os outros já estão a ser receptores. Esperemos que na próxima já haja uma participação diferente, porque as cidades educadoras o querem e nós queremos a participação de toda a comunidade.

Entrevistador: Por acaso já respondeu quase à questão seguinte mas vou-lhe colocar novamente. Pronto, o projecto educativo local está agora na sua fase de implementação, na sua opinião já me falou em 33% do grau de satisfação do município, quer dizer que essa percentagem está relacionada, digamos, até com a própria configuração do município enquanto cidade educadora…

Não, essa percentagem é assim, as actividades estão realmente para um período de 3 anos, portanto, o 33 é o 100 a dividir por 3, portanto ele está em 33 porque não poderíamos ter feito já tudo porque tudo quanto está previsto, é previsto para estes anos, portanto, ao fazermos a avaliação no final do ano passado, portanto, ou no inicio deste, acho que foi em Janeiro que fizemos a avaliação o que é que nós fomos avaliar? O que se fez para traz, portanto já está cumprido em 33, se está cumprido em 33, eu neste ano estou com a esperança…

Entrevistador: Então quer dizer que as acções foram projectadas, foram cumpridas?

Sim, exactamente, foram praticamente cumpridas, portanto o nível de avaliação que nós achamos é que realmente nos correu bem, se calhar até devíamos ter sido mais ambiciosos, pronto, porque se calhar teríamos ido mais longe mas vamos ser no próximo

17ª-No seu ponto de vista um concelho deve ser ou não um território educativo em rede? A construção do PEL do "Município XXI" consubstanciou-se nesse sentido?

Nota: A resposta a esta questão está subentendida na questão " O que é para si um PEL? Qual a sua importância?

18ª-O PEL está agora na sua fase de implementação, mas na sua opinião, qual é o grau de satisfação do Município, face ao seu processo construção, quer ao nível da condução da política educativa local, quer na configuração do município enquanto cidade educadora?

Nota: Esta questão não se colocou, pois foi respondida na 16ª.

19ª-Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?

R19: Isso é aquela educação, que a gente ainda tem que insistir muito, eu acho que não, eu acho que talvez haja um bocadinho mais, mas é tão incipiente ainda, eu acho que… nós vemos por exemplo, tu também tens experiências como eu de concelhos municipais de educação, nós vemos que as pessoas estão muito a receber e não questionam. Não sei se é uma particularidade nossa portuguesa, não faço ideia, mas realmente muito pouca gente vai à espera que venha alguma coisa, e se nós não levarmos já feito não vem nada, portanto, várias reuniões em que nós estamos a… normalmente temos que ser nós muito a deitar, os outros depois aprovam, é verdade, colaboram, enriquecem, mas serem pró-activos…

Entrevistador: Não é uma participação activa, digamos.

Não, não quer dizer, não vamos agora fazer uma ligação e dizer que é o geral, mas é uma grande parte. No entanto há muitas pessoas que vêm aqui, quer instituições, quer pessoas individualmente, que vêm, munícipes que vêm com esta sugestão e com aquela e não sei o quê, mas é raro, é raro, normalmente vêm para quê!? Ou para criticar e para dizer que está bem, não, só se lhes perguntarmos. Não há perfeitismo! Eu costumo dizer, quando não há barulho é porque está tudo bem, pronto, realmente é isso que acontece. A participação que é aquilo que nós queremos ficar, eu acho que nós só vamos ser uma cidade educadora quando realmente tivermos voz activa toda e o município for capaz de questionar e propor, não temos ainda uma cidade educadora, está em vias de, está em vias de.

20ª-Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não

pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

R20: Oh Luís, o que é que eu te vou dizer? Que isso acontece realmente com algumas e quem quiser ver as coisas em tudo na vida, eu acho que há sempre o lado positivo e o lado negativo. Poderá haver situações em que isso seja só uma parangona e fica bonito, porque não? Eu pertenço às cidades, sim senhora, à associação das cidades educadoras, sim senhor! Mas eu acho que por exemplo no nosso caso não é nada disso que nos leva, não é, é realmente, é a ideia de que educar é importante, que tudo é educação, e que, portanto se socialmente e vocacionalmente e fisicamente se pode aproveitar determinados conceitos que as cidades educadoras têm, porque não ir aproveitá-los, porquê, porque estou só a dizer que isso já estava feito e que, portanto, estamos a querer pertencer a uma elite?! Acho que… Não foi isso que nos moveu, não é isso que nos move mas acho que isso pode ser muito importante para quem lá está e vai numa perspectiva de realmente quer colaborar e quer aprender e quer fazer e quer partilhar aquilo que também sou capaz de fazer, portanto é essa a dinâmica que eu já repeti aqui várias vezes que eu acho que tem de ser de quem se mete numa associação destas. Eu acho que é isso muito e tem-se sentido as pessoas, criam-se amizades dentro daquela associação, há partilha, as pessoas mandam mails, as pessoas comunicam, as pessoas dizem que estão a fazer isto, as pessoas dizem que estão a fazer aquilo. É interessante e estão prontas a ouvir-nos e até dizer-nos vou fazer isto assim-assim, olha não sei a onde está-se a fazer isto, também é interessante, vê lá se isso enriquece a tua experiência. Isso é interessante, ou a tua actividade. Isso é interessante!
Entrevistador: E estamos praticamente a terminar, vamos fazer a última questão que é muito pessoal em termos de opinião.

21ª-Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

R21: Eu normalmente quando olho para trás digo assim: Se calhar se tornasse a nascer voltava a fazer tudo da mesma maneira. Não, não, não deve ser bem assim, algumas coisas modificaríamos até porque estamos mais ricos em experiência, portanto é natural que algumas coisas se modificassem, especialmente na construção do projecto, envolver mais parceiros, porque nós limitamos muito, eram os que tínhamos mais próximos, que estávamos mais habituados a lidar, quer com a autarquia propriamente dita, quer com as escolas e na próxima, na construção queremos envolver muitas colectividades porque representam muito as freguesias do concelho e nós não podemos ser cidade educadora, mas concelho educador. E para sentir o pulsar das gentes das outras localidades é muito importante ouvirmos muito as colectividades porque ao fim ao resto, as colectividades, as juntas de freguesia, que ao fim ao resto é quem está a lidar no dia-a-dia e sabem as ambições e as preocupações educativas que são todas, tudo quanto se pensa, é o que eu digo, até a questão do saneamento e tudo mais é tudo educação. É o civismo, é tudo, portanto, essa parte vamos fazer, vamos ouvir muito mais, se eu cá estiver, vamos ouvir muito mais quem está no local para não trabalharmos só, tanto como foi, com aqueles que podem operacionalizar aqui na câmara e com as escolas também podem ser um parceiro mais activo na construção de, mas para o levantar vamos buscar as colectividades. Essa é uma das coisas que, que eu acho, se bem que o nosso projecto educativo foi dos primeiros a ser feito no país e pela equipa que esteve cá, o qual foi considerado muito bem feito e deram-nos muito, os parabéns e que inclusivamente outras cidades, grandes cidades poderiam aprender com o nosso projecto educativo e acho que ele não foi muito utópico e muito teórico na medida que o estamos a concretizar, portanto, quem esteve de fora e já conhece outros, inclusivamente a Drª Lurdes que conhece muito bem projectos educativos e conhece Barcelona, tem estado em vários locais, gostou muito do nosso projecto educativo e diz que raras vezes se vê um projecto tão bem construído. Nós ficamos, claro, muito vaidosos com isso mas o construído não me diz nada porque é um papel bonitinho, procuramos que fosse bonitinho, mas é um papel, mas acho que está, estamos a fazer alguma coisa, eu acho que sim, que estamos a fazer alguma coisa e estamos a chegar às pessoas, devagar, devagarinho.

Entrevistador: Pronto, eu pessoalmente e em nome da equipa de investigação agradeço a tua disponibilidade e também creio que a tua entrevista irá contribuir para uma construção e o espírito critico no sentido positivo de se abordar esta temática, de conhecer mais esta temática e penso que foi uma entrevista bem conseguida neste sentido, que irá contribuir para um conhecimento mais aprofundado da pratica destas situações e em meu nome pessoal obrigado!

As respostas foram aquelas honestas que já deves ter percebido, tenho que dar, e aquilo que penso e aquilo que sinto neste momento.
Entrevistador: Ok! Muito obrigado. Felicidades

Entrevistador: É assim, é que isto, no calor da nossa conversa deixei passar uma pergunta e agora… **Qual foi o papel do Conselho Municipal de Educação na construção do PEL?**

R7: Foi um papel muito, aliás, eu falei-te do papel do Conselho Municipal da Educação é um papel muito passivo, portanto, tomaram conhecimento, aprovaram, gostaram muito mas que viesse para o… que bebesse alguma coisa de importante para o enriquecer, não. Foi mesmo tomar conhecimento, aprovaram, levaram, discutiram e… sim senhora, está muito bem. Pronto, não foi enriquecido por ter ido ao Conselho Municipal de Educação.
(Entrevistador: Digamos que foi aprovado?) Foi aprovado, foi, foi, foi, foi aprovado pelo Conselho Municipal.

Guião - Entrevista Nº2 **(Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus)** **Local:** **Data:** *É garantida a confidencialidade*	
Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista	
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço? Quantos anos tem de experiência neste cargo? Teve outros cargos ou experiências?
Questões	**Tema/Bloco B - 1º Objectivo**
1ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) já havia projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
2ª	Quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
3ª	Para além da participação da Câmara Municipal mais alguém se envolveu no seu processo de construção e elaboração? Foram criados e disponibilizados meios à comunidade, bem como canais de Informação, no desenrolar desse processo?
4ª	Pode explicar como é que decorreu esse processo de construção e de elaboração do PEL? Foram mobilizados recursos técnicos e agentes para suporte do projecto? Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades para a cimentação do seu processo de construção? E pontos fracos e ou constrangimentos?
5ª	A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados apoiaram tecnicamente o processo de formulação do PEL?
6ª	A Rede Portuguesa das Cidades Educadoras colaborou neste processo?

7ª	Qual foi o papel do Conselho Municipal de Educação na construção do PEL?
8ª	Quanto tempo demorou esta 1ª fase de construção e quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
9ª	No seu entender, o PEL traduz ou não uma estratégia educativa Municipal, isto é, revela ser ou não um projecto comum, articulado e integrador, porquê?
10ª	Quais têm sido os parceiros da acção educativa do município e que tipos e formas de cooperação têm revestido essas parcerias?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
11ª	Quando é que esta Cidade integrou o Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e qual o contributo desta integração? Pode comentar.
12ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
13ª	O Município participa regularmente nos congressos internacionais realizados pela AICE e nos encontros nacionais, debates e produção de informação/documentação realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras?
14ª	Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
15ª	Aquando da sua construção, o que é que o PEL teve em conta, ao nível da Educação Formal e Não Formal (suporte e oferta), para um futuro desenvolvimento das potencialidades educadoras da Cidade?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
16ª	O que pensa da Carta das Cidades Educadoras e dos seus princípios? Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios? Comente.
17ª	O PEL está agora na sua fase de implementação, mas na sua opinião, qual é o grau de satisfação do Município, face ao seu processo construção, quer ao nível da condução da política educativa local, quer

	na configuração do município enquanto cidade educadora?
18ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
19ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
20ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

Entrevista Nº2

(Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus)

Entrevistador: Antes de mais, agradeço a disponibilidade da entrevista, da sua parte e vamos dar início à dita entrevista, na qual eu pergunto:

Qual é a sua área de formação profissional?

R1: Sou licenciado em Geografia, na área de especialização em ensino.

Quantos anos tem de serviço?

R2: dei aulas durante 2 anos, há 7 anos que vim para cá, na Câmara como técnico superior de educação.

Quantos anos tem de experiência neste cargo?

R3: 7 anos de experiência neste cargo

Teve outros cargos ou experiências?

R4: Fui professor do ensino básico e secundário durante 2 anos, só.

Entrevistador: Então vamos entrar directamente na temática em estudo

1ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) já havia projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R1:Já, não havia, já havia projectos pontuais, estilo… natação para os alunos do primeiro ciclo, já havia o inglês também, havia era tudo desagregado, não é! Havia actividades de educação ambiental**,** aa…pronto, havia todo um conjunto de actividades disperso que não era integrado num único documento e num único projecto. **(Entrevistador: Exactamente….Normalmente eram da iniciativa de quem?)** Era muitas vezes da iniciativa do município, também essas que eu estou a dizer, também eram muitas vezes sugeridas pelos próprios agrupamentos de escolas ou pelas próprias escolas ainda não agrupadas, mas principalmente, isto, começaram as actividades desenvolvidas pelo município na área da educação, eu acho que tiveram um grande impulso com a constituição dos agrupamentos. Eu já cheguei, quando eu cheguei cá, eles tinham acabado de se constituir e sempre assisti … **(Entrevistador: Chegou em que ano?)** 2002, pois, estava lá há muito pouco tempo e de facto também sempre assisti muito a esta iniciativa ou sugestões dos próprios agrupamentos, que falam de necessidades, falam de projectos que podiam ser desenvolvidos e depois que a câmara abraçou. **(Entrevistador: Sim senhor. Já descreveu os programas…)** As primeiras experiências, havia ainda actividades pontuais, os dias mundiais da criança, o natal das escolas, que isso nós também organizávamos aqui, fazíamos muita coisa nessa área, estilo de organizar sessões de teatro, sessões de cinema e depois transportávamos todos os alunos e vínhamos durante uma semana, havia uma sessão em contínuo. Esse tipo de actividades que penso que grande parte dos municípios também desenvolvia.

2ª - Quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

R2: Bem, aaa… a questão!... Sempre houve muito essa noção, principalmente com esta vereação, de facto as coisas estão muito dispersas. Nós fazemos

muitas actividades mas a divisão de deporto também faz, os outros departamentos, toda a gente faz actividades e agora aqui mete-se um bocadinho, mistura-se um bocadinho com o conceito de cidade educadora porque a verdade é esta: no momento em que entrou esta vereadora, ela falou-me de qualquer coisa, que não chamava, nem projecto nem nada disso, mas falou de facto na necessidade de congregar tudo isto numa estratégia única. Não, é como… e até se chegou a discutir, aliás, eu cheguei a discutir isso antes dela vir com outras pessoas que estiveram cá até em regime de… professores que foram requisitados para a realização da carta educativa e chegámos a falar nisso e levantámos essa questão por exemplo quando ouvimos falar do projecto educativo local da Golegã, em que eles diziam muito, mas projecto educativo!? Mas a câmara… não cabe nas funções da câmara fazer um projecto educativo e isso na altura por acaso discordei e sempre fiquei com esse bicho na cabeça porque podia ser de facto uma solução para dar coerência á intervenção municipal na área da educação haver um documento de referencia para os projectos educativos. Pronto, e depois quando é que surgiu? Surgiu basicamente, eu não sabia como construir uma coisa desse género e surgiu na sequência de uma ida a França ao congresso das cidades educadoras em 2006 e da informação que recolhi nesse congresso sobre construção de projectos educativos municipais. Uma coisa que hoje tem perfeitamente institucionalizado porque faz parte da contratação com o governo central, com o ministério da educação. Os municípios não recebem dinheiro para a educação se não tiverem um projecto educativo municipal associado a um contrato **(Entrevistador: Digamos que há normas já legisladas para esse fim)** Exactamente, só para esse projecto é que há uma contratação de verbas **(Entrevistador: Neste caso cá no nosso país não).** Não, cá é perfeitamente, é, digamos que são casos pontuais é uma iniciativa ainda altruísta e que não há nada regulado, é por própria iniciativa do município. **(Entrevistador: Ok! A ideia então partiu, de facto, desta situação)** – Sim, da recolha de ideias e da necessidade sentida de dar coerência ao conjunto de intervenções que eram efectuadas.

3ª - Para além da participação da Câmara Municipal mais alguém se envolveu no seu processo de construção e elaboração? Foram criados e disponibilizados meios à comunidade, bem como canais de Informação, no desenrolar desse processo?

R3: Muito pouco. Não sei se vem depois a pergunta da participação… **(Entrevistador: Vem, vem)**. A ideia foi do, foi construir a partir do município e a partir de um grupo de trabalho foi constituído com os diferentes departamentos municipais, pessoas da área do ambiente, pessoas da área do desporto, pessoas da área dos museus, pessoas da área do urbanismo, acção social, turismo… uma equipa de técnicos que se juntou para discutir que tipo de acções é que podiam estar incluídas no projecto educativo municipal. Pronto, e o projecto em si, o corpo resulta das propostas que esse grupo forneceu, mas forneceu, nós estávamos a compilar informação. De fora da câmara, o que houve depois foi uma tentativa de abrir o processo à participação das escolas, e isso através do conselho municipal da educação, foi feita esse referência, pediu-se o apoio, enviei-lhes propostas, não houve assim muita participação. Depois abrimos também à comunidade com todo o tipo de colectividades, com organizações públicas e privadas, enviámos para tudo o que é entidade convites para participarem na apresentação de propostas para o projecto educativo municipal e não resultou muito bem. **(Entrevistador: Então, então quer dizer que foram criados e disponibilizados meios à comunidade?** Foram, meios e canais para participarem, através da internet com a disponibilização de um portal, do ficheiro informático do próprio para participar e através de um folheto de divulgação em que tinha também uma explicação, o que é que era isto, o que é que nós pretendemos, que estas são as nossas áreas sejam as áreas que nós definimos sejam as áreas de intervenção e a convidar toda a gente a participar, alunos, pais, entidades, toda a gente para apresentar sugestões ou propostas ou actividades **(Entrevistador: E houve alguém que sugerisse alguma coisa pontualmente ou mesmo a participação?)** Muito poucas, as participações foram muito poucas, houve duas que nós incluímos que tinham a ver com pessoas dos Riachos e com a escolas dos Riachos, com o jardim de infância, agora já não me estou bem a recordar mas propunham iniciativas de

envolvimento de actividades entre jardim, jardim de infância e a comunidade e se reparar depois no projecto há lá uma acção que faz referência às necessidades desse envolvimento, mas só que as pessoas não concretizaram também aquilo que queriam em termos de proposta. Depois houve mais duas ou três propostas muito inconsequentes e tá-me a falhar alguma porque de facto há uma que tá lá que resulta de facto de uma participação pontual de uma pessoa. Por exemplo, há uma proposta para realizar a realização de duas acções sobre educação alimentar que nós incluímos decorrente exactamente da participação de uma pessoa individual que através da internet sugeriu então uma acção ou uma intervenção também nesta área, questões de obesidade, questões de distúrbios alimentares porque não fazerem acções nesta área e isso ficou apto na participação

4ª - Pode explicar como é que decorreu esse processo de construção e de elaboração do PEL? Foram mobilizados recursos técnicos e agentes para suporte do projecto? Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades para a cimentação do seu processo de construção? E pontos fracos e ou constrangimentos?

R4: Tô a perceber a questão mas… na altura em que se partiu para a construção disse logo isto não é, não vai ser nenhum estudo de cento e tal páginas e que vai fazer um diagnostico exactamente como a carta educativa, não, não é nada disso, a questão é ser uma agenda de prioridades e intervenções, intervenções porque tem a ver com prioridades que nós justificámos, ou seja, na base do projecto educativo municipal não está nenhum estudo de análise e diagnóstico da situação do concelho o que está… porque os diagnósticos estão feitos, quer dizer estava na carta educativa estão identificados os problemas, não são os problemas na área social nem outros tipos de problemas mas estão identificados muitos problemas que têm a ver com a parte educativa, mas como o projecto tinha também a ambição de ser mais amplo não só na área da educação foi entendido que não era esse o mecanismo para este projecto, ter um diagnostico, não era esse o mecanismo para este projecto.

5ª - A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados apoiaram tecnicamente o processo de formulação do PEL?

R5: Não! A rede portuguesa… também não foram chamados a intervir. Digamos que é uma coisa local que nem sequer …

6ª - A Rede Portuguesa das Cidades Educadoras colaborou neste processo?

R6: A rede portuguesa colaborou, lá está, também não foi, é assim, também não houve uma grande colaboração porquê? Porque esta ideia veio, aliás, veio comigo de França e nem sequer discuti isto com ninguém em termos de rede, ou seja falámos verbalmente por exemplo, com Lisboa sobre o que é que é um projecto educativo de cidade e lembro-me que a Drª Lurdes deu-me algumas indicações sobre os sites para eu ir ver o projecto educativo de Barcelona mas mais do que isso não. Depois tiveram um envolvimento, uma coisa muito pontual e operacional que a própria DREL também participou nisso, que foi na cerimónia de apresentação do projecto educativo que decorreu no Teatro Virgínia aí sim, tiveram, esteve alguém presente alguém da Direcção Regional, alguém que foi o Dr. Paulo Arsénio na altura e a própria Drª Lurdes que veio apadrinhar e fazer uma apresentação sobre o projecto e sobre as cidades educadoras.

7ª - Qual foi o papel do Conselho Municipal de Educação na construção do PEL?

R7: A proposta foi ao conselho municipal de educação para… a proposta de elaboração do projecto educativo foi ao conselho, o conselho ouviu aquilo que lhe!... Que era a nossa proposta, e achou muito bem e sim senhor, avancem! Não, em termos de conteúdo não fez nenhum tipo de intervenção e depois voltou a ser lá apresentado o resultado final e aprovou, e aprovou. Ou seja, também não era um documento que era passível de ser não, não aprovado. Foi como pontualmente para conhecimento porque primeiro tentámos o envolvimento, de facto não aconteceu muito e depois sim, foi aquele resultado final, aprovado

8ª - Quanto tempo demorou esta 1ª fase de construção e quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?

R8: A elaboração demorou um mínimo de oito, dez meses. Oito, dez meses, sim! Começou em final de 2006, exacto. Inicio de 2007 e acabou no fim de 2007 **(Entrevistador: E foi apresentado? Sabe a data?**) Foi apresentado em… posso-lhe dizer a data precisa, foi Fevereiro, 26 ou 27 de Fevereiro de 2008. **E foi apresentado no Teatro Virgínia?** Exactamente! **E como é que foi apresentado?** Foi apresentada uma sessão… primeiro foi distribuído às pessoas o Cd com o projecto aos cidadãos. Inscreveram-se cerca de 200 pessoas na altura tínhamos a sessão marcada para o Café Concerto, pensávamos que ia ser uma coisa com poucas pessoas, 50, 60 pessoas dava. Mas tornou-se… face às inscrições no próprio dia desistimos e fomos para a sala principal e acabou por ser uma coisa mais formal do que nós queríamos. Tá a ver? A ideia era ser uma coisa mais de discussão, mais de conversa e não deu para isso, não houve espaço para isso porque acabámos por estar na sala principal, convidámos o professor João Pinhal a falar sobre os projectos educativos locais e a Drª Lurdes como conferencista. A Senhora Vereadora apresentou o projecto, o projecto foi distribuído a quem, a toda a gente, eram mais de 200 pessoas. **Entrevistador: E em termos de entidades locais? Extra município, em termos digamos assim da sociedade civil, associações, etc. participou alguém?** Nessa cerimónia, não, nessa cerimónia de facto decorreu, aquilo decorreu ao fim da tarde e eu achei curioso porque para além de muita gente ligada à educação, de facto apareceu muita gente ligada às colectividades e a outras entidades. Na altura achei isso curioso, curioso. E houve até muita conversa, pronto, lembro-me que depois ficámos pelo menos mais uma hora à conversa no fim com muita gente que não sabiam o que era o conceito e vieram-nos dar os parabéns mas também eu sinto que as pessoas não têm muito… lêem mas não… é difícil perceberem os objectivos do projecto.

9ª - No seu entender, o PEL traduz ou não uma estratégia educativa Municipal, isto é, revela ser ou não um projecto comum, articulado e integrador, porquê?

R9: Este projecto educativo municipal traduz política… qual é que era a pergunta? Desculpe… **(Entrevistador: Traduz ou não uma estratégia Municipal educativa? E em que medida traduz?**) Traduz uma estratégia educativa local porque, porque… **(Entrevistador: Porque é que há uma estratégia educativa? Digamos, se há, porquê?)** Porque a educação nos municípios tem ganho algum corpo de intervenção que até há muito pouco tempo não tinha e de facto esta traduz uma estratégia porque foi assumido o projecto, foi assumido politicamente, que era importante e interessante para o município dispor de um instrumento que pensasse e apresentasse de forma coerente e objectiva quais são as intervenções em que vamos investir mais nos próximos dois anos, pronto, eu penso que isto é uma estratégia.

10ª-Quais têm sido os parceiros da acção educativa do município e que tipos e formas de cooperação têm revestido essas parcerias?

R10: Nós temos tido, quer dizer, isso depende de projecto para projecto mas pronto, alguns parceiros tradicionais nossos, a… escuso-me a dizer os agrupamentos, penso, nós sem os agrupamentos não trabalhamos, não é? E não pensamos em nenhum projecto sem falar com eles, nem impomos o que quer que seja porque sabemos que isso é causa de insucesso à partida. Aa… depois temos uma parceria que se mantém há já vários anos com, por um lado o Conservatório de Musica Choral Fidellius, em que estão envolvidos connosco em dois projectos, temos as actividades de enriquecimento curricular com a musica n o 1º ciclo mas alargámos já ao pré-escolar porque de facto foi uma parceria que correu muito bem, apesar de alguns receios iniciais correu bastante bem e decidimos introduzir também a música no pré-escolar de iniciativa municipal, só. Temos uma parceria com o clube de natação de (…) que também nos dá um grande apoio na área da natação, porque temos a natação como actividade de enriquecimento curricular e temos também a expressão físico-motora, que também é com os próprios professores de

natação, que temos essa parceria. Depois um outro parceiro tem sido o instituto de línguas, que se mantém ao mesmo tempo como nosso fornecedor, mas é parceiro porque de facto eles pensam a actividade do inglês connosco, têm pensado sempre connosco, quer a planificação, quer a execução, quer a coordenação de actividades especiais decorram das actividades de enriquecimento e por isso eu acho que é um fornecedor, mas também é um parceiro. Mais… sei lá! Depois temos várias parcerias pontuais, quer dizer, temos esta parceria, por exemplo, para a realização da feira do ambiente que é uma parceria que já se mantém desde 2007 com o centro de Bem-Estar da zona alta e com o Centro de Protecção da Natureza da GNR, penso que é uma coisa para manter e que tem sido bastante importante na preparação desta feira. Depois são um conjunto de actividades pontuais que decorrem sempre com parcerias, quer dizer, minimamente.

11ª-Quando é que esta Cidade integrou o Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e qual o contributo desta integração? Pode comentar.

R11: AICE em 2006, Janeiro de 2006. O contributo desta integração foi o ter acesso a um conjunto de metodologias que nós não teríamos tido acesso por outro meio, ou seja, a integração fez-nos conhecer pessoas e fez-nos conhecer outras maneiras de trabalhar e a partilha de informação com essa gente, essas conversas, essa rede de contactos que neste momento dispomos e que não tínhamos porque trabalhávamos até essa altura praticamente isolados, com Santarém, com Alcanena, com o Entroncamento de vez em quando, agora não, todos os dias, todos os dias não, também é um exagero, mas todas as semanas eu falo com pessoas da Guarda, de Lisboa, de Évora, do Porto, de Esposende, quando não é do estrangeiro, que também pode ser.

12ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R12: A… o que distingue é a intencionalidade de ter uma actuação na área da educação que procure uma melhoria continua, que vá, que tenha como

referencia a carta das cidades educadoras e que aos poucos na sua intervenção vá tendo em consideração os vários pontos da carta naquilo que faz, naquilo que projecta todos os dias.

13ª-O Município participa regularmente nos congressos internacionais realizados pela AICE e nos encontros nacionais, debates e produção de informação/documentação realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras?

R13: Desde a integração que o município está representado, tem representado nos dois congressos internacionais que houve e também nos congressos nacionais, reuniões territoriais portuguesas e pronto, apresentámos numa comunicação o ano passado em S. Paulo, apresentámos comunicação em Santa Maria da Feira e apresentámos duas comunicações agora em Évora.

14ª-Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?

R14: Pronto, a partir do momento em que estamos na rede, de facto o município de Barcelona é quase um exemplo, não é!? E então como tem um projecto educativo de cidade tão bem construído e esquematizado numa cidade com outros recursos e outras dimensões completamente distantes. Não! Sabes que também é importante, porque a base conceptual deste projecto educativo, se for a ver o preâmbulo ou a justificação que lá está, é a cidade educadora. A cidade educadora é o motivo, foi o motivo para alem da questão de..., não é o motivo, o motivo de facto é aquela questão de congregar as intervenções, mas o substrato da ideia vai ao princípio da carta das cidades educadoras. O projecto está construído para ir ao encontro dos princípios que lá estão e nós como subscritores da carta temos que fazer isso.

15ª-Aquando da sua construção, o que é que o PEL teve em conta, ao nível da Educação Formal e Não Formal (suporte e oferta), para um futuro desenvolvimento das potencialidades educadoras da Cidade?

R15: Teve, teve, aa… eu acho que o projecto, sendo um projecto experimental, não é mais do que isso, é um projecto experimental que vai ter outras edições seguramente, ficou bem doseado no que respeita a educação formal e informal. Educação formal ficou apenas com um capítulo, mas que é um capítulo importantíssimo porque o que tem lá de chave é a construção de centros escolares, melhoria dos recursos das escolas. Tudo bem, isto é importante e isto vai ficar aqui neste capítulo, que é um capítulo que nós chamámos "A escola mesma" e tudo o que tem a ver com a escola é extremamente importante para este projecto educativo municipal. Mas, depois há um outro conjunto de cinco capítulos que são na área da educação não formal ou informal que também achamos que é importante e é por isso que eu acho que esta dose ficou bem cozinhada, mas não esquece nem uma coisa nem outra.

16ª-O que pensa da Carta das Cidades Educadoras e dos seus princípios? Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios? Comente.

R16: Penso que é uma carta repleta de um "utopismo" importante, sinceramente é o que eu acho. A carta é um objecto de referência e que apresenta aquele conjunto de princípios que se todas as cidades o respeitassem todos os dias em todas as suas intervenções seríamos cidades perfeitas. Ora isso é perfeitamente impossível e isso não vai acontecer, agora se todas as cidades tiverem como preocupação quando estão a decidir alguma coisa ou quando estão a organizar alguma coisa que eu, se tiverem como preocupação os princípios da carta mesmo que não consigam cumprir a sua plenitude penso que teremos cidades melhores e isso é uma mais valia.
Entrevistador: Existe alguma relação entre a construção do PEL desta Cidade e esses princípios? Se existe relação entre o projecto educativo e os nossos princípios? Existe, existe, porque houve uma clara preocupação em,

primeiro o projecto tem lá essas preocupações, dispor formação ou actividades de formação que enriqueçam todos os cidadãos e isso está lá, actividades que vão desde a acção social até ao desporto, até ao turismo. Depois existe um capítulo por exemplo só para a sustentabilidade e a carta das cidades educadoras fala nisso. A cidade tem de preservar o seu ambiente e as suas tradições, o seu património, tá a ver? Depois existe um capítulo para… para quê? Quais são os outros? Esqueci-me… pronto mas isto só para dizer que as intervenções vai de facto ao encontro das preocupações que estão na carta das cidades

Entrevistador: O que é para si, digamos, depois deste conjunto de questões e da sua experiência, o que é para si um projecto educativo local?

É um referencial estratégico que indique quais as intervenções do município para um período futuro que tenha metas concretas e claras, seria isto! É um quadro conceptual que defina estratégias, metodologias e objectivos para atingir nos próximos anos, depende do período que se queira dar.

17ª-O PEL está agora na sua fase de implementação, mas na sua opinião, qual é o grau de satisfação do Município, face ao seu processo construção, quer ao nível da condução da política educativa local, quer na configuração do município enquanto cidade educadora?

R17: É assim, o município, o município na generalidade… eu acho que é um bocadinho diferente porque grande parte das pessoas não tem conhecimento do projecto educativo porque isso é um processo difícil, de fazer passar essa mensagem. Penso que num segundo projecto vai ser mais fácil, com uma melhor estratégia de comunicação. Isto foi tudo muito experimental, de facto. Aa… o projecto está na sua fase de execução, ao fim do primeiro ano reunimos e vimos que estava em 35%, mais ou menos 35% de concretizado e vamos reunir agora e esperemos que seja mais ou menos em 65%, 70% é o que se espera pelo menos para que seja possível chegar ao fim, final do ano lectivo 2009/2010 com uma execução de pelo menos 70%, 80%, que já será bom porque tínhamos ali muitas, muitas acções.

18ª-Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?

R18: Na minha opinião acho que hoje as pessoas estão mais esclarecidas. O que há na sociedade portuguesa é uma apatia generalizada em recorrer aos processos de tomada de decisão porque eles existem. Existem processos que se calhar ainda estão muito agarrados ao passado e noutra altura, logo após o 25 de Abril houve de facto um maior movimento de participação das pessoas nas tomadas de decisão, depois fomos criando uma certa apatia e de facto eu penso que hoje em dia os mecanismos se calhar ainda não são, mesmo ao nível da informática, da internet, alguns meios de comunicação através de sms, abertura de fóruns de participação não é ainda muito rotinada, e não é muito rotinada porque as experiências também não têm sido boas por isso é que nós tentamos fazer alguma coisa nessa área, nem é por problemas políticos é muito por falta de cultura de participação das pessoas, que se calhar temos de mudar, de facto temos de mudar muitos capítulos do projecto educativo de facto era esse, era reforçar a capacidade de cidadania e intervenção da população.

19ª-Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

R19: Quero. Porque isso é uma evidência, qualquer rótulo hoje em dia serve, cidade educadora, cidade sustentável, cidade amiga do ambiente, cidade soul city, são tudo movimentos que, de facto, podem ser aproveitados para fins meramente publicitários e estratégicos. Ora aquilo que eu acho é que isso não tira mérito às propostas que estão na base quer desta rede de cidades educadoras, quer da rede das cidades sustentáveis. O problema é das cidade que aderem a essas redes sem qualquer tipo de objectivo, não é, agora se nós

aderirmos com algum sentido de pertença, se vamos para uma rede dessas e se de facto queremos implementar o conceito mesmo com dificuldades e mesmo que o implementemos apenas numa pequena percentagem logo o município já ganhou alguma coisa e penso que o concelho já ganhou alguma coisa e acho sinceramente que não fazemos uso abusivo do rótulo de cidade educadora porque também não é isso que nos move.

20ª-Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

R20: Hum… não percebi. (**Entrevistador: Digamos assim, tendo em conta a experiência que tem da construção do projecto educativo local…)**
Ah!... Se mudaria alguma coisa na construção do projecto ou no projecto? **Entrevistador: Pronto, vamos centralizar a questão nesta questão do projecto, exactamente. Se proporia mudar algo, se teria considerado, se teria feito de outra forma…**
É assim, depois desta apresentação, depois de, houve vários municípios que estão a construir o seu próprio projecto educativo e nós já temos dado sugestões, já enviámos informação para lá, tenho falado muito com o colega da Guarda e de Esposende, são muitas questões que… eu sei que estão a utilizar muito a nossa experiência para a construção dos projectos educativos destes municípios e eu o que tenho dito é o seguinte: atenção, a fase de participação é muito complicada mas é definitivamente obrigatória, nós temos que fazer um projecto que depois as pessoas possam dizer Sim, senhora, avancem, ou sim senhora, acrescentem mais isto. Podemos chamar as pessoas a participar, mas este é um processo muito difícil, muito difícil porque as pessoas não estão rotinadas para esta participação e se não estão rotinadas às vezes para os próprios interesses mais directos delas dificilmente estarão para assuntos que apenas dizem respeito à sociedade. Agora, o que é que eu mudaria nesta fase da construção? Mudaria se calhar, já lhes tenho dito a eles! Olha eu tenho umas quarenta ou cinquenta acções, pensa se calhar em dez ou quinze ou não mais do que vinte. Se calhar eu tentei fazer uma coisa objectiva, mas olhem tentem fazer ainda mais objectivo porque quanto mais objectivo for é mais fácil

as pessoas reconhecerem e é mais fácil as pessoas participarem. Eu acho que se calhar aqui no nosso falhou um bocadinho a comunicação porque de facto não houve, eu não sou especialista em comunicação e fui eu que fiz tudo, fui eu que concebi o folheto, fui eu que criei os canais e eu não sou especialista nisso, de facto acho que uma abordagem mais profissional na área da comunicação é mais eficaz e terá certamente uma maior participação das pessoas e isso sim, objectivar mais o projecto e apostar mais numa profissionalização da comunicação do projecto educativo municipal.

Entrevistador: Sr. Director, eu agradeço a sua disponibilidade e estou convicto que a sua entrevista irá com certeza, melhorar o conhecimento, o grau de conhecimento nesta temática e sensibilizar com certeza até os próprios governantes para esta questão. Muito agradecido.

Questões	**Guião - Entrevista Nº 3** **(Presidente da Comissão Administrativa Provisória – Agrupamento Escolas)**
	Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço Quantos anos tem de experiência neste cargo? Teve outros cargos ou experiências?
	Tema/Bloco B - 1º Objectivo
1ª	Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?
2ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Instituição que representa já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
3ª	Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

4ª	Como representante desta instituição participou na construção e elaboração do PEL? E a Instituição que representa, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?
5ª	Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?
6ª	Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?
7ª	A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados sugeriram a participação ou enviaram informação sobre o processo de formulação do PEL?
8ª	Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
9ª	Há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Anual de actividades do Agrupamento que coordena?
10ª	O Agrupamento de Escolas tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o Agrupamento tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
11ª	Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?
12ª	Para si, o que é que distingue uma “Cidade Educadora” de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
13ª	Enquanto representante do Agrupamento de Escolas já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
14ª	Qual a importância da construção do PEL no “Município XXI”, identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
15ª	Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
16ª	Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?

17ª	O que entende por um PEL?
18ª	Esta dinâmica do PEL contribui para a reformulação e enriquecimento do Projecto do Centro Bem-Estar e Social?
19ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
20ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
21ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

Entrevista Nº3

(Presidente da Comissão Administrativa Provisória – Agrupamento Escolas)

Entrevistador: Antes de mais, bom dia! Obrigado pela disponibilidade de me teres concedido esta entrevista e perguntava-te para iniciar este trabalho:

Qual é a sua área de formação profissional?
Eu sou do 430, do Grupo 430, neste momento, Economia e Gestão.

Quantos anos tem de serviço?
24, estou n esta escola à 16 anos

Quantos anos tem de experiência neste cargo?
Como estava a dizer, estou nesta escola à 16 anos, nos primeiros 6 fui coordenador dos directores de turma, durante 6 anos, depois nos 9 anos seguintes, não, nos 6 anos seguintes fui vice-presidente do concelho executivo e do concelho administrativo. Nos últimos 4, presidente do concelho executivo, actualmente, presidente da comissão administrativa provisória, no último ano

porque estamos a instalar o agrupamento presidente do concelho pedagógico e presidente do concelho administrativo.

Teve outros cargos ou experiências?
Não, neste momento sou presidente do concelho fiscal de uma instituição, a COPROF que é uma associação de professores, com a sede no Entroncamento e tem uma Universidade da terceira idade, tem uma série de valências. Estamos a tentar construir um lar para professores.
Entrevistador: Vão ter muitos clientes!!!
Se calhar, é um grande, um dos nossos objectivos. Portanto é a minha grande tarefa, digamos, do pouco tempo livre que tenho.
Entrevistador: Agora relativamente mesmo à temática de estudo

1ª - Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?

R1: Sei, sei… um projecto que já tem alguns anos. Eu não quero errar, mas penso que fui eu numa das reuniões da câmara que propus essa ideia e a ideia base era nós temos as nossas actividades, a escola tem as suas actividades, desperdiçamos tantos recursos porque não fazer actividades conjuntas?! Eu não sei se depois o projecto evoluiu neste sentido. Por exemplo fazer uma semana, uma semana cultural, uma semana das escolas do concelho seria muito engraçado e a ideia inicial era essa mas depois evoluiu para outras.
Entrevistador: E conhece o projecto educativo local?
Neste momento não conheço muito bem, confesso que não.
Entrevistador: Nunca contactaste ou alguma vez contactaste com ele?
Eu, eu já o tive na mão, já o vi e penso que está na página da Internet, penso que está, mas assim muito em pormenores eu não te sei responder.

2ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) o Agrupamento de Escolas já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R2: Sim, portanto, enquanto escola sim. Nós estamos a falar, portanto nós temos o agrupamento há um ano. Enquanto escola básica e secundária sim,

nós todos os projectos que a câmara lançava nós aproveitávamos tudo. Lembro-me por exemplo, nós temos um grupo de música que os instrumentos foram adquiridos num projecto desses. Na semana do ambiente estamos sempre lá com, com um stand, portanto, isso aí… a participação isolada da escola nas actividades do município sempre tivemos um bom relacionamento, aliás temos com, com o nosso pavilhão. Está cedido todas as noites e todos os fins-de-semana, através de um protocolo com a autarquia.

Entrevistador: Muito bem, normalmente esses programas e essas acções, eram, essas acções, digamos globais e locais, eram de iniciativa de quem, normalmente? As que me acabaste de referir, digamos assim.

Eram conjuntas, nós normalmente tínhamos uma reunião, ou por telefone, manifestávamos interesse ou a câmara pedia a nossa colaboração e era assim, era assim que trabalhávamos. O que falta aqui, o que falta aqui era a ideia inicial, era haver no principio do ano as escolas juntarem-se todas, que era a minha ideia inicial, juntavam-se todas e faziam um plano, um plano de actividades comum, mas isso… tempos virão!

3ª - Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

R3: Penso que foi para aí há 4 anos, hà 4 anos, quando eu, quando eu iniciei… esta equipa iniciou o mandato e a principal razão era concentrar recursos e rentabilizar recursos e a ideia partiu…

Entrevistador: A ideia partiu de quem, digamos.

Partiu, eu penso, que eu já há muito tempo, já não me recordo, mas eu penso que partiu aqui da escola, portanto o projecto, o projecto educativo como eu entendo, não é o projecto educativo como provavelmente está, portanto, que evoluiu, que evoluiu o projecto que a câmara define provavelmente as actividades e depois as escolas enquadram-se.

4ª - Como presidente e representante de um Agrupamento de Escolas participou na construção e elaboração do PEL? E a escola que coordena, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu

essa participação? E enquanto cidadão ou professor participou individualmente?

R4: Muito pouco, muito pouco…
Entrevistador: Isso! Muito pouco!?
Muito pouco, sim, lembro-me que tivemos algumas reuniões, mas não…
Entrevistador: E a escola que coordena!? Participou enquanto representante, e a escola, a escola digamos, tem outras valências, às vezes podia ter alguns recursos…
Não, penso que não.
(Entrevistador: E enquanto cidadão ou professor, participaste individualmente?)
Não tenho tempo, o tempo, eu entro aqui quase todos os dias às 8 da manhã e saio, e saio por volta das 8 da noite, não há tempo. Sempre que posso, sempre que posso vou visitar as actividades, isso vou, portanto, penso que não há nenhuma actividade que se realize aí que eu, que eu não visite, onde esteja a escola estou em todas, mas organizar, organizar em si, não!

5ª – Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?

R5: Sim, eu sou membro convidado do concelho municipal da educação onde nós falamos destas questões, onde fazemos a avaliação e penso que o processo, a ideia que eu tenho é muito vaga, penso que está a… a adesão é cada vez maior, penso que é um processo, é um projecto que é capaz de avançar com alguma dinâmica.

6ª - Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?

R6: Sim, pelo núcleo educativo, portanto aquela equipa da educação, onde está a senhora vereadora… está aquela equipa toda.

Entrevistador: Houve algum canal privilegiado nesse sentido?

Canal de comunicação?

Entrevistador: Exactamente.

Nós trabalhamos muito por telefone, muito por telefone, por mails, agora ultimamente também por mails, um envia, outro envia, um dá uma ideia o outro manda o parecer, pronto, agora também é mais por mails, mas de princípio era mais por telefone. Olha, temos esta actividade como é que é? Ainda, ainda agora na sexta-feira, um destes dias me telefonaram, que no Dia Mundial da Criança, que é dia 1 vai aqui haver uma actividade em Santa Maria com um, com um lançamento de um livro e convidaram-nos, se a escola gostaria de participar, lá estamos e é assim que vamos fazendo as nossas actividades de colaboração com a autarquia. Ah! E aliás agora, agora é muito, agora é muito mais, agora tem de ser mesmo porque houve a transferência de competências a nível de pessoal docente, a nível de pessoal docente, pessoal não docente, não docente a… já pertence a autarquia, os pagamentos já são feitos pela autarquia, a autarquia é que vai, é que vai validar ou homologar as classificações do pessoal docente, portanto já tem muita, muita, muita competência. As instalações vão a caminho, depois de fazermos aqui as obras de requalificação da escola, vai tudo para eles também.

Entrevistador: No seu entender, o município chamou a comunidade para participar na construção do instrumento do Projecto Educativo Local?

Eu penso que sim, penso que sim, e havia muitas instituições por lá.

Entrevistador: Sabe que foi criado um fórum, na altura?

Se foi, também já foi há uns anos, não é? Se foi, não me dou conta…

7ª - A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados sugeriram a participação ou enviaram informação sobre o processo de formulação do PEL?

R7: Penso que a DREL não se mete nisto, acho que não.

8ª – Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?

R8: Eu acho que houve uma reunião pública de apresentação. Eu estive presente.

(Entrevistador: Não se lembra onde?)

Não sei se foi na, na sala de sessões, da Câmara, não sei se foi…

9ª - Há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas que coordena?

R9: Pois, se calhar falta dar esse passo, que era o meu passo inicial, falta dar, se calhar esse passo. Mas, um dia chegaremos lá.

10ª- O Agrupamento de Escolas que coordena tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o agrupamento tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?

Entrevistador: De que forma se tem revestido a cooperação?

R10: Já falei há bocadinho que temos, temos o protocolo a nível desportivo, os nossos alunos, a comunidade vem à escola ao Pavilhão Desportivo, os nossos alunos, por vezes podem ir ao Pavilhão dos Desportos, podem ir às piscinas, embora nas piscinas, às vezes, é mais complicado, participamos em uma série de actividades do Município, estou-me a lembrar, a Feira do Ambiente, que é agora para a semana… e depois são iniciativas, iniciativas locais e pontuais em que nós estamos presentes.

Entrevistador: Com certeza.

Entrevistador: Para além do Município o agrupamento tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?

Sim, portanto, a escola, a escola é uma escola, é uma escola aberta à comunidade, tem quase por lema este princípio e o Município trabalha com muitas entidades e nós além de trabalharmos também com o Município

também trabalhamos com elas ao mesmo tempo. Estou-me a lembrar aqui o centro de bem-estar … em que também é um parceiro, um parceiro da autarquia, um nosso parceiro, com um protocolo com mais de vinte anos. E o que é esta parceria? Tem muitas valências, mas a principal, a principal, eles têm nesta escola um espaço cedido pela escola se ocupação dos tempos livres onde um aluno, um aluno que saia às 4 da tarde pode frequentar este espaço, tem lá, tem grupos de música, computadores, teatro, fazem, nas interrupções lectivas também podem estar presentes, fazem viagens ou visitas, portanto, este é de facto, é o nosso parceiro mais importante, além, além naturalmente do CRIT, também, a outro nível, alunos com dificuldade de aprendizagem, também trabalhamos com eles e é outro parceiro também da, da autarquia. Mas depois também temos, temos o Hospital, temos o Centro de Saúde, temos a Protecção Civil, temos os Bombeiros, portanto, trabalhamos com eles todos e temos actividades com estas, com estas instituições todas.
Entrevistador: Muito bem.

11ª-Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?

R11: Sei, sei.

12ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R12: Pois, eu não, não sei muito sobre esta, sobre esta vertente das Cidades Educadoras. Eu lembro-me que nós tivemos aqui o ano passado um projecto, um projecto da Área-Escola do 12º Ano que trabalhou esta temática, portanto eles fizeram, fizeram um levantamento aí de, de algumas necessidades da autarquia, eles trabalharam muito próximo, muito próximo da, dos serviços de obras, de obras e Engenharia lá da autarquia e, sei que fizeram um projecto nesta área e tinha a ver com a requalificação do centro histórico, tinha a ver com esta temática. Mas não, não é o meu forte, seguramente.

13ª- Enquanto representante de um Agrupamento Escolar já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?

R13: Não.
Não, já fui convidado para um que se realizou, penso que, em Évora. E foi, foi, foi, em meu lugar, quem é que foi? Foi precisamente a coordenadora dessa área de projecto.

Entrevistador: E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
Não, não.

14ª- Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?

R14: Isso é uma pergunta, uma pergunta difícil, difícil, se calhar, eles poderiam responder melhor que eu, mas deve de ter as suas vantagens mas, agora não, não consigo responder.

15ª- Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?

R15: Eles têm, eles têm, têm, eles têm boas, boas estruturas e infra-estruturas, desde, desde o Palácio dos Desportos, as Piscinas, agora a Biblioteca que nós utilizamos, o auditório que têm lá é muito, muito bom. Temos o Virgínia também, onde nós fazemos os nossos espectáculos de grande dimensão, temos também…
Entrevistador: Que tipo de espectáculos é que fazem lá?
Vamos fazer agora, já fizemos, já, já fizemos lá uma peça de teatro este ano, vamos fazer agora dia 4, um Sábado, que é o culminar de todas as actividades do agrupamento, também o Museu, também é utilizado muito, normalmente

para os alunos do 12º ano porque tem lá uma vertente do português que trabalha lá nessas áreas do museu, são uma série de, uma série de serviços, além dos outros serviços, quer dos serviços culturais, serviços do básico que também agora é tudo feito também por eles, portanto, o serviço de transportes. A autarquia, a autarquia… é quase aqui o nosso ministério.

16ª- Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?

R16: Já ouvi falar, já ouvi falar, mas em pormenor não.

Entrevistador: Sabe que é constituída por princípios? Ah… Isto já está na base um pouco da opinião pessoal estas perguntas que vou colocar, além de serem todas uma opinião, uma evidência pessoal, estas digamos que é uma opinião individual. Temos falado muito em projecto educativo local, na sua importância, mas de facto, para si, já referenciou de início, mas assim, o que é um projecto, o que é que entende por projecto educativo local? Face à experiência que tem também…

R17: Um projecto é sempre um plano, um plano de intenções, um plano de intenções será um caminho, um caminho a percorrer no futuro, portanto, e o ideal seria integrar todos os projectos, os projectos que cada agrupamento tem, que cada escola tem num projecto mais vasto, que seria o projecto, o projecto do município, educativo do município. É assim que eu entendo a coisa.

Entrevistador: Falou aí que fez parte do, aliás faz, fez, não faz, do concelho municipal da educação. Qual foi o papel do concelho municipal da educação na construção do projecto educativo local? Que tipo de papel teve na construção? Digamos, o projecto tem várias fases…

Normalmente, normalmente a construção era feita em equipas mais reduzidas. Ao concelho ia só praticamente para aprovação, portanto não era, ele não era feito lá. Portanto havia as propostas feitas nos gabinetes ou feitas em equipas mais reduzidas em que eu não estive lá, e depois seria aprovado, e depois ia o parecer da câmara…

17ª-O que entende por um PEL?

Respondida atrás

18ª- Esta dinâmica do PEL contribui para a reformulação e enriquecimento do Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas que coordena?

R18: Portanto, estamos a dar os primeiros passos, mas espero que o futuro seja melhor.

19ª-Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?

R19: Não tenho verificado muito isso, não sei se é da crise, mas não, acho que não, acho que o cidadão está um bocadinho noutra. Acho que não se envolvem com a tomada de decisão e nós vemos aí quando se fazem reuniões deste tipo, com debates, aparecem são sempre os mesmos que lá estão. Penso que não há envolvimento, também não há, acho que também não há essa cultura. Não sei de quem é a culpa, se calhar é de todos, é seguramente de todos nós mas não, não vejo grande envolvimento.

Entrevistador: Tendo em conta que conhece assim superficialmente a, digamos a cidade educadora ou o concelho mas da sua experiência, e vou-lhe, relativamente à sua experiência queria, se possível, que comentasse esta afirmação:

20ª-Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

R20: Quero, hoje eu costumo dizer que hoje 50% do que fazemos é marketing ou mais e se calhar aqui, nos municípios, é muito mais de divulgação, promoção da própria cidade. Não estou a dizer, eu não estou a desvalorizar isto, pelo contrário, isto é importante, o marketing. As escolas também, as

escolas também têm de fazer marketing, eu faço marketing não é? Promovo-me, sei que tenho actividades que são puro marketing e, às vezes, sou criticado por isso. Dizem que a escola não tem que fazer, mas eu acho que tem, porque, porque uma escola também vive um bocadinho da imagem que tem, não é? E os municípios, os municípios também, por isso é que eu digo, comecei logo a entrevista a dizer que o projecto educativo municipal como eu o entendo penso que não é o indicado.

21ª-Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

R21: Teria que mudar e teria que ter um projecto educativo local ou municipal ou… se não tiver tem que ser feito, tem que ser feito no terreno por quem está no terreno, ou seja, pelas escolas se não, se não é marketing ou só marketing.
Entrevistador: **Então proporia, em termos da construção, alguma alteração?**
Nós temos que nos juntar, reunir com frequência, como nós fazemos, praticamente é esta sala que nós reunimos todos os meses os concelhos executivos aqui da região, e depois fazer a mesma coisa com um grupo mais restrito de (…). Tem sido difícil, as pessoas são diferentes, têm opiniões diferentes, há divergências… costuma-se dizer que santos da casa às vezes não fazem milagres e vamos andando assim…

Entrevistador: Da minha parte muito obrigado pela disponibilidade, por este bocadinho, por esta conversa, uma conversa informal, digamos, mas estou muito convencido que esta entrevista irá com certeza, do espírito crítico construtivo, digamos, valorizar o estudo em causa e é esse o objectivo desta entrevista.

Espero que sim, aliás eu… lamento, que eu não, em termos de conhecimento sobre a temática não é muito profundo, aliás é muito superficial…

Entrevistador: Muito Obrigado!

Questões	**Guião - Entrevista Nº 4** **(Presidente de uma IPSS- Centro Bem-Estar e Social)** *É garantida a confidencialidade*
	Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço Quantos anos tem de experiência neste cargo? Teve outros cargos ou experiências?
	Tema/Bloco B - 1º Objectivo
1ª	Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?
2ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Instituição que representa já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
3ª	Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
4ª	Como representante desta instituição participou na construção e elaboração do PEL? E a Instituição que representa, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?
5ª	Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?
6ª	Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?
7ª	Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
8ª	Há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Anual de actividades da instituição que coordena?

9ª	O Centro de Bem-Estar e Social tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o Centro de Bem-Estar e Social tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
10ª	Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?
11ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
12ª	Enquanto representante do Centro de Bem-Estar e Social já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
13ª	Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
14ª	Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
15ª	Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?
16ª	O que entende por um PEL?
17ª	Esta dinâmica do PEL contribui para a reformulação e enriquecimento do Plano Anual de Actividades da IPSS?
18ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
19ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
20ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

Entrevista Nº4

(Presidente de uma IPSS – Centro Bem-Estar e Social)

Entrevistador: Antes de mais eu agradeço a sua disponibilidade para esta entrevista, é um prazer conhecê-la, também, pessoalmente e perguntava-lhe:

Qual é a sua área de formação profissional?

Administrativa, área administrativa, sim, trabalhei 38 anos na empresa, que é a companhia de fiação e tecidos de (…), trabalhei lá 38 anos, onde trabalhou muita gente aqui, centenária administrativa, com várias funções, a ultima das quais foi exportações e transportes, portanto, do que tinha a ver com o exterior, era muito nesse nível.

Quantos anos tem de serviço?

Quantos anos tem de experiência neste cargo?

Aqui… eu estou aqui desde o princípio, sou fundadora, faço parte dos fundadores. Estava muito nova ainda, tinha 30 anos, nem sei se já tinha trinta anos, eu nem sei bem a idade porque nós estamos com 29 anos de existência mas tivemos um percurso anterior a isto, não é? Ah… de alguma maneira… desculpe eu disse 39 mas eu agora aqui, tenho de corrigir 29! Porque me lembrei de uma outra questão que não podia ser 39. Nós, após o 25 de Abril, este mundo espirrou, toda a gente queria fazer alguma coisa, vocês não são bem dessa… são um bocadinho posteriores a isso mas, de facto, estava tudo parado a nível nacional, nós em Torres Novas tínhamos o Jardim Escola João de Deus, que era só mais ou menos direccionado para uma classe mais favorecida. Não havia nada, nada, havia o Abrigo do Menino Jesus, a esses para uma classe muito desfavorecida e o João de Deus para a classe mais favorecida, não havia mais nada ao nível do pré-escolar e o nosso objectivo foi arranjar uma estrutura para o pré-escolar. Na altura tinha filhos pequenos, nunca usufruíram disto porque estas coisas levam muitos anos, nunca usufruíram, aliás, os meus filhos tiveram que andar no Jardim Escola, porque não havia outra coisa, que fechava às quatro horas e eu pagava um suplemento para poder ir buscá-los às 6, porque só saía às 6, o meu marido também saía às 6, saía mais cedo mas de alguma maneira também não conseguia estar lá à hora do fecho e então… portanto o objectivo de uma

comissão que se organizou, após o 25 de Abril as pessoas organizavam-se, muita gente em comissões de moradores e foi o caso. Da comissão de moradores que depois fez aí uma serie de melhorias, saneamento básico, numeração das casas, enfim algumas coisas, inclusive esta escolas que aqui está, esta escola aqui, que também só havia uma no meio da cidade, que é a escola, penso eu que se chama Escola de S. João, penso eu, que lhe cedeu o espaço, em frente à Maria Lamas, só havia essa. Esta zona daqui é uma zona nova, é uma zona mais nova, uma zona com umas faixas etárias também mais novas e portanto com muita gente, tem emergido muita gente nova, não é? E então sentiu-se necessidade também. Depois desta escola estar feita, que começou, funcionou ainda onde é hoje a GNR, que é a escola Vassalo, o edifício Vassalo a comissão de moradores continuou o seu trabalho mas de uma forma diferente. Ela não se dividiu, não houve nenhuma decisão da comissão de moradores, uma parte enveredou para a parte desportiva e a outra parte para a parte social, portanto, sendo irmãos. Ainda hoje temos uma estreita colaboração entre nós. A parte desportiva é a zona alta desportiva que toda a gente aqui na cidade conhece, não é? Tem toda, enfim, um percurso muito interessante. A nossa é a parte social, portanto, isto assim traços largos, não é?

Teve outros cargos ou experiências?

Na minha vida? Na minha vida fiz muita coisa. Fiz sempre muita coisa. Sou mãe de 3 filhos e portanto, tenho-me dedicado ao meu marido, aos meus filhos, hoje aos meus netos também, hoje tenho 6 netos porque cada um dos meus três filhos tem 2 filhos pequeninos, que vou buscar daqui a um bocadinho. E de facto fiz, fiz parte de, enfim, ao longo da vida, da comissão de trabalhadores, de higiene e segurança no trabalho, do movimento de trabalhadores cristãos que ainda hoje tem uma expressão a nível nacional e tem dado muitos contributos à sociedade, pronto! É um bocado assim…

1ª - Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?

R1: Nós sabemos que há um projecto educativo e cada um faz o seu trabalho, não é!? A autarquia tem os seus projectos educativos e nós temos o nosso,

portanto, portanto a nossa função. Nós, nós começámos, a… não sei se quer um bocadinho só assim muito em traços largos até onde chegámos, quer dizer, quando começámos e até ao ponto…

Entrevistador: Se calhar vamos tentar responder às questões, porque são ainda algumas e depois nalgumas perguntas seguintes podem vir essas questões…

Conhece-o? Alguma vez contactou com o projecto educativo local?

Nós conhecemo-lo e eu não estou assim muito interessada em o aprofundar e digo-lhe já porquê, porque o projecto educativo de hoje, às vezes já não é o de amanhã e o de ontem não é o de hoje, e portanto, nós temos o nosso trabalho específico que é, enquanto comissão que temos de desenvolver e de minimizar os problemas da comunidade, desenvolver esta comunidade, humanizar a cidade! É, a nossa missão passa um bocado por aqui e, portanto nessa perspectiva o que é que nós pretendemos? A nível da… e agora não ia para a primeira coisa que tivemos, porque o que tem mais a ver com o projecto educativo existente é o ATL. Os nossos ATL, e nós temos 120 meninos, 130 meninos em ATL e depois temos ainda mais uns 150 em centro de ocupação juvenil, portanto temos aqui uma série de… mas isto não colide com o projecto educativo, porque isto aqui, também não colide com as extra-curriculares, isto colide com o acompanhamento, com o ajudar a crescer, com o desenvolvimento das crianças, com o prestar um serviço aos pais que podem estar em casa descansados, e eu sei o que é isso, com 3 filhos que tinha era um grande dilema eram as férias, os prolongamento, eu estava sempre ansiosa, os meus filhos iam para colónias de férias do banco, o meu marido é bancário, e os meus filhos iam sempre para as colónias de férias do banco, eram 15 dias, que eu estava descansada nas férias, enquanto eles lá estavam, porque à medida que vão crescendo os avós já não chegam e não havia nada, não é!? Não havia nada, hoje os nossos, os nossos, a nossa comunidade de (…), para quem nós trabalhamos e para quem nós existimos, esta comunidade tem, tem aqui esta instituição que lhes dá sempre uma resposta desde os 0 anos aos 100.

Entrevistador: Mas, mas, pronto, a Senhora Manuela disse-me que conhecia o projecto educativo local, contactou-o…

Não estou muito por dentro dele, porque sei que há aí uns centros de estudo em vias de serem implementados, mas…

Entrevistador: **Os centros escolares, é isso?**

Os centros escolares, pois, é isso.

Entrevistador: Isso é ao nível da carta educativa!?

Sim, que é um até ali em cima na… como é que se chama aquilo? Bem, também não interessa o local, bem, logo ali acima do colégio Santa Maria, pronto, os Negréus… está previsto para aí um, mas nós vamos fazendo o nosso trabalho, claro que obviamente a partir destas alterações que foram, enfim, implementadas com, nestes últimos tempos, a nível do ministério da educação, nós temos mais alguns cuidados no investimento que tínhamos ao nível do ATL porque de repente os pais também, a segurança social vai-nos retirando o tapete, os pais cada vez também têm menos dinheiro e também têm que o reservar um bocado para as universidades, para outro patamar em que os filhos já estejam e também têm algumas dificuldades e então não estamos a investir tanto como já investimos.

2ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Instituição que representa já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R2: Não! Temos coisas em comum, há parcerias que são muito importantes mas cada um tem os seus projectos.

Entrevistador: **E que parceria é que tem com a…**

Por exemplo, olhe, ao nível da Feira do Ambiente. Temos uma parceria com a câmara Municipal de Torres Novas, vai agora haver uma Feira do Ambiente um dia destes, como pode calcular não sei as coisas em pormenor, nós temos oitenta e tal funcionários e eu tenho uma ideia de tudo o que se passa nesta instituição mas temos 7 directores técnicos que eles, sim, coordenam as suas valências e que reúnem de vez em quando, aqui com a direcção.

Entrevistador: Mas há essa parceria com a Câmara?

Agora esta parceria com a câmara, que nós estamos, fomos galardoados com a bandeira verde do ambiente, com um projecto que temos ao nível do

ambiente, ao nível da Cresce e Jardim de Infância e isso é em parceria com a câmara, aliás, a ideia inicial até foi nossa, depois a câmara tomou-a, tomou-a sua e também a desenvolve.

Entrevistador: Isso está contemplado no projecto educativo da câmara?

E… pois, portanto, quer dizer, eu não… para mim tanto se me faz que diga um que diga que é seu como o outro, o importante é que as coisas se façam, o resto não interessa. A ideia inicial foi nossa, como foi nossa uma Feira do Ambiente que depois a câmara também, uma Feira do Ambiente não, uma Feira Medieval que fizemos também. Também a câmara foi parceira connosco e essas parcerias são muito importantes porque estas coisas envolvem muita, muitos recursos humanos, e também bastantes dinheiros que nós não temos para este tipo de, de, de actuações, não é?

3ª - Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

R3: Eu penso que foi agora a partir… bom, primeiro que nada, também não, quer dizer, não, eu não faço nem me tenho empenhado muito em saber. Está aqui esta escola, esta escola ainda ajudei, ainda me lembro no dia em que ela foi inaugurada, trazer assim uma grande coisa de rissóis que mandei fazer para aqui para a festa, porque, portanto, também já foi hà uns tempos, mas pronto era a festa da inauguração da escola, nem me lembro de mais nada, só me lembro de trazer o tal, esse prato grande de rissóis e de os ir buscar a casa da senhora que os fez, que morreu um dia destes e é disso que me estou a lembrar…

Entrevistador: Já era idosa?

Mas isto já foi hà 30 anos e portanto, nessa altura a…

Entrevistador: Há 30 anos que trouxe o…

Os tais rissóis para a inauguração da escola.

Entrevistador: Desta escola, desta escola…

Trinta anos, grosso modo, não sei exactamente, mas é por dizer que agora, a partir daí, a partir daí nós, a comissão de moradores extinguiu-se e a escola seguiu o seu caminho através do ministério da educação, nós não tivemos

mais nada a ver com isso. Na altura houve, tivemos, sim senhor, até a selecção de professores ainda houve qualquer coisa à qual eu não tive muita ligada mas a partir daí não. Agora, neste momento, de facto o pelouro da educação de vez em quando tem qualquer coisa que também tem a ver connosco e chama-nos através das técnicas, já lá tenho ido, mas é raro, vai a técnica da, que tenha mais a ver com esse tipo de questão colocada e para haver alguma ligação também a esse nível, aliás, nós até mesmo o próprio, como é que se chama agora o… o enquadramento, não é enquadramento, bom, o nome não interessa já me veio o tema. Nós temos aqui emprestadas à câmara, emprestadas mesmo, 3 salas de aulas, como este espaço aqui não comporta todos os meninos, porque a zona, a explosão demográfica aqui desta zona foi tremenda…

Entrevistador: Tem um protocolo, digamos assim.

Temos um protocolo temos, é um protocolo só daquilo que cada um se compromete, nós emprestamos mediante, temos aqui uma funcionária que lhes dá apoio, a funcionária é nossa, e fizemos questão de ser nossa porque o espaço é nosso e temos aqui… e funcionária essa que a câmara paga, paga o vencimento dessa funcionaria, paga-nos a nós em jeito de subsidio mas não é subsidio nenhum, é mesmo para a funcionária que está ao serviço deles.

4ª - Como representante desta instituição participou na construção e elaboração do PEL? E a Instituição que representa, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?

R4: Não, não, não, não, nem as IPSS penso que foram chamadas, penso que nenhuma IPSS foi chamada a esse nível. Nós já temos muitas reuniões, mas é muito no sentido de quê? É, por exemplo, estou-me a lembrar de uma que eu lá fui até, e depois disso já aconteceram outras, ás quais eu não fui, e em princípio não vou, vai a respectiva directora técnica que tem a ver com esse ramo. Mas a esta que fui, qual era um bocado o objectivo? Era tentar que a nível da câmara as AEC's funcionassem a partir das 3 horas e não assim salpicadas como acontecem e porquê? Porque nós temos muitos pais que não querem que os miúdos frequentem e estejam lá, uns porque não querem,

enquanto vão à natação ficam a olhar para as moscas e preferiam que eles estivessem aqui, outros porque enquanto vão… preferem que aqui estejam porque aqui têm, enfim, um atendimento e um acolhimento mais personalizado e as pessoas preferem pagar e tê-los aqui. Isto, nós temos 120 meninos a almoçar aqui connosco todos os dias, é certo que temos apoio da segurança social, porque a câmara não consegue dar comida aqui a esses 120 meninos. No dia em que conseguir, esse apoio em princípio vai-nos ser retirado e depois os pais que queiram que eles aqui comam têm que pagar um bocadinho mais do que estão a pagar por esse efeito.

Entrevistador: Então quer dizer que essa técnica, foi por essa questão particular das AEC's? Foi, foi… foram mais coisas que foram faladas mas aquilo que foi debatido foi isto e que a vereadora da educação com a qual eu tenho bastante ligação e amizade e tudo, mas não cedeu porque, porque o concelho é muito grande, os carros têm que andar a trazer um, a trazer outro, a trazer outro e pronto, vão fazendo o possível mas os pais quando podem escolher um bocadinho mais do que o possível preferem que eles estejam aqui. Nós também temos piscinas, também temos tudo isso e portanto… claro, podíamos ter investido, aí sim, eu penso que talvez se queira referir a algumas IPSS que entraram no contacto com as câmaras e se candidataram a fazer, elas IPSS, algumas vertentes das AEC's. Isso aconteceu, isso acontece com algumas das nossas, nós não quisemos fazer isso. Não, não enveredámos por aí porque de um momento para o outro…

Entrevistador: Sabe que as AEC's fazem só parte, uma parte do projecto educativo local? Ao cumprimento e àquilo que é mais recente…

Entrevistador: O projecto, digamos que é mais alargado. Obviamente! Não, mas nós não entrámos, não, não, não, não, nós mantemos a nossa vertente, a nossa vertente é mais a da solidariedade e obviamente que também temos, temos o pré-escolar, e portanto, também tem a ver com a educação, mas tirando o pré-escolar mesmo tudo o resto tem mais um carácter social, lúdico, educativo enfim, mas não tanto na vertente da educação

5ª – Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?

R5: Não, não, não. Olha, se houve esse tipo de reuniões eu não estive nelas. Como digo quando há coisas desse género são as técnicas que vão, porque nós também não temos tempo para tudo. **Entrevistador: Mas também não teve conhecimento disso?** Mas, é assim, propriamente para a elaboração das coisas eu penso que não, porque como lhe digo, nessa reunião estiveram várias instituições e o objectivo fundamental e a petição forte, concretamente Riachos, que eu assisti a isso, porquê? Porque Riachos tinha um ATL a funcionar e estava a ver que tinha de mandar pessoal embora e tudo, porque, porque é muito complicado. Quer queiramos, nós não temos, para nós está tudo muito facilitado porque a escola, abre-se o portão e no nosso interior entra toda a gente para aqui, mas quem tenha as escolas noutros locais as coisas já não são assim. Nós próprios, se amanhã, o centro escolar for ali para os Negréus teremos outra realidade que não sei qual é, mas seguramente não é igual a esta.

6ª - Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?

R6: Não, não, não, não!

Entrevistador: Conheceu algum canal de informação? Isto é, algum canal de informação que fosse construído com esse propósito? (interrupção) Não tenho conhecimento, se houve, não estou a dizer que não houve, mas se houve passou-nos ao lado. Eu não tive conhecimento, embora como lhe digo, de vez em quando ao nível da educação, há um chamamento às instituições.

Entrevistador: Sabe que foi criado um fórum, na altura? Um fórum que esteve no site? Não, não entramos muito por aí, e aqui na direcção temos quatro professores, mas não falámos nunca nisso. É verdade!

Entrevistador: Tem conhecimento do concelho municipal da educação? Que existe um concelho municipal de educação? Pois, um concelho municipal de educação, como digo, nós aqui a nossa relação é muito com a vereadora da educação e pronto, que é a (…), não sei se conhece, a Drª (…), pronto, é com ela, quando temos alguma coisa é com ela, é só com ela. Agora se ela representa esse concelho isso não sei.

Entrevistador: Não há ninguém da vossa instituição representada nesse concelho municipal? Temos, temos… **Entrevistador: No concelho municipal de educação?** Eu posso perguntar se ela está no concelho municipal de educação porque nós realmente atribuímos a uma das nossas técnicas a representatividade no próprio concelho, agora não sei… (foi perguntar)

Entrevistador: Então no concelho municipal de educação, há pouco disse-me que não tinha ninguém representado mas penso que… não de facto, á que corrigir isso, nós temos uma funcionária que é a directora técnica da creche e jardim de infância que representa a instituição nesse concelho.

Entrevistador: Aqui no Centro comunitário têm um plano de actividades? Um plano anual? Cada valência tem o seu plano anual de actividades.

7ª Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?

Nota: *Não fez sentido colocar-se esta questão do guião.*

8ª - Esse plano anual de actividades no seu entender tem alguma articulação com o projecto educativo local? Articula-se com ele?

R8: Não é o objectivo. **(Entrevistador: Se se articula com os programas e as acções e as actividades que eles desenvolvem.)** Eu não me parece que seja esse o objectivo, o objectivo é fazer do nosso próprio projecto, com as nossas capacidades, com os tempos que temos, obviamente que tem de ter em vista as férias, a… os tempos, as festas e os tempos pós as cinco e meia

da tarde que é quando acabam as aulas, não é? E então é de acordo com os tempos que há, de acordo com as faixas etárias a que correspondem, e portanto, tem a ver com isso, não tem propriamente a ver porque isto aqui, nós aqui não é um centro de estudos. Também fazem aqui, uma vez ou duas por semana fazem os trabalhitos escolares mas tendemos sempre que os pais percebam que… **Entrevistador: Mas há pouco disse-me que participavam na feira do ambiente, então esse projecto vosso articula-se com o município nesse sentido. Aí há uma articulação entre uma actividade vossa e o município. Existe mais, além dessa?** Não, houve a feira medieval que também foi um projecto nosso e que depois… nós fazemos os nossos projectos e depois quando entendemos que eles têm que ter num âmbito mais alargado ou que a câmara também pode dar a mão, portanto, darão naturalmente, portanto esta feira do ambiente é uma parceria com a câmara, com a GNR, portanto, há várias entidades que se envolvem nisso, não é? E aí fazemos, mas em principio os nossos projectos estão de acordo com as nossas, com os nossos tempos.

Entrevistador: Já me disse que eram parceiros do município neste tipo de actividades, na feira do ambiente, na festa medieval… para além da IPSS conhece outros parceiros que tenham participado também com o município nesse tipo de iniciativas? Não, não sei, não tenho visto muitos. Não tenho, temos sido mais nós a este nível, outros se calhar estarão a outros que eu não estou tão por dentro, não é? Mas nós, da nossa parte, tem sido a IPSS que tem feito mais este tipo de colaboração.

9ª O Centro de Bem-Estar e Social tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o Centro de Bem-Estar e Social tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?

Nota: *Não fez sentido colocar-se esta questão do guião, pois a entrevistada já tinha abordado esta questão anteriormente.*

10ª Sabe que esta cidade, que o município de (…), o município (…) pertence a um movimento internacional das cidades educadoras (AICE)?

R10: As cidades educativas, acho que é assim! **(Entrevistador: Educadoras! Educativas e educadoras é dentro do mesmo âmbito. Sabe alguma coisa?)** Sei, sei, não, não, não lhe sei dizer muito, mas sei que faz parte, às vezes ouve-se nos discursos, nas coisas aí camarárias e por acaso tenho aqui uma directora, aqui também da instituição, que ela escreveu uma coisa também a esse respeito, não tenho agora aqui, e é por isso que estou, mas de resto também não sei. Não estamos por dentro de mais nada.

11ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R11: Nunca foi objecto da nossa atenção, pronto, não foi mesmo! De alguma maneira acho que tem de haver porque tem de ter um projecto vocacionado para aquilo e as outras não terão. Isso é o que eu penso assim, agora só perguntar, mas de resto nunca foi o nosso objectivo.

12ª- Enquanto representante desta IPSS já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?

R12: Por acaso aqui não, em "Município XXI" não, nós também somos bombardeados com tantos convites tantas inaugurações, tantas coisas, que de vez em quando falhamos a muitas delas. Temos agora uma no sábado que não vai ninguém, pronto, quer dizer, é sempre, há muita coisa que tem de ficar de lado porque de facto há um bombardeamento que é uma coisa terrível.

13ª Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
Nota: *A questão 13ª do guião não foi colocada.*

14ª- Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?

R14: Olhe, há, há colaborações, há participações com as instituições existentes, por exemplo, no nosso caso, nós fazemos muitas saídas, temos gente de todas as faixas etárias, e sempre que há possibilidades de pedir o carro ao município temos essa facilidade e é-nos facultado essa possibilidade de termos o carro, fica mais barato, temos um centro de convívio com mais de 100 pessoas, que corresponde a pessoas com uma faixa etária mais avançada, mas pessoas completamente, por acaso a maioria são professores porque são os que se reformam mais cedo e têm mais tempo para vir, mas não são só professores, há muita gente que também aqui vem e têm aqui instrumentos onde ocupam os tempos livres, o nome da valência é mesmo "Ocupação de Tempos Livres" mas é um centro de convívio, é uma forma de conviver. No sábado, por exemplo, vão ao Freeport. Eu sei que outras também têm, nestas pessoas que fazem parte deste convívio, que vêm aqui para a pintura, para a informática, para a natação, para a dança, para uma série de coisas**. Entrevistador: Quer dizer, vocês usam-se do autocarro, e usam-se de outros espaços que a câmara tenha? De outras infra-estruturas?** Também. Também pedimos quando é necessário, fizemos uma exposição de árvores feitas com material reciclado que os pais dos meninos fizeram, fizemos na Biblioteca Gustavo Lopes, agora um dia destes. Esteve lá em exposição esse trabalho feito pelos pais, também incluído no tal ano do ambiente. Estão agora a ocorrer-me estas, mas pronto, há outro tipo de apoios que sempre que é necessário e haja possibilidade nós pedimos à câmara e a câmara, nós habitualmente, uma vez por ano, fazemos uma actividade que se chama "O Pátio do Traquinas". É uma actividade que antecipa o início do ATL, é para meninos assim já crescido, pronto, para crianças de ATL, antecipa o ano do ATL mas é aberto a toda a comunidade. **Entrevistador: É realizado em que sítio?** É normalmente, o ano passado foi no Jardim das Rosas. **Entrevistador: E é aberto a toda a comunidade?** É aberto a toda a comunidade, e é a festa da pequenada cá do sítio, portanto é uma actividade que custa muito em termos de humanos, não é? Portanto, há muito investimento humano, muitos recursos humanos que são altamente necessários para pôr aquilo a funcionar

mas depois em termos de verbas, de uma maneira geral, a câmara apoia, põe lá umas tasquinhas, põe lá umas, uns… enfim, a base, alguma logística também. A junta de freguesia também colabora e nós acabamos por conseguir fazer uma festa para a comunidade. Temos uma empresa que é a empresa "Aventur" põe lá os insufláveis para os miúdos, aquilo é tudo gratuito, e portanto está ali, passa por ali uns milhares de crianças. Pronto, é a festa da pequenada, no princípio de Setembro, todos os anos isso acontece. Lá temos mais uma vez a ajuda e a participação da câmara nessas coisas. Depois também temos, posso-lhe dizer, que relativamente aqui a um edifício novo que estamos a fazer que foi a ampliação da creche tivemos, a câmara tem colaborado bastante connosco, como o GAT, que nos fez o projecto, mas pronto, ainda esteve num estudo prévio e ainda avançou com o projecto, depois foi a câmara que nos facilitou também com a presença de um fiscal para fiscalizar a obra em vez de estarmos a pagar, portanto, temos, enfim, este tipo de apoios, afinal trabalhamos todas para a comunidade e é importante que eles existam, não é?

15ª Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?

Nota: *A questão 15ª do guião não foi colocada.*

16ª- Na sua experiência, o que entende por um PEL? O que é para si um PEL, um projecto educativo de cidade, municipal, local?

R16: Olhe, eu não sei, já disse ainda há bocado que nunca tinha sido objecto aqui da nossa conversa. Se calhar as pessoas que fazem parte desta dimensão e que estão no ensino, teriam alguma resposta provavelmente diferente da minha. O projecto educativo local a… eu posso-lhe dizer que nós, nunca foi muito objecto das nossas… nós temos preocupações neste momento aqui e agora e hoje, aqui ao nível da instituição com, pronto.

Entrevistador: Vocês têm algum documento aqui na instituição que junte todas as vossas actividades, das várias valências? Um documento que use, como disse eles estão cada um nos seus sectores, mas na

instituição tem algum documento que aglutine todas as actividades, tipo um projecto anual? Não, não porque isso são coisas muito distintas, percebe? Cada valência, a valência, aquilo que é programado para a creche e para o jardim não tem nada a ver com o que é programado para o apoio domiciliário, tá a ver? Portanto, nós, agora no jornal, aqui no jornal está tudo reflectido e aqui no jornal cada valência falou. Aliás, fazemos essa questão, também este ano tem-se conseguido que ao nível da comunicação social apareça.

Entrevistador: Mas quando entrei ali na instituição vi um organograma muito bem, muito bem feito da vossa organização, da vossa IPSS, e está especificado, e muito bem, os sectores que têm e que funcionam e depois cada sector tem o seu plano de actividades? Exactamente! **Entrevistador: Mas eventualmente até poderia haver um, de uma forma mais simples que mostrasse o trabalho de todos.** Não, isso é a direcção depois em si que está acima do trabalho de toda a gente e que tem uma noção de tudo aquilo que cada um faz. Uma noção, não entra em profundidade, cada um depois, um pormenor agora, muito assente de uma questão específica.

Entrevistador: Então e depois conseguem avaliar? Fazer a análise do todo? Conseguimos, conseguimos, porque nós habitualmente, os representantes de cada valência, vêm à direcção com muita frequência. Eles próprios pedem para vir, mas se não pedem a direcção também quer que eles venham para dar conta daquilo que acontece na sua valência e de três em três meses nós juntamos todas as valências aqui à volta desta mesa para em conjunto, haver uma inter, haver alguma interligação entre eles, haver também inter-ajuda, também algumas parcerias para se encontrar aqui também a forma de um maior encruzamento, entre as próprias, para cada uma esteja na sua "capelinha", não é? É fundamental que isso não aconteça e se nós nos descuidamos isso acontece. A experiência diz-nos isso, portanto, de vez em quando fazemos isso. Ultimamente com um bocadinho menos de severidade porque estava estipulado três reuniões por mês, por ano, com todos. Fazemos a nível de todos os órgãos sociais, uma vez por mês, à primeira quarta-feira do mês almoçamos todos juntos aqui na instituição, porque não há uma razão forte às vezes para chamar a assembleia geral ou o conselho fiscal, não há nada de especial, e se não fizermos isto chegamos à conclusão que trabalhamos uma vez por ano, duas vezes por ano, que é no orçamento e é no

relatório. O relatório de contas. O orçamento em Novembro e o Relatório de contas em Março e portanto estas são as duas assembleias-gerais, tirando isto não há, não há contacto intimo assim com alguma assiduidade. E assim, uma vez por mês, à primeira quarta-feira do mês, pode não ser a assembleia-geral toda, pode ser o senhor presidente e o presidente do conselho fiscal. Por vezes vem, também alguns elementos desses órgãos mas pelo menos dois presidentes, o presidente da assembleia geral e o presidente do conselho fiscal, esses vêm sempre, e a direcção e os directores técnicos das valências, porque houve um tempo que ninguém sabia sequer quem era… quer dizer, esta divisão tinha corpos sociais para alem da direcção e assim, portanto, ou seja, estão os trabalhadores, todos representados no seu director técnico. Portanto, fazemos, é a forma de envolver todos na mesma dinâmica, nos mesmos objectivos, nas mesmas preocupações e nas mesmas vitorias…

18ª- Sendo uma pessoa muito vivida nestas lides para a comunidade e no trabalho, com certeza, nestas suas vivências, e na sua opinião, tem-se sentido ou assiste-se hoje a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e tomadas de decisão, de uma forma geral? Não nesta instituição, de uma forma geral na sociedade.

R18: Eu sinto que de uma forma geral a sociedade está sempre à espera que alguém lhes faça as coisas e pensa que há-de aparecer alguém que faça tudo aquilo que há para fazer, concretamente aqui no nosso caso e vou-lhe dizer o que acontece, só um pequenino apontamento. Como lhe disse com os três filhos que tenho senti na pele a dificuldade de os colocar, felizmente, tenho três filhos maravilhosos, pronto, todos tiveram e têm um percurso de vida enfim, que eu considero muito bom, e portanto, enfim, pessoas em quem eu me orgulho, homens e mulheres que enfim, também estão na comunidade e também fazem alguma coisa. O meu filho também já fez aqui muito trabalho de voluntariado nesta instituição, começou aos 19 anos a fazer algum voluntariado, começou precisamente a ir a Espanha acompanhar um grupo de miúdos mais novos, ele tinha 19, os outros tinham 13, 14 e 15, em voluntariado a acompanhar a técnica que tinha dificuldade em ir sozinha, como ele é animador nato foi precisamente ajudar nesse trabalho. Mas sinto, e o que eu ia

a contar, nós no ano passado, em Agosto, a nossa instituição fecha em Agosto menos para os idosos, que para esses não podemos fechar, temos que estar sempre, é continuo porque eles não têm para onde ir, as outros os pais têm férias em Agosto porque é muito mais fácil para nós, fecha, limpa-se a manutenção actua e em Setembro abre em força até Julho outra vez e tudo. Mas abrimos aqui, como tínhamos que ter cozinha aberta para o ATL, para os idosos, então abrimos para jovens e também abrimos para o exterior. E o que é que acontece? As pessoas vieram, uns refilar porque depois meteram cá o menino quinze dias mas o menino faltou dois dias e queria o desconto dos dois dias na comida e queria o desconto de não sei quê, não sei quê, não sei quê… nós fizemos contas e é com muita pena minha que isto acabou porque acho que era um bom serviço que prestávamos à comunidade, mas fazendo contas aquilo só dava para pagar aos técnicos que estavam com eles, que depois havia uma desarticulação durante o ano porque aquela como trabalhou naquela altura depois tinha que gozar férias noutra e este ano não vamos fazer. As pessoas estão aflitas este ano, porque já se habituaram a um serviço que nós prestávamos e que agora não vamos prestar. Mas de facto respeitando as reclamações e saber, não estamos agora para estar a contar o conto a cada um deles, a todos eles, mas saber que aquilo só dava para pagar os técnicos e nos dá uma "desestabilidade" ao serviço de todo o tamanho, não compensa. É só um pequeno exemplo daquilo que as pessoas não se apercebem. Temos o EPA que é uma valência para os meninos do ciclo, do antigo ciclo, que agora se chama segundo ciclo do ensino básico, que é agora o 5º e 6º ano, temos uma valência que se chama o EPA. O EPA quer dizer "É pura animação", foram eles que puseram o nome. Temos trinta meninos no EPA e já temos… **Entrevistador: E onde é que funciona o EPA?** Aqui nesta instituição, lá em baixo na cave porque eles não querem estar aqui no segundo andar porque se misturam com os miúdos e eles já não são muito miúdos e já não se querem misturar**. Entrevistador: E eu ouvi falar que tinham também uma parceria com a escola secundária?** Temos, temos lá uma sala que é o COJ - centro de ocupação juvenil, aí é centro de ocupação juvenil, jamais, portanto, sem já esta, este, eles já têm muito mais liberdade, entram e saem naquele espaço, temos lá dois técnicos da dimensão social que estão ali, que têm um projecto, têm um programa, têm férias desportivas, têm uma série de

coisas, olhe por exemplo, estes desenhosinhos ali!... **Entrevistador: Quer dizer, para alem da parceria com o município, também tem uma parceria com a escola secundária?** Temos um protocolo com a Escola Artur Gonçalves, temos à muitos anos, aqueles desenhosinhos ali, aquelas pinturas, os nossos meninos lá também as fazem. Temos lá uma técnica que faz lá com eles, portanto, há pintura, há informática, há xadrez, há uma série de coisas onde as crianças ou as não tanto, mas quando começámos eram aqueles tempos em que haviam os clubes. Há uma criança que chega ali às oito horas e só tem aulas às dez, portanto, tem ali aquelas duas horas e portanto há sempre ali alguém que está com ele, ali um adulto que pode estar com ele e o pode ajudar e, não sendo um professor, também há confidencias e uma certa aproximação diferente que também se tem mostrado muito útil. **Entrevistador: E o EPA, disse que era?** O EPA é só para os mais, para aqueles que saem do ATL, porque quando saírem do ATL e vão lá para o COJ, mas os pais no COJ não os sentem, não estão tão protegidos, portanto, têm aqueles tempos, entram, vão quando querem, aqui não, no EPA sabem os horários em que eles aqui têm que estar, almoçam cá ou não, consoante os pais o entendem, estão cá aqueles tempos e se não estiverem, o coordenador entra em contacto com os pais "o menino hoje não veio", ou o pai "o menino hoje não vai". Portanto aqui há uma atenção especial porque têm alguns dez aninhos e onze anos e os pais pediram-nos. Claro que depois aos doze já não querem aqui estar e mesmo assim querem estar na cave porque aqui no segundo andar estão os pequeninos que são os dos dez anos, e como eles já têm onze já não querem estar ao pé dos dez anos. **Entrevistador: E eles lá no EPA quais são as actividades?** No EPA também têm um projecto, também têm um projecto, temos até, é uma psicóloga que trabalha com eles, mas eu fui até buscar… Tem, tem um programa muito interessante, aliás, se não tivesse eles não estavam cá porque nestas idades só estão porque querem mesmo, porque os pais já não têm, já não os obrigam, os pequeninos da creche é que têm de lá ficar, estes já não ficam, só ficam mesmo porque gostam. Têm projectos ali muito interessantes ao nível do EPA. E eu estava-lhe a dizer porque o EPA no primeiro ano funcionou com dez meninos, quando começou, pagavam 40 euros cada um, quarenta euros é muito pouco mas eles estão na escola, só vêm para aqui à quarta-feira têm a parte da tarde livre e pouco mais, e eu falando até

com uma pessoa que até é de recursos humanos duma empresa grande aqui na zona e ele dizia-me assim " ai que extraordinária que é aquela rapariga, ela está sempre a aprender, é de uma dinâmica, é extraordinária…", dizendo bem da técnica que lá está, porque nós sabemos bem que a temos e eu dizia "pois é, ela é de facto, fora de série, mas agora vais pensar numa coisa, estão lá dez meninos, pagam quarenta euros, quatrocentos euros por mês…", "Epá, nunca tinha pensado nisso!", "Pois é…" E é de recursos humanos. Mas para dizer que de facto, isto para responder, que nem sempre as pessoas se apercebem dos encargos. Claro que nós temos muitas valências, e as pessoas depois dão um apoio aqui, dão um apoio acolá, e não se pode dizer que aquela pessoas está a cem por cento naquela valência porque depois também tem uma outra componente noutra mas também são coisas até difíceis de gerir! Tudo o que é COJ e ATL é difícil de gerir. Mas falando da comunidade como estava realmente a perguntar. Se as pessoas se apercebem?

Entrevistador: Não, não… Se as pessoas estão mais próximas dos centros de tomada de decisão, isto é, se as pessoas tendo sido facultado pela sociedade em geral, pela sociedade politica e pela sociedade uma abertura para as pessoas poderem participar e decidir mais próximo dos centros de decisão, digamos, onde se resolve por exemplo a questão do projecto educativo local… a democracia participativa? **Exactamente! É essa a questão que lhe queria perguntar, se realmente está a haver ou não mais democracia participativa?** Claro que há muitas organizações que lutam para que exista essa democracia participativa mas ela não é assim muito forte, e eu sinto que a sociedade não está muito voltada para a democracia participativa, está um bocado mais para resolver o seu problema, as suas questões, mas pronto! Há muitos sinais de esperança, também. Nós aqui ao nível das IPSS's muitas vezes pensamos assim "Ai esta geração quando acabar, o que aí vem as pessoas estão mais voltadas para ganhar o seu, para ter o seu, porque nós não andamos aqui a troco de zero, não é?". Eu hoje já tenho um telemóvel, este é da instituição, o outro é que é meu, mas é à muito pouco tempo. **Entrevistador: E para decidir se calhar demorou muito tempo?** É há muito pouco tempo, que agora se comprou telemóveis para as directoras técnicas e também para o presidente da direcção, porque até aí, o meu tinha que funcionar, sabe como é que essas coisas são. E… mas se

também não for assim as coisas não andam! De alguma maneira há muitos sinais de distância, eu tenho aqui uma direcção de gente muito nova e de quem eu espero muito e que estão a caminhar, estão a fazer a sua caminhada. Há muito a aprender nesta vida, há muitos pormenores, e muitas questões que só o tempo vai amadurecendo, muita coisa em equação e que muito senso a ter e muitas situações de relacionamentos humanos, montes de coisas porque já é uma instituição que tem oitenta trabalhadores, servem-se aqui trezentos e tal almoços por dia, portanto, já não é para brincar.

Entrevistador: Faltam só duas questões. Apesar da nossa conversa… Tem sido sempre com algumas contingências, em relação ao conhecimento e à participação no projecto educativo local, tendo como algo novo, também na cidade, digamos assim! Mas, entende que, possivelmente um projecto educativo local, por exemplo, se o conhecesse melhor poderia ou não enriquecer o vosso plano anual de actividades? Eu fiz-me entender? (Questão 17 do Guião)

A…. Fez-se entender mas…

Entrevistador: O plano de actividades do município, digamos o projecto educativo local, ambições, eles têm ambições no projecto, têm acções

Se tivessem presente nesse projecto a nossa existência, os nossos contributos, no fundo era um bocado isso, não é?

Entrevistador: Eu neste momento estou a dizer que caso conhecesse melhor esse projecto educativo, se poderia melhorar ou não o vosso plano anual de actividades? Se houvesse um maior conhecimento, se houvesse uma maior participação de todos?

Por acaso não me parece, não me parece. Havendo mais discussão, havendo a tal democracia participativa, que houvesse uma predisposição também dos poderes para essa participação, enfim, muita coisa se calhar podia ser alterada mas nós temos aqui a… temos projectos, temos gente muito boa que anualmente pensa, programa e cumpre. E é disso que dá contas depois à direcção, não é do cumprimento desse programa.

Entrevistador: mas a vossa instituição, é praticamente uma instituição aberta? Faz parceria com o município, com a escola secundária… sim, é aberta a toda a gente. **Ao fim ao cabo é aberta a toda a gente, daquilo que**

eu me estou a aperceber é aberta a toda a gente. Há uma coisa que não falei ainda é em termos voluntários daqui, voluntários que muito estimamos, e são, desde o homem da bricolage ao médico, não me pergunte qual é o mais importante, porque são todos, realmente têm todos uma importância extraordinária e são uma mais valia na nossa instituição e na nossa forma de trabalhar, e também da… porque eles não vêm substituir ninguém, aqui o voluntario não substitui nenhum trabalhador, mas é uma mais valia para o trabalho existente e faz com que o nosso trabalho seja reconhecido e é, e é bastante.

19ª Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

Nota: *A 19ª questão do guião não foi colocada.*

Entrevistador: então vamos para a última questão:

20ª - Hoje, hoje, após o desenrolar desta dinâmica, politicas educativas locais, o que é que são politicas educativas locais? Das politicas da câmara municipal ao nível da educação, das politicas que a câmara, digamos, desenvolve e projecta para a educação, para a relação com as instituições que estão implantadas na cidade, digamos assim, esta questão de se ter entrado para uma associação em que se assume como um município educador, educador em várias vertentes, em várias vertentes, sociais também, e culturais, e não só. Não só a educação das escolas mas a educação também de toda a sociedade civil das suas organizações enquanto associações, podem ser, é a tal educação não formal, educação não formal, mas que é importante numa cidade e hoje a cidade de (…) ao integrar essa associação assume a educação como duas apostas fundamentais, que é a aposta da educação formal e da educação não formal, da informal. Hoje, e para isso, projectaram um projecto educativo local. Esse projecto educativo local, hoje, mediante

esta entrevista, mediante a experiência que tem, o conhecimento, o pouco conhecimento que teve do projecto educativo local, mostra-se, digamos, interessada em conhecer mais, proporia, mudaria alguma coisa na sua intervenção?

R20: Olhe, eu não sei se mudaria porque nós estamos tão absorvidos em tantas coisas e a nossa área tem muito a ver mais com a área social do que propriamente com a área educativa embora é a educação informal, ela tenha que existir em todos os lados, tem que existir sempre e nós apostamos nisso, na educação informal, portanto, mas, na educação formal propriamente, nós, tirando o pré-escola, tirando o pré-escolar, os nossos meninos dos cinco anos, nós, quer dizer, que já é mais na área, quer dizer, da educação, tudo o resto é muito na área da solidariedade social, percebe? E portanto, também não estamos assim tão atirados para essa área. Não quer dizer que não, como disse, estamos representados no concelho da escola, temos parcerias com algumas actividades, mas propriamente na parte educativa, nós estamos mais voltados para a área social e para a educação não formal.

Entrevistador: Muito bem! E é esse o espírito, digamos, das parcerias, o espírito da cidade educadora vai no sentido das parcerias. Neste caso, se calhar, a instituição que representa está no bom caminho e está num caminho de uma cidade educadora, na parte não formal, e ao fim ao cabo uma vertente também formal. Está no bom caminho. Quer dizer, às vezes é uma questão também de conceitos.

E eu penso que nós temos uma cidade bonita que a câmara fez uma cidade bonita para mim, a minha cidade, que eu gosto muito, está bonita, mas precisa ser grande, e é grande connosco, com uma instituição como a nossa e outras assim.

Entrevistador: Eu agradeço em meu nome pessoal a disponibilidade por esta entrevista, e estou muito convencido que o seu feed-back, a sua experiência, vai contribuir muito para o enriquecimento deste estudo, de uma forma construtiva, enquanto espírito critico para o estudo e desde já agradeço muito. E prazer em conhecê-la! Tive muito gosto em conversar consigo, a sério!

Questões	**Guião - Entrevista Nº 5** **(Representante do Centro de Saúde)** **(Enfermeira chefe – Representante dos Enfermeiros no desenvolvimento da sua actividade em meio escolar)** *É garantida a confidencialidade*
	Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço Quantos anos tem de experiência neste cargo? Teve outros cargos ou experiências?
	Tema/Bloco B - 1º Objectivo
1ª	Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?
2ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Instituição que representa já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
3ª	Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
4ª	Como representante desta instituição participou na construção e elaboração do PEL? E a Instituição que representa, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?
5ª	Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?
6ª	Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?
7ª	A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados sugeriram a participação ou enviaram informação sobre o processo de formulação do PEL?
8ª	Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?

	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
9ª	Há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Anual de actividades do Centro de Saúde?
10ª	O Centro de Saúde tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o Centro de Saúde tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
11ª	Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?
12ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
13ª	Enquanto representante do Centro de Saúde já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
14ª	Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
15ª	Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
16ª	Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?
17ª	O que entende por um PEL?
18ª	Esta dinâmica do PEL contribui para a reformulação e enriquecimento do Projecto do Centro de Saúde?
19ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
20ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
21ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

Entrevista Nº5

(Representante do Centro de Saúde – Enfermeira Chefe – Representante dos Enfermeiros no desenvolvimento da sua actividade em meio escolar)

Entrevistador: Agradeço desde já toda a sua disponibilidade para a realização desta entrevista.

Qual é a sua área de formação profissional?

Sou Licenciada em Enfermagem de Reabilitação e possuo uma Pós-Graduação em Administração de Serviços de Saúde.

Quantos anos tem de serviço?

Sou enfermeira há 23 anos.

Quantos anos tem de experiência neste cargo?

Sou Enfermeira Chefe há 9 anos.

Teve outros cargos ou experiências?

Sim. Já fui coordenadora da Equipa Local da Rede Nacional dos Cuidados Integrados e já estive numa Instituição Hospitalar, a coordenar os Cuidados Diferenciados.

1ª - Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?

R1: Sim. Sei que existe. Conheço-o, isto é, fiz uma leitura rápida sobre o Projecto, para que ele seja articulado em parceria com o Centro de Saúde, no âmbito do Programa Saúde Escolar. O Conselho Municipal de Educação informou-nos através do nosso representante, que o PEL já estava disponível on-line.

2ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Instituição que representa já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R2: Participou sempre através do Programa de Saúde Escolar (PSE) com acções de Educação para a Saúde em todos os 83 Estabelecimentos de ensino do Concelho. No universo de 4858 alunos realizou 306 exames globais

de saúde. Para além deste Programa são realizadas acções, reuniões, sessões de esclarecimento no âmbito de outro Programa, NESC, Núcleo de Educação para a Saúde Concelhia. Recebe-se os pedidos de colaboração e o Centro de Saúde participa. Também há a visita domiciliária e o Programa de Saúde Oral, que é de uma importância extraordinária. As escolas nos seus planos de actividades planificam acções que solicitam a participação do Centro de Saúde e este, de acordo com a sua capacidade de resposta ajusta-se às solicitações, havendo uma participação na ordem de 100%. O Centro de Saúde desenvolveu também em 2008 um curso nas escolas para os adolescentes, incluindo a Profissional, participaram ao todo, cerca de 360 alunos.

3ª - Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

R3: Não faço ideia! A ideia deve ter sido de alguém do município, deve ter dado atenção a essa problemática.

4ª - Como representante desta instituição participou na construção e elaboração do PEL? E a Instituição que representa, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?

R4: Na construção em si do projecto não. Mas como cidadã/encarregada de educação, penso que alguns contributos foram dados nas escolas, para a possibilidade da construção desse projecto.

5ª – Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?

R5: Não. Acho que chamou os diversos parceiros da comunidade para o construir, em reuniões para o efeito. Não?

6ª - Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?

R6: Não me recordo. Ah! Houve um elemento que me contactou!? Penso que foi por intermédio da escola! Acho que houve reuniões para a construção do Projecto. Parece-me que sim!.. Que Houve!?

7ª - A Administração Central e ou os Serviços Regionais desconcentrados sugeriram a participação ou enviaram informação sobre o processo de formulação do PEL?

R7: Não. Penso que não!

8ª – Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?

R8: Eu própria não estava, mas penso que esteve um responsável do Centro de Saúde.

9ª - Há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Anual de actividades do Centro de Saúde?

R9: Sem dúvida, tem que haver coordenação das actividades entre as várias instituições. O PEL também vai em encontro do nosso projecto e o nosso projecto tem como espírito envolver a comunidade escolar no processo de intervenção do Programa de Saúde Escolar.

10ª- O Centro de Saúde tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o Centro de Saúde tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?

R10: Sim. Sempre! Com protocolos, através de programas e de seminários de informação e sensibilização. Para além do Município!? Escolas, Segurança Social, Polícia.

11ª-Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?

R11: Ouvi falar numa conversa informal.

12ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R12: Penso eu, que tem que ser uma cidade com os princípios básicos. Preocupada em termos futuros com comportamentos saudáveis, só é possível se houver… As cidades educadoras são aquelas que estão mais próximas dos seus elementos da comunidade, através de processos de negociação com os diversos elementos, é ser uma cidade saudável.

13ª- Enquanto representante do Centro de Saúde já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?

R13: Não. Temos participado sim, em várias actividades com o município, até com organizações de acções, na NERSANT. Com professores e educadores, não é só para crianças, sobre organização familiar, actividade física e outras.

14ª- Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?

R14: É um projecto realizado por diversos representantes das instituições locais, que vai ao encontro das necessidades da cidade. Penso eu!

15ª- Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?

R15: Vários. O município tem várias estruturas físicas e coloca-as ao serviço de todos! Desenvolve programas para as rentabilizar! No site estão alguns desses programas.

16ª- Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?

R16: Sim… Houve uma brochura na altura e eu fiquei com uma vaga ideia. Não me lembro dos princípios, não posso responder!

17ª-O que entende por um PEL?

R17: Uma proposta desenvolvida por diversos representantes das instituições locais, que vão ao encontro das necessidades identificadas nos locais e na comunidade que representam.

18ª- Esta dinâmica do PEL contribui para a reformulação e enriquecimento do Projecto do Centro de Saúde?

R18: Provavelmente, pois se estiverem planificadas acções no nosso âmbito teremos que responder e colaborar.

19ª-Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?

R19: Sim, sem dúvida! As pessoas são mais participativas, temos uma caixa de sugestões e eles sugerem

20ª-Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

R20: Não faço a mínima ideia! Concordo com todos os projectos que sejam dinamizadores para a comunidade. Neste momento, não sei, não tenho dados suficientes para dizer!

21ª-Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

R21: Não tenho elementos para responder. Isso! Pois…

Questões	**Guião - Entrevista Nº6** **(Presidente da União das Colectividades e Associações do Concelho - UCA)** *É garantida a confidencialidade*
	Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço Quantos anos tem de experiência neste cargo? Teve outros cargos ou experiências?
	Tema/Bloco B - 1º Objectivo
1ª	Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?
2ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Instituição que representa já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
3ª	Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
4ª	Como representante desta associação (UCA) participou na construção e elaboração do PEL? E a Instituição que representa, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?
5ª	Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?
6ª	Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido?
7ª	Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
9ª	Há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Anual de actividades da UCA?
10ª	O Centro de Saúde tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o Centro de

	Saúde tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
11ª	Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?
12ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
13ª	Enquanto representante da UCA já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
14ª	Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
15ª	Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
16ª	Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?
17ª	O que entende por um PEL?
18ª	Esta dinâmica do PEL contribui para a reformulação e enriquecimento do Projecto anual de actividades da UCA?
19ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
20ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
21ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção?

Entrevista Nº6

(Presidente da União das Colectividades e Associações do Concelho)

Entrevistador: Antes de mais agradeço desde já toda a sua disponibilidade para a concretização desta entrevista e estou convencido que efectivamente a sua contribuição irá melhorar e qualificar o estudo realizado por nós. Antes de mais há uma primeira parte, que estaria, digamos… de identificar o seu perfil em termos profissional e por questões de metodologia:

Qual é a sua área de formação profissional?

A minha área de formação profissional, isto é, a minha formação escolar, cheguei quase a ter o bacharelato de economia, mas isto já nos devidos anos de, do princípio dos anos 80, aa… e ainda cheguei a uma altura em que me faltavam quê… 12 cadeiras ou 13 para acabar o curso de economia, portanto a minha formação escolar foi essencialmente em economia. Entretanto em termos profissionais e dado que a idade também vai passando e a gente vai escolhendo algumas, aa… acabamos no final de contas em nos indo especializando, em vez de andar-se de um lado para o outro tenho frequentado alguns cursos de aperfeiçoamento profissional essencialmente ao nível da, da gestão de vendas, e quer uns pela empresa, quer uns pela iniciativa pessoal, mas é uma aprendizagem que se vai fazendo, todos na prática, deveria ser todos os dias, não é, mas é essa, a minha formação profissional presentemente tem a ver essencialmente com a área, a área comercial das empresas.

Quantos anos tem de serviço?

Isto é assim, nessa formação profissional, eu estou nas vendas desde 1982.

Sou Enfermeira Chefe há 9 anos.

Teve outros cargos ou experiências?

Isto é assim, no campo das vendas já passei por várias experiências e por vários sectores, andei cerca de 10 a 15, mais até, vá, 10 a 15 anos em produtos alimentares e esses produtos alimentares incluíam por exemplo, frescos e incluía bebidas e nas bebidas temos as águas, refrigerantes, depois vinhos, depois andei noutra fase num, em termos profissionais dediquei-me quase em exclusivo às bebidas e a bebidas alcoólicas e espirituosas, portanto, praticamente não havia outro, mas é na mesma no ramo alimentar, muito embora fosse nas bebidas e estou…, depois fiz uma transição quase de 180

graus, passei para o ramo das telecomunicações no ano de 2006. **(Entrevistador: E ao nível da, eu estou a referir-me mais ao nível extra gestão de vendas e empresarial, comercial, a outros níveis?)** O chamado da participação social… **(Entrevistador: exactamente, outro tipo de cargos)** como elemento, como elemento de cidadania. Mesmo nas vendas portanto, desempenhei vários cargos, inclusivamente a ter uma empresa minha, cheguei a desempenhar as funções de director de vendas, e portanto, e cheguei inclusivamente a ser pura e simplesmente um comercial que dirigia os clientes, anotava a encomenda, entregava a encomenda, praticamente não havia qualquer outra interferência, nem qualquer outra função. AA…, mas fora a actividade profissional, aa… desde muito cedo, aa…, que tive aa…, outras actividades e essas outras actividades, aa… essencialmente dentro daquilo que é a participação dos cidadãos, aa… e quer no associativismo, naquele associativismo formal, em que são as colectividades, aa… quer no associativismo e em movimentos de opinião desempenhei e desempenho algumas, aa…, tarefas de coordenação. Eu neste momento a nível de movimentos de opinião, aa… desempenho, umas vezes desempenham uns, outras vezes desempenham outros, mas neste caso tenho desempenhado essa função, a coordenação da comissão de utentes da saúde do Médio Tejo, por virtude disso pertenço também à, aos órgãos nacionais do movimento de utentes dos serviços públicos. Acrescentando a essa situação, aa… e que já é essa, dá-nos experiências incríveis, e poderíamos falar nisso mais tarde em termos da sensibilização e da divulgação de informação, quer junto dos próprios, junto dos beneficiários, neste caso dos utentes, quer junto dos responsáveis, quer nacionais, quer autárquicos, quer dos responsáveis inclusive da administração directa das unidades de saúde, tem-nos dado alguma dimensão da importância que esses movimentos, que esses movimentos desempenham, do género de haver por exemplo de haver um assessor, ou um gabinete de apoio a um presidente de câmara aa…, que, aa…, manda um mail para a comissão de utentes a perguntar qual é a legislação que se aplica nestes casos, portanto, porque nós fomos ao longo do tempo arranjando algum know how nessa matéria e alguma, até apetência para discutir essas coisas, e nem é o problema de ter êxitos ou de não ter êxitos, em termos de participação de cidadãos, o de levar as próprias entidades públicas a

pensarem e a discutirem os temas da saúde tem sido uma experiência riquíssima. **(Entrevistador: e a nível local?)** A nível, nós a nível local, o nosso âmbito enquanto comissão de utentes é a nível regional, nós temos um espaço que é definido pelos conselhos de saúde, pelos concelhos que têm por referência o Centro Hospitalar Médio Tejo. **(Entrevistador: Pois, mas neste momento também é presidente da União…)** Depois há outra situação… **(Entrevistador: É mais neste sentido que vai a nossa entrevista…)** Ah! Sim! Sim! Há outra situação que veio entretanto e essa mais recente, porque ao nível do movimento dos utentes… **(Entrevistador: pois, mas é mais ao nível…)** ao nível do movimento dos utentes temos, eu tenho uma experiência de praticamente 10 anos. Relativamente com funções directivas no movimento associativo e esse é concretamente no "Município XXI", aa…, tenho desempenhado nos últimos 4 anos função de Presidente da Direcção da União das colectividades e associações do Concelho. Aí assim, aa… como se costuma dizer, o presidente faz tudo e até faz o caldo verde e come depois a seguir o caldo verde com o chouriço. A experiência tem-se repartido essencialmente por isto: é sermos muitas vezes os alimentadores da, daquela maneira de pensar do associativismo de que é uma, um instrumento importantíssimo em termos sociológicos, mesmo em alguns casos em termos educativos de substituição das próprias autoridades. É evidente que as autoridades poderiam desempenhar em muitos casos esse papel, mas tem-se a pouco e pouco, aa… desresponsabilizando nalgumas situações, aa… e até se, se nós virmos de uma forma coerente, aa…, as políticas que são seguidas pode não ter nada a ver com a questão, com questões de associativismo, com questões da organização do próprio território, e até do fixar as pessoas ao meio onde nasceram e onde vivem, mas temos por exemplo este caso, o abandono das comunidades rurais, quer pela proibição de construção, quer pela retirada dos serviços públicos, nalguns casos até religiosos, até o padre já lá não existe, já lá não vai…**(Entrevistador: já, a gente já lá vai a isso!)** e o que é que sucede… **(Entrevistador: lá mais para a frente, noutras questões!)** e o que sucede, em contrapartida fomenta-se o desenvolvimento urbanístico da própria sede do concelho. Leva a que as pessoas pura e simplesmente tenham como alternativa vir para um meio urbano. Esse meio urbano aparentemente tem mais serviços, mas perde-se toda uma outra componente sociológica que

é importantíssima, que continue a residir nos meios rurais, e aí desempenham um papel importante, o quê? As colectividades. E em algumas áreas é claramente a única entidade que exerce, tem funções e tem tarefas que são únicas, como por exemplo, a formação da juventude.

Entrevistador – Isso mesmo! Agora mais directamente, isto foi a 1ª parte da nossa entrevista, digamos fazer uma síntese da sua experiência, dos cargos e neste momento o que nos interessa na entrevista, digamos é enquanto representante e Presidente da União das Colectividades do Concelho, aa…, e eu vou colocar umas questões mais direccionadas para o estudo que estamos a desenvolver.

Entrevistado – Hum! Hum!

1ª - Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?

R1: Sei. **(Entrevistador: Conhece-o?)** Em pormenor não conheço, aa… tenho acompanhado com algum interesse as questões relativas, por exemplo, à constituição de centros escolares. Aa… que têm factores positivos e factores negativos, aa…, mas verifico, por exemplo no concelho que existe uma comunidade educativa, nomeadamente ao nível de professores bastante dinâmica, aa…, mas em pormenor, nem sequer pro… as funções como dirigente da UCATN nos têm levado a chamar essas…, a participar nessas situações. Muito embora, haja outras componentes do projecto educativo, como por exemplo, a divulgação do teatro, a divulgação de literatura, a divulgação de poesia, a formação aa… musical, até a formação desportiva que tem, penso eu, que tem algumas componentes do projecto educativo. Algumas das situações, aa… há um conselho, eu não sei neste momento se há um conselho ou não, acho que há um conselho municipal de, de educação aa…, pelo menos eu conheço alguns, aa…, mas, há um conjunto de entidades que são entidades formais, que, por um motivo ou outro não participam, nesses, nesses concelhos.

2ª – Sim senhor! Antes da construção do Projecto Educativo Municipal, digamos, que não o conhece em pormenor, a Instituição que dirige, a UCATN, já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? (entrevistador reforça: antes da construção propriamente dito do Projecto, havia programas, havia acções, do município, aa…)

R2: Infelizmente, infelizmente, aa…, a participação dos cidadãos e mesmo das instituições, aa…, no concelho, só é feita a maior parte das vezes quando formalmente é obrigatório fazer. É evidente, que quando há regulamentos municipais, que são colocados à discussão pública, há duas maneiras de actuar, uma é, aa…, numa forma proactiva e às entidades, que eventualmente se interessem por isso e participar, dizer assim: vocês querem participar, a outra é muitas vezes num mero acaso e o mero acaso implica por exemplo, se houvesse uma estrutura da UCATN, pelo menos na sua direcção elementos directamente relacionados, por exemplo com…, por exemplo um professor com responsabilidades numa escola, se calhar ficaríamos motivados para isso, assim como ficámos motivados, por exemplo, para darmos o nosso parecer e reunirmos com o conjunto da, dos responsáveis municipais relativamente ao, aos regulamentos municipais no apoio às associações culturais e recreativas e às associações desportivas, no caso da comunidade educativa, como não é vista num sentido lato e é visto muito simplesmente em termos da, daquilo que é o espaço escola é evidente que acabamos por não ser chamados, nem sequer a dar opinião. Mas concomitantemente, por exemplo há…, a escola profissional, nós somos parceiros da escola profissional da questão das novas oportunidades, nós somos convidados pelo serviço da biblioteca para poder fazer a divulgação de autores portugueses e poesia, o…, há um conjunto de parcerias que se podem estabelecer, mas formalmente, formalmente, evidente, nunca ninguém veio ter connosco e dizer assim: qual é a vossa opinião sobre isto. **(Entrevistador: Hum! Hum! Muito Bem! Aa… Conhece o Projecto Educativo Municipal, não o conhece em pormenor, aa…mas, aa… contactou alguma vez com ele, contactou alguma vez com o documento em si, com o projecto educativo?)** Não! **(Entrevistador: Não.)**

3ª Aa… Então não faz a ideia como é que surgiu a necessidade efectiva da construção do Projecto, digamos, quais foram as razões dessa elaboração? Nem faz a ideia de onde partiu essa ideia?

R3: Não! Por analogia, por analogia da, doutros sectores da actividade autárquica e local, aa… Eu por exemplo conheço o projecto da, das cidades saudáveis **(Entrevistador: Hum! Hum!)**, assim como conheço o projecto das chamadas cidades educadoras… é pá! Li! Tenho conhecimento pela leitura da comunicação social, aa…, posso pôr-me a raciocinar e dizer, olhe um objectivo é **(Entrevistador em simultàneo: exacto, exacto…)** encontrar sinergias, mas na realidade em termos concretos, em termos… **(Entrevistador em simultâneo: em termos de representação da instituição)** é evidente que não sei, noutras, noutras situações, por exemplo, posso-lhe dizer, que no nos regulamentos municipais das actividades culturais, fomos ao ponto de alínea por alínea, dizer, olhe esta alínea está mal porque tem aqui um problema técnico, até no caso das desportivas, dizia que aa… é a Câmara Municipal, estava disposta a financiar a compra de tabelas de andebol, portanto, que é uma coisa, que perfeitamente, tecnicamente, não, não tem ponta por onde se pegue, pode ser um engano, pode ser uma situação, mas chegamos ao ponto de conhecer o documento e vermos todas estas questões em pormenor. Quanto à questão da, da, do projecto municipal de, da… quanto à comunidade educativa, aa… aí, não tem havido qualquer contacto, aliás desconhecemos se alguma das nossas associadas ou não associadas tenha intervido nessa situação. Muito embora, nós por exemplo a nível da música temos uma escola agora reconhecida e equiparada a conservatório, que é o Choral, temos escolas nas bandas filarmónicas, há escolas de música, e, que se saiba, como nunca ninguém nos referiu essa situação, que os representantes dessas colectividades pertencessem ou fossem lá alguma vez convidados, a darem opinião relativamente a essa questão.

4ª – Muito Bem! Pronto! Então retira-se efectivamente enquanto representante da UCATN não participou na construção, nem na elaboração do Projecto educativo Municipal?

R4: Não. Nem a própria UCATN, nem a própria UCATN. **(Entrevistador: nem enquanto cidadão individualmente?)** Enquanto cidadão individual é evidente que, é do conhecimento da comunicação social que vem alguma informação sobre isso. **(Entrevistador: pronto, também… por aquilo que eu depreendo também não foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio ou de coordenação ao desenvolvimento da construção do projecto educativo, aa…para, digamos, para a vossa participação?)** – A ideia que nós temos, a ideia que nós temos é que, os responsáveis pelo projecto educativo têm em relação às colectividades uma visão pura e simplesmente funcional, então esta visão é a seguinte: é preciso levar as crianças ou os alunos a ver o museu de …, o museu agrícola, neste caso é o museu agrícola, e portanto, essa colectividade abre, o museu abre as portas, arranja um programa, os alunos participam, os funcionários participam, e portanto faz-se a integração por aí assim. O..., o…, A entidade municipal faz uma festa e acha que deve ter um coro, que deve ter um rancho folclórico e que deve ter uma banda de música, então vai em termos funcionais e vai lá buscar essa situação para muitas vezes complementar esse, poder-lhe-ei chamar o projecto educativo, porque inclusive são muitas vezes as próprias escolas a solicitar junto das colectividades essa situação, é evidente como há uma bolsa de espectáculos, as colectividades vão, como obrigação, porque é daí, que depois que é a justificação até, para algum apoio que recebem. E verifica-se algumas dessas situações, por exemplo, e que, mas é feito ou por nitidamente funcional e nitidamente episódico, um exemplo, um cineclube em parceria com uma escola, com o apoio inclusive da Câmara formou durante seis meses uma dezena de jovens na actividade, na produção cinematográfica, até na própria representação e tudo isso, fizeram uma grande festa, depois representaram os filmes e tudo, mas essas situações são episódicas. Se é o Projecto Educativo, que não conheço, e que diz lá , olhe neste projecto inclui-se as associações da própria comunidade local, se isso existe, desconhecemos, nunca essa questão foi colocada. Aliás, ficamos despertos para essa situação, agora, que há realmente, e que há episódios em que isso sucede e que vem atestar, e que vem atestar, a importância dessa forma de voluntarismo, que é o Estado das colectividades, ele é real. Se calhar, poderíamos pensar isto de outra maneira, porque por exemplo, explicar Almeida Garrett ou explicar Gil Vicente na Escola

é de certeza muito mais desinteressante como por exemplo pôr um grupo de teatro que existe para representar uma peça, se calhar com um debate a seguir com garotos.

5ª – Exacto! Obrigado! No seu entender, realmente possui pouca informação sobre esta temática, acha que o município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Ouviu falar nalguma situação? Se foi chamado? De uma forma formal, digamos!? Há pouco já disse que não, pronto! Mas algumas perguntas estão um pouco dependentes umas das outras.

R5: A experiência é assim… A experiência que… Infelizmente está-se a cair, assim como na democracia, dantes eram os voluntários que iam para as mesas de voto, e agora só pagam, assim como há nos, também eram dantes os militares que colavam os cartazes, agora já há empresas para fazer isso, há já também quem diga que não vale a pena nada porque pode-se chegar às pessoas de outra maneira. No caso das autarquias passa-se, passou-se isto: aquela ligação entre as populações e os eleitos, eventualmente com técnicos pelo meio, que deveria ser a base da participação cidadã dos cidadãos pertencentes a determinada comunidade, neste caso, a comunidade concelho, todas essas situações, essa participação activa, muitas vezes polémica, mas de certeza enriquecedora, que já teve alguma importância, foi substituído pela competência técnica às vezes entre comas de uma série de iluminados, ou já avenços, funcionários, ou avençados pela própria autarquia, quando não, empresas ou entidades pura e simplesmente exteriores ao, à comunidade, que fazem o documento, e que, ou há conhecimento ou não há conhecimento. **(Entrevistador: Quer dizer, neste caso não foi chamado a participar?)** Mais, não vi e sou um elemento relativamente interessado daquilo que se passa na comunidade local e nunca vi dizer assim: vai haver uma reunião sobre o projecto educativo, pelo menos que me recordo, vai haver sobre o projecto educativo, se faz favor dêem opinião. Caso situações diferentes, e há situações diferentes, mesmo dentro da estrutura nacional do movimento associativo, que é situações a este nível, há um projecto nacional, dizem assim: este é a base, se faz favor até à data "x" têm a possibilidade de se pronunciar. E por exemplo

a nível e portanto, por isso, a participação da comunidade, a troca de informações e muitas vezes a discussão que parece estéril, mas que muitas leva as pessoas a participar, pertencentes à mesma comunidade, leva a situações destas, é entidades andarem a fazer pura e simplesmente a mesma coisa e que tem alguma relação com isto: há um projecto a nível nacional que é a instalação de computadores e de Internet nas colectividades, chegou-se a situações destas: ao mesmo tempo que ia, entrava, apareciam lá os computadores nas colectividades, ao mesmo tempo, a Câmara ou a Junta de Freguesia também metia. Coisas ainda mais caricatas, nem sequer se fez um plano prévio, mas por exemplo o simples facto de haver lá uma instalação, o convidar uma entidade oficial e a importância que tem em algumas comunidades a existência da Internet, nem, pura e simplesmente as entidades locais, era uma situação, que praticamente não lhes dizia respeito, e isto tem a ver com o problema de, se calhar um problema filosófico como nós entendemos, que é assim: tendencialmente aa…, em termos aa…nacionais e se calhar internacionais andam a fazer dos cidadãos essencialmente consumidores, e portanto é assim, fazem-se grandes eventos e a intenção é que as pessoas lá vão consumir e que apareçam, nem sequer que façam perguntas ou que poderia ter sido doutra, desta ou daquela maneira, infelizmente, isto se calhar é adopção de algumas práticas empresariais, o que é verdade, é que cada vez há mais separação, cada vez mais as pessoas perguntam porque é que fizeram isto, porque nem sequer lhe pediram para isso. **(Entrevistador: Sabe que o Município criou um fórum e esteve na Internet, no site do município, sobre esta matéria?)** Não sei, mas admito que tenha estado. **(Entrevistador: Tem conhecimento da existência do Conselho Municipal de educação?)** Tenho. Da existência! Tenho!

6ª – Também não se recorda, não esteve na apresentação e na divulgação do PEL, da sua versão final, não foi convidado?

R6: Não. Nem, acho, que nem as colectividades foram convidadas, porque se tivessem sido convidadas, eu sou dirigente de uma associação, e por essa representação estou na UCATN, portanto nem a colectividade foi convidada, aliás, há um conjunto de situações a nível de educação em que por exemplo,

escolas locais, as escolas locais em algumas comunidades rurais, que deveriam ter uma interacção com a própria colectividade local e essa situação não existe, nem sequer é chamada, a não ser que haja uma situação em termos de uma festa, para isto ou para aquilo **(Entrevistador: exacto, exacto!)** imaginemos, uma colectivi…, uma localidade rural que tem uma escola de música em que os alunos que vão de manhã à escola até às 3 ou 4 horas, a seguir quando é 6 - 7 horas vão para a escola de música, ou vão lá ao sábado, não há qualquer ligação entre as duas actividades, isto há casos concretos, casos concretos a esse nível. **(Entrevistador: mas depois já falamos a seguir sobre isso.)**

7ª- Então a entidade que coordena, a UCATN tem sido um parceiro da acção educativa do município, por aquilo que acabou de dizer que tem algumas parcerias nalgumas vertentes, já falou, já explicitou em algumas questões, mas de que forma é que se tem revestido essa cooperação, digamos assim, já falou da parceria que tem com a biblioteca sobre a divulgação de alguns livros e de alguns escritores, mas ao nível do município a cooperação tem ido mais além, que tipo de cooperação tem estabelecido a UCATN e o Município?

R7: Isto é assim, a UCATN fala pela sua própria actividade **(Entrevistador: exactamente!)** e fala por outra situação, que é a representação do conjunto das colectividades em que tem colocado algumas questões que são pertinentes. Uma das situações por exemplo, que é uma das reivindicações da UCATN, que é a utilização dos espaços culturais, nomeadamente os espaços culturais municipais pelas colectividades, que era uma situação, que em princípio não se colocava, dizendo que não tinham qualidade e que hoje já se vão verificando com alguns grupos, perfeitamente normal. A outra situação que era o intercâmbio e a divulgação das diversas activi…, das diversas actividades pelo conjunto do concelho. Aa..., nós começámos numa coisa, que se chamava festas das colectividades, sem apoio, sem apoio autárquico, com o objectivo de fazer intercâmbio, um ia fazer uma prova desportiva, o outro levava uma banda de música, o outro levava o teatro, o outro eventualmente ia fazer uma mostra de cinema e portanto havia o intercâmbio entre as próprias colectividades mais

interessadas, É a partir daí, que depois aparece que é aquilo que é chamada a bolsa de espectáculos e hoje as próprias actividades que a UCATN faz já entram, já servem para consumir os espectáculos da própria Câmara que as, que as colectividades dão, dão à Câmara. Agora, isto, a situação é clara, não há em termos formais, portanto há muitas vezes ligações e tudo mais, **(Entrevistador: exacto)** em termos formais dizer assim: juntar a comunidade educativa, juntar a comunidade associativa e dizer: nós temos esta e esta e esta potencialidade, então nós temos… qual é que é … **(Entrevistador: falta dar esse passo!..)** falta dar esse passo, um exemplo, nós temos um plano, aliás virá a seguir, um plano de divulgação de poesia, em que apanhamos pessoas de todas as idades, umas mais interessadas, outras menos interessadas, umas vezes outros mais a participar, outros menos a participar. Já fomos a algumas escolas, 3 escolas, eu lembro-me de ir a 3 escolas. Mas isto era uma situação porquê, porque individualmente os professores se interessaram, se interessaram pela situação, é claro, que, inclusive houve colectividades que dinamizaram até a publicação, a publicação de autores torrejanos. Esse trabalho não deve ser cada um no seu favosinho, no seu cantinho, mas tem de haver realmente uma coordenação, porque um projecto educativo abrange não só a formação escolar, mas também a formação dos cidadãos para a própria sociedade. Se, eles estão realmente isolados nos seus favos, e não há ninguém que faça a coordenação, não há ninguém que, inclusivamente transmita a informação, porque se houvesse essa situação era possível, realmente, muitas das situações colocar, um exemplo muito concreto, uma escola profissional tem um curso de animação cultural, nós sugerimos, que esses indivíduos deveriam e abrimos essa situação, por exemplo, fazerem trabalhos sobre o associativismo, inclusive irem trabalhar ou terem algumas aulas para conhecerem, ou então elementos do movimento associativo irem à própria escola contarem a sua experiência. É um projecto, que pura e simplesmente não teve andamento, portanto, há aqui muita potencialidade e há muita sinergia a aproveitar, mas que, no fundo aa…, as ideias para passar à prática é muito difícil, e eu tenho uma causa para isto, é assim: mais do que nunca, as pessoas estão a analisar as questões materiais da sua vida e muitas das coisas, que a gente pensa que é associativismo, que é dinâmica, que é isto, vamos a ver por trás corre efectivamente alguns valores materiais, ou

algumas compensações materiais aa… infelizmente, e por isso há projectos que não avançam, porque não há muitas vezes, inclusive profissionais dedicados, são só profissionais, chegam às 5 horas, é para fazer aquilo, tudo bem, faz-se aquilo, a partir daí deixam de ser militantes da causa e nessa questão também deveria haver alguma militância da causa porque todos os que estão no associativismo estão lá gratuitamente e precisam de ser motivados.

8ª- Sim senhor! Há pouco falou aí em Cidades Educadoras! Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?

R8: Já tinha ouvido. Já ouvi isso.

9ª- Para si, o que é que distinguirá uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede? Não sei se tem elementos que me consiga responder a isso!

R9: Eu não conheço na… na… sei o que deveria distinguir e o que deveria distinguir era darem primazia a qualquer política municipal que fosse, que fosse implantada tivesse esta perspectiva de formar e valorizar os cidadãos. Aa… e se isso fosse feito de forma integradora, a própria, essa comunidade municipal distinguir-se-ia de outra que tem pura e simplesmente coisas desgarradas. É, nós podemos fazer um espectáculo com 5000 pessoas, e foi lindo, foi bonito e mais não sei quantos, mas em termos de valorização pessoal não tem, por exemplo, se outro ao lado conseguisse só juntar 500 pessoas, em por exemplo, em 10 acontecimentos diferentes, com 50 pessoas cada. É aquela ideia, um indivíduo vai a um concerto e chega um executante de piano, chega lá e faz aquilo tudo e mais não sei quantos, a gente aplaude e gosta ou não gosta e é outra situação, que a gente vai para um ambiente mais intimista e a gente sabe que passa a saber quem é o autor, passa a saber se eu tocasse assim, essa situação era assim, há outros que tocam, portanto, está capacidade de formação, de levar as pessoas a pensar. Agora imaginemos, nós temos equipamentos, temos património, aa…, oo… património cultural, património de… inclusivamente do saber profissional das diversas comunidades, aa… e

isso deveria ser transmitido e preservado, agora, tem é que haver o mínimo de coordenação e o objectivo é este, e deveríamos colocar em primeiro lugar a questão da formação, ninguém tem dúvidas absolutamente, nenhumas dessas, mas digo um exemplo, né, nós temos uma escola de formação profissional e fizeram um inquérito aos alunos, então a maior parte das alunas, 60 a 70% respondiam, então qual é o seu futuro, o que é que você quer, o que é que quer aprender!? Quero despachar-me o mais depressa disto, depois quero ir trabalhar para o shopping. Portanto, o objectivo era cumprir eventualmente uma escolaridade obrigatória para depois ir fazer uma coisa onde pudessem ganhar algum dinheiro para as actividades de lazer. Haver uma situação em termos de formação, dizer: a Escola Profissional… há carências disto, e disto, e disto, é necessário formar gente para esta situação… então vamos formar. E parece-me que aí, também a esse nível as coisas não se, as pessoas não devem falar umas com as outras!? Porque a última, por exemplo, respeitando todas as pessoas que andam em animação cultural, a última coisa que nós precisamos neste país não é de pro… nem produção cultural, nem é bem (com algum sorriso) de animadores culturais. Precisamos de produzir bens transacionáveis, porque é daí que vem a riqueza do país. É evidente que se podem fazer bens transacionáveis tendo uma cultura cívica, uma cultura geral mais elevada, aa…mas não é por aí, portanto não há ali… o projecto educativo deveria ter a ver com a realidade concreta da própria comunidade, saber o que se produz, o que… como é comercializado, aa…, qual é a realidade, daqueles que estão na vida activa, aa… e tudo isso passa pura e simplesmente ao lado, que cada um individuo na sua situação… estranha!

10ª- Enquanto representante desta força social já participou nalgum encontro nacional ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras?

R10: Não. Noutras funções, na rede de cidades saudáveis. **(Entrevistador: Hum,hum! E realizados ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática das cidades educadoras?)** Não.

11ª- Quais são as estruturas e programas, digamos, que conhece e as acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?

R11: Basicamente aquilo que conheço é o seguinte: o município está a desempenhar um papel importante até porque de delegação de competências e porque daí também vem, realmente algum dinheiro, ao nível do transporte, aa…ao nível de manutenção de instalações e aa… ao nível da utilização de, de estruturas, das infra-estruturas municipais como seja piscinas, como seja espaços desportivos, como seja espaços culturais, inclusivamente há um teatro que tem um projecto educativo, mas isto fá-lo relativamente à comunidade escolar. Havia uma outra iniciativa, que deixou de haver, que era a recepção ao, aos docentes, ao corpo docente, aos professores, e essa situação deixou de ir segundo afirmação da vereadora porque quando era para ir lá ao jantar todos iam, mas depois chamavam os professores para colaborar noutras situações e os professores já se estavam marimbando para o assunto. Aa… é evidente, que isto reflecte aquilo que já falámos há pouco, não há coordenação, nem motivação, porque se houvesse coordenação e motivação havia realmente depois algum… um aproveitamento de sinergias porque era importante no conjunto… por exemplo: oo… nas escolas há clube, há o clube da saúde, o clube da água, o clube da floresta… essa gente alguma vez foi a alguma colectividade ou a outra comunidade apresentar os trabalhos!? Não! Quando muito chamam os pais, porque as próprias escolas muitas vezes nem se abrem à própria comunidade. Aa… e… qualquer projecto de transformar isto numa sociedade educadora, cai pela base se não envolver inclusivamente as, o… se não houver actividades, inclusivamente inter-geracionais, e um exemplo claro: imagine que os alunos da escola secundária, de alguma escola secundária daqui, alguma vez, por exemplo visitaram um hospital, que é quase um hospital central, alguma vez visitaram uma estrutura, por exemplo de idosos, uma IPSS que tome conta de idosos, se calhar as pessoas, que lá estão, que são da idade dos avós, eventualmente, nomeadamente… ou pais, mas pelo menos dos avós gostariam de contar algumas das histórias e gostariam de ouvir histórias dos mais novos e isto dá um enriquecimento humano, que é preciso, que é necessário e importante fazer. E esse papel as

comunidades fazem, porque, são estruturas, para já são muitas vezes estruturas únicas, que englobam todos e são estruturas essencialmente inter-geracionais.

12ª- Conhece os princípios da Carta das Cidades Educadoras? E os princípios que a constituem?

R12: Não.

13ª-Tendo em conta as suas vivências, e pelo visto já são muitas, na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?

R13: Pura e simplesmente o contrário. Os estudos de opinião substituíram muitas dessas situações, aliás, tomam-se decisões muitas vezes já não são por questões técnicas ou por questões de opção, aa… de opção política, de opção de gestão, mas por poderem agradar ou desagradar e… esta situação é tão mais, tão mais grave, aa…, que, leva a esta situação, é que os próprios responsáveis dizem assim: fazer, ouvir as pessoas porquê, ouvir as pessoas porquê… se quando nós fazemos nem sequer elas aparecem, e aqui há outra situação é fazer por descargo de consciência ou porque a lei obriga e dizer quem quiser dar opinião dá, e outra situação é ser proactivo e levar as pessoas a participar. Muitas vezes é elaborado determinado esquema, assim, se houver pessoas que venham a pôr em causa essa situação e este esquema, portanto, é melhor nem sequer levar as pessoas a participar. O que é que conduz depois a outra situação, porque as pessoas não estão ganhas para essas questões e como não estão ganhas para isso há casos perfeitamente paradigmáticos, que é 900 encarregados de educação aa… todos convocados porque também participam na gestão e depois todos convocados e aparece 1%, há casos desses concreto, o que é que sucede!? Alguma coisa está mal, alguma coisa está mal, porque não deram, nem ninguém lhes disse que o importante era efectivamente a educação e o acompanhamento da educação dos descendentes. Mais, a educação deve ser sempre feita ao longo da vida e também é preciso, assim como nós educamos os pequenos, as próprias

comunidades têm de ser educadas. Vejamos no campo do ambiente, hoje toda a gente admite que o lixo deve ser posto em recipiente próprio, se nós recuarmos, se calhar, 20, 30 anos, não, ao pé da casa havia uma lixeira, portanto há, mesmo por exemplo na educação ambiental houve grandes avanços, e aqui tem de se chamar as pessoas à participação, mais, têm de ser informadas sobre essas, sobre essas situações.

14ª- Sim senhor! Há pouco já referenciou mais ou menos o que era um PEL para si numa pergunta que eu coloquei, não vou repetir, tinha aqui uma questão " o que entende por PEL?" mas já respondeu anteriormente e não vou voltar a levantar a questão. Aa… Esta, esta… questão da dinâmica do PEL que hoje trago aqui, trazemos aqui em termos deste estudo vem desencadear, talvez, a reformulação e o enriquecimento do plano de actividades da associação que coordena ou vem repensar esse plano, ou tem alguma preocupação depois desta entrevista (entrevistado: por acaso é curioso**) Não sei se está a perceber!?** (entrevistado: estou, estou a perceber! É a motivação! O ser despertado para uma situação!) **Exacto!?**

R14: Nós por acaso hoje vamos ter uma reunião e a ordem de trabalhos é perfeitamente heterodoxa, nós temos a preocupação de preparar a reunião de trabalho sempre com uma ordem de trabalhos, dar um papelinho a cada um para que não haja problemas, então hoje é perfeitamente heterodoxa porque tem praticamente um ponto que diz: 3º Trimestre – Que Fazer – Julho Agosto e Setembro, e a situação é de tal maneira importante, aa… e aí ficamos motivados até por esta troca de impressões de que teremos, neste 3º trimestre é quando acaba o ano lectivo e vai começar outro, e esta dinâmica poderá e eu terei oportunidade de falar nisto, no sentido quanto mais não seja para sensibilizar as direcções das escolas e a própria comunidade de que existe um movimento associativo que tem actividades próprias que são enriquecedoras aa… do currículo social e lectivo das próprias escolas, que têm equipamentos, que têm inclusive instalações, que poderão ser colocadas, colocadas ao serviço ou servir a comunidade, assim haja, realmente interligação, interligação entre elas, e portanto, isso é importantíssimo colocar esta, esta questão nessa perspectiva porque também há trabalho desenvolvido pelas próprias

colectividades, que tem a ver com a situação educativa, convenhamos o seguinte: não é aqui o caso, mas há, por exemplo associações que numa única função é, por exemplo formar pessoas ou formar jovens. São associações que têm algumas creches, outras têm escolas, outras têm escolas de música, outras inclusive, são associ… embora começassem por associações são associações populares têm por exemplo regularmente cursos de formação profissional e a formação muitas vezes profissional não é só… o atestar da situação, dar um curso de informática, não é, por exemplo, tem a ver com a acção educativa, mas depois as pessoas até podem não, não utilizarem, é a fruição, por exemplo, um exemplo que existe, a chamada universidade da 3ª idade, que há uma rede nacional dessa… , isso desempenha para um conjunto de uma determinada camada etária uma importância social incrível, não é por aquilo que as pessoas lá aprendem, é pela, aa… até pela saúde comunitária e aquilo que desempenham, que é as pessoas poderem conviver, as pessoas sentirem-se motivadas aa… para ainda continuarem a viver e poder aprender alguma coisa, e esta realidade são situações mais ou menos esporádicas porque não há um conjunto, um plano global, pelo menos não, nunca fomos chamados a dar essa opinião e a maior parte das colectividades nunca o foi, nunca colocaram essa situação.

15ª Estamos quase a terminar, faltam só duas questões. Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", por diversos investigadores nestas matérias, é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

R15: Isto é assim: eu acredito que, acredito que, no conjunto das actividades municipais muitas delas o objectivo não é resolver o problema das pessoas, muitas vezes é pura e simplesmente tornar visível que se está a fazer alguma coisa, de tal maneira, que a distância que se vai da apresentação dos objectivos e aquilo que se vai fazer e depois muitas vezes não há monitorização, nem há a prestação de contas serve única e simplesmente como uma opção de marketing porque são anunciados os projectos que depois

não têm meios, nem humanos, nem financeiros, nem sequer depois há uma calendarização das, daquilo que se vai seguir, mas o conceito todo ele é muito bonito e ficamos todos mais ou menos interessados nisso, de tal maneira, e isto passa-se, não só no campo da educação, como noutros, em que são anunciadas medidas e falamos com a pessoa comum, que leu que foi tomada a medida, mas isso está resolvido, já tomaram a medida e mais não sei quantos, ah! Você…, ah! E eu… estavam a pensar na medida e nunca mais resolveram o assunto. E situações às vezes que são urgentes tomar, passa-se um ano e a situação não arredou pura e simplesmente pé, portanto, assim como funciona com as comunidades educativas, funciona com…, é um elemento de marketing e muitas vezes outra coisa, é que isso não brota da necessidade da própria comunidade local, isto muitas vezes é induzido do exterior por grupos de consultores, associações, associações que criam um projecto, agora vamos convidar os municípios a aderir com um objectivo, eles vão fazer isto, esta e esta actividade precisa deste, deste e deste profissional, precisa deste e deste e deste estudo e portanto é uma…, há aqui uma mercantilização duma coisa que devia ser natural e isto passa-se em muitos, muitos, muitos, muitos projectos que se tendem a fazer porque depois isto agrega todo um conjunto de profissionais, das respostas que têm de ser dadas, se calhar de alguma burocracia, quem "compra" diz assim: é pá! Isto é capaz de ser interessante e importámos este modelo, infelizmente sucede em muitas das coisas, nesse caso eu não tenho dúvidas nenhumas disso, não é por acaso que se faz uma rotunda ou se fazem rotundas, as rotundas não é visto como um auxiliar da regulação de trânsito, que é importantíssimo, se calhar dos mais importantes que foram inventados nos últimos 30 ou 40 anos, mas os que as pessoas valorizam é depois aquilo que vêem, é a mesma coisa que é esta: como é que uma comunidade pode preocupar-se com… dizer se é comunidade preocupa-se com as questões educativas, tudo bem! Então, mas depois temos associações de pais que reúnem para discutir questões importantes e às vezes andam ao tio ó tio para arranjar dirigentes para a própria associação de pais, portanto há aqui coisas que não coincidem umas com as outras. Esta importância de se preocupar muito com as notas do filho e depois o que pretendem é que a criança entre às 8 da manhã da escola e se possível saia de lá às 8 da noite porque o pai tem mais que fazer, o que é isso agora andar

a… portanto, há aqui coisas que deveriam entrar mais na própria vivência do dia a dia da, das próprias comunidades.

16ª- E agora mesmo para terminar, hoje, após o desenrolar desta dinâmica à volta das políticas educativas locais, cada vez mais com enfoque nessas questões: políticas educativas locais, municipais, de cidade, concelhias, das Cidades Educadoras, da construção do Projecto Educativo Local. Com o pouco que conhece, digamos, destas temáticas, destas problemáticas proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção da sua parte enquanto representante, digamos, da UCATN ou enquanto cidadão a nível individual, ao nível essencialmente da construção deste elemento, o PEL? Proporia mudar algo?

R16: Isto é… isto é…Para já estamos motivados, para já acabámos de ficar despertos e motivados. E por analogia com outras situações, nós quando divulgamos uma actividade que é uma caminhada, numa determinada aldeia, divulgamos às outras todas, não estamos à espera que as pessoas lá vão, mas a única coisa que queremos saber é que as pessoas saibam de que aquilo lá foi feito. Ora, quando nós temos um projecto desses e não é pró-activamente divulgado, não é de dizer ele existe, ele está lá, não é! Não, eu tenho que o receber, vamos imaginar a seguinte… **(Entrevistador: Não conheceu um canal privilegiado da divulgação do …?** Não! É que tem de haver! **(Entrevistador: e não houve?)** Eu se tivesse, eu se tivesse, eu se tivesse… tivesse alguma responsabilidade nessa situação, considerando a importância que isso tem, se calhar não haveria entidade nenhuma que tem alguma relação com a educação, com essa temática que não tivesse conhecimento disso, é assim o exemplo que nós fazemos com as colectividades, que é mandado um e-mail a dizer, se faz favor consulte o blog que tem lá informação que lhe interessa. E que já existe as redes… as redes na Internet muitas vezes colocam-nos essa situação, visite o site tal que tem informação que lhe pode interessar. Evidente, que nós vamos ver, porque é impensável nós irmos colocar os nossos interesses, nós temos tempo limitado, mas os nossos interesses não chegam a todo o lado, agora, se nós pró-activamente, nos chegassem ou mandassem um documento ou nos mandassem um mail a dizer: existe este documento assim assim, pensamos alterá-lo, a breve prazo

podemos alterá-lo, ou então, dê a sua opinião sobre a maneira como está a ser cumprido, nem que seja um inquérito normal e a gente responde, não temos, não isto, não aquilo, não aqueloutro, é a mesma coisa que quase se passa com o Instituto Nacional de Estatística (INE), é assim: ninguém por modo próprio vai dar ao INE as informações que eles querem, são eles que efectivamente as recolhem. Outro exemplo, a DECO, que é uma estrutura de consumidores a nível nacional, uma associação aa… faz estudos, agora, não é ninguém por modo próprio, eventualmente há um caso ou outro, que vão, que vai dizer, olhe a minha sobre as escolas são estas e estas e estas, mas o que é que faz a DECO, faz uma amostragem alienatória, torna público, uns leiem, outros não leiem, mas há uma série deles que recebem um inquérito, que depois preenchem. Isto é a mesma coisa, mas mesmo assim depois é preciso ser-se pró-activo, portanto, olhe recebeu um inquérito, não o quer acabar de preencher? Isto, sucede a mesma coisa nas colectividades! Uma coisa é nós divulgarmos uma coisa, quando depois a queremos, temos de ir lá pró-activamente ver as situações e o que se faz em relação à situação, a essa situação, faz-se infelizmente em relação a outras porque isto é assim, o ir perguntar a uma pessoa, o pedir à pessoa para participar, aa… sai caro, é que é mesmo, ninguém tenha dúvidas, sai caro! Então a melhor coisa realmente é não o fazer! E é mais fácil juntar meia dúzia de técnicos do próprio município, eventualmente juntas de freguesia, sobre o assunto, e digo: olhe, a gente tem que alterar isto e tem que fazer isto, tem que fazer e fazer, porque de resto, depois a outra comunidade, pá! Uns estão interessados, outros não estão interessados, infelizmente os exemplos vêem de cima, então a nível da educação é a mesma coisa, que é pura e simplesmente dizer: isto é para fazer, é para fazer e acabou-se, não interessa… não interessa mais nada, mesmo que depois três meses depois diga: é para fazer, mas agora pronto, a gente não lhe diz nada, mas agora já podem fazer de outra maneira e esta situação é pura e simplesmente, é aquilo quase como António Barreto dizia "Pá! Primeiro os exemplos têm de vir de cima.". E, os exemplos a vir de cima, basta ir ver o conjunto, por exemplo, de órgãos autárquicos a funcionar… **(Entrevistador: no dia 10 de Junho!?)** Foi. Um conjunto de órgãos autárquicos a funcionar e essa nós temos alguma experiência em de que pura e simplesmente aprova-se ou desaprova-se, não se aprova por isto, nem se desaprova por aquilo, não há

debate construtivo dos próprios documentos, temos casos concretos em que participamos nos documentos em que dizia: isso é aprovado em minuta, que é para depois eventualmente fazer alterações, nem, não há debate, é, quem vota a favor, quem vota contra, portanto, mesmo dentro das estruturas dos órgãos autárquicos não há participação crítica das coisas, porque poderiam dizer assim: sim senhor! Vocês 15 aprovam porque é que aprovam, não, eles foram lá chamados para aprovarem. Infelizmente, nesta situação que é tão importante está-se… cria-se esta ideia de que muitas vezes até se diz assim: isto é uma proposta má porque é apresentada por aquele e isto inquina muitas vezes as relações das próprias comunidades. E o que é que sucede!? A melhor maneira depois é fechar, anunciar como uma obra e depois se deu resultados ou não deu, pá! Isso aí já não temos nada a ver com o assunto.

Entrevistador - Sim senhor! Eu desde já agradeço a sua disponibilidade. Penso que o seu contributo, penso não! Tenho a certeza (Entrevistado: ganhei bastante com isto, porque eu sinceramente, a única coisa que vejo, a única coisa que me é… de títulos é os títulos e nós temos andado mesmo arredados dessa situação!) **Tenho a certeza, não penso, tenho a certeza que o seu contributo vai qualificar o nosso estudo em termos científicos e desde já agradeço em meu nome e em nome também da equipa de investigação o seu contributo. Muito Obrigado!**

Questões	**Guião - Entrevista Nº 7** **(Representante da Associação de Pais – Vice-Presidente)** *É garantida a confidencialidade*
	Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço? Quantos anos tem de experiência neste cargo, como elemento da associação de Pais? Na sua vida teve outros cargos ou experiências?
	Tema/Bloco B - 1º Objectivo
1ª	Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?
2ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Associação de Pais já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente. Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?
3ª	Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
4ª	Como representante de uma Associação de Pais participou na construção e elaboração do PEL? E a Associação que coordena, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?
5ª	Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades?
6ª	Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?
7ª	A CONFAP alguma vez abordou a temática do PEL? Sugeriu a participação ou enviaram informação sobre o processo de formulação do PEL?
8ª	Lembra-se quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
9ª	No seu entender há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Educativo da Escola e o Plano Anual de Actividades da Associação que representa?

10ª	A entidade que coordena tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o agrupamento tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
11ª	Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?
12ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
13ª	Enquanto representante de uma força social, neste caso da Associação de Pais já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
14ª	Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?
15ª	Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
16ª	Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?
17ª	O que entende por um PEL?
18ª	A dinâmica do PEL veio desencadear a reformulação e enriquecimento do Plano de Actividades da Associação que representa?
19ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
20ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
21ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção, enquanto representante da Associação de pais, bem como a título individual?

Entrevista Nº 7

(Representante da Associação de Pais – Vice-Presidente)

Entrevistador: Antes de mais boa tarde! Obrigado pela sua disponibilidade em contribuir com a esta entrevista para o nosso estudo e passaria a perguntar-lhe:

Qual é a sua área de formação profissional?

R: Enfermagem.

Quantos anos tem de serviço?

R: 19.

Quantos anos tem de experiência neste cargo como representante da Associação de Pais?

R: Sou… Faço parte da Associação de Pais há 3 anos. Aa… O ano passado e este aa… no 1º ano foi só como vogal e este ano e o ano que passou como vice-presidente.

Na sua vida teve outros cargos ou experiências?

R: Já fiz parte da Junta de freguesia, era um membro da Assembleia de Freguesia.

Entrevistador - Sim senhor! Então vamos propriamente dito entrar na temática deste estudo e começaria por perguntar:

1ª - Sabe que existe um Projecto Educativo Municipal? Conhece-o? Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?

R1: Sei. Foi-me apresentado e foi-me mostrado pelo representante no Conselho de Educação Municipal quando foi elaborado. Quando foi apresentado ao município tivemos uma reunião com o presidente…com o representante dos pais.

(Entrevistador: Que neste caso não era…) Não tive hipóteses de comparecer, mas fomos representados por outro membro da Associação. **(Entrevistador: Só uma questão. Isso foi numa reunião de que órgão?)** Foi numa reunião do Conselho do Conselho Municipal de Educação , aa… que… foi feita a apresentação no Virgínia. **(Entrevistador: a apresentação do?)** Do, da carta e do projecto, foi feita essa apresentação. **(Entrevistador: Ah! OK!).**

2ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) a Associação de Pais já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R2: Não. (Entrevistador: **Quando é que contactou pela 1º vez com o PEL?)** Foi nessa, foi depois dessa apresentação, não sei precisar a data, mas foi depois dessa apresentação pública.

3ª - Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local?

R3: Não. **(Entrevistador: e quais foram as razões dessa elaboração?)** Não. **(Entrevistador: Sabe de onde é que partiu a ideia?)** Sei que há um conjunto de cidades educadoras, mas não sei exactamente como é que surgiu essa, esse conceito. **(entrevistador: Cá no município sabe de onde surgiu a ideia, de onde surgiu a ideia?)** Eu pensava que tinha a ver com a parte da vereação, com a parte da educação e da vereação, mas em concreto não tenho conhecimento. Foi só mesmo naquela fase da reunião e da apresentação que eu tive conhecimento que as coisas estavam a ser construídas.

4ª - Como representante de uma Associação de Pais participou na construção e elaboração do PEL? E a Associação que coordena, participou? Caso a resposta seja afirmativa, de que forma se revestiu essa participação? E enquanto cidadã participou individualmente?

R4: Não. **(Entrevistador: e a Associação que coordena?)** Não. **(Entrevistador: e enquanto cidadã participou individualmente)** Não.

5ª – Já participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e participação da comunidade, quer em representação individual, quer em representação colectiva: associações, empresas, entidades?

R5: Que eu tenha conhecimento não.

6ª - Foi contactado por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL e houve algum canal de informação privilegiado nesse sentido? No seu entender, o Município chamou a Comunidade para participar na construção deste instrumento? Sabe que foi criado um fórum?

R: Que eu tenha conhecimento a Associação não foi, nem eu, nem a pessoa que na altura era presidente, não fomos contactados para participar nessa construção. **(Entrevistador: No seu entender o município chamou a comunidade para participar na construção deste instrumento?)** Eu sei que chamou os presidentes do conselho executivo e que houve outras pessoas, mas quem foram exactamente não tenho a certeza. **(Entrevistador: Sabe que foi criado um fórum?)** Não. **(Entrevistador: Na Internet!)** O que já consultei foi na página da Câmara e consultei, propriamente dito a carta educativa e o projecto, isso eu já consultei, mas pronto, mas se calhar sou eu que tou, tou mais desperta para isto e tentei ver por escrito, o que é que, do que é que constava. **(Entrevistador: devido ao facto de ter assento no conselho municipal de educação)** Não, nós não temos, o nosso representante é uma pessoa da Manuel Figueiredo, porque, aa… quando foi feita essa eleição o representante da escola entretanto, depois deixou de comparecer e quisemos alterar e depois soubemos que foi feita nova eleição e ficaram as outras duas escolas com assento no conselho, nós não temos ninguém da nossa escola com assento, ou melhor era o aluno, o aluno é que era da nossa escola.

7ª - A CONFAP alguma vez abordou a temática do PEL? Sugeriu a participação ou enviaram informação sobre o processo de formulação do PEL?

R7: Que eu saiba não. **(Entrevistador: Sugeriu a participação ou enviou informação sobre o processo de formulação do PEL?)** Não. **(Entrevistador: A Associação solicitou alguma informação à CONFAP?)** Não.

8ª – Quando, e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final? Participou nessa apresentação? Lembra-se?

R8: Que eu tenha conhecimento foi nessa tal reunião pública (toca um telemóvel) … nessa reunião pública foi feita a divulgação. **(Entrevistador: Não se lembra quando é que foi?)** A data não, sei que já foi no outro ano lectivo, talvez segundo trimestre do ano lectivo 2007-2008, mas a data precisa não tenho a certeza.

9ª – No seu entender há alguma articulação entre o PEL e o Projecto Educativo da Escola e o Plano Anual de Actividades da Associação que representa?

R9: Aa… Essa articulação aa… não se tem feito muito porque quanto ao nosso plano de actividades, tem, tem-se baseado, primeiro, naquilo que os pais estão disponíveis para colaborar, aa…, numa de participar em termos de actividades de coisas que entendem que, tanto para os professores, como para os auxiliares, como para os alunos, os nossos saberes possam contribuir para melhorar e aumentar o nível de conhecimentos dos, dos. Aa… Essa articulação, penso que não é, não é visível aa…, depois o plano de actividades este ano era uma coisa cheia, tanto do plano de actividades da escola era assim uma coisa aa… de páginas, aa…, não daria muito para, ou melhor, se calhar cobria tudo o que plano local queria, municipal queria, mas penso que não tem a ver uma coisa com a outra. **(Entrevistador: Quer dizer não tem havido cruzamento?)** Pois não (baixinho).

10ª- A entidade que coordena tem sido um parceiro da acção educativa do município? De que forma se tem revestido a cooperação? Para além do Município o agrupamento tem outros parceiros que estejam contemplados ou não no PEL?

R10: Não sei como! A nossa ligação é muito pouca, é mais com a escola, interagimos, colaboramos muito mais directamente com a escola. Também nunca pedimos nada, nunca fomos ao município pedir colaboração, verdade seja dita, mas também nunca nos foi pedido nada em contrário. **(Entrevistador: Conhece outros parceiros que contribuam também para…)** Eu penso que só os elementos do conselho é que provavelmente terão mais algum assento, como o nosso representante, pronto, quando havia informações que eram importantes nos vinha dar as informações nós nunca tivemos ligados directamente, távamos representados e por aí não temos tido grande relação. **(Entrevistador: a escola… a escola onde estão inseridos é uma escola, uma escola secundária? Ela…)** é uma escola, è um agrupamento que já vai desde o jardim até ao secundário, a escola… porque a nossa associação representa todas as escolas à excepção da escola de Santa Maria. **(Entrevistador: muito bem!)**

11ª-Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?

R11: Tive conhecimento disso numa assembleia de escola, que a representante do município deu essa informação.

12ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R12: Eu, quando ouvi falar disso tentei perceber o que é que consistia e fiquei com a ideia de que seria uma cidade com mais preocupações com a educação do que quem não pertencesse à rede e se calhar foi só isso que, só essas ilações que eu tirei, pronto, olha, é um movimento, se calhar vamos ter benefícios com isto, não fiquei com nenhuma essência realmente nem porque

é que as coisas teriam sido feitas desta forma, mas penso que o que, pensei, olha, se calhar a partir de agora vão pensar um pouco mais na educação. **(Entrevistador: muito Bem!)**

13ª- Enquanto representante de uma força social, neste caso da Associação de Pais já participou em algum congresso internacional da AICE ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?

R13: Não. **(Entrevistador: E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?)** Também não, não tive conhecimento.

14ª- Qual a importância da construção do PEL no "Município XXI", identificando-se este, como Município/Cidade Educadora?

15ª- Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
Após uma pausa **- (Entrevistador: Não sei se conseguimos… Programas, serviços, estruturas, acções, equipamentos, programas que o município possa, esteja a oferecer neste momento à comunidade)** Eu sei…

R15: Melhorámos a rede de jardim-escola!? Será que é a parte mais visível, Melhorámos o tempo que não existia aqui há uns anos, em relação ao 1º Ciclo, dos prolongamentos!? Se calhar é a face mais visível desta, desta, deste apoio, deste apoio, que possa ser dado ao nível da educação e ao nível dos pais, porque quanto ao resto não vejo mais, mais benefícios.

16ª- Conhece os princípios da Carta das Cidades Educadoras? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?

R16: Não. **(Entrevistador: Do conhecimento que tem do PEL am… entende… isto é… vamos voltar… Acha que esta cidade estará a**

converter-se ou não numa cidade educadora?) Ainda é cedo para ver os resultados, provavelmente virão, virão a ser mais visíveis, mas nesta altura ainda é tudo muito, muito recente e não, não se estão a sentir ainda os resultados que, que provavelmente na carta, que eu acredito, que sejam para trazer benefícios, mas neste momento eu penso que ainda não é, não é visível.

17ª-O que entende por um PEL? (Entrevistador: no seu ponto de vista?)

R17: Do meu ponto de vista um projecto educativo é alguma coisa, é algum projecto em que estão aa… delineadas aa… tudo o que seja, aa… as metas que as pessoas pretendem, que o, que o, que em todos os munícipes vão ter conhecimento de como naquele município os miúdos podem ter acesso à educação, essencialmente acaba por ser isso. Agora! Se isso se vai reverter em qualidade de conhecimentos, de benefícios, de diminuição do abandono escolar, dessas coisas todas, não, não temos ainda esses resultados.

18ª- A dinâmica do PEL veio desencadear a reformulação e enriquecimento do Plano de Actividades da Associação que representa?

R18: Não.

19ª-Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso? (Entrevistador: ao centro onde se decide?)

R19: Não. Não… a participação associativa também não é das mais fortes e quando as pessoas têm uma actividade de participação, às vezes também, os pais têm sempre um papel na escola com algo que se retraem um pouco, porque, há mitos, e, que não são fáceis de, de debelar e por isso eu penso que temos as duas coisas, temos a fraca participação e depois mesmo aqueles que poderiam ter interesse em, em participar às vezes têm alguns mitos na sua participação, e às vezes não se aventuram porque podem achar que depois venham a ter outro tipo de problemas.

20ª-Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?

R20: Aa..! É aceitável que se pense isso, porque, como digo ainda é muito, muito cedo para ver os resultados, nestas coisas de mudanças de comportamento, não são dois anos, nem três que se vêem resultados, os resultados vêem-se depois. Aa… Mas pode, é questionável essa questão. Eu, eu penso que poderá haver quem, quem utilize isso para realmente dizer, que a sua cidade é melhor para se viver e não se prende só com isso.

21ª-Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção, enquanto representante da Associação de pais, bem como a título individual?

R21: Eu penso que se tivesse podido participar teria chamado a atenção para a carta educativa municipal, porque eu acho que foi feita sem ter atenção às ligações e às proximidades das localidades e eu penso que foi feita de gabinete e de mapa à frente e riscaram por onde, pelos números que lhes deu, números para fazerem os centros e essas divisões não são relacionadas com as populações, nem as comunidades, eu penso que essa é a minha maior crítica, porque isso vai implicar grandes alterações em termos de hábitos e não concordo com a carta desde o início, já o fiz chegar várias vezes através do representante e em conversas com várias pessoas, porque não concordo com a carta. **(Entrevistador: E ao nível da construção do PEL, imaginemos que era a… teria tido outro tipo de comportamento na participação desse instrumento, digamos assim?)** É assim, eu também não o analisei de uma forma a conhecê-lo na íntegra. Já o li, já o li, li-o se calhar logo a seguir a essa

dita reunião. Se me perguntar agora exactamente em que ele consta do princípio ao fim também não tenho, não o conheço de o ter estudado, mas não tenho uma crítica própria, dirigida propriamente ao projecto, agora, o que eu acho, que é, que se vai reflectir ao nível das pessoas e das suas vivências, porque eu acho que há coisas que não é para dividir desta forma, porque continua-se a fazer as divisões de gabinete e eu acho que foi isso que aconteceu.

Entrevistador: Sim senhor! Olhe, da nossa parte, agradeço a sua disponibilidade, porque estamos convictos, que efectivamente o seu contributo irá qualificar o estudo em causa e muito obrigado por ter cedido esta entrevista!
Entrevistado: De maneira nenhuma, e sempre que for necessário…

Entrevistador: Obrigado

Questões	Guião - Entrevista Nº 8 (Representante/Membro do Conselho Municipal de Educação)
	Tema/Bloco A - Justificação da Entrevista
Perfil entrevistado	Qual é a sua área de formação profissional? Quantos anos tem de serviço? Quantos anos tem de experiência neste cargo, como elemento do CME? Na sua vida teve outros cargos ou experiências?
	Tema/Bloco B - 1º Objectivo
1ª	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) já havia projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.
2ª	Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?
3ª	Para além da participação da Câmara Municipal mais alguém se envolveu no seu processo de construção e elaboração?
4ª	Pode explicar como é que decorreu esse processo de construção e de elaboração do PEL? Foram mobilizados recursos técnicos e agentes para suporte do projecto? Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades para

	a cimentação do seu processo de construção? E pontos fracos e ou constrangimentos?
5ª	Quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?
	Tema/Bloco C - 2º Objectivo
6ª	Conhece outros parceiros que normalmente tenham participado no PEL?
	Tema/Bloco D - 3º Objectivo
7ª	Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?
8ª	Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?
9ª	Enquanto professora, e neste caso representante dos professores no Conselho municipal da educação já participou em algum congresso internacional da AICE? ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?
10ª	Na sua opinião qual será a importância da construção do PEL, neste caso, no "Município XXI", identificando-se este como um Município/uma Cidade Educadora? Qual a importância deste instrumento nesse sentido?
11ª	Quais são as estruturas e programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação?
	Tema/Bloco E - 4º Objectivo
12ª	Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL, entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?
13ª	O que entende por um PEL?
14ª	Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?
15ª	Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das comunidades a servir. Quer comentar?
16ª	Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção, enquanto representante da Associação de pais, bem como a título individual?

Entrevista Nº 8

(Representante do Conselho Municipal de Educação)

Entrevistador: Antes de mais obrigado pela sua disponibilidade para poder, digamos, dar-nos esta entrevista relativamente ao estudo que estamos a investigar, ao PEL e começava por lhe perguntar:

Qual é a sua área de formação profissional?

R: Portanto, eu sou professora, pertenço ao grupo 230, inicialmente, como formação inicial tinha um bacharelato que me dava habilitação para o grupo 230, depois fiz complemento de formação, mais tarde fiz, fiz estágio, fiz mestrado e pronto, tenho desempenhado ultimamente ao grupo 230, que é Matemática e Ciências da Natureza, 2º Ciclo. **(Entrevistador: e o mestrado em?)** Ciências da Educação na especialização administração e organização escolar.

(Entrevistador: muito bem!)

Quantos anos tem de serviço no ensino?

R: 18 anos de serviço.

Entrevistador: Neste momento estás a exercer um cargo a nível do município, num órgão municipal, digamos…?)

R: Sim. Portanto, eu sou a representante dos professores do 2º…, do ensino básico no Concelho Municipal de Educação. Uma eleição a um cargo que me candidatei, e, portanto fui eleita.

Quantos anos tem de experiência neste cargo?

R: 3 anos.

Teve outros cargos ou experiências além disso?

R: Portanto, sempre tive uma participação activa dentro da escola, apesar de ter que mudar muito, mudei muito de escolas, portanto eu tenho 18 anos de serviço, eu mudei 12 vezes, conheço 12 escolas, portanto, mudei muito, mas independentemente das mudanças, sempre tive participações activas. Comecei por desempenhar cargos de direcção de turma, portanto fui antiga delegada de grupo, também fui coordenadora de grupo, também fui logo coordenadora de grupo, de departamento quando houve os departamentos, fui coordenadora de departamento. Aa… fui coordenadora de ciclo e é logo que isto implica que uma pessoa tenha uma participação mais activa, nomeadamente na construção dos projectos curriculares de escola, nos projectos curriculares de turma, portanto apanhei no desempenho da coordenação de ciclo, portanto, apanhei mudanças legislativas que incrementaram a minha participação, nomeadamente nestes documentos: projecto educativo, projecto curricular de escola e projecto curricular de turma.

Entrevistador: Muito bem! Então agora vamos passar directamente para a parte do estudo em si e começava por perguntar:

1ª - Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL), já havia projectos ou programas para o sector da educação no município? Se já, quais eram e quem é que tinha essa iniciativa? Descreva-os sucintamente.

R1: Sim. Eu tenho ideia que sim. Portanto, o projecto educativo começou a elaborar-se já eu fazia parte do Conselho Municipal de Educação, mas já antes a educação era tema de debate, e penso que havia uma política concertada de ideias e de intenções que era debatida em termos concelhios, portanto, onde, pronto, eram falados os princípios orientadores e as intenções do município. **(Entrevistador: Conhecias algum programa antes do PEL, lembra-se de algum nome?)** Portanto começou… eu penso que há um programa do pré-escolar, que começou ainda antes deste projecto, e era um programa concelhio, o da educação pré-escolar, penso que ligado à pintura e às artes "rendufais e pafarrões" – **(Entrevistador: Panfarrões)** "Panfarrões", uma coisa nesse género. Portanto, isso já é antes do, aa… o… as actividades de

enriquecimento curricular, penso que também são… nasceram antes do Projecto Educativo Municipal, senão arrancaram logo, pelo menos a ideia inicial foi… foi… foi antes. Não tenho assim certezas, mas julgo que sim.

2ª - Sabe quando é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração? A ideia partiu de quem?

R2: Eu penso que tem a ver com um conjunto de intenções que se prende para a cidade e a cidade e os responsáveis da cidade pretendiam construir uma cidade educadora e tudo fizeram, e a cidade em si reúne condições para ser uma cidade educadora e trabalhou-se muito, penso, nesse sentido, portanto, esta última equipa da autarquia penso que teve um papel fundamental, aa… e pensou-se portanto, em termos da cidade, e se falarmos da cidade, a gente fala da cidade educadora, pensa no concelho, mas se falarmos da cidade, eu lembro que a cidade reúne, ali, um conjunto, a biblioteca, o planeamento da biblioteca, a remodelação do teatro Virgínia, a Praça 5 de Outubro, as piscinas municipais são tudo um conjunto, o Palácio dos Desportos, mas se pensarmos nestes, nos primeiros que falei, sobretudo um conjunto de serviços, que se podem facilmente circular entre eles, não é, portanto são perto uns dos outros e que queria ali um núcleo na cidade com muito serviços de vários… vários domínios, portanto da educação, portanto, e a torna muito especial nisso. Houve essa intenção e sei que a política estava concertada nesse sentido, foi um aspecto apresentado no Conselho municipal de Educação. E depois, há toda uma política de apoio às escolas do concelho, em que a educação tem um papel de destaque. **(Entrevistador: Então; a ideia partiu de quem, da construção do PEL?)** Eu penso que é da autarquia.

3ª - Para além da participação da Câmara Municipal mais alguém se envolveu no seu processo de construção e elaboração?

R3: A Câmara… Alguém tem de tomar o arranque, não é! E arrancar com as coisas, mas houve um espaço, um tempo de debate para haver participações e colaborações para a elaboração do projecto educativo. Esse tempo de debate

foi apresentado aos conselheiros do Conselho Municipal de Educação que dentro de quem representavam, divulgassem e que incentivassem a participação na construção do PEL e inclusivamente lembro-me que na cidade, no concelho, não quero arriscar, mas na cidade tenho a certeza, circulavam panfletos, que foram inclusivamente distribuídos a apelar à participação de ideias, que constassem no Projecto Educativo Municipal.

4ª - Pode explicar como é que decorreu esse processo de construção e de elaboração do PEL? Foram mobilizados recursos técnicos e agentes para suporte do projecto? Foram diagnosticados pontos fortes e oportunidades para a cimentação do seu processo de construção? E pontos fracos e ou constrangimentos?

R4: Eu tenho ideia que sim. Não, não conheço os passos. Enquanto membro do Conselho, foi… como estava a dizer, sei que houve uma preocupação e houve uma formação da parte de… da Câmara nesse sentido, visitaram outras cidades educadoras, portanto, foi-nos dito isso, foram consultados projectos educativos de outras cidades, houve… começou-se por estabelecer um conjunto de intenções e analisar aquilo que tínhamos e aquilo que se queria e depois pediu-se, portanto fez-se um diagnóstico e depois pediu-se a participação das pessoas para o projecto, portanto aberto a todo o município**. (Entrevistador: Foram diagnosticados pontos fortes e fracos, ou constrangimentos, digamos…?)** Eu não tenho presente, mas de pontos fortes para nos tornarmos cidade educadora foram, foram, isso foram. Os pontos fracos! Não, efectivamente não, não me lembro, mas com certeza também! Pontos fortes lembro-me parte geográfica da cidade como estava montada e os serviços onde estavam, lembro-me que era um ponto forte. **(Entrevistador: E então, Enquanto representante do Conselho Municipal da Educação qual foi o papel, digamos, apesar de já ter respondido, qual foi o papel deste órgão na construção do PEL?)** Na divulgação desta, da fase de implementação... da construção do projecto, aí teve um papel importante na construção de como o projecto estava a ser feito e o que se queria e pretendia com o projecto. Isso foi um aspecto que eu acho importante, passou sempre pelo Conselho Municipal de Educação, **(Entrevistador: Então,**

o Conselho Municipal de Educação só divulgou o projecto, digamos assim?) Não estou a dizer que divulgou, divulgou a fase de andamento do projecto. Apresentou o diagnóstico que ele queria e abriu à participação, um espaço, houve aí, não sei precisar o tempo, mas houve um espaço onde se pedia a participação não só das escolas, isso até foi bem… bem, bem frisado, que não era só as escola que poderiam fazer parte do projecto educativo municipal e as actividades da escola. Outras instituições, lembro-me disso ter sido bem, bem referido, que o projecto não era para contar só com a participação das escolas. **(Entrevistador; Quando é que contactou pela 1ª vez com o PEL; lembra-se?)** portanto, se calhar há 2 anos, talvez, mas eu a precisar datas não quero arriscar, mas talvez há 2 anos, isto tudo há 3, talvez há 2, sim. **(Entrevistador: E enquanto cidadã participou activamente na construção?)** Enquanto cidadã não, enquanto cidadã, penso que ainda não temos essa cultura de participação, lembro-me de ter visto os folhetos, o projecto educativo municipal, o que é, aliás havia mesmo um folheto que dizia: o Projecto educativo municipal, o que é? Lembro de os ter visto e olhar com outros olhos para eles tendo em conta o meu papel no sistema educativo, mas enquanto cidadã não, não participei. **(Entrevistador: Participou em reuniões ou em sessões de trabalho onde manifestamente se observou a adesão e a participação da comunidade?)** Não. **(Entrevistador: quer em representação individual, quer em representação colectiva?)** Não, não, não participei. **(Entrevistador: Foi contactada por alguém ou por alguma equipa de apoio e de coordenação ao desenvolvimento da construção do PEL?)** Aa.. não, só enquanto nas reuniões do conselho, nas reuniões do conselho o assunto era debatido e era falado e era apelada a nossa participação e quem se quisesse envolver mais estava esse espaço aberto, pronto mais que isso, não. **(Entrevistador: além do panfleto ou mais algum canal de informação privilegiado nesse sentido para a participação?)** Que eu tenha conhecimento não, não sei, agora se passou nos jornais ou na rádio, isso não sei. **(entrevistador: Então na sua opinião o município chamou a comunidade para participar nesse instrumento?)** Sem dúvida! **(Entrevistador: sabe que foi criado um fórum?)** Tenho ideia que na altura também se falava na divulgação da página da Câmara, mas sinceramente, pronto, como tinha lido a informação, não consultei.

5ª - Quando e como é que foi apresentado e divulgado o PEL após a sua versão final?

R5: Foi apresentado numa sessão de Câmara de Conselho Municipal, foi aí que foi divulgado o projecto. **(Entrevistador: E à comunidade lembra-se?)** À comunidade, eu penso, houve um evento que eu por acaso era para ir e não fui, penso que Torres XXI, não tenho a certeza se era este o nome, mas sei que houve uma cerimónia onde foi apresentado o Projecto Educativo Municipal. Eu por acaso não pude estar, mas lembro-me que houve.

6ª – Conhece outros parceiros que normalmente tenham participado no PEL?

R6: Sim. Por exemplo o caso da União Desportiva e Recreativa da Zona Alta, Centro de Bem-estar Social. É um parceiro privilegiado, nomeadamente em algumas acções, por exemplo a Feira do Ambiente, é um parceiro sempre da Câmara, da autarquia na elaboração deste evento, o SEPNA **(Entrevistador: Pode traduzir?)**, Serviços de Protecção da Natureza da GNR também, neste evento. Esses são exemplos que estou agora a lembrar. Isto além das escolas, como é óbvio, porque um Projecto educativo municipal não envolve só as escolas e essa mensagem aos conselheiros foi bem passada, pelo menos eu, assim a recebi. Porque às vezes projecto educativo, a gente pensa só nas escolas, mas eu entendi e fiquei enriquecida nesse sentido, que não tem a ver só com a acção das escolas, no concelho.

7ª-Sabe que esta Cidade pertence ao Movimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)?

R7: Sei. Muito me orgulho disso, efectivamente.

8ª-Para si, o que é que distingue uma "Cidade Educadora" de qualquer outra, que não se assume como tal, que nem pertence à respectiva Rede?

R8: O que distingue a cidade é haver uma preocupação clara e uma intenção clara na educação de quem habita nessa cidade, nesse município e tendo em conta o valor que eu atribuo à educação, penso que é grandioso haver essa manifesta preocupação dos nossos governantes locais nesse sentido. **(Entrevistador: Será que uma cidade que não está na rede não se preocupa com a educação dos munícipes?)** Preocupa, mas a educação não passa só por uma preocupação, passa também por acções claras, não é, e intencionais e projectos concertados, não tudo coisas isoladas e aqui acho que nós temos essa noção.

9ª- Enquanto professora, e neste caso representante dos professores no Conselho municipal da educação já participou em algum congresso internacional da AICE? ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras? E realizados e ou promovidos pelo município no âmbito desta problemática?

R9: Não. Nunca fui convidada para tal **(Entrevistador: ou nalgum encontro nacional e ou em debates realizados e sugeridos pela Rede Portuguesa das Cidades Educadoras?** Não, não. Nunca fui convidada para tal, nem nunca tive a informação, conheço algumas coisas, mas não tem a ver com o facto de eu pertencer ao órgão. **(Entrevistador: Nem desenvolvido pelo município, também…?)** Não.

10ª- Na sua opinião qual será a importância da construção do PEL, neste caso, no "Município XXI", identificando-se este como um Município/uma Cidade Educadora? Qual a importância deste instrumento nesse sentido?

R10: A importância!... Tem a ver com a importância da educação, da formação das pessoas e falo mesmo aqui pessoas, não só das crianças e dos jovens, das pessoas, dos idosos, também dos adultos, acho que a ver essa preocupação e haver essa concertação de acções, que é tudo muito mais importante, não é.

11ª- Quais são as estruturas, programas, acções e serviços que localmente são oferecidos pelo município ao nível da educação? De forma geral?

R11: Que são oferecidos pelo município? Olhe! Aa… nas escolas, portanto, há todo… O município é um parceiro privilegiado das escolas, de toda a acção das escolas. **(Entrevistador: ajuste técnico no gravador: aa… pronto!)** Portanto, estava eu a falar, portanto, no caso das escolas são, têm acções conciliadas com o município, caso das actividades de enriquecimento curricular, conseguem abranger o concelho todo e apesar das escolas estarem dispersas neste momento, espera-se que essa situação venha-se a melhorar com os centros educativos. Depois há um conjunto de acções, aa… eu não estou muito envolvida nelas tendo em conta aquilo que eu faço e tendo em conta a minha idade, mas eu sei que existem uma série de iniciativas nas piscinas municipais por exemplo para, para idosos, que há preocupação com a saúde, com o bem-estar, programas de ginástica, de hidroginástica, que há uma série de iniciativas nesse, nesse âmbito.

12ª- Conhece a Carta das Cidades Educadoras e os princípios que a constituem? Do conhecimento que tem do PEL do "município XXI", entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?

R12: Eu já a li. Agora se me pôr a perguntar coisas, mas eu já, já a li! **(Entrevistador: Do conhecimento que tem do PEL do "município XXI", entende que a sua elaboração teve em conta esses princípios?)** É difícil responder, porque também não tenho agora presente os princípios da carta, aa…, penso que sim, na altura isso foi-nos apresentado, porque até nos foi dito que leram e consultaram outros projectos educativos municipais, como o de Barcelona, e a Trofa, é um bom exemplo também nacional, e eu penso que é óbvio, tiveram em conta esses princípios, não tenho certeza naquilo que digo, mas quero crer que sim.

13ª- No seu ponto de vista, o que é para si um PEL?

R13: Um PEL é um conjunto de acções, é também um futuro que se pensa construir, porque um projecto é isso, é um futuro que se pensa construir sobre a educação e a educação na sua dimensão alargada que é a educação, da formação das crianças, dos jovens, dos idosos, nas várias vertentes e um conjunto de acções e serviços que se põem ao dispor das pessoas que aqui habitam.

14ª-Tendo em conta as suas vivências, e na sua opinião tem-se sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, ou nem por isso?

R14: Não tenho dados para me, para me pronunciar sobre isso**… (Entrevistador: pela sua sensibilidade**!) pela minha… portanto, é mesmo uma questão de opinião **(Entrevistador: opinião, exactamente!)** eu penso que não há ainda na nossa cultura portuguesa, participação, o poder participar e intervir nos serviços, isto nas suas vária vertentes. As pessoas desligam-se e, e cada vez mais é exigida a sua participação, quer em termos do município, quer nas escolas, nos novos modelos de gestão, aa…, mas as coisas ainda estão muito fechadas sobre, sobre elas próprias, agora, isto tudo requer uma aprendizagem e esta aprendizagem é muito longa, se participam mais que há uns anos, eu acho, eu, eu sim, participo mais, tenho mais necessidade de me envolver, nomeadamente nos regulamentos das escolas dos meus filhos, por exemplo, tenho curiosidade de ver, acho que devo participar, assim como doutras associações recreativas, tenho essa curiosidade também de ver o regulamento, e porque é que foi assim, e como é que decidiram assim e há participação, pronto, aa… vai-se, vai-se avançando um bocadinho, mas eu penso que a passinhos muito, muito lentos, as coisas ainda acabam por estar muito fechadas sobre elas próprias e sobre algumas pessoas ou conjuntos de pessoas.

15ª-Uma das críticas que anda associada ao conceito de "Cidade Educadora", é se este termo não é sobretudo uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, e se na verdade não pode ser subaproveitado para os verdadeiros fins sociais e culturais das

comunidades a servir. Quer comentar? (Entrevistador acrescenta: alguns investigadores, pronto, há várias, digamos, leituras, uma das leituras é também esta. O que é que acha sobre esta leitura?)

R15: Eu acho que essa leitura aa… é… concordo com essa leitura, agora não quer dizer que as duas coisas não possam coexistir, portanto, eu acho é que elas possivelmente coexistem e eu quero crer que assim sejam no caso do "Município XXI". Agora, essa imagem de marketing e de promoção da cidade, sem dúvida que também é muito importante e não podemos pensar que não é, eu considero muito importante. "Município XXI" é uma cidade nova de há 10 anos para cá, sensivelmente, é uma cidade que as pessoas gostam de cá viver, tem um conjunto de serviços que não existiam, portanto, eu vivo no "Município XXI" há 30 anos e sinto essa, essa diferença, tive uns anos fora, tive 5 anos fora e quando vim eu notei muita diferença e noto diferença, é uma cidade que está bonita, é agradável, tem serviços, temos onde praticar desporto, portanto, eu sou mãe, tenho 2 filhos, eles podem praticar qualquer modalidade mais corrente do plano, uma esgrima ou isso, da vela não temos espaços, mas há muitas modalidades que eu posso escolher, há muitas ofertas, desde do desporto à música, biblioteca com os serviços que está a ter, portanto há, posso ir a um espectáculo sem ter de me deslocar a Lisboa, de qualidade, coisa que isso há uns anos não acontecia, portanto é lógico, e toda a gente gosta fazer parte de uma história de sucesso e de uma cidade de sucesso, portanto, vem muita gente ao "Município XXI", mesmo nas camadas jovens, aa… eu lembro-me que quando tinha os meus 18 anos era muito hábito sairmos do "Município XXI" para ir mesmo a bares e a discotecas e hoje não, hoje, a gente assiste ao contrário, vem muita gente ao "Município XXI" ao shopping, ou à biblioteca, ou passear só, encontro… encontro várias…, é frequente encontrar pessoas de fora que vêm passear aqui ao "Município XXI",aa… portanto, penso que se desenvolveu muito e nestes serviços sem dúvida alguma, que sim, penso que ainda há muito para fazer, nomeadamente nos níveis mais baixos de ensino e mais especificamente no 1º Ciclo. Penso que as escolas do 1º Ciclo estão muito, muito pouco apetrechadas, isto falando só na parte das escolas, aa…, mas temos que dar tempo ao tempo e os centros educativos estão aí para chegar, tudo o resto, acho que temos muito

boas condições e mesmo para a população idosa, nunca me lembro dentro do "Município XXI" haver tanta coisa para os idosos, é a universidade da 3ª idade, é as associações que aí há, tipo a ARPE, é as hidroginásticas, é os passeios, portanto há esse cuidado também com essa população acima dos 65 anos. Portanto, se… eu penso que o ideal é aliar-se estas duas coisas porque no "Município XXI", as cidades precisam de movimento e precisam de trazer pessoas. Se a cidade educadora também contribui para essa imagem de marketing é óptimo, se só contribui para isso, já não acho tão bom, não é.

16ª-Hoje, perante esta dinâmica à volta das políticas educativas locais, das Cidades Educadoras e da construção do Projecto Educativo Local proporia mudar algo ou teria considerado outro tipo de intervenção a nível pessoal? (Entrevistador acrescenta: Ao nível da construção do PEL, digamos? Se proporia mudar algo na sua atitude ao nível da construção do PEL?)

R16: Não…O projecto correspondeu aquilo… **(Entrevistador acrescenta: Enquanto representante ou enquanto cidadã individualmente. Digamos assim, pronto!)** A minha posição aqui enquanto cidadã e enquanto representante dos professores do ensino público, do ensino básico público é a mesma, aa… pronto! Não proporia mudanças, acho que foi bem apresentado, o diagnóstico, aa…aa.. Pediu-se as contribuições de cada um e eu tinha esse papel de transmitir essas informações e de divulgar isso, aa…, se não o fiz também enquanto cidadã, enquanto professora e se os meus colegas não o fizeram, portanto foi por uma opção. **(Entrevistador: Na altura como é que divulgaste nas escolas, foi…?)** Nas escolas!? Nas reuniões de departamento, lembro-me de ter falado. **(Entrevistador: E houve alguma contribuição desses professores nesse sentido?)** As pessoas ainda, pronto, não, não, não ligam muito a este tipo de informação, alguém está a fazer isso, penso que não há, é mais fácil a escola, a instituição e aí sei, que deu a sua, se ofereceu na forma de contribui para algumas iniciativas, por exemplo nesta escola, o caso de uma iniciativa da feira do ambiente, é sempre certo a sua participação e não falando noutras, agora cada um individualmente ter uma

ideia, aa…, ainda é difícil termos essa cultura, essa prestação, mas eu acho que correu muito bem a iniciativa.

Entrevistador: Da minha parte, da nossa parte, neste caso da equipa de investigação, não é! Obrigado por teres disponibilizado esta entrevista e estamos convictos que efectivamente o estudo sairá mais enriquecido, aa…, pelo teu contributo, (Entrevistado: tá bem!) **obrigado!** (Entrevistado: nada!)**.**

Anexo 4 – Quadro 20. Análise Categorial das Entrevistas

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº1**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**			
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E1R1** " Ainda não estava cá, mas como o município colaborava comigo, ainda estava eu do outro lado, portanto, […] Havia determinados projectos em que a câmara era nossa parceira, nomeadamente os ciência viva, em que a câmara foi sempre nossa parceira…" **E1R2** "Normalmente eram da iniciativa da escola, […] colaborávamos em muitas actividades que eram da, pois que partiam da autarquia, como por exemplo a geminação de escolas…" **E1R3** "Eu acho que surgiu um bocado com a minha entrada também aqui […] achava que havia muitas coisas que nós fazíamos isoladamente, e que se calhar se conseguíssemos	Existência de algumas parcerias, entre a Escola e o Município anteriores ao PEL A iniciativa das parcerias partia mais da escola, mas o Município também as já as contemplava Assumpção pela vereadora de uma vontade própria, de uma vontade política perante a necessidade da construção do

			todos trabalhar para o mesmo e colaborar todos como parceiros que seria mais fácil a câmara corresponder às necessidades das escolas, por isso é que o nosso projecto educativo não é um projecto escolar, é um projecto muito mais abrangente, quer chegar não só à educação escolas mas à educação não formal, portanto de todos nós, de ti também…"	PEL em prole, quer da educação formal, quer da educação não formal, através de um trabalho colectivo abrangente que alcance todos os cidadãos.
			E1R4 "Necessidade de haver uma colaboração mais directa, de haver uma sistematização, de nós podermos programar "à la longue" e não estarmos dependentes do que qualquer dos parceiros da comunidade se lembrasse de nós a meio do percurso…"	Reconhecimento que um PEL tem objectivos diferentes de um projecto educativo escolar Denota-se sensibilidade para a necessidade do envolvimento directo e organizado dos diversos parceiros e para uma política de proactividade e a longo prazo
			E1R5 "Claro que foi municipal mas não foi o pelouro da educação que fez o projecto, embora estivesse centralizado aqui na divisão, aqui na altura, mas foram todos os departamentos da câmara que estiveram representados para podermos fazer realmente uma abordagem muito transversal a todos os temas, portanto, todos os departamentos estiveram aqui representados	Projecto claramente de iniciativa municipal Confirmação do PEL como uma iniciativa local, sem intervenção do Estado central através dos seus Serviços regionais desconcentrados
			E1R6 "Nós não recorremos ao ministério da educação, nem a qualquer ministério para elaboração. Não, não recorremos, foi local, foi mesmo local, local, só os parceiros locais."	
			E1R7 "Uma das coisas que nos levou a fazer o projecto educativo era realmente, estávamos inseridos na rede	Reconhecimento, para além da vontade própria, da existência de um imperativo formal, derivado da integração na rede das

			europeia e era quase uma obrigação nossa também fazer o projecto educativo. Por muito que eu já tivesse isso na cabeça, foi mais uma obrigação […] E portanto uma das coisas que nós tiramos implicitamente da nossa adesão às cidades educadoras é que teríamos de fazer um projecto educativo municipal…" **E1R8** "Acho… fez-se esse estudo, fez-se este estudo mas olha que não te sei dizer concretamente neste momento, não recordo os pontos que foram apontados. Fizemos esse estudo, fizemos esse estudo…" **E1R9** "Da construção do projecto educativo!? Andámos, primeiro… 6 meses! Um ano para conseguir fazer o esboço."	cidades educadoras, que serviu de mola à construção do respectivo PEL Parece ter havido preocupação com o diagnóstico inicial (Pontos fortes, oportunidades, pontos fracos e constrangimentos) O Processo de construção teve a duração de um ano.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E1R10** "Após as questões todas e de conseguirmos dar-lhe corpo foi apresentado a toda a comunidade […] no Cine-Teatro […], a toda a população, a quem quis estar presente, foi aberta à comunidade e esteve presente, esteve alguém a representar as cidades educadoras…"	Apresentação pública aberta a toda a comunidade educativa, com ênfase da participação da representante da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
C	**Participação Cidadã**		**E1R11 "** Esteve à consulta de todos os munícipes, mas como sempre os munícipes participam muito pouco… " **E1R12** "Houve achegas de algumas escolas, nomeadamente […], foi uma das escolas que deu umas achegas para o projecto, de resto pouco mais, pouco mais. As pessoas, propusemos a discussão, acharam que estava tudo muito bem…"	Apesar da promoção da consulta e discussão pública parece verificar-se pouca participação dos munícipes

D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E1R13** "Não, com as associações não se fez, comunicou-se. O que se fez a reunião foi: quer com todos os departamentos da câmara, quer com todos os parceiros da educação formal porque pensámos que nesta primeira fase seriam esse que tinham que dar o arranque, agora os outros já estão a ser receptores. Esperemos que na próxima já haja uma participação diferente, porque as cidades educadoras o querem e nós queremos a participação de toda a comunidade…"	As reuniões a nível interdepartamental do sector camarário e a nível escolar assumem-se como uma solução estratégica de arranque. Denota-se a ausência de reuniões com outros parceiros, incluindo as associações. Sensibilidade para o valor do aumento da participação. Regista-se claramente um auto-compromisso municipal nesse sentido
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E1R14** "Sim, quer por via informática, que se pôs à disposição, quer por outras vias que nos quisessem fazer chegar…" **E1R15** "Sim, sim e a comunicação e a divulgação das coisas é normalmente um ponto fraco e que nós ainda hoje reconhecemos que continua a ser um ponto fraco. Temos procurado suprimi-lo e atacá-lo também através do projecto educativo mas de resto…"	Reconhecimento da existência de uma única via informática oficial, não se mencionando a existência de qualquer equipa de apoio. Constata-se que a comunicação e a divulgação das coisas é um ponto fraco que deve ser combatido.
E	**Papel do CME**		**E1R16** "Um papel muito passivo, portanto, tomaram conhecimento, aprovaram, gostaram muito, mas que viesse para o… que bebesse alguma coisa de importante para o enriquecer, não. Foi mesmo tomar conhecimento, aprovaram, levaram, discutiram e… sim senhora, está muito bem. Pronto, não foi enriquecido por ter ido ao Conselho	O CME não participou na sua construção, apenas se limitou a uma das suas competências legais, a aprovação formal de um projecto, neste caso o PEL.

			Municipal de Educação.”	
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**	**E1R17** “Traduz, na medida em que quer ser transversal, quer percorrer todos os caminhos do que é a educação e que a educação seja vista como um chapéu, portanto, que abrange todas as temáticas […] que a comunidade realmente seja uma comunidade aprendente, que muitas vezes, é muito difícil despoletar nas pessoas o bichinho do aprender. “	Reconhecimento da importância da educação, e da sua transversalidade e capacidade integradora no desenvolvimento de uma comunidade aprendente
		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local		
		F.3. Parceiros Locais e sua acção	**E1R18** “Portanto, temos tido muitas parcerias com instituições quer do ensino superior local e não só, temos tido com as colectividades, temos tido muitas parcerias com as colectividades e quer agente queira, quer não, especialmente com as escolas […] se continua a ver muita educação escolas no âmbito do, da educação a nível escolar.” **E1R19** “São as colectividades recreativas, as recreativas, também as de… as colectividades que têm o folclore, portanto os ranchos e as bandas são aquelas que mais se preocupam e que nos pedem de vez em quando determinados pareceres…” **E1R20** “O parceiro que tem sido impecável, tem sido o conservatório, o conservatório, que neste momento já está independente, pedagogicamente, não é!? Tem sido um	Comprovação da presença de algumas parcerias a nível local, com incidência sobretudo ao nível da educação formal, das escolas.

			parceiro também muito bom e que tem colaborado muito inclusivamente para o projecto educativo"	
H	**Representação da Utilidade da AICE**		**E1R21** "É um acesso a muitas experiências, a muitas entidades, a realidades muito diferentes e parecendo que não, isso educa-nos a nós e assim dá-nos muito mais possibilidades, dá-nos um "know how" muito maior para nós depois podermos aplicar aqui na cidade, na cidade concelho […] E depois fazemos sempre o possível por disseminar a informação pelos outros parceiros." **E1R22** "Eu acho que é isso muito e tem-se sentido as pessoas, criam-se amizades dentro daquela associação, há partilha, as pessoas mandam e-mails, as pessoas comunicam, as pessoas dizem que estão a fazer isto, as pessoas dizem que estão a fazer aquilo. É interessante e estão prontas a ouvir-nos e até dizer-nos vou fazer isto assim-assim, olha não sei a onde, está-se a fazer isto, também é interessante, Vê lá se isso enriquece a tua experiência…"	A integração na AICE consubstancia uma fonte de partilha de experiências, de conhecimento e de possibilidades para o desenvolvimento da cidade como um território educativo, um concelho em rede
I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E1R23** "arrancámos no início de 2006 pedimos a adesão, aprovámos na câmara a entrada, a adesão às cidades educadoras**."**	A integração remonta ao início do ano de 2006
		I.2. Concepção	**E1R24** "Pode até nem haver grande diferença, porque a cidade para ser educadora não precisa ter o título, pode estar a desenvolver e há cidades, quer internacionais, quer nossas, que estão a fazer um grande papel na educação. O ser cidade educadora dá-nos mais um compromisso, portanto	A "Cidade Educadora" é vista como um compromisso, uma direcção, um conhecimento amplo e partilhado de si própria e não apenas como um "título".

			dá-nos um nortear, nós sabemos quais são as nossas valências, o que é que devemos perseguir e é isso que eu especialmente acho que nos faz bem com as cidades educadoras, […] pode ser sem ser, e pode ser e não ser. Pronto, porque há muitas cidades que têm deixado decair a sua inscrição, há muitas cidades que não têm apresentado projectos absolutamente nenhuns e que colaboram de uma maneira incipiente, limitam-se a pagar a quota, não é isso que "Município XXI" quer fazer, paga a quota, sim senhora, mas quer participar e quer aprender, portanto, está numa de aprender com os outros e de dar aos outros a imagem que nós podemos dar e queremos dar do nosso concelho."	
		I.3. Participação Formativa	**E1R25** "Sim, temos participado sempre com experiências novas. […] Sim, sim, em todos, temos participado em todos os congressos…"	Observa-se uma participação em todos os congressos internacionais e nacionais, quer promovidos pela AICE, quer pela Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
J	**O Projecto Educativo Local**	**J.1. Importância**	**E1R26** "Tem especialmente, dá-nos muito! O, como vamos planificar as actividades, dá-nos um… é uma bússola! […] é realmente encaminhar as nossas acções para os objectivos que foram definidos para o projecto educativo local, municipal, e é com isso que nós temos estado a fazer, a desenvolver as actividades…"	A construção do PEL é importante para a orientação das actividades em prole dos objectivos definidos
		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E1R27** "Tudo tem a ver com a educação, e se eu quiser dizer que não têm a ver as instituições com a educação não formal, todos têm, todas as colectividades têm, todos nós	A construção do PEL entende contemplar a educação formal e a não formal

			temos, pronto, mesmo que não sejamos educação formal, todos na educação não formal, todos se envolvem […], as nossas actividades!? Todas são exactamente nesse sentido, de proporcionar cada vez mais hipóteses da educação formal e subliminarmente ou não, cobrir a não formal."	
L	**Conformidade do PEL**		**E1R28** "Algumas coisas são utópicas, mas eu acho, que até como livro de cabeceira a carta das cidades educadoras é muito interessante. Tem aqueles princípios que nós, que nós que somos educadores se calhar nunca fomos capazes de verbalizar até porque ela está muito bem escrita mas é aquilo que nós sentimos, é aquilo que nós achamos que é mesmo a educação **E1R29** "Eu acho que de uma maneira geral não cobrimos todos, mas que os essenciais estão articulados com a carta das cidades educadoras, portanto não te vou comentar quais, neste momento não tenho aqui a carta e não estive a ver agora também o projecto, embora implicitamente o tenha na cabeça, mas foi muito baseado nos princípios da carta educadora…"	Além do reconhecimento de alguma carga positiva de utopia, há uma assumpção clara da articulação que existe entre a construção do PEL e dos princípios essenciais da Carta das Cidades educadoras, o que parece dizer, que houve uma reflexão/classificação desses mesmos princípios.
M	**Representação da noção de PEL**		**E1R30** "Um projecto educativo local, municipal, é um projecto de intenções concretizáveis, […] portanto, nós temos que definir os objectivos, o que é que queremos para o concelho e depois arranjar as acções que vão, as estratégias, […] que vão conduzir àquilo que nós pensamos, a maneira mais fácil de atingir os objectivos a que nos propomos e é isso que	Plano de intenções, constituído por acções e estratégias, que levem à concretização através de uma forma articulada, das mesmas intenções e ou objectivos.

			temos feito, articulado, pronto!..."	
N	**Grau de Satisfação Municipal**		**E1R31** "Estamos a andar muito bem, pronto, o projecto já está a ser concretizado em 33% mais ou menos e, portanto, tudo bem, para o ano estará em 66% e no outro ano estará, não digo a 100% porque isso é utópico mas também acho que temos de ser utópicos, temos de perseguir um sonho e portanto que vamos concretizar e depois esperemos que os parceiros, que agora a primeira vez é difícil contribuírem, esperemos que na próxima, quando formos para formular este projecto e fazer mais para os outros anos que vêm a seguir, para mais 3 anos ou 4, que os parceiros colaborem e que de uma maneira activa e que nos proponham, que não seja só dizer que não há nada a dizer e que está muito bem, que venha debaixo, que era isso que nós quereríamos, era que neste momento as pessoas ficassem educadas o suficiente para serem elas a propor os objectivos. **E1R32** "Sim, exactamente, foram praticamente cumpridas, portanto o nível de avaliação que nós achamos é que realmente nos correu bem, se calhar até devíamos ter sido mais ambiciosos, pronto, porque se calhar teríamos ido mais longe mas vamos ser no próximo"	Grande satisfação quanto ao grau de cumprimento das propostas do PEL relativamente ao seu 1º ano de implementação, observando-se um sentimento de maior ambição futura Regista-se uma vontade, do aumento significativo da proactividade dos diversos parceiros e das pessoas, ao nível da participação aquando da próxima formulação do PEL.
			E1R33 "Isso é aquela educação, que a gente ainda tem que insistir muito, eu acho que não, eu acho que talvez haja um	Constata-se pouca aproximação dos

O	**Representação da Cidadania**		bocadinho mais, mas é tão incipiente ainda […] não faço ideia, mas realmente muito pouca gente vai à espera que venha alguma coisa, e se nós não levarmos já feito não vem nada […] normalmente temos que ser nós muito a deitar, os outros depois aprovam, é verdade, colaboram, enriquecem, mas serem proactivos…" **E1R34** "A participação que é aquilo que nós queremos ficar, eu acho que nós só vamos ser uma cidade educadora quando realmente tivermos voz activa toda e o município for capaz de questionar e propor, não temos ainda uma cidade educadora, está em vias de, está em vias de."	cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão condicionada pela quase nula proactividade dos mesmos esperando que as instituições os representem e substituam.
P	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**		**E1R35** "Poderá haver situações em que isso seja só uma parangona e fica bonito, porque não? Eu pertenço às cidades, sim senhora, à associação das cidades educadoras, sim senhor! Mas eu acho que por exemplo no nosso caso não é nada disso que nos leva, não é, é realmente, é a ideia de que educar é importante, que tudo é educação, e que, portanto se socialmente e vocacionalmente e fisicamente se pode aproveitar determinados conceitos que as cidades educadoras têm, porque não ir aproveitá-los […] numa perspectiva de realmente… quer colaborar e quer aprender e quer fazer e quer partilhar aquilo que também sou capaz de fazer, portanto é essa a dinâmica que eu já repeti aqui várias vezes que eu acho que tem de ser de quem se mete numa associação destas."	Identifica uma hipotética utilização do conceito para a promoção da imagem da cidade, isto é, um elemento de marketing, repudiando totalmente essa postura face ao município que representa.

Q	**Reflexão Cidadã**		**E1R36** "Algumas coisas modificaríamos até porque estamos mais ricos em experiência, portanto é natural que algumas coisas se modificassem, especialmente na construção do projecto, envolver mais parceiros, porque nós limitamos muito, eram os que tínhamos mais próximos, que estávamos mais habituados a lidar, quer com a autarquia propriamente dita, quer com as escolas e na próxima, na construção queremos envolver muitas colectividades porque representam muito as freguesias do concelho e nós não podemos ser cidade educadora, mas concelho educador., até a questão do saneamento e tudo mais é tudo educação […] vamos ouvir muito mais, se eu cá estiver, vamos ouvir muito mais quem está no local para não trabalharmos só, tanto como foi, com aqueles que podem operacionalizar, aqui na câmara, e com as escolas também podem ser um parceiro mais activo na construção de, mas para o levantar vamos buscar as colectividades. Essa é uma das coisas que, que eu acho" se bem que o nosso projecto educativo foi dos primeiros a ser feito no país e pela equipa que esteve cá, o qual foi considerado muito bem feito e deram-nos muito, os parabéns e que inclusivamente outras cidades, grandes cidades poderiam aprender com o nosso projecto educativo e acho que ele não foi muito utópico e muito teórico na medida que o estamos a concretizar, portanto, quem esteve de fora e já conhece outros, inclusivamente a Drª Lurdes que conhece muito bem projectos educativos e conhece Barcelona, tem	Reconhecimento de: - Necessidade de envolver mais parceiros na construção do PEL contrariando a limitação natural da chamada à participação construtiva pela proximidade e pela habituação; - Do concelho como território educativo, não circunscrever somente à cidade; - Algum isolamento institucional e de proximidade na construção do PEL; - Valor prático e técnico do PEL pela representante da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, uma referência e exemplo a seguir pela sua carga de exequibilidade; - Consciencialização, de que está a notar-

			estado em vários locais, gostou muito do nosso projecto educativo e diz que raras vezes se vê um projecto tão bem construído. Nós ficamos, claro, muito vaidosos com isso mas o construído não me diz nada porque é um papel bonitinho, procuramos que fosse bonitinho, mas é um papel, mas acho que está, estamos a fazer alguma coisa, eu acho que sim, que estamos a fazer alguma coisa e estamos a chegar às pessoas, devagar" **E1R37** "Esperemos que na próxima já haja uma participação diferente, porque as cidades educadoras o querem e nós queremos a participação de toda a comunidade…"	se uma lenta, mas gradual aproximação às pessoas.

Entrevista Nº 2 – Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº2**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**			
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E2R1** **"…**já havia projectos pontuais, estilo… natação para os alunos do primeiro ciclo, já havia o inglês também, havia era tudo desagregado, não é! Havia actividades de educação ambiental […] havia todo um conjunto de actividades disperso que não era integrado num único documento e num único projecto." **E2R2** "…Era muitas vezes da iniciativa do município, também essas que eu estou a dizer, também eram muitas vezes sugeridas pelos próprios agrupamentos de escolas ou pelas próprias escolas ainda não agrupadas […] as actividades desenvolvidas pelo município na área da educação, eu acho que tiveram um grande impulso com a constituição dos agrupamentos. […] Sempre assisti muito a esta iniciativa ou sugestões dos próprios agrupamentos, que falam de necessidades, falam de projectos que podiam ser desenvolvidos e depois que a câmara abraçou."	Existência de alguns projectos e actividades, desagregados e dispersos, anteriores ao PEL. Apreensão da ideia do papel integrador do PEL As iniciativas eram conjuntas e subentende-se a existência de um clima favorável ao diálogo melhorado pela constituição dos agrupamentos de escolas. Aliás é sugerido um impulso das actividades desenvolvidas pelo município na área da educação precisamente após essa transformação da rede escolar em agrupamentos.

			E2R3 "…Sempre houve muito essa noção, principalmente com esta vereação, de facto as coisas estão muito dispersas. Nós fazemos muitas actividades mas a divisão de deporto também faz, os outros departamentos, toda a gente faz actividades e agora aqui mete-se um bocadinho, mistura-se um bocadinho com o conceito de cidade educadora porque a verdade é esta: no momento em que entrou esta vereadora ela falou-me de qualquer coisa que não chamava nem projecto nem nada disso, mas falou de facto na necessidade de congregar tudo isto numa estratégia única. […] Eu cheguei a discutir isso antes dela vir com […] professores que foram requisitados para a realização da carta educativa […] levantámos essa questão por exemplo quando ouvimos falar do projecto educativo local da Golegã em que eles diziam muito: mas projecto educativo!? […] Não cabe nas funções da câmara fazer um projecto educativo e isso na altura por acaso discordei e sempre fiquei com esse bicho na cabeça porque podia ser de facto uma solução para dar coerência á intervenção municipal na área da educação haver um documento de referencia para os projectos educativos." **E2R4** "…Surgiu basicamente eu não sabia como construir uma coisa desse género e surgiu na sequencia de uma ida a França ao congresso das cidades educadoras em 2006 e da informação que recolhi nesse congresso sobre construção de projectos educativos municipais."	Confirmação da vontade política da vereadora, da sua vontade própria inicial e da vontade técnica do director municipal face à construção de uma estratégia única municipal ao nível das actividades desenvolvidas pelos vários departamentos para servir de referência aos diversos projectos educativos e dar coerência à intervenção municipal. Reconhecimento do contributo, derivado da integração na rede das cidades educadoras, que serviu de mola e apoio à construção do respectivo PEL através da participação em

Entrevista Nº 2 – Director do Departamento de Cultura, Educação, Bibliotecas e Museus

				Congresso internacional.
			E2R5 "…Uma coisa que hoje tem perfeitamente institucionalizado porque faz parte da contratação com o governo central, com o ministério da educação. Os municípios não recebem dinheiro para a educação se não tiverem um projecto educativo municipal associado a um contrato. […] Não, cá é perfeitamente, é, digamos que são casos pontuais é uma iniciativa ainda altruísta e que não há nada regulado, é por própria iniciativa do município."	Ao contrário de França, em Portugal, o Estado Central ainda não sugere politicamente o PEL ao Estado Local, nem legislou nesse sentido, ainda não é vista como uma medida oficial necessária na área da educação do nosso país. A criação do PEL é de livre iniciativa municipal e é concretizada pontualmente.
			E2R6 "…A ideia foi do, foi construir a partir do município e a partir de um grupo de trabalho, que foi constituído com os diferentes departamentos municipais, pessoas da área do ambiente, pessoas da área do desporto, pessoas da área dos museus, pessoas da área do urbanismo, acção social, turismo… uma equipa de técnicos que se juntou para discutir que tipo de acções é que podiam estar incluídas no projecto educativo municipal. Pronto, e o projecto em si, o corpo resulta das propostas que esse grupo forneceu, mas forneceu, nós estávamos a compilar informação."	A construção do PEL é claramente de iniciativa do município, saiu de dentro, dos seus vários departamentos.
			E2R7 "na altura em que se partiu para a construção disse logo isto não é, não vai ser nenhum estudo de cento e tal páginas e que vai fazer um diagnostico exactamente como a carta educativa, não, não é nada disso, a questão é ser uma agenda de prioridades e intervenções, intervenções porque tem a ver com prioridades que nós justificámos, ou seja, na base do projecto educativo municipal não está nenhum estudo de análise e diagnóstico da situação do	Ao nível do despiste dos pontos fortes e fracos, dos constrangimentos e oportunidades serviram-se apenas do diagnóstico obtido aquando da construção da carta educativa. Noção da necessidade

			concelho […] porque os diagnósticos estão feitos, quer dizer estava na carta educativa estão identificados os problemas, não são os problemas na área social nem outros tipos de problemas mas estão identificados muitos problemas que têm a ver com a parte educativa, mas como o projecto tinha também a ambição de ser mais amplo não só na área da educação foi entendido que não era esse o mecanismo para este projecto, ter um diagnostico, não era esse o mecanismo para este projecto." **E2R8** "Não! a rede portuguesa… também não foram chamados a intervir. Digamos que é uma coisa local que nem sequer …" **E2R9** "…a própria DREL também participou nisso, que foi na cerimónia de apresentação do projecto educativo que decorreu no Teatro Virgínia aí sim, tiveram, esteve alguém presente alguém da Direcção Regional, alguém, que foi o Dr. Paulo Arsénio…" **E2R10** "A rede portuguesa colaborou, lá está, também não foi, é assim, também não houve uma grande colaboração porquê? Porque esta ideia veio, aliás, veio comigo de França e nem sequer discuti isto com ninguém em termos de rede, ou seja, falámos verbalmente por exemplo, com Lisboa sobre o que é que é um projecto educativo de cidade e lembro-me que a Drª Lurdes deu-me algumas indicações sobre os sites para eu ir ver o projecto educativo de Barcelona, mas mais do que isso não."	de um documento leve teoricamente, prático e exequível num determinado tempo e com intervenções e prioridades bem definidas. Confirmação do PEL como uma iniciativa puramente local, do próprio município, sem intervenção e regulação do Estado Central, quer através do seu poder legislativo, quer ao nível administrativo, através dos seus serviços regionais desconcentrados. Um representante da DREL , o coordenador do CAE, só esteve presente, a convite, na apresentação pública do PEL. Reconhecimento do contributo, derivado da integração na rede das cidades educadoras, que serviu de mola e apoio à construção do respectivo PEL, quer através da recolha de informação em Congresso internacional, quer através da representante da Rede Territorial Portuguesa das Cidades

			E2R11 "…a própria Drª Lurdes que veio apadrinhar e fazer uma apresentação sobre o projecto e sobre as cidades educadoras…" **E2R12** "A elaboração demorou um mínimo de oito, dez meses. Oito, dez meses, sim! Começou em final de 2006, exacto. Inicio de 2007 e acabou no fim de 2007"	educadoras. A representante da Rede portuguesa das Cidades Educadoras apadrinhou o PEL aquando a sua apresentação pública. O Processo de construção teve a duração sensivelmente de um ano.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E2R13** "…na cerimónia de apresentação do projecto educativo que decorreu no Teatro […] …" **E2R14** "…Foi apresentada uma sessão… primeiro foi distribuído às pessoas o "Cd" com o projecto aos cidadãos. […] Convidámos o professor João Pinhal a falar sobre os projectos educativos locais e a Drª Lurdes como conferencista. A Senhora Vereadora apresentou o projecto, o projecto foi distribuído a quem, a toda a gente, eram mais de 200 pessoas…"	Confirmação da apresentação pública do PEL no Teatro Municipal. A apresentação do PEL sugere um momento formativo para todos, pela participação do especialista Professor Doutor João Pinhal, da Doutora Lurdes, coordenadora da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, como conferencista e pela própria divulgação e apresentação do PEL, pela própria vereadora.
C	**Participação Cidadã**		**E2R15** "Muito pouco. […] De fora da câmara, o que houve depois foi uma tentativa de abrir o processo à participação das escolas, e isso através do conselho municipal da educação, foi feita esse referência, pediu-se o apoio, enviei-lhes propostas, não houve assim muita participação.	Apesar da abertura de um processo de discussão pública, da chamada à participação através da apresentação de propostas, a resposta foi praticamente nula, registando-se apenas duas ou três propostas de actividades.

			E2R16 "…as participações foram muito poucas, houve duas que nós incluímos que tinham a ver com pessoas dos Riachos e com a escolas dos Riachos, com o jardim de infância, […] mas só que as pessoas não concretizaram também aquilo que queriam em termos de proposta. Depois houve mais duas ou três propostas muito inconsequentes e […] há uma que está lá que resulta de facto de uma participação pontual de uma pessoa. Por exemplo, há uma proposta para realizar a realização de duas acções sobre educação alimentar que nós incluímos decorrente exactamente da participação de uma pessoa individual que através da Internet sugeriu então uma acção ou uma intervenção também nesta área…"	
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**		
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E2R17** "…Depois abrimos também à comunidade com todo o tipo de colectividades, com organizações públicas e privadas, enviámos para tudo o que é entidade convites para participarem na apresentação de propostas para o projecto educativo municipal e não resultou muito bem. […] através da Internet com a disponibilização de um portal, do ficheiro informático do próprio para participar e através de um folheto de divulgação em que tinha também uma explicação, o que é que era isto, o que é que nós pretendemos, que estas são as nossas áreas, sejam as áreas que nós definimos, sejam as áreas de intervenção, e a convidar toda a gente a participar, alunos, pais, entidades, toda a gente para	Assumpção do envio de convites a todas as entidades e organizações, quer públicas, quer privadas e foi disponibilizado um portal com um ficheiro informático, onde o envio de propostas era sugerido ser remetido por e-mail ou por correio normal e foi divulgado um folheto com a mesma intenção de recolha de propostas. Contudo estes canais não resultaram. Parecem não ter sido a melhor forma de comunicação.

			apresentar sugestões ou propostas ou actividades."	
E	**Papel do CME**		**E2R18** "…a proposta de elaboração do projecto educativo foi ao conselho, o conselho ouviu aquilo que lhe!... Que era a nossa proposta, e achou muito bem e sim senhor, avancem! Não, em termos de conteúdo não fez nenhum tipo de intervenção e depois voltou a ser lá apresentado o resultado final e aprovou…"	O CME não participou na sua construção, apenas se limitou a uma das suas competências legais, a aprovação formal de um projecto, neste caso o PEL.
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**	**E2R19** "…Traduz uma estratégia educativa local […] Porque a educação nos municípios tem ganho algum corpo de intervenção, que até há muito pouco tempo não tinha e de facto esta traduz uma estratégia porque foi assumido o projecto, foi assumido politicamente que era importante e interessante para o município dispor de um instrumento que pensasse e apresentasse de forma coerente e objectiva quais são as intervenções em que vamos investir mais nos próximos dois anos, pronto, eu penso que isto é uma estratégia."	Entende-se a construção de um PEL como uma estratégia educativa local, como um instrumento político municipal, que permite pensar e apresentar de forma coerente e objectiva, as intervenções na área da educação, num determinado espaço de tempo.
		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local		
		F.3. Parceiros Locais e sua acção	**E2R18 "**Nós temos tido, quer dizer, isso depende de projecto para projecto mas pronto, alguns parceiros tradicionais nossos, a… escuso-me a dizer os agrupamentos, penso, nós sem os agrupamentos não trabalhamos, não é? […] depois temos uma parceria que se mantém há já vários anos com, por um lado o Conservatório de Música […], em que estão envolvidos connosco em dois projectos, temos as actividades de enriquecimento curricular com a musica no 1º ciclo, mas alargámos já ao pré-	Comprovação da presença de algumas parcerias a nível local, com incidência sobretudo ao nível da educação formal, dos agrupamentos de escolas, das actividades de enriquecimento curricular, com o conservatório de música, o clube de natação e o instituto de línguas. Surgem como iniciativa municipal em regime de

			escolar porque de facto foi uma parceria que correu muito bem […] Temos uma parceria com o clube de natação de […] que também nos dá um grande apoio na área da natação, porque temos a natação como actividade de enriquecimento curricular e temos também a expressão físico-motora) […] Depois um outro parceiro tem sido o instituto de línguas que se mantém ao mesmo tempo como nosso fornecedor, mas é parceiro porque de facto eles pensam a actividade do inglês connosco, têm pensado sempre connosco, quer a planificação, quer a execução, quer a coordenação de actividades especiais decorram das actividades de enriquecimento e por isso eu acho que é um fornecedor mas também é um parceiro. Mais… sei lá, depois temos várias parcerias pontuais, quer dizer, temos esta parceria, por exemplo, para a realização da feira do ambiente que é uma parceria que já se mantém desde 2007 com o centro de bem estar da zona alta e com o centro de protecção da natureza da GNR, penso que é uma coisa para manter e que tem sido bastante importante na preparação desta feira. Depois são um conjunto de actividades pontuais que decorrem sempre com parcerias, quer dizer, minimamente.”	parceria o ensino da música no Pré-Escolar com o mesmo conservatório e a feira do ambiente com o Centro de Bem-estar e Social e o centro de protecção da natureza.
H	**Representação da Utilidade da AICE**		**E2R20** “O contributo desta integração foi o ter acesso a um conjunto de metodologias que nós não teríamos tido acesso por outro meio, ou seja, a integração fez-nos conhecer pessoas e fez-nos conhecer outras maneiras de trabalhar e a partilha de informação com essa gente, essas conversas, essa rede de contactos que neste momento dispomos e que não tínhamos	A integração na AICE consubstancia uma fonte privilegiada de partilha de informação, de experiências, de conhecimento de metodologias e de criação de uma rede de contactos.

			porque trabalhávamos até essa altura praticamente isolados…"	
I	Cidade Educadora	I.1. Integração na AICE	**E2R21** "AICE em 2006, Janeiro de 2006."	A integração remonta ao início do ano de 2006
		I.2. Concepção	**E2R22** "o que distingue é a intencionalidade de ter uma actuação na área da educação que procure uma melhoria contínua, que vá, que tenha como referência a carta das cidades educadoras e que aos poucos na sua intervenção vá tendo em consideração os vários pontos da carta naquilo que faz, naquilo que projecta todos os dias."	A "Cidade Educadora" é entendida como aquela que assume a intencionalidade de actuar na área da educação de acordo com os princípios da Carta das Cidades Educadoras.
		I.3. Participação Formativa	**E2R23** "Desde a integração que o município está representado, […] nos dois congressos internacionais que houve e também nos congressos nacionais, reuniões territoriais portuguesas e pronto, apresentámos numa comunicação o ano passado em S. Paulo, apresentámos comunicação em Santa Maria da Feira e apresentámos duas comunicações agora em Évora."	Observa-se uma participação em todos os congressos internacionais e nacionais, quer promovidos pela AICE, quer pela Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.
J	O Projecto Educativo Local	J.1. Importância	**E2R24** "…Sabes que também é importante, porque a base conceptual deste projecto educativo, se for a ver o preâmbulo ou a justificação que lá está, é a cidade educadora. A cidade educadora é o motivo, foi o motivo para alem da questão de..., não é o motivo, o motivo de facto é aquela questão de congregar as intervenções, mas o substrato da ideia vai ao princípio da carta das cidades educadoras. O projecto está construído para ir ao encontro dos princípios que lá estão e nós como subscritores da carta temos que fazer isso."	A construção do PEL é importante para congregar as intervenções e procurar consubstanciar a " Cidade Educadora" , ir ao encontro dos seus princípios, que estão contidos na Carta.
			E2R25 "…sendo um projecto experimental, não é mais do que	O PEL é assumido como um projecto

		J.2. Suporte e oferta Municipal	isso, é um projecto experimental que vai ter outras edições seguramente, ficou bem doseado no que respeita a educação formal e informal. Educação formal ficou apenas com um capítulo, mas que é um capítulo importantíssimo […] Mas depois há um outro conjunto de cinco capítulos que são na área da educação não formal ou informal que também achamos que é importante e é por isso que eu acho que esta dose ficou bem cozinhada, mas não esquece nem uma coisa nem outra.”	experimental, que contempla a educação formal e a não formal. Releva-se uma vontade de construir novas edições do PEL.
L	**Conformidade do PEL**		**E2R26** **“**Penso que é uma carta repleta de um “utopismo” importante, sinceramente é o que eu acho. A carta é um objecto de referência e que apresenta aquele conjunto de princípios, que, se todas as cidades o respeitassem todos os dias, em todas as suas intervenções, seríamos cidades perfeitas. Ora isso é perfeitamente impossível e isso não vai acontecer, agora, se todas as cidades tiverem como preocupação quando estão a decidir alguma coisa ou quando estão a organizar alguma coisa que eu, se tiverem como preocupação, os princípios da carta mesmo que não consigam cumprir a sua plenitude, penso que teremos cidades melhores e isso é uma mais valia.” **E2R27** **“**Existe, existe, porque houve uma clara preocupação em, primeiro o projecto tem lá essas preocupações, dispor formação ou actividades de formação que enriqueçam todos os cidadãos e isso está lá, actividades que vão desde a acção social até ao desporto, até ao turismo. Depois existe um capítulo por exemplo só para a sustentabilidade e a carta das cidades educadoras fala nisso. A cidade tem de preservar o seu ambiente e as suas	Além do reconhecimento de alguma carga positiva de utopia, há uma assumpção clara da articulação que existe entre a construção do PEL e dos princípios essenciais da Carta das Cidades educadoras, o que apraz dizer, que houve uma reflexão sobre esses mesmos princípios e uma clara preocupação em contemplá-los aquando da construção do PEL, em estabelecer a conformidade.

			tradições, o seu património, está a ver? Depois existe um capítulo para… para quê? Quais são os outros? Esqueci-me… pronto mas isto só para dizer que as intervenções vai de facto ao encontro das preocupações que estão na carta das cidades"	
M	**Representação da noção de PEL**		**E2R28** "É um referencial estratégico que indique quais as intervenções do município para um período futuro que tenha metas concretas e claras, seria isto! É um quadro conceptual que defina estratégias, metodologias e objectivos para atingir nos próximos anos, depende do período que se queira dar."	É um quadro conceptual que define intervenções, estratégias, metodologias e objectivos para um período futuro com metas concretas e claras. É um referencial estratégico.
N	**Grau de Satisfação Municipal**		**E2R29** "… grande parte das pessoas não tem conhecimento do projecto educativo porque isso é um processo difícil de fazer passar essa mensagem. Penso que num segundo projecto vai ser mais fácil, com uma melhor estratégia de comunicação. Isto foi tudo muito experimental, de facto. Aa… o projecto está na sua fase de execução, ao fim do primeiro ano reunimos e vimos que estava em 35%, mais ou menos 35% de concretizado e vamos reunir agora e esperemos que esteja mais ou menos em 65%, 70%, é o que se espera pelo menos para que seja possível chegar ao fim, ao final do ano lectivo 2009/2010 com uma execução de pelo menos 70%, 80%, que já será bom porque tínhamos ali muitas, muitas acções. "	Regista-se uma vontade, do aumento significativo do conhecimento do PEL pelas pessoas, através de uma melhor estratégia de comunicação aquando da próxima formulação do PEL. Grande satisfação quanto ao grau de cumprimento das propostas do PEL relativamente ao seu 1º ano de implementação, observando-se um sentimento expectante de concretização quase total relativamente às acções propostas.
O	**Representação da Cidadania**		**E2R30** "Na minha opinião acho que hoje as pessoas estão mais esclarecidas. O que há na sociedade portuguesa é uma apatia generalizada em recorrer aos processos de tomada de decisão porque eles existem. […] Logo após o 25 de Abril houve de facto um maior movimento de participação das pessoas nas tomadas de	Actualmente as pessoas estão mais esclarecidas, mas verifica-se pouca aproximação dos cidadãos aos centros e

			decisão, depois fomos criando uma certa apatia e de facto eu penso, que hoje em dia os mecanismos se calhar ainda não são, mesmo ao nível da informática, da Internet, alguns meios de comunicação através de sms, abertura de fóruns de participação, não é ainda muito rotinada, e não é muito rotinada porque as experiências também não têm sido boas por isso é que nós tentamos fazer alguma coisa nessa área, nem é por problemas políticos é muito por falta de cultura de participação das pessoas, que se calhar temos de mudar, de facto temos de mudar muitos capítulos do projecto educativo de facto era esse, era reforçar a capacidade de cidadania e intervenção da população."	processos de tomada de decisão, condicionada pela apatia, falta de cultura de participação das pessoas e também devido aos mecanismos e ou canais de participação serem pouco rotinados.
P	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**		**E2R31** "… isso é uma evidência, qualquer rótulo hoje em dia serve, cidade educadora, cidade sustentável, cidade amiga do ambiente, cidade soul city, são tudo movimentos que, de facto, podem ser aproveitados para fins meramente publicitários e estratégicos. Ora aquilo que eu acho é que isso não tira mérito às propostas que estão na base quer desta rede de cidades educadoras, quer da rede das cidades sustentáveis. O problema é das cidades que aderem a essas redes sem qualquer tipo de objectivo, não é! Agora se nós aderirmos com algum sentido de pertença, se vamos para uma rede dessas e se de facto queremos implementar o conceito mesmo com dificuldades e mesmo que o implementemos apenas numa pequena percentagem logo o município já ganhou alguma coisa e penso que o concelho já ganhou alguma coisa e acho sinceramente que não fazemos uso abusivo do rótulo de cidade educadora porque também não é isso que nos move."	Identifica uma hipotética utilização do conceito para a promoção da imagem da cidade, isto é, um elemento de marketing, repudiando totalmente essa postura face ao município que representa.

Q	**Reflexão Cidadã**		**E2R32** "…houve vários municípios que estão a construir o seu próprio projecto educativo e nós já temos dado sugestões, já enviámos informação para lá, tenho falado muito com o colega da Guarda e de Esposende […] e eu o que tenho dito é o seguinte: atenção, a fase de participação é muito complicada mas é definitivamente obrigatória, nós temos que fazer um projecto que depois as pessoas possam dizer Sim, senhora, avancem, ou sim senhora, acrescentem mais isto. Podemos chamar as pessoas a participar, mas este é um processo muito difícil, muito difícil porque as pessoas não estão rotinadas para esta participação. […] Agora, o que é que eu mudaria nesta fase da construção? Mudaria se calhar, já lhes tenho dito a eles! Olha, eu tenho umas quarenta ou cinquenta acções, pensa se calhar em dez ou quinze ou não mais do que vinte. Se calhar eu tentei fazer uma coisa objectiva, mas olhem tentem fazer ainda mais objectivo porque quanto mais objectivo for é mais fácil as pessoas reconhecerem e é mais fácil as pessoas participarem. Eu acho que se calhar aqui no nosso falhou um bocadinho a comunicação porque de facto não houve, eu não sou especialista em comunicação e fui eu que fiz tudo, fui eu que concebi o folheto, fui eu que criei os canais e eu não sou especialista nisso, de facto acho que uma abordagem mais profissional na área da comunicação é mais eficaz e terá certamente uma maior participação das pessoas e isso sim, objectivar mais o projecto e apostar mais numa profissionalização da comunicação do projecto educativo municipal.	Reconhecimento: - Da importância da partilha de experiência; -Da necessidade obrigatória em envolver as pessoas na construção do PEL contrariando a rotina natural da ausência de participação; - Do valor da objectividade de um PEL, quanto mais objectivo for e equilibrado no seu número de propostas e acções, mais fácil será o seu reconhecimento pela comunidade e mais facilitará a participação; - Consciencialização de um maior investimento ao nível da comunicação e daí a proposta da indispensabilidade de uma abordagem mais profissional e incidente no domínio da comunicação, de forma a incentivar mais a participação comunitária. -

Entrevista Nº 3 – Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento Escolar

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº3**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**		**E3R1** " Sei, sei… um projecto que já tem alguns anos. […] Neste momento não conheço muito bem, confesso que não. Eu, eu já o tive na mão, já o vi e penso que está na página da Internet, penso que está, mas assim muito em pormenores, eu não te sei responder."	Informação da existência do PEL revelando um conhecimento muito superficial do mesmo ao nível do seu conteúdo.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E3R2 "…** Na semana do ambiente estamos sempre lá com, com um stand, portanto, isso aí… a participação isolada da escola nas actividades do município sempre tivemos um bom relacionamento, aliás temos com, com o nosso pavilhão. Está cedido, todas as noites e todos os fins-de-semana, através de um protocolo com a autarquia. **E3R3** "Eram conjuntas, nós normalmente tínhamos uma reunião, ou por telefone, manifestávamos interesse ou a câmara pedia a nossa colaboração e era assim, era assim que trabalhávamos. O que falta aqui, o que falta aqui era a ideia inicial, era haver no principio do ano as escolas juntarem-se todas, que era a minha ideia inicial, juntavam-se todas e faziam um plano, um plano de actividades comum, mas isso… tempos virão!	Existência de alguns projectos e actividades, desagregados e dispersos, anteriores ao PEL A escola já participava em projectos ou programas para o sector da educação no município Verifica-se a ausência de um plano comum que congregue as actividades de todos os agrupamentos e depreende-se que o PEL ainda não o está a fazer.

			E3R4 "Penso que foi para aí há 4 anos […] esta equipa iniciou o mandato e a principal razão era concentrar recursos e rentabilizar recursos e a ideia partiu…Partiu, eu penso, que eu já há muito tempo, já não me recordo, mas eu penso que partiu aqui da escola, portanto o projecto, o projecto educativo como eu entendo, não é o projecto educativo como provavelmente está, portanto, que evoluiu, que evoluiu o projecto que a câmara define provavelmente as actividades e depois as escolas enquadram-se." **E3R5** "…Portanto, havia as propostas feitas nos gabinetes ou feitas em equipas mais reduzidas, em que eu não estive lá"	Surge uma ideia anterior ao PEL da necessidade de concentrar e rentabilizar recursos. Assume-se que a ideia "mãe" surgiu da escola, contudo observa-se alguma incerteza na data de construção do PEL e confirma-se o tal conhecimento muito superficial do PEL, pois nem há a certeza se é a Câmara que define as actividades e o qual é o enquadramento das escolas nesse projecto. A construção foi da responsabilidade dos vários gabinetes ou equipas municipais sem a presença do representante deste agrupamento de escolas
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E3R6 "**Eu acho que houve uma reunião pública de apresentação. Eu estive presente. Não sei se foi na, na sala de sessões, da Câmara, não sei se foi…"	Confirmação da apresentação pública do PEL
C	**Participação Cidadã**		**E3R7 "**Muito pouco, muito pouco…Muito pouco, sim, lembro-me que tivemos algumas reuniões, mas não…Não, penso que não." **E3R8** "Não tenho tempo, o tempo, eu entro aqui quase todos os	Parece verificar-se muito pouca ou quase nenhuma participação do entrevistado enquanto mero cidadão ou enquanto representante de um agrupamento de

			dias às 8 da manhã e saio, e saio por volta das 8 da noite, não há tempo"	escolas, na construção do PEL.
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E3R9** "Sim, eu sou membro convidado do concelho municipal da educação onde nós falamos destas questões, onde fazemos a avaliação e penso que o processo, a ideia que eu tenho é muito vaga, penso que está a… a adesão é cada vez maior, penso que é um processo, é um projecto que é capaz de avançar com alguma dinâmica." **E3R10** "Eu penso que sim, penso que sim, e havia muitas instituições por lá."	A participação da escola parece limitar-se a uma representação informal (por convite) em Conselho Municipal de Educação. Não existe certeza na existência de reuniões de trabalho reforçando-se uma ideia positiva da sua existência e respectiva participação comunitária.
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E3R11** "Sim, pelo núcleo educativo, portanto aquela equipa da educação, onde está a senhora vereadora… está aquela equipa toda." **E3R12** "Se foi, também já foi há uns anos, não é? Se foi, não me dou conta…" **E3R13** "Nós trabalhamos muito por telefone, muito por telefone, por mails, agora ultimamente também por mails, um envia, outro envia, um dá uma ideia o outro manda o parecer, pronto, agora também é mais por mails, mas de princípio era mais por telefone. Olha, temos esta actividade como é que é? Ainda, ainda agora na sexta-feira, um destes dias me telefonaram, que no Dia Mundial da	Considerou o núcleo educativo municipal uma equipa de apoio à construção do PEL Não teve conhecimento do fórum de discussão via informática, canal privilegiado de comunicação que existiu. Nota-se uma certa contradição e pouca sustentação na opinião. Parece haver um diálogo institucional via telefone e e-mail, sempre que seja necessária a colaboração efectiva da escola nas actividades desenvolvidas pela Câmara e vice-versa, contudo não parece ter sido um canal privilegiado na construção do PEL.

			Criança, que é dia 1 vai aqui haver uma actividade em Santa Maria com um, com um lançamento de um livro e convidaram-nos, se a escola gostaria de participar, lá estamos e é assim que vamos fazendo as nossas actividades de colaboração com a autarquia" **E3R14** "Penso que a DREL não se mete nisto, acho que não."	Pouca valorização de um possível apoio estatal na construção do PEL
E	**Papel do CME**		**E3R15** "Normalmente, normalmente a construção era feita em equipas mais reduzidas. Ao concelho ia só praticamente para aprovação, portanto não era, ele não era feito lá. Portanto havia as propostas feitas nos gabinetes ou feitas em equipas mais reduzidas em que eu não estive lá, e depois seria aprovado, e depois ia o parecer da câmara"	O CME não participou na sua construção, apenas se limitou a uma das suas competências legais, a aprovação formal de um projecto, neste caso o PEL**.**
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**	**E3R16** "Pois, se calhar falta dar esse passo, que era o meu passo inicial, falta dar, se calhar esse passo. Mas, um dia chegaremos lá."	Inexistência de articulação entre o PEL e o Projecto educativo da Escola.
		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local	**E3R17 "**Já falei há bocadinho que temos, temos o protocolo a nível desportivo, os nossos alunos, a comunidade vem à escola ao Pavilhão Desportivo, os nossos alunos, por vezes podem ir ao Pavilhão dos Desportos, podem ir às piscinas, […] participamos em uma série de actividades do Município, estou-me a lembrar, a Feira do Ambiente, que é agora para a semana… e depois são iniciativas, iniciativas locais e pontuais em que nós estamos presentes."	O agrupamento de escolas é um parceiro do município, com incidência sobretudo na partilha do uso das infra-estruturas e como participante na Feira do Ambiente promovida pela autarquia e em outras iniciativas pontuais da mesma.
		F.3. Parceiros Locais e sua acção	**E3R18** "…Sim, portanto, a escola, a escola é uma escola, é uma escola aberta à comunidade, tem quase por lema este princípio e	Além do município surgem como parceiros da escola: o Centro Bem-Estar e Social, o

			o Município trabalha com muitas entidades e nós além de trabalharmos também com o Município também trabalhamos com elas ao mesmo tempo. Estou-me a lembrar aqui o centro de bem-estar … em que também é um parceiro, um parceiro da autarquia, um nosso parceiro, com um protocolo com mais de vinte anos. […] é o nosso parceiro mais importante, além, além naturalmente do CRIT, também, a outro nível, alunos com dificuldade de aprendizagem, também trabalhamos com eles e é outro parceiro também da, da autarquia. Mas depois também temos, temos o Hospital, temos o Centro de Saúde, temos a Protecção Civil, temos os Bombeiros, portanto, trabalhamos com eles todos e temos actividades com estas, com estas instituições todas."	Centro de Recuperação e Integração, o Hospital, o Centro de Saúde, a Protecção Civil e os Bombeiros. São promovidas actividades com todas estas instituições.
H	**Representação da Utilidade da AICE**			
I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E3R19** "Sei, sei."	Sabe que a cidade pertence à AICE, contudo não enfatizou a resposta
		I.2. Concepção	**E3R20** "Pois, eu não, não sei muito sobre esta, sobre esta vertente das Cidades Educadoras. Eu lembro-me que nós tivemos aqui o ano passado […] um projecto da Área-Escola do 12º Ano que trabalhou esta temática […] tinha a ver com a requalificação do centro histórico, tinha a ver com esta temática. Mas não, não é o meu forte, seguramente.	Não definiu o conceito a sumindo que conhece muito pouco a temática
		I.3. Participação Formativa	**E3R21** "Não, já fui convidado para um que se realizou, penso que, em Évora. E foi, foi, foi, em meu lugar, quem é que foi? Foi precisamente a coordenadora dessa área de projecto."	Observa-se apenas um convite.

J	**O Projecto Educativo Local**	**J.1. Importância**	**E3R22** "Isso é uma pergunta, uma pergunta difícil, difícil, se calhar, eles poderiam responder melhor que eu, mas deve de ter as suas vantagens mas, agora não, não consigo responder.	Não soube referir a importância do PEL para um município que se identifica como educador remetendo essa resposta para a Câmara
		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E3R23** "…eles têm boas, boas estruturas e infra-estruturas, desde, desde o Palácio dos Desportos, as Piscinas, agora a Biblioteca que nós utilizamos, o auditório que têm lá é muito, muito bom. Temos o teatro também, onde nós fazemos os nossos espectáculos de grande dimensão, temos também… […] o Museu, também é utilizado muito, normalmente para os alunos do 12º ano porque tem lá uma vertente do português que trabalha lá nessas áreas do museu, são uma série de, uma série de serviços, além dos outros serviços, quer dos serviços culturais, serviços do básico que também agora é tudo feito também por eles, portanto, o serviço de transportes. A autarquia, a autarquia… é quase aqui o nosso ministério."	O município foi caracterizado como detentor de um bom suporte de infra-estruturas e com uma boa oferta de serviços atribuindo-lhe a figura "nosso ministério".
L	**Conformidade do PEL**		**E3R24 "**Já ouvi falar, já ouvi falar, mas em pormenor não."	Possui um conhecimento muito superficial, quer do PEL, quer da Carta das Cidades Educadoras, que não permite estabelecer relação.
M	**Representação da noção de PEL**		**E3R25** "Um projecto é sempre um plano, um plano de intenções, um plano de intenções será um caminho, um caminho a percorrer no futuro, portanto, e o ideal seria integrar todos os projectos, os projectos que cada agrupamento tem, que cada escola tem num	Um plano mais vasto, de intenções e integrador de todos os projectos dos diversos agrupamentos. Sente-se a vontade, a noção de articular projectos num

			projecto mais vasto, que seria o projecto, o projecto do município, educativo do município. É assim que eu entendo a coisa."	projecto comum. O PEL nesta 1ª etapa não o parece ter contemplado.
N	**Grau de Satisfação Municipal**			
O	**Representação da Cidadania**		**E3R26** "Não tenho verificado muito isso, não sei se é da crise, mas não, acho que não, acho que o cidadão está um bocadinho noutra. Acho que não se envolvem com a tomada de decisão e nós vemos aí quando se fazem reuniões deste tipo, com debates, aparecem… são sempre os mesmos que lá estão. Penso que não há envolvimento, também não há, acho que também não há essa cultura. Não sei de quem é a culpa, se calhar é de todos, é seguramente de todos nós mas não, não vejo grande envolvimento."	Não se verifica aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, condicionada pela pelo pouco envolvimento, falta de cultura de participação das pessoas. A culpa é colectiva.
P	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**		**E3R27** "… hoje 50% do que fazemos é marketing ou mais, e se calhar aqui, nos municípios, é muito mais de divulgação, promoção da própria cidade. Não estou a dizer, eu não estou a desvalorizar isto, pelo contrário, isto é importante, o marketing. As escolas também, as escolas também têm de fazer marketing, eu faço marketing não é? Promovo-me, sei que tenho actividades que são puro marketing e, às vezes, sou criticado por isso. Dizem que a escola não tem que fazer, mas eu acho que tem, porque, porque uma escola também vive um bocadinho da imagem que tem, não é? E os municípios, os municípios também, por isso é que eu digo, comecei logo a entrevista a dizer que o projecto educativo municipal como eu o entendo penso que não é o indicado."	Reconhece a importância do marketing, para a promoção da imagem da cidade e da própria escola, mas sugere uma reformulação do PEL

Q	**Reflexão Cidadã**		**E3R28** "Portanto, estamos a dar os primeiros passos, mas espero que o futuro seja melhor." **E3R29** "Teria que mudar e teria que ter um projecto educativo local ou municipal ou… se não tiver, tem que ser feito, tem que ser feito no terreno por quem está no terreno, ou seja, pelas escolas se não, se não é marketing ou só marketing. **E3R30** "…Nós temos que nos juntar, reunir com frequência, como nós fazemos, praticamente é esta sala que nós reunimos todos os meses os concelhos executivos aqui da região, e depois fazer a mesma coisa com um grupo mais restrito de […]. Tem sido difícil, as pessoas são diferentes, têm opiniões diferentes, há divergências… costuma-se dizer que santos da casa às vezes não fazem milagres e vamos andando assim…" **E3R31** "… lamento que eu (…) em termos de conhecimento sobre a temática não é muito profundo, aliás é muito superficial"	Reconhecimento: Da existência de expectativas relativamente à dinâmica do PEL e ao seu possível contributo para a reformulação e enriquecimento do Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas -Da necessidade obrigatória em envolver todas as escolas do município na construção do PEL, parceiros privilegiados na área da educação. - Da consciencialização de alguma dificuldade ao nível da comunicação, pela natural diferença e divergência de opiniões, daí a proposta da indispensabilidade de reunir com frequência um grupo restrito para coordenar o PEL. - Das limitações do conhecimento sobre a temática.

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº4**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**		**E4R1** " Nós sabemos que há um projecto educativo e cada um faz o seu trabalho, não é!? A autarquia tem os seus projectos educativos e nós temos o nosso…"	Há conhecimento da existência de um PEL, contudo não valoriza o seu papel integrador, pelo contrário, sublinha a individualidade de cada projecto.
			E4R2 "Nós conhecemo-lo e eu não estou assim muito interessada em o aprofundar e digo-lhe já porquê, porque o projecto educativo de hoje, às vezes já não é o de amanhã e o de ontem não é o de hoje, e portanto, nós temos o nosso trabalho específico que é, enquanto comissão que temos de desenvolver e de minimizar os problemas da comunidade, desenvolver esta comunidade, humanizar a cidade! "	Revela um conhecimento muito superficial e um desinteresse natural no aprofundamento do PEL.
			E4R3 "Não estou muito por dentro dele, porque sei que há aí uns centros de estudo em vias de serem implementados, mas… […] Os centros escolares, pois, é isso."	Alguma limitação no entendimento do PEL ligando-o apenas à criação dos centros escolares. Parece Confundir o PEL com a proposta da Carta Educativa ou única e exclusivamente com um objectivo do PEL, a construção dos Centros Escolares.

B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E4R4** "o que tem mais a ver com o projecto educativo existente é o ATL. Os nossos ATL, e nós temos 120 meninos, 130 meninos em ATL e depois temos ainda mais uns 150 em centro de ocupação juvenil, portanto temos aqui uma série de… mas isto não colide com o projecto educativo, porque isto aqui, também não colide com as extra-curriculares, isto colide com o acompanhamento, com o ajudar a crescer, com o desenvolvimento das crianças, com o prestar um serviço aos pais que podem estar em casa descansados	Preocupação em clarificar que as actividades da IPSS não colidem com o PEL, nem com as actividades extra-curriculares. Não há reconhecimento, de que as actividades extra-curriculares estão integradas no PEL, separando-os.
			E4R5 "…Temos coisas em comum, há parcerias que são muito importantes mas cada um tem os seus projectos."	Existência de algumas parcerias anteriores ao PEL, contudo continua a verificar-se a preocupação em clarificar que cada entidade te os seus projectos
			E4R6 "Por exemplo, olhe, ao nível da Feira do Ambiente. Temos uma parceria com a câmara Municipal de Torres Novas, vai agora haver uma Feira do Ambiente um dia destes, como pode calcular não sei as coisas em pormenor. […] Agora esta parceria com a câmara, que nós estamos, fomos galardoados com a bandeira verde do ambiente, com um projecto que temos ao nível do ambiente, ao nível da Cresce e Jardim de Infância e isso é em parceria com a câmara, aliás, a ideia inicial até foi nossa, depois a câmara tomou-a, tomou-a sua e também a desenvolve.	A Feira do Ambiente é um exemplo da parceria existente
			E4R7 "E… pois, portanto, quer dizer, eu não… para mim tanto se me faz, que diga um, que diga que é seu, como o outro, o	Outro exemplo de Parceria com a Câmara foi a realização da feira medieval pela IPSS.

			importante é que as coisas se façam, o resto não interessa. A ideia inicial foi nossa, como foi nossa uma Feira do Ambiente […] não, uma Feira Medieval que fizemos também. Também a câmara foi parceira connosco e essas parcerias são muito importantes porque estas coisas envolvem muita, muitos recursos humanos, e também bastantes dinheiros que nós não temos para este tipo de, de, de actuações, não é?	Verifica-se uma enorme vontade em desenvolver actividades independentemente de quem organiza, apesar do natural regozijo relativamente às actividades promovidas pela IPSS.
			E4R8 "Eu penso que foi agora a partir… bom, primeiro que nada, também não, quer dizer, não, eu não faço nem me tenho empenhado muito em saber."	Não sabe, nem se empenhou em saber, de onde é que surgiu a necessidade efectiva da construção de um Projecto Educativo Local e quais foram as razões dessa elaboração, nem de onde partiu a ideia. Infere-se que não esteve na construção do PEL.
			E4R9 "…algumas IPSS que entraram no contacto com as câmaras e se candidataram a fazer, elas IPSS, algumas vertentes das AEC's. Isso aconteceu, isso acontece com algumas das nossas, nós não quisemos fazer isso. Não, não enveredámos por aí, nós mantemos a nossa vertente, a nossa vertente é mais a da solidariedade e obviamente que também temos, temos o pré-escolar, e portanto, também tem a ver com a educação, mas tirando o pré-escolar mesmo tudo o resto tem mais um carácter social, lúdico, educativo enfim, mas não tanto na vertente da educação"	Reconhece o papel social e educativo das IPSS's, o contributo no desenvolvimento das actividades extra-curriculares apesar de não se ter candidatado às mesmas.

B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**		
C	**Participação Cidadã**		**E4R10** **"**Não, não, não, não, nem as IPSS penso que foram chamadas, penso que nenhuma IPSS foi chamada a esse nível."	Parece verificar-se nenhuma participação do entrevistado enquanto representante de uma IPSS, na construção do PEL.
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E4R11** "Não, não, não. Olha, se houve esse tipo de reuniões eu não estive nelas. Como digo quando há coisas desse género são as técnicas que vão, porque nós também não temos tempo para tudo. […] Mas, é assim, propriamente para a elaboração das coisas eu penso que não."	Não existe certeza na existência de reuniões de trabalho, mas tudo indica que não houve participação em reuniões de trabalho para a construção do PEL.
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E4R12** "Não, não, não, não! […] Não tenho conhecimento, se houve!? Não estou a dizer que não houve, mas se houve, passou-nos ao lado. Eu não tive conhecimento, embora como lhe digo, de vez em quando ao nível da educação, há um chamamento às instituições. […] Não, não entramos muito por aí, e aqui na direcção temos quatro professores, mas não falámos nunca nisso. É verdade!"	Não teve conhecimento de qualquer canal de informação ou equipa de apoio, nem do fórum de discussão via informática. Não usaram esse canal de comunicação.
			E4R13 "Pois, um concelho municipal de educação, como digo, nós	Não revelou informação sobre o papel do

E	**Papel do CME**		aqui a nossa relação é muito com a vereadora da educação e pronto, que é a […], não sei se conhece, a Drª […], pronto, é com ela, quando temos alguma coisa é com ela, é só com ela. Agora se ela representa esse concelho isso não sei." **E4R14** "não de facto, á que corrigir isso, nós temos uma funcionária que é a directora técnica da creche e jardim de infância, que representa a instituição nesse concelho."	CME na construção do PEL, ficando-se pela boa relação que estabelece com a vereadora e pela correcção da resposta relativamente à representação da IPSS no CME.
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**	**E4R15** "Eu não me parece que seja esse o objectivo, o objectivo é fazer do nosso próprio projecto, com as nossas capacidades, com os tempos que temos, obviamente que tem de ter em vista as férias, a… os tempos, as festas e os tempos pós as cinco e meia da tarde que é quando acabam as aulas, não é? […] nós fazemos os nossos projectos e depois quando entendemos que eles têm que ter num âmbito mais alargado ou que a câmara também pode dar a mão, portanto, darão naturalmente."	Não enfatizou a articulação dos projectos como um objectivo a alcançar. Infere-se novamente a preocupação em cumprir o seu projecto de acordo com o " timing" da IPSS, deixando sempre em aberto uma possível parceria, a cooperação institucional, quando necessária.
		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local	**E4R16** "…portanto esta feira do ambiente é uma parceria com a câmara, com a GNR, portanto, há várias entidades que se envolvem nisso, não é? "	Reconhece-se como parceira local entre outros parceiros.
		F.3. Parceiros Locais e sua acção	**E4R17** "Não, não sei! Não tenho visto muitos. Não tenho, temos sido mais nós a este nível, outros se calhar estarão a outros, que eu não estou tão por dentro, não é? Mas nós; da nossa parte… tem sido a IPSS que tem feito mais este tipo de colaboração."	Confirma a possibilidade de haver vários parceiros a outros níveis, mas ao nível das IPSS's tem constatado que é uma das parceiras mais activa.
H	**Representação da Utilidade da AICE**			

I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E4R18** "Sei, sei, não, não, não lhe sei dizer muito, mas sei que faz parte, às vezes ouve-se nos discursos, nas coisas aí camarárias e por acaso tenho aqui uma directora, aqui também da instituição, que ela escreveu uma coisa também a esse respeito, não tenho agora aqui, e é por isso que estou, mas de resto também não sei. Não estamos por dentro de mais nada."	Sabe que a cidade pertence à AICE através de discursos políticos e de uma directora da IPSS, contudo não enfatizou a resposta por não estar por dentro do assunto.
		I.2. Concepção	**E4R19** "Nunca foi objecto da nossa atenção, pronto, não foi mesmo! De alguma maneira acho que tem de haver porque tem de ter um projecto vocacionado para aquilo e as outras não terão. Isso é o que eu penso assim, agora só perguntar, mas de resto nunca foi o nosso objectivo."	Não definiu o conceito assumindo que não prestaram atenção à temática por não ser um objectivo da IPSS, contudo sugere que as "Cidades Educadoras" devem ter um projecto vocacionado para esse fim e as outras não.
		I.3. Participação Formativa	**E4R20** "Por acaso aqui não, em "Município XXI" não, nós também somos bombardeados com tantos convites tantas inaugurações, tantas coisas, que de vez em quando falhamos a muitas delas."	Não houve participação formativa
J	**O Projecto Educativo Local**	**J.1. Importância**	**E4R21**"Olhe, eu não sei, já disse ainda há bocado que nunca tinha sido objecto aqui da nossa conversa. Se calhar as pessoas que fazem parte desta dimensão e que estão no ensino, teriam alguma resposta provavelmente diferente da minha. O projecto educativo local a… eu posso-lhe dizer que nós, nunca foi muito objecto das nossas… nós temos preocupações neste momento aqui e agora e hoje, aqui ao nível da instituição com, pronto."	Não soube referir a importância do PEL para um município que se identifica como educador remetendo a resposta para as preocupações inerentes à IPSS.
		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E4R22** "é-nos facultado essa possibilidade de termos o carro, fica mais barato, temos um centro de convívio com mais de 100	O município foi caracterizado pela disponibilização do autocarro, pela abertura

			pessoas. […] Fizemos uma exposição de árvores feitas com material reciclado que os pais dos meninos fizeram, fizemos na Biblioteca […], agora um dia destes. […] Fazemos uma actividade que se chama "O Pátio do Traquinas". É uma actividade que antecipa o início do ATL, é para meninos assim já crescido, pronto, para crianças de ATL, antecipa o ano do ATL mas é aberto a toda a comunidade. É normalmente, o ano passado foi no Jardim das Rosas."	dos espaços municipais às actividades da IPSS.
L	**Conformidade do PEL**			
M	**Representação da noção de PEL**			
N	**Grau de Satisfação Municipal**			
O	**Representação da Cidadania**		**E4R23** "Eu sinto que de uma forma geral a sociedade está sempre à espera que alguém lhes faça as coisas e pensa que há-de aparecer alguém que faça tudo aquilo que há para fazer, concretamente aqui. […] Claro que há muitas organizações que lutam para que exista essa democracia participativa, mas ela não é assim muito forte, e eu sinto que a sociedade não está muito voltada para a democracia participativa, está um bocado mais para resolver o seu problema, as suas questões, mas pronto! Há muitos sinais de esperança, também. Nós aqui, ao nível das IPSS's muitas vezes pensamos assim."	Não se verifica aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. É condicionada pela pela própria passividade cidadã à espera da resolução natural e oficial das coisas e por algum egocentrismo de cada um.

P	Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"			
Q	**Reflexão Cidadã**		E4R28 "Por acaso não me parece, não me parece. Havendo mais discussão, havendo a tal democracia participativa, que houvesse uma predisposição também dos poderes para essa participação, enfim, muita coisa se calhar podia ser alterada mas nós temos aqui a… temos projectos, temos gente muito boa que anualmente pensa, programa e cumpre. E é disso que dá contas depois à direcção, não é do cumprimento desse programa. **E429** "Olhe, eu não sei se mudaria porque nós estamos tão absorvidos em tantas coisas e a nossa área tem muito a ver mais com a área social do que propriamente com a área educativa, embora é a educação informal, ela tenha que existir em todos os lados, tem que existir sempre e nós apostamos nisso, […] Não quer dizer que não, como disse, estamos representados no concelho da escola, temos parcerias com algumas actividades, mas propriamente na parte educativa, nós estamos mais voltados para a área social e para a educação não formal. **E430** "E eu penso que nós temos uma cidade bonita que a câmara fez uma cidade bonita para mim, a minha cidade, que eu gosto muito, está bonita, mas precisa ser grande, e é grande connosco, com uma instituição como a nossa e outras assim."	Para se proporcionarem alterações ao nível do projecto anual é necessário o aumento da democracia participativa dos cidadãos e da predisposição dos poderes para tal. Sentimento de dúvidas em relação a mudanças em virtude do papel da IPSS incidir muito mais na vertente da educação não formal, que na educação formal, contudo há a consciencialização destas duas vertentes e da importância da instituição nas mesmas. Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo poder local na cidade e da grandiosidade que esta pode ter, quando conta com as instituições que a incorporam e quando estas participam.

Entrevista Nº 5 – Representante do Centro de Saúde

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº5**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**		**E5R1** "Sim. Sei que existe. Conheço-o, isto é, fiz uma leitura rápida sobre o Projecto, para que ele seja articulado em parceria com o Centro de Saúde, no âmbito do Programa Saúde Escolar"	Conhecimento superficial do PEL motivado por questões profissionais
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E5R2** "Não faço ideia! A ideia deve ter sido de alguém do município…" **E5R3** "Participou sempre através do Programa de Saúde Escolar (PSE) com acções de Educação para a Saúde em todos os 83 Estabelecimentos de ensino do Concelho."	Desconhecimento das razões e da a necessidade da construção do PEL. Sugere-se a origem municipal. Participação activa do Centro de Saúde através dos programas oficiais em articulação com a escola
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E5R4** " Eu própria não estava, mas penso que esteve um responsável do Centro de Saúde"	Incerteza na representação do Centro de Saúde na apresentação final do PEL
C	**Participação Cidadã**		**E5R5** "Na construção em si do projecto não"	
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E5R6** "Não. Acho que chamou os diversos parceiros da comunidade para o construir, em reuniões para o efeito. Não?" **E5R7** " Acho que houve reuniões para a construção do Projecto. Parece-me que sim!.. Que Houve!?"	Muito pouca certeza na existência de reuniões de trabalho
		D.2. Equipas e canais de	**E5R8** "Não me recordo. Ah! Houve um elemento que me contactou!? Penso que foi por intermédio da escola!	Pouca consistência na existência de contactos e a origem dos mesmos

		apoio e informação		
E	**Papel do CME**		**E5R10 "**O Conselho Municipal de Educação informou-nos através do nosso representante, que o PEL já estava disponível on-line."	O CME teve um papel meramente informativo através dos elementos que o constituem
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**	**E511** "O PEL também vai em encontro do nosso projecto e o nosso projecto tem como espírito envolver a comunidade escolar no processo de intervenção do Programa de Saúde Escolar."	O PEL suscita a articulação entre os diversos parceiros e seus projectos
		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local	E5R12 "Sim. Sempre! Com protocolos, através de programas e de seminários de informação e sensibilização.	Assumpção da condição de Parceiro Local activo
		F.3. Parceiros Locais e sua acção	**E513** " Para além do Município!? Escolas, Segurança Social, Polícia."	O Centro de Saúde coopera com outros parceiros municipais
H	**Representação da Utilidade da AICE**			
I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E5R14** "Ouvi falar numa conversa informal."	Formalmente não houve informação
		I.2. Concepção	**E5R15** "Penso eu, que tem que ser uma cidade com os princípios básicos. Preocupada em termos futuros com comportamentos saudáveis […] As cidades educadoras são aquelas que estão mais próximas dos seus elementos da comunidade, através de processos de negociação com os diversos elementos, é ser uma cidade saudável."	A definição surge em correlação com as "Cidades Saudáveis" e no reforço dos processos de proximidade aos cidadãos apelando à sua participação. Consubstancia a ideia das "Cidades Educadoras"
		I.3. Participação Formativa	**E5R9 "**Não."	Inexistência de mecanismos formativos
J	**O Projecto**	**.J.1**	**E5R16** "É um projecto realizado por diversos representantes das	Reconhecimento de um projecto colectivo

	Educativo Local	**Importância**	instituições locais, que vai ao encontro das necessidades da cidade. Penso eu!"	em prole da cidade
		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E5R17** "Vários. O município tem várias estruturas físicas e coloca-as ao serviço de todos! Desenvolve programas para as rentabilizar! No site estão alguns desses programas."	Confirmação da existência de várias estruturas físicas, sua rentabilização municipal e uso comunitário
L	**Conformidade do PEL**		**E5R18** "Sim… Houve uma brochura na altura e eu fiquei com uma vaga ideia. Não me lembro dos princípios, não posso responder."	Incerteza e desconhecimento em relação à conformidade com os princípios
M	**Representação da noção de PEL**		**E5R19** "Uma proposta desenvolvida por diversos representantes das instituições locais, que vão ao encontro das necessidades identificadas nos locais e na comunidade que representam."	Reconhecimento de que é um projecto construído colectivamente em prole das necessidades da cidade, dos locais e da comunidade que representam
N	**Grau de Satisfação Municipal**			
O	**Representação da Cidadania**		**E5R20** "Sim, sem dúvida! As pessoas são mais participativas, temos uma caixa de sugestões e eles sugerem."	Suscitação de uma maior participação ao nível do envolvimento
P	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**		**E521** "Não faço a mínima ideia! Concordo com todos os projectos que sejam dinamizadores para a comunidade. Neste momento, não sei, não tenho dados suficientes para dizer!	Registo de alguma precaução na opinião crítica salvaguardando o apoio a todos os projectos dinamizadores da comunidade
Q	**Reflexão Cidadã**		**E5R22** " Não tenho elementos para responder. Isso! Pois…"	Contenção na resposta não sugerindo aparentemente muita sensibilidade para outro tipo de intervenção

Entrevista Nº 6 – Presidente da União das Colectividades e Associações do Concelho

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº6**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**		**E6R1** "Em pormenor não conheço, […] tenho acompanhado com algum interesse as questões relativas, por exemplo, à constituição de centros escolares."	Conhecimento superficial do PEL valorizando-se o acompanhamento sobre a informação da criação dos centros escolares.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E6R2** "Infelizmente, infelizmente, […] a participação dos cidadãos e mesmo das instituições, […], no concelho, só é feita a maior parte das vezes quando formalmente é obrigatório fazer." **E6R3** "…no caso da comunidade educativa, como não é vista num sentido lato e é visto muito simplesmente em termos da, daquilo que é o espaço escola é evidente que acabamos por não ser chamados, nem sequer a dar opinião. Mas concomitantemente, por exemplo há…, a escola profissional, nós somos parceiros da escola profissional da questão das novas oportunidades, nós somos convidados pelo serviço da biblioteca para poder fazer a divulgação de autores portugueses e poesia, […] há um conjunto de parcerias que se podem estabelecer, mas formalmente, formalmente, evidente, nunca ninguém veio ter connosco e dizer assim: qual é a vossa opinião sobre isto." **E6R4** " Não!"	Não participou em projectos ou programas para o sector da educação no município antes da construção do PEL argumentando que a participação só é realizada quando formalmente obrigatória. A participação é limitada pelo facto da comunidade educativa não ser vista em sentido lato, pois a maior parte das vezes é reduzida á escola/educação formal. Contudo, existem parcerias, neste caso com a Escola Profissional e serviço de biblioteca. Desconhecimento das razões e da a necessidade da construção do PEL.

Entrevista Nº 6 – Presidente da União das Colectividades e Associações do Concelho

B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E6R5** "Não. Nem, acho, que nem as colectividades foram convidadas, porque se tivessem sido convidadas, eu sou dirigente de uma associação, e por essa representação estou na UCA, portanto nem a colectividade foi convidada."	Não houve participação na apresentação da versão final do PEL.
C	**Participação Cidadã**		**E6R6** "Não. Nem a própria UCA, nem a própria UCA. "	Não houve participação na construção do PEL.
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E6R7 "** Mais, não vi e sou um elemento relativamente interessado daquilo que se passa na comunidade local e nunca vi dizer assim: vai haver uma reunião sobre o projecto educativo, pelo menos que me recordo, vai haver sobre o projecto educativo, se faz favor dêem opinião."	Não houve participação em reuniões de trabalho, nem houve convocatória para tal.
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E6R8** "Quanto à questão […] do projecto municipal de, da… quanto à comunidade educativa, aa… aí, não tem havido qualquer contacto, aliás desconhecemos se alguma das nossas associadas ou não associadas tenha intervido nessa situação." **E6R9** "Não sei, mas admito que tenha estado."	Inexistência de contactos junto da União das colectividades e nenhuma associada referiu que tinha sido contactada. Não teve conhecimento do "fórum" informático no portal do município, mas admite a sua existência.
E	**Papel do CME**		**E6R10** "Tenho. Da existência! Tenho!"	Apenas se regista a existência do Órgão
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**		
		F.2.Reconhecimento	**E6R11** "hoje as próprias actividades que a UCA faz já entram, já servem para consumir os espectáculos da própria Câmara que as, que as colectividades dão, dão à Câmara. Agora, isto, a situação é	Há um reconhecimento das potencialidades da parceria local, mas ainda falta juntar formalmente os diversos parceiros para as

			clara, não há em termos formais, portanto há muitas vezes ligações e tudo mais, em termos formais dizer assim: juntar a comunidade educativa, juntar a comunidade associativa e dizer: nós temos esta e esta e esta potencialidade, então nós temos… qual é que é… falta dar esse passo"	desenvolverem.
		F.3. Parceiros Locais e sua acção		
H	**Representação da Utilidade da AICE**			
I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E6R12** "Já tinha ouvido. Já ouvi isso."	Formalmente não houve informação
		I.2. Concepção	**E6R13** "Eu não conheço. […] sei o que deveria distinguir e o que deveria distinguir era darem primazia a qualquer política municipal que fosse […] implantada, tivesse esta perspectiva de formar e valorizar os cidadãos (…) se isso fosse feito de forma integradora, a própria, essa comunidade municipal distinguir-se-ia de outra que tem pura e simplesmente coisas desgarradas."	A definição surge por opinião própria e não pelo conhecimento da temática, baseando-a numa política municipal integradora, articulada e que valorize e forme os cidadãos.
		I.3. Participação Formativa	**E6R14 "**Não. Noutras funções, na rede de cidades saudáveis."	Não houve participação formativa
J	**O Projecto Educativo Local**	**J.1. Importância**		
		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E6R15** "Basicamente aquilo, que conheço é o seguinte: o município está a desempenhar um papel importante até porque de delegação de competências e porque daí também vem, realmente algum	Confirmação da existência de várias estruturas físicas, tais como piscinas, espaços desportivos e culturais e da sua

			dinheiro, ao nível do transporte, aa…ao nível de manutenção de instalações e aa… ao nível da utilização de, de estruturas, das infra-estruturas municipais como seja piscinas, como seja espaços desportivos, como seja espaços culturais, inclusivamente há um teatro que tem um projecto educativo, mas isto fá-lo relativamente à comunidade escolar.	rentabilização municipal no uso comunitário.
L	**Conformidade do PEL**		**E6R16** "Não!"	Desconhecimento dos princípios da carta das Cidades Educadoras
M	**Representação da noção de PEL**		**E6R17** "Esse trabalho não deve ser cada um no seu favozinho, no seu cantinho, mas tem de haver realmente uma coordenação, porque um projecto educativo abrange não só a formação escolar, mas também a formação dos cidadãos para a própria sociedade." **E6R18** "o projecto educativo deveria ter a ver com a realidade concreta da própria comunidade, saber o que se produz, […] como é comercializado, […] qual é a realidade, daqueles que estão na vida activa […] e tudo isso passa pura e simplesmente ao lado, que cada um individuo na sua situação… estranha!"	Representa o conceito como um elemento integrador de um trabalho colectivo, que coordene não só a formação escolar como também a formação dos cidadãos, da própria sociedade. O projecto educativo deve reflectir a realidade concreta da comunidade, a sua vida activa. Parece sugerir-se um diagnóstico para facilitar o conhecimento da realidade.
N	**Grau de Satisfação Municipal**			
O	**Representação da Cidadania**		**E6R19 "**Pura e simplesmente o contrário. Os estudos de opinião substituíram muitas dessas situações, aliás, tomam-se decisões, muitas vezes já não são por questões técnicas ou por questões de opção, […] política, de opção de gestão, mas por poderem agradar ou desagradar e… esta situação é tão mais, tão mais grave […] que leva a esta situação, é que os próprios responsáveis dizem assim:	Tem-se sentido e assistido a um maior afastamento dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. Há pouca proactividade na chamada das pessoas á participação, esta é realizada quando a lei obriga ou por descargo de consciência.

			fazer, ouvir as pessoas, porquê, ouvir as pessoas porquê… se quando nós fazemos nem sequer elas aparecem, e aqui há outra situação é fazer por descargo de consciência ou porque a lei obriga e dizer quem quiser dar opinião dá, e outra situação é ser proactivo e levar as pessoas a participar. […] Tem de se chamar as pessoas à participação, mais, têm de ser informadas sobre essas, sobre essas situações.	
P	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**		**E620** "…acredito que, no conjunto das actividades municipais muitas delas o objectivo não é resolver o problema das pessoas, muitas vezes é pura e simplesmente tornar visível que se está a fazer alguma coisa, de tal maneira, que a distância que se vai da apresentação dos objectivos e aquilo que se vai fazer e depois muitas vezes não há monitorização, nem há a prestação de contas serve única e simplesmente como uma opção de marketing porque são anunciados os projectos que depois não têm meios, nem humanos, nem financeiros, nem sequer depois há uma calendarização das, daquilo que se vai seguir, mas o conceito todo ele é muito bonito e ficamos todos mais ou menos interessados nisso…"	Acredita que muitas vezes pode haver um interesse no conceito, mas é também muitas vezes, uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, pois são anunciados projectos, que muitas vezes não são concretizados.
Q	**Reflexão Cidadã**		**E6R21** "…quanto mais não seja para sensibilizar as direcções das escolas e a própria comunidade de que existe um movimento associativo que tem actividades próprias que são enriquecedoras aa… do currículo social e lectivo das próprias escolas, que têm equipamentos, que têm inclusive instalações, que poderão ser colocadas, colocadas ao serviço ou servir a comunidade, assim haja, realmente interligação, interligação entre elas, e portanto, isso é	Necessidade de sensibilizar as escolas e a comunidade em geral, de que o movimento associativo é um parceiro enriquecedor, quer para a promoção da educação formal, quer da educação não formal no desenvolvimento de um território educativo municipal em rede.

			importantíssimo colocar esta, esta questão nessa perspectiva porque também há trabalho desenvolvido pelas próprias colectividades, que tem a ver com a situação educativa”	
			E6R22 “Ora, quando nós temos um projecto desses e não é pro-activamente divulgado, não é de dizer ele existe, ele está lá, não é! Não, eu tenho que o receber, vamos imaginar a seguinte… […] eu se tivesse… tivesse alguma responsabilidade nessa situação, considerando a importância que isso tem, se calhar não haveria entidade nenhuma que tem alguma relação com a educação, com essa temática, que não tivesse conhecimento disso, é assim o exemplo que nós fazemos com as colectividades. […] é mandado um e-mail a dizer, se faz favor consulte o blog que tem lá informação que lhe interessa. E que já existe as redes… as redes na Internet, muitas vezes colocam-nos essa situação, visite o site tal, que tem informação que lhe pode interessar, […] se a nós proactivamente, nos chegassem ou mandassem um documento ou nos mandassem um mail a dizer: existe este documento assim-assim, pensamos alterá-lo, a breve prazo podemos alterá-lo, ou então, dê a sua opinião sobre a maneira como está a ser cumprido, nem que seja um inquérito normal e a gente responde”	Mudaria a forma de informação e de divulgação com o intuito em tornar o processo de participação proactivo e apostaria na informação a todos os actores locais.
			E6R23 “ganhei bastante com isto, porque eu sinceramente, a única coisa que vejo, a única coisa que me é… de títulos, é os títulos e nós temos andado mesmo arredados dessa situação!	Reconhecimento do ganho pessoal da relativamente à informação recebida e aumento da motivação e sensibilidade para a temática.

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº7**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**		**E7R1** "Sei. Foi-me apresentado e foi-me mostrado pelo representante no Conselho de Educação Municipal quando foi elaborado. Quando foi apresentado ao município tivemos uma reunião com o presidente…com o representante dos pais."	Conhecimento da existência do PEL através do representante dos pais no CME após a sua elaboração e apresentação pública.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E7R2** "Não. Foi nessa, foi depois dessa apresentação, não sei precisar a data, mas foi depois dessa apresentação pública." **E7R3** "Não. Sei que há um conjunto de cidades educadoras, mas não sei exactamente como é que surgiu essa, esse conceito. Eu pensava que tinha a ver com a parte da vereação, com a parte da educação e da vereação, mas em concreto não tenho conhecimento. Foi só mesmo naquela fase da reunião e da apresentação que eu tive conhecimento que as coisas estavam a ser construídas."	A Associação de Pais não participou em projectos ou programas para o sector da educação no município antes da construção do PEL. Só contactou com o PEL após a apresentação pública. Não conhece as razões da elaboração do PEL, nem tem conhecimento em concreto de onde surgiu a ideia, talvez da vereação.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E7R4** ",,, foi feita a apresentação no teatro […]" **E7R5** "A data não, sei que já foi no outro ano lectivo, talvez segundo trimestre do ano lectivo 2007-2008, mas a data precisa não tenho a certeza."	Houve participação na apresentação da versão final do PEL no teatro […] sem certeza da data, talvez 2º trimestre de 2007-2008.

Entrevista Nº 7 – Representante e Vice-Presidente da Associação de Pais

C	**Participação Cidadã**		**E7R6** "Não."	Não houve participação da Associação de Pais na construção do PEL, nem individualmente enquanto cidadã.
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E7R7 "**Que eu tenha conhecimento não."	Não houve participação em reuniões de trabalho.
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E7R8** "Que eu tenha conhecimento a Associação não foi, nem eu, nem a pessoa que na altura era presidente, não fomos contactados para participar nessa construção." **E7R9** "O que já consultei foi na página da Câmara e consultei, propriamente dito a carta educativa e o projecto, isso eu já consultei, mas pronto, mas se calhar sou eu que estou, estou mais desperta para isto e tentei ver por escrito, o que é que, do que é que constava."	Inexistência de contactos junto da Associação de Pais Não teve conhecimento do "fórum" informático no portal do município. Apenas consultou o documento à posteriori.
E	**Papel do CME**			
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**	**E7R10** "…Essa articulação […] não se tem feito muito porque quanto ao nosso plano de actividades, […] tem-se baseado, primeiro, naquilo que os pais estão disponíveis para colaborar, […] Essa articulação, penso que não é, não é visível […], depois o plano de actividades este ano era uma coisa cheia, tanto do plano de actividades da escola era assim uma coisa […] de páginas, (…), não daria muito para, ou melhor, se calhar cobria tudo o que plano local queria, […], mas penso que não tem a ver uma coisa com a outra."	Não é visível articulação entre o plano de actividades da Associação de Pais e o PEL. Retira-se uma informação secundária, de que o plano anual da escola era muito extenso e pesado ao nível do seu corpo de páginas.

		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local	**E7R11**" Não sei como! A nossa ligação é muito pouca, é mais com a escola, interagimos, colaboramos muito mais directamente com a escola. Também nunca pedimos nada, nunca fomos ao município pedir colaboração, verdade seja dita, mas também nunca nos foi pedido nada em contrário."	Há um reconhecimento da parceria local com a escola mas com o município não.
		F.3. Parceiros Locais e sua acção		
H	**Representação da Utilidade da AICE**			
I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E7R12** "Tive conhecimento disso numa assembleia de escola, que a representante do município deu essa informação."	Formalmente houve informação numa reunião de Assembleia de Escola.
		I.2. Concepção	**E7R13** "Eu, quando ouvi falar disso tentei perceber o que é que consistia e fiquei com a ideia de que seria uma cidade com mais preocupações com a educação do que quem não pertencesse à rede e se calhar foi só isso que, só essas ilações que eu tirei, pronto, olha, é um movimento, se calhar vamos ter benefícios com isto, não fiquei com nenhuma essência realmente nem porque é que as coisas teriam sido feitas desta forma, mas penso que o que, pensei, olha, se calhar a partir de agora vão pensar um pouco mais na educação."	A definição sustenta a ideia de numa política municipal mais preocupada com a educação e , que pode vir a colher benefícios da integração no movimento da AICE..
		I.3. Participação Formativa	**E7R14 "**Não. Também não, não tive conhecimento**.**"	Não houve participação formativa
J	**O Projecto Educativo Local**	**J.1. Importância**		

		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E7R15** "Melhorámos a rede de jardim-escola!? Será que é a parte mais visível, Melhorámos o tempo que não existia aqui há uns anos, em relação ao 1º Ciclo, dos prolongamentos!? Se calhar é a face mais visível desta, desta, deste apoio, deste apoio, que possa ser dado ao nível da educação e ao nível dos pais, porque quanto ao resto não vejo mais, mais benefícios."	A oferta municipal surge ligada às AEC's e à melhoria da rede da educação Pré-Escolar.
L	**Conformidade do PEL**		**E7R16** "Não!"	Desconhecimento dos princípios da carta das Cidades Educadoras
M	**Representação da noção de PEL**		**E7R17** "Do meu ponto de vista um projecto educativo é alguma coisa, é algum projecto em que estão […] delineadas […] as metas que as pessoas pretendem, […] que em todos os munícipes vão ter conhecimento de como naquele município os miúdos podem ter acesso à educação, essencialmente acaba por ser isso. Agora! Se isso se vai reverter em qualidade de conhecimentos, de benefícios, de diminuição do abandono escolar, dessas coisas todas, não, não temos ainda esses resultados."	Representa o conceito como um projecto onde estão delineadas as metas e uma fonte de informação a todos os munícipes relativamente ao acesso da educação das crianças, esperando que sirva para a melhoria dos conhecimentos e da própria diminuição do abandono escolar.
N	**Grau de Satisfação Municipal**			
O	**Representação da Cidadania**		**E7R18 "**Não. Não… a participação associativa também não é das mais fortes e quando as pessoas têm uma actividade de participação, às vezes também, os pais têm sempre um papel na escola com algo que se retraem um pouco, porque, há mitos, e, que não são fáceis de, de debelar e por isso eu penso que temos as duas coisas, temos a fraca participação e depois mesmo aqueles que poderiam ter interesse em, em participar às vezes têm alguns mitos na sua	Não se tem sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão. A Participação associativa não é forte e há uma certa retracção das pessoas para evitar problemas.

			participação, e às vezes não se aventuram porque podem achar que depois venham a ter outro tipo de problemas.”	
P	**Representação do uso do Conceito “Cidade Educadora”**		**E719** “É aceitável que se pense isso, porque, como digo ainda é muito, muito cedo para ver os resultados, nestas coisas de mudanças de comportamento, não são dois anos, nem três que se vêem resultados, os resultados vêem-se depois. […] é questionável essa questão. Eu, eu penso que poderá haver quem, quem utilize isso para realmente dizer, que a sua cidade é melhor para se viver e não se prende só com isso.”	Aceita esse pensamento do uso do conceito como uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios, repudiando-o, mas é questionável. Desejará ver resultados,
Q	**Reflexão Cidadã**		**E7R20 “**Não.” **E7R21** “ Eu penso que se tivesse podido participar teria chamado a atenção para a carta educativa municipal, porque eu acho que foi feita sem ter atenção às ligações e às proximidades das localidades e eu penso que foi feita de gabinete e de mapa à frente e riscaram por onde, pelos números que lhes deu, números para fazerem os centros […] É assim, eu também não o analisei de uma forma a conhecê-lo na íntegra. Já o li, já o li, li-o se calhar logo a seguir a essa dita reunião. Se me perguntar agora exactamente em que ele consta do princípio ao fim também não tenho, não o conheço de o ter estudado, mas não tenho uma crítica própria, dirigida propriamente ao projecto, agora, o que eu acho, que é, que se vai reflectir ao nível das pessoas e das suas vivências, porque eu acho que há coisas que não é para dividir desta forma, porque continua-se a fazer as divisões de gabinete e eu acho que foi isso que aconteceu.”	A dinâmica do PEL não desencadeou a reformulação e enriquecimento do Plano de Actividades da Associação que representa Preocupação notória ao nível da localização dos novos Centros Escolares por não corresponder à sua opinião, se tivesse participado teria chamado a atenção para a Carta Educativa.

Entrevista Nº 8 – Representante/ Membro do Conselho Municipal de Educação

O Projecto Educativo Local numa "Cidade Educadora": dos princípios às práticas				
Código	**CATEGORIAS**	**SUB-CATEGORIAS**	**RECORTES (R) DA ENTREVISTA Nº8**	**INFERÊNCIAS**
A	**Conhecimento do PEL**			
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.1. Antecedentes**	**E8R1** "Sim. Eu tenho ideia que sim. Portanto, o projecto educativo começou a elaborar-se já eu fazia parte do Conselho Municipal de Educação, mas já antes a educação era tema de debate, e penso que havia uma política concertada de ideias e de intenções que era debatida em termos concelhios, portanto, onde, pronto, eram falados os princípios orientadores e as intenções do município." **E8R2** "…eu penso que há um programa do pré-escolar, que começou ainda antes deste projecto, e era um programa concelhio, o da educação pré-escolar, penso que ligado à pintura e às artes "rendufais e pafarrões" – "Panfarrões", uma coisa nesse género. Portanto, […] as actividades de enriquecimento curricular, penso que também […] nasceram antes do Projecto Educativo Municipal, senão arrancaram logo, pelo menos a ideia inicial […] foi antes. Não tenho assim certezas, mas julgo que sim."	Antes da construção do Projecto Educativo Municipal / Local (PEL) já havia projectos ou programas para o sector da educação no município

			E8R3 "Eu penso que tem a ver com um conjunto de intenções que se prende para a cidade, e a cidade e os responsáveis da cidade pretendiam construir uma cidade educadora e tudo fizeram, e a cidade em si reúne condições para ser uma cidade educadora e trabalhou-se muito, penso, nesse sentido, portanto, esta última equipa da autarquia penso que teve um papel fundamental." **E8R4 "**Eu penso que é da autarquia." **E8R5** "Eu não tenho presente, mas de pontos fortes para nos tornarmos cidade educadora foram, foram, isso foram. Os pontos fracos! Não, efectivamente não, não me lembro, mas com certeza também! Pontos fortes lembro-me parte geográfica da cidade como estava montada e os serviços onde estavam, lembro-me que era um ponto forte." **E8R6** "portanto, se calhar há 2 anos, talvez, mas eu a precisar datas não quero arriscar, mas talvez há 2 anos, isto tudo há 3, talvez há 2, sim."	As razões da elaboração do PEL estão relacionadas com um conjunto de intenções para a cidade, torná-la educadora e a ideia surge desta última equipa autárquica. Reconhecimento da localização geográfica da cidade como um ponto forte, sugerindo a existência de um estudo diagnóstico. Confirmação da existência do PEL, através do do seu próprio contacto no ano de 2006-2007.
B	**Processo de Elaboração e Construção do PEL**	**B.2. Apresentação da versão final**	**E8R7** "houve um evento que eu por acaso era para ir e não fui, penso que Torres XXI, não tenho a certeza se era este o nome, mas sei que houve uma cerimónia onde foi apresentado o Projecto Educativo Municipal. Eu por acaso não pude estar, mas lembro-me que houve."	Conhecimento da apresentação da versão final do PEL, em cerimónia pública,
C	**Participação Cidadã**		**E8R8** "Enquanto cidadã não, enquanto cidadã, penso que ainda não	Não houve participação individual e enquanto cidadã.

			temos essa cultura de participação, lembro-me de ter visto os folhetos, o projecto educativo municipal, o que é, aliás havia mesmo um folheto que dizia: o Projecto educativo municipal, o que é? Lembro de os ter visto e olhar com outros olhos para eles tendo em conta o meu papel no sistema educativo, mas enquanto cidadã não, não participei.”	
			E8R9 “As pessoas ainda, pronto, não, não, não ligam muito a este tipo de informação, alguém está a fazer isso, penso que não há, é mais fácil a escola, a instituição e aí sei, que deu a sua, se ofereceu na forma de contribuir para algumas iniciativas, por exemplo nesta escola, o caso de uma iniciativa da feira do ambiente, é sempre certo a sua participação e não falando noutras, agora cada um individualmente ter uma ideia, aa…, ainda é difícil termos essa cultura, essa prestação, mas eu acho que correu muito bem a iniciativa.”	A participação é sentida mais a nível institucional, que a nível individual e das pessoas.
D	**Meios de Participação**	**D.1. Participação em reuniões de trabalho**	**E8R10** “não, só enquanto nas reuniões do conselho, nas reuniões do conselho o assunto era debatido e era falado e era apelada a nossa participação e quem se quisesse envolver mais estava esse espaço aberto, pronto mais que isso, não.”	Não houve participação em reuniões de trabalho, apenas nas reuniões formais do CME.
		D.2. Equipas e canais de apoio e informação	**E8R11** “ houve um espaço, um tempo de debate para haver participações e colaborações para a elaboração do projecto educativo. Esse tempo de debate foi apresentado aos conselheiros do Conselho Municipal de Educação que dentro de quem representavam, divulgassem e que incentivassem a participação na construção do PEL e inclusivamente lembro-me que na cidade, no	Há conhecimento do espaço para participações de um canal informático criado para o efeito no portal do município e da distribuição de panfletos. Denota-se um incentivo à participação.

			concelho, não quero arriscar, mas na cidade tenho a certeza, circulavam panfletos, que foram inclusivamente distribuídos a apelar à participação de ideias, que constassem no Projecto Educativo Municipal." **E8R12** "Tenho ideia que na altura também se falava na divulgação da página da Câmara, mas sinceramente, pronto, como tinha lido a informação, não consultei." **E8R13** "Nas escolas!? Nas reuniões de departamento, lembro-me de ter falado."	O incentivo foi realizado pela entrevistada nas reuniões de departamento na escola.
E	**Papel do CME**		**E8R14** "Na divulgação desta, da fase de implementação... da construção do projecto, aí teve um papel importante na construção de como o projecto estava a ser feito e o que se queria e pretendia com o projecto. Isso foi um aspecto que eu acho importante, passou sempre pelo Conselho Municipal de Educação. Não estou a dizer que divulgou, divulgou a fase de andamento do projecto. Apresentou o diagnóstico que ele queria e abriu à participação, um espaço, houve aí, não sei precisar o tempo, mas houve um espaço onde se pedia a participação não só das escolas, isso até foi bem… bem, bem frisado, que não era só as escola que poderiam fazer parte do projecto educativo municipal e as actividades da escola. Outras instituições, lembro-me disso ter sido bem, bem referido, que o projecto não era para contar só com a participação das escolas.	Infere-se que o CME seguiu e cumpriu formalmente o desenvolvimento do PEL, quer ao nível dos objectivos da sua construção, quer na aprovação da abertura de um espaço de participação.
F	**Estratégia Educativa Municipal**	**F.1. Articulação**		
		F.2.Reconhecimento de Parceiro Local		

		F.3. Parceiros Locais e sua acção	**E8R15** " O município é um parceiro privilegiado das escolas, de toda a acção das escolas. […] No caso das escolas são, têm acções conciliadas com o município, caso das actividades de enriquecimento curricular, conseguem abranger o concelho todo e apesar das escolas estarem dispersas neste momento, espera-se que essa situação venha-se a melhorar com os centros educativos." **E8R16** "Sim. Por exemplo o caso da União Desportiva e Recreativa da Zona Alta, Centro de Bem-estar Social. É um parceiro privilegiado, nomeadamente em algumas acções, por exemplo a Feira do Ambiente, é um parceiro sempre da Câmara, da autarquia na elaboração deste evento, o SEPNA, Serviços de Protecção da Natureza da GNR também, neste evento. Esses são exemplos que estou agora a lembrar. Isto além das escolas, como é óbvio, porque um Projecto educativo municipal não envolve só as escolas e essa mensagem aos conselheiros foi bem passada, pelo menos eu, assim a recebi."	Há um reconhecimento da parceria entre Município e escolas e outras entidades e associações, exemplos: Centro de Bem-Estar e Social e GNR.
H	**Representação da Utilidade da AICE**			
I	**Cidade Educadora**	**I.1. Integração na AICE**	**E8R17** "Sei. Muito me orgulho disso, efectivamente."	Há conhecimento sobre a integração do município na AICE e consequente satisfação pessoal.
		I.2. Concepção	**E8R18** "O que distingue a cidade é haver uma preocupação clara e uma intenção clara na educação de quem habita nessa cidade, nesse município e tendo em conta o valor que eu atribuo à educação, penso que é grandioso haver essa manifesta preocupação dos	A definição sustenta a ideia de numa política municipal mais preocupada com a educação, com a delineação de acções intencionais claras e projectos concertados em rede, isto

			nossos governantes locais nesse sentido. […] a educação não passa só por uma preocupação, passa também por acções claras, não é, e intencionais e projectos concertados, não tudo coisas isoladas e aqui acho que nós temos essa noção."	é, que pode vir a colher benefícios da integração no movimento da AICE.
		I.3. Participação Formativa	**E8R19** "Não. Nunca fui convidada para tal Nunca fui convidada para tal, nem nunca tive a informação, conheço algumas coisas, mas não tem a ver com o facto de eu pertencer ao órgão."	Não houve participação formativa
J	**O Projecto Educativo Local**	**J.1. Importância**	**E8R20** "A importância!... Tem a ver com a importância da educação, da formação das pessoas e falo mesmo aqui pessoas, não só das crianças e dos jovens, das pessoas, dos idosos, também dos adultos, acho que a ver essa preocupação e haver essa concertação de acções, que é tudo muito mais importante, não é."	Legitima a importância da educação e da formação das pessoas ao longo da vida, com a construção de um PEL e o seu papel concertador de acções a desenvolver.
		J.2. Suporte e oferta Municipal	**E8R21** "…no caso das escolas são, têm acções conciliadas com o município, caso das actividades de enriquecimento curricular, conseguem abranger o concelho todo e apesar das escolas estarem dispersas neste momento, espera-se que essa situação venha-se a melhorar com os centros educativos." **E8R22** "Depois há um conjunto de acções, aa… eu não estou muito envolvida nelas tendo em conta aquilo que eu faço e tendo em conta a minha idade, mas eu sei que existem uma série de iniciativas nas piscinas municipais por exemplo para, para idosos, que há preocupação com a saúde, com o bem-estar, programas de ginástica, de hidroginástica, que há uma série de iniciativas nesse, nesse âmbito."	A oferta municipal surge ligada às AEC's e considera-se a sua melhoria com a construção dos centros educativos. A oferta municipal estende-se também à população idosa indicando uma preocupação clara da educação/formação ao longo da vida.

			E8R23 "a gente fala da cidade educadora, pensa no concelho, mas se falarmos da cidade, eu lembro que a cidade reúne, ali, um conjunto, a biblioteca, o planeamento da biblioteca, a remodelação do teatro […], a Praça 5 de Outubro, as piscinas municipais são tudo um conjunto, o Palácio dos Desportos, mas se pensarmos nestes, nos primeiros que falei, sobretudo um conjunto de serviços, que se podem facilmente circular entre eles, não é! Portanto são perto uns dos outros e que cria ali um núcleo na cidade com muito serviços de vários… vários domínios, portanto, da educação, portanto, e a torna muito especial nisso. Houve essa intenção e sei que a política estava concertada nesse sentido, foi um aspecto apresentado no Conselho municipal de Educação."	O município tem um conjunto de infra-estruturas e serviços localizados na cidade por uma proximidade estratégica intencional. Parecem poder vir a servir a tal "cidade educadora"
			E8R24 "…é uma cidade que está bonita, é agradável, tem serviços, temos onde praticar desporto. […] Há muitas ofertas, desde do desporto à música, biblioteca com os serviços que está a ter, portanto há, posso ir a um espectáculo sem ter de me deslocar a Lisboa, de qualidade, coisa que isso há uns anos não acontecia, portanto é lógico, e toda a gente gosta fazer parte de uma história de sucesso e de uma cidade de sucesso, portanto, vem muita gente ao "Município XXI", mesmo nas camadas jovens. […] Vem muita gente ao "Município XXI", ao shopping ou à biblioteca, ou passear só, encontro… encontro várias…, é frequente encontrar pessoas de fora que vêm passear aqui ao "Município XXI",aa… portanto, penso que se desenvolveu muito e nestes serviços sem dúvida alguma, que sim."	Reconhece-se a cidade como detentora de um conjunto de serviços e infra-estruturas a diversos níveis, incluindo o seu património natural, factores atractivos para um aumento do turismo.

L	**Conformidade do PEL**		**E8R25 "**É difícil responder, porque também não tenho agora presente os princípios da carta, aa…, penso que sim, na altura isso foi-nos apresentado, porque até nos foi dito que leram e consultaram outros projectos educativos municipais, como o de Barcelona, e a Trofa, é um bom exemplo também nacional, e eu penso que é óbvio, tiveram em conta esses princípios, não tenho certeza naquilo que digo, mas quero crer que sim."	O PEL parece estar em conformidade com os princípios da carta das Cidades Educadoras, pois a sua construção parece ter bebido influências de projectos de outras cidades da rede da AICE.
M	**Representação da noção de PEL**		**E8R26** "Um PEL é um conjunto de acções, é também um futuro que se pensa construir, porque um projecto é isso, é um futuro que se pensa construir sobre a educação e a educação na sua dimensão alargada que é a educação, da formação das crianças, dos jovens, dos idosos, nas várias vertentes e um conjunto de acções e serviços que se põem ao dispor das pessoas que aqui habitam."	Representa o conceito como um projecto onde estão delineadas um conjunto de acções para uma educação/formação para sempre, ao longo da vida.
N	**Grau de Satisfação Municipal**			
O	**Representação da Cidadania**		**E8R27 "**Não tenho dados para me, para me pronunciar sobre isso […] portanto, é mesmo uma questão de, eu penso que não há ainda na nossa cultura portuguesa, participação, o poder participar e intervir nos serviços, isto nas suas vária vertentes. As pessoas desligam-se e, e cada vez mais é exigida a sua participação, quer em termos do município, quer nas escolas, nos novos modelos de gestão, aa…, mas as coisas ainda estão muito fechadas sobre, sobre elas próprias, agora, isto tudo requer uma aprendizagem e esta aprendizagem é muito longa, se participam mais que há uns anos, eu acho, eu, eu sim, […] vai-se avançando um bocadinho, mas eu penso que a passinhos muito, muito lentos, as coisas ainda acabam por	Não se tem sentido e assistido a uma maior aproximação dos cidadãos aos centros e processos de tomada de decisão, apesar de haver um aumento da participação, ainda não há uma cultura de participação e uma política de abertura face às verdadeiras exigências sociais.

			estar muito fechadas sobre elas próprias e sobre algumas pessoas ou conjuntos de pessoas."	
P	**Representação do uso do Conceito "Cidade Educadora"**		**E8R28** concordo com essa leitura, agora não quer dizer que as duas coisas não possam coexistir, portanto, eu acho é que elas possivelmente coexistem e eu quero crer que assim sejam no caso do "Município XXI". Agora, essa imagem de marketing e de promoção da cidade, sem dúvida que também é muito importante e não podemos pensar que não é, eu considero muito importante Projecto Educativo 2007 - versão inicial **E8R29** "Portanto, se… eu penso que o ideal é aliar-se estas duas coisas porque no "Município XXI", as cidades precisam de movimento e precisam de trazer pessoas. Se a cidade educadora também contribui para essa imagem de marketing é óptimo, se só contribui para isso, já não acho tão bom, não é."	Aceita esse pensamento do uso do conceito como uma ferramenta de Marketing, de promoção de imagem dos municípios e valoriza-o se o conceito não for usado só para esse fim, pois deve reflectir também os seus verdadeiros fins sociais e culturais.
Q	**Reflexão Cidadã**		**E8R30** "Porque às vezes projecto educativo, a gente pensa só nas escolas, mas eu entendi e fiquei enriquecida nesse sentido, que não tem a ver só com a acção das escolas, no concelho." **E8R31** "Não…O projecto correspondeu aquilo… A minha posição aqui enquanto cidadã e enquanto representante dos professores do ensino público, do ensino básico público é a mesma, aa… pronto! Não proporia mudanças, acho que foi bem apresentado, o diagnóstico, aa…aa.. Pediu-se as contribuições de cada um e eu tinha esse papel de transmitir essas informações e de divulgar isso, aa…, se não o fiz também enquanto cidadã, enquanto professora e se os meus colegas não o fizeram, portanto foi por uma opção."	Apreensão de uma noção mais alargada de educação, para além da educação das escolas, da educação formal. Não proporia mudar algo, nem teria considerado outro tipo de intervenção a nível pessoal, nem ao nível da construção do PEL.

projecto educativo municipal

< 2010

A Autarquia está a dar os primeiros passos na elaboração do Projecto Educativo Municipal, documento imprescindível para a definição de políticas educativas consistentes e concertadas em prol de uma Educação de qualidade para todos os cidadãos. Queremos partilhar com toda a comunidade o desafio da sua concretização, pelo que apelamos para uma participação maciça na construção deste instrumento de trabalho, que deverá reflectir o querer da sociedade a que se destina.

Estamos certos de que as políticas locais de educação têm importância crescente e vital no desenvolvimento das sociedades e sabemos que muitos nos acompanham neste sentir.

O Município de [redacted] subscreveu a Carta das Cidades Educadoras, considerando que a Educação é o cerne em torno do qual tudo se desenvolve. Mas a cidade só será verdadeiramente Educadora quando todos os seus membros forem co-responsáveis na definição dos projectos que se pretendam nela implementar.

É este o repto. Contamos consigo.

A Vereadora da Educação, Bibliotecas e Museus

[redacted]

porquê

Porque o contexto actual é marcado por um conjunto de factores que resultam numa crescente instabilidade. Económica, ditada pelo movimento da globalização, que tem criado novas oportunidades mas promovido o aumento da precariedade das relações de trabalho. Familiar, por via do abandono dos conceitos tradicionais e emergência de novas formas de estruturação das famílias. Social, considerando também outras transformações que se afirmam no quotidiano colectivo: maior mobilidade demográfica, diversificação das minorias culturais em convivência, afastamento dos cidadãos dos processos de tomada de decisão, crescente desconfiança depositada nas diferentes instituições de governo, ou o progressivo abandono dos tradicionais fóruns de cidadania activa constituídos por colectividades, clubes ou associações com diferentes fins.

O desafio que se coloca, em especial ao município num contexto de maior proximidade, passa por oferecer condições de estabilidade às famílias e aos cidadãos, com garantias de igualdade e respeito pela diversidade, promovendo também a sua responsabilização para as opções colectivas que lhes são dirigidas.

A escola deve ser a primeira garantia das famílias, não só o que respeita ao seu edifício, mas toda a estrutura que a envolve e que oferece aos jovens uma acção educadora nos seus tempos escolares, peri-escolares e extra-escolares. Uma vez que as aprendizagens significativas se estendem às famílias e se generalizam depois a toda a comunidade, a acção educadora complementa-se com a promoção da sustentabilidade, da coesão social, da cidadania activa, da aprendizagem ao longo da vida e do diálogo entre gerações.

o que é

O projecto educativo municipal (PEM) é uma ferramenta que permite ao município, com a colaboração dos diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, dividir responsabilidades e definir princípios, metodologias e prioridades para a sua intervenção educadora.

A missão do PEM de passa pela criação de uma orientação sobre os projectos e acções a desenvolver no concelho nos próximos três anos lectivos, orientação que sendo partilhada no âmbito de um processo participativo alargado, envolve e co-responsabiliza toda a comunidade na sua prossecução.

objectivos

. Qualificar a acção educadora do município de
. Cooperar com as escolas e com os seus projectos educativos;
. Favorecer actuações num quadro de igualdade e reconhecimento da diversidade;
. Reforçar as competências sociais e participativas dos cidadãos;
. Coordenar os espaços, intervenções e recursos educadores do município;
. Favorecer dinâmicas geradoras do sentimento de pertença e de reforço da identidade colectiva.

ambições

Correspondem aos temas e às grandes linhas de desenvolvimento do PEM, que é constituído por projectos e actividades concretizados em cada uma das seguintes áreas.

a escola

a gestão, os recursos e as infra-estruturas

A escola é o elemento central de qualquer projecto educativo, o espaço que oferece condições para o desenvolvimento das aprendizagens e que assegura a formação das gerações futuras do concelho. Aproxima-se a fase de implementação da Carta Educativa e a construção dos novos centros escolares, essenciais para garantir uma rede de pré-escolar e de 1º Ciclo qualificada. Mas cabe ao município a oferta de outras actividades que valorizem o processo formativo dos seus cidadãos mais jovens, como as actividades na área das expressões artísticas, o enriquecimento curricular ou o acesso às novas tecnologias. Acompanhar a mudança, nacional e internacional, e reflecti-la na escola, garantindo a universalidade do seu acesso e a qualidade das suas ofertas.

à volta da escola

a educação não formal

É possível encontrar a escola em todo o lado. Ela não se limita ao interior das vedações, espraiando-se por ruas, praças e jardins; bibliotecas, museus, cinemas ou cafés. Todos os espaços são territórios educativos e em todos os dias da semana ocorrem actividades educadoras. Cabe no PEM a integração e coordenação das diferentes ofertas existentes, as actividades desportivas do final do dia ou do fim-de-semana, as mais diversificadas manifestações culturais, os programas de ocupação de tempos livres e as interrupções lectivas. É possível aprender sempre, mesmo a correr e a jogar, a assistir a um concerto ou a visitar uma exposição.

com todos

a escola inclusiva

Desde que nascemos, somos confrontados com diferenças, até porque, aos nossos olhos, todos os outros são diferentes. E há cada vez mais diferenças na sociedade actual, associadas à maior mobilidade e aos novos fluxos migratórios. Ao integrar no PEM o tema da escola inclusiva, considera-se a necessidade de promover a quebra das barreiras que subsistem entre os diferentes grupos, em acções que procurem, por exemplo, uma maior integração dos cidadãos com necessidades especiais ou uma maior convivência com as diferentes comunidades imigrantes.

com o meio

a educação para a sustentabilidade

Porque a sustentabilidade passa por aprendermos a viver em comunidade, em relação com os outros e com o meio, cabe à educação um importante papel na promoção da qualidade ambiental e na adopção de um modo de vida mais sustentado. Este é um dos princípios da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), um projecto de intervenção global não dissociável das acções localmente desenvolvidas. A educação ambiental é por isso mesmo um eixo do projecto educativo, onde cabem as diferentes áreas de intervenção municipal, entre outras, o planeamento, urbanismo, água, resíduos, turismo ou acção social; associadas às potencialidades educadoras que resultam da sua concretização.

por nós

a educação para a cidadania

O conceito de cidadania inclui diversas vertentes e tem, nos últimos anos, sido objecto de inúmeras abordagens. Educar para assegurar a formação de cidadãos conscientes, conhecedores das regras subjacentes à vida em democracia, é o objectivo central da inclusão da cidadania no PEM. As acções a desenvolver passam por fomentar um maior conhecimento das instituições locais, sensibilizar para questões como a protecção civil ou a prevenção rodoviária, e desenvolver, na população, um maior espírito participativo nas opções colectivas que são tomadas.

para sempre

a educação ao longo da vida

A escola é todos os dias e para sempre. Ao longo da vida, conhecimentos, aptidões e experiências, são muitas vezes insuficientes perante a mudança que nos atropela. A educação chega assim a todos os grupos etários, no processo designado por aprendizagem ao longo da vida e que reflecte a vontade que, chegados a diferentes momentos do seu percurso profissional, ou mesmo aposentados, muitos sentem em enriquecer os seus conhecimentos, em se actualizar. Um projecto que considere esta realidade, pressupõe a existência de actividades educativas para todos os grupos e para todas as idades, integradas em objectivos que contribuem para a qualificação global da população do concelho.

participação

Qualquer entidade ou cidadão a título individual pode participar no PEM. Entre os temas referidos, convidam-se todos os interessados a apresentar propostas de actividades, acções e projectos para implementação nos próximos três anos lectivos. Estas propostas devem chegar à Divisão de Educação da Câmara Municipal de : até 15 de Outubro, devendo ser adoptados os seguintes procedimentos:

sou professor Tenho uma ideia ou projecto que gostava de desenvolver com os alunos e com a minha escola, e que se enquadra no âmbito do áreas de intervenção do PEM. Preencho a ficha de participação, anexo os documentos que fundamentam a proposta e faço-a chegar à CM N através do órgão de gestão do meu estabelecimento de ensino.

sou aluno Dirijo-me a qualquer um dos meus professores com uma proposta de actividade para o PEM, que a fará chegar à CM através do procedimento referido.

represento uma entidade A entidade que represento, colectividade, associação, clube desportivo ou grupo cultural quer implementar um projecto que se enquadra numa das áreas de intervenção do PEM. Preencho a ficha de participação, anexo os documentos que fundamentam a proposta e faço-a chegar à CM

a título individual Tenho uma sugestão, uma ideia, ou um projecto que penso ser relevante para a implementação do PEM. Preencho a ficha de participação, anexo os documentos que considero necessários, e faço-os chegar à CM

a participação deve ser enviada por e-mail: Municipal de

ou por correio normal para: Câmara

modelo de ficha de participação

nome

morada

código postal – localidade

telefone e-mail

mensagem

projecto educativo municipal

[redacted] < 2010 [redacted]

antes de começar pág. 3

o que é?
porquê?
objectivos
ambições
propostas
intervenientes
implementação
avaliação

ambições e propostas pág. 6

a escola | a gestão, os recursos e as infra-estruturas
à volta da escola | a educação formal e não formal
com todos | a comunidade inclusiva
com o meio | a educação para a sustentabilidade
por nós | a educação para a cidadania
para sempre | a aprendizagem ao longo da vida

referências para acompanhar e avaliar pág. 13

antes de começar

o que é?

O projecto educativo municipal (PEM) é uma **ferramenta** que permite ao município, com a colaboração dos diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, dividir responsabilidades e definir princípios, metodologias e prioridades para a sua intervenção educadora.

A missão do PEM de passa pela criação de uma orientação sobre os projectos e acções a desenvolver no concelho até ao ano lectivo **2009/2010**, orientação que sendo partilhada no âmbito de um processo participativo alargado, envolve e co-responsabiliza toda a comunidade na sua prossecução.

porquê?

Porque o actual contexto é marcado por um conjunto de factores que resultam numa crescente **instabilidade**. Económica, ditada pelo movimento da globalização, que tem criado novas oportunidades mas promovido o aumento da precariedade das relações de trabalho. Familiar, por via do abandono da família tradicional e emergência de novas formas de estruturação familiar. Social, considerando também outras transformações que se afirmam no quotidiano colectivo: maior mobilidade demográfica, diversificação das minorias culturais em convivência, afastamento dos cidadãos dos processos de tomada de decisão, abandono dos tradicionais fóruns de cidadania activa constituídos por colectividades, clubes ou associações com diferentes fins.

O desafio que se coloca, em especial a um **município educador**, num contexto de maior proximidade, passa por promover uma correcta gestão do **espaço público da educação**, garantindo condições de estabilidade às famílias e aos cidadãos, num quadro de igualdade, respeito pela diversidade e promoção da sua **responsabilização** para as opções colectivas que lhes são dirigidas.

objectivos

Qualificar a acção educadora do município de ; **Cooperar** com as escolas e com os seus projectos educativos; **Promover** actuações num quadro de igualdade e reconhecimento da diversidade; **Reforçar** as competências sociais e participativas dos cidadãos; **Coordenar** os espaços, intervenções e recursos educadores do município; **Criar** dinâmicas geradoras do sentimento de pertença e de reforço da identidade colectiva.

ambições

Correspondem aos **temas** e grandes linhas de desenvolvimento do PEM, constituído por projectos concretizados em cada uma das seguintes áreas: **a escola |** a gestão, os recursos e as infra-estruturas; **à volta da escola |** a educação formal e não formal; **com todos |** a comunidade inclusiva; **com o meio |** a educação para a sustentabilidade; **por nós |** a educação para a cidadania; **para sempre |** a aprendizagem ao longo da vida.

propostas

As propostas são as **actividades** a desenvolver no período de vigência do PEM, enquadradas em cada uma das ambições referidas e identificadas segundo os seus objectivos, os intervenientes, os resultados esperados e o período para implementação.

Da participação dos diferentes serviços e do processo de participação pública que foi desenvolvido, resulta então o conjunto de propostas que se apresenta.

intervenientes

O PEM é uma iniciativa da Câmara Municipal de e do seu Pelouro de Educação, apoiada pelo Conselho Municipal de Educação.

Ao **nível técnico**, contribuem para a sua concretização os serviços municipais, com a coordenação da Divisão de Educação, a participação do grupo de trabalho inter departamental de educação e a colaboração de outros intervenientes ligados à gestão de equipamentos municipais.

O **nível participativo** concretiza-se através da estreita colaboração com as escolas e entidades de formação do concelho, abrindo espaços para a participação dos cidadãos, quer organizados nas diferentes colectividades existentes, quer individualmente.

implementação

A implementação do PEM resulta de um **processo** com diferentes fases que não podem ser consideradas isoladamente. Elas inserem-se num ciclo de acontecimentos que permite, durante todo o período de vigência do projecto, a sua constante adaptação e optimização.

avaliação

Os resultados de cada acção proposta são aferidos em reuniões com os seus actores e considera-se a existência de um momento de avaliação global do PEM no fim de cada ano lectivo, do qual emanam as linhas orientadoras para o próximo ano lectivo. Os momentos de avaliação podem conduzir à redefinição das acções previstas ou mesmo das orientações estabelecidas pelo diagnóstico inicial.

ambições e propostas

a escola

a gestão, os recursos e as infra-estruturas

ambição

A escola é o elemento central de qualquer projecto educativo, o espaço que oferece condições para o desenvolvimento das aprendizagens e que assegura a formação das gerações futuras do concelho.

Aproxima-se a fase de implementação da Carta Educativa que permitirá garantir uma rede de pré-escolar e de 1.º Ciclo qualificada.

Mas cabe ao município a oferta de outras actividades que valorizem o processo formativo dos seus cidadãos mais jovens, como as actividades na área das expressões artísticas, o enriquecimento curricular ou o acesso às novas tecnologias. Acompanhar a mudança, nacional e global, e reflecti-la na escola, garantindo a universalidade do seu acesso e a qualidade das suas ofertas.

propostas

Promover a revisão da Carta Educativa, dotando-a de um sistema de monitorização que garanta a permanente actualização dos seus dados de base.

Elaborar, até Setembro de 2008, todos os projectos de centros escolares.

Elaborar as candidaturas aos fundos comunitários para os centros escolares previstos.

Iniciar, até 2010, a construção e requalificação de centros escolares.

Implementar, a partir de Setembro de 2008, um projecto de dinamização e enriquecimento da componente de prolongamento de horário dos jardins-de-infância da rede pública.

Garantir o desenvolvimento relevante das actividades de enriquecimento curricular do 1.º Ciclo na área do desporto, das expressões artísticas, ensino do inglês ou outras.

Promover um mínimo de duas acções de formação por ano, para auxiliares de acção educativa e monitores, na área dos transportes escolares, refeições, higiene e segurança, ou outras na área da intervenção educativa.

Implementar, até 2010, um projecto inovador no âmbito das TIC, destinado ao 1.º Ciclo.

Desenvolver, até 2010, uma plataforma informática que promova a ligação entre o município e os estabelecimentos de ensino.

Promover a implementação local do programa Novas Oportunidades – Jovens, colaborando nas iniciativas propostas.

Articular com as associações de empresários a oferta formativa do concelho e colaborar em projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros, reunindo um mínimo de uma vez por ano com esses fins.

Organizar, até 2010, duas visitas de estudo em para especialistas europeus na área da educação.

Manter e aprofundar a participação do município no projecto Cidades Educadoras.

à volta da escola

a educação formal e não formal

ambição

É possível encontrar a escola em todo o lado. Ela não se limita ao interior das vedações, espraiando-se por ruas, praças e jardins; bibliotecas, museus, cinemas ou cafés. Todos os espaços são territórios educativos e em todos os dias da semana ocorrem actividades educadoras.

Cabe ao PEM procurar uma maior coordenação das diferentes ofertas existentes no âmbito do espaço público da educação, as actividades desportivas do final do dia ou do fim-de-semana, as mais diversificadas manifestações culturais, os programas de ocupação de tempos livres e as interrupções lectivas.

É possível aprender sempre, mesmo a correr e a jogar, a assistir a um concerto ou a visitar uma exposição.

propostas

Dinamizar a oferta de serviços educativos associados aos diferentes equipamentos culturais.

Promover, a partir de 2008, uma semana de actividades extra-escolares durante cada uma das interrupções lectivas do Natal e Páscoa, dirigida preferencialmente aos alunos do 1.º ciclo e envolvendo o museu, biblioteca, gabinete de desporto e outros equipamentos.

Desenvolver, nos mesmos moldes, um programa de ocupação para as férias de Verão que garanta um mínimo de um mês e meio de actividades relevantes dos domínios desportivos, culturais ou outros.

Disponibilizar, a partir de 2008, um programa de promoção da actividade física aberto a toda a população e que inclua um mínimo de duas actividades desportivas por mês.

Desenvolver um plano de formação parental a partir de 2008, com um mínimo de seis acções por ano lectivo, dirigidas a encarregados de educação, preferencialmente ao nível da educação pré-escolar.

Dinamizar, a partir de 2008, um mínimo de duas exposições por trimestre, do domínio das expressões artísticas ou outros, promovendo os seus objectivos junto dos estabelecimentos de ensino.

Organizar um programa de actividades didácticas na biblioteca municipal, dirigido aos diferentes escalões etários e que inclua a partir de 2008, um mínimo de uma actividade por semana.

Dinamizar o espaço e os recursos da biblioteca municipal de , adequando as suas ofertas às necessidades da população escolar do espaço em que se insere.

Actualizar o material de divulgação e exploração do Museu com edição de novos roteiros bilingues, adaptados aos diferentes escalões etários e a cidadãos com necessidades especiais.

Construir um percurso didáctico em torno da personagem da actriz incluindo o Museu Municipal e o Teatro e dinamizando-o, pelo menos uma vez por ano.

com todos

a comunidade inclusiva

ambição

Desde que nascemos, somos confrontados com diferenças, até porque, aos nossos olhos, todos os outros são diferentes. E há cada vez mais diferenças na sociedade actual, associadas à maior mobilidade e aos novos fluxos migratórios.

Ao integrar o tema da comunidade inclusiva, considera-se a necessidade de promover a quebra das barreiras que subsistem entre os diferentes grupos, em acções que procurem, por exemplo, mais atenção para a população em situação de risco, uma maior integração de cidadãos com necessidades especiais ou uma maior convivência com as diferentes comunidades imigrantes.

propostas

Disponibilizar, na nova biblioteca municipal e museu municipal, serviços e materiais acessíveis a utilizadores com necessidades especiais.

Debater, pelo menos uma vez por ano e com vários intervenientes locais, a integração sócio-profissional de pessoas com deficiência.

Promover, anualmente, a eliminação de um mínimo de três barreiras arquitectónicas em equipamentos ou espaço público, a partir de 2008.

Criar, na biblioteca, um espaço dedicado à literatura dos países com maior representação entre as comunidades imigrantes em [illegible], desenvolvendo com elas um mínimo de uma actividade anual.

Elaborar e distribuir, até Setembro de 2008, um manual de apoio para as famílias, sobre cuidados e procedimentos a ter com pessoas acamadas.

com o meio

a educação para a sustentabilidade

ambição

Porque a sustentabilidade passa por aprendermos a viver em comunidade, em relação com os outros e com o meio, cabe à educação um importante papel na promoção da qualidade ambiental e na adopção de um modo de vida mais sustentado.

Este é um dos princípios da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), um projecto de intervenção global não dissociável das acções localmente desenvolvidas.

A educação ambiental é por isso mesmo um eixo do projecto educativo, onde cabem as diferentes áreas de intervenção municipal, entre outras, o planeamento, urbanismo, água, resíduos, turismo ou acção social; associadas às potencialidades educadoras que resultam da sua concretização.

propostas

Organizar anualmente a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental de em parceria com as escolas, ONG's, colectividades e outras entidades locais.

Elaborar candidatura anual ao galardão ECOXXI, promover o projecto Jovens Repórteres para o Ambiente e o programa ECO-ESCOLAS, procurando a existência, em 2010, de um mínimo de oito eco-escolas no concelho.

Implementar, até Setembro de 2008, um projecto de recolha de óleos usados nas escolas do concelho.

Apoiar a implementação de um projecto escolar de sensibilização ambiental em torno do

Incentivar e apoiar a participação das escolas do concelho no Concurso Escolar Cidades Criativas.

Disponibilizar uma ecoteca na Biblioteca, que abranja as diferentes áreas ambientais e promova um mínimo de duas actividades temáticas anuais.

Construir um barómetro ambiental do concelho a partir dos valores de resíduos sólidos produzidos, enviados para aterro e para a estação de triagem, disponibilizando-o no site do município com actualizações trimestrais.

Divulgar junto da população escolar e promover a sua participação nas actividades do âmbito do planeamento estratégico e ambiental do concelho, entre outros do Plano Municipal do Ambiente e Agenda XXI Local, Cidade Criativa, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou Plano Director Municipal.

Colaborar na implementação de uma campanha de adopção responsável de animais recolhidos no canil/gatil intermunicipal.

por nós

a educação para a cidadania

ambição

O conceito de cidadania inclui diversas vertentes e tem sido, nos últimos anos, objecto de inúmeras abordagens. Educar para assegurar a formação de cidadãos conscientes, conhecedores das regras subjacentes à vida em democracia, é o objectivo central da inclusão da cidadania no PEM.

As acções a desenvolver passam por fomentar um maior conhecimento das instituições locais, sensibilizar para questões como a protecção civil ou a prevenção de comportamentos de risco, fomentar a leitura e reforçar, na população, o sentido de identidade colectiva.

propostas

Implementar, em articulação com as escolas, o Plano Nacional de Leitura, com acções dirigidas à comunidade e a todos os níveis de ensino, com especial incidência ao nível do pré-escolar e 1.º Ciclo.

Construir sites Internet da Biblioteca e Museu Municipal que divulguem os equipamentos e disponibilizem vários serviços aos cidadãos. No caso da biblioteca o site deve constituir-se como estruturador da rede concelhia das bibliotecas escolares.

Promover, a partir de Setembro de 2008, um programa de voluntariado para acções de apoio em bibliotecas, museus e outros equipamentos municipais.

Implementar um programa de visitas de estudo no concelho, que inclua património ambiental e construído, instituições e equipamentos. Com início em 2008, deve envolver um mínimo de 250 alunos por ano lectivo.

Desenvolver um trabalho integrado de recolha de testemunhos directos e materiais associados a vivências locais passadas.

Desenvolver, em 2010, um programa de actividades de evocação do 500 anos do e do centenário da implantação da República e da sua vivência em

Construir um acervo de registos e fundo documental sobre a resistência ao anterior regime e vivência da revolução de 1974 em

Promover a constituição e desenvolvimento dos clubes de protecção civil nas maiores escolas do concelho,

Promover, em especial junto da população estudantil, actividades no âmbito da educação alimentar.

Desenvolver, em parceria com a PSP, uma estratégia de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas, com acções de formação e intervenções junto dos estabelecimentos de diversão nocturna.

Reforçar o processo de geminação com o município de colaborando também nas iniciativas de cooperação que vierem a ser concretizadas com outras cidades ou municípios.

para sempre

a educação ao longo da vida

ambição

A escola é todos os dias e para sempre. Ao longo da vida, conhecimentos, aptidões e experiências, são muitas vezes insuficientes perante a mudança que nos atropela.

A educação chega assim a todos os grupos etários, no processo designado por aprendizagem ao longo da vida e que reflecte a vontade que, chegados a diferentes momentos do seu percurso profissional, ou mesmo aposentados, muitos sentem em actualizar e enriquecer os seus conhecimentos.

Um projecto educativo que considere esta realidade, pressupõe a existência de actividades educativas para todos os grupos e para todas as idades, integradas em objectivos que contribuem para a melhoria global das qualificações da população do concelho.

propostas

Colaborar na definição da rede de educação e formação de adultos e ensino recorrente inseridas no programa Novas Oportunidades - adultos.

Promover a organização, no espaço Internet, na biblioteca e nos postos Internet das Juntas de Freguesia, acções de formação na área das TIC, dirigidas a todos os extractos populacionais.

Implementar, a partir de Setembro de 2008, um programa de valorização cultural e de promoção da actividade desportiva junto da população idosa do concelho, que inclua um mínimo de uma actividade trimestral em cada lar ou centro de dia.

Desenvolver, na biblioteca municipal, três acções por ano lectivo, que juntem idosos e alunos em conversas informais sobre temáticas locais.

Manter e alargar a abrangência do programa de passeios culturais, reforçando a cooperação e interacção com outros municípios.

referências para acompanhar e avaliar

a escola | a gestão, os recursos e as infra-estruturas

propostas	objectivos	intervenientes	resultados	calendarização
Promover a revisão da Carta Educativa, dotando-a de um sistema de monitorização que garanta a permanente actualização dos seus dados de base.	Dispor de um instrumento de ordenamento e planeamento da rede educativa sempre actualizado.	DE; Estabelecimentos de ensino do concelho	Carta Educativa sempre actualizada ao ano lectivo anterior ao de referência.	< 2010
Elaborar, até Setembro de 2008, todos os projectos de centros escolares.	Qualificar a rede pública de jardins-de-infância e escolas do 1.º Ciclo.	DAU; DO; DAF; DE	Número de projectos de arquitectura elaborados.	< Setembro de 2008
Elaborar as candidaturas aos fundos comunitários para os centros escolares previstos.	Qualificar a rede pública de jardins-de-infância e escolas do 1.º Ciclo.	DAU; DO; DAF; DE	Número de projectos aprovados e financiados.	< 2010
Iniciar, até 2010, a construção de três centros escolares.	Qualificar a rede pública de jardins-de-infância e escolas do 1.º Ciclo.	DAU; DO; DAF; DE	Número de centros escolares iniciados.	< 2010
Implementar, a partir de Setembro de 2008, um projecto de dinamização e enriquecimento da componente de prolongamento de horário dos jardins-de-infância da rede pública.	Enriquecer a componente de prolongamento de horário da educação pré-escolar.	DE; Agrupamentos de escolas	Número de crianças envolvidas superior a 80% do total.	> Setembro de 2008
Garantir o desenvolvimento relevante das actividades de enriquecimento curricular do 1.º Ciclo na área do desporto, das expressões artísticas, ensino do Inglês ou outras.	Enriquecer as aprendizagens do 1.º Ciclo.	DE; Agrupamentos de escolas	Número de alunos envolvidos superior a 80% do total.	Anual
Promover um mínimo de duas acções de formação por ano, para auxiliares de acção educativa e monitores, na área dos transportes escolares, refeições, higiene e segurança, ou outras na área da intervenção educativa.	Qualificar o pessoal afecto à intervenção educativa do município.	DE; DRH	Número de acções de formação promovidas. Número de funcionários abrangidos.	Anual

Implementar, até 2010, um projecto inovador no âmbito das TIC, destinado ao 1.º Ciclo.	Promover a adaptação contínua da escola às mudanças introduzidas pelas TIC.	DE; DOI	Implementação do projecto.	< 2010
Desenvolver, até 2010, uma plataforma informática que promova a ligação entre o município e os estabelecimentos de ensino.	Fomentar uma ligação mais estreita com os estabelecimentos de ensino, promovendo uma maior eficiência na divulgação de projectos ou na troca de informações.	DE; DOI	Disponibilização da plataforma.	< 2010
Promover a implementação local do programa Novas Oportunidades – Jovens, colaborando nas iniciativas propostas.	Diminuir a saída precoce dos jovens do sistema de educação e formação.	DE; estabelecimentos de ensino do concelho	Número de alunos que anualmente conclui o ensino secundário	< 2010
Articular com as associações de empresários a oferta formativa do concelho e colaborar em projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros, reunindo um mínimo de uma vez por ano com esses fins.	Promover uma optimização contínua da oferta formativa local às necessidades do mercado de trabalho. Fomentar o empreendedorismo à escala local.	DE; e .	Reuniões realizadas	Anual
Organizar, até 2010, duas visitas de estudo em Torres Novas para especialistas europeus na área da educação.	Qualificar a actuação do município, através da troca de experiências com especialistas europeus na área da educação.	DE	Número de visitas organizadas. Número de participantes.	< 2010
Manter e aprofundar a participação do município no projecto Cidades Educadoras.	Qualificar a actuação do município por via da troca de experiências com outros municípios, à escala nacional e mundial.	DE	Participação em eventos da	< 2010

à volta da escola | educação formal e não formal

propostas	objectivos	intervenientes	resultados	calendarização
Dinamizar a oferta de serviços educativos associados aos diferentes equipamentos culturais existentes.	Aproximar os cidadãos dos equipamentos culturais do concelho. Reforçar, junto da população mais jovem, o sentimento de pertença e a sua identificação aos recursos locais.	DE; DBM;	Existência de um plano de actividades educativas dos equipamentos envolvidos.	Anual
Promover, a partir de 2008, uma semana de actividades extra-escolares durante cada uma das interrupções lectivas do Natal e Páscoa, dirigida preferencialmente aos alunos do 1.º ciclo.	Garantir a existência de uma ocupação relevante dos tempos das interrupções lectivas.	DE, DBM; GADAD; DOI, entre outros	Número de dias de actividades organizado. Número de participantes.	> Março de 2008
Desenvolver, nos mesmos moldes, um programa de ocupação para as férias de Verão que garanta um mínimo de um mês e meio de actividades relevantes dos domínios desportivos, culturais ou outros.	Garantir a existência de uma ocupação enriquecedora dos tempos das férias lectivas.	DE, DBM; GADAD; DOI, entre outros	Número de dias de actividades organizado. Número de participantes.	Anual
Disponibilizar, a partir de 2008, um programa de promoção da actividade física aberto a toda a população e que inclua um mínimo de duas actividades desportivas por mês.	Combater o sedentarismo e fomentar a prática do exercício físico. Promover o conhecimento do território do concelho e dos seus recursos naturais.	GADAD	Número de actividades Número de participantes	> Junho de 2008
Desenvolver um plano de formação parental a partir de 2008, com um mínimo de seis acções por ano lectivo, dirigidas a encarregados de educação, preferencialmente ao nível da educação pré-escolar.	Enriquecer as competências dos encarregados de educação em diversos domínios relativos ao desenvolvimento das crianças.	DE	Número de acções Número de participantes	> Setembro de 2008

Dinamizar, a partir de 2008, um mínimo de duas exposições por trimestre, do domínio das expressões artísticas ou outros, promovendo os seus objectivos junto dos estabelecimentos de ensino.	Divulgar a diversidade das expressões plásticas e sensibilidades artísticas em geral.	DBM	Número de exposições Número de visitantes	> Junho de 2008
Organizar um programa de actividades didácticas na biblioteca municipal, dirigido aos diferentes escalões etários e que inclua a partir de 2008, um mínimo de uma actividade por semana.	Promover os hábitos de leitura, fomentando também a aproximação da população à nova biblioteca municipal.	DBM	Número de actividades Número de participantes	> Junho de 2008
Dinamizar o espaço e os recursos da biblioteca municipal de adequando as suas ofertas às necessidades da população escolar do espaço em que se insere.	Disponibilizar à comunidade um equipamento qualificado, que promova os hábitos de leitura e dinamize actividades relevantes em diversos domínios.	DE; DBM; intervenientes locais	Número de actividades Número de frequentadores	< 2010
Actualizar o material de divulgação e exploração do Museu Municipal com edição de novos roteiros bilingues, adaptados aos diferentes escalões etários e a cidadãos com necessidades especiais.	Promover o Museu Municipal Fomentar a apropriação dos conteúdos do Museu por parte dos diferentes grupos de visitantes.	DBM	Disponibilização dos novos materiais	< 2010
Construir um percurso didáctico em torno da personagem da actriz incluindo o museu municipal e o Teatro e dinamizando-o pelo menos uma vez por ano.	Dar a conhecer a vida e obra de uma actriz a época histórica em que nasceu e viveu.	DBM;	Número de actividades realizadas Número de participantes	Anual

com todos | a comunidade inclusiva

propostas	objectivos	intervenientes	resultados	calendarização
Disponibilizar, na nova biblioteca municipal e museu municipal, serviços e materiais acessíveis a utilizadores com necessidades especiais.	Promover condições de igualdade no acesso aos equipamentos municipais.	DBM	número de intervenções	< 2010
Debater, pelo menos uma vez por ano e com vários intervenientes locais, a integração sócio-profissional de pessoas com deficiência.	Promover a igualdade de oportunidades e a construção de uma comunidade mais integradora.	DE; GAS	Número de acções Número de participantes	Anual
Promover, anualmente, a eliminação de um mínimo de três barreiras arquitectónicas em equipamentos ou espaço público, a partir de 2008.	Esbater as dificuldades da população com problemas de mobilidade.	DE; GAS; DAU; DO	Número de barreiras arquitectónicas eliminadas	Anual
Criar, na biblioteca, um espaço dedicado à literatura dos países com maior representação entre as comunidades imigrantes em torres novas, desenvolvendo com elas um mínimo de uma actividade anual.	Promover a integração das comunidades imigrantes, fomentando a multi-culturalidade à escala local.	DBM; GAS; DE	Disponibilização do espaço referido. Número de actividades desenvolvidas	Anual
Elaborar e distribuir, até Setembro de 2008, um manual de apoio para as famílias, sobre cuidados e procedimentos a ter com pessoas acamadas.	Disponibilizar um instrumento de apoio às famílias com pessoas dependentes, melhorando a sua qualidade de vida.	GAS	Distribuição do manual	< Setembro de 2008

com o meio | a educação para a sustentabilidade

propostas	objectivos	intervenientes	resultados	calendarização
Organizar anualmente a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental de em parceria com as escolas, ONG's, colectividades e outras entidades locais.	Fomentar, junto da população, o desígnio do desenvolvimento sustentável. Divulgar práticas de conservação de natureza e de promoção da sustentabilidade.	DE; DBM; DAU; DO; GAS; Turismo; GADAD; intervenientes da comunidade	Edições realizadas Resultados das avaliações efectuadas através de inquéritos	Anual
Elaborar candidatura anual ao galardão ECOXXI, promover o projecto Jovens Repórteres para o Ambiente e o programa ECO-ESCOLAS, procurando a existência, em 2010, de um mínimo de oito eco-escolas no concelho.	Avaliar o concelho no que respeita às práticas implementadas. Fomentar o desenvolvimento de actividades de educação ambiental na escola.	DE; DAU; DO; DAF	Resultados da candidatura ECOXXI Número de Eco-Escolas do concelho. Artigos dos JRA.	Anual
Implementar, a partir de Setembro de 2008, um projecto de recolha de óleos usados nas escolas do concelho.	Mobilizar a população para a recolha selectiva deste resíduo.	DE; DO	Número de litros de óleo recolhido	> Setembro de 2008
Apoiar a implementação de um projecto escolar de sensibilização ambiental em torno do	Preservar e valorizar o enquanto importante reserva natural do concelho.	I DE; DO;	Disseminar os resultados do projecto	< 2010
Incentivar e apoiar a participação das escolas do concelho no Concurso Escolar Cidades Criativas.	Promover, na população escolar, a reflexão sobre propostas de intervenção para o desenvolvimento do território.	Escolas do Concelho com Ensino Secundário; DE	Participação das escolas no concurso Cidades Criativas.	<2010
Disponibilizar uma ecoteca na Biblioteca, que abranja as diferentes áreas ambientais e promova um mínimo de duas actividades temáticas anuais.	Disponibilizar à comunidade materiais diversificados sobre questões ambientais. Desenvolver actividades enquadradas pedagogicamente, numa óptica de educação ambiental.	DBM; DE; DO	Disponibilização do espaço Número de actividades realizadas Número de participantes	> Junho de 2008

Construir um barómetro ambiental do concelho a partir dos valores de resíduos sólidos produzidos, enviados para aterro e para a estação de triagem, disponibilizando-o no site do município com actualizações trimestrais.	Promover o conhecimento das quantidades de resíduos efectivamente produzidas no Concelho	DO; DOI	Disponibilização no site Número de actualizações Número de acessos	> Junho de 2008
Divulgar junto da população escolar as actividades do âmbito do planeamento estratégico e ambiental do concelho, entre outros do Plano Municipal do Ambiente e Agenda XXI Local, Cidade Criativa, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou Plano Director Municipal.	Promover a participação pública em instrumentos que dizem respeito às opções de desenvolvimento para o concelho e à sua sustentabilidade.	DE; DAU	Número de acções de divulgação	< 2010
Colaborar na implementação de uma campanha de adopção responsável de animais recolhidos no canil/gatil intermunicipal.	Fomentar a construção de uma comunidade mais respeitadora dos direitos dos animais.	Canil/Gatil	Número de acções Número de adopções	< 2010

por nós | a educação para a cidadania

propostas	objectivos	intervenientes	resultados	calendarização
Implementar em articulação com as escolas, o Plano Nacional de Leitura, com acções dirigidas à comunidade e a todos os níveis de ensino, com especial incidência ao nível da educação pré-escolar e 1.º Ciclo.	Elevar os níveis de literacia no concelho, designadamente através da promoção da leitura em contexto de aula e família.	DE; DBM; Agrupamentos e Escolas do concelho	Número de acções desenvolvidas Número de participantes	< 2010
Construir sites Internet da Biblioteca Municipal e Museu Municipal que divulguem os equipamentos e disponibilizem vários serviços aos cidadãos. No caso da biblioteca ele deve constituir-se como estruturador da rede concelhia das bibliotecas escolares.	Promover a interacção entre os cidadãos e os equipamentos culturais do concelho.	DBM; DOI	Construção dos sites Número de acessos	< 2010
Promover, a partir de Setembro de 2008, um programa de voluntariado para acções de apoio em bibliotecas, museus e outros equipamentos municipais.	Dinamizar o trabalho voluntário junto da comunidade.	DBM; GAS	Número de voluntários Número de horas de voluntariado	> Setembro de 2008
Implementar um programa de visitas de estudo no concelho, que inclua património ambiental e construído, instituições e equipamentos. Com início em 2008, deve envolver um mínimo de 250 alunos por ano lectivo.	Promover, junto da população estudantil, um maior conhecimento sobre o concelho, sobre os seus recursos e funcionamento das suas entidades.	DE; Turismo	Número de visitas organizadas Número de alunos abrangidos	> Setembro de 2008
Desenvolver um trabalho integrado de recolha de testemunhos directos e materiais associados a vivências locais passadas.	Obter um conjunto de testemunhos que permita, no futuro, um conhecimento das realidades locais passadas.	DBM	Implantação do processo de recolha	< 2010

Desenvolver, em 2010, um programa de actividades de evocação dos 500 anos do e do centenário da implantação da República e da sua vivência em	Assinalar os 500 anos do Assinalar o centenário da implantação da República.	DBM	Programa de actividades	2010
Construir um acervo de registos e fundo documental sobre a resistência ao anterior regime e vivência da revolução de 1974 em	Preservar os registos locais associados à Revolução de 1974.	DBM	Criação do acervo	< 2010
Promover a constituição e desenvolvimento dos clubes de protecção civil nas maiores escolas do concelho.	Fomentar, junta da população estudantil, a cultura da segurança e da prevenção de riscos.	DE; Protecção Civil	Número de clubes Número de actividades realizadas	< 2010
Promover, em especial junto da população estudantil, um mínimo de uma actividade anual no âmbito da educação alimentar.	Sensibilizar para os riscos associados aos distúrbios alimentares. Fomentar a adopção de hábitos de alimentação saudáveis.	DE	Número de actividades desenvolvidas Número de participantes	Anual
Desenvolver, em parceria com a PSP, uma estratégia de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas, com acções de formação e intervenções junto dos estabelecimentos de diversão nocturna.	Implementar uma estratégia local de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas.	GAS	Número de acções de formação Número de participantes Número de intervenções	< 2010
Reforçar o processo de geminação com o município de colaborando também nas iniciativas de cooperação que vierem a ser concretizadas com outras cidades ou municípios.	Promover e fomentar, na comunidade, os valores da tolerância e da solidariedade	DE	Acções que visem o reforço dos processos de colaboração.	< 2010

para sempre | a aprendizagem ao longo da vida

propostas	objectivos	intervenientes	resultados	calendarização
Colaborar na definição da rede de educação e formação de adultos e ensino recorrente inseridas no programa Novas Oportunidades - adultos.	Aumentar os níveis de escolaridade da população adulta do concelho.	DE; Escolas e outros actores locais	Participações na definição da rede	< 2010
Promover a organização, no espaço Internet, na biblioteca e nos postos Internet das Juntas de Freguesia, acções de formação na área das TIC, dirigidas a todos os extractos populacionais.	Contribuir para a generalização do uso das TIC, nomeadamente no que respeita ás ferramentas de correio electrónico e ao conhecimento das entidades e serviços on-line de	DE; DOI; DBM; Juntas de Freguesia	Número de acções Número de participantes	< 2010
Implementar, a partir de Setembro de 2008, um programa de valorização cultural e de promoção da actividade desportiva junto da população idosa do concelho, que inclua um mínimo de uma actividade trimestral em cada lar ou centro de dia.	Desenvolver actividades físicas promotoras do bem-estar da população idosa. Reforçar a auto estima dos utilizadores dos lares e centros de dia do concelho.	GADAD; GAS; DBM	Número de actividades Número de participantes	> Setembro de 2008
Desenvolver, na biblioteca municipal, três acções por ano lectivo, que juntem idosos e alunos em conversas informais sobre temáticas locais.	Promover o diálogo intergeracional.	DBM; DE; GAS	Número de actividades Número de participantes	Anual
Manter e alargar a abrangência do programa de passeios culturais, reforçando a cooperação e interacção com outros municípios.	Elevar os níveis de auto estima da população idosa do concelho, alargando o seu conhecimento sobre as realidades de outras regiões do país.	Turismo; GAS	Número de participantes locais Número de passeios culturais no concelho.	< 2010

Fontes: Los proyectos educativos de ciudad (PEC) – Diputació Barcelona – Área d'Educació; http://www.bcn.es/; Ville, École, Intégration, Diversité – 145 Juin 2006; Le Projet Educatif Local – Brest (2004/2007); Diagnosi del Projecte Educatiu de Ciutat de Badalona (2004); "Rennes Ville Éducatrice" – Projet Éducatif Local 2003/2006; Le Projet éducatif de Lyon (2001/2008); Projecto Educativo do Município – Câmara Municipal da Projecto Educativo Concelhio da (2005).

Documento coordenado pela Divisão de Educação (DE) e elaborado com os contributos de técnicos dos diferentes serviços municipais, no âmbito do grupo de trabalho inter departamental de educação, nomeadamente: Divisão de Bibliotecas e Museus (DBM), Gabinete de Acção Social (GAS), Gabinete de Turismo, Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Desportiva (GADAD), Divisão de Serviços Urbanos (DO), Divisão de Águas e Saneamento (DO), Divisão de Organização Informática (DOI), Divisão de Recursos Humanos (DRH), Departamento de Administração Urbanística (DAU), Serviço Municipal de Protecção Civil e . Inclui também participações, colectivas e individuais, decorrentes do período de auscultação pública desenvolvido entre 25 de Setembro e 31 de Outubro de 2007.

, Dezembro de 2007.

MUNICÍPIO DE | CÂMARA MUNICIPAL

Avaliação intermédia 2008

Em reunião do grupo de trabalho de educação realizada no passado dia 7, onde estiveram presentes elementos dos serviços de educação, bibliotecas, museus, desporto, turismo, águas, ambiente e acção social, foi efectuada uma avaliação intermédia à execução das acções incluídas no Projecto Educativo Municipal (PEM).

Depois de construído durante 2007 e início de 2008, o PEM foi apresentado em Fevereiro de 2008, seguindo-se a sua concretização pelos diferentes serviços envolvidos. Esta avaliação intermédia é então referente ao ano de 2008 e deverá repetir-se no final do presente ano lectivo.

Analisado o ponto de situação de cada uma das propostas, verifica-se que o projecto está executado em cerca de 40%, resultado da existência de 11 acções já concretizadas a 100%, 20 em diferentes fases de concretização e 22 por concretizar (ver dados em anexo). Note-se que as acções têm um calendário de execução diferenciado, previstas para 2008, 2009 e 2010.

Em relação a alterações propostas, refiram-se as acções 7 e 51, que passam a ter a seguinte redacção:

7. Promover um mínimo de três acções de formação por ano, para auxiliares de acção educativa e monitores, na área dos transportes escolares, refeições, higiene e segurança e segurança, ou outras na área da intervenção educativa.

51. Implementar um programa de valorização cultural e de promoção da actividade desportiva junto da população idosa do concelho, que inclua um mínimo de uma actividade semanal em cada lar ou centro de dia do concelho.

Recorde-se que o PEM é uma ferramenta que visa coordenar e optimizar a intervenção educadora do município de definindo projectos e acções a desenvolver no concelho até ao final do ano lectivo 2009/2010. De salientar que também é objectivo desta primeira experiência de projecto educativo municipal em uma maior consonância com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, subscrita pelo município em 2006.

Janeiro de 2009

1	Promover a revisão da Carta Educativa, dotando-a de um sistema de monitorização que garanta a permanente actualização dos seus dados de base.	Carta Educativa sempre actualizada ao ano lectivo anterior ao de referência.	< 2010			x			
2	Elaborar, até Setembro de 2008, todos os projectos de centros escolares.	Número de projectos de arquitectura elaborados.	< Setembro de 2008				x		
3	Elaborar as candidaturas aos fundos comunitários para os centros escolares previstos.	Número de projectos aprovados e financiados.	< 2010		x				
4	Iniciar, até 2010, a construção de três centros escolares.	Número de centros escolares iniciados.	< 2010	x					
5	Implementar, a partir de Setembro de 2008, um projecto de dinamização e enriquecimento da componente de prolongamento de horário dos jardins-de-infância da rede pública.	Número de crianças envolvidas superior a 80% do total.	> Setembro de 2008		x				
6	Garantir o desenvolvimento relevante das actividades de enriquecimento curricular do 1.º Ciclo na área do desporto, das expressões artísticas, ensino do Inglês ou outras.	Número de alunos envolvidos superior a 80% do total.	Anual						x
7	Promover um mínimo de duas acções de formação por ano, para auxiliares de acção educativa e monitores, na área dos transportes escolares, refeições, higiene e segurança, ou outras na área da intervenção educativa.	Número de acções de formação promovidas. Número de funcionários abrangidos.	Anual						x
8	Implementar, até 2010, um projecto inovador no âmbito das TIC, destinado ao 1.º Ciclo.	Implementação do projecto.	< 2010	x					
9	Desenvolver, até 2010, uma plataforma informática que promova a ligação entre o município e os estabelecimentos de ensino.	Disponibilização da plataforma.	< 2010	x					
10	Promover a implementação local do programa Novas Oportunidades – Jovens, colaborando nas iniciativas propostas.	Número de alunos que anualmente conclui o ensino secundário	< 2010	x					
11	Articular com as associações de empresários a oferta formativa do concelho e colaborar em projectos que visem a promoção do empreendedorismo ou outros, reunindo um mínimo de uma vez por ano com esses fins.	Reuniões realizadas	Anual	x					
12	Organizar, até 2010, duas visitas de estudo em [redacted] para especialistas europeus na área da educação.	Número de visitas organizadas. Número de participantes	< 2010						x
13	Manter e aprofundar a participação do município no projecto Cidades Educadoras.	Participação em eventos da AICE	< 2010						x

14	Dinamizar a oferta de serviços educativos associados aos diferentes equipamentos culturais existentes.	Existência de um plano de actividades educativas dos equipamentos envolvidos.	Anual				x		

15	Promover, a partir de 2008, uma semana de actividades extra escolares durante cada uma das interrupções lectivas do Natal e Páscoa, dirigida preferencialmente aos alunos do 1.º ciclo.	Número de dias de actividades organizado. Número de participantes.	> Março de 2008					x	
16	Desenvolver, nos mesmos moldes, um programa de ocupação para as férias de Verão que garanta um mínimo de um mês e meio de actividades relevantes dos domínios desportivos, culturais ou outros.	Número de dias de actividades organizado. Número de participantes.	Anual						x
17	Disponibilizar, a partir de 2008, um programa de promoção da actividade física aberto a toda a população e que inclua um mínimo de duas actividades desportivas por mês.	Número de actividades. Número de participantes	> Junho de 2008						x
18	Desenvolver um plano de formação parental a partir de 2008, com um mínimo de seis acções por ano lectivo, dirigidas a encarregados de educação, preferencialmente ao nível da educação pré-escolar.	Número de acções. Número de participantes	> Setembro de 2008	x					
19	Dinamizar, a partir de 2008, um mínimo de duas exposições por trimestre, do domínio das expressões artísticas ou outros, promovendo os seus objectivos junto dos estabelecimentos de ensino.	Número de exposições. Número de visitantes.	> Junho de 2008					x	
20	Organizar um programa de actividades didácticas na biblioteca municipal, dirigido aos diferentes escalões etários e que inclua a partir de 2008, um mínimo de uma actividade por semana.	Número de actividades. Número de participantes	> Junho de 2008						x
21	Dinamizar o espaço e os recursos da biblioteca municipal de [redacted] adequando as suas ofertas às necessidades da população escolar do espaço em que se insere.	Número de actividades. Número de frequentadores	< 2010				x		
22	Actualizar o material de divulgação e exploração do Museu Municipal [redacted], com edição de novos roteiros bilingues, adaptados aos diferentes escalões etários e a cidadãos com necessidades especiais.	Disponibilização dos novos materiais	< 2010	x					
23	Construir um percurso didáctico em torno da personagem da actriz [redacted] incluindo o museu municipal e o Teatro [redacted], e dinamizando-o pelo menos uma vez por ano.	Número de actividades realizadas. Número de participantes.	Anual	x					

[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]						
24	Disponibilizar, na nova biblioteca municipal e museu municipal, serviços e materiais acessíveis a utilizadores com necessidades especiais.	número de intervenções	< 2010				x		
25	Debater, pelo menos uma vez por ano e com vários intervenientes locais, a integração sócio-profissional de pessoas com deficiência.	Número de acções. Número de participantes	Anual	x					
26	Promover, anualmente, a eliminação de um mínimo de três barreiras arquitectónicas em equipamentos ou espaço público, a partir de 2008.	Número de barreiras arquitectónicas eliminadas	Anual	x					
27	Criar, na biblioteca, um espaço dedicado à literatura dos países com maior representação entre as comunidades imigrantes em torres novas, desenvolvendo com elas um mínimo de uma actividade anual.	Disponibilização do espaço referido. Número de actividades desenvolvidas	Anual				x		
28	Elaborar e distribuir, até Setembro de 2008, um manual de apoio para as famílias, sobre cuidados e procedimentos a ter com pessoas acamadas.	Distribuição do manual	< Setembro de 2008	x					

[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]						

29	Organizar anualmente a Feira do Ambiente e de Educação Ambiental de , em parceria com as escolas, ONG's, colectividades e outras entidades locais.	Edições realizadas. Resultados das avaliações efectuadas através de inquéritos	Anual	x					
30	Elaborar candidatura anual ao galardão ECOXXI, promover o projecto Jovens Repórteres para o Ambiente e o programa ECO-ESCOLAS, procurando a existência, em 2010, de um mínimo de oito eco-escolas no concelho.	Resultados da candidatura ECOXXI. Número de Eco-Escolas do concelho. Artigos dos JRA.	Anual			x			
31	Implementar, a partir de Setembro de 2008, um projecto de recolha de óleos usados nas escolas do concelho.	Número de litros de óleo recolhido	> Setembro de 2008	x					
32	Apoiar a implementação de um projecto escolar de sensibilização ambiental em torno do	Disseminar os resultados do projecto	< 2010			x			
33	Incentivar e apoiar a participação das escolas do concelho no Concurso Escolar Cidades Criativas.	Participação das escolas no concurso Cidades Criativas.	<2010						x
34	Disponibilizar uma ecoteca na Biblioteca, que abranja as diferentes áreas ambientais e promova um mínimo de duas actividades temáticas anuais.	Disponibilização do espaço. Número de actividades realizadas. Número de participantes.	> Junho de 2008					x	
35	Construir um barómetro ambiental do concelho a partir dos valores de resíduos sólidos produzidos, enviados para aterro e para a estação de triagem, disponibilizando-o no site do município com actualizações trimestrais.	Disponibilização no site. Número de actualizações. Número de acessos.	> Junho de 2008	x					
36	Divulgar junto da população escolar as actividades do âmbito do planeamento estratégico e ambiental do concelho, entre outros do Plano Municipal do Ambiente e Agenda XXI Local, Cidade Criativa, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou Plano Director Municipal.	Número de acções de divulgação	< 2010	x					
37	Colaborar na implementação de uma campanha de adopção responsável de animais recolhidos no canil/gatil intermunicipal.	Número de acções. Número de adopções.	< 2010	x					

38	Implementar em articulação com as escolas, o Plano Nacional de Leitura, com acções dirigidas à comunidade e a todos os níveis de ensino, com especial incidência ao nível da educação pré-escolar e 1.º Ciclo.	Número de acções desenvolvidas. Número de participantes.	< 2010						x
39	Construir sites Internet da Biblioteca Municipal e Museu Municipal , que divulguem os equipamentos e disponibilizem vários serviços aos cidadãos. No caso da biblioteca ele deve constituir-se como estruturador da rede concelhia das bibliotecas escolares.	Construção dos sites. Número de acessos.	< 2010	x					
40	Promover, a partir de Setembro de 2008, um programa de voluntariado para acções de apoio em bibliotecas, museus e outros equipamentos municipais.	Número de voluntários. Número de horas de voluntariado.	> Setembro de 2008	x					
41	Implementar um programa de visitas de estudo no concelho, que inclua património ambiental e construído, instituições e equipamentos. Com início em 2008, deve envolver um mínimo de 250 alunos por ano lectivo.	Número de visitas organizadas. Número de alunos abrangidos.	> Setembro de 2008	x					
42	Desenvolver um trabalho integrado de recolha de testemunhos directos e materiais associados a vivências locais passadas.	Implantação do processo de recolha	< 2010				x		

43	Desenvolver, em 2010, um programa de actividades de evocação dos 500 anos do e do centenário da implantação da República e da sua vivência em	Programa de actividades	2010		x				
44	Construir um acervo de registos e fundo documental sobre a resistência ao anterior regime e vivência da revolução de 1974 em	Criação do acervo	< 2010	x					
45	Promover a constituição e desenvolvimento dos clubes de protecção civil nas maiores escolas do concelho.	Número de clubes. Número de actividades realizadas.	< 2010		x				
46	Promover, em especial junto da população estudantil, um mínimo de uma actividade anual no âmbito da educação alimentar.	Número de actividades desenvolvidas. Número de participantes.	Anual	x					
47	Desenvolver, em parceria com a PSP, uma estratégia de prevenção e redução do consumo de álcool e drogas, com acções de formação e intervenções junto dos estabelecimentos de diversão nocturna.	Número de acções de formação. Número de participantes. Número de intervenções.	< 2010						x
48	Reforçar o processo de geminação com o município de colaborando também nas iniciativas de cooperação que vierem a ser concretizadas com outras cidades ou municípios.	Acções que visem o reforço dos processos de colaboração.	< 2010			x			

49	Colaborar na definição da rede de educação e formação de adultos e ensino recorrente inseridas no programa Novas Oportunidades - adultos.	Participações na definição da rede	< 2010	x					
50	Promover a organização, no espaço Internet, na biblioteca e nos postos Internet das Juntas de Freguesia, acções de formação na área das TIC, dirigidas a todos os estratos populacionais.	Número de acções. Número de participantes	< 2010			x			
51	Implementar, a partir de Setembro de 2008, um programa de valorização cultural e de promoção da actividade desportiva junto da população idosa do concelho, que inclua um mínimo de uma actividade trimestral em cada lar ou centro de dia.	Número de actividades. Número de participantes	> Setembro de 2008						x
52	Desenvolver, na biblioteca municipal, três acções por ano lectivo, que juntem idosos e alunos em conversas informais sobre temáticas locais.	Número de actividades. Número de participantes	Anual			x			
53	Manter e alargar a abrangência do programa de passeios culturais, reforçando a cooperação e interacção com outros municípios.	Número de participantes locais. Número de passeios culturais no concelho.	< 2010					x	

Conselho Municipal de Educação de

Acta nº 3

-------- Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, na sala de sessões da Câmara Municipal de , pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu, com a presença de todos os seus elementos, à excepção dos representantes dos Serviços Públicos de Saúde, das Associações de Estudantes, dos Serviços de Emprego e Formação Profissional e um dos representantes das Associações de Pais, o Conselho Municipal de Educação do Concelho de (CMEC), para o qual foram também convidados os presidentes dos Conselhos Executivos de todos os estabelecimentos de ensino do concelho, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

-------- Ponto um – Cidades Educadoras/Projecto Educativo Municipal ----------

-------- Ponto dois – Centros escolares/Alteração à Carta Educativa ----------

-------- Ponto três – Rede Escolar. ----------

-------- Ponto quatro – Plano Municipal do Ambiente ----------

-------- Ponto cinco – Ratificação da atribuição de subsídios ----------

-------- Ponto seis – Outros assuntos ----------

----------Refeições ----------

----------Actividades de Enriquecimento Curricular ----------

----------Ocupação de Tempos Livres ----------

----------Novas competências das autarquias ----------

----------Jardim-de-infância de ----------

----------Geminação com Cabo Verde ----------

----------Exposição sobre Hans Christian Andersen ----------

----------Plano Nacional de Leitura ----------

-------- A Senhora Vereadora da Educação deu início à reunião solicitando autorização para inverter a ordem de trabalhos prevista. ----------

-------- Iniciando pelo sexto ponto, a Senhora Vereadora começou por informar que as refeições do pré-escolar e primeiro ciclo estão a decorrer com normalidade, que ocorreram alguns problemas no início do ano lectivo relacionados com os trâmites do concurso, mas que não afectaram o seu normal fornecimento. Foi também comunicado que para evitar que no próximo ano estes problemas se repitam, o concurso público para o fornecimento das refeições em dois mil e sete/dois mil e oito será lançado a curto prazo.- ----------

-------- Relativamente às actividades de enriquecimento curricular, a Senhora Vereadora informou que apesar de inicialmente terem existido algumas manifestações e reclamações de encarregados de educação face ao projecto ESCOLA+, implementado pela Câmara Municipal de , as actividades estão a decorrer com normalidade, não obstante subsistirem alguns alunos de que continuam a faltar. Foi manifestada a intenção de no próximo ano lectivo iniciar o enriquecimento curricular atempadamente, aguardando-se as directivas da para o efeito. No entanto, os serviços de educação vão dar início à reformulação do projecto para submeter à aprovação, partindo do pressuposto de que as orientações da se manterão. ----------

-------- A Senhora Vereadora informou o Conselho que a Câmara Municipal está a preparar um programa de ocupação de tempos livres para as interrupções lectivas de Verão, rentabilizando os recursos humanos existentes e oferecendo um serviço relevante para o qual, os encarregados de educação que estejam interessados, terão de efectuar um pagamento para a inscrição dos seus educandos. Nesta altura, interveio o representante dos estabelecimentos de ensino superior privados, manifestando o interesse da em colaborar no programa que vier a ser definido. A representante do IPJ informou que aquela instituição também pode colaborar em actividades, colocando monitores, para programas que envolvam jovens dos doze aos dezoito anos de idade. ----------

-------- Em seguida, a Senhora Vereadora transmitiu aos presentes que está a ser ultimada uma nova transferência de competências para os municípios nas áreas da educação, saúde e acção social, transferência que coloca novos desafios à gestão municipal uma vez que, na área educativa, prevê que os municípios fiquem responsáveis por tudo o que respeita ao ensino básico, à excepção da colocação de professores e gestão pedagógica dos estabelecimentos. ----------

-------- Relativamente ao Jardim-de-infância de , a Senhora Vereadora informou que a só encerrará definitivamente quando estiver construída uma alternativa para a circulação pedonal. ----------

-------- Deu depois conhecimento que se pretende inaugurar a exposição sobre no dia quatro de Outubro, poucos dias depois da inauguração da nova Biblioteca Municipal, uma exposição para todos os níveis de ensino e que estará patente naquele espaço até Janeiro de dois mil e oito. Segundo o responsável pela exposição, o Senhor , pretendem-se incluir alguns dos trabalhos que serão realizados pelos alunos do concelho ainda no decorrer do terceiro período do presente ano lectivo. Paralelamente, haverá um programa de actividades complementares, com espectáculos de dança, teatro, workshops e outras iniciativas relacionadas com o tema.

-------- No que se refere ao projecto de geminação com Cabo Verde, a Senhora Vereadora informou que o mesmo se revelou extremamente importante, nomeadamente através do envolvimento das escolas, que permitiu já minimizar algumas dificuldades sentidas por estabelecimentos de ensino de . Sensibilizou todas as entidades presentes para que entrem em contacto com a Câmara Municipal se quiserem envolver-se no envio de materiais para aquele País. O representante dos estabelecimentos de ensino superior privados, manifestou vontade da participar na iniciativa, para a qual entrará em contacto com os serviços no sentido de agendar uma reunião sobre o assunto. ----------

-------- Ainda neste ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Vereadora informou o Conselho que a Câmara Municipal está a ultimar o protocolo de adesão ao Plano Nacional de Leitura, do qual serão dados, posteriormente, esclarecimentos adicionais. -

-------- No ponto cinco da ordem de trabalhos, e sob proposta da Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Educação ratificou, por unanimidade, os valores dos subsídios escolares e das visitas de estudo atribuídos para dois mil e seis/dois mil e sete e aprovou subsídios de igual montante para dois mil e sete/dois mil e oito. Para os subsídios escolares (livros e material escolar) os valores aprovados são: cinquenta euros para os alunos do escalão A e vinte e cinco euros para os alunos do escalão B. Para as visitas de estudo os valores aprovados são: alunos de escalão A, total da visita até máximo de dezasseis euros, alunos de escalão B, cinquenta por cento do total até máximo de oito euros, isto no que concerne ao primeiro ciclo. No que respeita aos subsídios para visitas do pré-escolar, o subsídio aprovado, para o primeiro escalão, corresponde ao total da visita até um valor máximo de oito euros. ----------

-------- Relativamente ao ponto quatro da ordem de trabalhos, Plano Municipal de Ambiente, a Senhora Vereadora agradeceu a participação dos estabelecimentos de ensino na elaboração dos inquéritos da fase de diagnóstico do processo e informou que, dentro da mesma temática, a Câmara Municipal está a equacionar, em colaboração com outras entidade, a realização de uma feira do ambiente para o início de Junho, e que os serviços municipais vão oferecer recipientes às escolas para separação de resíduos.------

-------- No ponto três foram abordados diferentes aspectos relativos à Rede Escolar, começando a Senhora Vereadora por informar que a já comunicou oficialmente a Câmara Municipal que no próximo ano lectivo serão suspensas as escolas de primeiro Ciclo de As escolas indicadas para o acolhimento dos alunos destas localidades são, respectivamente,

. ----------

-------- A Senhora Vereadora comunicou nesta altura que em relação à suspensão da será analisada a possibilidade da mesma se manter em actividade como pólo da , acolhendo uma das suas duas salas, com dois anos de escolaridade, enquanto que, no caso da , os alunos poderão ser acolhidos por outros estabelecimentos para evitar que a funcione em desdobramento de horário. Sobre este assunto, interveio o representante das Juntas de Freguesia do concelho, questionando sobre a possibilidade dos alunos de serem transportados para a escola de e não para a , como se está a processar este ano. A Senhora Vereadora afirmou que esta hipótese será analisada pelos serviços. ----------

-------- Informou ainda que, relativamente ao segundo ciclo, a receberá mais quatro turmas conforme o plano estabelecido, que a próxima reunião da rede escolar deverá realizar-se em Março/Abril e que o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) terá cursos profissionais de nível III num pólo de formação que funcionará na , cursos cujas áreas temáticas serão previamente negociadas com todas as outras entidades locais de formação deste nível. A representante do ensino secundário público abordou nesta altura as dificuldades sentidas na colocação dos alunos dos cursos profissionais em estágios, questionando se a Câmara Municipal não poderá tomar qualquer iniciativa nesta área. O representante dos estabelecimentos de ensino superior privados comunicou que a tem recebido estagiários de várias entidades, manifestando intenção de continuar a fazê-lo no futuro. O representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário

privados usou da palavra para afirmar que a

tem já consolidada a formação de nível III, alertando para a necessidade do IEFP não entrar nas áreas de formação existentes na e nas Escolas Secundárias, sob pena de haver uma dispersão dos alunos que inviabilize a formação já existente. --- -------- A Senhora Vereadora manifestou compreensão para o problema e comunicou que nada será definido sem que sejam ouvidas todas as partes envolvidas na formação profissional local. Informou também que o tem um novo director e quatro novos cursos com início para breve, a saber, os cursos de especialização em

. Por fim, comunicou ao Conselho que a tem já um acordo com o IEFP no sentido de implementar um Centro de Reconhecimento e Validação de Competências em . ---------- -------- Relativamente ao ponto dois, Centros Escolares, foi dada a palavra ao técnico superior de educação, , da Divisão de Educação da Câmara Municipal de , que efectuou uma apresentação e explicação das propostas de alteração à carta educativa, informando sobre o contexto em que as mesmas se enquadram, referindo o que está previsto na Carta Educativa em vigor e projectando a situação futura se implementadas as alterações propostas. Elas dizem respeito à construção de um novo centro escolar na cidade, suprimindo o centro previsto para a área rural da freguesia de ; a transformação da em EB1/JI, suspendendo o ; e à mudança da área de influência do centro escolar de , de modo a abranger também os alunos provenientes da área rural da freguesia de . Neste ponto intervieram o representante das Juntas de Freguesia que questionou se se irá manter a colocação de equipamento lúdico para as crianças, no espaço de recreio na ; o representante dos estabelecimentos de ensino superior privados questionando o porquê do encerramento do uma vez que é de tão recente construção e a representante dos docentes do Ensino Básico público apresentando reservas quanto à proposta. A senhora Vereadora comprometeu-se a convidar os elementos do , caso isso seja viável, aquando da apresentação dos projectos de arquitectura dos novos Centros Escolares. Colocadas à votação, a primeira e terceiras propostas foram aprovadas por unanimidade, enquanto a segunda proposta foi aprovada com os votos contra do representante dos estabelecimentos de ensino superior privados e da representante do pessoal docente do ensino básico público. ----------

-------- Numa segunda intervenção do , dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, Cidades Educadoras, foi apresentada a proposta de implementação do Projecto Educativo Municipal, com explanação dos seus fundamentos, conceito, objectivos, intervenientes, vigência, metodologia e calendarização. A proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

-------- As apresentações efectuadas pelo , relativas aos pontos um e dois da ordem de trabalhos ficam anexas à presente acta, dela fazendo parte integrante. ----------

-------- Antes de terminar, a Senhora Vereadora alertou os presentes para o facto de ser necessário que cada representante transmita as informações tratadas às entidades que representam no Conselho. ----------

-------- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Senhora Vereadora que presidiu à reunião, por mim que a secretariei e por todos os presentes. ----------

A Presidente

_____

O Secretário

_____

Membros presentes:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

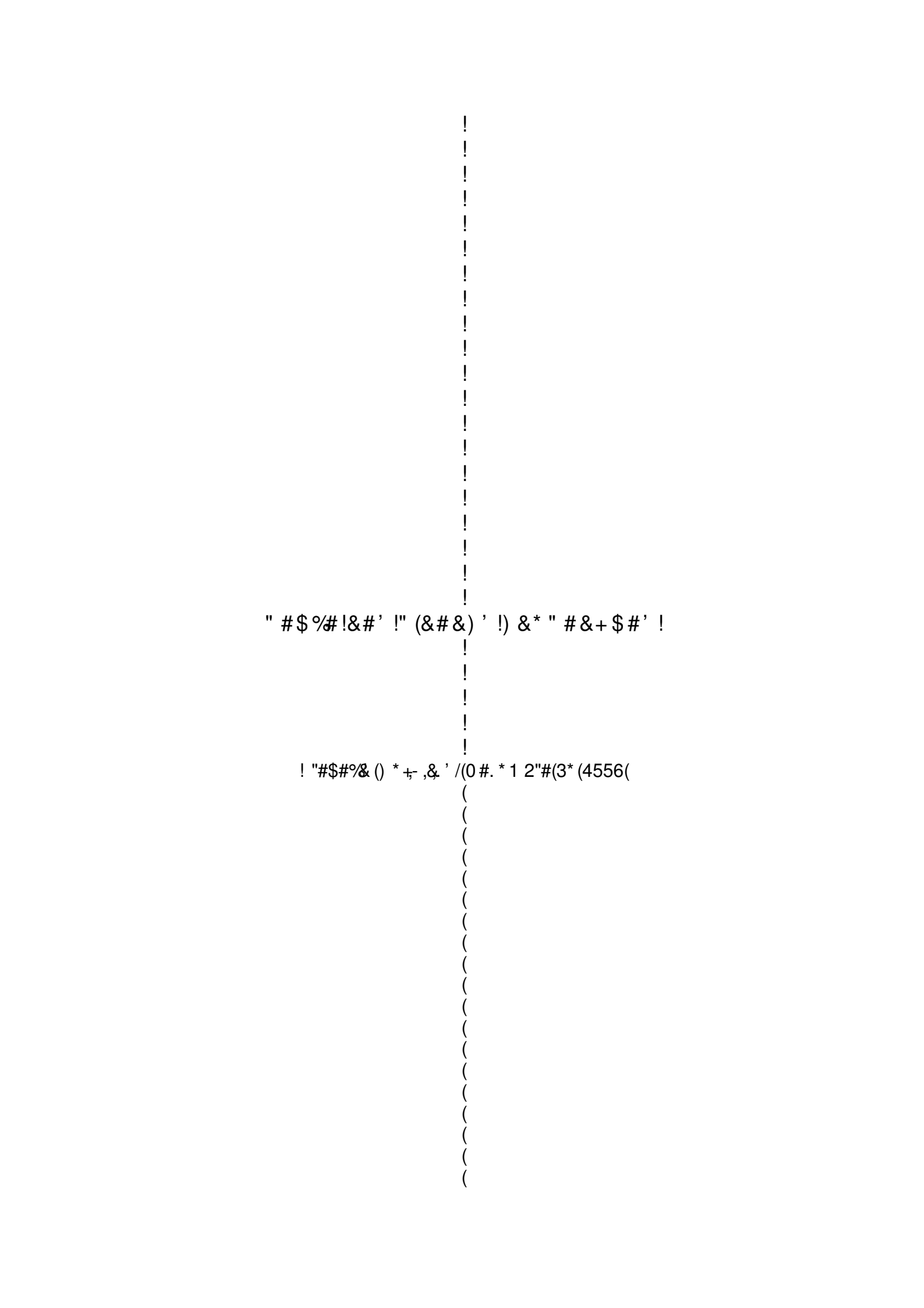
_____

_____

_____

_____

_____



(

!

" #$%# !&#' !" (&#&) ' !) &* " #&+$#' !

!

!

7%8,3' 3*%"*$"*%-&3'%-#(9:(;#-<"*%#(=&"-' 8,#-' >3'%;,3' 3*%?3@8' 3#"' %(
A@(&.*(>@' "(*1 (B' "8*#-' (*1 (0#.*1 2"#(3*(9CC5/("*@,"' 1 (-' (;' "&(,-,8,' >(#%
$",-8D$,#%*%%-8,',%' #(,1 $@%#(*3@8' 3#"(3' (8,3' 3*E?>%$' "&' 1 (3#($",-8D$,#(A@(#(
3*%-.#>,1 *-&#(3#%(%@%F' 2,&-&%-G#($#3,' (%"(3*,H 3#(' #(' 8' %#E?%&(;' "&(-#,(
"*.,%&(-#(=(;#-<"*%#(=&"-' 8,#-' >IB#-F' /(9CC6J(*(-#(3*(KL-#.' (I4556J/(' (+,1 (3*(
' 3' $&"(' %(%@%(' 2#"3' <*-%' #%-#.#%3*%+,#%*(-*8*%,3' 3*%(%#8,' ,%E
(
7($"*%-&(;' "&(2' %,' M%(-' () *8>"' NG#(O-,..*"%>(3#%) ,"*,&#%3#(P#1 *1 (I9C6QJ/(
-#(!' 8&#(=&"-' 8,#-' >3#%)," *,&#%?8#-R1 ,8#%(S#8,',%(*(;@&@' ,%(I9CTTJ/(-' (
)*8>"' NG#(U@3,' >3'(?3@8' NG#($' "'(V#3#%I9CC5J/(-' (;#-.*-NG#(-' %8,3' (3' (
;,1 *,"' (U@3,' >($' "' (' (=+W8,' (I9CC5J(*(-' () *8>"' NG#(O-,..*"%>(%#2"*() ,..*"%,3' 3*(
;@&@' >I4559JE
(
(

, $) -. / * 0+!

!

!

P#X(1 ',%3#(A@(-@8' (' %8,3' 3*%(<"' -3*%#@$*A@-' %(3,%$Y*(3*(,-Z1 *"' %
$#%&2,+3' 3*%*3@8' 3#"' %(1 ' %$#3*1 (%"(,<@>1 *-&(%@X,&%' (-#"N %*(,-L"8,' %
3*%3@8' 3#"' %E) *(@1 ' (1 ' -*,"' (#@3*(#@&" /(' (8,3' 3*(#+*"*8*(,1 $#"&-&%*>1 *-&#%
$' "' (@1 ' (-#"1 ' NG#(,-&<"' >(L(@1 (%%&1 ' (8#1 $>H#(*(' #(1 *%1 #(&1 $#(@1 (' <*-&(
3@8' &.#($"1 ' -*-&/($>@' >*($#+L3",8#/(8' $' \(3*(8#-&" ',' "(#% +8&#"*%
3*%3@8' &.#%E
(
7(8,3' 3*(*3@8' 3#"' (&1 ($*"%#-' +3' 3*($"R$"," /(,-&<"' 3' (-#($' D%#-3*(%(%&@(L/($#"(
8#-%A@-8,' /(,-&"3*$*-3*-&(3' (3#(&"",&R',#(3#(A@>+' \($' "&E^(,<@>1 *-&(@1 ' (
8,3' 3*(A@(%("*>8,#-' (8#1 (#(%@1 *,#(*-.#>*-&/(#@&#%8*-&#%@2' -#%3#(%@
&"",&R',#(*(8,3' 3*%3*(#@&#%$' D%%E_(%@#2X8&.#($"1 ' -*-&(%"' (#(3*(' $"*-3*"/(
&#8' "/($' "&>F' "(*/($#"(8#-%A@-8,' /(*-",A@8*"(' (.,3' (3#%%@%F' 2,&-&%E
(
7(8,3' 3*(*3@8' 3#"' (3*.*(*H*"8*"(*(3*%-.#>*"(*%&(+@NG#($' ">'>1 *-&(a%%@%
+@NY*%&" 3,8,#-' ,%I*8#-R1 ,8' /(%#8,' >($#+D&8' (3*($"*%&NG#(3*(%".,N#%J/(&-3#(*1 (
.,%&(' (-#"1 ' NG#/($"#1 #NG#(*(#(3*%-.#>,1 *-&#(3*(&#3#%#%%@%F' 2,&-&%E) *.*(
#8@$' "M%($",#",&,"' 1 *-&(8#1 (' %8,"' -N%*(X#.*-%(1 ' %8#1 (' (.#-&3*(3*8,3,3' (3*(
,-8#"$#"' "($*%#' %(3*(&#3' %' %,3' 3*%(-@1 ' (-#"1 ' NG#(' #(-#-<#(3' (.,3' E
(
7%"' \Y*%A@(X@&+,8' 1 (*%&(+@NG#(%G#(3*(#"3*1 (%#8,' >(*8#-R1 ,8' (*($#+D&8' /(
%#2"*&@3#(#",*-&3' %$#"(@1 ($"#X8&#(8@&@' >(*(-#"1 ' &.#(*+,8' \(*(8#*H,%&-8,' >E?%&%
%G#(#%<"' -3*%3*%+,#%3#(%L8@#(bb=(!",1 *,"#(c,-.*%&"d(-' (*3@8' NG#(3*(8' 3' (
$*%#' /(3*(1 ' -*,"' (' (A@(*%&(%X(8' 3' (.*\(1 ',%8' $' \(3*(*H$",1 ,"/(' +,"1 ' "(*(
3*%-.#>*"(#(%@$#&-8,' >F@1 ' -#/(' %,1 (8#1 #(' (%@(%,<@>",3' 3*/(' (%@(
8"' &,3' 3*(*(' (%@("*%$#-%2,+3' 3*E S*<@3#/($"#1 #.*"(' %8#-3,NY*%3*($>-' (
,<@>3' 3*($' "' (A@(&#3#%($#%%1 (%-&"M%("*%$*,&3#%*(%"*1 ("*%$*,&3#"*%(
8' $' *%3*(3,‘ #<#E(V*"8*,"#/(8#-X@<' "(&#3#%(#%+8&#"*%($#%D*,%$' "' (A@(%($#%%(
8#-%&@'/(8,3' 3*(' (8,3' 3*/(@1 ' (.*"3' 3*,"' (%#8,*3' 3*(3#(8#-F*8,1 *-&#(%1 (
H>@Y%($' "' (' (A@>L($"*8,%#($"#.,3*-8,' "/(*-&*(#@&#%(#(' 8*%%#(+8,>3*(&#3' (' (
$#$@NG#(a%&8-#>#<,' %3' (,-#"1 ' NG#(*(3' %8#1 @,8' NY*%A@(*"1 ,&1 (#(%@
3*%-.#>,1 *-&E

(

7%8,3’ 3* %* 3@8’ 3#"’ %(8#1 (%@ %,- %&&@NY* %* 3@8’ &. ’ %-#"1 ’ ,%(%@ %,- &". * - NY* %
- G#(-#"1 ’ ,%I3* (@1 ’ (,- &* - 8,#- ’ ,3’ 3* (* 3@8’ 3#"’ ($’ "’ (’ 1 (3’ (* 3@8’ NG#(-#"1 ’ ,J(* (
,- -#"1 ’ ,% I- G#(,- &* - 8,#- ’ ,% #@ $’ - ,8’ 3’ %J(3* . * "G#(8#’ 2#"’ "/(2,’ &"’ * #@
1 @&’ &"’ 1 * - &/(&#"- ’ - 3#("* ’ 3’ 3* (’ (&#8’ (3* (* H$* ",] - 8,’ %E ; #1 (* %$D,&#(3* (
8##$* "’ NG#/(’ $#,’ "G#(1 @&@ 1 * - &* (#%$"#X 8&#%3* (* %&@3#(* (,- . * %&1 * - &#/(%* X (%#2(’ (
-#"1 ’ (3* (8#’ 2#"’ NG#(3,"* 8& (#@* 1 (8#’ 2#"’ NG#(8#1 (#"<’ - ,%1 #%,- &"- ’ 8,#- ’ ,%E

(

7 8&@ 1 * - &/(’ (F@1 ’ - ,3’ 3* /(- G#(. ,. * (%#1 * - &* (@1 ’ (* & $’ (3* (1 @3’ - N %(1 ’ %@1 ’ (
. * "3’ 3* ,"’ (1 @3’ - N (3* (* & $’ E 7 %($* %#’ %(3* . * 1 (-#"1 ’ "M%($’ "’ (@1 ’ (’ 3’ $& NG#(
8"D&8’ (* (@1 ’ ($’ "&8,$’ NG#(’ 8& ’ (+’ 8* (’ #%(3* %+,#%* ($#%&2,’ 3’ 3* %A@* (%* (’ 2"* 1 (
<"’ N %a(<’ #2’ 1 ’ NG#(3#%$"#8* %#%* 8#- R1 ,8#%* (%#8,’ ,%(’ (+,1 (3* ($#3* "* 1 (,- &". ,"/(
’ ($’ "&"(3#(1 @3#(’ #8’ 1 (- ’ (8#1 $’ H,3’ 3* (1 @3,’ 1 (’ - &- 3#(’ (%@ (’ @&#- #1 ,’ (+’ 8* (’ (
@1 ’ (,- -#"1 ’ NG#(&" - %2#"3’ - &* (* (8#- &#’ 3’ ($#"(8* "&#%8* - &#%3* ($#3* "(* 8#- R1 ,8#(* (
$#’ D&8#E

(

! #"(#@&#(’ 3#/(’ %(8","’ - N %* (#%X#. * - %- G#(%G#(1 ’ ,%($"#& <#- ,%& %($’ %, #%3’ (. ,3’ (
%#8,’ 1* /($#"(8#- %* A@ - 8,’ /(3’ (8,3’ 3* E 7 (; #- . * - NG#(3’ %0 ’ NY* %O- ,3’ %3* (45(3* (
0 #. * 1 2"#(3* (9CCC/(A@(3* % - . #’ * (* (8#- %,3* "’ (8#- %&" - <* 3#"* %(#%($",- 8D$,#%3’ (
) * 8’ "’ NG#(O- ,. * "% 1* 3* (9CeC/(&"- #@M#% 8,3’ 3G#%,* (8,3’ 3G%3* ($’ - #(3,"* ,&#(’ #(
#@&#"<’ "M* %3,"* ,&#%8,. ,%* ($#’ D&8#%E ! #3* 1 (’ %#8,’ "M%(* ($’ "&8,$’ "(* 1 (+@ NG#(3#(
%@<"’ @3* (1 ’ &@,3’ 3* E

(

7($"#& 8NG#(3’ %(8","’ - N %* (X#. * - %- ’ (8,3’ 3* (- G#(8#- %,%& (%#1 * - &* (- #($",. ,* <,’ "(’ (%@(
8#- 3,NG#/(L($"* 8,%#(8’ 3’ (. * \ (1 ’ ,%* - 8#- &" "(#(* @<’ "(A@(- ’ ("* ’ 3’ 3* (F* %(8’ 2* /(’ #(
’ 3#(3#%(’ 3@&#%(A@(’ ($#%&@1 (8#1 #(8,3’ 3G(’ (%&%+ NG#(A@(3* . * ($"* %,3,"(a(
8#* H%& - 8,’ (* - &* (<* "’ NY* %E 0 #(,- D&,#(3#(%L8@#(b b=(’ %(8","’ - N %(* (#%(’ 3@&#%(
$’ "* 8* 1 (- * 8* %%,& "(3* (@1 ’ (* 3@8’ NG#(’ #(*#- <#(3’ (. ,3’ /(3* (@1 ’ (-#"1 ’ NG#(%1 $"* (
"* - #. ’ 3’ E

(

7(8,3’ 3’ - ,’ (<’ #2’ * . ’ ,M%(8#- +,<@’ - 3#(%1 (A@(* H,%& (’ ,- 3’ (@1 (* %$’ N#(<’ #2’ *
3* 1 #8"‘ &8#/(%1 (A@(- @1 * "#%#%($’ D%(%& - F’ 1 (’ &- <,3#(@1 ’ (3* 1 #8"’ 8,’ (* +,8’ \ (
"* %$* ,& 3#"’ (3#% %@% . * "3’ 3* ,"#% $’ 3"Y* % %#8,’ ,% * (8@&@’ ,% * (%1 (A@(’ %
3* 1 #8"’ 8,’ %3* (-#- <’ (&" 3,NG#($#%& 1 (%- &M%(% &* ,& %8#1 (’ (A@ -3’ 3* (3#%% @%
%,%& 1 ’ %E 0 * %& (8#- & H#/(’ %8,3’ 3* %3* (&#3#%#%($’ D%(%(3* . * 1 (’ <,"(3* %3* (’ (%@(
3,1 * - %G#(-#8’ (* - A@ - &#($- & -#"1 ’ %3* (* H$* ",1 * - & NG#(* (8#- %#-’ NG#(3@1 ’ ($- ’ (
8,3’ 3’ - ,’ (3* 1 #8"‘ &8’ (* ($"#1 #. * "(@1 ’ (8#* H,%& - 8,’ ($’ 8D,8’ (<"’ N %a(-#"1 ’ NG#(* 1 (
. ’ -#"* %L&8#%(* (8D,8#%(#("* %$* ,&#($* (- @’ -3’ 3* (3#%3,+ "* - & %1 #3* -#%$#%D* ,%
3* (<#. * "- #/(* %&1 @1 - 3#(1 * 8’ - ,%1 #%"* $"* % - & &. #%* ($’ "&8,$’ &. #%3* (A@-3’ 3* E(

(

7(3,. * "%3’ 3* (L(,- * "* - &(a%8,3’ 3* %’ 8&@ ,%* ($"* .] M%(A@(’ @1 * - &"‘ (’ ,- 3’ (1 ’ ,%- #(
-@&@#E ! #"(* %& (" \ G#/(@1 (3#%3* % +,#%3’ (8,3’ 3* (* 3@8’ 3#"’ (L(#(3* ($"#1 #. * "(#(
* A@D2",#(* (’ (F’ "1 #- ,’ (* - &* (,3* - &3’ 3* (* (3,. * "%3’ 3* /(% -’ <@"3’ - 3#(#%8#- &,2@#%
3’ %8#1 @,3’ 3* %A@(’ (,- &<"’ 1 (* (#(3,"* ,&#(3* (&#3#%’ A@-’ %A@(’ (F’ 2,& 1 /(% - &- 3#M
%("* 8#- F* 8,3#%’ ($’ "&(3’ (%@(,3* - &3’ 3* (8@&@’ -E

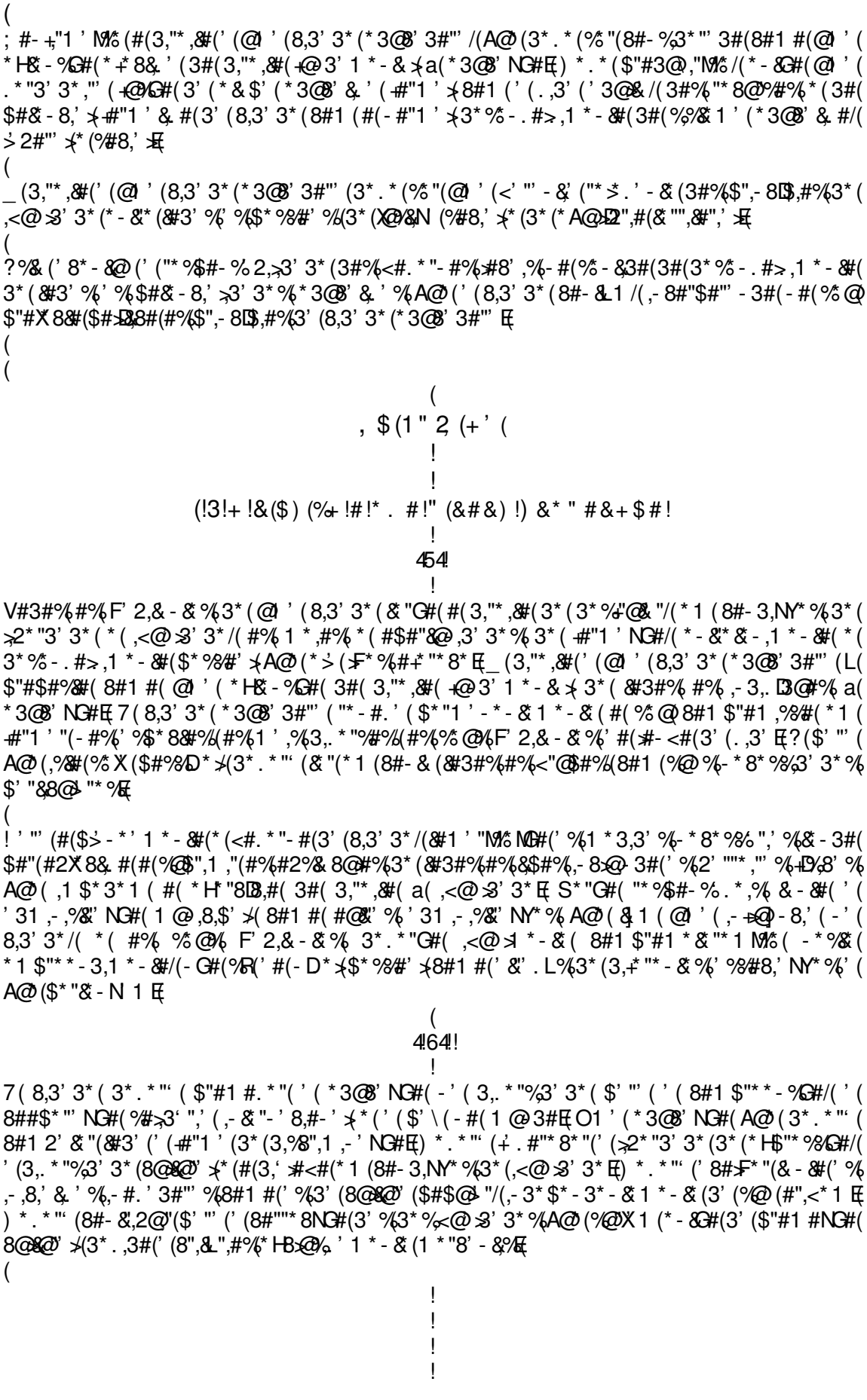
(

f ,. * 1 #%- @1 (1 @3#(3* (,- 8* "& \ ’ (A@(${",. ,* <,’ (’ ($"#8@’ (3’ (% <@’ - N /(A@(%(
* H$",1 * (1 @& % . * \ * % 8#1 #(’ (- * <’ NG#(* (@1 ’ (3* %8#- +,’ - N (1 Z&@E 7 (8,3’ 3* (
* 3@8’ 3#"’ /(8#- %8,* - &(3* %& (+ 8&#/(- G#($"#8@’ (%#-@NY* %@ ,- & "’ ,%%,1 $- %(’ 8* ,& (’ (
8#- &" 3,NG#(* ($"#$Y* ($"#8* %#%3* (8#- F* 8,1 * - &#/(3,’ -#<#(* ($’ "&8,$’ NG#(8#1 #(#(
8’ 1 ,- F#(’ 3* A@3#(a(8#* H%& - 8,’ (- ’ (* (8#1 (’ (,- 8* "& \ ’ E

(

(

(



!
!
!
4!74!
!
7(8,3' 3* (* 3@8' 3#"' (3* . * "' (* - 8#"' X"(#(3,' >#<#(* - &* (<* "' NY* %(- G#(%#1 * - & (* - A@ - &#(+R'1 @> (3* (8#* H,%& - 8,' ($' 8D,8' /(1 ' %8#1 #($"#8@' (3* ($"#X 8&#%8#1 @ %* ($' "&F' 3#%* - &* (<"@$#%3* ($* %#' %3* (,3' 3* %3,+* "* - & %E? %& %$"#X 8&#%(3* . * "G#(%* "(#",* - & 3#%$' "' (' ("* ' >\ ' NG#(3* (,- ,8,' & ' %* (' 8NY* %8D,8' %(8@#(. ' >#"(8#- %%&" ($"* 8,% 1 * - & (- #(8' "' 8& "(,- & "<* "' 8,#- ' >* (- ' (* H$>#"' NG#(3' %"* %$* 8& ' %8' $' 8,3' 3* % * (. ' >#"* %$"R$",#%3* (8' 3' (,3' 3* E(
(
4!84!
!
7%$#>D&8' %1 @,8,$' ,%3* (8' "' 8& "(* 3@8' & #(3* . * 1 (%* "(%* 1 $"* (* - & - 3,3' %- #(%* @ 8#- & H&#(1 ' ,%' 1 $>#(,- %$,"' 3#(- #%$",- 8D$,#%3* (X@&N (%#8,' >(3* (8,. ,%1 #(3* 1 #8"' &8#/(' (A@ >3' 3* (3* (. ,3' (* (3' ($"#1 #NG#(3#%%* @%F' 2,& - & %E(
(
4!94!
!
_ %1 @,8D$,#%3* . * "G#(* H* "8* "(8#1 (* +8' 8,' (' %8#1 $* & - 8,' %A@ (>F* %8' 2* 1 (* 1 (1 ' &L",' (3* (* 3@8' NG#E(g @ >A@ "(A@ (%* X (#(' >8' - 8* (3* %& %8#1 $* & - 8,' %(* > %3* . * "G#($"* . * "(@1 ' ($#>D&8' (* 3@8' & ' (' 1 $> /(8#1 (8' "' 8& "(&" - % * "% > * (,- #. ' 3#"/(8#1 $"* * - 3* - 3#(&#3' %' %1 #3' >3' 3* %3* (* 3@8' NG#(+#"1 ' >(- G#(+#"1 ' >* (,- +#"1 ' >(' %%1 (8#1 #(' %3,+* "* - & %1 ' - ,+* %& NY* %8@&@' ,%(+#- & %3* (,- +#"1 ' NG#(* (. ,' %3* (3* %8#2* "& (3' ("* ' >3' 3* (A@ (%* ($"#3@' 1 (- ' (8,3' 3* E(
(
_ ($' $* >3' (' 31 ,- ,%&" NG#(1 @,8,$' >L(#(3* (3* +- ,"(' %$#>D&8' %>#8' ,%A@ (%* ("* . * > "G#($#%D* ,%* (#(3* (' . ' >' "(' (%@ (* +8' 8,' /(' %%1 (8#1 #(3* (#2& "(' %- #"1 ' %> * <,%> & ' % #$#"&@ ' %3* (#@&" %' 31 ,- ,%&" NY* %(8* - &" ,%#@"* <,#- ' ,%E(
(
4!: 4!
!
; #1 (#(+1 (3* (> * . ' "(' (8' 2#(@1 ' (' 8&@ NG#(' 3* A@ 3' /(#%"* %$#- % . * ,%$* > ($#>D&8' (1 @,8,$' >3@1 ' (8,3' 3* (3* . * "G#($#%%@"(@1 ' (,- +#"1 ' NG#($"* 8,% (%#2"* (' (%&@ NG#(* (' % - * 8* %%3' 3* %3#%%* @%F' 2,& - & %E(; #1 (* %& (#2X 8& #/(3* . * "G#("* ' >\ ' "(* %&@3#%A@ (1 ' - & "G#(' 8&@ >\ ' 3#%* (&#"- ' "G#($Z2>8#%(* ($"* . * "(8' - ' ,%' 2* "&#% I1 * ,#% 3* (8#1 @,8' NG#J($* "1 ' - * - & % 8#1 (#% ,- 3,. D3@#% * (#% <"@$#% A@ ($* "1 ,&"G#(' (+#"1 @> NG#(3* ($"#X 8&#%8#- 8"* &#%* (3* ($#>D&8' (<* "' >E(
(
) ' (1 * %1 ' (1 ' - * ,"' /(#(1 @,8D$,#(+' 8* (' ($"#8* %%#%3* (&#1 ' 3' (3* (3* 8,%Y* %* 1 (8' 3' (@1 (3#%%* @%3#1 D ,#%3* ("* %$#- % 2,>3' 3* /(3* . * "' (& "(* 1 (8#- & (#(%* @,1 $' 8&#(* 3@8' 3#"(* (+#"1 ' & #E(
(
(
(
(
(
(
(
(
(
(
(
(
(
(

(

6!3!+ !" + . , $ + . (' ' + !&# !" (&# &) !

!

4!; 4!

!

7 (8,3' 3* (3* . * (% 2* "(* - 8#- &" "/($"* %* ". ' "(* (' $"* %* - & "(%@ (,3* - &3' 3* ($* %#' >(* (8#1 $>* H E?%& (' (&"- ' "' (Z- ,8' (* (%* "' (' (2' %* (3@ (3,' >#<#(+* 8@ 3#(8#1 (* > (1 * %1 ' (* (8#1 (#@&" %, 8,3' 3* %E 7 (. ' >#",\ ' NG#(3#%, %* @%, 8#%&@ * %, * (%@ %, #",<* - %, 3* . * (%* "(8#1 $' &D * >8#1 (#%1 #3#%3* (. ,3' (,- & "- ' 8,#- ' ,%E! #3* "' (' %,1 (#+* "* 8* "(@ ' (,1 ' <* 1 (' &" * - & (% 1 (3* %,"&@ "(#(%* @* - A@ 3"' 1 * - &#(- ' &@' >(* (%#8,' >E

(

h ($' "&3' /(3* . * "' ($"#1 #. * "(#(8#- F* 8,1 * - &#/(' (' $"* - 3,\ ' <* 1 (* (' (@&,\ ' NG#(3' %, >D <@ %,$"* %* - & %- ' (8,3' 3* (* - A@ - &#(* >* 1 * - &#(,- & <"' 3#"(* (+ 8&#"(3* (8#* %G#(* - &* (' %, $* %#' %E

4!<4!

!

7 (&" - %#"1 ' NG#(* (#(8"* %8,1 * - &#(3@ ' (8,3' 3* (3* . * 1 (%* "($"* %3,3#%, $#"(@ ' (F' "1 #- ,' (* - &* (' %- #. ' %- * 8* %3' 3* %* (' ($* "$* &@ NG#(3* (8#- %&@ NY* %* (%D 2#>#%, A@ (8#- %&&@ 1 ("* +* "] - 8,' %8>' "' %' #(%* @$' %% 3#(* (a(%@ (* H,%& - 8,' E_ ($>' - * ' 1 * - &#(@2' - #(3* . * "' (&* "(* 1 (8#- & (' %, +#"& % "* $* "8@ %A* %, 3#(' 1 2,* - &* (@2' - #(- #(3* %* - . #>, 1 * - &#(3* (&#3#%#%,- 3,. D3@#%(- ' (,- & <"' NG#(3' %%@ %' %$," NY* %$* %#' ,% * (%#8,' ,%, * (3* . * "' (' <," (8#- &" (&#3' (' (%* <"* <' NG#(3' %, <* "' NY* %, * ($* %#' %, 3* (3,+* "* - & %8@&@' %(A@ (& 1 (1 @&#(' (' $"* - 3* "(@ ' %8#1 (' %#@&' %E

(

_ (#"3* - ' 1 * - &#(3#(* %$' N#(+D%8#(@2' - #(3* . * "' (* %& "(' & - &#(a%, - * 8* %%3' 3* %, 3* (' 8* %%2,>3' 3* /(* - 8#- &#/("* > NG#/(X#<#(* (>' \ * "(* (3@ ' (1 ' ,#"(' $"#H,1 ' NG#(a(- ' &@* \ ' E 7 (8,3' 3* (* 3@8' 3#"' (3* . * "' (8#- 8* 3* "(@ (8@8' 3#(* %$* 8,' >(a%, - * 8* %%,3' 3* %, 3' %, $* %#' %8#1 (3* $* - 3] - 8,' (- #($>' - * ' 1 * - &#(@2' - D%&8#(3* (* A@$' 1 * - &#%* (%* ". ,N#%(' (+,1 (3* (>F* %< ' "' - &"(@ (* - A@ 3"' 1 * - &#(' 1 ' . * >(* ("* %$* ,& 3#"(3' %, >1 ,& NY* %, A@ ($#3* 1 (' $"* %* - & "(%* 1 (A@ (& - F' 1 (A@ ("* - @ 8,' "(a(1 ' ,#"(' @&#- #1 ,' ($#%&D * >E

(

4!=4!

!

7 (8,3' 3* (* 3@8' 3#"' (3* . * "' (-#1 * - & "(' ($' "&8,$' NG#(8,3' 3G(8#1 (@ ' ($* "%$* 8&, ' (8"D&8' (* (8#M* %$#- % . * >E ! ' "' (* %& (* +* ,&#/(#(<#. * "- #(>#8' >(3* . * "' (#+* "* 8* "(' (,- #"1 ' NG#(- * 8* %% ",' (* ($"#1 #. * "/(- ' (&" - % * "% >3' 3* /(' %, #",* - & NY* %, * (' % ' 8&, ,3' 3* %3* (#"1 ' NG#(* 1 (. ' >#"* %L&8#%* (8D,8#%E

(

) * . * "' (* %&1 @ "/(' #(1 * %1 #/(' ($' "&8,$' NG#(8,3' 3G(- #($"#X 8&#(8#> 8&, #(' ($' "&"(3' %, - %&&@ NY* %, * (#"<' - ,\ ' NY* %8,. ,%* (%#8,' ,%(& - 3#(* 1 (8#- & (' %,- ,8,' &, ' %$",. ' 3' %* (#@&#%1 #3#%3* ($' "&8,$' NG#(* %$#- &W * ' E

(

4!5>4!

!

_ (<#. * "- #(1 @ ,8,$' >(3* . * "' (3#& "(' (8,3' 3* (3* (* %$' N#%(* A@$' 1 * - &#%, * (%* ". ,N#% $Z2>8#%' 3* A@ 3#%' #(3* %* - . #>, 1 * - &#($* %#" >(%#8,' >(1 #"' >(* (8@&@' >(3* (&#3#%#%#% %* @F' 2,& - & %($"* %& - 3#(@1 ' (' & - NG#(* %$* 8,' >(a(,- +W 8,' (* (a(X@ * - &@8* E

(

4!554!

!

7 (8,3' 3* (3* . * "' (<' "' - &"(' (A@ >3' 3* (3* (. ,3' (3* (&#3#%#%#% @%F' 2,& - & %E S,<- ,+,8' (,%&#/(@1 (* A@ >D2",#(8#1 (#(' 1 2,* - & (- ' &@' >(#(3,"* ,&#(' (@1 (' 1 2,* - & (% 3,#/(' >L1 (3#(3,"* ,&#(' #(' >#X 1 * - &#/(' #(&' 2' >F#/(' #%>' \ * "* %* (' #%&' - %$#"& %$Z2>8#%(* - &* (#@&#%E

) * . * "' ($"#1 #. * "(' 8&, ' 1 * - & (' (* 3@8' NG#($' "' (' (% Z3* (* (' ($' "&8,$' NG#(3* (&#3#%#%#% @%F' 2,& - & %- ' %2#' %$"' &8' %3* (3* %* - . #>, 1 * - &#(%@&& - & . * >E

(
(

4!564!

!

_ ($"#X 8&#(* 3@8' 3#"(* H$>B8,&#(* (,1 $>B8,&#(- ' (* %&@&@' (* (- #(<#. * "- #(3' (8,3' 3* /(#%
. ' >#"* %A@' (* %& (* - 8#"' X/(' (A@>3' 3* (3* (. ,3' (A@' (#+* "* 8* /(' %1 ' - ,+* %& NY* %A@' (
#"<' - ,\' /(' %8' 1 $' - F' %* ((#%$"#X 8&#%3* (&#3#%#%&$#%A@' ($"* $' "' /(3* . * "G#(%"(
#2X 8&#(3* ("* +>* HG#(* (3* ($' "&8,$' NG#/(<"' N %, a(@&>\' NG#(3#%, ,- %&@' * - &#%
- * 8* %% ",#%A@' ($* "1 ,& 1 (' X@' "(#%,- 3,. B@#%' (8"* %8* "($* %%#' >* (8#>* 8&, ' 1 * - &E,
(
(

7!3!# + !') $? (@+ !(1 %, A $ # 0!&#' !,) ' ' + #' !

!

4!574!

!

_ (1 @ ,8B$,#(3* . * "' (' . ' >' "(#(,1 $' 8&#(3' %#+* "& %8@&@' ,%("* 8"* ' &, ' %(,- #"1 ' &, ' %(
$@2>8,&,"' %#@3* (#@&#(&$#(* (' %"* ' >3' 3* %A@' (' %8"' - N %* (X#. * - %"* 8* 2* 1 (% 1 (
A@>A@' "(,- & "1 * 3,' ",#E,0 * %& (8' %#/(3* . * "' (* 1 $"* * - 3* "/(% 1 (3,",<,%1 #%' 8NY* %8#1 (
@1 ' (* H$>8' NG#(#@@1 ' (,- & "$"* & NG#("' \#' . * ,%E, f ,<,' "' (' (A@' (% (* %& 2* >* N (@1 (
* A@B2",#(* - &* (' (- * 8* %%3' 3* (3* ($"#& 8NG#(* (' (' @&#- #1 ,' (- * 8* %% ",' (a(3* %8#2* "& E,
_ +* "* 8* "' /(,<@>1 * - & (* %$' N#%3* (-#"1 ' NG#(* (3* (3* 2' & /(,- 8>@- 3#(#%,- & "8W1 2,#%
* - &* (8,3' 3* %($' "' (A@' (&#3#%#%% @%F' 2,& - & %$#%% 1 (' %@1 ,"($>* - ' 1 * - & (' %
,- #. ' NY* %A@' (' A@>' %<* "' 1 E,
(

4!584!

!

7 (8,3' 3* (3* . * "' ($"#8@' "(A@' (&#3' %' %+ 1 B' %"* 8* 2' 1 (@1 ' (-#"1 ' NG#(A@' (>F* %
$* "1 ,&"' (' X@' "(#%% @%+>F#%' (8"* %8* "(* (' (' $"* * - 3* "(' (8,3' 3* /(- @1 (* %$B',&#(3* (
"* %$* ,&#(1 Z&@#E, 0 * %& (1 * %1 #(%- &3#/(3* . * "' ($"#1 #. * "($"#X 8&#% 3* (-#"1 ' NG#(
3* %&- ' 3#% ' #% * 3@8' 3#"* % * 1 (<* "' >* (' #% ,- 3,. B@#% I$' "&8@> "* % #@ $* %#' >
$* "& - 8* - & (' #%% ". ,N#%$Z2>8#%1(A@' (,- & ".] 1 (- ' (8,3' 3* /(% 1 (* %& "* 1 (8#- %8,* - & %
3' %+@ NY* %* 3@8' 3#"' %E, 7 & - 3* "' (,<@>1 * - & ($' "' (A@' (#%8#"$#%3* (% <@' - N (* (
$"#& 8NG#(8,. ,>A@' (3* $* - 3* 1 (3,"* 8& 1 * - & (3#(1 @ ,8B$,#/(' X 1 (* 1 (8#- -#"1 ,3' 3* (8#1 (
* %& %($"#X 8&#%E,
(

4!594!

!

7 (8,3' 3* (3* . * "' (#+* "* 8* "(' #%% @%F' 2,& - & %' ($#%%2,>3' 3* (3* (#8@$' "* 1 (@1 (>@<' "(
- ' (%#8,* 3' 3* /(3' "M+F* %M(#% 8#- % >F#% - * 8* %% ",#% a(%@ (#",* - & NG#($* %#' >* (
$"#+%%#- ' >* (&#"- ' "' ($#%%D* >' (%@ ($' "&8,$' NG#(* 1 (' 8& ,3' 3* %%#8,' ,%E,0 #(3#1 D,#(
* %$* 8D,8#(3' %"* > NY* %* %8#> M&" 2' >F#/(L($"* 8,%#(' %%, ' >"(' ("* > NG#(* %&* ,& (A@' (% (
3* . * "' (* %& 2* >* 8* "(* - &* (#($> - * ' 1 * - &#(* 3@8' &, #(* (' %- * 8* %%3' 3* %3#(1 * "8' 3#(3* (
&" 2' >F#E,
(
! ' "' (* %& (* +* ,&#/(' %8,3' 3* %3* . * "G#(3* +- ,"(* %&" &<,' %3* (-#"1 ' NG#(A@' (& - F' 1 (* 1 (
8#- & (' ($"#8@' (%#8,' >* (8#>2#"' "(8#1 (' %#"<' - ,\' NY* %%- 3,8' ,% * (* 1 $"* % %- ' (
8"," NG#(3* ($#%&#%3* (&" 2' >F#(* (3* (' 8&, ,3' 3* %-#"1 ' &, ' %3* (8' "' 8& "(-#"1 ' >* (- G#(
-#"1 ' >(% 1 $"* (' #(>#- <#(3' (. ,3' E,
(
(
(
(
(
(
(

(

(

4!5: 4!

!

7 %8,3' 3* %3* . * "G#(* %& "(8#- %8,* - &* %3#%1 * 8' - ,%1 #%3* (* H-B>@%G#(* (1 ' "<,- ' >\ ' NG#(A@?(' %(' +* 8& 1 (* (' %1 #3' >3' 3* %A@?(* >* %(' $"* %* - & 1 (' %%1 (8#1 #(3* %* - . #> * "(' %($#>-B&8' %(3* (' 8NG#(' +"1 ' &, ' (- * 8* %% ",' %E) * . * "G#/(* 1 ($' "&8@-B "/(#8@$' "M%(3#%("* 8L1 M8F* <' 3#%(,1 ,<"' - &* %(#@?"* +@<,' 3#%(/(A@?(&1 (#(3,"* ,&#(3* (%* - &"(8#1 (&#3' (' (>2* "3' 3* /(A@?(' (8,3' 3* (>F* %($* "& - 8* E) * . * "G#(8#- % <"' "(&#3#%(#%(%* @%(* %#"N#%- #(* - 8#"' X"(' (8#* %G#(%#8,' >(* - &* (#%(2' ,""#%(* (#%(%* @%(F' 2,& - &* %(3* (&#3' %(' %(8#- 3,NY* %E

(

4!5; 4!

!

7 %,- &* ". * - NY* %(3* %& - ' 3' %(' ("* %#>-* "(3* %<@ >3' 3* %($#3* 1 (' 3A@?","(+#"1 ' %(1 Z>&$'> %(1 ' %(3* . * "G#($' "&"(3@?1 ' (. ,%G#(<>#2' >(3' ($* %%#' /(3@?1 ($' "W1 * &#(8#- +,<@?' 3#($* >#%(,- &* "* %%* %(3* (8' 3' (@?1 ' (3* %& %* ($* >#(8#- X@? &#(3* (3,"* ,&#%(A@?(' (&#3#%(' %%,%& 1 E(V#3' (' (,- &* ". * - NG#(%<- ,+,8' &, ' (3* . * (<' "' - &"(' (8##"3* - ' NG#(* - &* (' %(' 31 ,- ,%& NY* %(* - . #> ,3' %(* (%* @%(%* ". ,N#%E i ($"* 8,%#/(,<@ >1 * - &/(* - 8#"' X"(' (8#>-2#"' NG#(3' %(' 31 ,- ,%& NY* %(8#1 (' (%#8,* 3' 3* (8,. ,>(>. "* (* (3* 1 #8"' &8' 1 * - &(#"<' - ,\ ' 3' (* 1 (,- %&&@NY* %(3#(8F' 1 ' 3#(%* 8&#"(&* "8,' ",#/(#"<' - ,\ ' NY* %(- G#(<#. * "- ' 1 * - &,%(* (' %%#8,' NY* %(' - ' >#<' %E

(

4!5<4!

!

7 (8,3' 3* (3* . * "' (* %&1 @? "(#(' %%#8,' &, ,%1 #(* - A@?- &#(1 #3#(3* ($' "&8,$' NG#(* (8#"" * %$#- % 2,-B3' 3* (8D,8' (8#1 (#(#2X8&+ #(3* (' - ' >% "(' %,- &* ". * - NY* %($' "' (#(% ". ,N#(3' (8#1 @,3' 3* ((* (3* (#2& "(* (3,+@?3,"(' (,- +#"1 ' NG#/(#%1 ' &, ",' ,%(* (' %,3* ,' %($* "1 ,&- 3#(#(3* %* - . #> ,1 * - &#(%#8,' >(1 #"' >(* (8@&@?' >(3' %($* %#' %E! #"(% @?> 3#/(3* . * "' (8#- &,2@?"(- ' (+#"1 ' NG#($' "' (' ($' "&8,$' NG#(- #%($"#8* %#%(3* (&#1 ' 3' (3* (3* 8,%Y* %(3* ($?> - * ' 1 * - &#(* (<* %&G#(A@?(* H,<* (' (. ,3' (' %#8,' &, ' E(

(

4!5=4!

!

_ (1 @ ,8D$,#(3* . * "' (<' "' - &"(@?1 ' (,- +#"1 ' NG#(%@?&8,* - &* (* (8#1 $"* * - %D* >(* (* - 8#"' X"(#%(%* @%(F' 2,& - &* %(' (,- +#"1 ' "* 1 M%E 7&* - & (' #(. ' >#"(A@?(%<- ,+,8' (%* >* 88,#- ' "/(8#1 $"* * - 3* "(* (&" &"(' (<"' - 3* (A@ - &3' 3* (3* (,- +#"1 ' NG#(' 8&@?1 * - &(3,%$#- D* >(/(' (8,3' 3* (* 3@8' 3#"' (3* . * "' (#+* "* 8* "(#%("* 8@%#%(A@?(* %& "G#(' #(' >8' - 8* (3* (&#3#%E_ (1 @ ,8D$,#(3* . * "' (,3* - &+,8' "(#%<"@$#%(A@?(- * 8* %%& 1 (3* (@?1 ' (' X@8' ($* "%#- ' >\ ' 3' (* (8#>#8' "(a(%@?(3,%$#%(NG#($#- &#%(3* (,- +#"1 ' NG#/(#",* - & NG#(* (' 8#1 $' - F' 1 * - &#(* %$* 8,' >\ ' 3#%E

(

7 #(1 * %1 #(& 1 $#/(3* . * "' ($"* . * "($"#<"' 1 ' %(+#"1 ' &, #%(- ' %(& 8- #>#<,' %(3* (,- +#"1 ' NG#(* (8#1 @ ,8' NY* %(3,",<,3#%(' (&#3' %(' %(,3' 3* %(* (<"@$#%(%#8,' ,%(' (+,1 (3* (8#1 2' & "(' %(- #. ' %(+#"1 ' %(3* (* H-B>@%G#E(

(

(

(

(

(

(

(

(

(

(

(

(
(

4!6>4!

!

7(8,3’ 3*(*3@8’ 3#"’ (3*.*"‘ (#+*"*8*"(’ (&#3#%#%%@%F’ 2,& -&%(*-A@-&#(#2X8&#(
8’ 3’ (.*\(1 ’ ,%-*8*%%",#(a(8#1 @,3’ 3*/(@’ (#"1 ’ NG#(%#2"*(#%.’ >#"*%(*(’ %
$"‘ &8’ %3’ (8,3’ 3’ -,’ (3*1 #8"‘ &8’ [(#(" *%$*,&#/(’ (&#>*"W8,’ /(’ ($’ "&8,$’ NG#/(’ (
"*%$#-%2,>3’ 3*(*(#(,-&"*%%(*$*>(8#,%($Z2>8’ /(%@%$"#<"’ 1 ’ %(%@%2*-%*(
%". ,N#%E(

(
(

!

?%&(;’ "&(*H$",1 *(#(8#1 $"#1 ,%#(’ %%@1 ,3#($*>%8,3’ 3*%A@’ (%@2%8"*.*1 (8#1 (
&#3#%#%.’ >#"*%*($",-8D$,#%A@(-*>(%(1 ’ -,+%&1 E() *+,-*M%(8#1 #(’ 2*"&(a(%@(
$"F$",’ ("*-#"1 ’ (*(3*.*"‘ (%"(’ 3* A@3’ (’ #%’ %$*8&#%A@(’ ("‘ $,3’ (*.#>@NG#(%#8,’ >
*H,<,"‘ (-#(+@&@#E(

(
(
(
(
(
(
(
(
(
(
!

!

(

!

!

(
(
(

!

(

!

!

(
(

!

oferta

no concelho

2009/10

MUNICÍPIO DE

Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA):

- EFA B1 (equivalente ao 4º ano)
- EFA B2 (equivalente ao 6ºano)
- EFA B3 (equivalente ao 9ºano)

Haverá ainda oferta de dois cursos a funcionar no Estabelecimento

Ensino regular - 3.º Ciclo:
Introdução às Artes Plásticas
Música
Espanhol

Cursos de Educação e Formação:
Curso de instalação e operação de sistemas informáticos - Nível II
Curso de instalação e operação de sistemas informáticos - Nível I

2009/10

oferta

no concelho

Ensino	Ano	Cursos	Característica
Básico	Curso de Educação e Formação		Empregado Comercial
Secundário	10.º Ano	Científico Humanísticos	Ciências e Tecnologias
			Ciências Socioeconómicas
		Profissionais	Comunicação- Marketing, Relações Públicas e Publicidade
			Desporto
	11.ºAno	Científico Humanísticos	Ciências e Tecnologias
			Ciências Socioeconómicas
		Profissional	Secretariado
		Tecnológicos	Desporto
	12.º Ano	Científico Humanísticos	Ciências e Tecnologias
			Ciências Socioeconómicas
		Profissional	Secretariado
		Tecnológicos	Desporto

educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação

2009/10

oferta

no concelho

Escola Secundária [redacted]

Ensino regular - 3.º Ciclo

Línguas Estrangeiras:

Inglês
Francês
Espanhol

Oferta Área Artística:

Escultura
Cerâmica
Teatro

Oferta de Escola:

CLE – Competências Linguísticas Essenciais (7.º e 8.º anos)

Ensino	Ano	Cursos	Característica
Básico	Curso de Educação e Formação - Tipo 3		Operador de Sistemas Informáticos (duração de 1 ano, confere certificação de 9.º ano)
Secundário	10.º, 11.º e 12.º Anos	Científico Humanísticos	Artes Visuais
			Ciências e Tecnologias
			Línguas e Humanidades
	10.ºAno	Profissionais	Técnico de Recepção (Família profissional de Hotelaria e Turismo)
			Técnico de Mecatrónica (Família profissional de Electricidade e Electrónica)
	11.º Ano	Profissionais	Técnico de Mecatrónica (Família profissional de Electricidade e Electrónica)
			Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos (Família profissional de Informática)
	12.º Ano	Profissionais	Técnico de Informática de Gestão (Família profissional de Informática)
			Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar (Família profissional de actividades agrícolas e agro-alimentares)
			Técnico de Electrónica Automação e Comando (Família de Electricidade e Electrónica)

Educação extra-escolar (regime diurno):
Inglês e Informática.

Ensino Nocturno:
Ensino recorrente de Nível Secundário - 10.º, 11.º e 12.º anos (Módulos capitalizáveis)
EFA Secundário – Educação e Formação de Adultos – Equivalência ao 12.º ano
EFA B3 - Educação e Formação de adultos - equivalência ao 9.º ano
Educação Extra-Escolar Regime Nocturno: Português para Estrangeiros

2009/10

oferta

no concelho

- Curso Profissional de Técnico de Gestão - Portaria 899/05;
- Curso Profissional de Animador Sociocultural - Portaria 1280/06;
- Curso Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos - Portaria 897/05.

Licenciaturas:

- Licenciatura em Educação Básica;
- Licenciatura em Educação Social e Desenvolvimento Comunitário;
- Licenciatura em Restauração e Gestão de Unidades Alimentares;
- Licenciatura em Educação Física, Desporto e Lazer.

Pós-Graduações:

- Educação Especial, com especialização no domínio cognitivo e motor;
- Segurança Alimentar;
- A Criança e o Jovem em Risco;
- Tecnologia Educativa;
- Educação Física.

Estão ainda disponíveis Acções de Formação Contínua, creditadas mas não financiadas, para docentes e formação profissional financiada no âmbito do Plano Operacional do Potencial Humano - POPH:

- EFA – Educação e Formação de Adultos – Técnica de Acção Educativa;
- UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração (diversas áreas);
- EFJ – Educação e Formação de Jovens (sem 9º ano e menos de 23 anos de idade):
  . Assistente Familiar e de Apoio à comunidade;
  . Acompanhante de Acção Educativa.

educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação

1. Educação e Formação de Adultos:

- Empregado de mesa – para desempregados com o 6.º ano e com mais de 18 anos. Dará equivalência ao 9.º ano e terá lugar em Outubro.
- Técnico de Acção Educativa - para desempregados com mais de 23 anos e com o 9.º ano. Dará equivalência ao 12.º ano e terá lugar em Julho
- Técnico de segurança e higiene no trabalho - para desempregados com mais de 23 anos e com o 9.º ano. Dará equivalência ao 12.º ano e terá lugar em Junho.

2. Técnico de informática:

Aprendizagem nível III, para jovens com 9.º ano completo. Terá lugar em Maio.

3. Segurança e Higiene no Trabalho:

60 horas – formação continua – empregados - 11 Maio

Para obter um reconhecimento das suas competências escolares e profissionais poderá dirigir se ao Centro Novas Oportunidades - CNO – é dado pelo Centro de Formação de , no , durante todo o ano. Está dependente da inscrição no local para empregados, no seguinte horário de atendimento: 2.ª feira e 5.ª feira, das 15h00 às 19h00. Os desempregados deverão dirigir-se ao Centro de Emprego de

educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação
educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação educação

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 1

Albufeira • Almada • Amadora • Azambuja • Barreiro • Braga • Cascais • Chaves • Coimbra • Esposende • Évora • Grândola • Guarda • Leiria • Lisboa • Loulé • Loures • Moura • Odivelas • Oliveira de Azeméis • Palmela • Paredes • Portimão • Porto • Rio Maior • Sta. Maria da Feira • S. João da Madeira • Santarém • Sever do Vouga • Sintra • Torres Novas • Trofa • Vila Franca de Xira • Vila Real

REDE PORTUGUESA das CIDADES EDUCADORAS

Boletim nº9 | 2009

Editorial

Educador[illegible] Cidade Maravilhosa

Quando no[illegible]paramos com esse grande pilar da sociedade que é a Educação, [illegible]alta-nos a mesma pergunta que assaltou os Titãs: "Temos fo[illegible]e quê?" [illegible]não é difícil partir do pressuposto de que cada cidad[illegible]do que [illegible]mente fome, é de conhecimento. Dentro de uma c[illegible]e educ[illegible]onhecimento que queremos criar porque acredita[illegible]que e[illegible]rota o pão que alimenta, e a criatividade que em[illegible]e i[illegible]do humano.

Isto pr[illegible]õe que a Ed[illegible]o seja um conceito que ultrapasse os limites do[illegible]rtões das e[illegible]s. É um conceito global que abrange, por exemp[illegible]esde a mais r[illegible]entar técnica de fazer pão, à mais sofisticada ope[illegible]ecnológica; [illegible]mples regra de atravessar uma passadeira, à n[illegible]vada inve[illegible]o em torno da saúde. Todo o saber tem lugar n[illegible]idade mara[illegible]a que possui o título "Cidade Educadora". É [illegible]ade que s[illegible]enta do saber de todos nós – e que o respeita e i[illegible]a a frutifi[illegible]da vez mais e melhor.

Não é [illegible]proces[illegible]riação que define a nossa espécie nas suas diversas perspectiv[illegible]omo faber, homo ludens, homo aesteticus, homo economicus [illegible]hierarquicus… Tantos homos: poderemos unificá-los todos? Talv[illegible]talvez no homo imaginarius.

Mas como [illegible]ewis Carrol à menina que se tornou na personagem da célebre [illegible]no País das Maravilhas", para criar, há primeiro que imagin[illegible]os que o país não é de maravilhas, mas pela imaginação, pela [illegible]cação, pelo raciocínio e pelo emp[illegible]o, podemos torná-lo em algo b[illegible]elhor do que aquilo com que nos d[illegible]aramos. O conceito de "cidade edu[illegible]dora" ao qual damos forma, irá, indubitavelmente, dar-nos a certeza d[illegible]ma geração mais criativa e consciente, mais sabedora e crítica irá s[illegible]ossa.

Obviamente, há que envolver toda a comunidade neste conceito.

Como diria Rilke, "se os nossos caminhos se cruzarem, óptimo. Se não, não há nada a fazer", a não ser, claro, continuarmos a insistir em sermos cidades educadoras para que a partir deste pilar possamos de facto instituir o diálogo [illegible]e linhas teóricas e criativas diferenciadas. E, por fim, dizermos [illegible]rebuços: valeu a pena!

José Carlos Martins Rola

[illegible]ente da Câmara Municipal de Albufeira e Vereador dos Pelouros [illegible]os Humanos, Gestão Financeira, Modernização Administrativa, Sistemas de Informação, Obras Particulares e Energias Alternativas

Encontro Nacional

Loulé Recebe Encontro da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras

Teve lugar em Loulé, no passado dia 20 de Novembro de 2008, mais um Encontro da Rede Territorial Portuguesa, no qual estiveram presentes **18 municípios da Rede Portuguesa.**

O Encontro teve o seu início com uma Conferência realizada por Graça Guedes, investigadora que desenvolveu um trabalho profundo de análise da experiência desenvolvida pela cidade de Barcelona, cidade onde, em 1990, nasceu a Ideia e a Carta para as Cidades Europeias, a partir da qual se formou a Associação Internacional das Cidades Educadoras. Na sua comunicação, Graça Guedes delineou a estrutura do seu estudo relativo ao **Projecto Educativo da Cidade de Barcelona**, comparando-o com Portugal.

Iniciaram-se os trabalhos com informações sobre as **reuniões do Comité Executivo, que tiveram lugar em Budapeste, nos dias 14 e 15 de Novembro** com a participação de Lisboa. Igualmente se deram informações sobre as novas adesões dos Municípios Portugueses - **Guarda, Vila Franca de Xira e Lousã**.

Seguidamente, **Évora** foi anunciada como a cidade organizadora do **III Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras**, nos dias 7,8 e 9 de Maio de 2009, com o tema: "*A Educação como património e o património como agente educador*". Neste âmbito, os colegas de Évora fizeram uma pequena apresentação do Congresso.

Foi passada uma apresentação sobre a **Memória de Actividades (2006/2008)**, referente ao mandato da Comissão de Coordenação da Rede Portuguesa, tendo-se seguido o **processo de eleição da nova Comissão de Coordenação, para o biénio 2008/2010**.

O processo eleitoral decorreu em três voltas em virtude de terem surgido municípios empatados. Finalmente, a **Comissão de Coordenação ficou com a seguinte composição: Albufeira, Grândola, Torres Novas, Vila Real, Sta. Maria da Feira, Évora e Lisboa**.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 2

O Projecto Educativo Municipal segundo o Conceito de Cidade Educadora*

Por: Nelson Costa

Actualmente não devemos dissociar o desenvolvimento de uma cidade, ou de um concelho, dos princípios da Cidade Educadora: a cidade onde a população de todas as idades se encontra no centro de uma rede onde irradiam escolas, empresas, movimento associativo, museus, bibliotecas... Uma rede baseada em valores e princípios de formação ao longo da vida, que procura propostas integradoras, que afirma o carácter aberto, dinâmico e evolutivo do mesmo espaço territorial, que acolhe todas as dimensões dos conceitos de educação integral e de educação permanente.

Um projecto educativo municipal não deve, portanto, acolher apenas os programas destinados às escolas e ao público escolar. Deve, também, considerar como educadores os projectos municipais de índole urbanística, social, económico e até cultural – para todos os públicos, e não só o escolar.

A coordenação das entidades e instituições que oferecem actividades e projectos educativos urge. As propostas educativas que fervilham na cidade devem ser geridas em rede. A nossa proposta segue a linha do que já acontece noutras cidades do Mundo: a criação de um Conselho de Coordenação Pedagógica, que numa primeira fase integraria todos os sectores e Pelouros da Câmara com projectos educadores, e numa segunda fase as demais entidades da cidade, tais como as bibliotecas, os museus, os centros de ciência e ambiente, organismos da sociedade civil, empresas, etc.. Este Conselho teria como objectivo geral optimizar a cidade como agente educativo e ampliar as possibilidades que as crianças, jovens e adultos têm de aprender com ela. Como objectivos específicos, o Conselho trataria de reunir as entidades cidadãs com projectos educativos, construir instrumentos de selecção de actividades e de avaliação das mesmas, gerindo racionalmente os recursos. Uma condição preliminar para alcançar estes objectivos é a criação de canais de informação e de difusão, permitindo assim o conhecimento dessa oferta para que todos, sem excepção, possam ter fácil e rápido acesso à informação, promovendo o seu acesso generalizado.

Com o Conselho de Coordenação Pedagógica, pretender-se-ia assegurar uma melhoria e ampliação constante das propostas educativas, de acordo com as necessidades detectadas. A melhoria qualitativa das actividades educativas oferecidas por essas entidades, tanto no que concerne aos conteúdos como a metodologias. Uma das vias para conseguir esta melhoria é a formação permanente dos profissionais que organizam e desenvolvem os diferentes projectos. O Conselho também deveria ter como missão o diálogo e o trabalho conjunto entre as entidades e as escolas, para que as propostas educativas correspondam às necessidades educativas locais. Aqui, os professores devem ter um papel activo e não de mero utilizador.

O Projecto Educativo Municipal, construído em rede, facilitaria o que consideramos os pressupostos essenciais para o planeamento educativo: a definição de um diagnóstico da situação real, que permitisse definir os problemas existentes com clareza; a selecção criteriosa das áreas problemáticas a intervir e, perante isso, a implementação das estratégias que pudessem conduzir à solução dos problemas; a programação das actividades e projectos a desenvolver com critério e método; a construção de instrumentos de avaliação de modo a possibilitar, a qualquer momento, o ajuste na estrutura do projecto.

Os projectos educativos dos Municípios não devem privilegiar apenas as actividades organizadas pela própria Câmara. Ora, o meio local – a cidade/ o concelho – oferece normalmente uma grande quantidade de oportunidades educativas para a escola: actividades e projectos em Museus, Bibliotecas ou Associações, concertos ou peças de teatro, contacto directo com profissionais de diversas áreas técnicas especializadas. Esta oferta deve permitir incrementar as experiências culturais dos alunos, como um instrumento poderoso para construir conhecimento a partir da experiência e dotar de significado a aprendizagem em cidadania; pode ser usada como ponto de partida para a motivação dos alunos, como um recurso para recolher informação e transformá-la em conhecimento. Para isso, a planificação e gestão educativa destas actividades requer a formulação de objectivos pedagógicos, onde a participação do docente se torna imprescindível como elemento garante da integração curricular.

(*) Retirado do trabalho de dissertação de Mestrado por COSTA, Nelson "A Planificação Educativa dos Municípios da Área Metropolitana do Porto, segundo o conceito de cidade educadora".

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 3

Cada vez mais um maior número de entidades públicas e privadas, ao oferecerem programas educativos, convertem-se em agentes educativos dessa cidade. Muitas dessas Associações, Instituições ou serviços públicos, têm como missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Um museu ou uma biblioteca, um parque, um centro de ciência e até uma empresa são cenários ricos em estímulos intelectuais e emocionais que, se adequadamente articulados e inter-relacionados com os programas curriculares, podem facilitar a construção de aprendizagens significativas. Por outro lado, a criança e o jovem precisam de observar e experimentar! A experimentação é um factor basilar para a construção do conhecimento e a sua limitação, pode constituir uma falha decisiva no processo de crescimento do saber. Os alunos chegam à escola com grandes diferenças de conhecimento entre si – fruto de realidades sociais muito diferentes e divergentes. A escola pode compensar estas desigualdades, proporcionando experiências de qualidade recorrendo às facilidades que o meio oferece.

E aqueles que já não se encontram na escola? A sociedade de hoje exige uma educação ao longo da vida. Que oportunidades de educação e formação tem um jovem ou adulto que já saiu da escola? Quem cuida da formação desses cidadãos? Quem facilita o conhecimento das ofertas diversificadas da cidade? Quem assegura que as actividades têm, de facto, valor acrescentado no saber e no conhecimento? O Município será, na nossa óptica, depois de consultados diversos especialistas, a entidade mais capaz para coordenar estes projectos, facilitando o trabalho em rede e as parcerias.

Nota Bibliográfica:

Nelson Costa, natural de Oliveira de Azeméis, tem participado no movimento associativo local, destacando-se a organização desde há 12 anos de "Era uma vez… Mercado à Moda Antiga", considerado o maior projecto cultural daquele concelho. Em 1999 assume funções no Município de Santa Maria da Feira onde, entre outras funções, foi Adjunto da Vereação. Nesse âmbito, foi responsável técnico pela criação da Divisão de Educação naquele município, de um Centro Municipal de Recursos Educativos, dos primeiros passos da rede de Bibliotecas Escolares, de uma Escola de Educação Rodoviária e, entre outros, do primeiro projecto educativo transnacional. Em 2006 é requisitado pelo Município de S. João da Madeira, onde actualmente coordena os serviços de Educação. Academicamente, é Mestre em Supervisão e Coordenação de Educação, tendo o seu trabalho de dissertação versado o projecto educativo municipal na óptica dos princípios da cidade educadora.Participou em 2007/08 como bolseiro em seminários/acções de formação em Colónia, Bucareste, Praga, Roma e Barcelona.

Albufeira

Concurso " Olh'Ó Infractor"

No dia 25 de Outubro de 2008, realizou-se o **II Concurso "Olh'Ó Infractor"** que é uma iniciativa da Escola de Trânsito de Albufeira - Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Albufeira.

Pretende-se com este concurso envolver condutores e futuros condutores, alertando para as consequências que poderão advir das infracções que são cometidas na via pública.

Os participantes fizeram um registo fotográfico das infracções detectadas na via pública, ao longo do dia em que o concurso decorreu. Esta iniciativa é aberta à população em geral e este ano contou com um total de 42 participantes, entre eles três grupos de jovens do Agrupamento de Escuteiros de Albufeira.

Posteriormente as fotografias foram apreciadas por um júri que seleccionou o 1º, 2º e 3º prémio, aos quais foram atribuídos cheques no valor de 500€, 200€ e 100€ respectivamente.

No dia 12 de Janeiro de 2009 foi inaugurada a exposição das fotografias na Escola de Trânsito de Albufeira. Esta exposição encontra-se aberta ao público e decorre até 13 de Fevereiro de 2009, de segunda a sexta, das 9h às 17 h.

Este ano verificou-se uma maior diversidade nas infracções fotografadas, bem como um acréscimo da gravidade das mesmas.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 4

Almada

Sítio Municipal Cidade Educadora
www.m-almada.pt/cidadeeducadora

A Câmara Municipal de Almada inaugurou no dia 5 de Novembro de 2008, **um novo sítio temático Almada Cidade Educadora**.

O Museu da Cidade acolheu também na cerimónia de lançamento deste sítio especializado, uma conferência subordinada ao tema das Cidades Educadoras e o Desenvolvimento Local, com a participação do Professor Dr. João Pinhal da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e da Dr.ª Lurdes Rabaça /Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete "Lisboa, Cidade Educadora".

Este novo recurso facilita, entre várias possibilidades, a localização de uma escola, saber quais as suas características e respectivo projecto educativo, através da pesquisa na Base de Dados da Rede Educativa. As informações sobre os apoios sócio-educativos, edições, ligações para os outros sítios de interesse educativo, também estarão disponíveis nestas páginas.

Navegando por estas páginas, torna possível encontrar recursos construídos a pensar nos alunos e nos professores das nossas escolas. Fazer um livro, preparar uma apresentação de slides ou fazer um puzzle digital com base em desenhos carregados pelos alunos, são algumas das propostas da Mala de Ferramentas, disponível na aplicação Viagens com Arte.

Em Trilhos Percorridos podem também encontrar informação sobre ateliers para realizar nas salas de aula. Os mais novos podem ainda fazer o jogo "Dah em Almada" onde, juntamente com um extraterrestre, fazem um percurso por todo o concelho, dando respostas a vários desafios.

Para facilitar o acesso à informação sobre a rede pública e privada, está disponível uma base de dados com os vários estabelecimentos educativos. Permite-se ainda, o acesso aos recursos educativos municipais e outros através de outra base de dados que facilita a busca por faixa etária entre outras opções. A pesquisa pode ser ainda realizada pelos outros menus disponíveis relacionados com a Cidade Educadora.

Este sítio municipal tem ainda uma agenda de eventos, formulários e muita informação destinada aos mais novos.

O novo Sítio Almada Cidade Educadora pretende reunir e disponibilizar conteúdos de natureza educacional, contando com a preciosa participação dos vários agentes locais.

Azambuja

Biblioteca Municipal
"Centro Cultural Grandella"

Inaugurada em 31 de Janeiro de 2009, a **Biblioteca Municipal "Centro Cultural Grandella"** vem completar a Rede de Bibliotecas Municipais, após a inauguração em Dezembro da Biblioteca Municipal Conselheiro Frederico Arouca, em Alcoentre.

Assim, as três Bibliotecas Municipais, que compõem a Rede, são uma das formas do município enquadrar um dos princípios da Carta das Cidades Educadoras *"(…) prever uma politica ampla…compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal, informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade."*

No âmbito das Bibliotecas Municipais uma das componentes que valorizamos em Azambuja, é a articulação com as Bibliotecas Escolares e com as Escolas.

No enquadramento dessa articulação há oportunidade para uma tripla intervenção:

- **Técnica:** que passa pelo equipamento e organização das bibliotecas, pela catalogação do fundo documental e pela formação dos dinamizadores das bibliotecas escolares.
- **Animação:** com a promoção de "Horas do Conto", sempre relacionados com a cultura e identidade do concelho e outras actividades que sensibilizem para o livro e a leitura.
- **Parceria:** em que por iniciativa do município ou da escola se desenvolvam actividades conjuntas como o "Concurso Literário" ou o "Clube da Biblioteca", com actividades de promoção do livro e da leitura, com relação aos projectos curriculares de turma.

Sempre com a preocupação de estabelecer pontes entre o informal, o não formal e o formal, as Bibliotecas Municipais constituem-se como um dos elementos privilegiados na consecução dos objectivos das Cidades Educadoras.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 5

Barreiro

"TENS ATITUDE?"
Projecto de Separação de Resíduos nas Escolas do Concelho do Barreiro

O projecto **"Tens Atitude?"** surgiu de um conjunto de reuniões entre os estabelecimentos de ensino do concelho e a Autarquia, onde se transmitiram as lacunas que existiam na sensibilização dos alunos, ao nível da educação ambiental, principalmente no que diz respeito à gestão de resíduos produzidos nas instituições e à inexistência de ecopontos para uma correcta separação dos resíduos na fonte.

Conscientes de que a educação de hábitos e costumes nas escolas passa directamente para o ambiente familiar, e vice-versa, tornou-se pertinente construir uma campanha de educação ambiental focalizada no público-alvo e no objectivo a atingir, ou seja, aumentar a percentagem de resíduos encaminhados para reciclagem e diminuir a taxa de deposição em aterro.

A autarquia procedeu ao levantamento das necessidades de ecopontos em cada escola. Assim, foram cedidos cerca de 200 ecopontos de 120L, 250 ecopontos domésticos e 8 compostores, às Escolas Secundárias numa primeira fase e, já este ano, às EB 2/3, com o apoio do Grupo CUF.

Os contentores de maior dimensão foram distribuídos pelas áreas exteriores das escolas, bar e refeitório, enquanto que os de menor dimensão foram colocados em todas as salas de aula. Relativamente aos compostores, foi fomentado o espírito de aproveitamento dos resíduos orgânicos para a produção de composto, a utilizar nos diversos espaços verdes das escolas.

Foi ainda criada uma imagem publicitária forte e atractiva ao público-alvo (adolescentes), que foi utilizada para produzir todo o material de divulgação.

Neste projecto, deu-se especial importância à formação, tendo sido realizadas várias acções de sensibilização, junto dos alunos, professores e funcionários, com o objectivo de esclarecer dúvidas e apelar à participação de todos.

O projecto foi recebido com imenso entusiasmo por toda a comunidade escolar; a afluência às sessões de esclarecimento contou sempre com uma forte participação e interacção.

Após o 1º trimestre sobre a inauguração e implementação do projecto, verificou-se que a percentagem de resíduos colocados nos ecopontos junto às escolas aumentou consideravelmente, diminuindo a quantidade colocada nos contentores municipais para RSU. Por parte dos alunos, registou-se também uma maior disponibilidade para as questões relacionadas com a gestão de resíduos.

A estreita relação que se criou com a comunidade escolar e a forte adesão ao projecto, permitiram conhecer outras preocupações das escolas, nomeadamente ao nível da gestão de resíduos como os óleos alimentares e lâmpadas, o que revela uma maior consciência ambiental de todos os intervenientes. A autarquia procurará arranjar uma solução conjunta para as questões colocadas, procurando melhorar o desempenho ambiental das escolas do concelho.

O **"Tens Atitude?"** é assim um projecto assente em pilares de cidadania e do contributo que cada cidadão pode ter, ao nível da melhoria da qualidade ambiental do concelho, região e país.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 6

Braga

Transferência de Competências para o Município de Braga

A Educação tem sido um dos pólos de convergência das políticas desenvolvidas no país. As Escolas são o local onde que se concretizam as políticas educativas, passando actualmente de meros espaços físicos de ensino, para organizações estruturadas, complexas e dinâmicas, resultantes da diversidade das actividades que hoje nela são desenvolvidas. O seu impacto na sociedade é de tal ordem que actualmente qualquer medida lançada tem repercussões no meio educativo.

Consciente deste impacto, o Ministério da Educação tem desenvolvido o seu trabalho em parceria com as autarquias de forma a adaptar as políticas e as medidas desenvolvidas à realidade específica de cada meio urbano. Até agora, esta partilha tem-se desenvolvido no âmbito dos jardins-de-infância e das escolas do 1.º ciclo, nos domínios da afectação de recursos humanos não docentes, de instalações e de equipamentos e de apoio social escolar aos alunos, mas o desejo do desenvolvimento de uma "cooperação estratégica" entre o Governo e os Municípios levou ao "alargamento" da transferência de competências para as autarquias, a novos sectores.

A transferência de competências abrangerá o pessoal não docente, a acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, os transportes escolares no 3.º ciclo, a componente de apoio à família na Educação Pré-Escolar, as actividades de enriquecimento curricular e a manutenção e gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos. As "nuances" das implicações desta transferência de competências levaram ao estabelecimento de contratos individuais com as autarquias interessadas.

A Câmara Municipal de Braga ratificou, no passado dia 25 de Setembro, o seu contrato assumindo novas competências na área da Educação. O contrato define as condições de transferência das competências referentes ao pessoal não-docente das escolas básicas e da Educação Pré-Escolar, a actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico e à gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. No que se refere ao pessoal, a Câmara Municipal passa a efectuar o recrutamento, afectação, colocação, renumeração, homologação da avaliação de desempenho e poder disciplinar competente.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, o Ministério da Educação transfere para o Município o montante relativo aos vencimentos-base e encargos sociais dos funcionários constantes de uma listagem para o efeito elaborada, mantendo-se a situação actual relativa à ADSE, cujos encargos correm por conta da Administração Central.

O pessoal não-docente transferido mantém o direito ao vínculo, à carrreira, à categoria, ao escalão e ao índice detido à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 144/2008, bem como ao regime de mobilidade geral para quaisquer serviços ou organismos da Administração Central e ao regime de mobilidade especial por solicitação.

Cascais

Escola Nova com Equipamento Interactivo e Inovador, Smart *us*

A Câmara de Cascais, continuando na sua política de requalificação do parque escolar, contará a partir de Fevereiro, com uma nova escola, um novo edifício que substituirá os pré fabricados onde, até à data funcionou a designada Escola EB 1 nº 2 da Galiza.

Esta escola, construída de raiz, foi concebida para ser uma escola inclusiva. Tanto o espaço interior, dotado de elevadores, como o logradouro, são espaços acessíveis a todas as crianças.

A escola tem 4 salas para o 1º ciclo, 1 sala para jardim de infância, amplo espaço para desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular e componente sócio-educativa, 2 salas para apoio a crianças portadoras de deficiência, biblioteca/mediateca, refeitório e cantina equipada para confecção de refeições. Nesta escola está sediado o Núcleo de Apoio a Deficientes auditivos do Concelho de Cascais

Todas as salas estarão equipadas com quadros interactivos.

O logradouro tem um espaço para horta pedagógica, campo para jogos polivalente, espaço polivalente coberto para a pratica da educação física e no exterior uma nova aposta de carácter lúdico e educativo, o denominado **smart *us*** .

Este equipamento e o software associado, que resultou de uma parceira entre a Nokia e a universidade de Lapland na Finlândia, pretende transpor para a actividade no exterior o conceito de jogos interactivos, aliando o contributo de especialistas de educação no seu desenvolvimento, tecnologia e design.

O **smart *us*** propicia a realização de jogos de equipa na escola e competições com outras escolas no país ou fora dele, que tenham o smart *us*, promove a actividade física, contrariando hábitos de vida mais sedentários tantas vezes causadores de obesidade infantil e posturas incorrectas nas crianças destas idades. Este equipamento pode também ser utilizado como uma ferramenta de demonstração de princípios matemáticos.

A aplicação de softwear permite aos utilizadores criarem os seus próprios jogos. Desta forma, as crianças fazem exercício físico sem se sentiram obrigadas a tal o que terá reflexos na diminuição da obesidade infantil e na sua socialização.

Esperamos conseguir, com esta escola, proporcionar um melhor desenvolvimento pessoal e social das nossas crianças. Criámos condições para aprender, brincando…

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 7

Chaves

"Energy Bus" passou por Chaves

Entre 15 e 18 de Outubro de 2008, esteve presente em Chaves, um autocarro temático – **"Energy Bus"**, em torno da utilização racional da electricidade, lançado pela EDP.

O objectivo principal deste projecto é informar, sensibilizar e promover o consumo eficiente da energia eléctrica em Portugal.

O **"Energy Bus"** está a percorrer o país inteiro, proporcionando a todos os visitantes uma viagem diferente e interactiva, com equipamentos de demonstração de novas tecnologias, experiências, painéis informativos, folhetos e conselhos úteis, que certamente ajudarão os portugueses a adoptarem comportamentos mais eficientes e amigos do ambiente.

Este projecto é desenvolvido pela EDP, em parceria com o Instituto Superior Técnico (IDMEC-IST) e TerraSystemics, sendo uma das várias medidas aprovadas no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo, aprovada pela ERSE- Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Mais de 1000 alunos, das várias escolas da cidade passaram pelo "Energy Bus" e também a população local, onde puderam visualizar todas as demonstrações expostas. No final foram brindados com várias ofertas para as suas escolas, sobre a temática da utilização racional da electricidade.

Esposende

"Esposende, Ensaio Urbano de Vila a Cidade – Processos de Transformação"

A exposição **"Esposende, Ensaio Urbano de Vila a Cidade – Processos de Transformação"**, patende no Museu de Esposende, resulta de um programa de investigação intitulado **"Ensaio Urbano"** que se iniciou em 2002 e que decorre até 2010. Apresenta uma interpretação da evolução de Esposende de Vila a Cidade nos últimos 100 anos, através de fotografias inéditas provenientes de arquivos particulares e álbuns de família, maquetas, textos escolhidos, documentos de arquitectura, desenhos, processos de obra, mapas e cartografia de época, testemunhos materiais entre o passado e o presente do lugar.

Integrado no Projecto **"Esposende, Município Educador"**, o programa "Ensaio Urbano" está orientado para mostrar o território antropomorfizado e o aspecto educativo do planeamento, a forma de ver a cidade e a sua interacção com as pessoas que a habitam, dando à Educação uma função privilegiada na sociedade contemporânea, dinamizadora do desenvolvimento pessoal, criadora de pensamento e do conhecimento científico, impulsionadora de desenvolvimento socio-económico, e dando à Cultura competências para formar e solidificar saberes, criativos e específicos de cada contexto, contribuindo para o enriquecimento da sociedade.

O programa contempla acções de comunicação para todos os públicos (visitas guiadas à exposição e à envolvente urbana exterior do Museu, catálogo, multimédia, produtos de Loja) e Serviços Educativos, destinados a todos os públicos, em particular à comunidade escolar e à comunidade sénior local (workshops, oficinas, encontros, seminários, jogos de rua e ateliers integrados), que pretendem promover junto da comunidade local um conjunto de iniciativas a pretexto da exposição e do projecto que ela integra, para descobrir de forma criativa o Museu e para estudar, interpretar, explicar e promover Esposende, de vila marinheira a destino balnear, de meio de fortes influências rurais a meio urbano e cosmopolita actual.

Inaugurado em 19 de Agosto 1993, instalado no edifício do Teatro-Club (1911), o Museu de Esposende tem proporcionado de forma directa ou indirecta, as mais diversas manifestações sócio-culturais e educadoras, muitas delas pioneiras, sendo um indiscutível marco cultural do concelho, assumindo-se como uma porta local de acesso à cultura, ao conhecimento, à aprendizagem e ao lazer, um instrumento privilegiado de Esposende, Município Educador.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 8

Évora

Évora promove Projecto de Educação para a Sustentabilidade - PES

A Câmara Municipal de Évora entende a problemática ambiental como um dos claros desafios da humanidade no século XXI. Assim sendo, cada vez mais procura realizar projectos multidisciplinares na área do ambiente, estruturando sinergias de modo a construir localmente um futuro mais sustentável, com dimensão planetária.

Enquanto Cidade Educadora, é preferencialmente na área da educação que Évora investe, lançando as sementes da consciência ecológica de amanhã junto de toda a sua população, através de projectos de educação informal e não formal.

Neste contexto, no ano lectivo de 2007/2008, nasceu o **PES – Projecto de Educação para a Sustentabilidade**.

Este projecto visa desenvolver e aplicar metodologias e estratégias que promovam a formação de cidadãos conscientes e intervenientes, na gestão sustentável dos recursos naturais da região e do mundo, através do estabelecimento de parcerias locais.

Desde o seu início, foram já desenvolvidas iniciativas relacionadas com as alterações climáticas, acções de formação para professores, trocas de lâmpadas, acções de sensibilização sobre a separação dos resíduos e utilização correcta dos ecopontos junto das associações de idosos, com a parceria das escolas do 1º e 2º ciclos, entre outras.

Por ser uma região com profunda tradição na indústria corticeira, foram também realizadas algumas acções relacionadas com esta importante actividade económica. O principal objectivo foi mostrar as potencialidades desta indústria, que paralelamente à sua função económica, é respeitadora do ambiente, dos ecossistemas e da tradição locais.

No presente ano lectivo, iniciou-se uma outra vertente do projecto, traduzida no embelezamento dos recintos escolares através da recuperação dos espaços verdes, canteiros e hortas pedagógicas. Num trabalho partilhado, a autarquia facultou apoio e acompanhamento técnico, preparou os terrenos, procedeu à colocação de compostores, pontos de água e arranjos dos jardins e ofereceu kits de jardinagem, ficando à responsabilidade das escolas a manutenção dos espaços.

Para além dos claros benefícios - nomeadamente o embelezamento das escolas -, esta acção permite ainda que os alunos acompanhem os ciclos vegetativos das plantas, que se prolonga ao longo do ano lectivo. Outra característica é a opção por endemismos e/ou plantas aromáticas, amplamente utilizadas na gastronomia alentejana fazendo, assim, a ponte com o património local.

No âmbito da preservação dos recursos energéticos, iniciar-se-á, este ano lectivo, uma iniciativa de medição de consumos de gás, electricidade e água, acompanhada por acções de sensibilização e alerta para os consumos excessivos dos recursos do planeta.

Estas acções são complementadas com o reequipamento das escolas e jardins-de-infância com ecopontos (com a inclusão de oleões, pilhões e equipamentos para a recepção de equipamento electrónico).

Grândola

Acordo Intermunicipal de Cooperação

A cooperação descentralizada, que se estabelece a partir laços de parceria entre municípios de países desenvolvidos e municípios dos países em desenvolvimento numa relação de igualdade, reciprocidade e respeito pelos valores da diversidade, da interdependência e da interculturalidade, assume hoje um papel fundamental no relacionamento entre os povos e na criação de plataformas de cooperação para o desenvolvimento.

Sensibilizados para a importância da cooperação para o desenvolvimento com os PALOP, os Municípios da Amadora, Fundão, Grândola, Marinha Grande, Moita, Montemor-o-Novo, Nisa, Setúbal e Vila Real de Santo António, geminados com o Município do Tarrafal, subscreveram em 27 de Setembro de 2008 um Acordo Intermunicipal de Cooperação, com o propósito de trabalhar em rede numa perspectiva de partilha de responsabilidades e gestão integrada e mais racional dos recursos disponíveis, tendo em vista uma maior capacidade de cooperação com este município cabo-verdiano em projectos estruturantes de desenvolvimento local.

Ao inaugurar uma nova lógica de cooperação descentralizada, os Municípios pretendem ainda concretizar a troca de experiências entre si e contribuir para a criação de uma opinião pública esclarecida quanto às questões do desenvolvimento e de apoio humanitário, promovendo a aproximação entre os povos e valorizando a identidade de cada um. Esta iniciativa assume particular importância no contexto da moldura multicultural das cidades e poderá ser um passo importante na *"consolidação duma plena cidadania democrática e promoção da coexistência pacífica graças à formação em valores éticos e cívicos, o respeito pela pluralidade dos diferentes modelos possíveis de governo, estimulando mecanismos representativos e participativos de qualidade"* – Carta das Cidades Educadoras.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 9

Guarda

GUARDA E WATTRELOS
Intercâmbio Escolar desde 1998

No quadro das geminações existentes, as **cidades da Guarda e Wattrelos – França**, têm vindo a concretizar um projecto de Intercâmbio Escolar em que participam turmas do 4º ano de escolaridade, desenvolvendo-se esta iniciativa em dois períodos de aproximadamente 10 dias cada. As crianças francesas visitam a Guarda, a Serra da Estrela e a capital Lisboa durante o mês de Maio, reservando o início de Junho para a deslocação dos alunos guardenses a Wattrelos, à região do Nord-Pas de Calais e ainda, inevitavelmente, Paris e a Disneylândia.

Com uma primeira experiência realizada em 1991, este Intercâmbio Escolar sofreu uma interrupção até ao ano de 1998, ocasião aproveitada para retomar o projecto em função da realização da Expo 98, em Lisboa. Desde então, foram já centenas de crianças de ambos os países a partilharem experiências, a vivenciarem novas realidades, a conhecerem outras cidades, a desenvolverem conhecimentos linguísticos, culturais, lúdico-desportivos, gastronómicos, ambientais, enfim, a estreitar laços de amizade e a alargar os horizontes para uma cidadania verdadeiramente europeia.

Cada uma das autarquias prepara um programa repleto de visitas a locais de interesse, actividades de partilha e vivência conjunta, imbuídos de um espírito de descoberta de realidades diferentes e que têm marcado cada um dos alunos na sua forma de compreender o mundo, de conhecer e viver outras experiências, ficando para sempre como a recordação da "melhor viagem da minha vida!".

Os programas incluem obrigatoriamente a recepção oficial na Câmara Municipal da Guarda e na Mairie de Wattrelos, em que os respectivos autarcas e elementos dos Executivos dão as boas-vindas aos participantes, realçando a importância deste projecto no contexto da construção de uma Europa solidária, fraterna, humanista e multicultural.

Visitar a Torre Eiffel, a fantástica Disneylândia, conhecer o Parc du Lyon e a sua quinta pedagógica, visitar o Museu Natural de Lille, experimentar o "carro-à-vela" nas bonitas praias de Dunquerque ou Boulogne-sur-Mer, conhecer as famílias francesas e o seu modo de vida são, entre outras experiências, actividades tão valiosas e enriquecedoras como subir à Sé da Guarda, fazer "sku" na Serra da Estrela, visitar a região património mundial do Rio Douro, participar nos jogos tradicionais portugueses ou visitar o Museu da Presidência da República ou o Mosteiro dos Jerónimos ou ainda o Parque das Nações. Ninguém vai esquecer esta experiência com toda a certeza!

A Câmara Municipal da Guarda, através do Pelouro da Educação, tem garantido a continuidade deste projecto com base numa ideia fundamental que é a de promover a educação para a cidadania através de um conjunto de actividades motivadoras, excitantes e enriquecedoras para alunos que estão numa fase de aprendizagem da vida em que a interacção, o respeito e a solidariedade que é necessário desenvolver com os outros se reveste da maior importância para preparar um futuro mais risonho para os cidadãos da Europa.

A edição de 2009 tem já as datas definidas, decorrendo na Guarda entre 22 e 30 de Maio e em Wattrelos de 4 a 14 de Junho. Os preparativos foram já desenvolvidos, as aulas de francês já tiveram início, os pais e encarregados de educação estão conscientes da mais valia deste projecto, as fotografias e os filmes de edições anteriores já aguçaram o apetite, os apoios começaram a ser garantidos e… o tempo voa e Maio é já amanhã!

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 10

Leiria

A Casa Agrícola Pereira Alves de Matos Carreira Agromuseu Municipal Dona Julinha | Ortigosa

A **"Casa Agrícola Pereira Alves de Matos Carreira"** situa-se no centro da localidade da Ortigosa, a 12 kms a Norte de Leiria. A sua última proprietária, Maria Leonilde Pereira Alves Carreira (mais conhecida por D. Julinha), doou ao Município de Leiria em Junho de 2002, parte dos bens constituintes desta grande casa, representativa da tradição rural da região leiriense.

Desde então, a Câmara Municipal de Leiria, com o apoio da ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, através do Programa de iniciativa Comunitária LEADER +, tem vindo a desenvolver o projecto de instalação do Agromuseu Municipal Dona Julinha, prestes a abrir as suas portas ao público.

Criado para o interesse colectivo, tem por vocação recolher, investigar, conservar, inventariar, divulgar, salvaguardar e valorizar os testemunhos materiais e imateriais da cultura rural da antiga "Casa Agrícola Pereira Alves de Matos Carreira". Através do seu circuito museológico e da organização de exposições temporárias e outras produções culturais, coloca em evidência os espaços e memórias, colecções de objectos associados (alfaias agrícolas, transportes tradicionais e utensílios do quotidiano), modos de produção, usos e costumes locais em torno da exploração agro-pecuária e silvícola, com uma forte componente educativa na área patrimonial e ambiental.

Lisboa

Programa ULISSES: Desenvolvimento de Competências em Literacia da Informação na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa

O Programa ULISSES surge no ano de 2008, tendo como antecedentes iniciativas de aprendizagem esporádicas desenvolvidas em algumas Bibliotecas Municipais. A procura e os resultados dessas experiências permitiram conceber este Programa que abrange toda a Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa. A sua designação deve-se ao espírito de descoberta e aventura simbolizado pelo herói mítico Ulisses, ao qual se quer associar esta iniciativa. O Programa tem como objectivos: valorizar as Bibliotecas como espaços de aprendizagem e pontos privilegiados de acesso à informação; dotar os utilizadores das bibliotecas com competências para uma utilização efectiva e crítica da informação; desenvolver as competências dos utilizadores em literacia da informação, de forma a potenciar a sua capacidade de aceder, pesquisar e utilizar a informação disponível em diferentes suportes.

As sessões de aprendizagem têm uma duração máxima de 3 horas e são de acesso gratuito. O plano de aprendizagem estrutura-se em **cinco Áreas de Aprendizagem** e nele se apresentam Módulos que abordam conteúdos tais como: "Iniciação às Tecnologias de Informação e Comunicação I e II" ou "Viajar pela WEB"; "Pesquisar no Catálogo da RMBL"; "Cidadania on-line", ou ainda, "Como Fazer um Blogue e Internet Segura".

As Áreas de Aprendizagem com os respectivos Módulos abrangem uma quantidade e uma diversidade de conteúdos que correspondem ao Referencial de Competências em Literacia da Informação da IFLA (International Federation of Library Associations) e garantem assim a sua qualidade e universalidade.

No decurso deste ano experimental foram abrangidos 524 participantes em 103 sessões de aprendizagem. Estas sessões tiveram lugar em 11 Bibliotecas e perfizeram um total de 226 horas de aprendizagem. Uma parte significativa dos participantes teve a oportunidade de frequentar sessões de aprendizagem pela primeira vez, o que constituiu uma oportunidade para que muitos deles ultrapassassem o limiar da infoexclusão. O aumento da adesão previsto para o presente ano comprova os elevados níveis de satisfação dos participantes e permite assim confirmar um novo papel das Bibliotecas Municipais na vida da cidade enquanto parceiros e facilitadores da Aprendizagem ao Longo da Vida. Por tudo isto, lançamos o desafio: venha aprender a navegar connosco no Mar da Informação.

Para mais informações:
página web: http://blx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=1225
e-mail: ulisses@cm-lisboa.pt / telefone: 21 356 78 60.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 11

Loulé

Loulé, a Primeira Experiência desta Cidade na Associação Internacional de Cidades Educadoras

Loulé integrou a Associação Internacional das Cidades Educadoras, em Dezembro de 2007. Ao longo de 2008 reflectimos sobre o modo de estar da cidade e do concelho relativamente a este conceito e delineámos várias formas possíveis de abordagem para uma aproximação segura a projectos positivamente participados pela população.

Por se tratar do primeiro ano de participação na AICE, os vários serviços da autarquia que já vinham desenvolvendo projectos com as populações, foram integrados numa linha orientadora, de forma a que, todos, partilhassem projectos, saberes e objectivos, obviando-se a dispersão. Simplificando, os projectos reunidos já faziam parte do programa de actividade das entidades envolvidas mas ainda não tinha surgido a ocasião para se integrarem numa ideia comum. Os serviços da autarquia ou unidades com Projectos aderentes à Cidade Educadora têm desenvolvido os seus trabalhos em colaboração estreita com várias entidades da cidade e da região. Nesta nossa primeira participação no Boletim da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras damos a conhecer o que se está a realizar:

- A interligação de projectos sob um tema comum: o Ambiente, enquanto um bem patrimonial para o bem-estar físico e espiritual dos cidadãos;
- A integração do conceito e de projectos na (In)Forma 2009 – Mostra de emprego, formação e empreendedorismo destinada a estudantes, entidades empregadoras, desempregados e jovens à procura de primeiro emprego;
- No Centro Ambiental da Rocha da Pena promovem-se actividades destinadas ao Ensino Básico e à comunidade local;
- Outros projectos: Internet séniores; Clubes de leitura; Leitura ao domicílio; Concursos literários; Exposições temáticas ("A Filatelia é Gira"); Sensibilização e promoção de dieta saudável ("Sopalândia");
- Visitas orientadas a Museus com realização de oficinas e ateliers temáticos; Acções de formação e sensibilização sobre o património histórico e artístico do concelho;
- Banco solidário para angariação de vestuário e alimentos; Projectos Boa Onda, Crescer a Brincar e Banco Local de Voluntariado para realização de actividades de prevenção às toxicodependências, à pobreza e à marginalidade;
- Projectos de natação para jovens (Escolas a nadar), de BTT, de ginástica de manutenção (Seniores em movimento); Promoção de saúde e bem-
- estar no trabalho para os funcionários da Câmara Municipal;
- Acções de informação da Protecção Civil para prevenção, segurança e protecção à comunidade, comerciantes, comunidade escolar, consumidores.

Estes projectos/acções constituem-se como elementos do **Projecto Educativo Municipal** visando capacitar a cidade para os desafios e as mudanças sociais, bem como enfrentar os problemas da educação, da convivência, da sustentabilidade, da igualdade de oportunidades, das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, entre outros factores que determinarão, seguramente, o futuro imediato da comunidade.

Loures

Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's)

A Câmara Municipal de Loures desde o inicio que se empenhou para que a oferta das **Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's)** fosse transversal a todos os alunos do 1º Ciclo. Enquanto entidade promotora do Programa, estabeleceu parcerias com os 13 Agrupamentos de Escolas do Concelho e com mais de 33 outras entidades dinamizadoras das actividades, tais como associações de pais, IPSS's e associações culturais, recreativas e desportivas.

Participam nas Actividades de Enriquecimento Curricular, neste ano lectivo, cerca de 7.000 alunos, tendo a grande maioria deles, acesso ao pacote completo das actividades (Inglês, Música e Actividade Física e Desportiva). Este número representa um elevado número de participantes atendendo a que é uma actividade de participação facultativa.

Confirmando a aposta da Autarquia na oferta das AEC's e reconhecendo a sua importância pedagógica enquanto experiência de aprendizagem, desde o ano passado que oferece aos alunos dos 1º e 2º anos do 1º Ciclo que participam nas Actividades, a Natação. Através de Protocolo Celebrado entre a Autarquia e a Gesloures (empresa municipal gestora das quatro piscinas), estão a frequentar esta actividade cerca de 2.300 alunos e cujo o transporte é custeado pela Câmara Municipal.

Com esta opção pretende-se contribuir para a diversidade nas aprendizagens dos alunos e enriquecer a oferta das AEC's, permitindo a frequência de uma actividade que pela sua especificidade requer o acesso a piscinas.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 12

Moura

"Programa Mais Educação"
"Semana Da Comunidade Educativa 2009"

O Município de Moura criou o **"Programa Mais Educação"** no ano de 2006, procurando assim contribuir para a criação de condições para o sucesso educativo de todos os munícipes, através da organização conjunta, complementar e responsável de toda a comunidade educativa.

Integrada nesse Programa, e desde essa data, trabalha-se em torno do dia 26 de Janeiro – Dia da Comunidade Educativa, a **"Semana da Comunidade Educativa"**. No presente ano, o lema orientador foi **"Moura, Cidade Educadora"** e com base nesta premissa, foram organizados momentos de reflexão e debate de diferentes temas com interesse a grupos específicos; promoveram-se espaços de interacção entre os diferentes membros e desenvolveram-se actividades sócio-educativas, procurando enquadrar o ser Cidade Educadora.

Para além de duas exposições – uma permanente "A Escola Através dos Tempos", e outra itinerante "Mais Educação", tiveram lugar as seguintes actividades:

- Visionamento do filme "A Turma" – seguido de debate, pelos alunos das Escolas Secundárias;
- Apresentação e dinamização do jogo "A Viagem dos Três Castelos";
- Acções de prevenção da SIDA – pela Associação Abraço, para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico;
- Apresentação do Projecto "Pequenos Gestos que Salvam na Escola", Comissão Distrital de Operações de Socorro de Beja, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, para docentes auxiliares de acção educativa e técnicas;
- Workshop "Hi5 para Pais" com Tito de Morais, dirigido a toda a comunidade educativa;
- Debates "Conversas…com", debates temáticos, (tais como educação ao longo da vida, importância do desporto e das expressões artísticas no concelho);
- "Conversas com…360º à Tua Volta" – debate promovido por estudantes para estudantes.

A culminar a actividade da semana o tema específico "Moura, Cidade Educadora", contou com a participação de mais três municípios aderentes à Rede Territorial Portuguesa e AICE, que partilharam o porquê da sua adesão a este movimento, o seu trabalho e as suas actividades educadoras.

Neste dia, igualmente, em dois Painéis, um sobre a "Importância das Relações Positivas" e outro sobre "A Escola através dos Tempos", foram abordados, com participação activa dos presentes, estes temas de interesse para a comunidade.

A actividade desta semana que particularizou um programa que vem sendo desenvolvido e se propõe continuar, e é um ponto de chegada e de partida para a sua dinâmica educadora, envolveu a participação de 19 Entidades e Instituições do Concelho de Moura, umas mais ligadas à educação formal e outras mais informais e/ou dedicadas à formação / educação ao longo da vida, com especificidades atentas aos vários públicos-alvo.

O município de Moura desenvolve este programa porque considera que "Para educar uma criança é necessária toda uma aldeia".

Odivelas

"Biblioteca Fora de Hor@s"
Biblioteca Municipal D. Dinis

A Biblioteca Municipal D. Dinis localiza-se num edifício do século XIX, perto do núcleo histórico da cidade de Odivelas. Disponibiliza ao público vários espaços para a leitura, visionamento de filmes e audição de documentos sonoros, assim como vários serviços. O empréstimo gratuito de documentos (livros, CD´s, CD-ROM´s, DVD´s), a leitura de jornais e revistas, o acesso à internet e à rede wireless são alguns dos exemplos.

Com o intuito de proporcionar o acesso a tecnologia adequada e horários mais convenientes para os munícipes, satisfazendo as necessidades daqueles que necessitam de um espaço para estudar até mais tarde criou-se, em Setembro de 2006, um espaço de estudo e convívio designado **"Biblioteca Fora de Hor@s"**.

Através deste novo espaço, a Biblioteca Municipal D. Dinis alargou o seu horário, de 2ª feira a Sábado, das 10h30 às 24h00.

A "Biblioteca Fora de Hor@s" possibilita ao público em geral a leitura de jornais diários e revistas, e aos estudantes em particular, a realização de trabalhos em grupo, o estudo individual, a pesquisa e selecção de recursos de informação. Os visitantes poderão ainda utilizar, durante uma hora, um dos três computadores, com acesso à internet, ao processamento de texto e impressão ou, em alternativa, aceder à rede wireless através do computador portátil.

Desde a data de inauguração, este espaço foi já visitado por cerca de 48.000 pessoas, sendo na época de exames e frequências que se regista maior procura, por estudantes do 12º ano e universitários.

O sucesso obtido impulsionou a abertura (em Junho de 2008) da "Biblioteca Fora de Hor@s", na freguesia da Pontinha, verificando-se igualmente uma grande adesão e satisfação do público.

E-mail: bmdd@cm-odivelas.pt

www.cm-odivelas.pt/Extras/BMDD/index.asp

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 13

Oliveira de Azeméis

Os Moinhos de Água de UI: Um Projecto de Musealização

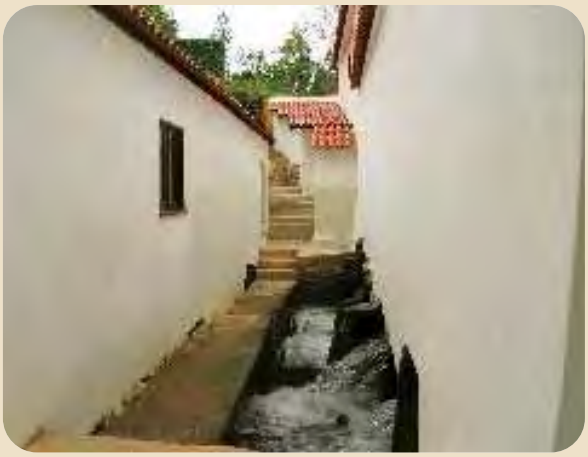
Cada vez mais, a defesa do património é um imperativo sócio-cultural, de modo a assegurar que a memória de povo que somos é reconhecida e transmitida às gerações vindouras. É uma responsabilidade e um compromisso de e para com o futuro, que o Município de Oliveira de Azeméis, ao criar o **Parque Temático Molinológico de UI**, assumiu para com a população em geral e especialmente para com as novas e futuras gerações.

Os moinhos de Oliveira de Azeméis estão inseridos numa região com grande abundância de milho e de algum trigo e centeio, o que se traduziu em especialização na moagem destes cereais utilizados na panificação. Também o descasque de arroz, que não é produzido na região, desempenhou um papel de destaque na sua história, estando na origem de um importante comércio no norte do país. Estas actividades deixaram nas margens do rio UI e Antuã mais de 63 moinhos servidos pelas levadas e cerca de 38 açudes que garantiam a água necessária à acção das mós.

Muito ligada à realidade hidrográfica da região, os moinhos em ambas as margens moeram farinha que, por sua vez, proporcionou outra actividade complementar – a do fabrico do famoso pão de UI que continua a ter importante lugar à mesa dos oliveirenses e alguns moinhos ainda moem regularmente. No entanto, os moleiros que passavam com as suas mulas carregadas de sacos de farinha, são actualmente raros.

Este território, após mais de um século de exploração, acabou por se tornar uma zona degradada, sobretudo nos pontos de vista ambiental e paisagístico, sendo marcado por casas abandonadas, caminhos impraticáveis em que são visíveis os estigmas que sempre são inevitáveis com o abandono de projectos que sustentaram durante muito tempo e em exclusivo o desenvolvimento local.

Felizmente que os antigos proprietários dos moinhos e o Município de Oliveira de Azeméis uniram esforços para promover, na freguesia de UI e Travanca uma iniciativa de desenvolvimento integrado, com uma componente cultural, ambiental e turística. Pretende-se que a criação



do Parque Temático Molinológico, seja capaz de reabilitar economica e socialmente a região.

O planeamento e a gestão deste parque, onde se insere o Núcleo Museológico do Moinho e do Pão, pertencem à autarquia. O financiamento inicial foi parcialmente suportado por fundos comunitários e pelos promotores.

Foi necessário recuperar moinhos, açudes, levadas e muros, criar infra-estruturas turísticas, algumas ainda fase de construção, (hotelaria, espaços de lazer, campismo, turismo rural, bar), de formação e de equipamentos culturais, que se pretende que, em conexão com os restantes programas, assegurem a sua quota-parte da viabilidade do projecto. Por essa razão, a concepção e a implantação do programa museológico, processo moroso, implicaram e implicam um diálogo constante entre Município, outros proprietários e população, de modo a garantir a qualidade do projecto e a salvaguarda dos interesses de todas as partes. Também por essa razão o programa é faseado ao longo de alguns anos, no sentido de criar um verdadeiro Núcleo Museológico do Moinho e do Pão.

O Parque Temático Molinológico desenvolve-se em três dimensões; cultural, científica e pedagógica e estende-se ao longo de cerca de 6 Km, abrangendo de forma directa cerca de 12 moinhos, quer de descasque de arroz, quer de moagem de cereais.

O ponto de partida da visita ao Parque é o Núcleo Museológico do Moinho e do Pão que aproveita a antiga casa de habitação do moleiro, três antigos moinhos e outras estruturas de apoio ao trabalho da moagem. Estas estruturas irão albergar o edifício administrativo, o centro de interpretação, o centro de exposições e ainda uma zona audiovisual para apresentação de vídeos temáticos e imagens das estruturas do parque e das actividades associadas.

Apesar de ter vindo a ser rentabilizado desde há uns anos, especialmente com actividades para alunos e professores, o Parque só no mês de Março de 2009 será oficialmente inaugurado.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 14

Palmela

Actividades Sócio-Educativas na Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar pressupõe um papel activo das famílias, numa atitude de partilha de responsabilidade em todo o processo evolutivo das crianças, tornando-se prioritário proporcionar a cada uma oportunidade de desenvolvimento global promotor de uma integração equilibrada, preparando-as para uma escolaridade bem sucedida, nomeadamente através da compreensão da escola como local de aprendizagens múltiplas.
Neste contexto, o Município de Palmela promove as actividades de animação sócio-educativa, nos Jardins-de-infância da rede pública, partilhando responsabilidades com os Agrupamentos de Escolas e educadores titulares de grupo, organizando ofertas diversificadas e garantindo que esses tempos sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas, nomeadamente nas áreas da música, motricidade, movimento e dança e hábitos de vida saudável. Estas actividades são orientadas por técnicos especializados, que se deslocam diariamente aos Jardins-de-infância assegurando a sua dinamização ao longo da semana.
A oferta de actividades de animação sócio-educativa visa permitir a concretização da escola a tempo inteiro, adaptando os tempos de permanência das crianças no jardim-de-infância às necessidades das famílias.

Paredes

Entrega de Prémios dos Concursos "Inventa a História, Nós Fazemos o Filme" e "Artistas Digitais"

O auditório da Casa da Cultura de Paredes foi palco da entrega de prémios do concurso de cinema de animação **"Inventa a História, Nós Fazemos o Filme"** e **"Artistas Digitais"**, promovidos pelo Pelouro da Educação.
O objectivo primordial do concurso de cinema de animação "Inventa a História, Nós Fazemos o Filme" é proporcionar aos alunos do pré-escolar, bem como dos 1º e 2º ciclos do ensino básico, novas experiências no âmbito do mundo do cinema de animação e do audiovisual, através de um processo de execução faseada do programa de criação de um filme animado.
Os estabelecimentos de ensino vencedores, um por categoria, foram premiados com um Óscar, um computador e um DVD com a animação em filme, da sua história.
O segundo concurso - "Artistas Digitais" - surgiu de uma parceria entre o Município de Paredes e o Centro de Competência "Entre Mar e Serra", tendo como público-alvo o 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico. A grande finalidade é promover o uso das novas tecnologias, de forma lúdica, através da utilização da ferramenta paint da Microsoft. Sob o tema "O meu herói", todos os trabalhos foram submetidos através da Internet e sujeitos à votação dos internautas. Os vencedores foram premiados com um computador, uma impressora e uma web cam.
Estas iniciativas traduzem as numerosas actividades da Autarquia com o intuito de desenvolver e estimular a criatividade dos alunos. Refira-se que os trabalhos do concurso de cinema de animação "inventa a História, Nós Fazemos o Filme", foram premiados no concurso internacional de Mostra de Vídeo Digital Challenges 2007, tendo as escolas do concelho de Paredes arrecadado todos os prémios.
No presente ano lectivo, foi proposto o tema "Alimentação e Saúde" e para o concurso "artistas digitais" o tema proposto foi "o meu primeiro computador".

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 15

Portimão

Em Equipa Chegaremos Mais Longe

As Escolas do Município de Portimão nos últimos anos têm-se confrontado com um aumento do numero de alunos, resultante do aumento demográfico verificado no município, assim como o aumento do tempo de permanência na Escola em consequência de alterações ao currículo e dos serviços a prestar no âmbito do actual sistema educativo.

Acresce às actuais preocupações da Escola, a resolução de problemas associados a questões de ordem social, económica, familiar e de saúde publica dos alunos, em que é necessário fortalecer a gestão democrática e participativa da escola contribuindo para uma melhor integração das comunidades internas e externas na mesma.

Para que a sua acção seja mais profícua, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais saudável e equilibrada, a Escola necessita do apoio de técnicos especializados que possam intervir através de uma acção imediata e actuante, na detecção e resolução dos problemas dos alunos.

Neste sentido, estando o Município, como parceiro da comunidade educativa, foi decidida a constituição de **6 Equipas de Intervenção Sócio–Educativa em Estabelecimentos de Ensino e Educação** constituídas, cada uma delas, por um Assistente Social e um Psicólogo que, em articulação com outros Técnicos das Escolas (Professor de Apoio Educativo e Professor Titular de Turma) irão desenvolver um trabalho a nível psicossocial que contribua para a melhoria das condições de ensino detectando e resolvendo progressivamente factores de perturbação do processo normal de aprendizagem e de igualdade de oportunidades.

São objectivos gerais destas equipas, entre outros:

1. Detecção de problemas psicossociais dos alunos e famílias a que pertencem;

2. Propor execução e avaliar problemas e actividades junto da comunidade escolar que visem: a prevenção do abandono escolar; a melhoria do desempenho do aluno e a sua formação para o exercício da cidadania; apoio a uma orientação sócio–económica e cultural das famílias dos alunos e a melhoria da sua qualidade de vida; aproximar as famílias da vida escolar.

3. Fazer a articulação com instituições publicas, privadas e organizações comunitárias locais com vista ao encaminhamento de pais e alunos para os órgãos e serviços competentes para atendimento das suas necessidades;

4. Participar no desenvolvimento de programas que visem a prevenção de violência, do uso de drogas e alcoolismo assim como à consciência sobre questões gerais de saúde publica voltadas para a comunidade escolar;

5. Contribuir para a elaboração de estratégias específicas para a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais;

6. Apoiar os processos de organização e mobilização das comunidades com que a escola se relaciona;

7. Acompanhar a execução de medidas de Acção Social Escolar para os alunos que delas dependem.

Santa Maria da Feira

Mosaico Social

O Município de Santa Maria da Feira, através da Rede Social, promoveu o **primeiro Mosaico Socia**l, um encontro concelhio de Boas Práticas de Intervenção Social de Santa Maria da Feira. Esta iniciativa pretendeu divulgar os serviços e projectos sociais existentes no Concelho, estimular o seu conhecimento junto da população e potenciar uma cultura de parceria aberta e eficaz, através do intercâmbio de experiências e metodologias de trabalho entre instituições.

O público foi convidado a viajar por uma cidade "desenhada" para ilustrar a diversidade e riqueza do trabalho realizado pelas entidades de índole social concelhias. O centro histórico de Santa Maria da Feira acolheu os diversos espaços interactivos do primeiro Mosaico Social, nomeadamente, o espaço de exposição, seminários, a loja social, workshops de formação, animação permanente e actividades de interacção com o público.

O primeiro Mosaico Social contou com a participação de inúmeras entidades públicas, como Instituições Particulares de Solidariedade Social, empresas, associações, ONG's, entre outros, agentes locais que desenvolvam projectos no âmbito da intervenção social. A Rede Social de Santa Maria da Feira tem actualmente 107 parceiros formais, dos quais 43 são Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Stand Concelho Educador

Integrado nesta mostra social, existiu um espaço dedicado à rede de oferta educativa e formativa do município assim como de todos os equipamentos, projectos e programas, designado **Concelho Educador**.

Neste âmbito, foi editado uma publicação dedicada à temática. O projecto pretende a mobilização de recursos e de um trabalho conjunto que facilite a criação de redes, de parcerias, de participação e de intervenção em prol de um desenvolvimento comunitário. A autarquia feirense entende que a participação dos actores é o eixo principal na dinâmica do desenvolvimento local que constitui em si próprio um processo educativo que vai muito além do sentido escolar, pois traduz-se numa lógica participativa e num processo colectivo de aprendizagem.

Neste âmbito, realizou-se também uma Gala de atribuição do Prémio Concelho Solidário, homenageando pessoas ou entidades que tenham contribuído de forma significativa para o desenvolvimento local.

O primeiro Mosaico Social decorreu de 16 a 20 de Janeiro, data em que se realiza a mais emblemática festividade do concelho de Santa Maria da Feira, a Festa das Fogaceiras. Este foi também um momento propício de apresentação de alguns produtos da Rede Social, nomeadamente, o Guia dos Recursos Concelhios e o Dicionário Social.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 15:59 Página 16

Santarém

Matemática para Todos

Através de uma parceria entre a Câmara Municipal de Santarém, a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) e a direcção do W Shopping, foi possível trazer à cidade de Santarém "As Tardes da Matemática".

As Tardes de Matemática são uma iniciativa da Sociedade Portuguesa de Matemática e ocorrem também em Lisboa, na região do Porto, em Aveiro, em Évora, na Madeira e nos Açores. Para apresentar e debater um tema, juntam-se um especialista do tema com um professor universitário e cada um dá o seu contributo. Segue-se um espaço de debate com o público.

Agora também em Santarém, cinco sessões ocuparão o calendário da época 2008/2009. Em Outubro foi o lançamento. A sessão **"A Matemática das Coisas"** foi integralmente animada pelo Prof. Nuno Crato, Presidente da S. P. M. e galardoado em 2008 pela Comissão Europeia com os prémios: "European Science Award e Science Communicator of the Year".

Em Novembro o tema **"A Matemática das Histórias Infantis"** foi entregue a Pedro J. Freitas (ISEG) e a Júlio Isidro.

Pretende-se destacar o carácter inovador de proporcionar, num espaço comercial público e aberto, a oportunidade de as pessoas se confrontarem com palestras que normalmente acontecem em espaços mais fechados e elitistas.

A adesão espontânea das pessoas, de todas as idades e níveis de instrução, mostrou a pertinência de criar este tipo de situações. Em pleno centro comercial, ao sábado à tarde, uma mesa, umas dúzias de cadeiras e uma pequena apresentação em Power Point criam o contexto. O público que passa vai-se sentando e fica, quase sempre, até ao final.

Em Fevereiro, Março e Abril os temas serão: Matemática e Polícia, com Nelson Martins (FCT/UNL) e Francisco Moita Flores (CM Santarém); Pi Dentro e Fora de Contexto, com José Carlos Santos (FCUP); e Tomás Oliveira da Silva (UA) e A Matemática, a Origem do Estado e o Significado da Democracia, com Jorge Buescu (FCUL) e Miguel Gouveia (UCP).

Sever do Vouga

Festival Mundial da Terra

De 5 a 8 de Junho decorreu em Sever do Vouga a primeira edição portuguesa do **Festival Mundial da Terra**, levando assim Portugal a participar numa aliança internacional composta por mais de trinta países que lutam pela preservação do nosso Planeta e pelo respeito dos Direitos Humanos. O Festival Mundial da Terra, iniciado em 2004, é uma iniciativa da Associação francesa TerrAlliance, sediada em Paris, e, decorridos três anos, este evento realizou-se em mais de 45 cidades, espalhadas pelo mundo.

Privilegiando os temas: ambiente, desenvolvimento sustentável, solidariedade e paz no mundo, o Festival pretendeu possibilitar uma interacção forte e decisiva entre os diversos grupos (associações, ONGs, empresas, cidadãos, escolas, poderes locais) que, em diversos pontos do planeta, combatem por uma defesa eficaz do meio ambiente, e por um desenvolvimento económico sustentável. O objectivo é sensibilizar as opiniões nacionais e internacionais, incitando-as a acções concertadas, para se criar sinergias e encontrar soluções inovadoras.

A Câmara Municipal de Sever do Vouga, convidada pelo Artista Plástico Sejo Vieira, autor do projecto "O Memorial dos Direitos Humanos", o qual deverá ser realizado na freguesia das Talhadas, decidiu associar-se a esta acção.

O Festival constituiu uma oportunidade para se instaurar uma nova aliança entre os povos e para levar os cidadãos (crianças, adolescentes e adultos) a sentirem uma relação mais harmoniosa com o planeta. A esta ideia se associa o facto de este ano os Municípios Portugueses celebrarem o Ano Internacional do Planeta Terra, por determinação das Nações Unidas na sua Assembleia Geral, ocorrida em Dezembro de 2005, reforçado pela circunstância de a Câmara Municipal de Sever do

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 16:00 Página 17

São João da Madeira

Vouga, estar intimamente ligada aos princípios da Agenda 21 Local, o que determinou a associação a esta iniciativa de carácter planetário, colaborando plenamente e proporcionando uma participação activa das comunidades escolares e associações locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como de instituições universitárias.

Contou com as seguintes iniciativas: exposições de artistas plásticos, exposição de Emergência Planetária e Educação Ambiental, trabalhos de alunos, workshops, projecções de documentários, várias actividades de desporto e aventura, tais como o Ecovouga (limpeza das margens do Rio Vouga) e a Descida Nocturna do Vouga, espectáculos de dança, mostra de produtos biológicos e regionais, e uma Conferência sobre a temática "Ambiente e Sociedade: Boas Práticas para uma Construção Sustentável", durante a qual foram abordados temas como a Biodiversidade Ambiental, as Energias Renováveis, o Ecoturismo e o Papel da Arte na Defesa dos Direitos Humanos.

Projecto Educativo Municipal com 30 Programas Diferentes para Todos os Públicos Escolares

O plano de actividades do Projecto Educativo Municipal de S. João da Madeira inclui, em 2008/2009, **30 programas educativos para todos os públicos**. Um processo desenvolvido ao longo de reuniões realizadas com responsáveis educativos das diversas escolas, que culminou com a apresentação – em Setembro – do dossier elaborado pela autarquia, com mais de uma centena de páginas, constando o nome de cada programa proposto, um resumo do mesmo, conteúdos pedagógicos, a data prevista de execução e o público-alvo (creche, pré-escolar, 1º ciclo, EB 2/3 e ensino secundário).

Este conjunto de iniciativas, trabalhadas com as escolas, abrange variadas temáticas, que vão desde a Educação formal, a área social, o desporto, o ambiente ou a cultura. Diversos programas são já uma tradição na cidade, como sejam o "Carnaval das Escolas", o "Apoio Psicopedagógico", a "Decoração das rotundas no Natal", as "Maletas itinerantes", o programa Escolar da Agenda 21 Local, os "Pequenos Cientistas Sanjoanenses", as "Marchas de S. João" ou "A Minha Cidade Tem História". Outros decorrem pela primeira vez, como sejam "Chapéus, Sapatos e Livros: Histórias (Ir)Reais de S. João da Madeira", organizado pela Rede de Bibliotecas Escolares", o Workshop de Dança Criativa, da responsabilidade dos Paços da Cultura e o alargamento do programa de ciência experimental junto dos Jardins de Infância da Rede Pública.

Dado o êxito que os programas "Educação na Estrada", "Educação para o Empreendedorismo" e "Lembrar o Passado" tiveram no ano passado – ano de estreia – a continuidade destes está assegurada e constam já do Projecto Educativo Municipal para 2008/2009. No programa "Educação na Estrada", numa parceria da Câmara com a PSP, pretende-se de uma forma lúdica e pedagógica, sensibilizar as crianças para a educação rodoviária. O Museu da Chapelaria leva a cabo o programa "Lembrar o Passado", dividindo-se em três actividades diferentes: "Como viviam os meus avós", "Como brincavam os meus avós" e "História da Industrialização e História do Chapéu". E nas escolas com ensino secundário e 3.º ciclo do ensino básico, formam-se professores e alunos na óptica da "Educação para o Empreendedorismo".

Para conhecer mais sobre cada um dos 30 programas, pode consultar o site da Câmara Municipal em www.cm-sjm.pt ou da Associação Internacional das Cidades Educadoras em www.edcities.org.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 16:00 Página 18

Sintra

17ª Mostra de Teatro das Escolas do Concelho de Sintra

A Câmara Municipal de Sintra, em parceria com o Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural em Sintra, promove mais uma vez a **Mostra de Teatro das Escolas de Sintra**, atingindo no ano lectivo 2008/2009 a sua décima sétima edição consecutiva.

Ao longo destes dezasseis anos, assistimos a uma evolução relativa ao modelo e públicos abrangidos, sendo de realçar o importante papel que desempenha hoje na formação dos professores, educadores, animadores e monitores de ATL, assim como a diversidade de participantes que envolve, que vão desde o ensino público ao privado e desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

Destaca-se a sua relevância no âmbito educativo, uma vez mais se verifica a elevada adesão de crianças e jovens deste Concelho a esta iniciativa.

Neste ano lectivo estão envolvidas na "Mostra de Teatro das Escolas de Sintra" cerca de 800 crianças de várias entidades, das quais 11 Estabelecimentos de Ensino da Rede Oficial (um Jardim de Infância, seis EB 1º Ciclo, três EB 2º/3º Ciclos e uma Escola Secundária), 3 Instituições Privadas de Solidariedade Social de Apoio à Infância, 2 Estabelecimentos de Ensino Privado e 7 Associações de Pais e Encarregados de Educação.

É de salientar que esta iniciativa reforça o envolvimento que leva à construção de um trabalho colectivo, com respeito pelas dinâmicas de grupo.

Para além da mostra de trabalhos, este projecto promoverá, mais uma vez, um espaço de reflexão e formação dos professores e monitores responsáveis pelos grupos de teatro das escolas, podendo, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, constituir um importante espaço de partilha de experiências para professores e alunos, nas áreas das expressões artísticas.

Por forma a avaliar os trabalhos participantes nesta iniciativa, os grupos terão um apoio constante por parte da Câmara Municipal de Sintra e do Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural em Sintra, de modo a que haja um acompanhamento adequado da evolução do trabalho, desde o início dos ensaios até à apresentação das peças concorrentes.

Todo este processo culminará nos dias 9 e 16 de Maio no Centro Cultural Olga Cadaval. No primeiro dia será proporcionado aos participantes um espectáculo da responsabilidade do Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural em Sintra, a realizar-se por volta das 15h, seguido da divulgação das Menções Honrosas. No sábado seguinte serão apresentadas ao longo do dia as peças distinguidas na "17ª Mostra de Teatro das Escolas do Concelho de Sintra".

Torres Novas

Biblioteca Municipal é Nova Referência Cultural da Cidade

Com uma localização central na cidade e um enquadramento único no desenho urbano de Torres Novas, o novo edifício da **Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes,** foi concebido tendo em linha de conta a articulação de todas as áreas funcionais, destinadas aos seus utilizadores e respeitando os princípios de acessibilidade de espaços, serviços e conteúdos.

Dispõe de uma área útil de cerca de 3200 m^2 e resulta do contrato-programa celebrado entre a Câmara Municipal de Torres Novas e a Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, integrando a tipologia de BM2.

Para além dos serviços de promoção de leitura, de referência (audiovisual e multimédia) e empréstimo domiciliário, o novo equipamento oferece, igualmente, valências ao nível da animação e extensão cultural, produção de eventos e relações públicas, tratamento documental, apoio às bibliotecas escolares, biblioteca itinerante e intercâmbios institucionais, informação à comunidade e serviço especial de leitura.

De entre os seus espaços, destaca-se a sala infantil, que dispõe de bebeteca, oficina do conto, ludoteca, multimédia e audiovisual e mediação de leitura. A designada sala do conhecimento disponibiliza um centro de recursos multiculturais, ecoteca, biblioteca de viagem, espaço de periódicos e fundo local e regional. No mezanino encontramos uma área destinada à multimédia e audiovisuais, a BDteca e o laboratório.

O equipamento conta com um auditório com capacidade para cerca de 160 pessoas e uma cafetaria.

No novo edifício encontram-se ainda o Gabinete de Estudos e Planeamento Editorial e o Arquivo Municipal, dois serviços estruturantes e complementares ao desenvolvimento da missão de uma Biblioteca, conseguindo proporcionar aos utilizadores um acesso rápido e eficaz aos mais variados conteúdos nas áreas bibliográficas, de investigação ou lúdicas.

Das acções desenvolvidas nestes primeiros meses de actividade, após a inauguração, que ocorreu no passado dia 28 de Novembro, incluem-se o lançamento e apresentação de livros, encontros com escritores, espectáculos de música, teatro e de dança, acções de formação, exposições, leituras encenadas e oficinas do conto.

Contribuir para a formação e desenvolvimento integral de todos os cidadãos é a missão central da nova Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, uma nova referência cultural e social da cidade de Torres Novas.

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 16:00 Página 19

Vila Real

Escolas Activas, Crescer Saudável na Cidade Educadora

A Educação deve ser uma tarefa partilhada, com a família e a Escola e com outros agentes da comunidade educativa. Assim, a Autarquia assume hoje em dia um papel de agente educativo fundamental na planificação e desenvolvimento de acções de âmbito urbano, cultural, educativo, desportivo, ambiental, económico e da saúde.

A Cidade Educadora é um novo paradigma onde o conhecimento, a consciência e o desenvolvimento de todos estes factores educativos são necessários para uma verdadeira educação para a cidadania.

Vila Real, enquanto Cidade Educadora, assume a responsabilidade de contribuir também para a formação, promoção e desenvolvimento de hábitos e estilos de vida saudáveis na sua população.

Considerando que a incidência da obesidade infantil em Portugal é de 31,6% e que uma incorrecta alimentação e falta de exercício são das causas mais comuns entre esta população, a Câmara Municipal de Vila Real e a Universidade de Trás os Montes e Alto Douro estão a desenvolver um **Projecto ao longo de quatro anos que visa implementar um programa de intervenção multidisciplinar** (educação alimentar, actividade física, equipamentos lúdicos, tempo de lazer) e **verificar a incidência da obesidade nas crianças do ensino Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico** (3-10 anos) em todas as escolas do concelho de Vila Real:

1º Ano - Aplicação de um pré-teste onde serão conhecidos os hábitos alimentares, bem como o tempo e a actividade física destas crianças;

2º Ano - Sensibilização de todos os agentes educativos (acções de formação) a nível da alimentação e a promoção da actividade física no tempo da Escola e no tempo de lazer das crianças, assim como a realização de medições antropométricas;

3º Ano - Continuação das medições antropométricas e aplicação de um programa de actividade física específico;

4º Ano - Pós-teste e apetrechamento nas escolas de equipamentos lúdicos. Avaliação e divulgação das conclusões do Projecto.

Agenda

Albufeira

9 de Março de 2009 | Recital "Poesia e Palavras do Feminino"
Auditório Municipal
18 a 20 de Março de 2009 | Veiculo de Educação Ambiental – ALGAR
Parque Lúdico
22 de Abril de 2009 | Espectáculos "Os Maias"
Auditório Municipal
29 de Abril de 2009 | II Feira "Sopas & Saúde"
Parque Lúdico
4 a 10 de Maio de 2009 | V Paginários — Feira do Livro (II Mostra das Actividades de Enriquecimento Curricular)
Largo Eng. Duarte Pacheco.
9 de Maio de 2009 | VII Rally Paper
Escola de Trânsito de Albufeira
16 a 23 de Maio de 2009 | VII Fórmula Criança
Escola de Trânsito de Albufeira

Cascais

5,6 e 7 de Março de 2009 | Cinema de animação para instituições e famílias
Escola Criativa /Serviço Cultural
12, 19, 21, 24 e 25 de Março de 2009 | Animação "Entre Emoções" para instituições e famílias
Escola Criativa /Serviço Cultural
4, 18 e 20 de Março de 2009 | Teatro " De pequenino se torce o pepino" e debate
Agrupamento de Escolas de Alvide e Frei Gonçalo de Azevedo

Chaves

16 a 20 de Março de 2009 | Dia Mundial da Floresta
28, 29 e 30 de Abril de 2009 | Fórum Da Educação, Chaves 2009
1 de Junho de 2009 | Dia Mundial da Criança
5 de Junho de 2009 | Dia Mundial do Ambiente
19 de Junho de 2009 | Festa de Encerramento do Ano Escolar 2008/2009
18, 19, 20 e 21 de Junho 2009 | 6ª Semana do Desporto Flaviense

Esposende

18 Março de 2009 | Teatro "Lendas e Histórias da minha Floresta"
Auditório do Centro Paroquial de Palmeira de Faro
21 Março de 2009 | Comemorações do Dia Mundial da Floresta
25 Maio a 07 Junho de 2009 | Fórum da Educação 2009
01 a 07 Junho de 2009 | Festa da Criança
5 de Junho de 2009 | Comemorações do Dia Mundial do Ambiente

Évora

http://www.cm-evora.pt/congressocidadeseducadoras/

miolo finalissimo:miolo1.qxd 06-03-2009 16:00 Página 20

Leiria

30 de Março a 9 de Abril de 2009 | **Abril Juvenil (Férias da Páscoa)**
Vários locais da Cidade de Leiria
19 de Abril a 20 de Maio de 2009 | **Actor Joaquim Nicolau apadrinha XV Festival de Teatro Juvenil**
Teatro José Lúcio da Silva e Teatro Miguel Franco
9 a 31 de Maio de 2009 | **Tradicional Feira de Maio**
Zona da Nova Leiria
Centro de Interpretação Ambiental de Leiria:
22 de Março de 2009 | **Atelier de Plantas Medicinais**
18 de Abril de 2009 | **Atelier Plantas Aromáticas**
25 de Abril e 9 de Maio de 2009 | **Compostagem e Horta Pedagógica**
21 de Março a 30 de Abril de 2009 | **Exposição de fotografia "Incêndios florestais / caminhos percorridos por incêndios"**

Lisboa

30 de Março a 3 Abril 2009 | **OTL da Páscoa – "Férias a Explorar… O Ambiente a Brincar"**
Parque Florestal de Monsanto
21 e 22 de Março de 2009 | **Comemorações "Dia Mundial da Floresta" e do "Dia Mundial da Água**
Junho de 2009 (semana do ambiente)
3ª Edição do Cine' Eco – Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente (Projecto Biodiversidade em Estilo)

Loulé

Até 26 de Junho de 2009 | **Visita Brincando – programa para as escolas**
Museu Municipal de Loulé e seus pólos museológicos
4 de Julho a 2 de Agosto 2009 | **Cinema ao luar**
Espaços ao ar livre em todas as freguesias do concelho de Loulé
29 de Junho a 11 de Setembro 2009 | **Oficinas de Verão**
Centro histórico de Loulé
23 e 30 de Maio de 2009 | **Acção de formação para professores**
Centro histórico de Loulé
Janeiro a Junho de 2009 | **O Museu vai à Escola – Acções de sensibilização sobre o património do concelho de Loulé**
Escolas EB2,3 do concelho de Loulé
23 de Abril de 2009 | **Jogo da Democracia**
Sala da Assembleia Municipal
25 a 28 de Maio de 2009 | **Projecto VATE – Vamos Apanhar o Teatro**
Agrupamento Vertical de Escolas de Salir, Agrupamento Vertical de Escolas de S. Pedro do Mar, Agrupamento Vertical de Escolas Padre João Coelho Cabanita e Agrupamento Vertical de Escolas de Boliqueime

Odivelas

21 de Março de 2009 | **1.º Sarau Gímnico**
Escola Secundária da Ramada
23 a 29 de Abril de 2009 | **Comemorações da Semana com Segurança: Exposição de Fotografia / Sessão de entrega dos Prémios do Concurso "Em Odivelas Segurança TOTAL"**
Odivelas Parque
11 a 15 de Maio de 2009 | **Feira da Ciência – Viagem pelo Mundo da Ciência**
Centro de Exposições de Odivelas
22 a 26 de Junho de 2009 | **Imagino o Mundo, Crio Horizontes e Inovo a minha acção**
Escola EB2,3 da Pontinha

Palmela

Mês de Março de 2009 | **"Março a Partir"**
16 de Maio de 2009 | **Dia Internacional das Histórias de Vida**
18 de Maio de 2009 | **Dia Internacional dos Museus**
Exposição "Palmela Arqueológica"
12 a 15 de Maio de 2009 | **"Projecto Fantasiarte"**
Estabelecimentos dos 2º e 3º Ciclos e Secundárias
25 a 29 de Maio de 200 | **"Projecto Fantasiarte"**
Estabelecimentos Pré e 1º Ciclo Ensino Básico

Paredes

15 de Março de 2009 | **Programa Famílias - "A Menina do Mar" de Sophia de Mello Breyner Andresen / Pela Companhia de Teatro Filandorra**
Auditório da Casa da Cultura
29 Março de 2009 | **Programa Famílias - Pela Companhia de Teatro Vale do Sousa**
Auditório da Casa da Cultura
Fevereiro a Março de 2009 | **"Teatro e Poesia vão à Escola"**
E.B.1's do concelho

S. João da Madeira

20 a 24 de Abril de 2009 | **Semana da Terra**
Em toda a Cidade de S. João da Madeira
23 a 31 de Março de 2009 | **III Feira do Projecto "Pequenos Cientistas Sanjoanenses"**
Museu da Chapelaria, S. João da Madeira

Santa Mª da Feira

16 de Março de 2009 | **À descoberta da biblioteca / visita guiada**
Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira
17 de Março de 2009 | **A reciclagem do papel-oficina - Transformar velhas revistas e jornais em pasta de papel**
Museu do Papel - Paços de Brandão
25 de Março de 2009 | **As estações do ano - oficina de artes plásticas**
Museu de Santa Maria de Lamas
26 a 29 de Março de 2009 | **ENEfeiras - educação, negócios & emprego**
Pavilhão de exposições do Europarque

Torres Novas

4 a 7 de Junho de 2009 | **Feira do Ambiente de Torres Novas**
Jardim das Rosas

Ficha Técnica |

Coordenação Editorial | Elsa Calado, Raquel Bizarro
Coordenação Gráfica | Município de Lisboa - Elsa Calado
Design | Susana Silva
Impressão | Divisão de Imprensa Municipal - CML
Nº Exemplares | 1.500
Contactos Comissão de Coordenação da Rede Portuguesa |
elsa.calado@cm-lisboa.pt | Tel. 21 796 21 62
educacao@cm-grandola.pt | Tel. 269 448 038
Endereço | www.edcities.org /link "Portugal"